

VIVIANI DE MORAES FREITAS RIBEIRO

**A (DES)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO CARIOCA
NA 'ERA CESAR MAIA' (1993-2008):**

**reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e
o conjunto de objetos arquitetônicos denominado
'Pentágono do Milênio'.**

**Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau
de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.**

Orientador: Prof. Dr. Mauro Kleiman - IPPUR/ UFRJ.

Rio de Janeiro
2009

R484d Ribeiro, Viviani de Moraes Freitas.

A (des)construção do espaço carioca na 'era César Maia' (1993-2008) : reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados 'Pentágono do Milênio' / Viviani de Moraes Freitas Ribeiro. – 2009.

353 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Mauro Kleiman.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009.

Bibliografia: f. 316-353.

1. Planejamento urbano – Rio de Janeiro (RJ).
2. Planejamento estratégico – Rio de Janeiro (RJ).
3. Semiótica. 4. Arquitetura. I. Kleiman, Mauro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 711.4098153

VIVIANI DE MORAES FREITAS RIBEIRO

**A (DES)CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO CARIOCA
NA 'ERA CESAR MAIA' (1993-2008):**

**reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e
o conjunto de objetos arquitetônicos denominado
'Pentágono do Milênio'.**

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
Título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Mauro Kleiman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro –
IPPUR/ UFRJ

Prof.^a. Dr.^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro –
IPPUR/ UFRJ

Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro –
IPPUR/ UFRJ

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Maria Taddei Ferraz

Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – EAU/ UFF

Prof. Dr. Fernando Rodrigues Lima

Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – POLI/ UFRJ

À Memória de Valdemar de Freitas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado
sem a presença em minha vida de muitas pessoas generosas.

O meu orientador e amigo, Prof. Dr. Mauro Kleiman, pelo apoio constante e entusiasmado.

A Prof^ª. Dr^ª. Claudia Ribeiro Pfeiffer, o Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares,
a Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria Taddei Ferraz e o Prof. Dr. Fernando Rodrigues Lima
pela preciosa contribuição intelectual.

Os professores e os colegas da Turma 2005 do Curso de Doutorado
por compartilharem comigo seus conhecimentos.

Os funcionários do IPPUR/ UFRJ pela assistência prestada.

Os amigos pelos momentos de descontração e pelas palavras de incentivo.

Os familiares pelo carinho e afeição.

A minha mãe Airtes pela vida e pela eterna dedicação.

A minha irmã Valéria pela força e pela compreensão.

Os meus sobrinhos Mariana e Matheus pela alegria e pelo carinho.

O meu marido Sildenir pelo amor e pelo admirável companheirismo
durante o longo processo de redação.

Viviani de Moraes Freitas Ribeiro.

“Por definição, arquitetura é tudo que concerne à construção e é com as técnicas da construção que se institui e se organiza o ser, e em seu devir, essa entidade social e política que é a cidade. A arquitetura não só lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna significativa com o simbolismo implícito em suas formas. Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é representativa por excelência”.

“Uma cidade não se funda, se forma, e para termos uma cidade melhor é preciso, antes, acalentar no imaginário a cidade que queremos”.

(ARGAN, 1965, p. 234 e 244).

RESUMO

Esta Tese de Doutorado propõe-se a um exame na teoria e na prática da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), a partir da análise das transformações locais procedentes dos efeitos da mudança de paradigma do modelo de planejamento racional-funcionalista para o modelo de planejamento estratégico de cidades no ambiente construído do Rio de Janeiro e do pressuposto no qual a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como as principais ferramentas da globalização ao processo de produção de espaços atraentes aos investidores e aos cidadãos-consumidores, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais. A investigação, que tem início na passagem incompleta do modelo de planejamento racional-funcionalista, que buscava garantir a ordem e a eficiência por meio do zoneamento, para o modelo de planejamento estratégico de cidades, importado de Barcelona, no início da década de 1990, como o novo paradigma de desenvolvimento urbano e ‘traduzido’ ao longo dos últimos anos por arquitetos, urbanistas e governantes para o contexto da cidade, busca averiguar possíveis mudanças nas políticas públicas, que sustentaram e organizaram os ‘sistemas de ações’ do modelo de planejamento estratégico carioca, e nas práticas, que materializaram os ‘sistemas de objetos’ da cidade durante as administrações Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), com destaque para as construções de sentido e para a teia de significados de algumas formas significantes passíveis de interpretação e semiose. Especificamente é analisado o conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, o Museu Guggenheim, no Pêr Mauá, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, com o intuito de verificar as inovações estruturais ocorridas e sugerir que estes renovados modos de gestão e de produção de áreas de consumo padronizadas para atrair investimentos e turistas, fortalecer centralidades antigas e criar novas centralidades, indicam objetivos e estratégias diferentes dos benefícios apregoados pela municipalidade e relativos ao desenvolvimento humano e ao alargamento da base democrática da cidade por meio da participação de todos na racionalização da ação pública e que, apesar de terem aberto determinados espaços do Rio de Janeiro à requalificação urbana, considerada necessária à produção de uma imagem competitiva da cidade, tais ações não são garantia de inserção do Rio de Janeiro nos ‘circuitos turísticos internacionais’ e, ainda, estar inserido nesses circuitos não significa, também, êxito de um plano estratégico em longo prazo, sendo necessário definir um ‘projeto de cidade’ que busque o desenvolvimento urbano integral.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Arquitetura. Semiótica.

ABSTRACT

This PhD thesis proposes to itself to an examination in theory and practice of (de)construction of carioca space in ‘Cesar Maia Era’ (1993-2008), from the analysis of local changes from the effects of changing the paradigm model of rational and functional planning for the model of strategic planning of cities in the built environment of Rio de Janeiro and the assumption on which the architecture and urban planning are used as the main tools of globalization to the production process of spaces attractive to investors and citizen-consumers, characterized by the emergence of new architectural and urban typologies allegedly overall. The research, beginning in the model of incomplete pass rational-functionalist planning, which sought to ensure order and efficiency through zoning, for the model of strategic planning of cities, imported from Barcelona, in the early 1990s, as the new paradigm of urban development and ‘translated’ in recent years by architects, planners and leaders in the context of the city, seeking investigate possible changes in public policies that supported and organized the ‘action systems’ model of strategic planning Rio, and practices that materialize the ‘systems of objects’ of the city during the administrations Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) and Cesar Maia (2005-2008), with emphasis on the construction of meaning and the web of meanings of some significant ways open to interpretation and semiosis. Specifically examined is the set of architectural objects called ‘Pentagon of the Millennium’: the Center of Luiz Gonzaga Northeastern Traditions, in São Cristóvão, the City of Samba, in Gamboa, the City of Music, in Barra da Tijuca, the Guggenheim Museum, at Pier Mauá, and João Havelange Olympic Stadium, in the Engenho de Dentro, in order to verify the structural innovations occurred and suggest that these renewed modes of management and production of standardized areas of consumption to attract investment and tourists, strengthen old centralities and create new centralities, indicate objectives and benefits of different strategies proclaimed by the municipality and on human development and the enlargement of the democratic base of the city through participation of all the rationalization of public action and that, despite some open spaces of Rio de Janeiro the urban upgrading, as necessary to produce an image of the city competitive, such actions are not guaranteed inclusion in the Rio de Janeiro ‘international tour operators’, and also be inserted in these channels does not mean well success of a strategic plan in the long term should be defined a ‘city project’ that seeks the full development.

Keywords: Urban planning. Aarchitecture. Semiotics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Programa Novas Alternativas - SMH.	183
Figura 02: Pavilhão de São Cristóvão.	210
Figura 03: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.	211
Figura 04: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.	211
Figura 05: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.	216
Figura 06: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.	219
Figura 07: Lançamentos Imobiliários em São Cristóvão. Fonte: SMU.	222
Figura 08: Sistema Viário de São Cristóvão. Fonte: SMU.	223
Figura 09: Cidade do Samba. Fonte: RIOTUR.	224
Figura 10: Cidade do Samba - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.	225
Figura 11: Cidade do Samba. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.	225
Figura 12: Cidade do Samba.	232
Figura 13: Cidade do Samba.	233
Figura 14: Cidade da Música - Vista Aérea.	238
Figura 15: Cidade da Música – Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.	239
Figura 16: Cidade da Música. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.	239
Figura 17: Cidade da Música.	244
Figuras 18, 19 e 20: Cité de La Musique - Paris.	244
Figuras 21 e 22: Cidade da Música - Maquete.	246
Figura 23: Theatro Municipal do Rio de Janeiro.	249
Figura 24: Cidade da Música - Obra.	251
Figura 25: Museu Guggenheim – Maquete Eletrônica.	252
Figura 26: Museu Guggenheim – Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.	253
Figura 27: Museu Guggenheim. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.	253
Figura 28: Píer Mauá – Rio de Janeiro. Foto: Otávio Leonídio.	255
Figura 29: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro – Maquete Eletrônica.	259
Figura 30: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Projeto Arquitetônico.	260
Figura 31: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Foto de Divulgação.	261
Figura 32: Mini-Floresta do Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Corte Esquemático.	262

Figura 33: Sala de Exposição do Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Projeto Arquitetônico.....	262
Figura 34: Museu de Arte Moderna – Rio de Janeiro - MAM-RJ.	264
Figura 35: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Maquete.....	266
Figura 36: Estádio Olímpico João Havelange.	268
Figura 37: Estádio Olímpico João Havelange - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.....	269
Figura 38: Estádio Olímpico João Havelange. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.....	269
Figura 39: Estádio Olímpico João Havelange.	273
Figuras 40 e 41: Estádio do Sport Lisboa e Benfica - Lisboa.	274
Figuras 42 e 43: Estádio de Wembley - Londres.	274
Figura 44: Estádio Olímpico João Havelange - Projeto Arquitetônico.....	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: O que é desejável em um local? Fonte: Kotler, Asplund e Haider (1999).	68
Quadro 02: Objeto de Estudo. Fonte: Elaboração da autora.	74
Quadro 03: Plano Diretor x Plano Estratégico I. Fonte: Elaboração da autora.	164
Quadro 04: Plano Estratégico I x Plano Estratégico II. Fonte: Elaboração da autora.....	193
Quadro 05: Análise dos ‘Sistemas de Ações’ da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008). Fonte: Elaboração da autora.	289
Quadro 06: Análise Macro do ‘Sistema de Objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’. Fonte: Elaboração da autora.	298
Quadro 07: Análise Micro do ‘Sistema de Objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’. Fonte: Elaboração da autora.	305

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01: Administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996). Fonte: Elaboração da autora.	162
Organograma 02: Administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000). Fonte: Elaboração da autora.	177
Organograma 03: Administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004). Fonte: Elaboração da autora.	190
Organograma 04: Administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008). Fonte: Elaboração da autora.	203

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01. APORTE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO DA TESE.	14
1.1. PRÓLOGO.....	14
1.2. PERSPECTIVA SEMIÓTICA.....	28
1.3. PLANOS CONCEITUAIS.....	39
1.3.1. Primeiro Plano: os ‘sistemas de ações’	41
1.3.2. Segundo Plano: os ‘sistemas de objetos’	47
1.4. CONCEITOS-CHAVE E VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE.....	50
1.5. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A PESQUISA.....	73
CAPÍTULO 02. CONTEXTO DAS MUDANÇAS NO MODELO E NAS PRÁTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO.	80
2.1. ECONOMIA, ESTADO E SOCIEDADE.....	80
2.2. OS PARADIGMAS DO NOVO URBANO.....	90
2.3. A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES.....	100
2.4. O NOVO URBANISMO.....	106
2.5. A REQUALIFICAÇÃO URBANA E O RETORNO AOS PROJETOS URBANOS.....	120
CAPÍTULO 03. OS ‘SISTEMAS DE AÇÕES’: AS MUDANÇAS NO MODELO.	126
3.1. O MOMENTO TRADICIONAL OU PRÉ-INDUSTRIAL: por uma imagem moderna de cidade.....	127
3.2. O MOMENTO MODERNO OU INDUSTRIAL: por uma imagem eficiente de cidade.....	132
3.3. O MOMENTO PÓS-FORDISTA OU PÓS-INDUSTRIAL: por uma imagem competitiva de cidade.....	146
3.3.1. A ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008).	153
3.3.1.1. A primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996).....	156
3.3.1.1.1. A concepção de planejamento adotada.....	156
3.3.1.1.2. O diagnóstico da cidade.....	156
3.3.1.1.3. O ‘sistema de ações’.....	157
3.3.1.1.4. A organização da administração pública.....	162
3.3.1.1.5. O principal plano.....	163
3.3.1.1.6. Os principais programas e projetos.....	166
3.3.1.2. A administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000).....	174
3.3.1.2.1. A concepção de planejamento adotada.....	174
3.3.1.2.2. O diagnóstico da cidade.....	174
3.3.1.2.3. O ‘sistema de ações’.....	175
3.3.1.2.4. A organização da administração pública.....	177
3.3.1.2.5. O principal plano.....	178
3.3.1.2.6. Os principais programas e projetos.....	179
3.3.1.3. A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004).....	185
3.3.1.3.1. A concepção de planejamento adotada.....	185
3.3.1.3.2. O diagnóstico da cidade.....	185
3.3.1.3.3. O ‘sistema de ações’.....	186
3.3.1.3.4. A organização da administração pública.....	190

3.3.1.3.5. O principal plano.....	191
3.3.1.3.6. Os principais programas e projetos.	194
3.3.1.4. A terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008).	199
3.3.1.4.1. A concepção de planejamento adotada.	199
3.3.1.4.2. O diagnóstico da cidade.	199
3.3.1.4.3. O ‘sistema de ações’.....	200
3.3.1.4.4. A organização da administração pública.....	203
3.3.1.4.5. O principal plano.....	204
3.3.1.4.6. Os principais programas e projetos.	205
CAPÍTULO 04. O ‘SISTEMA DE OBJETOS’: AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS.	207
4.1. OBJETO 01 - O CENTRO LUIZ GONZAGA DE TRADIÇÕES NORDESTINAS.	210
4.1.1. Apresentação.	210
4.1.2. Análise na escala macro.....	212
4.1.2.1. Competitividade urbana.	212
4.1.2.2. Integração.....	214
4.1.2.3. Marketing urbano.....	215
4.1.2.4. Parcerias público-privadas.	215
4.1.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.	216
4.1.3. Análise na escala micro.....	217
4.1.3.1. Projeto arquitetônico.	217
4.1.3.2. Cultura e identidade.	218
4.1.3.3. Plurifuncionalidade.	220
4.1.3.4. Controle social.	220
4.1.3.5. Atração de investimentos.	221
4.2. OBJETO 02 - A CIDADE DO SAMBA.	224
4.2.1. Apresentação.	224
4.2.2. Análise na escala macro.....	226
4.2.2.1. Competitividade urbana.	226
4.2.2.2. Integração.....	227
4.2.2.3. Marketing urbano.....	228
4.2.2.4. Parcerias público-privadas.	229
4.2.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.	230
4.2.3. Análise na escala micro.....	231
4.2.3.1. Projeto arquitetônico.	231
4.2.3.2. Cultura e identidade.	234
4.2.3.3. Plurifuncionalidade.	235
4.2.3.4. Controle social.	236
4.2.3.5. Atração de investimentos.	237
4.3. OBJETO 03 - A CIDADE DA MÚSICA.	238
4.3.1. Apresentação.	238
4.3.2. Análise na escala macro.....	240

4.3.2.1. Competitividade urbana.	240
4.3.2.2. Integração.....	241
4.3.2.3. Marketing urbano.	242
4.3.2.4. Parcerias público-privadas.	243
4.3.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.	244
4.3.3. Análise na escala micro.....	246
4.3.3.1. Projeto arquitetônico.	246
4.3.3.2. Cultura e identidade.	248
4.3.3.3. Plurifuncionalidade.	250
4.3.3.4. Controle social.	250
4.3.3.5. Atração de investimentos.	251
4.4. OBJETO 04 - O MUSEU GUGGENHEIM.....	252
4.4.1. Apresentação.	252
4.4.2. Análise na escala macro.....	254
4.4.2.1. Competitividade urbana.	254
4.4.2.2. Integração.....	255
4.4.2.3. Marketing urbano.	256
4.4.2.4. Parcerias público-privadas.	257
4.4.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.	259
4.4.3. Análise na escala micro.....	260
4.4.3.1. Projeto arquitetônico.	260
4.4.3.2. Cultura e identidade.	263
4.4.3.3. Plurifuncionalidade.	265
4.4.3.4. Controle social.	266
4.4.3.5. Atração de investimentos.	267
4.5. OBJETO 05 - O ESTÁDIO OLÍMPICO JOÃO HAVELANGE.	268
4.5.1. Apresentação.	268
4.5.2. Análise na escala macro.....	270
4.5.2.1. Competitividade urbana.	270
4.5.2.2. Integração.....	271
4.5.2.3. Marketing urbano.	272
4.5.2.4. Parcerias público-privadas.	272
4.5.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.	273
4.5.3. Análise na escala micro.....	275
4.5.3.1. Projeto arquitetônico.	275
4.5.3.2. Cultura e identidade.	278
4.5.3.3. Plurifuncionalidade.	279
4.5.3.4. Controle social.	280
4.5.3.5. Atração de investimentos.	281
CAPÍTULO 05. PROBLEMAS À MANEIRA DE CONCLUSÃO.	283
REFERÊNCIAS.....	316

CAPÍTULO 01. APORTE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO DA TESE.

1.1. PRÓLOGO.

O advento do planejamento urbano no Brasil não difere nas suas linhas mais gerais de como este processo se dá no mundo¹. Ao contrário, estará ‘embebido’ dos mesmos valores e ancorado no mesmo modelo, na mesma idealização, que ao deliberar regras, parâmetros, dimensões e nomenclaturas, está se propondo a definir o formato da cidade no futuro, por meio da recriação construtiva ou, ainda, da (des)construção do espaço produzido com vistas a sua adequação às novas funções ditadas pelas continuamente renovadas necessidades de consumo dos investidores e dos cidadãos-consumidores. Conforme Eco (2001),

este jogo de oscilações entre as formas e a história é um jogo de oscilações entre estruturas e eventos, entre configurações fisicamente estáveis (e descritíveis objetivamente em formas significantes) e jogo mutável dos acontecimentos que lhes conferem novos significados. Está claro que nessa mecânica se baseia o fenômeno indicado como consumo das formas, obsolescência dos valores estéticos. Como também está claro que numa época em que os eventos se sucedem mais vertiginosamente (em que o processo tecnológico, a mobilidade social, a difusão das comunicações concorrem para mudar os códigos com maior frequência e profundidade) esse fenômeno seja percebido de maneira percuciente (ECO, 2001, p. 210).

Desse modo e com base na análise do processo histórico de urbanização, verificou-se, a partir dos anos 1990, um notável crescimento da importância generalizada das cidades na economia das regiões e dos territórios nacionais e internacionais, tanto no que se refere à produtividade, quanto à competitividade², que definem os principais parâmetros orientadores da questão urbana atual, o que torna imprescindível o estudo das novas responsabilidades estratégicas (fixação de objetivos)³ e táticas (meios para alcançá-las)⁴ do Estado e de seu

¹ “Mesmo fisicamente distantes das raízes helênicas ou da presença do medieval [...] e com processos de industrialização capenga e parcial, as cidades da periferia do capitalismo procurarão reproduzir o mesmo urbano ideal” (GASTAL, 2006, p. 79).

² “As cidades passaram a ser destinos turísticos privilegiados, tornando o complicado ainda mais complexo. Não que, antes disso, Paris, Roma, Nova York ou Veneza, entre outras, não fossem objeto do desejo dos viajantes [...]. Essa circunstância leva a que as cidades e os lugares concorram entre si, cada um buscando criar uma imagem (ou cenários) de alta qualidade, em demandas que arquitetos e urbanistas devem estar preparados para atender. Se bem-sucedidos, isso significará não apenas espaços visualmente qualificados, mas em condições de disputar outros fluxos: financeiros, de entretenimento e de consumo” (GASTAL, 2006, p. 9, 179 e 180).

³ “Os grandes projetos de urbanização exigem atitudes de antecipação por parte dos poderes públicos, cujas decisões têm objetivos de redução da incerteza para os atores privados permitindo clarificar o papel importante do Estado e dos seus organismos. Portanto, a elaboração de cenários alternativos de evolução constitui um utensílio precioso de objetivação e de hierarquização das escolhas de planejamento” (GUERRA, 2000, p. 50).

⁴ “Hoje, se aceita que o planejamento estratégico dos territórios requer uma metodologia estruturada, que resolva coerentemente três desafios conceituais e operativos: a grande incerteza criada pelos dinamismos do exterior; a crescente complexidade dos processos urbanos e; a diversidade dos agentes e interesses, que intervêm no

renovado instrumento de intervenção nas cidades, o modelo de planejamento estratégico. De acordo com Gastal (2006),

o que muda no momento contemporâneo é que uma cidade como Barcelona, por exemplo, com cerca de um milhão e meio de habitantes, pode receber até seis milhões de visitantes por ano. Veneza, provavelmente, muito mais. Com tal número de visitantes, cresce a necessidade de um olhar sobre o urbano, para além das visões tradicionais do planejamento, exigindo nas municipalidades uma presença técnica multidisciplinar, com especialistas, entre outros, em turismo, geografia, antropologia, história da arte (GASTAL, 2006, p. 9).

Assim, o que se verifica é uma generalizada preocupação das administrações municipais em moldar e reconfigurar a fisionomia dos territórios a partir da concepção da requalificação urbana, da diferenciação e da promoção de áreas com diferentes estágios de ocupação (ciclos de vida), com o intuito de torná-las atraentes ao investimento do capital (incluindo aí: a tecnologia, a competência gerencial, as novas indústrias, os novos negócios, os bons preços, a qualidade dos serviços e a força de trabalho qualificada) e, com isso, garantir a sua valorização através da intertextualidade, ou seja, com base na estratégia da mistura, condicionando não só o conteúdo, mas também os aspectos formais da obra, o que possibilita engendrar tessituras estéticas, dispensando a idéia do novo e investindo na reorganização dos elementos textuais que são retrabalhados. Nesse processo de mudanças, palavras como competitividade, empresariamento, planejamento estratégico por projetos, intervenções pontuais, entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores urbanos dos mais diversos matizes político-ideológicos (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN; MENDES, 2006; OLIVEIRA, 1999, p. 2 e 3; VAINER, 2000; GASTAL, 2006, p. 47; BIENESTEIN, 2007)⁵.

A lógica do planejamento estratégico de cidades, caracterizada como um movimento de racionalização instrumental da ação pública se converte em poderosos discursos que enfatizam palavras e expressões altamente ‘sedutoras’, tais como: identidade, investimento, imagem competitiva, ‘cidade global’, entre muitas outras, passando esse modelo de planejamento urbano a ser utilizado como um instrumento de legitimação do ‘pensamento único’

desenvolvimento urbano”. Nesse sentido, “a exploração de métodos de planejamento estratégico corresponde largamente a um movimento de racionalização instrumental da ação pública urbana [...], mas também a uma tentativa de alargamento da base democrática da cidade, de forma a que todos tenham consciência explícita de que participam na racionalização da ação pública urbana” (GUERRA, 2000, p. 39 e 42).

⁵ “Algumas cidades são eleitas como referências modeladoras e seus programas e projetos são incorporados à grande agenda hegemônica. Esta agenda expressiva da etapa contemporânea do capitalismo difunde um ideário sintonizado com os chamados ‘impulsos globais’ e se apóia na codificação de ações desejáveis para os governos locais, que buscam sua inclusão competitiva no novo mapa do mundo. Conseqüentemente, os governos que concebem as cidades como mercadorias a tratam como um meio de atração de cidadãos-consumidores e investidores” (SÁNCHEZ; MOURA, 2005, p. 21).

dominante, mais próximo às visões e às realidades vivenciadas pelas elites locais, propondo a participação e a união de toda população na busca pela inserção das cidades no ‘circuito mundial’, com base: na elaboração de projetos urbanos pontuais com grande visibilidade nos meios de comunicação de massas; no estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado; na promessa de uma melhor qualidade de vida e; sobretudo, na construção de um consenso em torno da imagem de uma cidade, que precisa resgatar sua auto-estima e tornar-se empreendedora e global (GUERRA, 2000, p. 42; MACHADO, 2004, p. 20, 26 e 27).

Dessa maneira, a cidade do Terceiro Mundo reproduzirá o imaginário agora recebido maciçamente pelos meios de comunicação e procurará, na medida do possível, materializá-lo nos seus espaços públicos e privados, tanto no exterior quanto na decoração interior. A reprodução se dará menos da forma simbólica, quando as localidades periféricas procuram aderir ao simbólico hegemônico, e mais pelo alegórico das intertextualidades de significantes, em que se sobrepõe ao conteúdo. Em termos de identidade local, a presença de um centro histórico marcando o espaço público torna-se politicamente importante, pois aproxima a metrópole terceiro-mundista das similares hegemônicas, mas também alimenta um imaginário urbano a ser copiado no interior do próprio país (GASTAL, 2006, p. 79 e 80).

No pensamento de Machado (2004), “estamos diante de uma inversão de papéis, pois a cidade capitalista, *locus* da produção e do consumo por excelência, transforma-se, ela própria, em objeto de consumo”, à medida que utiliza a arquitetura e o planejamento urbano para a produção de espaços estetizados e submetidos às demandas do que é considerado belo no gosto contemporâneo⁶ e, ainda, os meios de comunicação para a elaboração do imaginário urbano de domínio do senso comum. Entretanto, essa cidade (des)construída em virtude das mudanças na maneira de pensar, imaginar e racionalizar o urbano a partir dos anos 1990, “conviverá com uma outra cidade, nascida das intervenções individuais dos moradores, não subordinados à ordenação de um padrão de beleza unificado pelos profissionais da estética” (GASTAL, 2006, p. 189).

Nesse sentido, o **objeto de estudo** desse trabalho é a (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), voltada à produção de espaços de consumo padronizados e à construção de imaginários e de modos de pensar o Rio de Janeiro como uma cidade competitiva e capaz de se inserir no chamado ‘circuito internacional de turismo’, processo que será considerado com base nas mudanças verificadas no modelo de planejamento estratégico

⁶ “Em termos de arquitetura e propostas de cidade, pode-se ver como nostalgia a restauração de muitos prédios nos centros históricos das metrópoles. Há um passado idealizado: ‘antes’ a cidade seria melhor e é esse ‘melhor’ que se pretende recuperar, mesmo que ele não tenha, de fato, existido nesses termos ideais. Assim, em tais situações, são afastados dos prédios restaurados seus antigos moradores ou atividades ‘menos nobres’ neles desenvolvidas, para que o passado ressurgja no brilho e esplendor com os quais é imaginado. Esses trabalhos de restauração, muitas vezes são submetidos ao discurso científico em que os prédios são vistos, analisados e tratados como documentos. Se documentos, sua manutenção e restauração atenderiam a necessidades mais afetas a racionalidades do que a demandas afetivo-culturais” (GASTAL, 2006, p. 146).

carioca, que orientou as políticas públicas que sustentaram e organizaram os ‘sistemas de ações’ desse período e, portanto, nas alterações percebidas nas práticas que materializaram os ‘sistemas de objetos’ dessas ações e que produziram o conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão; a Cidade do Samba, na Gamboa; a Cidade da Música, na Barra da Tijuca; o Museu Guggenheim, no Píer Mauá e; o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro; à luz de discussões que permearam a produção desses espaços de consumo, considerada necessária à competição interurbana.

A partir do enfoque dado à arquitetura e ao planejamento urbano, a linha de pesquisa adotada nesse estudo foi definida em virtude da necessidade de se buscar um novo olhar sobre o urbano e, para tanto, adotou como recorte temporal o período das administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008) e, como eixo para a presente reflexão o momento da introdução do modelo de planejamento estratégico de cidades no Rio de Janeiro, “a fim de tentar entender o fenômeno urbano na sua feição entregue ao século XXI”, e como base metodológica a semiótica, que permite ver a cidade não apenas como espaços construídos passíveis de análise por meio de seus objetos arquitetônicos monumentais, mas como imaginários acumulados na idéia de urbano, a partir da leitura de suas formas significantes. Assim, o estudo procurou olhar a cidade do Rio de Janeiro como um texto a ser decifrado, de modo a analisar o fenômeno denominado ‘Pentágono do Milênio’ na sua constituição em imagem, ou seja, como grandes obras realizadas pela municipalidade na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), e em imaginários reunidos sob o urbano’, que se referem a essas formas significantes como os novos ícones ou imagens-marco da cidade em tempos de globalização, e avaliar “a presença, ou não, de uma especificidade contemporânea no que se refere ao tempo, ao espaço e à sua visualidade” (GASTAL, 2006, p. 10).

O propósito de pensar a cidade e o pensamento que a constitui com base em um olhar semiótico buscou, ainda, identificar os problemas e as possíveis soluções provenientes das transformações verificadas na forma de pensar, imaginar e racionalizar os ‘sistemas de ações’, que materializaram os ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’, com o intuito de compreender o significado dessas formas significantes derivadas de projetos urbanos elaborados para a promoção da imagem competitiva da cidade do Rio de Janeiro por meio do *marketing* urbano e com vistas à concretização dos ideais expressos no primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’ - e no segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘As Cidades da Cidade’ e, ainda, verificar como esses espaços

produzidos para a representação⁷, a ‘venda’ e o consumo da cidade transformada em mercadoria, considerados inovadores em razão da possibilidade de gerar renda por meio de novos usos, interferem no tecido urbano, à medida que tais incidências dizem respeito, por um lado, ao seu funcionamento específico e à materialidade necessária para sua realização e, por outro, aos espaços e aos programas complementares de caráter social, cultural e recreativo.

Essa investigação pretende realizar, assim, uma leitura crítica da implicação dos ‘sistemas de ações’ elaborados pelo poder público, entre os anos de 1993 e 2008, sobre os ‘sistemas de objetos’ da cidade do Rio de Janeiro, que foram pensados e, na sua maioria, construídos de modo a submeter a cidade real, não à cidade sonhada pela maior parte da população, mas à cidade dos sonhos de seus governantes, alimentada pelo sonho de uma cidade mundial em perfeita sintonia com o fenômeno da globalização, destacando o poder da arquitetura e do planejamento urbano no processo de ‘marketização’ carioca, juntamente com a importância da mídia na elaboração do imaginário urbano como de domínio do senso comum⁸, que utiliza objetos arquitetônicos monumentais e o simbolismo implícito em suas formas para construir uma imagem competitiva do Rio de Janeiro para sua inserção no ‘mercado mundial de cidades’ em razão das suas vantagens comparativas.

Esses ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos, considerados capazes de produzir a representatividade da cidade por meio de suas formas significantes, são criados para se tornarem ícones ou imagens-marco dos processos pragmáticos e localizados de requalificação urbana, materializados a partir dos anos 1990, com vistas a atrair investidores e cidadãos-consumidores para o Rio de Janeiro, promovido pelo marketing urbano como um lugar voltado ao turismo, com destaque para os elementos históricos, culturais e paisagísticos da cidade, aliados à sua capacidade para realizar diversas escalas e tipos de eventos em função da quantidade e da qualidade dos espaços plurifuncionais produzidos em atendimento às necessidades do mercado e considerados necessários à consolidação dos novos programas emergentes da globalização (GIUSSO et al., 2006; SARTOR, 1999). Conforme Gastal (2006),

semioticamente, a cidade torna-se o texto marcado pelo precário. A cidade concreta é evitada em detrimento das ilhas de urbanidade, lugares onde o

⁷ “Por representação da cidade se entende a imagem que resulta da síntese dos processos históricos, jogos de interesses e formas de dominação, muitas vezes estruturantes do senso comum, e como lembra Cardoso (1997), são nesses mesmos processos que se instituem determinadas concepções que, quando vitoriosas no embate intelectual, passam a ser hegemônicas e compõem nossa visão de mundo cotidiana” (SARTOR, 1999).

⁸ De acordo com Clark (1985) apud Gastal (2006), “para Harvey (1992), ‘as mudanças na maneira como pensamos, imaginamos e racionalizamos estão fadadas a ter conseqüências materiais, e os meios de comunicação, em especial os audiovisuais, marcam imaginários e modos de pensar’ (HARVEY, 1992, p. 110). As cidades seriam compostas por ‘redes sociais no espaço, criadas, mantidas e manipuladas por uma série ampla dos meios de comunicação de massa’ (CLARK, 1885, p. 72)” (GASTAL, 2006, p. 77 e 78).

imaginário urbano clássico [...] se materializa, depois de passar pela mídia [...]. No imaginário urbano, a beleza será associada à qualidade de vida e à segurança; o feio virá semantizado pelo sujo, pelo precário e, em especial, pelo inseguro e escuso (GASTAL, 2006, p. 104 e 189).

Para a compreensão das mudanças verificadas no Rio de Janeiro na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), a pesquisa tem como marco temporal o advento do modelo de planejamento estratégico carioca, cujos ‘sistemas de ações’ se voltam para a promoção do desenvolvimento urbano local com vistas à inserção da cidade no ‘mercado global’ e para a materialização dos seus correspondentes ‘sistemas de objetos’ para a sua representação, ‘venda’ e consumo. Entretanto, o enfoque principal da análise será reservado ao ‘sistema de objetos’ arquitetônicos monumentais denominado ‘Pentágono do Milênio’, cuja tipologia pretensamente global foi sugerida aos governos locais por consultores internacionais e organizações multilaterais com o objetivo de reforçar centralidades antigas e de criar novas centralidades no tecido urbano, à medida que esses novos espaços de consumo buscam integrar plurifuncionalidade dos usos com equipamentos de escala metropolitana (GIUSSO et al., 2006).

A análise dos processos de requalificação urbana desenvolvidos no momento de transição do modelo racional-funcionalista articulado ao fordismo para o modelo de planejamento estratégico de cidades integrado ao método flexível de produção pós-fordista ou pós-industrial, que propõe a construção da imagem competitiva da cidade, tem se tornado importante à compreensão da dinâmica espacial do Rio de Janeiro ou, ainda, à (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), com destaque para “o patrimônio histórico, as tradições locais, a cultura popular e outros elementos”, que se transformaram em mercadorias altamente valorizadas no mundo contemporâneo (BOTELHO, 2005, p. 54).

Contudo, para o melhor entendimento das técnicas de difusão e de legitimação dos novos paradigmas que passaram a orientar as práticas do planejamento urbano carioca, faz-se indispensável o conhecimento dos fatos históricos que levaram a intensificação e a complexificação desses processos e que podem ser divididos em três momentos ou buscas por distintas imagens para cidade: 1) um primeiro momento considerado tradicional ou pré-industrial, marcado pela lógica rural pela busca por uma imagem moderna de cidade; 2) um segundo momento classificado como moderno ou industrial, caracterizado pela lógica da máquina e pela busca por uma imagem eficiente de cidade e; 3) um terceiro momento pós-fordista ou pós-industrial, assinalado pela hegemonia do cultural e pela busca por uma imagem competitiva de cidade.

Dessa forma, a análise realizada por esse estudo se concentra nesse terceiro momento, posterior ao momento moderno ou industrial “que, por sua vez, foi contraponto da

cultura pré-moderna ou tradicional e, por excelência, ocasião em que a semiótica aparece implícita ou explícita, na teorização de áreas tão diversas como a arquitetura, a história ou a psicanálise” (GASTAL, 2006, p. 41). Esse período, destacado pelo enfraquecimento das idéias de modernidade e pelo fortalecimento da ideologia neoliberal e das idéias de globalização em nível mundial, legitimou a adoção de uma antiga prática por parte da gestão urbana carioca e relativa à incorporação de modelos oriundos de outras cidades que, após experimentarem processos de obsolescência urbana, em virtude das sempre renovadas necessidades de consumo dos investidores e dos cidadãos-consumidores, obtiveram resultados considerados positivos através:

1) de ‘sistemas de ações’ sustentados e organizados por políticas públicas baseadas no modelo de planejamento estratégico de cidades, sintonizado com o fenômeno da globalização e caracterizado pela elaboração de projetos urbanos voltados à requalificação de partes da cidade e;

2) por ‘sistemas de objetos’ constituídos por equipamentos culturais e esportivos com forte simbolismo, elaborados para se tornarem os novos ícones, imagens-marco ou, ainda, monumentos espaço-âncora dos processos de requalificação urbana, considerados capazes de alcançar visibilidade, representar e ‘vender’ a mercadoria cidade, especialmente no exterior.

Considerando essas premissas, o presente estudo pretende ser uma contribuição às futuras análises realizadas nos campos do planejamento urbano, da arquitetura e da semiótica, e em sua construção são privilegiados cinco capítulos:

O **CAPÍTULO 01**, de cunho conceitual, refere-se ao **APORTE TEÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO DA TESE** e está organizado da seguinte forma:

- **Prólogo**, que apresenta o contexto atual em que se insere o **objeto de estudo** e que propicia a análise da reorientação das políticas públicas no interior de um movimento de mudanças no pensamento, na imaginação e na racionalização instrumental dos ‘sistemas de ações’ adotados pelas administrações municipais do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008, e que passam a não se limitar a planejar a cidade, mas a gerir ações em curto prazo e a executar obras pontuais responsáveis pela (des)construção do espaço carioca através da materialização de ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos monumentais, com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais e considerados capazes de: reforçar centralidades antigas; criar novas centralidades por meio de suas formas significantes; gerar efeitos simbólicos multiplicadores no tecido urbano e; inserir o Rio de Janeiro de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’ por meio de estratégias de *marketing* urbano;

- **Perspectiva semiótica**, adotada como base metodológica para o estudo do momento da introdução do modelo estratégico de cidades no Rio de Janeiro e das mudanças no modelo estratégico carioca, tomados como eixos analíticos que possibilitam a leitura da feição da cidade na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), e empregada na análise do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ na sua constituição em imagens com forte apelo simbólico, ou seja, como formas significantes promovidas pelo *marketing* urbano como os novos ícones ou imagens-marco do Rio de Janeiro. Tal análise parte do **pressuposto** no qual a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como as principais ferramentas da globalização ao processo de produção de espaços atraentes ao consumo, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais no processo de produção de alguns espaços da cidade, e a **leitura semiótica** pretendida das formas significantes desse ‘sistema de objetos’, entendido como expressão emblemática dos ‘sistemas de ações’ municipais desse período, avalia a produção de sentido que teve por objetivo a criação desses monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação urbana e, reconstrói, assim, a busca pela imagem competitiva do Rio de Janeiro;

- **Planos conceituais**, que estabelecem a dinâmica da análise da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e que, apesar de serem apresentados em duas partes aparentemente distintas: 1) **os ‘sistemas de ações’**, que examina as mudanças no modelo de planejamento estratégico no nível teórico e, logo, as transformações verificadas nas administrações públicas e; 2) **os ‘sistemas de objetos’**, que averigua as mudanças nas práticas resultantes das transformações nos ‘sistemas de ações’ que materializaram a dimensão física da cidade por meio de obras realizadas com os objetivos de fortalecer centralidades antigas, de criar novas centralidades e de construir uma imagem competitiva do Rio de Janeiro, estão estreitamente ligadas, à medida que os **conceitos de espaço**, considerados fundamentais à presente reflexão teórica e à análise empírica proposta, referem-se a “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 19 e 34) e “fruto de uma construção social de imagens e imaginários” (GASTAL, 2006, p. 80);

- **Conceitos-chave** constitutivos e operacionais, que permitem pensar a cidade do Rio de Janeiro e o pensamento que a constitui com base no olhar semiótico do ‘sistema de objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’. Para tanto, uma primeira aproximação ao objeto de estudo exige a compreensão de alguns conceitos-chave, que permeiam toda a construção do pensamento que sustenta a pesquisa e considera algumas **variáveis utilizadas na análise**, que por sua vez, expressam o modelo de planejamento estratégico carioca, servem para delinear a

forma como a cidade e o urbano foram concebidos pela municipalidade, no período de 1993 a 2008, e trabalham em duas escalas diferenciadas: a macro escala do planejamento urbano e a micro escala do projeto arquitetônico. Para a **análise macro** do ‘Pentágono do Milênio’ são utilizadas as seguintes variáveis: 1) competitividade urbana; 2) integração; 3) *marketing* urbano; 4) parcerias público-privadas e; 5) novas tipologias arquitetônicas e urbanas e; para a **análise micro** são escolhidas as variáveis: 1) projeto arquitetônico; 2) cultura e identidade; 3) plurifuncionalidade; 4) controle social e; 5) atração de investimentos.

- **Procedimentos adotados para a pesquisa**, que esclarecem a abordagem e estruturam a análise, com destaque para: o **objeto de estudo**; o **objetivo geral**; o **objetivo específico**; a **questão central** e; a **metodologia semiótica** adotada. De modo resumido, são realizadas: 1) a **análise teórica dos ‘sistemas de ações’** com base: na revisão de autores e da literatura sobre o modelo de intervenção urbana; no comportamento empresarial adotado pelas administrações municipais na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e; na elaboração de uma síntese analítica acerca da (des)construção do espaço carioca nesse período, com o intuito de identificar as mudanças ocorridas na maneira de administrar a cidade e; 2) a **análise empírica dos ‘sistemas de objetos’** através da leitura semiótica do conjunto de objetos arquitetônicos monumentais denominado ‘Pentágono do Milênio’, que são relacionados ao modelo de planejamento estratégico de cidades e às novas tipologias arquitetônicas e urbanas globais, pensadas com o intuito de representar e ‘vender’ espaços considerados atraentes ao consumo, transformados em ícones ou imagens-marco pelo *marketing* urbano, que a cidade busca ostentar aos investidores e aos cidadãos-consumidores no ‘mercado mundial’.

O **CAPÍTULO 02** trata do **CONTEXTO DAS MUDANÇAS NO MODELO E NAS PRÁTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO** e apresenta os referenciais teóricos ligados à nova lógica do desenvolvimento capitalista que deu origem à globalização, levando ao acirramento da concorrência entre as cidades e seus impactos na gestão do urbano e no desenvolvimento local, procurando apresentar os fatores desencadeadores da crise do fordismo/ keynesianismo⁹ e do aumento da competição entre as empresas, fatos que, por conseguinte, levaram ao ressurgimento do liberalismo, seguido da modificação das relações entre os países e, em menor escala, entre as cidades, em consonância com a mudança do paradigma de desenvolvimento urbano para o novo padrão de desenvolvimento informacional.

⁹ De acordo com Sartor (1999), “a evidência da crise do fordismo/ keynesianismo em conter as contradições inerentes ao sistema capitalista comprometeu a função promotora, reguladora e redistributiva do Estado. Em decorrência disso, viu-se prejudicada a própria noção de planificação, implicando a redefinição do papel do planejamento e do urbanismo” (SARTOR, 1999).

Nessa apreciação são abordados o novo papel do Estado no processo de reestruturação urbana e a sua ligação com as forças econômicas, juntamente com a compreensão da idéia de competitividade, no sentido de explorar as vantagens comparativas das cidades, tendo em vista a reversão da percepção de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico para a construção e a reprodução de um imaginário urbano da cidade segura e com qualidade de vida, necessário à sua inserção no ‘mercado mundial’, ou seja, são analisadas as novas formas de gestão do território em função das transformações ocorridas nas políticas governamentais a partir das mudanças no capitalismo mundial e, ainda, no pensamento, na imaginação e na racionalização do urbano com vistas a destacar a importância dos ‘sistemas de ações’ das municipalidades a partir dos anos 1990, sobretudo, dos instrumentos utilizados pelos poderes públicos na materialização dos ‘sistemas de objetos’ das cidades, de modo a contrapor as principais características do modelo de planejamento estratégico, que se tornou a base da política urbana na virada para o século XXI, com aquelas do modelo de planejamento racional-funcionalista, no sentido de evidenciar as convergências e as divergências entre essas diferentes modalidades e seus reflexos nas cidades brasileiras. Conforme Sartor (1999),

o urbanismo contemporâneo tem adquirido mais um sentido de obra pública (projetar e realizar obras), em oposição ao planejamento, um urbanismo não mais comprometido com a metodologia do plano geral e, sim, do projeto pontual. Trata-se da revalorização do urbanismo operacional e interventor em detrimento de um urbanismo regulador da atividade privada. Além de restringir a participação social na formulação das estratégias e propostas para a cidade, esse modelo de urbanismo tem sido tolerante (ou indiferente?) com o crescimento das desigualdades e formas de segmentação sócio-espacial, principalmente nas grandes cidades (SARTOR, 1999).

Dessa maneira, são consideradas as requalificações funcionais e estéticas de algumas partes da cidade e o retorno aos projetos urbanos como desdobramentos da ‘crise do planejamento’¹⁰, abordando a tendência atual de reversão da expansão exacerbada das metrópoles, com base na ocupação dos vazios no tecido urbano consolidado e provido de infraestrutura, na criação de novas funções e no estímulo das existentes, resultando, muitas vezes, em processos de elitização ou gentrificação de centralidades urbanas, já que a recuperação dessas áreas consideradas degradadas se consolida através de um planejamento de cidades, que enfatiza o desenho urbano e privilegia as ações físicas no espaço, com base em planos estratégicos

¹⁰ Para Sartor (1999), “a crença no planejamento e no urbanismo se esvaeceu, assim como a arquitetura modernista se esvaeceu com o surgimento de muitas críticas acerca da qualidade do ambiente construído, contexto da emergência do desenho urbano como um desdobramento da ‘crise do planejamento’, que se anunciava nos anos 1960, apontando para a necessidade de se resgatar a diversidade na qualidade da vida urbana, em especial no que tange a escala da rua, introduzindo novas perspectivas de análise e de intervenção sobre a forma urbana” (SARTOR, 1999).

orientados por causas econômicas e por determinantes políticos, que sugerem as parcerias público-privadas como soluções para os problemas urbanos e apresentam por principais objetivos: criar espaços plurifuncionais capazes de canalizar investimentos para a promoção do capital; propagar os efeitos positivos alcançados para outras áreas e; criar uma imagem competitiva da cidade, que possibilite a sua inserção no ‘mercado mundial de cidades’.

O **CAPÍTULO 03** intitulado **OS ‘SISTEMAS DE AÇÕES’: MUDANÇAS NO MODELO** analisa as novidades nas formas de intervenção no território a partir dos anos 1990, com destaque para: a crise de confiança nos paradigmas tradicionais de gestão do território; a remodelação do quadro político nacional; as mudanças acarretadas pela Constituição de 1988 e seus desdobramentos e; a difusão de modelos de planejamento urbano vindos, sobretudo, da Europa (GONÇALVES, 2005; NOVAIS, 2007). Refletiu-se, dessa forma, acerca das concepções que conduziram o Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’ – e o Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’, a partir da análise dos ‘sistemas de ações’ da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e dos ‘sistemas de objetos’ materializados através da (des)construção do espaço carioca nesse período, contemplando seis elementos importantes: 1) a concepção de planejamento adotada; 2) o diagnóstico da cidade; 3) o ‘sistema de ações’; 4) a organização da administração pública; 5) o principal plano e; 6) os principais programas e projetos, que serviram para verificar as mudanças ocorridas nas políticas públicas do modelo de planejamento estratégico carioca em relação aos referenciais teóricos ligados à definição da estrutura normativa e reguladora, que sustentou e organizou o modelo de planejamento racional-funcionalista, predominante no Rio de Janeiro até o final da década de 1980, e à passagem incompleta, na década de 1990, do modelo de planejamento racional-funcionalista para o modelo de planejamento estratégico de cidades, voltado à requalificação urbana com vistas à atração de investimentos e à uma nova internacionalização que, na sua versão econômica, é denominada globalização (GASTAL, 2006, p. 129).

O **CAPÍTULO 04** denominado **O ‘SISTEMA DE OBJETOS: MUDANÇAS NAS PRÁTICAS** destaca as transformações verificadas nos métodos que foram utilizados na materialização dos ‘sistemas de ações’ do modelo de planejamento estratégico adotado pelas administrações municipais do Rio de Janeiro, entre 1993 e 2008, com base na ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte, aliados à construção de ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos monumentais com forte simbolismo e caracterizados por: 1) espaços de consumo ‘popularizados’, localizados em áreas pouco valorizadas da cidade e pensados a partir de projetos arquitetônicos com forte apelo social e grande visibilidade e; 2) espaços de consumo ‘elitizados’, estrategicamente localizados, elaborados por arquitetos de ‘grife’ conhecidos

mundialmente e produzidos para a representação, a ‘venda’ e o consumo da cidade, considerados capazes de cristalizar ambientes com significados e de contribuírem para o fortalecimento de identidades ou singularidades histórico-culturais, na busca por uma colocação do Rio de Janeiro no ‘circuito internacional de turismo’.

Tais objetos arquitetônicos monumentais voltados à produção de espaços de consumo ‘popularizados’ e ‘elitizados’ reproduzem no tecido urbano carioca o imaginário hegemônico das metrópoles internacionais, recebido maciçamente pelos meios de comunicação e marcados por uma arquitetura globalizada e pela estetização de todos os seus atos e artefatos (GASTAL, 2006 p. 19), seguindo, em parte, os princípios da Carta do Novo Urbanismo, no que diz respeito ao resgate dos conceitos de vizinhança, de lugar e de identidade da cidade, com base na concepção de espaços integrados e variados quanto às tipologias construtivas e à mistura dos usos e, não, propriamente da população.

Para estabelecer uma reflexão sobre o processo de (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) ou, ainda, conjecturar a respeito da construção e da destruição dos objetos fixos, das rugosidades remanescentes e das funções sociais dos lugares, em virtude da redução da eficácia da funcionalidade dos ‘sistemas de objetos’ (SANTOS, 1996) no atendimento das sempre renovadas necessidades sociais de produção, circulação, consumo e informação, além da emergência de novos atores com maior mobilização e poder de intervenção na cidade, é realizada uma leitura semiótica do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ como processos (‘sistemas de ações’) e como produtos (‘sistemas de objetos’) e das mudanças nas formas de intervenção no Rio de Janeiro, considerando a escala macro do planejamento urbano, com base nas variáveis: 1) competitividade urbana; 2) integração; 3) marketing urbano; 4) parcerias público-privadas e; 5) novas tipologias arquitetônicas e urbanas; e realizando uma leitura na escala micro do objeto arquitetônico, a partir das variáveis: 1) projeto arquitetônico; 2) cultura e identidade; 3) plurifuncionalidade; 4) controle social e; 5) atração de investimentos, de modo que a análise não fique restrita aos espaços concretos, mas às suas formas significantes ou, ainda, com base em imaginários e como imaginários, a saber:

- **OBJETO 01 – O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas**, em São Cristóvão, espaço de consumo ‘popularizado’ voltado ao turismo, à cultura e ao entretenimento é lido semioticamente a partir da visualidade dessa feira de produtos nordestinos com características de feira livre, juntamente com uma reflexão acerca do histórico desse ícone ou imagem-marco do Rio de Janeiro desde a sua criação, no momento moderno ou industrial, como

pavilhão destinado a grandes exposições, cercado pela Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíba; passando pelo abandono do seu interior após a queda da estrutura da sua cobertura e posterior reutilização do seu espaço interno como barracão de algumas escolas de samba, até a sua transformação em um centro voltado à ‘mercadorização’ da cultura popular;

- **OBJETO 02 - A Cidade do Samba**, na Gamboa, ‘parque temático do samba’ constituído por galpões edificadas para abrigar as atividades realizadas pelas Escolas de Samba do Primeiro Grupo na produção do Carnaval carioca, buscou em sua concepção recriar a atmosfera portuária local, construindo, assim, novos sentidos para esse espaço de consumo ‘popularizado’ voltado ao turismo, à cultura e ao entretenimento e, também, recuperar o imaginário urbano da cidade como local da festa, da segurança e da qualidade de vida, em lugar do imaginário moderno da cidade como lugar da poluição, da insegurança e com precária qualidade de vida, caracterizado pelos galpões abandonados no entorno desse equipamento cultural de grandes dimensões, que poderiam ter sido requalificados em lugar da construção dos novos galpões e, que, por constituírem-se em símbolos da degradação do meio ambiente, convivem em tensão com os significantes do encontro e da celebração imaginados para a exaltação desse objeto arquitetônico;

- **OBJETO 03 – A Cidade da Música**, na Barra da Tijuca, marco voltado ao turismo, à cultura e ao entretenimento, elaborado com base em um projeto arquitetônico de ‘grife’, do arquiteto Christian de Portzamparc para ser: ‘A Maior Sala de Concertos de Orquestras Sinfônicas e Óperas da América Latina’, é lida semioticamente, não apenas como uma obra de elevado custo para os cofres públicos, mas como um objeto arquitetônico projetado para elevar o Rio de Janeiro a um outro patamar de cidade mundial em relação à arquitetura, formar novos públicos para concertos e se constituir em uma nova centralidade em relação ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, localizado no Centro da cidade. Tal leitura é feita a partir das características desse novo ícone ou imagem-marco do Rio de Janeiro, que se materializou em um objeto estético dada a monumentalidade da sua forma, embora não tenha até o momento se constituído em um objeto plurifuncional ou um shopping cultural em virtude da paralisação das obras no final da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008);

- **OBJETO 04 - O Museu Guggenheim**, no Píer Mauá, projeto audacioso voltado ao turismo, à cultura e ao entretenimento, também caracterizado por uma arquitetura de ‘grife’ concebida pelo arquiteto Jean Nouvel, é imaginado como um catalisador do Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária - Porto do Rio, elaborado pela prefeitura com o apoio da iniciativa privada através de parcerias nacionais e internacionais e, apesar de não ter

sido materializado até o momento, causou muita polêmica em virtude dos altos custos necessários à sua construção. A leitura semiótica dessa forma significativa é feita com base na sua tipologia arquitetônica sem referências locais, mas com uma estética pensada para o consumo e para criar uma nova centralidade em relação ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM-RJ, localizado no Aterro do Flamengo.

- **OBJETO 05 - O Estádio Olímpico João Havelange**, o ‘Engenhão’, no Engenho de Dentro, foi pensado para se constituir em uma arena esportiva com forma significativa aos moldes internacionais e, para tanto, buscou refletir um espaço de materialização esportiva, aliado a tecnologia e a uma visualidade de grande impacto cênico. Dessa forma, a leitura semiótica desse espaço de consumo ‘popularizado’ voltado ao esporte, construído para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 com o objetivo de criar uma nova centralidade na Zona Norte da cidade, é feita com base na capacidade desse equipamento esportivo abrigar outros eventos voltados ao consumo das massas, diferentes daqueles para os quais foi, em princípio, projetado, assim como outro ícone ou imagem-marco da cidade do Rio de Janeiro, o Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, localizado no bairro de mesmo nome e que vem sendo requalificado para atender às novas exigências esportivas e de consumo internacionais;

E, **O CAPÍTULO 05** nomeado **OS PROBLEMAS À MANEIRA DE CONCLUSÃO** resgata as questões e os pressupostos teóricos analisados nesse estudo, sem o intuito de esgotar a discussão, mas de ampliar o debate sobre a arquitetura e o planejamento urbano desenvolvido no Rio de Janeiro, a partir dos anos 1990, com o auxílio da semiótica, que permite olhar a realidade da cidade como texto e sua relação com outros textos, ou seja, possibilita ver a cidade como espaço construído e como imaginários acumulados na idéia de urbano, o que admite múltiplas posições sobre o objeto de estudo que, dessa forma, também será múltiplo (GASTAL, 2006, p. 10 e 207) e, ainda, identificar problemas e refletir sobre possíveis soluções. De forma resumida, os objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ são lidos como textos significativos e constitutivos da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), caracterizada pela emergência de ‘sistemas de objetos’ com novas tipologias arquitetônicas e urbanas globais e linguagens estetizantes, consideradas necessárias para a constituição do imaginário da cidade, que busca criar cenários de alta qualidade com o objetivo de inserir o Rio de Janeiro de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’ em virtude da sua almejada condição de disputar outros fluxos financeiros, de entretenimento e de consumo.

1.2. PERSPECTIVA SEMIÓTICA.

O presente estudo, ao propor um exame na teoria e na prática da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), encontra no momento da introdução do modelo estratégico de cidades no Rio de Janeiro e nas mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca¹¹ eixos analíticos para tentar entender o fenômeno urbano do conjunto de objetos arquitetônicos monumentais denominado ‘Pentágono do Milênio’ como imagem e na semiótica uma base metodológica ou, ainda, uma possibilidade para tentar compreender a pluralidade de sentidos que essas imagens (formas significantes) podem adquirir individualmente extrapolando a dimensão do ‘visível’ (JAMESON, 1995).

A reflexão busca na semiologia (na ciência geral dos signos e dos sistemas de significação) um caminho para avaliar a presença ou não de uma especificidade contemporânea no que se refere ao tempo, ao espaço e à visualidade dos objetos arquitetônicos monumentais que constituem o fenômeno denominado ‘Pentágono do Milênio’, a partir da análise das suas aparências e das suas qualidades intrínsecas para além de seus evidentes espaços utilitários, funcionais e estéticos para os quais nossas percepções são remetidas e, também, para além do fato de serem uma expressão necessária e essencial ao modo de produção da vida social do capitalismo a partir dos anos 1990 (FERNANDES, 2003, p. 2; GASTAL, 2006, p. 10).

Conforme Lefèbvre (1991) apud Gastal (2006), “a cidade é a realidade imediata e o urbano a realidade social, sendo este último composto de relações a serem concebidas e construídas pelo pensamento” (LEFÈBVRE, 1991, p. 55 e 81), e propor uma leitura semiótica da cidade é compreendê-la como texto escrito e a realidade urbana como um conjunto de signos ou, igualmente, um campo de relações de espaços e tempos compostos por ritmos cíclicos e durações lineares (GASTAL, 2006, p. 61 e 62).

Harvey (1992), recorrendo a Barthes (1987), lembra que, “a cidade é um discurso e esse discurso é, na verdade, uma linguagem”, sendo necessário estar atento às várias leituras e representações que a cidade nos proporciona, às várias mensagens que ela transmite, enfim, ao seu simbolismo e que “propor uma leitura semiótica da cidade é buscar encaminhar novos olhares, que possam identificar problemas e refletir sobre possíveis soluções”. A leitura semiótica “consiste em ver a obra como um ‘texto’”, sendo que a “vida cultural é, pois, vista como uma série de textos em interseção com outros textos, produzindo mais textos” (HARVEY, 1992, p. 49 e 70).

¹¹ “Momento em que a semiótica aparece implícita ou explícita na teorização de áreas tão diversas como a arquitetura, a história ou a psicanálise” (GASTAL, 2006, p. 41).

O recorte proposto por Jameson (1995) apud Gastal (2006) supõe, antes, olhar o texto e o avanço do significante sobre o significado. Para esse autor, “a intertextualidade é a estratégia da mistura, condicionando não só o conteúdo, mas também os aspectos formais da obra, sem que se destruam mutuamente: é a presença de um significante em outro, mas também a passagem de um significante a outro”. Dessa forma, a “intertextualidade vem na contramão do discurso único e do não repetido como sinônimo de originalidade. [...] É a possibilidade de engendrar tessituras estéticas, dispensando a idéia do novo e investindo na reorganização dos elementos textuais que são retrabalhados” (GASTAL, 2006, p. 42, 47 e 70).

No pensamento de Eco (2005), a semiologia estuda todos os fenômenos da cultura como se fossem sistemas de signos e a cultura como um fenômeno essencialmente de comunicação. Em suas considerações, esse autor define o objeto arquitetônico como um signo icônico ou, ainda, como uma forma significante, que se caracteriza por ter um significado codificado e convencionalmente estabelecido nos domínios da cultura e que é, assim, atribuído a esse significante. Assim, o objeto arquitetônico “é, sob o aspecto comunicacional, o significante (signo icônico) daquele significado exata e convencionalmente denotado que é a sua função”, mas pode, também, “conotar certa ideologia de função, além de outras coisas”, pois em termos comunicacionais e, segundo esse autor, “o princípio de que a forma segue a função significa que a forma do objeto arquitetônico (forma significante ou signo icônico) não só deve possibilitar a função, mas denotá-la tão claramente que a torne, além de manejável, desejável, orientando para os movimentos mais adequados à sua execução” (ECO, 2005, p. 198, 200, 202 e 203).

Como mostra Fernandes (2003), a denotação se refere sempre à função de uso de uma edificação e às operações que são necessárias para que tal se realize, a partir de códigos culturais que estabelecem a forma significante (objeto arquitetônico ou signo icônico) e denotam um determinado significado (função de uso), que possibilita organizar a leitura de determinados textos com base em valores que, em determinados momentos, sobressaíram-se a outros elementos do sistema. Com esses pressupostos busca-se resgatar as matrizes presentes, primeiro, no texto urbano e, depois, na cidade como texto visual. Assim, o código denotativo (função de uso), fixa as regras através das quais se organizam o repertório de signos e as relações entre estes e os significantes. Mas essa forma só denota a função nos limites dos hábitos adquiridos no contexto da cultura, como por exemplo: o uso que a forma ‘escada’ ou a forma ‘elevador’ induzem ao observador/usuário. No que concerne à conotação, esta se refere aos aspectos ideológicos de um objeto arquitetônico e, como tal, trabalha também como função, mas ao invés de função de uso, como função ideológica, que comunica uma utilidade social (FERNANDES, 2003, p. 13 e 14).

No entanto, em muitos casos, é um propósito programático de certos objetos arquitetônicos (formas significantes ou signos icônicos) funcionarem como forma, ou seja, transmitirem determinada mensagem estética coerente com a ideologia vigente no contexto e/ou da própria tipologia da edificação, como por exemplo: os edifícios governamentais, monumentais e representativos dos palácios de Brasília e outras obras criadas por Oscar Niemeyer (SILVA, 1985, p. 44 e 51). Tal pensamento é confirmado por Fernandes (2003), quando a autora destaca que, em alguns elementos, a função de uso (significado denotado) é só uma das funções, mas não a mais importante, sendo a função ideológica (significado conotado) até mais importante. Eco define a função de uso (significado denotado) como função primeira (denotada) e a função ideológica (significado conotado) como função segunda (conotada), sem que isso signifique uma classificação axiológica, tratando-se apenas de uma mecânica semiológica (FERNANDES, 2003, p. 14). Segundo Silva (1985),

é possível que, em muitas situações, os produtores das formas arquitetônicas (objetos arquitetônicos ou símbolos icônicos) as proponham sem pretenderem, de maneira intencional e consciente, veicular nenhuma mensagem particular; em outras situações, todavia, o projetista deliberadamente procura utilizar a forma arquitetônica (forma significativa) como instrumento de um discurso pessoal (significado conotado (função ideológica)) que se sobrepõe aos propósitos programáticos da obra projetada (significado denotado (função de uso)) (SILVA, 1985, p. 110).

De acordo com Gastal (2006), o momento atual “abre espaço para uma semiose em que o significado (denotado (função de uso) e conotado (função ideológica)), embora sem desaparecer e, como tal, romper a própria noção de signo (objeto arquitetônico), vê-se submetido ao que seria denominado como hegemonia do significante (da forma arquitetônica)”, o que significa abrir outras possibilidades para a construção de significação e, no próprio objeto arquitetônico, estruturas e relações menos rígidas entre os elementos constituintes. Para essa autora, a contemporaneidade consolida a visão de que a cidade não se restringe aos objetos arquitetônicos, mas se constitui com base em imaginários e como imaginários e o espaço só ganha expressão em estruturas de relacionamento significantes e, não, na simples distribuição dos objetos arquitetônicos no tecido urbano. Daí a cidade e o urbano “serem o resultado da rede de tessituras entre o que é fixo no espaço e o que flui na forma de deslocamentos de pessoas, bens materiais e simbólicos, comportamentos e culturas, para os quais contribuem as percepções presentes, assim como, a memória e as utopias” (GASTAL, 2006, p. 55 e 73).

Muitos ícones ou imagens-marco criados a partir dos anos 1990 não apresentam ligação com os espaços onde foram inseridos, constituindo-se alguns deles em construções monumentais efêmeras e sem traços que identifiquem suas origens e propósitos. Esse esvaziamento do significado (denotado (função de uso) e conotado (função ideológica)) a favor

do significante (da forma arquitetônica) levaria, no pensamento de Jameson (1995), a uma cultura esquizofrênica, caracterizada pela ruptura na relação unívoca entre o significado (denotado (função de uso) e conotado (função ideológica)) e o significante (forma arquitetônica) e entre os diferentes signos presentes no texto, entre si. Para o autor, na atualidade, a cultura não é “mais da produção, mas da reprodução, na qual não só a imagem é hegemônica, mas também o imaginário, ambos pautados pela estetização de todos os seus atos e artefatos”, verificando-se “uma nova sensibilidade contemporânea, não mais perceptual e sensível, mas marcada pela mediação da tecnologia, em especial da produção de imagens. Uma cultura pós-perceptual que consome imaginários e, não, realidades” (JAMESON, 1995).

De acordo com Gastal (2006), o primado da análise de Jameson¹² encontra-se “na dialética entre o econômico e o cultural, na qual o econômico avança sobre o cultural e o cultural sobre o econômico”, num espaço de tensão que tem o marketing urbano como principal mediação, mas que funciona, também, para além dele. Para Jameson (1995) apud Gastal (2006), “a seqüência dos diferentes modos de produção trará a confrontação de diferentes sistemas simbólicos, porque mudanças no modo de produção dominante são acompanhadas de reestruturação dos modos de produção arcaicos” (GASTAL, 2006, p. 19, 21 e 59) ou, ainda, que mudanças nos ‘sistemas de ações’ das municipalidades são seguidas de mudanças nos ‘sistemas de objetos’ das cidades.

No que diz respeito ao programa arquitetônico, este delimita um contexto funcional (significado denotado (função de uso)) e, por isso mesmo, seria lógico se pretender que o primeiro elemento de comunicação arquitetônica fosse, segundo Silva (1985), “justamente a finalidade para a qual a edificação foi erigida”, já que “toda função arquitetônica tem uma estrutura que lhe é peculiar, e o papel correto do projetista é enfatizar essa estrutura ou, pelo menos, abster-se de adulterá-la pela adoção de uma configuração externa que lhe seja estranha”. Para esse autor, a função primordial dos meios de comunicação de massas é, por definição, comunicar e se incluirmos a arquitetura no rol desses meios de comunicação estamos, implicitamente, reconhecendo nela a capacidade de comunicar, restando aos arquitetos estabelecerem “o que e como comunica a arquitetura” (SILVA, 1985, p. 37 e 114). Conforme Eco (2005), a idéia de que arquitetura seja uma forma de comunicação de massas está bastante

¹² A análise de Gastal (2006) acerca da literatura de Jameson, F. foi realizada a partir das seguintes publicações desse autor: *Cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001; *Sementes no tempo*. São Paulo: Ática, 1997; *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996; *As marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995; *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992b; *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

difundida, já que se trata de uma operação para satisfazer determinadas exigências sócio-econômicas e convencer as pessoas a viverem de um modo determinado (ECO, 2005, p. 224).

Silva (1985) constata que, atualmente, os meios de comunicação de massas, incluindo aí a arquitetura, estão orientados em sentido unilateral, pois nesses contextos recebem-se mensagens estéticas sem que exista a possibilidade de resposta dos usuários, de intercâmbio comunicativo real e eficaz, pois existe “diferença entre a arquitetura produzida para um grupo definido, restrito e conhecido de usuários (a custom-made architecture dos norte-americanos), e a arquitetura dos edifícios públicos, produzida para grupos indefinidos e não identificados de usuários”, sendo que, no primeiro caso, o processo de comunicação é bidirecional, ou pode sê-lo sem problemas, efetivando-se ainda na fase do projeto, enquanto que, no segundo caso, “inexiste aquilo que alguns estudiosos chamam de feedback e que aperfeiçoaria o sistema, pelo menos no plano teórico”, já que “a comunicação humana, para tornar-se perfeita e completa, deve ser sempre bidirecional” (SILVA, 1985, p. 37 a 40 e 178). Nas palavras dessa autora,

a arquitetura não somente cria um suporte para nossas vidas, mas efetivamente participa dessas atividades; [...] ademais, a participação dos elementos arquitetônicos não é meramente física, já que o uso que fazemos dos mesmos é de caráter sensorial, e sua percepção por meio dos sentidos lhes confere uma dimensão psicológica, carregada de um determinado significado percebido (significado denotado (função de uso), que poderá resultar, inclusive, de uma importância preponderantemente convencional (significado denotado (função ideológica)), apreendida dentro de nosso contexto sócio-cultural. Qualquer prédio (objeto arquitetônico ou símbolo icônico), assim sendo, imediatamente simboliza aspectos dos objetos culturais básicos para determinada modalidade de existência (forma significante) (SILVA, 1985, p. 123 e 124).

Para Eco (2005), o discurso arquitetônico é persuasivo, pois “parte de premissas adquiridas, coliga-as em argumentos conhecidos e aceitos, e induz a um determinado tipo de consenso”; é psicológico, já que “com suave violência, [...] totalmente despercebida, (as pessoas são levadas) a seguir as instruções do arquiteto, o qual não apenas significa funções, mas as promove e induz”; é fruído na desatenção, “como se fruem o discurso fílmico e televisivo, as histórias em quadrinhos e os romances policiais” e; sendo a arquitetura sujeita à rápida obsolescência e sucessão de significados (denotados (funções de uso) e conotados (funções ideológicas)), já que “move-se numa sociedade de mercadorias, está sujeita às determinações do mercado, mais do que as outras atividades artísticas e tanto quanto os produtos da cultura de massa” (ECO, 2005, p. 224 e 225). Ainda conforme Eco (2005),

através da cadeia semiológica, que faz do estímulo uma denotação e da denotação uma conotação (e do sistema de denotações e de conotações uma mensagem auto-significante que conota as intenções significantes do remetente), vemos que em arquitetura os estímulos são ao mesmo tempo ideologias. A arquitetura conota uma ideologia do habitar e, portanto, se

oferece, no momento mesmo em que persuade, a uma leitura interpretativa capaz de levar a acrescentamento informativo. Informa sobre algo novo quanto mais quer fazer habitar de modo novo, e quanto mais quer habitar de modo novo, tanto mais persuade, mediante a articulação de várias funções conotadas, a fazê-lo (ECO, 2005, p. 226 e 227).

Eco (2005) destaca que, “as condições do consumo são as mesmas da recuperação ou da substituição dos sentidos”, o que pode ser acrescentado por Silva (1985), quando afirma que “a arquitetura não é um modo de mudar a história e a sociedade, mas um sistema de regras para dar à sociedade aquilo que ela prescreve à arquitetura” e que, “a despeito do avanço tecnológico, observa-se que as exigências funcionais prementes, a obsolescência prematura e o consumo rápido conspiram contra o estabelecimento de uma linguagem arquitetônica que possa ser entendida dentro de um critério de universalidade cultural” (SILVA, 1985, p. 131 e 160). Para Gastal (2006), “no mundo da mercadoria, o consumismo aparece como marca cultural na expansão das formas tradicionais para novas formas cada vez mais mercadejáveis”, ou seja, que satisfaçam as exigências sócio-econômicas impostas na atualidade (GASTAL, 2006, p. 33 e 34).

Conforme Fernandes (2003), “quanto mais vertiginosa for a sucessão dos eventos que ocorrem para as mudanças dos códigos e quanto mais estiverem atrelados às transformações sociais, tecnológicas e comunicacionais, mais profundas serão essas mudanças e menos serão percebidos em sua profundidade”. Eco (2005) complementa a análise ao levantar que um aspecto paradoxal do gosto contemporâneo é que “nossa época, embora pareça um tempo de rápido consumo das formas (porque de rápido revezamento dos códigos e dos fundos ideológicos) é, na verdade, um dos períodos históricos em que as formas se recuperam com maior rapidez e se conservam além da aparente obsolescência” (ECO, 2005, p. 210). Segundo Gastal (2006),

a pós-modernidade sedimenta o olhar não no monumento isolado, mas no espaço urbano histórico [...]. Os padrões e as normas globalizados a que os espaços históricos seriam submetidos serão aqueles da indústria cultural: como qualquer outro produto, o produto cultural histórico precisa de formatação, embalagem e um *marketing* que o coloque no mercado. O monumento espaço-âncora não foge a essa contingência e passa a ser, no campo de batalha do local *versus* o global, submetido ao discurso da identidade e do lugar e, também, às demandas da expansão capitalista globalizada (GASTAL, 2006, p. 137).

No pensamento de Hazan (2002), “com a proliferação de construções monumentais nos grandes centros urbanos, resgata-se o papel do ícone¹³ como catalisador de ações que se multiplicam em torno do processo de requalificação de áreas degradadas nas cidades”. Para a autora, “os ícones da contemporaneidade, em alguns aspectos, muito lembram os ícones da Antigüidade Clássica”, já que “em diversos momentos da história das cidades, governantes

¹³ “Entenda-se por ícone construção de impacto, seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso. Ícone é aquela construção que, desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação” (HAZAN, 2002).

utilizaram construções para atribuir uma nova vitalidade aos espaços urbanos, seja através de templos, seja através de monumentos”, sendo o fato mais importante a se destacar “é que essas construções vêm servindo por vários séculos como catalisadores, que auxiliam no processo de desenvolvimento dos centros urbanos”. E complementa que:

o ícone é um símbolo, concebido como tal ou transformado em tal. Ele se destaca na paisagem urbana, ajudando a valorizar seu entorno e, às vezes, toda a cidade em que se encontra. [...] Assim como a Igreja sentiu a necessidade de marcar sua presença e mostrar a força e o poder da religião cristã através de suas edificações, vários gestores, entre os quais reis, imperadores, e mais recentemente presidentes, governadores e prefeitos também sentiram a necessidade de afirmar seus governos, utilizando-se dos ícones arquitetônicos para permanecerem na história. Dessa forma, da comemoração da vitória de uma batalha a eventos de grande abrangência, muitos monumentos foram sendo erguidos com o objetivo de marcar épocas e, portanto, as iniciativas de seus gestores (HAZAN, 2002).

Na análise do objeto arquitetônico projetado, tem-se o uso que desvela tanto a ideologia do projeto (significado conotado (função ideológica)), quanto do próprio uso (significado denotado (função de uso)). Entendendo-se a arquitetura como linguagem e representação, verifica-se nos objetos arquitetônicos o campo de constante luta de duas partes: o projeto (significado conotado (a função ideológica)) e o uso (significado denotado (função de uso)), que entram em conflito na caracterização de sua forma (forma arquitetônica) e [...] na gênese dos seus significados (formas significantes) (FERRARA, 1981, p. 187). Lechte (2003) contribui para a reflexão ao enfatizar que os objetos arquitetônicos não são simplesmente consumidos em uma sociedade consumista; eles são produzidos menos para satisfazer uma necessidade do que para significar um status, e isso só é possível devido à relação diferencial entre os objetos arquitetônicos. Segundo Gastal (2006),

a partir da pós-modernidade, o avanço da visualidade ocorre paralelo com o recuo da escrita e do literário: ‘a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la. [...] A hegemonia do visual traz consigo a estetização geral do produto artístico-cultural e do cotidiano. Na pós-modernidade, essa estetização é marcada por um retorno ao belo, meio pelo qual o público é seduzido e abstraído do seu contexto social imediato. [...]. Essa linguagem se pauta por processos gerais não locais, porque as linguagens da mídia devem ser universais (GASTAL, 2006, p. 162, 167 e 169).

Hazan (2002) destaca que os ícones da contemporaneidade são construídos a partir de uma concepção política, que visa sua projeção internacional. “Se, em outros momentos, eles possuíam um significado e uma aparência condizentes com a sociedade local, eles agora pertencem à sociedade global”, sendo que “a sociedade informacional em muito auxilia nesse processo, já que os mitos circulam na mídia e na rede com grande rapidez, fazendo deles símbolos além das fronteiras do espaço local”. Contudo, para a atração de investimentos nas

idades, desconsideram-se os problemas locais em favor de mensagens estéticas ‘sedutoras’, encontrando-se essas metrópoles à sorte das informações e criações da comunicação visual “comum entre todas as grandes cidades de comércio [...], entre os grandes museus do mundo, entre as grandes universidades” (HAZAN, 2002). No pensamento de Gastal (2006),

a cidade deverá atender a [...] demandas estéticas, se não no seu todo, naquelas ilhas ocupadas pelos públicos privilegiados econômica e culturalmente. Os espaços privilegiados para uso de grupos sociais específicos surgirão da intervenção de profissionais arquitetos, decoradores, urbanistas e designers. Eles serão os encarregados de constituir e materializar as narrativas visuais, de acordo com um padrão que, por estar generalizado pela publicidade e pelo cinema, tenderá a repetir-se em diferentes pontos do planeta (GASTAL, 2006, p. 188 e 189).

Para Silva (1985), entretanto, a temática da interpretação semiológica deve ser feita com cautela e entendida como mais um instrumento para a compreensão do objeto arquitetônico, que, para efeitos dessa forma de análise, não precisa ser, em princípio, de excelência ou, ainda, monumental, já que o que será verificado é o teor comunicacional da sua forma (SILVA, 1985, p. 20). Em seu pensamento, a expressão arquitetônica é irredutível a outro meio que não seja o da linguagem visual e, no que se refere à arquitetura, o primeiro e mais imediato fator de comunicação desta disciplina provém da correspondência entre formas materiais e funções que desempenham, quando denotam uma tipologia e um programa de construção inequívocos. Na contemporaneidade, “o belo volta a ser uma aspiração da arquitetura” e as formas significantes dos objetos arquitetônicos monumentais não seguem um processo lógico, como na arquitetura moderna, “livre de imagens da experiência passada e determinada pelo programa e pela estrutura” (GASTAL, 2006, p. 192), mas são fruto de uma construção social de imagens e imaginários. Nas palavras de Gastal (2006),

se a cultura visual resignifica a importância da cidade como cenário, essa posição estará impregnada de exigência estética [...]. Para Jameson, as imagens, ao serem esvaziadas de conteúdo, abrem espaço para que a beleza e a forma avancem para além do estético e se constituam em aura na sociedade de consumo (GASTAL, 2006, p. 186 e 188).

No pensamento de Silva (1985), a escala monumental adotada nos novos objetos arquitetônicos com tipologias pretensamente globais voltados ao consumo “não favorece o processo de identificação dos cidadãos comuns” (SILVA, 1985, p. 118). Nas palavras de Lechte (2003), “em suma, os seres humanos não procuram a felicidade; eles não procuram realizar a igualdade; o consumo não iguala, ele diferencia por intermédio do sistema de signos. O estilo de vida e os valores, não a necessidade econômica, são a base da vida social” (LECHTE, 2003, p. 260). Deste modo, o arquiteto ao conceber um ícone, pode estar auxiliando o processo de requalificação de uma área e integrando-a ao resto da cidade, mas pode estar, também,

contribuindo para a segregação sócio-espacial à medida que a ideologia que sustenta a maioria desses espaços de consumo procura determinar a formação da consciência e a conduta do usuário, ou seja, busca convencer as pessoas a viverem de um determinado modo.

Para Ferrara (1981), o ambiente urbano, em sua efetivação, é atravessado ideologicamente pelos antagonismos das relações sociais de produção, que compreendem, de um lado, o projeto, “que luta concretamente pelo domínio da linguagem” e, de outro, “a consciência do usuário na sua percepção do urbano” e que, “sem acesso aos recursos formais de representação do projeto, fica em nítida desvantagem para impor seu discurso”. Ao mesmo tempo, e com base na hipótese de que a arquitetura e o planejamento urbano são produtores de lugares e o uso (o consumo) constitui-se em um modificador do espaço urbano, a autora faz distinção entre três tipos de ambientes:

1) o ambiente fechado - “o projeto urbano, enquanto código altamente ordenado (coercitivo), não permite expectativas, não possibilita escolha entre alternativas, não permite decisões porque não suporta imprevisibilidade do uso” e, sendo altamente ordenado, por ele circula baixa e plausível taxa de informação, conservando “os traços rígidos de uma solução positivista”;

2) o ambiente misto – “visa à instabilidade de um processo que, partindo de uma proposta ampla e seguramente ordenada, sucumbiu por força do uso como história em uma fonte ambígua e indecisa enquanto espaço medianamente informativo e disponível à ação urbana”;

3) o ambiente aberto – “inverso a códigos, ordens e normas, vive a realidade de certos sistemas de transição em constante imprevisibilidade e acaba, por força do próprio uso como história, engendrando o seu peculiar modo de ser urbano: altamente informado, porém, carnavalescamente disposto” (FERRARA, 1981, p. 186).

Dentro do campo problemático das mudanças no modelo e nas práticas do planejamento urbano carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), a perspectiva semiótica adotada por esse estudo busca a identificação dos elementos significantes presentes no conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ e a pluralidade de sentidos que suas imagens podem adquirir individualmente. A elaboração desses símbolos arquitetônicos e espaciais¹⁴ almeja a expressão da multiplicidade, da heterogeneidade e da tática mercadológica, características do modelo de planejamento estratégico de cidades, qualificado pela racionalização

¹⁴ “A utilização do ícone como catalisador (monumento espaço-âncora) de novos investimentos vem fazendo parte tanto de políticas locais quanto de políticas globais nas instâncias federal, estadual e municipal, marcando as gestões de presidentes, governadores e prefeitos de grandes centros urbanos” (HAZAN, 2002).

instrumental da ação pública, em lugar da expressão da funcionalidade, da pureza das linhas, da padronização e do planejamento lógico ou, ainda, das soluções consideradas homogêneas e totalizantes do modelo de planejamento racional-funcionalista, com o intuito de compreender as relações entre as formas discursivas (formas significantes), os significados (denotativos (funções de uso) e conotativos (funções ideológicas)) e os valores materializados nesses ‘sistemas de objetos’, entendidos como expressões emblemáticas dos ‘sistemas de ações’ adotados pelas administrações municipais desse período.

A análise semiótica do ‘Pentágono do Milênio’, expressão criada pelo prefeito Cesar Maia para um programa de obras elaborado em sua segunda gestão (2001-2004), é feita com base no pensamento sobre a mensagem estética como comunicação ou, ainda, “a estética a favor de uma política de mundialização, que utiliza relações trans-fronteiras para instaurar modelos globais”¹⁵, com vistas a abarcar alguns códigos e signos que revelem a identidade desses espaços projetados para satisfazer os desejos dos investidores e dos cidadãos-consumidores e para a construção de uma imagem competitiva da cidade como uma das estratégias para sua inserção no chamado ‘mercado mundial de cidades’, onde a construção dos ícones faz, portanto, parte de um planejamento estratégico que visa não apenas requalificar alguns espaços da cidade, mas dar a ela condições de capturar novos incentivos que garantam a sua sobrevivência (HAZAN, 2002).

A prática do planejamento urbano brasileiro sofreu mudanças significativas a partir dos anos 1990, quando se intensificou a difusão do modelo de planejamento estratégico de cidades importado de Barcelona e que propunha a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado, além da incorporação de ícones e de políticas globais em seu planejamento estratégico, sobretudo, nos projetos de requalificação de áreas consideradas degradadas no tecido urbano, sendo que “os melhores exemplos se referem à cidade do Rio de Janeiro, que desde a gestão de Pereira Passos (1902-1906) vem sofrendo intervenções embaladas por tendências internacionais” (NOVAIS, 2007).

Esse estudo parte da **hipótese** na qual a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como principais ferramentas da globalização no processo de produção de espaços atraentes ao consumo, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais no processo de produção do espaço do Rio de Janeiro e o ‘sistema de objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’, composto por objetos arquitetônicos com forte

¹⁵ “Segundo Henri-Pierre Jeudy, a estética é talvez mais próxima da política do que a ética. Ela não pode estar a serviço do político, mas deve provocar a questão política” (HAZAN, 2002).

apelo simbólico, se constitui em um enunciado emblemático dos ‘sistemas de ações’ utilizados pelas administrações municipais cariocas na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), que buscaram elaborar ícones ou imagens-marco, considerados capazes de fortalecer centralidades antigas, de criar novas centralidades, de construir uma imagem competitiva da cidade e de inseri-la no ‘circuito turístico internacional’, com base na produção de espaços de consumo com uma linguagem separatista e elitizante, responsável pela fragmentação simbólica, produzida por um conjunto de representações sociais do espaço metropolitano, e pela fragmentação social, ao classificar as categorias espaciais e estigmatizar os grupos sociais, apesar do discurso público sobre a cidade produzir um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropriação dos territórios da metrópole e legitimar ações e idéias, por meio de imagens construídas em torno desses projetos e da própria cidade.

Desse modo, considera-se que as políticas públicas que organizaram e sustentaram os ‘sistemas de ações’ do modelo de planejamento estratégico carioca sofreram alterações em virtude das renovadas necessidades impostas pelas transformações econômico-produtivas, processos que levaram às mudanças de atitude por parte das administrações da cidade a partir dos anos 1990, que passaram a (re)elaborar suas estratégias materializadas em ‘sistemas de objetos’ com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, considerados capazes de gerar receitas em virtude da plurifuncionalidade de seus usos e de tornarem-se os novos ícones ou imagens-marco da cidade do Rio de Janeiro pelo marketing urbano e, assim, possibilitar a representação, a ‘venda’ e o consumo da cidade e de sua cultura para investidores e cidadãos-consumidores.

Essas novas construções de impacto serão lidas como configurações fisicamente estáveis e descritíveis objetivamente em formas significantes produzidas na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) para satisfazer as exigências do processo de globalização, que vem criando, em muitos lugares ao redor do mundo, objetos arquitetônicos monumentais, caracterizados por novos desenhos formais dos artefatos e performances, materializados com base em uma arquitetura que é mais comunicação e menos espaço, se comparada à arquitetura moderna, assinalada pela pureza das linhas e pela ausência de ornamentos, marcas de suas circunstâncias históricas de produção. Dessa forma, pretende-se verificar se essas novas características estão presentes nos objetos arquitetônicos do conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’.

1.3. PLANOS CONCEITUAIS.

A compreensão das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, nos ‘sistemas de ações’ adotados nas administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008) e, portanto, nos ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’, conjunto materializado no contexto das mudanças no modelo de planejamento estratégico e nas práticas do planejamento urbano carioca, necessita de uma investigação que não pode se limitar à noção de cidade como cenário físico da vida humana ou, ainda, como paisagem, objeto comum aos arquitetos e historiadores da arquitetura, mas ao emprego da noção de cidade como corpo social ou segundo o pensamento de alguns autores como:

formas construídas como a expressão de um novo tipo de sociedade (WRIGHT; MUNFORD; HOWARD) (HALL, 2007, p. 342); a forma física que corresponde à organização social e que contém numerosas informações sobre as características da sociedade (BENÉVOLO, 2006, p. 13 e 14); artefatos dinâmicos moldados pela intervenção humana (GRANT, 2005, p. 49); uma justaposição de matéria e cultura, onde, convergem os tempos passados, presentes e futuros (CONDE; MAGALHÃES, 2004); a configuração da estrutura social e a materialização desta estrutura no território (CARVALHO SANTOS, s.d.); a materialização das diversas ações coletivas, caracterizando-se como expressão da própria dinâmica social e de seus signos (KAUFFMANN, 1994, p. 16); um espaço simbólico, de integração cultural, da identidade coletiva e que possui um valor e uma marca para o exterior (PLANO ESTRATÉGICO DO RIO DE JANEIRO)¹⁶.

De acordo com Gastal (2006), “se a cidade é a materialização do urbano no espaço, essa materialização não se restringe aos elementos fixos”. Para essa autora, “em torno e no interior dos fixos, há todo um mundo em movimento, onde circulam pessoas, mercadorias, relações sociais, manifestações culturais, para além do simples trânsito de veículos individuais ou coletivos. Eles constituem fluxos que, junto com os fixos, formam a cidade” (GASTAL, 2006, p. 94). Segundo Grazia e Queiroz (2001), “o urbanismo passou a ter, na sua essência, a preocupação com o estudo das relações da cidade com a sociedade que nela vive” e “da cidade inserida num contexto regional e global”, tendo seu espaço como resultante de transformações sociais, políticas e econômicas do mundo capitalista, “inclusive do papel do Estado e de outros agentes que atuam no espaço urbano (as empresas, as instituições e, é claro, a população) e abrange, ainda, a questão da sustentabilidade sócio-ambiental” (GRAZIA; QUEIROZ, 2001).

Conforme Abreu, (1981), para se compreender o processo de requalificação urbana é necessário examinar “a cada momento a interação que se estabelece entre os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na cidade e a forma pela qual o espaço se

¹⁶ Disponível em: <<http://www.perj.org.br/cidades.html>>.

estrutura”, sendo que “espaço e sociedade precisam ser analisados conjuntamente para que a complementaridade entre processos e forma figure evidente” (ABREU, 1981, p. 16). Roitman (2001) contribui para a análise ao afirmar que “o espaço urbano não é ausente às transformações produzidas no seio da sociedade”, estando a configuração espacial de uma cidade “intimamente associada à estrutura da sociedade em que nela habita”. Para Hall (2007), “na prática, o planejamento de cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades e, estes, com toda a vida sócio-econômica, política e cultural da época” (HALL, 2007, p. 7). Para Silveira (2004), “considerando que a dinâmica urbana constrói-se através de práticas materiais e simbólicas, o exame dessas políticas e da ação de diversos atores sociais suscita a reflexão sobre a tessitura da memória da cidade” (SILVEIRA, 2004, p. 18).

No pensamento de Bahia (2000), “a estruturação urbana de uma cidade toma conformação no espaço sob forma aparência (morfológica) e forma conteúdo (que diz respeito às funções), refletindo a organização social em um determinado tempo”. Para a autora, na perspectiva que a produção social do espaço “resulta da articulação dialética entre ação e estrutura, o Estado, como elemento regulador do espaço urbano, através das políticas públicas, intervém na configuração do espaço de forma extensiva ou pontual, alterando sua estruturação numa visão transformadora ou conservadora” (BAHIA, 2000, p. 39 e 76). Carvalho Santos (s.d.) amplia o debate ao concluir que “as transformações no espaço urbano são fruto não só das relações intra-urbanas, mas de relações regionais e globais, já que a cidade não é um lugar fechado em si, ela assume relações que ultrapassam a esfera local e regional, e isto exige que se tenha uma visão da cidade inserida num contexto político-econômico mais abrangente” (SANTOS, s.d.).

Entretanto, a análise das mudanças nos ‘sistemas de ações’ municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e que materializaram os ‘sistemas de objetos’ ou, ainda, as configurações fisicamente estáveis dos objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ e descritíveis objetivamente em formas significantes se concentrará nas palavras de Fernandes (2003), que conclui que “as ações que se organizam em ordenações historicamente definidas, se especificam e são especificadas em práticas de significação estabelecidas nos domínios da cultura, a partir de códigos conjunturalmente assumidos”, sendo que “tais práticas se expressam em objetos significantes em vários subsistemas de signos, entre os quais, aqueles que dizem respeito aos objetos arquitetônicos e urbanísticos, especialmente os discursos presentes nos planos e nos projetos de intervenção urbanística”, que são “saturados de conteúdos ideológicos e exercem o papel de produzir práticas e ideologias que dizem respeito a essas ordenações” (FERNANDES, 2003).

1.3.1. Primeiro Plano: os ‘sistemas de ações’.

Os ‘sistemas de ações’ correspondentes às políticas urbanas desenvolvidas para a cidade do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008, são analisados teoricamente com base na problemática dos modelos de planejamento urbano e de suas distintas bases conceituais, tendo em vista o paradigma de desenvolvimento estratégico, que percebe a cidade como uma oportunidade de negócios, a administra como uma empresa e a coloca a serviço do lucro privado, e possíveis mudanças na sua estrutura normativa e reguladora, que seguem em parte os preceitos contidos na Carta do Novo Urbanismo, que busca resgatar o valor da rua, da praça e dos vazios urbanos como ‘lugares’, por meio da adoção de novas estéticas arquitetônicas e urbanas, caracterizadas por tipologias pretensamente globais, materializadas com vistas à reprodução de determinados padrões de empreendimentos estandardizados pelos gostos e modos de vida contemporâneos, que consideram a questão da forma do espaço público e sua arquitetura monumental como determinantes da imagem competitiva da cidade. No entanto, a passagem do modelo de planejamento racional-funcionalista para o modelo de planejamento estratégico de cidades, apesar da sua predominância no cenário urbano, foi incompleta, já que não rompeu com o arcabouço conceitual e jurídico-político do modelo anterior. Para Santos (1996),

a ação é subordinada às normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia. A noção de atuação liga-se diretamente à idéia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem. [...] As ações resultam de necessidades naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam às funções. Essas funções de uma forma ou de outra vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 1996, p. 64 e 67).

A década de 1980 no Brasil foi marcada por várias ações, eventos, processos, funções, idéias e inovações importantes, entre eles: a crise econômica mundial e o processo de redemocratização do país, que reacenderam o debate sobre o planejamento das cidades a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988¹⁷ e da definição da obrigatoriedade do Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal para as cidades com mais de 20.000 habitantes, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, constituindo-se em um novo modo de fazer, de organizar e de entender a realidade. Este debate entra pela década de 1990 absorvendo mudanças na atuação dos governos locais, que passam a redefinir seus ‘sistemas de ações’, em função do agravamento da crise econômica e da falência financeira do

¹⁷ “A Constituição de 1988 pode ser considerada não apenas o marco da redemocratização brasileira, mas também a instituição das bases normativas de um regime político no qual a população é amplamente conclamada a ter um papel ativo na gestão pública, especialmente no plano local” (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2003, p. 80).

Estado e a materializar novos ‘sistemas de objetos’ com forte carga simbólica e desdobramentos territoriais, como a revalorização dos centros urbanos. O debate perdurou pelos anos seguintes com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, que regula os Arts. 182¹⁸ e 183¹⁹ da Constituição Federal e que estabelece, entre outras providências, as diretrizes gerais da política urbana (BRAGA, 2007, p. 85; SANTOS, 1996, p. 76 e 77).

Nos últimos anos, as receitas para a competitividade e para a sustentabilidade das cidades ganharam centralidade como expressões do ‘pensamento único’ contemporâneo sobre o urbano, exigindo mudanças de posturas e de ações dos agentes públicos, privados e da sociedade civil organizada. Dentro do ‘mercado de cidades’, torna-se necessário garantir um diferencial entre elas e, em função disso, verifica-se uma valorização do que é entendido como a ‘cultura local’, enfatizando-se as expressões artísticas, as manifestações populares e o patrimônio histórico. Para Arantes (2000) apud Botelho (2005), “os discursos em torno da identidade local são constituídos, também, como um apelo à preservação do patrimônio histórico edificado, que é muitas vezes recuperado como cenário local a ser desfrutado pelos consumidores de lugares” (BOTELHO, 2005, p. 56). “Nesse contexto se vê como uma alternativa o desenvolvimento local, o desenvolvimento endógeno, os planos estratégicos e, também, correntes de pensamento ‘otimista’ e ‘pessimista’ quanto a essas alternativas” (GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006). Conforme Machado (2004),

a reorientação das políticas públicas atuais estrutura-se em eficientes estratégias de marketing, pilares de um poderoso discurso, cuja finalidade é a produção de uma imagem forte e competitiva, sobretudo, para o exterior, concomitantemente à construção de um perigoso consenso, que representa uma aceitação passiva da população em relação aos reais mecanismos que engendram tais estratégias, além de encobrir os conflitos sociais existentes e, conseqüentemente, dificulta uma efetiva participação das várias camadas da sociedade, reforçando seu caráter excludente (MACHADO, 2004, p. 55).

Nas análises de Santos (1996), “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”, sendo necessária uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando, já que “muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra” (SANTOS, 1996). Conforme

¹⁸ De acordo com o Art. 182 da Constituição Federal, “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRAGA, 2007, p. 86).

¹⁹ De acordo com o Art. 183 da Constituição Federal, “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” (BRAGA, 2007, p. 87).

Machado (2004), “a utilização de discursos e de formas de representação impostas como hegemônicas, aliadas à tecnologia dos meios de comunicação e de marketing urbano, condicionam a população local e os turistas a um consumo passivo e alienante de lugares previamente selecionados”, capaz de assegurar as necessidades de acumulação do capital e de integrar-se às práticas internacionais de qualificação e de promoção da imagem urbana, “materializadas pela incorporação acrítica de modelos que reiteram a fragmentação sócio-espacial” (MACHADO, 2004, p. 28). Nesse sentido, Santos (1996) conclui que, “isso que estamos vivendo no presente histórico, em virtude desse distanciamento e dessa esquizofrenia no processo criador dos eventos, é o que se poderia chamar de alienação regional ou alienação local”, impondo-se “distinguir entre os atores que decidem e os outros”, sendo que “um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar” (SANTOS, 1996, p. 65). Nesse grupo encontram-se os investidores e os cidadãos-consumidores.

Para Gonzáles e Villavicencio (2006), “a cidade ideal da virada do século foi modelada, a julgar pela agenda hegemônica difundida pelas organizações multilaterais, consultores internacionais e governos locais”, resumindo-se “na cidade competitiva, globalizada, flexível, administrada como empresa, com o apoio de estratégias de marketing urbano, apta a aproveitar oportunidades com agilidade e apresentar-se atrativa ao mundo e aos investidores” (VAINER, 2003). Tal modelo é uma adaptação da gestão empresarial, que toma decisões considerando o ambiente externo regido pelos princípios mercadológicos. Assim, pensar e intervir estrategicamente nas cidades implica em criar um ambiente competitivo a partir dos grandes negócios, das volumosas transações econômicas e dos mega eventos culturais, sendo “notável a difusão das idéias dominantes de que a globalização é um processo inexorável de forte disputa e de que a partir do ‘local’ podem ser descobertas as possibilidades de uma inserção competitiva” (GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006). Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo, o que se observa é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural, dos usos e dos costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico (BOTELHO, 2005, p. 54). Nas palavras de Gastal (2006),

as novas práticas de produção de sentido do espaço envolvem, ainda, contingências advindas das questões tecnológicas: o encolhimento das distâncias que a pós-modernidade colocou em voga: a desterritorialização. Para Jameson (2001), desterritorialização implica ‘um novo estado ontológico em livre flutuação, um estado no qual o conteúdo [...] foi definitivamente suprimido em favor da forma’ (JAMESON, 2001, p. 162), o significado foi substituído pelo significante. Na vida cotidiana, a desterritorialização significa que não mais teremos o tradicional objeto produzido e consumido no local, a carregar em si o conteúdo do território e a marca do lugar (GASTAL, 2006, p. 87).

Os discursos do modelo de planejamento estratégico e do Novo Urbanismo²⁰ se apóiam na gestão da cidade por meio de projetos urbanos pontuais, “que não se apresentam como produtos derivados de um plano já concluído como no planejamento convencional”, nascendo e se desenvolvendo “numa relação aberta, flexível e, sobretudo, desprovida de qualquer sentido hierárquico com o plano” (BRANDÃO, 2002), marcando, assim, uma posição distinta da urbanística moderna, enfatizando a crítica ao modelo de planejamento racional-funcionalista e propondo uma inflexão em relação ao discurso da agenda do movimento nacional de reforma urbana, que iluminou o processo de elaboração do Plano Diretor aprovado em 1992.

Esse padrão chegou ao Brasil e nos países da América Latina, segundo Vainer (1998) apud Sartor (1999), “através de assessores catalães que ‘vendem’ às municipalidades brasileiras sua *expertise*, traduzida na metodologia de planejamento estratégico, considerando o sucesso do modelo adotado em Barcelona²¹” (SARTOR, 1999), que passou a ser utilizado no Rio de Janeiro, a partir dos anos 1990, e cuja ‘marca’ passa a ser difundida como um modelo a ser perseguido pelas demais metrópoles do mundo, notadamente através da disseminação de um ideário com base numa pretensa dimensão cultural inclusiva, que compõe um mapa multicultural atraente e, de certa maneira, escamoteia e esvazia conflitos (BARROS; PICINATTO, s.d.). Nesse sentido,

o urbanista Jordi Borja, membro do Conselho Diretor do Plano Estratégico de Barcelona, presidente da empresa mista *Tecnologies Urbanes Barcelona S. A.* e consultor do plano para o Rio de Janeiro e de muitos outros planos similares para outras cidades, dava seu parecer sobre quais deveriam ser as principais ações estratégicas para essa cidade: ‘- Injustamente, o Rio tem uma imagem negativa no exterior. A mudança imediata dessa imagem deve ser uma das primeiras ações de seu plano estratégico’ (ANTUNES, 1994, p. 15) (SARTOR, 1999).

Deste modo, a opção política da prefeitura do Rio de Janeiro foi privilegiar o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e o Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’, em detrimento do Plano Diretor²², com o objetivo de elevar o município ao patamar de ‘cidade

²⁰ Intitula-se ‘Novo Urbanismo’ o movimento iniciado nos anos 1960 por arquitetos, urbanistas e políticos, que criticava o crescimento dos subúrbios em virtude do fenômeno do carro, considerando-os uma forma de vida isolada, anti-social e longe do comércio, que não oferecia a qualidade de vida desejada por gerarem congestionamento, poluição e desertificação de certas zonas das cidades, defendendo que a ausência do carro promove o desenvolvimento de zonas mistas residenciais, comerciais e culturais, além de dar origem a bairros mais diversificados, com maior interação social e melhor qualidade de vida.

²¹ Tendo como paradigma o inegável sucesso de Barcelona e como principais representantes um grupo de planejadores catalães, este modelo de planejamento sugere a elaboração de um ‘projeto de cidade’ que teria como objetivo levá-la à conquista de sua posição global. Segundo Borja e Forn (1996) apud Brandão (2002), “o maior desafio do planejamento urbano contemporâneo é aumentar o potencial competitivo das cidades no sentido de responder às demandas globais e atrair recursos humanos e financeiros internacionais” (BRANDÃO, 2002).

²² De acordo com Brandão, “após um período de total desvalorização do planejamento na década de 1980, quando muitos projetos urbanos foram concebidos de forma isolada e conduzidos pelo setor privado, ressurgiu na década de 1990 o reconhecimento da relevância do poder público no controle do desenvolvimento urbano. São vários os

mundial'. O caminho percorrido pela municipalidade foi em direção à consolidação de um movimento de racionalização instrumental da ação pública, materializada em projetos urbanos e em objetos arquitetônicos com grande visibilidade nos meios de comunicação, considerados capazes de se tornarem os novos ícones ou imagens-marco da cidade, elaborados para o atendimento aos novos programas emergentes da globalização e para aumentar a competitividade do Rio de Janeiro por meio da presença do poder público atuando no espaço urbano sobre pontos exemplares, considerados capazes de surtir efeitos simbólicos e multiplicadores, promover a qualidade físico-espacial através de novas atitudes ante o processo de degradação urbana, construir uma nova imagem para a cidade e, ainda, atrair investimentos (SARTOR, 1999).

Apesar da escolha de não limitar a política urbana do Rio de Janeiro ao planejamento urbano, mas de ampliar a sua atuação na efetivação de ações em curto prazo e na execução de obras pontuais, convivem de forma conflitante na cidade o modelo de planejamento estratégico e o modelo de planejamento racional-funcionalista, já que o primeiro não rompe com o arcabouço conceitual e jurídico-político do modelo anterior, apresentando uma mudança paradigmática entre seus projetos de cidade, diagnósticos e estratégias de ação. Em termos conceituais, existem diferenças entre o Plano Diretor e os Planos Estratégicos I e II, já que o primeiro se apresenta fundamentalmente como um plano normativo, preocupado com a regulamentação de futuras e eventuais intervenções urbanas, enquanto os outros dois planos se constituem em ações direcionadas à solução de problemas atuais e se concentram nas possíveis articulações entre os agentes urbanos com o objetivo de explorar as possibilidades da cidade real (BRANDÃO, 2002).

O atual paradigma de desenvolvimento urbano busca uma melhor utilização ou reutilização do patrimônio existente a partir de modelos que viabilizem o sistema econômico, mas que, ao mesmo tempo, possibilitem utilizar potenciais instalados e atinjam melhores respostas sócio-culturais (DEL RIO, 1993, p. 58), ao contrário da prática da renovação urbana, que destruía o velho para construir o novo, sem considerar os elevados custos sociais. O novo modelo de planejamento urbano “sugere a não necessidade de realizar diagnósticos extensos e rigorosos”, como no modelo anterior, fundamentando a ação urbanística “na intuição e na criatividade dos formuladores de projetos e na capacidade do poder público em gerar, de forma acelerada e pouco gradual (apesar do conceito de requalificação primar por tais processos), efeitos demonstrativos suficientes para garantir a legitimidade das propostas de intervenção” (SARTOR, 1999). Assim, os planos estratégicos elaborados para a cidade do Rio de Janeiro se expressam, em parte, nas transformações sócio-espaciais presentes na conformação de um novo

modelos de planejamento urbano que reivindicam o lugar antes ocupado pelo desacreditado Plano Diretor. Entre eles, o planejamento estratégico se destaca como um dos mais difundidos” (BRANDÃO, 2002).

ordenamento territorial com vistas ao reforço de centralidades antigas, à criação de novas centralidades e à produção de espaços voltados ao consumo elitizado. Conforme Sartor (1999),

a escolha das áreas, além de representar uma estratégia política de marketing urbano, selecionando bairros com forte apelo simbólico, e de concentração comercial, deixa transparecer a postura elitista e antidemocrática por parte da administração urbana, uma vez que muitas dessas áreas são historicamente detentoras dos melhores níveis de urbanização e de infra-estrutura na cidade do Rio de Janeiro, em parte contradizendo o discurso de abertura e de confronto de idéias para buscar novas soluções [...]. Caso esse horizonte estivesse aberto, outras prioridades, áreas e princípios de ação poderiam vir a ser revelados e debatidos no plano técnico, político e social (SARTOR, 1999).

A presente investigação verificou algumas mudanças na metodologia e nas formas de intervenção no espaço urbano carioca²³ na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), se comparadas às propostas de intervenção urbanística apresentadas no Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ (1993-2001), com aquelas relativas ao Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ (2001-2008), à medida que:

- o primeiro instrumento estratégico da política urbana carioca trabalhou a cidade como um todo, definindo ações imediatas, que permitissem sua transformação e adaptação ao novo ambiente econômico e social, e buscou, ao menos no discurso, resolver os confrontos inerentes às lógicas do mercado e do cidadão, definindo objetivos e linhas estratégicas mais adequadas para posicionar-se no ‘mercado de cidades’ por meio de sete grandes estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro;

- enquanto o segundo instrumento estratégico da política urbana carioca apresentou uma nova concepção que seria um plano voltado para a cidade e não mais para as empresas, sendo que em sua proposição, as subprefeituras foram abordadas como regiões definidas para sua aplicação, o que permitiria a realização de um diagnóstico com maior grau de detalhamento a partir da mobilização da administração municipal, das lideranças locais e da sociedade civil organizada (AMENDOLA, 2002, p. 75 e 81).

Contudo e em razão da falta de correspondência entre os investimentos, a renda geral da população brasileira, os paradigmas presentes nas propostas de reorganização espacial e produtiva do território e as formas urbanas contemporâneas, o que se observa são assimilações incompletas de políticas de gestão urbana e de cenários mal acabados de projetos urbanos (DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004).

²³ Segundo Gonzáles e Villavicencio (2006), “o processo de reforma do Estado, caracterizado pelo ajuste financeiro, as privatizações e a descentralização administrativa, situa os municípios em um novo cenário e em uma ‘redefinição’ imposta em suas regras” (GONZÁLES; VILAVICENCIO, 2006).

1.3.2. Segundo Plano: os ‘sistemas de objetos’.

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’ é analisado empiricamente na escala macro do planejamento urbano e na escala micro do objeto arquitetônico, de modo a não restringir a análise aos espaços concretos e, assim, considerar as suas formas significantes com base em imaginários e como imaginários, com o intuito de compreender a transição que o modelo de planejamento urbano sofreu em virtude da natureza mutante das relações sociais e de ressaltar o surgimento de novas práticas urbanísticas para o reforço de antigas centralidades, a criação de novas centralidades urbanas e o aumento da funcionalidade dos espaços da cidade, fundamentada na construção e na destruição de objetos fixos e das funções sociais dos lugares através de uma recriação construtiva do espaço do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008.

Desse modo é organizada uma reflexão sobre o modelo de planejamento estratégico carioca, embasado no modelo de planejamento estratégico catalão, de conteúdo globalizante, que lhe serviu de matriz no início dos anos 1990. Embora o novo modelo de planejamento urbano adotado no Rio de Janeiro permaneça atrelado ao arcabouço legal do modelo de planejamento racional-funcionalista ainda vigente, conta com grande carga do modelo catalão e segue, em certa medida, a concepção do Novo Urbanismo para moldar e reconfigurar os espaços, à medida que defende o uso misto do solo para obter ganhos sociais, econômicos e ambientais, ajustando o planejamento urbano e as regras de zoneamento para promover a flexibilização, a inovação, a diferenciação e a promoção de áreas com diferentes estágios de ocupação (ciclos de vida), com o intuito de torná-las atraentes ao capital e, com isso, garantir a sua valorização.

A investigação evidenciou nessas intervenções urbanísticas o retorno dos projetos urbanos com preocupações formais e de desenho, cujo vértice está na requalificação urbana intensiva e no redesenho de partes da cidade consideradas degradadas físico-espacialmente e esvaziadas sócio-economicamente, ao propor a (re)identificação dos cenários locais, em especial, os centros de bairros, pressupondo a conciliação de usos mistos, considerados capazes de gerar receitas, em oposição às intervenções do modelo de planejamento racional-funcionalista, que trabalhava o espaço como algo abstrato. Assim, o espaço produzido volta-se cada vez mais às necessidades da acumulação e “o consumo desse espaço apresenta-se subordinado aos processos e às estratégias de reprodução da economia em escala global, bem como ao poder político do Estado e de suas coalizões econômicas com interesses localizados” (MACHADO, 2004, p. 41). Para Santos (1996),

os objetos não agem, mas, sobretudo no período histórico atual, podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-

lhes um sentido. Mas hoje, os objetos ‘valorizam’ diferentemente as ações, em virtude de seu conteúdo técnico. Assim, considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente, não dá conta da sua realidade histórica (SANTOS, 1996, p. 70).

Entendendo o espaço como “um testemunho de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada [...] uma forma durável que não se desfaz paralelamente à mudança de processos que se adaptam às formas preexistentes ou criam novas formas para sua inserção” e, ainda, “um conjunto indissociável de ‘sistemas de objetos’ e de ‘sistema de ações’” e “dimensão empírica da organização das ações que o produz” (SANTOS, 1996, p. 21; GODOY, 2004), o **conceito de produção do espaço** adotado refere-se à produção de objetos que articulam e organizam em funções específicas intercâmbios sociais que envolvem o trabalho, cujas “particularidades se afirmam, potencializadas pela produção, pois o uso só pode materializar-se num determinado lugar, isto é, refere-se à escala local, apesar de articulados cada vez mais ao global” (MACHADO, 2004, p. 42).

No pensamento de Machado (2004), “a paisagem urbana resulta de uma combinação de múltiplas imagens que, por sua vez, expressam diversos significados” e “o processo de construção de imagens, em que pese a sua pluralidade de sentidos, tende a ser comandado pelas elites que exercem o domínio sobre uma determinada porção do espaço”. Como a organização dos ‘sistemas de ações’ provém dos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital, conclui-se que as formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos da generatividade dessas relações. A natureza mutante das relações sociais traz, por sua vez, mudanças na organização dos ‘sistemas de ações’ e, portanto, na eficácia da funcionalidade das formas dos ‘sistemas de objetos’. Por sua vez, o espaço controlado, impõe não apenas modos de apropriação, “mas igualmente comportamentos, gestos e modelos de construção, que incluem e excluem determinados grupos sociais, implicando na especialização seletiva dos lugares que, ao determinar práticas e funções específicas, produz novas centralidades” (MACHADO, 2004, p. 28 e 42). Para Santos (1996),

ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem (as rugosidades espaciais) e mudam de função (SANTOS, 1996, p. 77 e 78).

Conforme Ortiz (1992), a arquitetura hoje deve cumprir um novo papel: o de um signo que interpele o usuário com seus conteúdos unívocos pertencentes ao domínio da utilidade

e exista enquanto instrumento para veicular determinadas mensagens voltadas às necessidades de uma sociedade de consumo e de comunicação, aproximando-se da publicidade e adquirindo “uma função de persuasão e, não só, de orientação”. Entretanto, “à medida que as formas arquitetônicas se acomodam à sociedade informacional, cada vez mais elas se afastam da riqueza semântica que nos era prometida” (ORTIZ, 1992). Nesse sentido, as rugosidades espaciais constituem-se em paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico. A noção de rugosidades complementa a concepção de que a **produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares, ou seja, a (des)construção do espaço não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo** (GODOY, 2004). Como alerta Santos (1996),

vivemos o tempo dos objetos, como quer Baudrillard (1970), o que significa, diz ele, ‘que vivemos segundo o seu ritmo e sua incessante sucessão’²⁴. É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos. Estes, mesmo recentes, são rapidamente trocados, revalorizados ou desvalorizados (SANTOS, 1996, p. 170).

A produção da imagem da cidade por meio dos novos objetos arquitetônicos monumentais com tipologias pretensamente globais, “adquire materialidade pela existência de um complexo conjunto de serviços voltados para o consumo do espaço”, aquele espaço particularmente vinculado à esfera da produção, da distribuição, da circulação e da troca de bens e de mercadorias e que, conforme Lefèbvre (1969) apud Machado (2004), “assume de forma cada vez mais explícita uma condição oposta, qual seja, o consumo do espaço, isto é, a compra e a venda de ‘pedaços’ do espaço para a reprodução da vida (LEFÈBVRE, 1969)” (MACHADO, 2004, p. 40). Nesse sentido, a análise da produção do espaço significa, também, a análise da (des)construção do espaço produzido (GODOY, 2004), que baseia-se na concepção de que a sociedade, ao mesmo tempo em que produz formas espaciais correspondentes, em um dado momento histórico, às necessidades de produção, circulação, consumo e informação, também as dissolve e as redefine em sintonia com as novas necessidades sociais que emergem, por sua vez, em um dado momento para, em seguida, serem diluídas e transformadas. Dessa forma, as rugosidades espaciais seriam as formas espaciais do passado, produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas.

²⁴ Nas palavras de Baudrillard (1970), “vivemos a era dos objetos: quero dizer que vivemos ao seu ritmo segundo sua incessante sucessão. Somos nós que os vemos hoje nascer, perfazer-se e morrer, enquanto em todas as civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos que sobreviviam às gerações humanas” (BAUDRILLARD, 1970, p. 18).

1.4. CONCEITOS-CHAVE E VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE.

1.4.1. Conceitos-chave:

Para a construção e a legitimação do **objeto de estudo** referente à (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e para averiguar as possíveis mudanças nas políticas públicas, que sustentaram e organizaram os ‘sistemas de ações’ do modelo de planejamento estratégico utilizado na cidade do Rio de Janeiro, que propunham vitalidade econômica, igualdade social e qualidade ambiental, e nas práticas que materializaram os ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’, escolhido como recorte espacial dessa investigação a partir de uma perspectiva semiótica, adotada para a leitura desses objetos arquitetônicos monumentais como textos, de modo a compreender a pluralidade de sentidos que as imagens podem adquirir individualmente, são selecionados alguns **conceitos-chave** que, evidentemente, não se esgotam nas referências escolhidas:

O conceito de espaço.

Tal conceito é operacional à reflexão teórica do modelo de planejamento estratégico carioca e à análise empírica do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’. De acordo com Santos (1996), “o espaço é um conjunto indissociável de ‘sistemas de objetos’ e de ‘sistemas de ações’. [...] É formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. [...] Cada vez que se produz uma nova síntese, se cria uma nova unidade” (SANTOS, 1996, p. 19 e 34).

Para esse autor, “o espaço é hoje um ‘sistema de objetos’ cada vez mais artificiais, povoado por ‘sistemas de ações’ igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e aos seus habitantes”, e é ele “que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente em que a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente”, constituindo-se em um composto de formas-conteúdo, cuja idéia “une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social” e “supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de ‘sistemas de objetos’ e de ‘sistemas de ações’” (SANTOS, 1996, p. 34, 35, 51 e 83).

Do mesmo modo, “a cada evento, a forma se recria”, o que faz com que a forma-conteúdo não possa ser considerada apenas como forma e nem tampouco como somente conteúdo, significando “que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro”. Quanto ao significado e à realidade, “um não pode ser entendido sem o outro e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente” (SANTOS, 1996, p. 83).

Harvey (1992) aprofunda o conceito ao afirmar que “o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”. Entretanto, o senso comum tende “a ver o espaço como natural quando, na verdade, os espaços são culturais, premissa que a pós-modernidade assume plenamente” (HARVEY, 1992, p. 187). Conforme Gastal (2006) “ver o espaço como fruto de uma construção social de imagens e de imaginários significa admitir que os espaços diferem de cultura para cultura, ou seja, que estamos lidando no campo do significante e não apenas do significado”. Para essa autora, “o espaço, assim, é passível de leitura semiótica em suas práticas, discursos, jogos textuais e superfícies: o espaço é um texto. Múltiplo, objeto de construção de sentido e de leitura, o espaço nessa compreensão estimula o olhar, exigindo um espectador ativo” (GASTAL, 2006, p. 79 e 82).

O conceito de paisagem.

Nas palavras de Santos (1996), “a paisagem é o conjunto de formas, que num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Entretanto, o autor destaca que “paisagem e espaço não são sinônimos. O espaço (é constituído por) essas formas mais a vida que as anima”. E, acrescenta que, “a paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”. Já o espaço “é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SANTOS, 1996, p. 83).

O conceito de produção do espaço.

O conceito de produção do espaço escolhido refere-se à produção de objetos que articulam e organizam em suas funções específicas intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. A organização das ações emerge das políticas públicas, ou seja, dos ‘sistemas de ações’, cujo movimento é dado pelos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital. Isto significa que as formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos da generatividade dessas relações. A natureza mutante das relações sociais traz, por sua vez, mudanças na organização dos ‘sistemas de ações’ e, portanto, na eficácia da funcionalidade das formas ou, ainda, dos ‘sistemas de objetos’. Assim, **a análise da produção do espaço significa, também, a análise da (des)construção do espaço produzido** (GODOY, 2004).

No pensamento de Santos (1996), “as formas novas criadas para responder às necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais endurecidas, material e funcionalmente, mais rígidas tanto do ponto de vista das técnicas implicadas como de sua localização. Passamos de uma cidade plástica para uma cidade rígida”, sendo que “o endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência, da técnica, do capital e do poder na reprodução da cidade”, que “tem conseqüências sobre a forma urbana, repercutindo sobre o tamanho da cidade e ampliando a tendência às especializações funcionais, com a desvalorização mercantil e o envelhecimento precoce de certas seções do espaço urbano”, gerando, “também, conseqüências sobre o sistema de movimento, tornando-o ainda mais anárquico” (SANTOS, 1996, p. 200).

O conceito de (des)construção do espaço produzido.

De acordo com Watanuki Filho (2009), a (des)construção²⁵ espacial, ou seja, toda modificação antrópica aplicada ao espaço, “é somente alcançada com a utilização de ferramentas

²⁵ “O conceito de (des)construção vem sendo discutido por um longo período, porém a difusão mais expressiva deu-se com a vertente do pós-estruturalismo, tendo como um dos propulsores do movimento, o filósofo francês Jacques Derrida, que numa abordagem filosófica do heideggeriano traduz-se pela “busca da verdade, da gênese do sentido” (DOSSE (2001) apud GODOY (2004)). A (des)construção apresentada por Derrida, remete-se a tentativa de se produzir algo novo através do entendimento de novos parâmetros e intervenções, neste caso, esta não representa uma destruição, mas sim uma desmontagem, para posterior remontagem, de todos os elementos da escrita, o que possibilita um novo entendimento do texto em análise. Assim, o movimento intelectual do (des)construcionismo

e técnicas que servem como subsídios desta ação, pois como afirma Santos (1996), “[...] as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaços” (WATANUKI FILHO, 2009).

Conforme Santos (1996), “no momento atual aumenta em cada lugar o número e a frequência dos eventos. O espaço se torna mais encorpado, mais denso, mais complexo. Mas essa nova acumulação de presenças, essa opulência de ações não se precipita de forma cega sobre qualquer ponto da Terra”. Para o autor, “as informações que constituem a base das ações são seletivas, buscando incidir sobre os lugares, onde se possam tornar mais eficazes. Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade” (SANTOS, 1996, p. 162).

Santos (1996) destaca que, “tudo o que serve à produção globalizada também serve à competitividade entre as empresas (cidades): processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e regulamentações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas (cidades) e, por extensão, os países, as sociedades, os homens, esteja fundada numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação de firmas globais, a cada momento, a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema ironia: essa mais-valia tão fugaz pode ser submetida e, ao mesmo tempo, se torna a principal alavanca, senão o motor unitário das ações mais características da economia globalizada” (SANTOS, 1996, p. 169).

No pensamento de Santos (1996), “o que conduz a esse envelhecimento rápido do patrimônio técnico que nos cerca é a doutrina e a prática da competitividade”, que “induz a um uso acelerado, e rapidamente substituído, de novos-novos-novos objetos, de novas-novas-novas formas de organização. Esse resultado imperativo da competitividade faz com que equipamentos e lugares se tornem rapidamente envelhecidos e sejam declarados incapazes ou insuficientes para fornecer novos esforços úteis” (SANTOS, 1996, p. 177). Santos (1980) entende a (des)construção como “um processo de supressão e emergência de formas e de funções que atendem às necessidades, em um dado momento da divisão social do trabalho, da acumulação

heideggeriano, apresentou possibilidades e ferramentas para desfazer a interpretação tradicional dos textos literários e filosóficos na cultura ocidental, ou seja, (des)construindo o existente para a descoberta de novos significados. Por outro lado, há a abordagem nietzchiana, que segundo Godoy (2004), foi “[...] a que mais aprofundou o conceito de (des)construção e coloca-se essencialmente relativista: já não há continuidade por apreender nem racionalidade a atuar no pensamento e na ação do homem, e como o sujeito se encontra preso nas malhas do objeto, num laço indissolúvel e imutável, nenhum modo de ver é estável [...]. Para a arquitetura, o conceito deve ser entendido, segundo Guatelli (2007), “como uma possibilidade de abertura de novos caminhos e não de soluções prontas ou de redefinição de paradigmas [...] e que seus postulados fossem vistos e entendidos não como uma negação da produção arquitetônica passada e presente, mas de expansão e evolução” (WATANUKI FILHO, 2009).

capitalista e do poder estatal. A supressão de formas espaciais significa, na verdade, a supressão de rugosidades espaciais”. Para Carvalho (2001), “o conceito de (des)construção se traduz, ‘com a construção como processo dialético de destruição da construção’, o que reforça a idéia de que o conceito está diretamente relacionado ao dinamismo espacial, ou seja, o espaço é modificado de acordo com o surgimento de necessidades” (CARVALHO, 2001).

Conforme Watanuki Filho (2009), “percebe-se que os conceitos são amplamente difundidos em diversas áreas, porém o ponto comum analisado e que auxilia na compreensão e na transposição destes para o âmbito das questões espaciais, trata-se da situação que ao ‘(des)construir’ um texto, um conceito ou o espaço, o que se busca é definição e o entendimento de novas interpretações do objeto alterado, seja de um texto, de um novo projeto ou do espaço, de modo que este possa atender as necessidades de quem o (des)constrói” (WATANUKI FILHO, 2009).

Para Godoy (2004), **a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e de funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço produzido não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo** (GODOY, 2004). Tal concepção é complementada pela noção de ‘rugosidades espaciais’

O conceito de rugosidades espaciais.

Godoy (2004) afirma que, “as rugosidades espaciais seriam as formas espaciais do passado, produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas” (GODOY, 2004). Nessa linha de interpretação, as ‘rugosidades’ constituem-se em paisagens técnicas, que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico.

De acordo com Santos (1996), “os lugares redefinem as técnicas. Cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes”. Para o autor, “mais uma vez, todos os objetos e ações vêm modificada sua significação absoluta (ou tendencial) e ganham uma significação relativa, provisoriamente verdadeira, diferente daquela no momento anterior e impossível em outro lugar” (SANTOS, 1996, p. 48).

Assim, “‘sistemas de objetos’ e ‘sistemas de ações’ interagem. De um lado, os ‘sistemas de objetos’ condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o ‘sistema de

ações' leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma". Do mesmo modo, "o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. [...] Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características" (SANTOS, 1996, p. 52, 112 e 116).

De onde Santos (1996) conclui que, "os objetos preexistentes vêm-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior", criando-se "uma tensão nos objetos do conjunto, paralela à tensão que se levanta, dentro da sociedade, entre ações hegemônicas e ações não-hegemônicas", sendo que "a situação é diferente daquela do passado, onde as ações de um nível inferior não eram obrigatoriamente hegemônicas", havendo, agora, "uma clara hierarquia daquelas ações que se instalam em objetos igualmente hierarquizados. Mas esse processo não é técnico; ele é histórico" (SANTOS, 1996, p. 177).

O conceito de objeto (científico-técnico-informacional).

Santos (1996) esclarece que, "o objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e seu funcionamento não separam técnica e ciência". E é, também, "informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso (que é uma informação) e, de outro, funciona a partir de informações". O autor afirma que, "os objetos são eles próprios informação; e não apenas movidos pela informação. [...] Os objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas [...] passam a ser, sobretudo, informação [...] especializada, específica e duplamente exigida: informação para os objetos, informação nos objetos", sendo que "todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemônico e a serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente" (SANTOS, 1996, p. 171 e 172).

Conforme Santos (1996), os objetos criados deliberadamente e com intenção mercantil "são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um 'sistema de ações' subordinado a uma mais-valia mundial. Outros objetos têm como motor, 'sistemas de ações' menos informados e demandas menos exigentes de mais-valia". Assim, "se estabelece na mesma área fluxos mais numerosos e diversos, tornando o espaço mais denso e mais complexo". E, ainda, que "os objetos têm um discurso que vem de sua estrutura e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da solução. E há o discurso das ações, do qual depende sua

legitimação. Essa legitimação prévia tornou-se necessária para que a ação proposta seja mais docilmente aceita, e mais ativa se torne na vida social”, sendo “informados, por sua carga específica de intencionalidade, e não funcionam senão a partir de uma informação que é, também, específica. Essa informacionalização do espaço tanto é a dos objetos que formam o seu esqueleto material, como a das ações que o percorrem, dando-lhe vida. Fixos e fluxos são, pois, ricos em informação” (SANTOS, 1996, p. 172, 180, 181 e 233).

1.4.2. Variáveis:

Para investigar as mudanças no modelo e nas práticas do planejamento urbano adotado no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990 são utilizadas algumas variáveis de modo a realizar: 1) uma análise macro do planejamento urbano para verificar se o ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’, que materializou o ‘sistema de ações’ do modelo de planejamento estratégico carioca integra um plano na escala macro voltado à inserção do Rio de Janeiro de forma competitiva no ‘mercado mundial de cidades’ e; 2) uma análise micro do objeto arquitetônico para examinar a capacidade desses equipamentos monumentais de integrarem plurifuncionalidade de usos, de atraírem investidores e cidadãos-consumidores, de fortalecerem centralidades antigas e de criarem novas centralidades no tecido urbano.

1.4.2.1. Análise macro:

A variável competitividade urbana.

A competitividade urbana caracteriza-se como a capacidade que cada cidade tem de criar riqueza mais rapidamente e de melhor maneira em comparação com as outras cidades. De acordo com Mintzberg e Jergensen (1995) apud Fischer (1996), “não apenas um produto da História ou de projetos funcionalistas fragmentados, a cidade assume posturas proativas e competitivas traduzidas por projetos estratégicos que funcionam como ‘pautas de ação’ (MINTZBERG; JERGENSEN, 1995)” (FISCHER, 1996, p. 17). No pensamento de Vainer (2002) apud Machado (2008), “trata-se de criar as condições para competir permanentemente, frente outras cidades, pelos investimentos de capital, tecnologia e competências, atração de novas indústrias e negócios, preço e qualidade dos produtos e dos serviços e atração de consumidores e de força de trabalho qualificada (VAINER, 2002)”.

Segundo Vainer (2000) apud Ferreira (2000), “o planejamento estratégico pauta-se pela visão de que a única maneira de se pensar o futuro das cidades é inseri-las numa rede de ‘cidades-globais’, na qual a problemática central deve ser a competitividade urbana (VAINER, 2000)”, sendo que, “as agências multilaterais e seus ideólogos já desenharam a cidade ideal do limiar do século XXI: é a cidade produtiva e competitiva, globalizada, conectada a redes internacionais de cidades e de negócios”. Para o autor, “concebida e pensada como empresa que se move num ambiente global competitivo, o governo desta cidade se espelha no ‘governo’ da empresa: gestão empresarial, marketing agressivo, centralização das decisões, pragmatismo, flexibilidade, entre outras, seriam as virtudes das quais dependeria cada cidade para aproveitar as oportunidades e fazer valer suas vantagens competitivas no mercado de localização urbana” (FERREIRA, 2000).

Conforme Marques e Moreira (2007) apud Kotler et al. (2006), “os lugares deveriam fazer o que as empresas vêm fazendo há muito tempo, ou seja, a adoção de um planejamento estratégico de mercado, onde por meio desse processo, os lugares podem criar uma proposta de venda exclusiva (KOTLER; GERTNER; REIN; HAIDER, 2006, p. 126 e 127)”. Para essas autoras, “de fato, a forma que vem tomando o planejamento estratégico (desde o seu surgimento até as práticas atuais de intervenções, conhecidas como requalificação urbana), ou seja, a de promoção da cidade visando à construção de uma imagem âncora, forte e positiva, capaz de facilitar a venda de seus produtos” (MARQUES; MOREIRA, 2007).

Nas palavras de Compans (1999), “seguindo a mesma lógica do marketing empresarial, a estratégia de promoção das cidades no exterior apóia-se na existência de um bom produto que possa ser ofertado aos investidores estrangeiros e que atenda a suas exigências sofisticadas”. Este produto é complexo e se constitui não só de infra-estruturas materiais e de serviços urbanos, mas também de competências e de qualidades sociais específicas. “Se, por um lado, as infra-estruturas materiais tendem a se banalizar pela concorrência, as competências dos trabalhadores e os valores culturais e sociais são inerentes ao lugar, podendo, por esta razão, se traduzir em vantagens comparativas para as empresas que nesses lugares se estabelecem” (COMPANS, 1999, p. 109).

A variável competitividade urbana é útil para verificar: as mudanças nos ‘sistemas de ações’ de cada uma das administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008); o imaginário buscado por essas gestões para tornar a cidade competitiva e atraente aos investidores e aos cidadãos-consumidores e; o ‘sistema de objetos’ materializado para inserir o Rio de Janeiro no ‘mercado mundial de cidades’ e oferecer visibilidade, sobretudo no exterior. Bons exemplos

de tentativas de capacitação do Rio de Janeiro para torná-lo competitivo e de inseri-lo no ‘circuito internacional de eventos esportivos’ foram as obras realizadas para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, que possibilitaram a candidatura da cidade para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 e que projetaram, ainda, um espaço de influência e de articulação mais amplo do que o município articulado com o engajamento da prefeitura do Rio de Janeiro na política nacional.

A variável integração.

Segundo o Dicionário Michaelis o vocábulo ‘integração’ significa: incorporação, complemento, condição de constituir um todo pela condição ou integração das partes. Para Fischer (1996), a integração remete às tramas e jogos de poder que definem relações, que para essa análise, se estabelecem entre os objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ e os planos, os programas e os projetos urbanos elaborados para a cidade do Rio de Janeiro com base na concepção do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ ou do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’.

Dessa forma, a variável integração é útil a análise do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’, no que se refere às concepções desses equipamentos monumentais, ou seja, se foram pensados de forma isolada e pontual no tecido da cidade ou se fazem parte de processos de requalificação urbana, ou seja, se integram algum plano, programa ou projeto urbano voltado ao reforço de antigas centralidades ou a criação de novas centralidades a partir da transformação funcional e estética de partes do Rio de Janeiro, com base no modelo de planejamento estratégico, que impulsiona a produção de espaços voltados ao consumo, considerados capazes de aumentar a credibilidade da cidade, atrair investimentos e inseri-la na ‘rede de cidades globais’ através de um eficiente marketing urbano.

A variável marketing urbano.

Segundo Borja e Forn (1996), a “mercadotecnia da cidade, ‘vender’ a cidade, converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais e um dos principais campos de negociação público-privado” (BORJA; FORN, 1996, p. 33). Assim sendo, “uma política de promoção da cidade, segundo estes autores, deve estar baseada fortemente na sua dotação em relação a diversas estruturas-tipo: criação, promoção e gestão de feiras e exposições; criação de parques industriais e tecnológicos; criação de áreas de terciário superior; criação de oficinas de

informação e assessoramento a investidores e empresários; criação de programas de formação e de apoio técnico, financeiro, comercial etc.; criação de torres de comunicação e de comércio internacional; ordenação e promoção de áreas/eixos comerciais” (MENDES, 2006, p. 93 e 94). Kotler (1997) apud Mendes (2006) apresenta seis estratégias genéricas, que podem ser utilizadas para que os lugares possam melhorar suas posições no ambiente competitivo em que se encontram: “1) atrair turistas e visitantes a negócios; 2) atrair negócios de outros lugares; 3) manter e expandir os negócios já existentes; 4) promover pequenos negócios e apoiar a criação de novos; 5) aumentar as exportações e os investimentos estrangeiros e; 6) aumentar a população ou mudar a combinação de moradores”, sendo que “as quatro principais tarefas do marketing urbano são: 1) administrar a própria imagem; 2) atrair turistas; 3) atrair empresas industriais e comerciais e; 4) procurar novas oportunidades de mercado” (MENDES, 2006, p. 94).

Para Kotler e Gertner (2004), o marketing urbano “precisa envolver governo, cidadãos e empresas que compartilhem uma visão” e “demanda a criação e a garantia de incentivos, bem como a gestão dos fatores que possam afetar as decisões de compra dos consumidores locais, entre eles: imagem; atrativos; infra-estrutura e; pessoas”. De acordo com os autores, “a proposta do marketing urbano, com grande influência sobre consumidores e investidores, é promover um país (uma cidade) no mundo como marca e como produto. [...] Para tanto, os países (as cidades) devem identificar seus pontos fortes e fracos (em aspectos que variam do tamanho do mercado interno ao nível educacional de sua população) e entender as oportunidades, ameaças e forças competitivas existentes internacionalmente” (KOTLER, GERTNER, 2004).

De acordo com Ribeiro e Sánchez Garcia (1995), “diferenciando-se do planejamento urbano tradicional, que investiga constrangimentos e possibilidades do ambiente construído, o marketing urbano é mais orientado à demanda. A cidade e suas possíveis intervenções são consideradas da perspectiva dos potenciais cidadãos-consumidores”. Para os autores, “ela mesma é um produto a ser vendido, com seus atributos e qualidades, serviços públicos e redes de serviços privados. O marketing urbano opera mediante a informação, a comunicação, o convite a fazer uso da cidade” (RIBEIRO; SÀNCHEZ GARCIA, 1995, p. 3).

Giusso et al. (2006) destaca a importância do marketing urbano através do turismo e o associa a imagem que a cidade busca criar por meio de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais caracterizadas pelos novos hotéis, shoppings centers, parques temáticos, condomínios, hiper-mercados, academias de ginástica, pólos gastronômicos e outras estruturas

consideradas capazes de inserir as cidades de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’.

A variável marketing urbano apresenta os conceitos utilizados para a promoção dos espaços produzidos para os investidores e os cidadãos-consumidores, as escalas de alcance e as funções ideológicas implícitas nos programas de caráter cultural e esportivo para a criação de uma imagem competitiva do Rio de Janeiro, especialmente no exterior.

A variável parcerias público-privadas.

De acordo com o Dicionário Michaelis, o vocábulo ‘parceria’ significa, entre outras coisas: reunião de uma ou mais pessoas por interesse comum; sociedade ou companhia. Conforme Brito (s.d.), “sob essa ótica, subentende-se um pacto ou acordo conveniente entre partes, nas quais ambas percebem vantagens comuns e parcelas mais ou menos semelhantes (proporcionais) de responsabilidades, ônus e benefícios” (BRITO, s.d., p. 7 e 8), sendo utilizadas como um recurso quando as intervenções urbanas realizadas “necessitam de investimentos que o capital privado por si só não pode arcar, por não serem em um primeiro momento rentáveis, necessitando da participação estatal, que, por sua vez, cria novos instrumentos de gestão da cidade, que tornam possíveis estas macro-operações” (FERNÁNDEZ DURAN, 1996).

A Lei Nº 11.079/2004 define a parceria público-privada como um contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, sendo a concessão patrocinada o contrato de prestação de serviços ou obras públicas de que trata a Lei Nº 8.987/1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Nesse sentido, a concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Não obstante lembrar também que os contratos abaixo de 20 milhões de reais não constituem parceria público-privada²⁶.

Conforme Brito (s.d.), “considerando a diversidade de conceitos e de interpretações para o termo, entende-se por parceria público-privada um acordo formal de cooperação entre o

²⁶ “Um dos setores onde certamente conhecemos os contratos de concessão é o setor rodoviário, onde encontramos uma administração pública falha e um interesse privado constante. A justificativa para os defensores das PPPs é a oportunidade de obras e serviços com empresas privadas, facilitando e acelerando empreendimentos, e com isso gerando desenvolvimento. Vislumbram-se aqueles que não apreciam esse instituto, pois o controle, que deve ser feito pelo Estado, por muitas vezes não o é feito, levando possíveis divergências ao poder judiciário ou até mesmo ao juízo arbitral, este desde que esteja estipulado no contrato” (BRITO, s.d., p. 9).

setor público e a iniciativa privada para a implantação de projetos ou a realização de atividades de interesse público, cuja responsabilidade pelo financiamento, investimento e execução é proporcionalmente compartilhada pelos dois entes, em termos de riscos e benefícios, sendo estes advindos da utilização ou exploração do próprio objeto”. Para essa autora, “em relação às PPPs (Lei Nº 11.079/2004), a definição acima difere em vários pontos, notadamente no que tange à escala e à formalização da mesma. Isto porque o texto da lei, logo na sua introdução, delimita os parâmetros de uma PPP, excluindo outras formas de colaboração que não necessariamente enquadram-se como concessões ou permissões” e, considerando a esfera municipal, verifica-se que “investimentos mínimos de vinte milhões são esporádicos (mesmo nas maiores cidades) ou até mesmo impensáveis para a grande maioria dos municípios brasileiros (BRITO, s.d., p. 10).

A variável parcerias público-privadas auxilia a investigação do estabelecimento desses acordos nas fases de elaboração dos projetos arquitetônicos e durante a construção dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ ou da utilização de recursos exclusivos da prefeitura do Rio de Janeiro na materialização desse ‘sistema de objetos’ e posterior concessão para exploração de uso dos equipamentos culturais e esportivos monumentais, considerando que para a efetivação das parcerias público-privadas²⁷, faz-se necessário que o parceiro privado tenha a responsabilidade, via de regra, do financiamento total do serviço ou do empreendimento, enquanto o parceiro público retorna ao parceiro privado remuneração estipulada no contrato, ou concede a exploração do uso, após o término do serviço ou empreendimento.

A variável novas tipologias arquitetônicas e urbanas.

As novas tipologias arquitetônicas e urbanas caracterizam-se por equipamentos monumentais elaborados para atender aos novos programas emergentes da globalização, não oferecendo apenas serviços inerentes às suas funções específicas, mas se desdobrando como imagens-marco dos lugares onde são construídos, com o intuito de recriar a imagem da cidade, especialmente para o exterior, e de inseri-la no ‘circuito internacional de turismo’, não se constituindo como objetos arquitetônicos isolados, mas como parte integrante de um plano mais amplo e com base no modelo de planejamento estratégico de cidades.

Para Righi e Castro (s.d.), “na arquitetura, as tipologias programáticas formais e funcionais são respostas às condições e solicitações variáveis, sejam de natureza técnica, institucional, cultural, econômica ou outra”. A arquitetura e o planejamento urbano “participam

²⁷ O texto intitulado: ‘Parcerias Público-Privadas como solução de desenvolvimento’ foi escrito a partir de uma bibliografia de direito administrativo e constitucional e enviado ao JurisWay em 30/06/2007.

de um mesmo processo cultural que engloba a produção de filmes, vídeos, música, espetáculos teatrais, automóveis, utensílios, mobiliário, aparelhos elétricos e eletrônicos e as demais atividades de produção que apresentam componentes estéticos” (RIGHI; CASTRO, s.d.).

As novas estéticas arquitetônicas e urbanas diferenciam-se em razão das tipologias pretensamente globais materializadas com vistas à reprodução de determinados padrões de empreendimentos standardizados pelos gostos e modos de vida dos investidores e dos cidadãos-consumidores, integrando plurifuncionalidade de usos com equipamentos de escala metropolitana. Estes novos equipamentos culturais e esportivos monumentais “vêm alterando a configuração espacial de muitos bairros cariocas com a compartimentação do espaço urbano, à medida que criam células organizadas de acordo com seu produto como: moradia, centro de esporte e lazer, etc.” (CARDOSO, 2006, p. 93).

A variável novas tipologias arquitetônicas e urbanas identifica as informações presentes no conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ ao classificar cada um desses equipamentos monumentais como exemplos de novas produções de sentido dos espaços, juntamente com a concepção que baliza e sustenta a produção desses espaços voltados à cultura, ao esporte e ao entretenimento.

1.4.2.2. Análise micro:

A variável projeto arquitetônico.

Para uma melhor compreensão dos processos urbanos que se desenvolveram na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), cabe ressaltar a diferença existente entre projeto urbano e projeto arquitetônico, pelo fato da cidade e do edifício não terem o mesmo ritmo temporal. Para Carvalho Santos (s.d.), “enquanto a arquitetura se renova rapidamente, o espaço urbano em si está mais vocacionado para a longa duração” (CARVALHO SANTOS, s.d.), o que faz com que os dados que conduzem à tomada de decisão arquitetônica ou urbana sejam lidos e interpretados de modos diferentes, sendo necessária a diferenciação da escala do projeto urbano, que engloba ‘o todo’ daquela do projeto arquitetônico, que corresponde ao edifício e, eventualmente, ao seu entorno mais próximo, ressaltando que desenhar o espaço urbano com as ferramentas da arquitetura é desconsiderar as questões relativas às variáveis: tempo e espaço.

Portas (1996) contribui para a reflexão ao fazer a distinção entre projeto urbano e projeto arquitetônico, explicando que um projeto urbano não é um projeto arquitetônico de grande dimensão ou de grande escala, com as características convencionais de um projeto

arquitetônico encomendado por qualquer promotor, mas uma atividade complexa, não devendo “ser uma forma de fazer *zoom* sobre os planos diretores, como um truque para se chegar depressa do zoneamento à forma, seja para efeitos políticos ou para efeito de marketing com arquitetos famosos” (PORTAS, 1996, p.34).

Segundo Zancheti (2003), as dinâmicas de transformação das dimensões urbanas são diferenciadas, pois “as estruturas físicas têm um tempo de transformação muito mais longo que as estruturas sociais (política, econômica e cultural)” e “querer sincronizar o ritmo de mudanças foi um dos grandes erros do planejamento urbano do século XX”. Para o autor, “no caso dos projetos de requalificação sempre está presente a proposta de adequação das estruturas urbanas antigas aos requisitos espaciais e infra-estruturais das atividades econômicas contemporâneas, especialmente de comércio e de serviços”. Porém, “essa ‘adaptação’ precisa ser muito mais pensada do que tem sido à regra, pois o que se observa é um abandono imediato da proposta de conservação pela da transformação radical” (ZANCHETI, 2003).

Conforme Righi e Castro (s.d.), “hoje há uma verdadeira inexistência de autonomia programática da esfera do projeto”, sendo “inegável que a definição programática do projeto de arquitetura submete-se a injunções derivadas, seja do processo de produção do objeto arquitetônico, seja de sua inserção social e de sua apropriação e consumo”. Para os autores, “o projeto confere distinção ao produto, agrega valor agregado para o desfrute de poucos, constitui-se como referência paradigmática da arquitetura, não mais representada por edifícios e monumentos públicos para o uso coletivo, mas por objetos para o gozo privado” (RIGHI; CASTRO, s.d.).

A variável projeto arquitetônico contribui para a leitura dos significados denotados (funções de uso) e dos significados conotados (funções ideológicas) presentes no conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ e para a compreensão da tentativa de elaboração de novos ícones ou imagens-marco para a cidade do Rio de Janeiro, consideradas capazes de inseri-la de forma competitiva no ‘mercado mundial de cidades’. Dessa forma, o projeto arquitetônico será analisado não apenas pela sua funcionalidade, mas também pela simbologia e pela visibilidade impostas pelas soluções estetizantes, em razão da distinção espacial dos elementos que compõem esses objetos arquitetônicos e da motivação mais estética que social para o atendimento às exigências dos investidores e dos cidadãos-consumidores.

As variáveis cultura e identidade.

O momento atual, inserido na chamada ‘cultura econômica’, pode ser definido como o momento de uma cultura globalizada, que passa a ser uma espécie de ‘isca’ para a atração de investimentos nas cidades. Os novos projetos urbanos se utilizam da política institucional do marketing urbano visando tornar a cidade mais atrativa e, portanto, competitiva. Para tanto, “busca-se atender à demanda de qualidade de vida e de equipamentos culturais (e esportivos) para que a cidade possa efetivamente atrair investimentos” (BRUNO, 2001, p. 18 e 19)²⁸, o que não é novidade, à medida que o setor cultural influi diretamente no processo econômico de um lugar, favorecendo o emprego e a produção, daí as novas políticas promocionais da imagem das cidades. Assim, “uma análise responsável das políticas públicas urbanas ou, ainda, dos ‘sistemas de ações’, exige prestar mais atenção às políticas de promoção da cidade e de criação de imagens”, com os objetivos de inseri-la nas redes globais, “atraindo investimentos externos e tornando-se ponto de passagem, quase que obrigatório, do turismo internacional” e de promovê-la internamente, “através da elevação da auto-estima e da imagem que os habitantes fazem de sua cidade” (BRUNO, 2001, p. 34).

Com relação à identidade ou, ainda, às tradições preservadas e ao patrimônio comum (FISCHER, 1996, p. 13), é possível identificar elementos definidores das inter-relações institucionais, sejam elas políticas, administrativas e religiosas, que relacionando-se com o espaço vão consolidar o caráter ou a identidade de um lugar. Assim, “todos os elementos, sejam materiais ou abstratos, trazem intrinsecamente uma linguagem através da qual se manifestam e que são de alguma forma representadas” (MELLO, s.d.). Segundo Compans (1999), “a construção de uma ‘marca’ para a cidade consiste, então, no diagnóstico das potencialidades econômicas e sociais, face uma avaliação da demanda das empresas ou dos setores-alvo seguidos da definição dos aspectos positivos e negativos, que deverão ser ressaltados ou modificados na divulgação da imagem da cidade. Invariavelmente, a imagem que se tenta construir é a de uma cidade empreendedora, socialmente integrada, que oferece qualidade de vida e um ‘clima’ favorável aos negócios” (COMPANS, 1999, p. 109).

As variáveis cultura e identidade contribuem para a compreensão do resgate da cultura, dos elementos históricos e da tradição dos locais escolhidos para a implantação dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’, na criação de uma nova marca do lugar por meio da arquitetura e do planejamento urbano, que pode ou não carregar em si o conteúdo do território e a identidade do lugar. Contudo, cabe destacar que o conceito de cultura passou por

²⁸ Para uma análise mais detalhada da evolução conceito de cultura ver: BRUNO, 2001.

diversas fases e foi se modificando de acordo com o contexto vigente em cada época. Atualmente não se pode falar de cidade sem falar obrigatoriamente de cultura e de capital, já que paralelamente ao capital econômico, existem modos de poder e processos de acumulação baseados na cultura, nos quais o fato de que esta pode ser capital e possuir valor está muitas vezes oculto e dissimulado.

A variável plurifuncionalidade.

A arquitetura plurifuncional caracteriza-se por um projeto de arquitetura de funções extensas, complexas e interdependentes ou, ainda, um projeto de edificação com grande número de espaços específicos para funções integrantes, ampla acessibilidade, rigoroso controle e segurança interno e externo, uma programação variada e intensamente orientada pelas necessidades e demandas de seus usuários, com espaços confortáveis e atividades atraentes a todas as classes sociais, especialmente para a comunidade do local em que se inserir. De acordo com Zeidler (1985), “a arquitetura plurifuncional é uma idéia, um conceito, mais que uma tipologia perfeitamente definida, sendo que nesta se incluem aqueles edifícios que abrigam mais de uma função das quatro principais funções da vida humana: habitar, trabalhar, recrear e circular” (ZEIDLER, 1985). Para Giusso et al. (2006), os espaços plurifuncionais são aqueles que apresentam uma multiplicidade programática dirigida aos investidores e aos cidadãos-consumidores, com escalas de alcance não apenas e necessariamente real, mas também virtual e que pretendem criar lugares de aceitação e de pertencimento (GIUSSO et al., 2006).

Nas palavras de Righi e Castro (s.d.), “a abordagem tradicional do projeto como ofício originou-se na Idade Média e no Renascimento, com a separação entre as atividades manuais de realização e as intelectuais de concepção”. Tal visão foi modificada, segundo o autor, “pelas mudanças nas solicitações sociais em relação ao caráter e ao uso dos edifícios e pelo acréscimo de novos procedimentos, materiais e técnicas”. Com o passar do tempo, “ocorreu a adaptação dos processos de projeto arquitetônico aos métodos industriais de produção e de organização do trabalho”, produzindo “uma especialização crescente nos projetos complementares. Porém, mesmo com a multiplicação das necessidades programáticas dos edifícios contemporâneos e com a crescente complexidade na coordenação do processo de projeto, sua concepção geral continua centralizada no arquiteto” (RIGHI; CASTRO, s.d.).

Conforme Mello (s.d.), “no espaço social urbano pode-se identificar qualidades de ordem funcional e de ordem cultural, que guardam relações biunívocas em seus desenvolvimentos. A qualidade funcional de um espaço está associada ao grau de satisfação

associado à imagem e à memória a que este espaço remete, evoca, sugere e que se constitui no imaginário coletivo de uma determinada comunidade”. Para o autor, “a qualidade funcional pode ser mensurada quantitativamente através da oferta e da demanda e qualitativamente através da forma de atendimento desta demanda”. Por sua vez, a qualidade cultural, “por pressupor subjetividade e inúmeras percepções individuais, comporta valores qualitativos relativos e descritivos, antes de estatísticos, e que podem descrever muito além das aparências da materialidade e muito mais próximas das características humanas” (MELLO, s.d.).

A variável plurifuncionalidade é importante na descoberta dos elementos que caracterizam o conjunto de objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ como espaços com uma multiplicidade programática dirigida aos investidores e aos cidadãos-consumidores, considerados capazes de revitalizar a ‘vocação cultural’ e a ‘vocação esportiva’ da cidade do Rio de Janeiro e, ainda, de estabelecerem um funcionamento regular para a geração de renda através de eventos que tornem esses equipamentos culturais e esportivos monumentais economicamente estáveis.

A variável controle social.

De acordo com Righi e Castro (s.d.), “as transformações e variações no processo de projeto desenvolvem-se dentro de contextos e parâmetros mais largos do que aqueles usualmente admitidos pelo meio acad mico e profissional”, estando “relacionadas às mudanç as sociais dos comportamentos, hábitos, crenç as, processos produtivos, técnicas, sistemas de comunicação e uma infinidade de outros processos, que tendem a alterar profundamente as noções do ‘belo’, o objeto do juízo est tico”. Conforme os autores, “  claro o elemento est tico-formal no projeto de arquitetura [...]. Nele está presente a idéia de estilo de vida como consumo diferenciado, elemento social distintivo”. Assim, a comercialização de objetos arquitetônicos monumentais com pouca ou nenhuma inserção social envolve um conjunto de valores que conferem status, prestígio e distinção aos seus investidores e cidadãos consumidores (RIGHI; CASTRO, s.d.).

Para Mello (s.d.), “o imaginário social das elites determinou as relações de poder decisivas ao processo de territorialização e, por conseqüência, a figura do Estado como gerenciador de conflitos, por sua vez, utiliza-se do próprio espaço como instrumento de controle social e de materialização de seu imaginário”. Assim, “o Estado mediante a es diretas ou indiretas, vai transformar o espaço, a dinâmica das suas funções e de seus significados, que são variáveis intervenientes na estruturação do imaginário social. Esse processo contínuo poderá ser qualificado positiva ou negativamente, segundo as expectativas das demandas sociais”, sendo

“possível identificar uma similaridade entre o conceito de controle social e alguns atributos do conceito de dominação²⁹, elaborado pelo cientista social Max Weber” (MELLO, s.d). Entretanto, “para entender melhor o conceito de controle social, basta pensar no quanto os recursos materiais disponíveis na vida social estão associados com os mecanismos institucionais, sobretudo as leis, que sancionam a conduta do indivíduo em sociedade e punem o desvio”. E, também, “no quanto os recursos simbólicos estão associados à esfera da cultura, que integra diversos mecanismos de socialização e aprendizagem, que, quando bem sucedidos, oferecem condições para as pessoas se comportarem de acordo com os valores coletivos, morais e éticos, prevalentes na sociedade”.

A variável controle social estabelece, assim, o grau de controle das relações sociais estabelecidas no interior dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ e ajuda a verificar se esses novos espaços produzidos pelas administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) se constituem em espaços públicos ou privados, com base em uma análise realizada a partir do conceito de controle social, que tem origem na sociologia americana da segunda década do século XX, e que pode ser concebido como “um conjunto heterogêneo de recursos materiais e simbólicos disponíveis em uma sociedade para assegurar que os indivíduos se comportem e respeitem as regras e os princípios estabelecidos, referindo-se ao espaço da administração pública que se dá com a participação da sociedade civil, ou seja, por pessoas e instituições que não estão vinculadas à estrutura governamental”³⁰.

A variável atração de investimentos.

Kotler et al. (1993) apud Kotler e Gertner (2004), “a necessidade de atrair investimentos através de turistas e de empresas industriais e comerciais requer estratégias de marca conscientes para os diversos grupos-alvo. Para ter sucesso no setor de turismo, um país precisa definir muito claramente o que deseja vender e para quem”. Para os autores, “os profissionais de marketing de um país (ou de uma cidade) precisam entender como as empresas selecionam os locais em que pretendem investir e a coleta de informações sobre os que tenham o potencial necessário para as empresas: mercado de trabalho local; acesso a mercados consumidores e fornecedores; disponibilidade de instalações e infra-estrutura para desenvolvimento; meios de transporte; oportunidades de educação e treinamento; qualidade de

²⁹ “O conceito de dominação implica em dominantes (a presença efetiva de alguém mandando) e dominados (vinculado à existência de um quadro administrativo ou de uma associação, onde os seus membros estão submetidos a relações de dominação). Nesse sentido, o conceito de poder encontra-se relacionado a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo encontrando resistências”. Disponível em: <http://inforum.insite.com.br/arquivos/5009/aula_weber.doc>.

³⁰ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/control-social.jhtm>>.

vida; ambiente de negócios; acesso às instalações de pesquisa e de desenvolvimento; disponibilidade de capital; impostos e regulamentações (KOTLER; HAIDER; REIN, 1993)” (KOTLER; GERTNER, 2004).

E, ainda, “o país (ou a cidade) deve saber exatamente que características de local as empresas buscam no que se refere à mão-de-obra, política tributária, comodidades, incentivos, instituição de ensino, regulamentação, energia, comunicação e ambiente empresarial e têm de estar preparados para oferecer incentivos financeiros que atraiam as empresas, entre eles: isenções fiscais, treinamento no trabalho, investimentos em infra-estrutura, juros subsidiados e até a participação de risco” (KOTLER; GERTNER, 2004).

QUADRO 01: O QUE É DESEJÁVEL EM UM LOCAL

Características	Antes	Hoje
Mão-de-obra	Barata e não-qualificada.	Muito qualificada.
Política tributária	Impostos baixos, baixo nível de serviço.	Impostos moderados, bom nível de serviço.
Incentivos	Produção com o menor custo possível, terreno e mão-de-obra baratos.	Mão-de-obra e profissionais adaptáveis e agregadores de valor.
Comodidades	Moradia e transporte.	Cultura, lazer, museus, centros de compras, aeroporto.
Escolas	Disponibilidade.	Instituições de boa qualidade.
Ensino superior	Não visto como fator-chave.	Escolas e centros de pesquisa de boa qualidade.
Regulamentação	Mínima.	Compatível com a qualidade de vida e a flexibilidade nos negócios.
Energia	Custo/disponibilidade.	Segurança/confiabilidade.
Comunicação	De massa.	Acesso à tecnologia e à Internet .
Ambiente de negócio	Câmaras de comércio atuante etc.	Parcerias.

Fonte: Kotler, Asplund, Rein e Haider (1999).

A variável atração de investimentos apresenta por meta a investigação da capacidade do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’ de atrair investidores e cidadãos-consumidores aos locais onde foram implantados e dos ‘sistemas de ações’ desenvolvidos pelas administrações municipais, no período de 1993 a 2008, de incentivar essa atração, juntamente com a identificação dos interesses que deram origem às intervenções urbanas, à ação do Estado e aos gastos com a manutenção desses objetos arquitetônicos projetados para se constituírem em monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação de alguns espaços da cidade.

Outros conceitos imprescindíveis à análise:

O conceito de estratégia urbana

No pensamento de Portas (1996), a estratégia urbana é “a nova forma que toma a formulação das políticas urbanas como instrumento agora autônomo da administração” (PORTAS, 1996, p. 30). Na verdade, a estratégia sempre existiu. O que responde pela mudança na formulação das políticas urbanas, ou seja, nos ‘sistemas de ações’, é a introdução, a partir da abertura política e econômica e do avanço liberal, de novos atores políticos com poder de decisão, um fator inerente à atual conjuntura, pois as intervenções urbanas voltadas ao embelezamento, ao saneamento³¹ e às políticas urbanas eram responsabilidade somente do Estado no modelo de planejamento racional-funcionalista.

Nesse sentido, Tsiomis (1996) levanta a seguinte indagação: o projeto urbano (ou desenho urbano, como é denominado no Brasil) é uma nova estratégia para a reconquista da cidade ou é, tão simplesmente, a nova denominação do antigo projeto de embelezamento? Uma possível resposta a essa pergunta, com base na observação dos conceitos abordados, seria aquela que corresponde à nova denominação do projeto de embelezamento e, por isso, configurando um retorno ao projeto urbano, apesar das diferenças inerentes à conjuntura de cada um dos modelos: o modelo de planejamento voltado ao embelezamento e ao saneamento e o modelo de planejamento estratégico de cidades por projetos pontuais, com vistas à requalificação urbana.

Com relação à estratégia urbana do modelo de planejamento estratégico de cidades, utilizada na requalificação funcional e estética de partes do Rio de Janeiro, ela não mudou muito em relação às intervenções urbanas voltadas ao embelezamento e ao saneamento do início do século XX, pois ambas tinham por meta viabilizar novas práticas econômicas³² e urbanísticas nas áreas centrais, impondo novas lógicas sociais e econômicas e transformando o solo urbano em uma valiosa mercadoria, a partir da perseguição de imagens que “buscavam torná-lo atrativo porque belo, moderno e funcional” (DEL RIO, 1993, p. 55 e 56). Conforme Benchimol (1990)³³,

³¹ “Modelo inspirado nas intervenções urbanas do Barão de Haussmann, prefeito de Paris sob Napoleão III, de 1853 a 1870” (DEL RIO, 1993, p. 55).

³² No modelo voltado ao embelezamento e ao saneamento, as práticas econômicas eram representadas pelo capital imobiliário e pelo capital industrial, já no modelo de planejamento estratégico, permanece o capital imobiliário, praticamente desaparece o capital industrial e surge o capital financeiro.

³³ Não basta reduzir o ‘antes’ e o ‘depois’ da operação de renovação urbana a um simples contraste de paisagens arquitetônicas, como fizeram os apologistas da reforma, celebrando a vitória da cidade moderna e civilizada sobre a cidade colonial, pestilenta e antiestética. É preciso ir além dessa exterioridade para captar a teia de relações que os homens mantêm em determinado espaço material da cidade, para que se possa entender como se reproduz e por que se transforma. A renovação urbana supõe, assim, dois momentos: primeiro a desapropriação de frações sociais, segregadas ou excluídas de determinada área da cidade, que depois de transformada e valorizada pelos novos suportes materiais é transferida a outras frações sociais (BENCHIMOL, 1990, p. 318).

o termo ‘embelezar’ [...] designa mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas ‘estratégias’. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central, projeto debatido desde meados do século passado; a mudança de função do centro, atendendo (num plano mais imediato) aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e (num plano mais geral) às exigências da acumulação e da circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao ‘desfrute’ das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade, que era a sede do poder político nacional (BENCHIMOL, 1990, p. 228).

Diferença, de fato, encontra-se na forma pela qual se davam as mudanças nas estruturas existentes, pois as intervenções voltadas ao embelezamento e ao saneamento ocorriam através da renovação, “que sempre pressupunha um processo ‘destrutivo’ precedente ao ‘construtivo’ em busca de um ‘princípio de ordem’ e de uma ‘totalidade racional’ (FERRARA, 1988)”, enquanto o modelo de planejamento estratégico por projetos urbanos pontuais, dirigido à requalificação urbana, apresenta-se “com um conceito abrangente que incorpora práticas anteriores, mas é mais que sua simples adição, pois as excede e supera na busca por uma nova vitalidade (econômica, cultural e físico-espacial). Esse modelo se distancia tanto dos processos traumáticos de renovação, quanto das atitudes exageradamente conservacionistas” dos planos totalizadores e abstratos, constituindo-se, ao menos no plano do discurso, em uma forma de reabilitar menos onerosa, gradual, heterogênea e de múltiplas intervenções, “que procura respeitar a singularidade de cada lugar, reforçando tendências e revisando desequilíbrios. O projeto atual não se coloca como um urbanismo totalizador, abstrato, que procura sobrepor um princípio geral de ordem à realidade” (DEL RIO, 1993, p. 58 e 59; SARTOR, 1999).

O conceito de desenho urbano x o conceito de projeto urbano.

Outra distinção importante é aquela que se faz entre desenho urbano e projeto urbano. Para Carvalho Santos (s.d.), “o desenho urbano é comumente associado às questões de projeto na escala urbana” e teria como objetivo principal “estudar e propor soluções para o espaço urbano, de acordo com a necessidade de formar categorias de análise para a produção da forma física e dentro de uma escala de tempo mais curta e de atuação menor do que o planejamento urbano” (CARVALHO SANTOS, s.d.). No pensamento de Portas (1996), “desenho urbano é uma expressão que não deseja um processo, mas, sim, uma habilidade, uma capacidade, um tipo de atividade, criativa e técnica, que pode ter aplicação generalizada, enquanto o projeto é um produto, fruto do desenho, mas não só”, necessitando de duas etapas anteriores: o plano e o programa, sendo que o primeiro “só tem sentido na medida em que haja que responder a um alto

grau de incerteza”, já que vive desta e “da sua capacidade de reduzi-la”, tendo que estabelecer desde o princípio qual o seu programa, ou seja, qual a sua estratégia em relação à incerteza, embora não a elimine e, o segundo, também denominado de estratégia, ou seja, “a escolha do modo de conseguir chegar aos fins, num ambiente de incerteza, que existe não só sobre os fins, mas também sobre os meios, isto é, os recursos potenciais e imobilizáveis”, se estabelece na passagem do plano para o projeto, configurando-se em etapa intermediária, e gerando um pouco menos incerteza, apesar de, também, não a eliminar (PORTAS, 1996, p. 33 e 35).

Constituindo o produto do referido processo, o projeto urbano é apresentado por Portas (1996) como o inimigo da incerteza, fato que o diferencia das duas primeiras etapas: o plano e o programa, constituindo-se o primeiro como uma tarefa deste último, ou seja, da programação, “que em geral começa antes do projeto e deve acompanhar toda a projeção com sucessivas alterações até o fim” e dependendo do rigor desta o seu sucesso (PORTAS, 1996, p. 33, 34)³⁴. Para Sartor (1999), “o plano urbanístico foi consagrado por condensar as concepções acerca do que deveria vir a ser a ‘cidade moderna’, tanto do ponto de vista da reconstrução, quanto do planejamento de novas cidades, na perspectiva de equacionar os problemas urbanos”, sendo que “o urbanismo consolidou um conjunto de saberes e de práticas, configurando um modelo de intervenção pautado na reflexão e na ação planejada sobre a cidade, em sua totalidade, um modelo que se tornou hegemônico por muitas décadas”³⁵ (SARTOR, 1999).

Segundo Sartor (1999), “o projeto urbano caracteriza-se por um produto, que resulta do sentido de oportunidade e do pragmatismo, bem como da qualificação a partir de instrumentos próprios do desenho urbano” e, “uma vez que o projeto urbano surge como alternativa ao sistema de planos e de zoneamentos, viabiliza-se a ação projetual de arquitetos e de urbanistas, visivelmente abalada durante as últimas décadas” (SARTOR, 1999). Para Tsiomis (1996), a reflexão sobre o projeto urbano se colocaria entre a definição de uma nova estratégia para a reconquista da cidade e de um ‘novo’ projeto de embelezamento, esboçando uma outra definição de projeto urbano na qual retoma a idéia de processo, embora utilize o termo procedimento:

³⁴ Segundo Portas (1996), “o conceito atual de projeto urbano tem-se reservado para situações de intervenção urbanística programada [...] para obter efeitos qualitativos e funcionais, que vão além da sua área restrita e que implica em uma multiplicidade de atores, dos quais alguns são conhecidos desde a fase de arranque do processo e outros só entram em cena por efeitos de realização” (PORTAS, 1996, p. 35).

³⁵ Conforme Sartor (1999), “o projeto em desenho urbano surge como instrumento básico da ação urbanística e guia para os demais projetos complementares, que estruturam a intervenção urbana. Tais projetos expressam uma ruptura com o sistema de planos urbanísticos e de zoneamentos, os principais instrumentos do urbanismo moderno, e um distanciamento em relação aos planos diretores e demais instrumentos de regulação do uso do solo, abrindo espaço à apropriação privada dos benefícios da requalificação urbana” (SARTOR, 1999).

projeto urbano é uma qualificação espacial, cuja transcrição se faz a partir de instrumentos próprios do arquiteto-urbanista-paisagista, através de uma série de parâmetros aparentemente heteróclitos. Neste sentido, é também um procedimento, mas um procedimento heteróclito, na medida em que se baseia em diferentes parâmetros e busca alcançar diversos objetivos regulamentares, estéticos, sociais, econômicos, de gestão, etc. O projeto urbano não se realiza somente por meio de procedimentos administrativos, ele se concretiza através de procedimentos complexos (TSIOMIS, 1996, p. 25).

Além do conceito, Tsiomis (1996), aponta as principais características daquilo que definiu como projeto urbano:

- é um urbanismo de correção, mas também de gênese do novo. Ele corrige o antigo e produz o novo; - é um urbanismo de articulação. Ele articula o antigo e o novo, o social e o espacial; - é um urbanismo localizado e um urbanismo de contexto. Cada lugar demanda um tratamento particular. Por isso, é um urbanismo que recusa modelos formais; - trata-se de um urbanismo temático, quer dizer, que desenvolve temas sociais e espaciais abstratos, mas temas que se transcrevem sempre no espaço; - trata-se de um urbanismo de atores, de participação em termos de confrontação, negociação e parceria. Quer dizer, trata-se de um urbanismo de ações coordenadas e, também, de expressão contraditória de estratégias divergentes, de um urbanismo de expressão das diferentes estratégias dos diferentes atores, mas também de definição de uma estratégia global; - projeto urbano é um urbanismo que considera a duração do tempo. Ele hierarquiza as ações no tempo: o urgente, o médio, o longo prazo. Para negociar é preciso tempo e o tempo é estratégia; - enfim, trata-se evidentemente de um urbanismo de coordenação das ações públicas e privadas (TSIOMIS, 1996, p. 27).

Marques da Silva (1999a), ao conceituar o projeto urbano ressalta, assim como os outros autores, a função qualitativa deste em relação ao espaço urbano, mas enfatiza um ponto de grande importância que Tsiomis (1996) apenas sugere quando fala de uma das características do projeto urbano, relativa ao urbanismo temático, que é: a questão do valor simbólico e da atração do espaço urbano, capazes de “mobilizar as ações individuais, via mercado, de organização espacial”. Subjacente a essa colocação encontra-se, ainda, uma segunda observação, também importante, relativa ao retorno da ‘arte urbana’, ou seja, do urbanista à sua formação de origem a de arquiteto (ABRAMO, 1995, p. 541).

A partir dessas definições pode-se desenvolver um outro conceito: o **projeto urbano se estabelece a partir de intervenções urbanísticas com grande valor simbólico e forte poder de atração, que exploram as qualidades dos lugares com a ajuda do desenho urbano, podendo ser resumidas em ações programadas no tempo (já que o projeto urbano ou se realiza, ou não é um projeto, é um desenho) ou, ainda, seguir procedimentos complexos baseados em diferentes parâmetros, envolvendo vários atores públicos e privados na busca de múltiplos resultados, em especial, de uma boa imagem urbana, a partir de estratégias divergentes, porém integradas a uma estratégia global.**

1.5. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A PESQUISA.

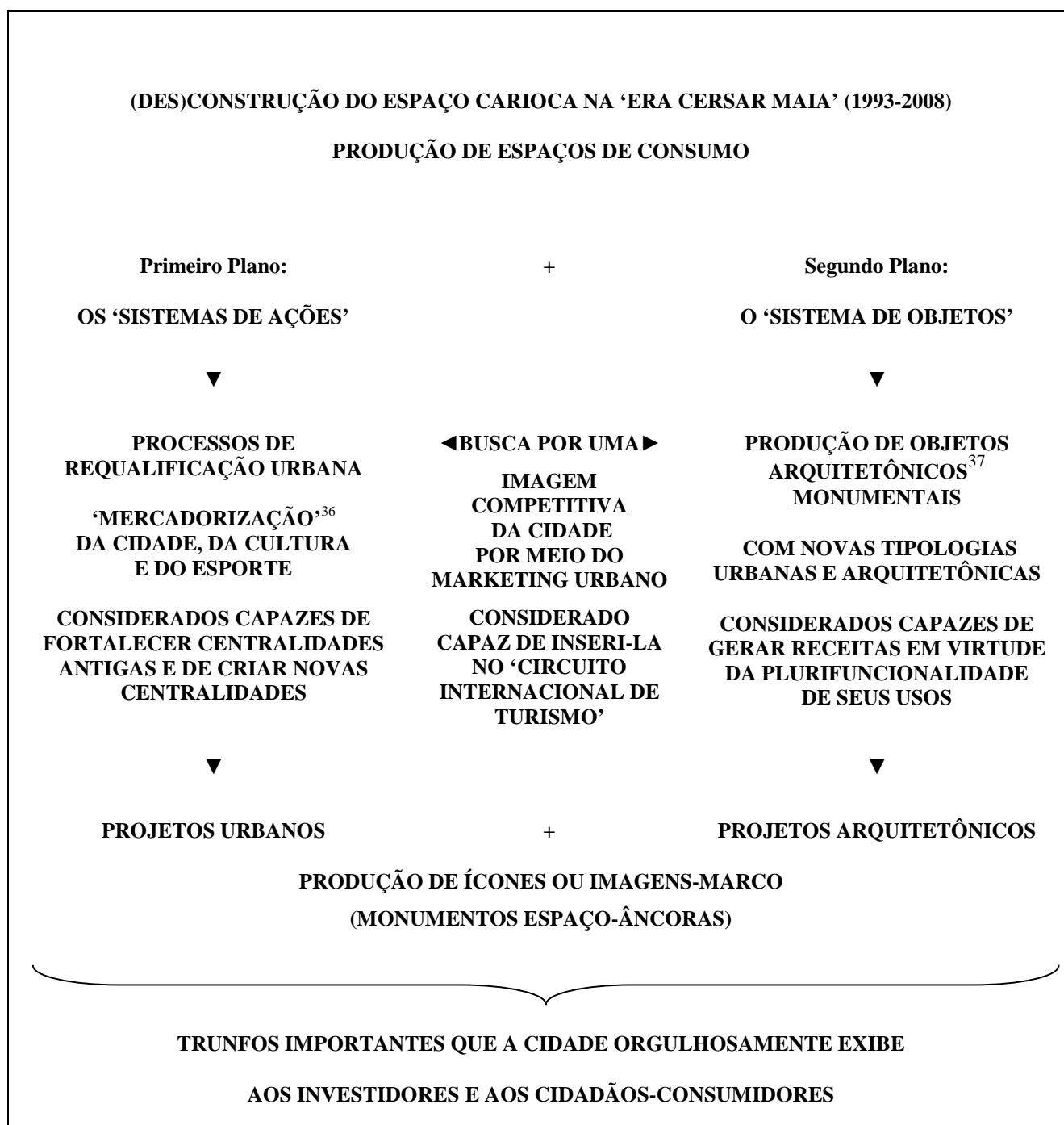
A compreensão de novas e de velhas estratégias de desenvolvimento econômico para as cidades no contexto da reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas constitui um assunto que, apesar dos vários estudos existentes, está longe de ser esgotado. A busca do desenvolvimento econômico local a partir do cumprimento de uma agenda estratégica baseada em projetos de requalificação urbana para a inserção competitiva do Rio de Janeiro no ‘mercado mundial de cidades’ é verificada em várias iniciativas dirigidas à sua especialização funcional, de modo a reforçar as singularidades e as características culturais de cada localização, “oferecendo ao capital todas as condições materiais e imateriais para sua mobilidade e gestão” (COMPANS, 1999, p. 92). Entretanto, uma descrição isolada do atual modelo de planejamento estratégico carioca e uma simples exposição das paisagens da cidade reduzidas ao ‘antes’ e ao ‘depois’ das mudanças funcionais e estéticas produzidas em determinados espaços da cidade, pouco contribuiria aos futuros estudos sobre a arquitetura e o planejamento urbano.

Assim, o **objeto de estudo** é a (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), com vistas à produção de espaços de consumo e à busca de uma imagem competitiva do Rio de Janeiro por meio do marketing urbano, utilizado como uma das estratégias para a inserção da cidade no chamado ‘circuito internacional de turismo’. Espaço de imagem plural e marco de referência nacional em contínuo processo de construção e de destruição, a análise do espaço urbano carioca é feita com base em um retorno histórico capaz de reconstruir os acontecimentos do passado, que possibilitaram a gênese do modelo de planejamento estratégico carioca, verificando:

1) em um primeiro plano, as mudanças nos ‘sistemas de ações’ das administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), caracterizadas pela elaboração de projetos urbanos pontuais orientados para a requalificação urbana e para a ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte, consideradas capazes de reforçar centralidades antigas e de criar novas centralidades e;

2) em um segundo plano, as transformações nos ‘sistemas de objetos’ materializados por esses ‘sistemas de ações’ através da produção de equipamentos culturais e esportivos monumentais com novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, considerados capazes de gerar receitas em virtude da plurifuncionalidade de seus usos e de se tornarem os novos ícones ou as novas imagens-marco da cidade: trunfos importantes que a cidade orgulhosamente exhibe aos investidores e aos cidadãos-consumidores.

QUADRO 02: OBJETO DE ESTUDO.



Fonte: Elaboração da autora a partir da definição do objeto de estudo.

³⁶ Debord (1997) apud Bruno (2001) “trata da questão da mercadorização da cultura, que se tornaria a principal mercadoria, a estrela da sociedade do espetáculo. Segundo ele, de uma primeira e evidente degradação do ‘ser’ para o ‘ter’, atualmente vê-se um deslizamento do ‘ter’ para o ‘parecer’. Ele chama a sociedade que concebe o mundo como representação e, não, como atividade, de sociedade da imagem” (BRUNO, 2001, p. 135).

³⁷ “Os significantes, os objetos arquitetônicos, podem ser observados e descritos e não prescindem de seus significados para existirem, pelo menos em princípio. Enquanto seus significados se estabelecem a partir de códigos culturais que nos permitem ‘ler’ os significantes, o que equivale dizer, saber sua função, seja ela de uso ou ideológica” (FERNANDES, 2003, p. 14).

O enfoque dessa investigação justifica-se em virtude:

a) de algumas partes do Rio de Janeiro terem sido e continuarem sendo palco de inúmeras e constantes requalificações urbanas, fatos que reiteram a necessidade de se compreender, numa visão mais abrangente, o conteúdo dos ‘sistemas de ações’, que orientaram as intervenções urbanas mais representativas da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e que constituíram o ‘sistema de objetos’ monumental denominado ‘Pentágono do Milênio’, com base em uma análise na escala macro do planejamento urbano e na escala micro do objeto arquitetônico, de modo que estas reflexões não fiquem restritas aos espaços concretos, mas às suas formas significantes ou, ainda, que esses exames sejam realizados com base em imaginários e como imaginários;

b) dos diagnósticos de degradação físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico de partes da cidade elaborados com base na lógica da ‘eutanasia espacial’ (FERREIRA; MARQUES, 2000) ou, ainda, na percepção cristalizada do senso comum na qual “a degradação estaria generalizada por toda a cidade, necessitando-se atuar sobre pontos exemplares, capazes de surtir efeitos simbólicos e multiplicadores” (SARTOR, 1999), e da desordem da cidade estar sintonizada com o modelo de planejamento estratégico por projetos urbanos pontuais, voltados às mudanças funcionais e estéticas dessas áreas, que muitas vezes contribuem para a valorização dos capitais imobilizados (imóveis vazios ou subutilizados), que tendem a permanecer estocados pelos proprietários como reserva de valor, apostando na possibilidade dos investimentos resultantes desses projetos auferirem ganhos de especulação (FREITAS RIBEIRO, 2003).

c) da ênfase excessiva conferida ao potencial da arquitetura e do planejamento urbano como definidores dos ‘sistemas de objetos’, ou seja, da forma física da cidade por meio da reprodução de determinados padrões de empreendimentos voltados aos gostos e aos modos de vida das classes média e abastada, o que promove, ao menos no âmbito das políticas públicas, que organizaram os ‘sistemas de ações’ da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008, o fenômeno da falácia física, “uma fé quase cega nas qualidades redentoras do desenho para resolver os problemas urbanos” (FIGUEIRA, 2004), em especial, a recuperação econômica e social da cidade e a redução da desigualdade e da fragmentação sócio-espacial, com base em projetos urbanos pontuais com grande visibilidade nos meios de comunicação de massas.

A investigação sobre o tema da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), terá o seguinte **objetivo geral**:

- verificar as mudanças nos ‘sistemas de ações’ que materializaram o ‘sistema de objetos’ arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’, destacando possíveis relações entre as distintas bases conceituais e as técnicas de planejamento herdadas do modelo de planejamento estratégico catalão, no início da década de 1990, com o modelo de planejamento urbano racional-funcionalista, no bojo de um processo de mudanças complexas, caracterizado pela combinação de vários fatores, entre eles: a política econômica com viés pró-mercado, as mudanças nos parâmetros da atuação governamental e no pensamento de alguns grupos de arquitetos e administradores com influência na produção da cidade.

Quanto ao **objetivo específico**, este será:

- ler o espaço da cidade do Rio de Janeiro como um texto a partir da perspectiva semiótica utilizada como base metodológica para o presente estudo e à luz da (des)construção do espaço carioca para a produção de espaços voltados ao consumo e à uma maior eficácia dos ‘sistemas de objetos’, através da requalificação urbana e da ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte, em razão das sempre renovadas necessidades sociais e, especialmente, dos novos programas emergentes da globalização, que buscam reforçar centralidades antigas, gerar novas centralidades e criar uma imagem competitiva da cidade, no âmbito da formulação de projetos urbanos associados à construção de objetos arquitetônicos monumentais com tipologias pretensamente globais, em especial, aqueles que constituem o ‘Pentágono do Milênio’ e que, por sua vez, têm por objetivo preparar a cidade do Rio de Janeiro diante dos desafios impostos pelo novo ambiente social e econômico.

Como já foi apresentado anteriormente, esse trabalho parte da seguinte **hipótese**:

- a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como principais ferramentas da globalização no processo de produção de espaços atraentes ao consumo, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais no processo de produção do espaço do Rio de Janeiro e o ‘sistema de objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’, composto por objetos arquitetônicos com forte apelo simbólico, se constitui em um enunciado emblemático dos ‘sistemas de ações’ utilizados pelas administrações municipais cariocas na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), que buscaram elaborar ícones ou imagens-marco,

considerados capazes de fortalecer centralidades antigas, de criar novas centralidades, de construir uma imagem competitiva da cidade e de inseri-la no ‘circuito internacional de turismo’, com base na produção de espaços de consumo com uma linguagem separatista e elitizante, responsável pela fragmentação simbólica, produzida por um conjunto de representações sociais do espaço metropolitano, e pela fragmentação social, ao classificar as categorias espaciais e estigmatizar os grupos sociais, apesar do discurso público sobre a cidade produzir um efeito naturalizador das diferenças e das práticas discriminatórias de apropriação dos territórios da metrópole e legitimar ações e idéias, por meio de imagens construídas em torno desses projetos e da própria cidade.

Considerando que “a análise do conteúdo de um modelo de planejamento urbano, enquanto um projeto de ordem urbanística legal compreende tanto a dimensão do enunciado, ou seja, o texto que o veicula, quanto a sua materialização, qual seja, a sua efetiva aplicação físico-territorial” (OLIVEIRA, 1999 p. 12), pode-se ressaltar que, os ‘sistemas de ações’ utilizados na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), caracterizaram-se por um planejamento urbano flexível aliado à desregulamentação das atividades de planejamento e de intervenção estatal. Nesse sentido, o modelo de planejamento estratégico de cidades adotado no Rio de Janeiro pela municipalidade a partir dos anos 1990, apresentou por principais objetivos adaptar-se às condições transitórias da economia e dar respostas aos interesses privados sobre determinadas áreas da cidade por meio da materialização de ‘sistemas de objetos’ considerados capazes de absorver esses interesses no espaço e de criar uma imagem competitiva para a cidade.

Será no bojo do contexto conceitual empírico colocado que emerge a **questão central** do estudo: os objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’, que materializaram o ‘sistema de ações’ do modelo de planejamento estratégico (a) integram um plano na escala macro voltado à inserção da cidade do Rio de Janeiro na competitividade mundial inter-cidades e; (b) contribuem e, se assim for, em que grau para a implantação do modelo de planejamento estratégico e de seu objetivo de requalificação urbana?

Pretende-se investigar, assim, a maneira como a municipalidade desenvolveu os seus ‘sistemas de ações’ e materializou os seus respectivos ‘sistemas de objetos’ (SANTOS, 1996), com o intuito de observar as mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca e nas práticas de requalificação urbana por meio de objetos arquitetônicos monumentais para atender as sempre renovadas necessidades dos investidores e dos cidadãos-consumidores.

Nesse sentido, a pesquisa adotará a seguinte **metodologia**:

- No que tange à **análise teórica dos ‘sistemas de ações’**, procurou-se efetuar uma revisão de autores e da literatura sobre a produção do espaço do Rio de Janeiro, com o intuito de examinar as mudanças percebidas nas políticas públicas adotadas no período de 1993 a 2008, com base no modelo de planejamento estratégico de cidades, que, entre outros objetivos, buscou a construção e a difusão de uma imagem competitiva da cidade, sobretudo para o exterior, por meio da materialização de objetos arquitetônicos monumentais para serem promovidos pelo marketing urbano. Especificamente serão analisadas as administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), de modo a identificar:

- 1) a concepção de planejamento adotada;
- 2) o diagnóstico da cidade;
- 3) o ‘sistema de ações’;
- 4) a organização da administração pública;
- 5) o principal plano;
- 6) os principais programas e projetos.

- Quanto à **análise empírica do ‘sistema de objetos’**, pretende-se qualificar historicamente a emergência do conjunto de objetos arquitetônicos com forte simbolismo denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, para, em seguida, realizar uma análise semiótica das suas formas significantes, de modo a entender a pluralidade de sentidos que as imagens podem adquirir individualmente e, ainda, fazer com que a análise não se restrinja aos espaços concretos, mas esteja embasada em imaginários e como imaginários, com o intuito de, não apenas resgatar os aportes teóricos necessários à análise do ‘sistema de ações’ que materializou esse ‘sistema de objetos’, mas, também, articulá-los às especificidades da dinâmica sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, avançar na análise sobre a capacidade desses objetos arquitetônicos:

- 1) de tornarem-se os novos ícones ou as novas imagens-marco da cidade do Rio de Janeiro;
- 2) de constituírem-se em monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação dos bairros onde foram construídos e de integrá-los ao restante da cidade;
- 3) de reverterem a imagem de degradação físico-urbanística, de esvaziamento sócio-econômico, de desordem e de caos da cidade, apresentada nos diferentes diagnósticos realizados para a requalificação de partes da cidade do Rio de Janeiro;
- 4) de reforçarem centralidades antigas, criarem novas centralidades e construírem uma imagem competitiva da cidade, especialmente no exterior;
- 5) de contribuírem efetivamente para a inserção do Rio de Janeiro no chamado ‘mercado mundial de cidades’;
- 6) de auxiliarem no processo de desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, atraindo investidores e cidadãos-consumidores e;
- 7) de resolverem questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano, como por exemplo, as carências básicas da maior parcela da população.

Para tanto, foi feito um levantamento dos projetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ nos *sites* oficiais dos órgãos municipais envolvidos na produção desses espaços direcionados ao consumo e em artigos publicados em jornais e disponibilizados na Internet, de modo a realizar a leitura desses equipamentos culturais e esportivos monumentais, considerando **a escala macro do planejamento urbano**, com base nas variáveis: 1) competitividade urbana; 2) integração; 3) marketing urbano; 4) parcerias público-privadas e; 5) novas tipologias arquitetônicas e urbanas; e **a escala micro do objeto arquitetônico**, a partir das variáveis: 1) projeto arquitetônico; 2) cultura e identidade; 3) plurifuncionalidade; 4) controle social e; 5) atração de investimentos, de modo que a análise não fique restrita aos espaços concretos, mas às suas formas significantes ou, ainda, com base em imaginários, de modo a delinear o planejamento urbano carioca, no período de 1993 a 2008.

CAPÍTULO 02. CONTEXTO DAS MUDANÇAS NO MODELO E NAS PRÁTICAS DO PLANEJAMENTO URBANO.

2.1. ECONOMIA, ESTADO E SOCIEDADE.

O modelo de planejamento urbano estratégico, adotado pelas administrações municipais do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008, teve sua gênese, segundo Les Gales (1991) apud Abramo (1995) “na passagem de políticas urbanas, cujo objetivo prioritário era a organização espacial urbana, para a consolidação de políticas urbanas subordinadas à lógica do crescimento econômico e da geração de emprego local (LE GALES, 1991)” (ABRAMO, 1995, p. 543), nas quais predominam aspectos como produtividade e competitividade na definição dos principais parâmetros orientadores da questão urbana atual, em lugar de princípios como o de equidade para a promoção urbana. Conforme Kleiman (2001), “a globalização trazendo no seu bojo o ideário neoliberal tem provocado um rápido deslocamento do papel do Estado da intervenção para a regulação, mas onde primeiro tem privatizado-se e, depois, a custo de um clamor social faz-se um arremedo de normas e regulamentos”³⁸ (KLEIMAN, 2001).

Os processos de liberalização e de privatização correspondem à abertura das economias dos países para os mercados financeiros macro-regional e global, tornando-os cada vez mais integrados e demandando dos governos nacionais uma rigorosa disciplina macro-econômica, que impõe aos países uma ampla e acelerada reestruturação voltada à competitividade, fatos que conduzem a mudanças significativas no regime e na regulação das metrópoles internacionais e regionais, estando associadas aos processos de: globalização da economia, desregulamentação e flexibilidade³⁹, que orientaram o ideário liberal e os movimentos de reestruturação e de saída da crise do fordismo (ALBUQUERQUE, 1999, p. 19; MARQUES DA SILVA, 1999b, p.3; ABRAMO, 1995, p. 542 e 545).

³⁸ “A nova economia implica, entre outros aspectos, numa mudança do papel do Estado. Implica que muitas decisões políticas e regulações tomam-se externamente aos Estados nacionais, sendo repassadas a uma rede mundial de empresas e entidades supranacionais, baseada em conexões informatizadas e alto grau de conhecimento. Para os Estados nacionais deverá corresponder um papel de gestor, mediador, regulador, entre outros, e suas estratégias situadas muitas vezes fora de seu território nacional. Contudo, a globalização decorrente da nova economia não atingiu todas as partes do mundo” (KLEIMAN, 2001).

³⁹ “No que diz respeito à forma de conceber o urbano, os planejadores urbanos da década de 1990 influenciaram diretamente as gestões locais para tornar o espaço urbano mais atraente aos investidores, baseando-se: na flexibilização das leis de uso do solo; na crescente necessidade imposta pelo mercado, das cidades globais estarem inseridas no fluxo internacional de capital e informação e na resposta à crescente massa de população desempregada, além da temática que passa a ocupar o centro das atenções dos planejadores urbanos na década de 1990, influenciando diretamente as gestões locais para tornar os espaços urbanos mais atraentes aos investidores” (AMENDOLA, 2002, p. 24).

A reestruturação da economia gerou uma nova uniformização da sociedade, através de novas formas de trabalho e de novos produtos de consumo e apresentou por maior característica a diferenciação e a personalização, “sendo que a gentrificação⁴⁰ emerge como um dos conteúdos diferenciadores desse processo” (FREITAS, 2006). Nesse sentido, Ascher (1995) apud Compans (1999),

qualifica estas novas camadas sociais como aquelas ‘estratégicas’, ‘qualificadas e não precarizadas’, para as quais a abundante oferta residencial e as intervenções urbanas destinadas aos bairros onde se concentram deve considerar certo conteúdo simbólico, elas devem ‘marcar a imagem’ do novo status social adquirido (ASCHER, 1995, p. 233) (COMPANS, 1999, p. 108).

De acordo com Botelho (2005), os discursos dos gestores públicos e dos investidores associam a necessidade de requalificação das áreas centrais, consideradas esvaziadas sócio-economicamente e degradadas físico-espacialmente, como parte do processo de inserção de suas cidades no cenário globalizado. Para esse autor, as práticas adotadas a partir desses discursos tendem a assumir uma postura elitizante, “procurando excluir segmentos considerados indesejáveis ou, em outro registro, assumem que a requalificação urbana destina-se a atrair” investidores e cidadãos-consumidores, “em contraposição ao que existia no lugar antes de iniciado o processo” (BOTELHO, 2005, p. 69). Conforme Ascher (2001),

as grandes metrópoles confrontam-se cada vez mais diretamente com a concorrência urbana internacional. Elas precisam atrair investimentos internacionais, empresas estrangeiras e mão-de-obra qualificada. Para tanto, devem acolher as funções econômicas estratégicas e as atividades comerciais de alto nível (ASCHER, 2001, p. 62).

A globalização da economia, controlada pelas forças do mercado (empresas transnacionais e o capital financeiro mundializado), a partir das mudanças que se deram na estrutura produtiva (no capitalismo), decorrentes da substituição da produção fordista pela toyotista (produção flexível), e no emprego, levou: ao “esvaziamento econômico, com o fechamento de unidades de negócios, reduzindo a riqueza produzida e a arrecadação” (OLIVEIRA, 2005); à mobilidade⁴¹ e; ao nomadismo da sociedade, possibilitado pelos recursos

⁴⁰ “Na fase tardia do desenvolvimento capitalista, as cidades têm sido alvo de grandes projetos de regeneração (requalificação) urbana. Estes projetos podem ser lidos como uma dupla reconquista dessas áreas pelo capital e pelas pessoas, particularmente pelas classes médias. A esse movimento de retorno ao centro da cidade foi dado o nome de gentrificação”, que pode ser definida como o resultado do processo de diferenciação produzido pelo capital. “É a reconquista do centro pelo capital em parceria com o Estado, atraindo as classes médias, que desempenham um papel muito importante na composição desse espaço. A renovação que produz a gentrificação acontece no lugar de outras formas de renovação: aquelas que mantêm a diversidade social, aquelas que ganham o espaço do centro para a cidade, atendendo a todos os seus habitantes, e que pretendem resolver alguns problemas cruciais como o da habitação. A importância da gentrificação nos estudos urbanos contemporâneos está no papel que ela desempenha na reconstrução da paisagem da cidade no final do século XX” (FREITAS, 2006, p. 83).

⁴¹ “A indústria transnacional adquire mobilidade e deixa de estar concentrada em alguns países, expandindo-se para novas áreas, avançando por fronteiras políticas. O processo de produção fordista é substituído progressivamente pelo processo de produção flexível. Por fim, com a entrada dos processos de robotização e de informatização, inicia-se

provenientes da informática, fatos que geraram novas demandas qualitativas e quantitativas por espaço físico e localização geográfica em virtude do acirramento da concorrência, tais como: a redução das necessidades espaciais para estocagem; o surgimento de novas empresas para prestação de serviços terceirizados e; o aumento da necessidade de uma rede de transportes para o favorecimento de novos processos de aglomeração, que afetaram essas cidades em sua estrutura e economia (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 5; SÁNCHEZ GARCIA, 1999b; ABRAMO, 1995, p. 542 e 543)⁴². Para Lima Júnior (2003), “para vender a ‘concorrência’, cada qual deve organizar-se, de modo a minimizar seus pontos fracos e a maximizar seus pontos fortes: formulando ações voltadas a esse ambiente interno, a cidade poderá responder às oportunidades e às ameaças vindas do exterior” (LIMA JÚNIOR, 2003, p. 11).

Entretanto, essa tendência à compactação do espaço urbano gerou o problema dos vazios urbanos “em decorrência das diversas mudanças no planejamento, nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário”, que levaram os centros tradicionais a perderem “a característica de centralidade para outras áreas⁴³, resultando em degradação desses espaços” (BOTELHO, 2005, p. 54), o que impôs ao mercado imobiliário uma nova postura capaz de lidar com a reestruturação e de absorver a parte ociosa das cidades decorrente desse processo, e à administração pública a ajustar a legislação urbana e a programar ações, ou seja, a formular ‘sistemas de ações’ de concepção estratégica, no sentido de requalificar estas áreas em processo de transformação de uso ou de obsolescência através de projetos urbanos capazes de reforçar centralidades antigas e de criar novas centralidades, a partir da (des)construção do espaço

um novo processo de localização industrial, a fase de tecnopolização, aonde os fatores principais são os custos das transações e de informação” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 3).

⁴² De acordo com Kleiman (2001), “na América Latina e no Brasil, a economia centrada na informação e na comunicação, que funciona em redes eletrônicas que permitem flexibilidade e adaptabilidade, penetrou de forma ainda parcial. No Brasil, observa-se que esta entrada da nova economia tem sido mais a utilização que dela se faz de seus parâmetros sobre a nova relação capital-trabalho, procurando-se romper as conquistas sociais dos trabalhadores, impondo-se uma flexibilização das regulamentações trabalhistas, do que propriamente um avanço de uma nova forma de organização de atividades econômicas (organização em torno de uma rede de relações, conectada eletronicamente e baseada em alto grau de conhecimento e informação). O efeito até agora mais sentido trata-se daquele ligado à globalização dos mercados financeiros interconectados eletronicamente, onde as cidades brasileiras de São Paulo e Rio de Janeiro seriam parte desta rede. De resto, o que verdadeiramente observa-se é que o país tem sido alvo e lugar de uma industrialização pesada exportada para o Brasil. Isto se dá por conta das condições de salários mais baixos, isenções fiscais, subsídios e incentivos, menor rigidez na regulação ambiental, etc. Tem-se, assim, uma mistura de uma industrialização tardia com um esboço ou primeiros sinais de uma nova economia” (KLEIMAN, 2001).

⁴³ Os relatos sobre as experiências vividas pelas grandes cidades norte-americanas ao longo do século XX são bastante uniformes. Eles descrevem o esvaziamento sofrido por suas regiões centrais em função do processo de suburbanização, agravado pelas grandes intervenções urbanísticas, que deterioraram ainda mais esses espaços urbanos. Em decorrência das diversas mudanças no planejamento, nas políticas urbanas e nos interesses do capital imobiliário, os centros tradicionais foram perdendo sua característica de centralidade para outras áreas. A partir da década de 1960, autores como Jacobs (2001) voltaram-se contra os modelos urbanísticos que teriam provocado tal esvaziamento e pregaram uma recuperação dos usos da rua e dos espaços públicos das grandes cidades (BOTELHO, 2005, p. 55).

produzido e da produção de ‘sistemas de objetos’ arquitetônicos com forte simbolismo, o que incentivou a concorrência e fez da ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte ou, ainda, da abertura de novas frentes de expansão urbana, seu suporte principal para a construção de imagens fortes, positivas e atraentes à valorização do capital (fontes de financiamento), necessárias ao investimento na articulação (comunicabilidade e acessibilidade) com outros espaços econômicos (SÀNCHEZ GARCIA, 1999b; ARAÚJO, 2000; MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 6 e 8). Nesse contexto e conforme Fischer (1996),

o local emerge como lugar privilegiado da vida e de suas relações (sempre impregnadas de pessoalidade). É o lugar dos laços afetivos do aconchego, das emoções, da energia vital, do sentir-se em casa. É o lugar, por excelência, de realização do (con)viver, do compartilhar a vida, da vida em comum, da comunidade de ação e da fala (comunicação, em suma), enfim, da comunidade que se faz identidade (FISCHER, 1996, p. 74).

Na raiz do planejamento com viés estratégico é resgatada a importância do local, ou seja, da localização, especificidade do espaço intra-urbano, à medida que este, transformado em mercadoria, é vendido em função dos atributos locais específicos que oferece (seus pontos positivos) ou que pode vir a oferecer (suas potencialidades), além de “recursos infra-estruturais⁴⁴ e simbólicos⁴⁵ que constituem, em última instância, os valores de uso que o grande capital reconhece na mercadoria cidade” (VAINER, 2000, p. 80)⁴⁶, voltada ao consumo dos investidores e dos cidadãos-consumidores, tais como: a acessibilidade; a qualidade de vida; o potencial crescimento do emprego e da atividade econômica; a irradiação de seus efeitos sinérgicos para outros locais usados como justificativa para implementação desses empreendimentos” e; a escolha da localização das sedes empresariais e dos centros de produção principais (COMPANS, 1999, p. 93; OLIVEIRA, 2005).

⁴⁴ “A escassez de recursos públicos destinados à cidade ao longo de décadas, vem acumulando um brutal déficit na oferta da infra-estrutura e de serviços urbanos, e as poucas áreas que recebem esses melhoramentos públicos, que em geral no Brasil são as áreas mais centrais, supervalorizam-se pela enorme diferença de qualidade que oferecem face às áreas periféricas, provocando, assim, a exacerbação ou, ainda, a ampliação da renda diferencial imobiliária, traduzida no aumento dos preços dos terrenos, dos imóveis construídos e de seus aluguéis” (CAMPOS FILHO, 1992, p. 53).

⁴⁵ “Os símbolos unificadores que todos reconhecem, e nos quais todos se reconhecem, podem ser extremamente variados: uma bandeira, um slogan, um hino ou uma determinada forma de música [...]. De toda forma, é importante que haja um investimento dos atores na criação de símbolos. Para que tal investimento seja possível, é preciso, naturalmente, que os atores sejam capazes de desenvolver afetos e mesmo paixões. Isto é, a atividade simbólica não consiste em encontrar símbolos já existentes ou em submeter-se a eles, mas em criar novos símbolos ou, no mínimo, em atribuir ‘novos sentidos’ aos símbolos instituídos, que assim ganham uma nova juventude. Esses símbolos favorecem a emergência de uma identidade que nunca está completada, mas sempre em gestação, que mostra a perenidade da atividade simbólica e o dinamismo da organização” (ENRIQUEZ, 1996, p. 28).

⁴⁶ “O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua afluência (os investidores e os cidadãos-consumidores). As zonas favorecidas incorporam como lugares o capital cultural, que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas” (ARANTES, 2000, p. 28).

O processo de desregulamentação⁴⁷ articulado à concorrência urbana é, em grande parte, “incitado pelas crises fiscais urbanas e pelo desengajamento do Estado de suas políticas gerais de infra-estrutura e de serviços urbanos” (ABRAMO, 1995, p. 543), que passa a desempenhar, a partir da crise do keynesianismo e do *welfare state*, um papel assistencialista, concedente de subsídios e mediador dos conflitos e das contradições surgidos entre os diferentes agentes, realizando conforme Ortega Valcercel (2000) apud Giusso et al. (2006), “as ações necessárias para a regulação do sistema, no caso da existência de uma pressão popular ou através de movimentos reivindicatórios” e, ainda, subordinando-se e gerindo o setor privado por meio de incentivos “através de subvenções, reduções de impostos fiscais e outros mecanismos” e “da re-elaboração de um marco legal apropriado (ORTEGA VALCERCEL, 2000)” (GIUSSO et al., 2006), ao invés de promover, regular e distribuir a riqueza, intervindo apenas nos segmentos onde o capital privado não estivesse interessado, fato que, por um lado, reduziu a contribuição proveniente dos recursos públicos e, por outro, transferiu responsabilidades à iniciativa privada (ASCHER, 1994, p. 85; ABRAMO, 1995, p. 543).

De acordo com Ascher (1994), “são as coletividades territoriais e, não mais o Estado, que estão se confrontando com as necessidades de grandes serviços urbanos e que têm de assumir o planejamento urbano e o urbanismo correspondente” (ASCHER, 1994, p. 89 e 90). Entretanto, faltam recursos às coletividades locais para realizar por conta própria seus projetos urbanos, o que torna necessário os recursos do empréstimo e da parceria público-privada, aceita com pouquíssimas restrições no clima neoliberal que impera atualmente. Oliveira (2005) destaca que o deslocamento dos problemas da política urbana do âmbito macro-econômico para as cidades “esvazia o discurso em torno dos acertos ou dos erros da condução da política econômica nacional (ou mundial)”. Para esse autor, a crítica ao pensamento liberal é que o crescimento econômico não é sinônimo de inclusão social, já que “a ausência do Estado na mediação dos conflitos urbanos diminui as possibilidades de inserção dos grupos menos favorecidos e os mecanismos de mercado não atendem a esse fim”, o que gera o aumento da pobreza e da desigualdade social (OLIVEIRA, 2005).

A flexibilidade, também articulada à concorrência urbana, contrapõe-se à rigidez do passado, sendo sugerida atualmente para praticamente todos os setores da economia, o que altera de forma significativa o modo de regulação urbana fordista e conduz a novos regimes urbanos. A

⁴⁷ “A base do programa neoliberal assentada sobre três pilares: a privatização das empresas públicas, a desregulamentação pelo Estado das atividades econômicas e sociais e a reversão dos padrões universais de proteção social, foi definitivamente implementada no Brasil [...], na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso. Foi, portanto, principalmente a partir dos anos 1990, que a influência das idéias neoliberais no planejamento urbano no Brasil começou a ser sentida” (AMENDOLA, 2002, p. 24).

lógica do modelo de ações estratégicas, indutora e promotora do desenvolvimento, baseada na incessante busca pela atração de novos investimentos, passa a não se encaixar na dinâmica impositiva e autoritária do planejamento racional-funcionalista tradicional, considerado, na atual competitividade entre os lugares, pouco eficaz. Desse modo, a preocupação das autoridades locais desloca-se da regulação do uso do solo urbano, do controle da especulação imobiliária, da construção de infra-estrutura básica e da provisão de equipamentos urbanos do período em que vigorou o planejamento normativo para a criação de empregos, a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida, a valorização de setores da economia urbana, a competição por espaços da cidade, a atração de investimentos, a reafirmação de antigas centralidades, a criação de novas centralidades, a formulação do ‘produto urbano’ e a necessidade de alcançar níveis de competitividade urbana internacional, concomitante às demandas locais (ASCHER, 1994, p. 85 e 93; MARQUES DA SILVA, 1999a, p. 236, GUERRA, 2000).

A partir dos anos 1980, “assiste-se à passagem de uma abordagem do gerenciamento urbano, traduzido pelas políticas de provisão de infra-estrutura e de serviços⁴⁸, para um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento local” ou para um modelo de gestão urbana designado por Ascher (1995) de empresariamento urbano estratégico, “para quem as grandes metrópoles são sistemas complexos determinados, em parte, por fenômenos externos que os responsáveis públicos não podem dominar”. No pensamento de Ascher (1995) apud Compans (1999), “esse novo contexto impõe uma mudança radical na concepção da política urbana, substituindo-se a idéia de intervenção (essência do urbanismo moderno) pelas de atração, acompanhamento e negociação” (COMPANS, 1999, p. 107), “resultando disso a existência de formas concretas de requalificação urbana, relativamente fracionadas, que correspondem às lógicas operantes dos atores privados. Assim, as cidades são feitas a golpes de projetos, de pedaços, substituindo-se, em parte, as lógicas de zoneamento e de setorização do período precedente” (ASCHER, 1994, p. 90).

Nesse ambiente de competição interurbana, o planejamento urbano como proposta geral entra em crise, o Estado assume posturas de empreendedor⁴⁹ e os governos municipais

⁴⁸ “Quanto à infra-estrutura urbana, esta vem passando do domínio público para o privado. Os serviços públicos (água, esgoto, luz, telefonia, estradas, entre outros) vêm sendo privatizados, passando a operar segundo uma lógica basicamente comercial. Enfim, a lógica do mercado vem se sobrepondo à lógica da cidade e esta se torna refém dos grandes investimentos dependentes dos acordos entre o poder público e o poder privado. [...] Posteriormente, esse ideário da competitividade é transferido ao planejamento urbano” (AMENDOLA, 2002, p. 24 e 25).

⁴⁹ “No passado, a análise se estabelecia sobre as formas como a gestão urbana desempenhava o papel de prestadora de serviços de consumo coletivos. Atualmente, para o entendimento do funcionamento dos governos municipais, deve-se levar em conta até que ponto os conceitos desenvolvidos para analisar os resultados e a melhor forma de alcançar a maximização de benefícios da empresa privada podem ser apropriados no estudo do poder público” (MENDES, 1998, p. 17).

assumem a liderança das iniciativas da produção das cidades, convertendo-se nos receptores primários de demandas sociais, ambientais, entre outras, o que produziu uma feroz concorrência entre as municipalidades para atrair investimentos capazes de gerar emprego e de promover o desenvolvimento econômico a partir de parcerias público-privadas na execução das políticas públicas, que, por sua vez, organizaram os ‘sistemas de ações’ do modelo de planejamento estratégico, sendo o início dos anos 1990 marcado por uma espécie de soberania da gestão urbana sobre a programação de operações novas e significativas⁵⁰. Conforme Amendola (2002),

assim como as empresas, as cidades devem adquirir vantagem competitiva, o que, segundo a perspectiva empresarial, significa oferecer menor custo e diferenciação no produto final. [...] As empresas locais são pressionadas a melhorar e passar a segmentos mais novos e mais avançados com o tempo, aperfeiçoando nesse processo a vantagem competitiva. [...] A manutenção da vantagem competitiva de uma empresa exige constantes mudanças. A empresa necessita explorar as tendências e impedir que outros competidores alcancem as vantagens competitivas. A vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado. Diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo (AMENDOLA, 2002, p. 227 e 228).

Segundo Harvey (1996) apud Mendes (1998), “o empresariamento urbano⁵¹, ao se apoiar em práticas de competição por recursos, empregos e capitais, pode, na verdade, levar os governos locais a entrar em um jogo de soma zero e atuar como agentes dos próprios processos capitalistas aos quais tentam resistir” (MENDES, 1998). Tal argumentação é complementada por Vieira (2002), quando a autora afirma que, “o desespero das cidades em busca de um ‘algo mais’, através da manipulação de padrões familiares e de um vocabulário urbano recheado de requalificações, revitalizações, reabilitações e reciclagens”, ironicamente leva as cidades a cada vez mais se assemelharem entre si, configurando “mais um paradoxo da contemporaneidade: ao buscar a diferenciação, encontra-se a homogeneização” (VIEIRA, 2002). Para o autor, “isto se explica na medida em que as inovações adotadas por determinadas municipalidades, mais cedo

⁵⁰ Para Kleiman (2001), “neste primeiro momento isto conduziu à criação de uma nova estrutura em forma de agências reguladoras (de energia elétrica, de água, de petróleo, etc.). Esta nova estrutura, contudo, não desmonta a anterior, apenas esvazia-se, criando uma estrutura em paralelo. De outro lado, pode-se perceber que o Estado, apesar de assumir este novo papel de regulador, não parece abdicar dos antigos, quais sejam aqueles de formulação e gestão das políticas regionais e urbanas. Assim, ao contrário do que poderia supor, o Estado nacional brasileiro, apesar de acenar com uma abertura para a introdução do capital privado no desenvolvimento territorial, tanto nas formulações das políticas, como em suas decisões, além da operação, mantém para si o poder decisório” (KLEIMAN, 2001).

⁵¹ “Ao substituírem a visão de gestão pela de empresariamento, os governos urbanos adotam como característica principal deste projeto a parceria público-privada na sua pior face. Enquanto em períodos anteriores esta parceria apresentava-se alicerçada em reivindicações cívicas e o capital privado assumia mais claramente os riscos inerentes ao sistema capitalista, hoje a parceria público-privada tem uma concepção especulativa, sendo o risco, na maior parte das vezes, assumido pelo poder público. Os perigos inerentes a adoção de políticas de isenção fiscal ou reestruturação de áreas degradadas (em sua maioria empreendimentos imobiliários especulativos) já levaram diversas cidades do mundo a terem como resultado uma situação econômica e social inferior do que quando iniciaram o processo de busca do desenvolvimento econômico” (MENDES, 1998, p. 28 e 29).

ou mais tarde, serão copiadas por outras. Assim, mais e mais inovações e atratividades deverão ser criadas para fazer frente à competição” (MENDES, 1998).

Para Giusso et al. (2006), “o processo de reforma do Estado, caracterizado pelo ajuste financeiro, as privatizações e a descentralização administrativa, situam os municípios em um novo cenário e em uma ‘redefinição’ imposta em suas regras”, já que ao nível local, o impacto da nova economia fez-se sentir mais agudamente na medida em que as cidades assumem a necessidade de readequar seu território para terem a possibilidade de serem escolhidas como sedes das empresas globalizadas. Verifica-se uma mudança na escala de planejamento, que busca circunscrever projetos a áreas específicas, tais como: as áreas centrais ou as antigas zonas industriais e portuárias, nas quais se pudesse garantir uma rentabilidade atraente ao investimento privado, concentrando os recursos disponíveis nos setores não atendidos pelo mercado, especialmente as atividades ligadas ao empreendedorismo (para as pessoas) e ao planejamento estratégico (para as cidades), que são, antes de tudo, empreendimentos de comunicação e de promoção, juntamente com o retorno à composição urbana, por meio de projetos urbanos pontuais e da requalificação de partes da cidade (KLEIMAN, 2001; OLIVEIRA, 2005; BRUNO, 2001, p. 42; COMPANS, s.d.).

De acordo com Amendola (2002), a lógica mercantil se sobrepõe à lógica do Estado e os governos locais, com um caráter empreendedor, adotam políticas voltadas para o desenvolvimento local, buscando atrair investimentos e empresas, no intuito de redinamizar toda uma economia local, sendo que “essa relação entre o local e o global se dá de uma forma bastante discriminatória, demonstrando uma tentativa homogeneizadora numa realidade bastante heterogênea, no que diz respeito à diversidade de classes sociais, interesses e culturas de uma sociedade urbana” (AMENDOLA, 2002, p. 29 e 30). Tal subordinação à lógica do lucro privado resultou na crescente seletividade e na fragmentação espacial da intervenção pública na cidade, passando do planejamento preventivo para o planejamento curativo e, em geral, tarde demais (PORTAS, 1996, p. 32) ou, ainda, ao abandono gradativo do planejamento normativo, com planos diretores e leis de zoneamento, e à sua substituição por acordos oportunistas negociados com investidores ‘projeto a projeto’ (COMPANS, s.d.)⁵².

⁵² Para Harvey (1996) apud Mendes (1998), “o foco de atenção do empresariamento urbano é a adoção de políticas empresariais pontuais em contraponto à melhoria das condições urbanas mais gerais. Os empreendimentos pontuais, por um lado, têm as suas escalas de impactos positivos menores do que a totalidade do território, beneficiando um número menor do que a população da municipalidade. Por outro lado, todo o foco de atenção da população é deslocado para os possíveis benefícios destes empreendimentos, o que facilitaria o desvio de recursos e a atenção das reivindicações dos outros problemas das populações que, na maioria das vezes, são mais importantes e/ou envolvem uma área territorial mais abrangente do que estes empreendimentos (habitação, saúde, educação, entre outros)” (MENDES, 1998, p. 29).

Conforme Bruno (2001), as principais propostas dos planos estratégicos são voltadas para o redesenho das cidades: “o urbanismo ganha importância e as intervenções físicas é que deverão definir o êxito ou o fracasso de muitas estratégias econômico-territoriais”. Contudo, essa autora ressalta que, “o que é considerado mais ou menos estratégico, fica obviamente à mercê da correlação de forças e de interesses em jogo”, juntamente com “importantes traços comuns nesse Novo Urbanismo, que seriam elementos típicos de uma estética” dentro do ideário do modelo de planejamento estratégico: “a forma seria anteposta à função, haveria uma ênfase nos projetos urbanos pontuais, mais que nos planos gerais, e a busca do melhoramento da imagem urbana” ou, ainda, a construção de uma imagem competitiva (BRUNO, 2001, p. 48).

Nesse contexto, “cada novo ‘produto’ urbanístico é cuidadosamente planejado e ‘lançado’, enquanto o cidadão é confundido com o consumidor (cidadãos-consumidores) e a cidade com o mercado (‘mercadorização’ da cidade). Assim, as novas políticas de requalificação urbana, que sustentam o ‘sistema de ações’ do modelo de planejamento estratégico, se apóiam em obras e serviços visíveis, sobretudo os monumentais e simbólicos, representados por novos objetos arquitetônicos com tipologias pretensamente globais, que se constituem em ícones espetacularizados ou em imagens-marco significativas. Para Bruno (2001), “busca-se uma grande veiculação das imagens sintéticas da cidade através da seleção de fragmentos escolhidos da paisagem urbana”, sendo que “a produção dessas imagens-síntese ou imagens-mito [...] servem para sustentar a nova imagem da cidade (imagem competitiva) com um forte impacto no senso comum, na memória social e nas práticas de uso do espaço”⁵³ (BRUNO, 2001).

No que diz respeito às cidades brasileiras, as mudanças tecnológicas requeridas pela lógica da competitividade têm levado a uma nova forma de produção de bens e de prestação de serviços, que exige adaptações permanentes no uso e na ocupação do espaço urbano, o que altera de forma expressiva os conceitos tradicionais utilizados na concepção e na estruturação das cidades. Essa introdução de novos elementos construtivos, apesar de, por um lado, ser positiva, por outro, pode levar ao rompimento de laços de pertencimento e à legibilidade do espaço, dificultando sua possibilidade de uso e de apropriação social, caso não esteja acompanhada por uma preocupação em preservar a integridade do patrimônio existente (LIMONAD, 2005). Todavia, na prática, tal substituição não ocorreu por completo, já que “a idealização racionalista

⁵³ No pensamento de Villassante (1996), “os códigos de imagem, na ‘sociedade da informação’, possuem um determinado poder. Além de constituírem um conteúdo muito atraente, também caracterizam como são e devem ser as relações entre as pessoas, quem pode falar e perguntar, a quem se deve escutar e responder, quem organiza e quem é organizado, etc. Mesmo que na esfera local não haja pessoas que representem exatamente esse poder global, a autoridade aí está presente por meios tecnológicos (TV, etc.) e inunda, invade a administração, os movimentos, as bases populares, etc., tanto através do futebol, das telenovelas, etc., quanto pelas notícias ou programas que expressam mais diretamente as estruturas de poder mais visíveis” (VILLASANTE, 1996, p. 38).

da cidade, que definiu o pensamento sobre a técnica e a razão nas teorias espaciais urbanas e regionais”, permanece nos ‘sistemas de ações’ que materializam os ‘sistemas de objetos’ da atualidade, e “expõe a discussão sobre a reprodução da cidade racionalista e seus desdobramentos contemporâneos, como tendência de reinterpretação dos princípios do urbanismo funcionalista aliado à competição entre cidades, regiões e nações” (DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004).

Contrapõe-se, assim, a satisfação das necessidades da população residente às necessidades impostas por outros setores e agentes sociais ligados ao turismo, à administração pública e à especulação imobiliária, que convertem os espaços urbanos produzidos enquanto valor de uso social, de reprodução, de vida cotidiana, de consumo e de satisfação de necessidades sociais em espaços de consumo global a partir da representação, da venda e do consumo da cidade e da cultura⁵⁴. Para Bruno (2001), “na seqüência das obras e da transformação delas em símbolos, os prefeitos são transformados pelos meios de comunicação em personagens quase mitológicos das cidades-espetáculo: o mito dos grandes líderes urbanos” (BRUNO, 2001, p. 49), sendo que um recurso utilizado nesta produção mitificada da imagem das cidades é a transformação delas em sujeitos, em entidades autônomas, já que no marketing urbano, são as próprias cidades que ‘falam’, o que serve para camuflar os verdadeiros agentes interessados nos projetos urbanos e dissolver possíveis resistências⁵⁵. Freitas (2006) destaca que, o que torna esses projetos de requalificação urbana tão importantes para a análise sociológica é o fato de alterarem “a composição de classe dessas áreas, através da revalorização do uso do solo e criando uma ambiência voltada para as classes mais abastadas” (FREITAS, 2006).

Segundo Sartor (1999), a requalificação urbana tem correspondência direta com a estratégia de reestruturação da imagem da cidade, “por sua vez, ancorada no plano estratégico”. Entretanto, “a retórica da valorização das particularidades locais se traduz na superficialidade e no distanciamento entre as soluções propostas e as reivindicações da população local”. Para esse autor, “ao contrapor fragmento à totalidade, o pragmatismo à utopia e a imagem ao conteúdo, o modelo de intervenção [...] contribui para a exacerbação da situação desigual e da injustiça na cidade”, já que “além de romper com o urbanismo moderno, também expressa um esvaziamento do conteúdo social das propostas de intervenção e a recusa do enfrentamento de questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano” (SARTOR, 1999).

⁵⁴ De acordo com Vieira (2002), “em tempos de globalização, toda cidade que se preze deve ter o seu centro histórico revitalizado” a partir de intervenções caracterizadas por uma série de processos urbanos que vêm se reproduzindo pelo mundo afora, resultando daí formas diferenciadas de apropriação da cidade (VIEIRA, 2002).

⁵⁵ Como Bruno (2001), “nessa cidade-espetáculo, com a espetacularização da experiência urbana, os cidadãos-consumidores se tornam meros figurantes e a cidade se torna sujeito, no centro da cena” (BRUNO, 2001).

2.2. OS PARADIGMAS DO NOVO URBANO.

As cidades, na sua relação com a economia, sempre se destacaram em razão das funções que desempenhavam, tais como: entroncamento de rotas de comércio, portas de acesso ao exterior, lugar de troca de idéias, concentração de conhecimento, estabelecimentos fabris ou centros financeiros. Na atualidade, as cidades buscam alcançar níveis de competitividade internacional e atender a novos requisitos econômicos, territoriais e locais (equipamentos, serviços, meios de transporte e telecomunicações) provenientes dos novos programas emergentes da globalização e, sobretudo, propiciar empregos qualificados e altamente qualificados, renda, qualidade de vida e conforto urbano aos investidores e aos cidadãos-consumidores, necessários à plena valorização do capital (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 2; ASCHER, 1984, p. 85).

Para Sassen (1998), as cidades globais⁵⁶ na economia mundial pela lógica do mercado, apresentam-se como espaços transnacionais e, não mais, como centros regionais dos seus países, oferecendo uma estrutura urbana e social alterada em razão das modificações na economia⁵⁷ e, segundo Lima (2005), “avançando o conceito de cidade mundial, previamente isolada em seu poder produtivo, e estabelecendo uma outra ordem que promove a simultaneidade de ação entre centros econômicos na forma de um mercado planetário” (LIMA, 2005), fato que confere outras necessidades políticas e de gestão urbana, nas quais se deve ponderar a respeito: do impacto exercido pela globalização sobre os denominados sistemas urbanos equilibrados ou países desenvolvidos (internacionalização da produção e o crescimento do turismo sobre os denominados sistemas urbanos nos países menos desenvolvidos) e da possibilidade da formação de um sistema urbano multinacional (SASSEN, 1998; FERNANDES, 1999, p. 79).

Sassen (1998) apud Fernandes (1999) aponta uma nova geografia dos centros urbanos e de suas periferias⁵⁸, a partir do surgimento das regiões urbanas globais (cidades globais), em

⁵⁶ “Estas cidades possuem três características principais: 1) pontos de comando na organização da economia global; 2) localização e mercados estratégicos para as indústrias líderes deste período; 3) locais principais de produção dessas indústrias, incluindo a produção de inovações. Além disso, as cidades mundiais são pontos estratégicos para a localização dos serviços de ponta e de telecomunicações necessários para a administração das transações econômicas globais. Nestas cidades localizam-se as sedes das grandes empresas transnacionais, especialmente aquelas do setor financeiro. Devem também possuir atividades terciárias e quaternárias de ponta e um setor industrial de peso internacional” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 4 e 5).

⁵⁷ “Um enorme esforço teórico vem sendo produzido a fim de identificar as características destas ‘cidades globais’ e o lugar que ocupam dentro desta nova ordem econômica mundial. Entretanto, algumas características e tendências identificadas por investigações (que se utilizaram de pesquisas empíricas relativas a algumas das grandes metrópoles americanas e européias) têm sido apropriadas como o futuro inexorável das cidades, de uma forma geral, constituindo-se, assim, como um paradigma, um objetivo a ser perseguido por todas as localidades que pretendem inserir-se nos fluxos econômicos globais, fora dos quais não há esperança” (COMPANS, 1999, p. 91).

⁵⁸ Para Lima (2005), “houve desde os anos 1980 (período de instalação mundial do neoliberalismo capitalista), um crescente esforço em desregulamentar mercados e desestabilizar as fronteiras protecionistas dos Estados Nacionais

virtude da expansão das redes de informação e de comunicação, que possibilitaram “a aproximação entre os mercados nacionais, a intensificação do fluxo de pessoas e de valores financeiros e simbólicos, e a concentração de recursos e de investimentos em áreas, até recentemente, secundárias, principalmente no hemisfério sul” (LIMA, 2005) e que ao resgatar a centralidade do lugar, a cidade passa a ocupar um papel relevante na atual economia mundial, por ser o lugar da diversidade, da concentração do poder econômico, das funções de comando e de controle das empresas que atuam nos ‘mercados globais’, sejam financeiras e de serviços especializados, dos centros de produção para prestação de serviços avançados e dos mercados transnacionais, onde empresas e governos podem utilizar os produtos e serviços do mercado financeiro e contratar serviços especializados, ao invés de se tornarem obsoletas com a dispersão propiciada pelas tecnologias da informação (FERNANDES, 1999, p. 80).

Sassen (1998) apud Fernandes (1999) ressalta, ainda, as mudanças na nova economia urbana em função da intensificação da relação entre as cidades através dos mercados financeiros, dos investimentos e dos fluxos de serviços, configurando um novo núcleo urbano composto por atividades bancárias e por aquelas ligadas à prestação de serviços, refletindo a formação de uma renovada economia urbana, que apesar de responder por apenas uma fração da economia de uma cidade, se impõe ao restante, em função da sua alta lucratividade, desvalorizando os lucros gerados em escala inferior pelas manufaturas. Por fim, a autora conclui que a globalização não se constitui apenas em termos de finanças internacionais, telecomunicações, fluxo de informação, ou seja, do capital e da nova cultura corporativa internacional, mas também em termos das pessoas e das culturas não corporativas, existindo uma estrutura composta de baixos salários, empregos e atividades não profissionais, que constituem parte fundamental da economia corporativa (FERNANDES, 1999, p. 80).

Para Borja e Castells (1997) apud Fernandes (1999), a globalização, a informacionalização e o espraiamento urbano generalizado imprimem uma dinâmica nas cidades mundiais capaz de gerar seu desaparecimento, juntamente com uma forma específica de sociedade relacionada aos territórios, assim como, as questões sociais que dela emergem e, ainda, traz consigo graves problemas habitacionais, de meio ambiente e outros (FERNANDES, 1999, p. 80), já que para esses autores, o espaço dos fluxos superará o espaço dos lugares, por

que haviam sido o mote da modernização do segundo pós-guerra. Com o enfraquecimento das fronteiras comerciais, a formação de grandes blocos econômicos, o crescimento de fluxos migratórios e a concentração de recursos de ordem local, nacional e global em grandes metrópoles ao redor do mundo, essas cidades passaram a exercer um novo papel. Elas ganharam maior independência dos seus Estados Nacionais para negociar relações de produção, circulação e consumo e, principalmente, passaram a competir pelas vias de conexão com o mercado mundial. Com isso, nas últimas duas décadas, criou-se uma rede global de megacidades hierarquicamente organizada e controlada, que funciona, ao mesmo tempo, no novo espaço virtual das finanças e da informação e no velho espaço territorial do cotidiano do espaço urbano” (LIMA, 2005).

meio de uma rede assimétrica de trocas, que se estabelece sem nenhum comprometimento com as características dos lugares e onde predomina a coerência funcional das empresas mais poderosas. Partem da compreensão de que, “ao final deste século, com o fim do fordismo, o sistema produtivo capitalista busca um novo padrão de acumulação do capital com base na desregulamentação, na maior globalização e na flexibilização do mesmo” (BAHIA, 2000, p. 87). Dessa forma, o novo espaço industrial e a nova economia de serviços tenderão a organizar suas operações segundo a dinâmica das suas unidades de geração de informações, enquanto conectam suas diferentes funções e tarefas a espaços dispersos (MARQUES DA SILVA, 1999a, p. 242), ou seja, “a essa reestruturação econômica corresponderia uma reestruturação urbana, onde a cidade passaria a ter nova função na competitividade econômica” (BAHIA, 2000, p. 87).

Tais mudanças fazem dos sistemas de comunicação os responsáveis pela reintegração dos processos produtivos no novo espaço urbano. Assim, de acordo com os autores, o maior desafio que se coloca às cidades é investir na requalificação dos espaços públicos através de grandes projetos de intervenção urbana elaborados segundo o modelo de planejamento estratégico de cidades voltado ao mercado e, ainda, considerados capazes de recuperar as centralidades degradadas e criar novas centralidades, intensificando a relação dos centros nodais (espaços privilegiados ligados entre si através de redes e que respondem por parcela significativa do fluxo de informações, bens, serviços e investimentos possibilitando o crescimento econômico) através de medidas que facilitem a mobilidade e a acessibilidade intra-urbana de pessoas e de negócios (BORJA; CASTELLS, 1997), harmonizando o ‘projeto de cidade’ às intervenções físicas em espaços específicos do tecido urbano (OLIVEIRA, 2005).

Borja e Castells (1997) apud Marques da Silva (1999b) sugerem uma nova postura para a gestão local moderar nos princípios do desenvolvimento sustentável, como uma alternativa ao Estado-nação, sem poder e institucionalmente burocratizado, que seria uma nova relação dinâmica e criativa erigida entre o local e o global, com base no fortalecimento dos governos locais em função de sua capacidade de estabelecer uma rede de alianças estratégicas com outras cidades e na capacidade de estimular a participação comunitária na construção coletiva dos espaços públicos, possibilitada pelas novas tecnologias de informação (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 14 e 15), o que resgataria a importância estratégica do local como um centro de gestão para o global no novo sistema tecno-econômico, nos campos da produtividade econômica, da competitividade, da integração sócio-cultural, da representação política e da gestão democrática da cidade, esta última configurando o único meio de permitir a governança⁵⁹,

⁵⁹ Governança ou Governance “é um conceito plural, que compreende não apenas a substância da gestão, mas a relação entre os agentes envolvidos, a construção de espaços de negociação e os vários papéis desempenhados pelos

ou ainda, a busca de eficiência, equidade, transparência e *accountability* no exercício do poder público. Para esses autores, o conflito existente entre o Estado e a sociedade “desloca-se do aparelho estatal para valorizar o agente social na formulação e na implementação da política urbana. Assim entendido, afasta-se da interpretação estrutural e dos planos globais para valorizar a instância da gestão espacial, da intervenção localizada e da cultura” (BAHIA, 2000, p. 87). Nas palavras de Sánchez Garcia (2001),

Borja e Castells consideram que é na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, a fonte dos novos processos de transformação urbana e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas locais e globais, capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades (1998, p. 35) (SÁNCHEZ GARCIA, 2001, p. 107).

Borja e Castells (1997) apud Fernandes (1999), propõem, ainda, que novos desafios sejam enfrentados pela ação integrada e articulada das parcerias entre o governo e a sociedade na construção e no desenvolvimento da cidade, buscando novas formas de planejamento e de gestão urbana para a mobilização de recursos (FERNANDES, 1999, p. 80), por acreditarem que o engajamento competitivo das cidades, “que emergem como atores políticos e econômicos, além de constituírem-se em palco dessa competição” (BAHIA, 2000, p. 87), ampliarão a riqueza produzida localmente, ao adquirirem novos atributos, tais como: nova base econômica, infraestrutura urbana moderna, qualidade de vida, integração social e governabilidade, aumentando as oportunidades de inserção produtiva e o nível de renda da população, gerando, com isso, a distribuição da renda disponível na medida em que o poder público aprimore a infra-estrutura, segundo o novo paradigma técnico-econômico (OLIVEIRA, 2005). Conforme Bahia (2000),

para Castells e Borja (1996), o planejamento estratégico tem como principal idéia-força a necessidade do consenso, construído com base numa ‘cultura cívica’ e num patriotismo da cidade (parecendo ser substituto do patriotismo da nação), acrescido da necessidade de modificar a imagem que a cidade tem de si mesmo, tendo em vista projetá-la no exterior e, finalmente, da necessidade do governo local adquirir novas competências de administração urbana, pela realização de obras e serviços visíveis, de caráter monumental ou simbólico, que melhorem a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população (BAHIA, 2000, p. 36 e 37).

A expectativa é que as cidades construam um amplo consenso político entre os principais agentes públicos e privados em torno de grandes projetos capazes de produzir uma imagem competitiva dessas cidades e que esses investimentos em requalificação urbana atraiam empreendimentos vinculados ao novo paradigma técnico-econômico, elevando a riqueza, as oportunidades de trabalho e a capacidade de investimento do setor público, além de posicionar a

agentes no processo. A idéia de *governance* remete aos estudos sobre liderança de organizações contemporâneas” (FISCHER, 1996, p.19).

cidade na economia mundial (OLIVEIRA, 2005; BAHIA, 2000)⁶⁰. No entanto, algumas questões apontadas pela literatura internacional devem ser relativizadas a partir de uma abordagem crítica em relação a essas profundas mudanças na estrutura social, na base econômica e na organização espacial da cidade, imposta pelos processos de globalização, entre elas, que: a globalização carrega consigo promessas de que através de reformas estruturais produtivas e fiscais, nos contratos de trabalho, no aparelho de Estado, entre outras, as cidades receberão ‘ares de modernidade’ e conseguirão se inserir no mercado competitivo internacional, apesar da proposta da competitividade não permitir uma inserção ampla, havendo cidades que estariam completamente fora do circuito competitivo, obedecendo a um sistema hierárquico de concentração metropolitana⁶¹.

Desse modo, trabalhar a cidade em partes demanda no caso do modelo de planejamento estratégico um princípio norteador de uma gestão mais flexível, descentralizada, eficiente e eficaz, direcionada para a obtenção de resultados práticos em curto prazo, com visibilidade para o local e para o exterior, onde são apropriadas do setor empresarial algumas idéias-chave, entre elas: ‘criar e explorar condições favoráveis’, ‘desenvolver potencialidades’ para alcançar uma imagem atrativa e, sobretudo, competitiva para a ação sobre a cidade ‘tornada empresa’⁶² (MACHADO, 2004) através de um marketing urbano agressivo, que “aciona incansavelmente o realejo do ‘sucesso’ de Barcelona⁶³, a partir da transposição para o espaço

⁶⁰ No pensamento de Borja (1996), “a eficácia desses planos ou projetos de futuro depende de muitos fatores. [...] Em primeiro lugar, a definição de um projeto de futuro só será eficaz se mobilizar, desde já, os atores urbanos públicos e privados e se concretizar-se em atuações e medidas que possam começar a ser implantadas de imediato. Só assim poder-se-á verificar a viabilidade do plano, gerar-se-á confiança entre os agentes que o promovem e chegar-se-á a um consenso cidadão que resulte em cultura cívica e patriotismo de cidade. Esta será a principal força de um plano estratégico” (BORJA, 1996, p. 86).

⁶¹ De acordo com Compans (1999), “tal sistema confere novas exigências espaciais e constitui uma rede policêntrica com três níveis de hierarquia urbana: a) as funções mais importantes em termos de qualificação, poder e capital, como as finanças internacionais, consultorias e serviços às empresas no âmbito internacional, se concentram nas principais áreas metropolitanas do mundo, ou seja, em Nova York, Londres e Tóquio; b) as funções de segundo nível, mas também ligadas à gestão global, e alguns segmentos de mercados específicos (como o de opções de futuro), concentradas em grandes cidades mundiais, como é o caso de Chicago, Los Angeles, São Francisco, Hong Kong, Singapura, Osaka, Frankfurt, Paris, Zurique, Amsterdã e Milão; c) as funções destinadas à incorporação de novos mercados, na medida em que a rede de interações em que se baseia a economia global se estende, fazendo emergir ‘centros regionais’, como as cidades de Madri, Barcelona, São Paulo, Buenos Aires, México, Taipei e Moscou” (COMPANS, 1999, p. 101).

⁶² “A lógica simbiótica da cidade-empresa é ambivalente à da cidade-mercadoria, que deve promover sua imagem no exterior com vistas a exercer a atração de investidores e, ao mesmo tempo, facilitar suas ‘exportações’ de bens, serviços e profissionais. Ambas atribuem aos governos locais uma espécie de papel de capitalista coletivo, na medida em que ‘vender’ a mercadoria da cidade converte-se, portanto, em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada’ (BORJA; FORN, 1996, p.33)” (COMPANS, 1999, p. 108).

⁶³ Segundo Fischer (1996), “o plano estratégico de desenvolvimento de Barcelona é exemplar. Experiência iniciada por volta de 1988, teve por referência o plano estratégico de São Francisco, no início dos anos 1980, o qual, por sua vez, inspirou-se no modelo implementado em empresas privadas na década de 1970” (FISCHER, 1996, p. 16).

urbano público dos conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, elaborados originalmente na *Harvard Business School*” e que, combinados, encerram o empresariamento urbano (HARVEY, 1996)⁶⁴, vertente americana que “surge nos países capitalistas mais avançados nos anos 1960 e 1970 como alternativa ao gerenciamento urbano que predominou até a década de 1970” (BAHIA, 2000, p. 88).

No mundo do capitalismo avançado, generalizou-se a compreensão de que, diante da competição interurbana, as cidades que assumissem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico conseguiriam benefícios positivos (BAHIA, 2000, p. 88). De tal modo, competitividade, empresariamento urbano, planejamento estratégico por projetos e intervenções pontuais sob o princípio de que, segundo Harvey (1992) apud Freitas Ribeiro e Kleiman (2006b) “é impossível comandar uma metrópole senão aos pedaços” (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b), entre outros enunciados, passam a compor o rol das iniciativas a serem adotadas pelos administradores das cidades vinculados aos mais diversos matizes político-ideológicos (BARROS; PICINATTO, s.d.). Para Harvey (1996), o empresariamento urbano se caracteriza principalmente pela parceria público-privada, objetivando mais o investimento e o desenvolvimento econômico, através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, do que a melhoria das condições em um campo específico, inclusive o social. Para Compans (1999),

a disseminação deste paradigma estimula a competição interurbana e um mercado de modelos de gestão, que são ofertados por consultores internacionais interessados em divulgar experiências supostamente de sucesso, e demandados por administrações municipais interessadas em promover o desenvolvimento econômico local, pelo cumprimento de uma agenda ‘estratégica’ com a qual possam assegurar a inserção competitiva de suas cidades (COMPANS, 1999, p. 91).

Entretanto, Compans (1999), Gonzáles e Villavicencio (2006) criticam a pertinência do discurso único produzido (o ‘pensamento único’) a respeito das estratégias de desenvolvimento local tomadas “como um paradigma, um objetivo a ser perseguido por todas as localidades, que pretendam se inserir nos fluxos econômicos globais, fora dos quais não há esperança”⁶⁵, e que acabam por minimizar as diferenças e os conflitos existentes, à medida que “reiteram as diferenças às noções de competitividade, eficiência, equidade, *ranking* de cidades,

⁶⁴ “Estudos realizados por Harvey (1996) indicam que esse deslocamento na política urbana, isto é, do gerenciamento para o empresariamento, ocorreu no processo da transição do sistema de acumulação do capital, da produção fordista, em muito dependente de fatores locais e sustentada pelo Estado de bem-estar keynesiano, para formas de acumulação flexíveis, baseadas no mercado e mais abertas geograficamente” (BAHIA, 2000, p. 89).

⁶⁵ “Embora a investigação original de Sassen (1991) tenha sido baseada em pesquisas empíricas relativas a Nova York, Londres e Tóquio, as características e as tendências por ela verificadas passaram a ser generalizadas como a expressão de uma nova ordem urbana, de um futuro inexorável para todas as cidades que pretendam inserir-se nos fluxos econômicos globais, fora dos quais não haveria esperança” (SÁNCHEZ GARCIA, 2001, p. 107).

cidade conectada, flexível, administrada como empresa, com forte apoio de estratégias de marketing urbano, quer dizer, como mercadoria a ser ‘vendida’”, complementando que, “tudo isso associado à ‘cidade sustentável’, como se por si só fosse um atributo da competitividade”. Para Fernandes (2001), até mesmo a tão propagada geração de empregos, “pode ser considerada desprezível, especialmente diante dos altos custos que estas alterações têm implicado, em termos de retornos fiscais, tendo em vista dos pesados incentivos disponibilizados pelo governo local aos novos investimentos” (FERNANDES, 2001).

Compans (1999) ressalta, ainda, que esses discursos têm um alcance limitado em razão: da rígida concentração das funções de comando financeiro, controle, gestão e concepção de processos e produtos nas grandes cidades dos países centrais; de fatores como segurança, relações privilegiadas com instituições públicas e privadas locais, nacionalismos e maior qualificação do mercado de trabalho, que contribuem para que as firmas não se sintam motivadas a saírem de seu local de origem e; das características segregadora e excludente do atual modelo de planejamento urbano, que aumentam a distância entre integrados e excluídos na cidade, gerando, entre outras coisas, um conseqüente crescimento da violência, do mercado informal e da ‘precarização’ das relações de trabalho (COMPANS, 199, p. 91 e 113). Nesse sentido, “a ‘cidade global’, que é também a ‘cidade dual’, daria lugar a uma ‘morfologia de arquipélago’ composta por bairros e condomínios privatizados, destinados às atividades e à moradia da nova elite transnacional” (SÀNCHEZ GARCIA, 2001, p. 110). De acordo com Benévolo,

nos países do Terceiro Mundo as normas de planejamento, inclusive a arquitetura e a urbanística, são privilégios reservados a uma minoria dominante, enquanto que o resto das pessoas mora e trabalha em acomodações ‘irregulares’ admitidas e consolidadas. Os centros dos negócios e alguns bairros têm uma aparência semelhante à do resto do mundo, mas constituem somente uma parte da cidade; ali perto se desenvolve [...] um mosaico dos refugos da cidade (BENÉVOLO, 2006, p. 61).

De acordo com Lima (2005), a ‘cidade global’ é tanto um conceito quanto um lugar concreto da modernização capitalista contemporânea: como conceito, funciona no nível dos fluxos econômicos, assim como dos imaginários sociais, que circulam física e virtualmente pelos quatro cantos do mundo e; como espaço concreto, corresponde ao espaço e ao lugar, onde a negociação política e social sobre as condições materiais e simbólicas do capitalismo contemporâneo ocorre. Para o autor, há muita diferença entre o imaginário e a imagem que as cidades tentam projetar internacionalmente e a realidade quotidiana destas cidades: enquanto algumas cidades compartilham o mesmo valor abstrato ao se conectarem às práticas da economia neoliberal, “a sua realidade diária tem características bastante distintas, se olharmos por trás das superfícies reluzentes da arquitetura espetacular e da infra-estrutura urbana para facilitar a

circulação dos agentes da economia global” (LIMA, 2005). Segundo Lima (2005), a definição de ‘cidade global’ de Saskia Sassen (1999),

traduz a dimensão expandida da economia empresarial numa escala transnacional. Ela exige a criação de centros econômicos específicos, isolando a representação tradicional de cidade em enclaves de concentração de recursos. Essas áreas pontuais dentro do vasto território das megalópoles contemporâneas materializam a dimensão local de onde os processos globais ocorrem. Esses enclaves precisam ser equipados como pontos ou nós estratégicos que concentram tanto infra-estrutura física, de comunicação e de informação, quanto mercados qualificados de funcionários e de consumidores. Eles oferecem o cenário urbano de excelência marcado por uma arquitetura empresarial neutra e internacional, e uma arquitetura residencial e espaços urbanos altamente controlados e privatizados (LIMA, 2005).

Para Ellin (1996) apud Vieira (2003), “o declínio do espaço público teve seu início com a ascensão da burguesia no século XVIII, sendo bastante acelerado pela emergência da sociedade de massas do século XX”, encontrando este fenômeno estreita relação com o desenvolvimento do mercado e vice-versa, ao passo que “o declínio da esfera pública permitiu que o mercado aumentasse a sua influência, enquanto que a incursão do mercado em nossas vidas contribuiu para o eclipse da esfera pública (ELLIN, 1996, p. 105)”. Percebe-se, assim, crescente privatização dos espaços públicos em todos os âmbitos da sociedade contemporânea, sendo o espaço público tradicional, aberto a todos, cada vez mais “relegado a um segundo plano, considerado como potencialmente perigoso e deixado para o uso das classes menos abastadas, enquanto a elite se auto-segrega em um novo tipo de espaço público moldado para atender às necessidades de quem pode pagar para usufruí-lo” (VIEIRA, 2003).

Conforme Bruno (2001), “foi criado para a população um sentimento de orgulho e de ‘pertencimento’ à cidade. Entretanto, esse sentimento gera uma participação contemplativa e, não, ativa da nova cidade, se caracterizando por uma ilusão de participação” (BRUNO, 2001, p. 49). Para a autora, “esta cidadania representada na cidade-espetáculo, transformaria os cidadãos em figurantes de um grande anúncio de ‘grife’ urbanística”, já que “a identificação entre os cidadãos e a ‘imagem da marca’ de sua cidade, os leva a aceitar mais facilmente certos projetos, que poderiam gerar conflitos pela distribuição de recursos e, ainda, uma modernização seletiva ou excludente”. Segundo Harvey (1992) apud Compans (1999), a construção deste ‘capital simbólico’ não se destina apenas à atração dos investidores e dos cidadãos-consumidores, “mas também a fomentar a adesão do conjunto dos segmentos sociais presentes na cidade às transformações econômicas e urbanas necessárias, uma vez que elas significarão prioridades de investimentos em detrimento de outros, talvez socialmente mais urgentes ou relevantes” (COMPANS, 1999, p. 110). E “a estimulação do ‘patriotismo cívico’ dos moradores da cidade, da noção de ‘pertencimento’, vontade de participação e confiança no futuro da cidade é, neste

sentido, um papel importante atribuído aos governos locais, cuja política de promoção interna”, para Borja e Castells (1998), “deve apoiar-se nas obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico, como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar das pessoas” (BORJA; CASTELLS, 1998, p. 154). Para Compans (1999),

entre estas obras visíveis, destaca-se a requalificação urbana de centros históricos e áreas portuárias degradadas, implementadas em numerosas localidades como Londres, Baltimore, Buenos Aires, entre outras. Estas operações imobiliárias constituem uma excepcional oportunidade de captura de investimentos externos e internos, já que a significativa valorização que lhe é decorrente exerce forte atração sobre grandes empresas incorporadoras de capitais especulativos. Concomitantemente, elas viabilizam a dotação de infra-estruturas culturais, de lazer e de negócios (anfiteatros, marinas, centros de convenções, novas áreas de escritórios, etc.), igualmente interessantes do ponto de vista do marketing urbano, além de criar um imaginário de progresso e de recuperação econômica, seja ela real ou fictícia, que contribui para o consentimento dos moradores (COMPANS, 1999, p. 110).

De acordo com Lima (2005), esses novos espaços requeridos pelo processo de globalização buscam fornecer “a ilusão de familiaridade e de identidade, assim como a sensação de conexão local, para a mobilidade da economia global e de seus agentes em vários escalões, principalmente do nível executivo e administrativo empresarial e financeiro”. Para o autor, a criação de enclaves urbanos globais significa “que a rede heterogênea de cidades, que controla a economia global, requer uma distribuição territorial homogênea e semelhante de equipamentos e de elementos simbólicos para que ela possa funcionar eficientemente”. Em outras palavras, a autora afirma que, “nos enclaves globais, valoriza-se mais a relação entre eles do que a relação com o tecido urbano em que eles se inserem”, sendo que a contextualização urbana e ambiental ocupa um segundo plano frente à reprodução dos novos objetos arquitetônicos monumentais, que respondem às necessidades de comando da economia global (LIMA, 2005).

Quanto à transformação do espaço em mercadoria estratégica e política ou, ainda, a ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte moldada às necessidades da acumulação, integrada a uma rede global de gestão e serviços avançados e, sobretudo, responsável pela fragmentação crescente do tecido da cidade, os ‘sistemas de ações’ voltados à inserção competitiva da cidade no ‘mercado mundial’ constroem uma relação entre ‘o local’ e ‘o global’, de acordo com lógicas que são de interesse de grupos dominantes, limitando os processos de crescimento econômico e a difusão social de seus benefícios, que geram emprego para as pessoas mais qualificadas dos setores sócio-econômicos mais altos em detrimento do conjunto da população (ROITMAN, 2001; SÀNCHEZ GARCIA, 2001, p. 248 e 252).

Embora o planejamento estratégico de cidades estimule a participação comunitária na construção coletiva dos espaços públicos com base na idéia de que é necessário ampliar os

níveis de participação para o aumento da amplitude e da integralidade do projeto local, não deixa claro o alcance dessa participação e quais atores se beneficiarão concretamente desse processo, verificando-se, na prática, a ausência desses atores e a participação ativa de instituições vinculadas ao ramo da construção, ao empresariado, às câmaras e aos colégios profissionais (GIUSSO et al., 2006). Nas palavras de Limonad (2005), “contrapõe-se, assim, a satisfação de necessidades da população residente às necessidades impostas por outros setores e agentes sociais ligados ao turismo e à especulação imobiliária, que convertem os espaços urbanos em objetos de consumo global”, com base na produção de determinados padrões de empreendimentos voltados ao consumo elitizado. Para essa autora, Gonzáles e Villavicencio (2006), o ‘paraíso’ utópico da cidade virtual, produzido enquanto valor de uso social, lugar de reprodução, vida cotidiana, consumo e satisfação de necessidades sociais, pode se revelar como uma máscara para a especulação financeira e para os grandes empreendimentos imobiliários, sendo que, o estimulado civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação cidadã, resultando daí uma apropriação fragmentada e formas diferenciadas de apropriação da cidade.

Como visto, a nova estrutura produtiva impõe duas forças opostas na estrutura espacial das cidades: a dispersão e a centralização. Enquanto os avanços tecnológicos possibilitam a dispersão geográfica, a globalização e as redes reforçam centralidades antigas e criam novas centralidades urbanas: lugares estratégicos dotados de enormes concentrações de infra-estrutura e de mão-de-obra especializada que, por sua vez, conduzem à outra polarização na estrutura da sociedade, “talvez, uma das características mais distintivas das sociedades pós-capitalistas ou informacionais⁶⁶. Enquanto um setor da sociedade enriquece e melhora sua qualidade de vida, outro setor se vê cada vez mais marginalizado e suas carências aumentam dia a dia” (ROITMAN, 2001), processo que se manifesta no território através dos fenômenos do aumento da pobreza e da desigualdade sócio-espacial em áreas não incluídas no sistema de redes globais, podendo, nesse sentido, falar da formação de uma ‘cidade dual’ (CASTELLS, 1995; ROITMAN, 2001; MARQUES DA SILVA, 1999a, p. 238, OLIVEIRA, 2005).

⁶⁶ “O elemento central da produtividade no novo modo de desenvolvimento informacional, que sucede ao industrial, baseia-se agora na qualidade do conhecimento e no processamento da informação convertida, ao mesmo tempo, em matéria-prima e produto e, não mais, nas fontes de energia e na qualidade do seu uso como no modelo anterior” (COMPANS, 1999, p. 92).

2.3. A DINÂMICA DE TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES.

O atual processo de transformação das cidades necessita de uma compreensão prévia dos mecanismos propulsores do desenvolvimento, segundo os paradigmas do ‘novo urbano’ e, especialmente, dos efeitos dessa dinâmica, à medida que “as cidades passam a ser determinadas pela posição que ocupam na rede de fluxos econômicos globais (desterritorializados/ virtuais)” e se constituem nos “nós de conexão desta rede e, por esta razão, mantenham relações privilegiadas com outras localidades a elas conectadas e, não mais, com seu *hinterland* ou com o espaço regional ou nacional” (COMPANS, 1999, p. 112). Daí a importância de uma análise eficiente do espaço urbano para uma maior adequação e possibilidade de sucesso dos seus ‘sistemas de ações’ e dos ‘sistemas de objetos’ que, por sua vez, o estruturam e o corporificam.

Nessa fase da economia mundial, reduzidas as vantagens locais, devido ao grande desenvolvimento tecnológico dos transportes e da comunicação, as grandes cidades e mesmo as cidades médias, passaram a competir entre si, procurando fortalecer centralidades antigas, criar novas centralidades e gerar maior atratividade, quer para os investidores quer para os cidadãos-consumidores, sendo que o grande desafio para os centros urbanos, na atualidade, é diagnosticar as razões que possam estar prejudicando seu desenvolvimento e definir políticas públicas que possam ser geridas a curto, médio e longo prazos, já que o sucesso da cidade em sua estratégia de inserção na economia internacional passa a depender do esforço de integrar ações pontuais com o planejamento urbano de maior amplitude, de modo a constituir um ‘projeto de cidade’ (VARGAS, s.d.; REZENDE; SILVA, 1999; OLIVEIRA, 2005)⁶⁷.

Segundo Lima (2005), “sob o impacto da globalização, não só mudaram a dinâmica, o tamanho e a escala das cidades contemporâneas nos níveis: local, nacional e global, como também, mudou a maneira como nós as experienciamos, imaginamos e produzimos modelos para elas” (LIMA, 2005). Para criar as condições necessárias para o deslocamento espacial da demanda solvável, os capitalistas imobiliários devem propor inovações nos padrões de ocupação, que depreciem os estoques prediais existentes a fim distinguir o ‘produto urbano’ e de modo: a romper a rigidez imposta pelo longo tempo de depreciação dos imóveis ao deslocamento da demanda solvável (depreciação moral do estoque); a caracterizar um novo padrão de ocupação da área de atuação dos capitais e; a antecipar o ganho fundiário (depreciação física do estoque para reutilização do solo suporte segundo o novo padrão de ocupação) (PULICI, 2006, p. 16).

⁶⁷ Para Borja (1996), “as grandes cidades devem enfrentar cinco tipos de desafio: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade” para serem competitivas e “inserir-se nos espaços econômicos globais e garantir a sua população o bem-estar mínimo necessário à consolidação da convivência democrática. Reagir a esses desafios requer um ‘projeto de cidade’. Elaborá-lo implica poder encontrar apoio em diversos elementos” (BORJA, 1996, p. 82).

Esse processo de produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares, já que, **a (des)construção do espaço não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo** (GODOY, 2004).

A nova ordem imposta a partir das mudanças ocorridas no capitalismo mundial fez necessária uma infra-estrutura de serviços sofisticada na configuração das cidades, com base no novo modelo organizacional em rede e a partir de propostas de requalificação urbana, que atendessem às necessidades de operacionalização das instituições financeiras e dos ramos altamente especializados da indústria, do comércio e do turismo através de uma concorrência pela diferenciação em virtude do investimento nas vocações das cidades como um diferenciador de permanência nesse circuito, além dos potenciais extra-econômicos, considerados capazes de atrair investimentos para sustentarem o crescimento econômico, que só a localização metropolitana pode oferecer: “uma mão-de-obra mais qualificada; uma capacidade coletiva de supremacia sobre sistemas técnicos frágeis e sofisticados e; desenvolvimento de relações de confiança entre atores econômicos cada vez mais interdependentes” (COMPANS, 1999, p. 95).

A reestruturação física do espaço dirigida à competitividade é observada na intensificação da terceirização e na redução das plantas para a execução das atividades urbanas, face às inovações tecnológicas contrárias à dispersão das décadas de 1960 e 1970, quando a questão principal era controlar o crescimento acelerado da especulação imobiliária (tanto vertical, quanto horizontal), juntamente com a dotação da cidade de infra-estrutura, que nunca acompanhava o ritmo de seu crescimento. Sob a ótica da economia política, a necessidade da (des)construção do espaço produzido da cidade ocorre em razão do esgotamento das possibilidades de ganhos excepcionais de determinada área, fazendo com que o capital imobiliário se desloque para novas áreas, reiniciando todo o processo de atração de demanda solvável a partir da introdução de inovações nas características dos imóveis e na sua localização⁶⁸, produzindo uma diferenciação do estoque existente, juntamente com a caracterização de um novo padrão de ocupação da área, que valorizada pelos investimentos recebidos para a inovação imobiliária, torna-se capaz de atrair investidores e cidadãos-consumidores, estando diretamente relacionada à ‘depreciação’ de outra área (PULICI, 2006, p. 16, 24 e 25)⁶⁹.

⁶⁸ “Na esteira do envelhecimento dos prédios, mas também na esclerose dos tecidos urbanos mais amplos, os fluxos partem na busca de novos espaços, mais condizentes com suas novas necessidades” (GASTAL, 2006, p. 126).

⁶⁹ “Entre vários exemplos que podem ser citados, temos as atuações do poder público, dos incorporadores e das parcerias público-privadas na promoção de novos bairros, na reabilitação de bairros decadentes e na urbanização de

De acordo com Freitas (2006), “a expansão econômica nutre-se da criação contínua de mercadorias, da venda dessas mercadorias e do re-investimento de parte do lucro para a continuidade do processo” (FREITAS, 2006). Assim, a (des)construção do espaço produzido se dá em função da decadência advinda pelo fato da estrutura existente em um determinado local não estar mais satisfazendo ao papel funcional que lhe é exigido pela cidade e, conseqüentemente, às expectativas definidas pelo mercado fundiário⁷⁰. Da mesma forma, o apogeu dessas áreas se relaciona a um outro momento de otimização dos usos e das atividades existentes no local, correspondendo à alta atividade imobiliária. Entre esses dois períodos, o de decadência e o de apogeu, e para que o ciclo se conclua, surge o momento da readequação funcional, da recuperação e da renovação das estruturas existentes, ou seja, das rugosidades espaciais, denominada requalificação urbana e considerada capaz de tornar o local novamente atraente para o mercado em razão das suas qualidades em termos de acessibilidade e de infraestrutura implantadas (SIMÕES JÚNIOR, 1994, p.12). Para Argan (1992) apud Gastal (2006),

essas contingências da ação natural e dos movimentos dos fluxos constituem, assim, o conflito temporal na cidade: o que conservar e o que descartar, no que poderia ser denominado eixo da conservação *versus* destruição. Quanto mais complexas e diversificadas as forças em disputa, mais aprofundado o conflito. Entre as forças em confronto, estariam as diferentes construções de sentido, fruto de uma época tradicional (ou pré-industrial), moderna (industrial) ou pós-fordista (pós-industrial). [...] O avanço de cada novo momento levará a uma reação pela manutenção das marcas do momento anterior: o valor do patrimônio da cidade estaria na resistência que cada um dos seus moradores opõe à destruição de seu valor simbólico ou mítico, para além da mera simpatia afetiva (ARGAN, 1992, p. 253) (GASTAL, 2006, p. 127).

Para Freitas (2006), a valorização do capital no espaço construído ou, ainda, seu investimento na busca de mais-valia, “está necessariamente no mesmo nível da sua desvalorização. O capital investido é desvalorizado enquanto o investidor recebe o retorno sobre o investimento. A estrutura física deve permanecer e não pode ser demolida até que o capital investido retorne o seu valor”, já que “o uso único do imóvel por um longo período cria barreiras para novos usos e novos empreendimentos. Não obstante, a desvalorização gradual do capital cria a possibilidade do seu oposto” (FREITAS, 2006, p. 59).

Conforme Ascher (1994) apud Lima (2005), se durante os anos 1960 e 1970 os poderes públicos se preocupavam bastante com o ‘controle’ dos processos de urbanização, nos

áreas degradadas e/ou vazias, ou mesmo agentes imobiliários produzindo grandes complexos urbanos arquitetônicos, a exemplo de grandes shoppings que agregam modernos centros de trabalho, lazer e consumo” (PULICI, 2006, p. 21).

⁷⁰ “Com a eliminação ou a incorporação de segmentos menos competitivos e tecnologicamente mais atrasados por grandes empresas transnacionais, vários espaços tornaram-se obsoletos ou sub-aproveitados, contribuindo para a degradação de áreas com adequada infra-estrutura” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 8).

anos 1980 e 1990 “os discursos e as práticas de urbanização correntes colocam, sem constrangimentos, a lógica empresarial e o desenvolvimento do mercado imobiliário e de alto padrão, a desregulamentação e a privatização em primeiro lugar” (ASCHER, 1994, p. 91), contribuindo para desestabilização das esferas coletiva e política, já bastante vulneráveis (LIMA, 2005). Desse modo, as cidades devem definir mais precisamente os objetivos que querem atingir e tornar mais flexíveis as formas de sua realização por meio de novos instrumentos que lhes permitam, simultaneamente, formular projetos a médio e a longo prazos, bem como geri-los em curto prazo, sendo a criação de empregos a principal preocupação das autoridades locais, o que leva as cidades a uma concorrência aguda para atrair empresas, que precisam, por sua vez, encontrar nas cidades os equipamentos que lhes permitam funcionar em escala internacional (meios de transporte, serviços, meios de telecomunicações) e mão-de-obra altamente qualificada, o que torna necessária a existência de uma universidade, qualidade de vida, conforto urbano e equipamentos culturais. Nas palavras de Compans (1999),

todas as estratégias de atuação de empresas e investimentos, orientadas a responder antecipadamente aos requisitos de produtividade e de competitividade das firmas são socialmente segregadoras. Elas se traduzem em inversões volumosas de recursos públicos, provisão de equipamentos urbanos e operações imobiliárias destinadas apenas a certos tipos de usuários, aos executivos das grandes empresas e às novas camadas profissionais ‘estratégicas’ do terciário avançado (COMPANS, 1999, p. 112).

Para impulsionar e controlar o desenvolvimento urbano, algumas cidades, com o intuito de atrair investimentos e cidadãos-consumidores, têm posto em prática ‘sistemas de ações’ baseados em instrumentos menos rígidos e voltados à desregulamentação edilícia e aos incentivos fiscais, tomados como estímulos ao processo de expansão do mercado imobiliário, que se beneficia dessas facilidades, incorporando-as em suas estratégias de acumulação e de valorização do capital, que materializam ‘sistemas de objetos’ em um processo permanente de renovação de imagem, mesmo que isso signifique o abandono de conceitos e de imagens que vigoraram no passado (SÁNCHEZ, 1999; OLIVEIRA, 2005).

Tais processos de transformação das cidades dirigem-se à criação de locais atrativos para a instalação de grandes empresas e de instituições financeiras, à promoção de habitação para as classes afluentes conectadas à nova economia e à produção de espaços voltados para o consumo elitizado, partilhando “uma carga importante de conflitos em um duplo sentido: primeiro, pelas tensões por sua apropriação entre distintos agentes; segundo porque o funcionamento atribuído pode entrar em conflito com os espaços circundantes”, não se

constituindo em um fato neutro, mas como uma modificação de um fator do sistema espaço-sociedade (GIUSSO et al., 2006; LIMA, 2005)⁷¹.

Com vistas à concorrência interurbana⁷² para atrair empresas, tais características modeladoras nos circuitos dominantes devem estar presentes na cidade em diferentes grandezas, em um ou mais produtos urbanos, que devem apresentar uma nova ‘imagem’ positiva e atrativa aos investimentos externos (ASCHER, 1994, p. 85). “Associada à noção de cidade-modelo, se encontra a cidade sustentável e as práticas que pretendem ser portadoras de sustentabilidade e que articulam espaços eco-energéticos, de qualidade de vida e de consciência ecológica” (GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006). Para tanto, faz-se necessária a elaboração de um ‘projeto de cidade’ bem definido, acompanhado por uma estrutura de marketing urbano capaz de divulgar determinada concepção relacionada com a sustentabilidade, através da promoção de espaços diferenciados com qualidade ambiental reconhecida e bons serviços para os investidores e os cidadãos-consumidores, além de legitimar um conjunto de ações dirigidas à adaptação aos tempos e aos espaços da globalização (SÁNCHEZ; MOURA, 2005, p. 29; VIEIRA, 2002).

Esses projetos urbanos pontuais elaborados com o intuito de fornecer infra-estrutura e segurança para conectar as cidades aos ‘mercados globais’, ao mesmo tempo em que as tornam mais poderosas economicamente, fazem com que a segregação nesses espaços se torne mais evidente, já que à medida que tais enclaves urbanos “promovem um processo de modernização, também formam um arquipélago de melhorias urbanas hiper-concentradas num mar de formas espaciais e de relações sociais muito complexas”, fazendo com que essas áreas prosperem, “baseadas numa imagem de modernidade arquitetônica e tecnológica, mas num contexto de fortes contrastes”, já que “a divisão entre espaços públicos e privados define claros limites ao acesso à segurança, ao conforto e à familiaridade reservados aos interiores dos edifícios, shopping centers e condomínios” (LIMA, 2005). Na apresentação de Compans (1999),

as cidades são lugares privilegiados onde os gostos, os modos de vida e os estilos são permanentemente criados e recriados, onde a volatilidade da moda pode ser mobilizada e apropriada, e onde a cultura pode ser mercantilizada, assim como somente nelas se situam os trabalhadores ‘imateriais’ que são os produtores e/ou manipuladores destes novos sistemas de signos e imagens, dos

⁷¹ Fontes (2004) destaca os atuais critérios de intervenção nas áreas centrais e os novos papéis dos centros dentro da totalidade da cidade em virtude da mudança dos paradigmas de intervenção e a atual produção dos espaços urbanos, afirmando que, na atualidade, esse modo de planejar a cidade está “muito mais relacionado às idéias de heterogeneização, fragmentação e dinâmica dos fluxos, em contraposição à idéia da cidade estável e planejável” (FONTES, 2004).

⁷² “A competição interurbana é estimulada pela sensação de crise, mas também pela ação dos consultores internacionais, que atribuem o suposto ‘sucesso’ de determinadas localidades ao seu voluntarismo e ousadia e, claro, ao cumprimento da agenda ‘estratégica’ de transformações exigidas para inserção econômica da cidade nos fluxos globais” (COMPANS, 1999, p. 112).

quais necessitam agora mais do que nunca as firmas. Longe de ser uma observação marginal à problemática da organização territorial operada pela reestruturação econômica, a capacidade de produção de imagens associadas a padrões de consumo tornar-se-á um elemento diferencial na competição das cidades pela atração das empresas, do qual resultarão estratégias de marketing e de embelezamento urbanos (COMPANS, 1999, p. 97).

Segundo Pulici (2006), o processo de valorização imobiliária produz um movimento contraditório de diferenciação e homogeneização da estrutura urbana: o primeiro, definido pela estratégia dos capitais introduzirem de forma recorrente as inovações e; o segundo, através da difusão destas inovações do tecido urbano, sendo que através dessas últimas são depreciados os estoques imobiliários existentes em uma determinada localidade, deslocando espacialmente a demanda para as novas áreas de investimentos (PULICI, 2006, p. 34). No pensamento de Freitas (2006), o processo em direção à uniformização transforma a Terra em termos de espaço geográfico, ou seja, “a expansão do capital e a uniformização das condições e dos níveis de desenvolvimento são o que conduz ao chamado ‘mundo contraído’ ou a ‘compressão tempo-espaço’ de Harvey (1996)”. Para a autora, “o capital em sua expansão quebra barreiras e reduz as distâncias através dos transportes e da comunicação, naquilo que Marx rotulou como ‘aniquilação do espaço pelo tempo’” (FREITAS, 2006, p. 55 e 56).

De acordo com Sánchez e Moura (2005), verifica-se nesse processo de transformação das cidades “uma nítida despolarização da questão ambiental e o retrocesso ao reconhecimento do conflito entre meio ambiente, economia e produção do espaço”, sendo “a influência política em instâncias decisórias limitada aos atores integrantes das condições dominantes vinculadas aos grandes interesses localizados” (SÀNCHEZ; MOURA, 2005). Conforme Acselrad (2001), “a cidade do ‘pensamento único’ apresenta-se, conseqüentemente, como a cidade do ‘ambiente único’ (o ambiente dos negócios)”, mas ao estimular disputas entre as cidades via guerra fiscal, “o ‘urbanismo de resultados’ [...] tem muito contribuído para reduzir as receitas públicas e os recursos disponíveis para as políticas sociais, aumentando a desigualdade, a exclusão das pessoas pobres e a degradação dos recursos ambientais”. Para esse autor, “a modernização ecológica associada, por sua vez, a esse urbanismo competitivo parece estar contribuindo para o que se tem chamado de ‘desintegração da modernidade híbrida’, que faz com que as inovações econômicas, tecnológicas, sócio-culturais e, agora, ecológicas, beneficiem apenas minorias” (ACSELRAD, 2001). Por fim, Vieira (2002) destaca que, “nestas intervenções evidencia-se, também, a visão do patrimônio histórico e de atividades culturais como uma fonte altamente rentável, principalmente quando exploradas enquanto objeto de consumo turístico” (VIEIRA, 2002).

2.4. O NOVO URBANISMO.

A partir de meados dos anos 1980, um novo modo de planejar a cidade, imbuído de uma idéia geral de sustentabilidade, surge em resposta ao incontido crescimento dos subúrbios nos Estados Unidos, dominantes no cenário norte-americano desde os anos 1950, com objetivo de reduzir os vários impactos ambientais decorrentes desse processo, dentre eles: a dependência do automóvel, o aumento da poluição, a devastação de florestas e de terras agrícolas, a concentração da pobreza nas áreas centrais, os altos custos de urbanização e o enfraquecimento do espírito comunitário (ANDRADE, s.d.), através da mudança nos padrões de evolução do crescimento urbano⁷³, com vistas a um desenvolvimento mais coerente e integrado, contrário à lógica segregativa do zoneamento tradicional, com subdivisões residenciais, zoneamento com faixas comerciais e parques industriais isolados fisicamente, visando a uma maior inter-relação entre os vários usos do solo e envolvendo toda a comunidade. Conforme Compans (s.d.),

a substituição da estrutura física como condição a priori da adaptação da cidade às necessidades da vida moderna foi um dos pressupostos da Carta de Atenas mais combatidos pelos críticos do modelo racionalista. Contra a ‘tabula rasa’ que tal modelo fazia das cidades existentes surgiu um movimento intelectual de valorização da memória coletiva e da cultura urbana, responsável pela ampliação do conceito de patrimônio histórico e arquitetônico. Contra a ordem asséptica e desumana do funcionalismo que abolira a rua, travou-se todo um debate sobre a importância desta última na sociabilidade e na saúde mental dos indivíduos a partir da publicação de *The Death and Life of Great American Cities*, de Jane Jacobs (1961), inaugurando uma nova corrente pró-urbana nos EUA (COMPANS, s.d.).

Esse movimento denominado New Urbanism⁷⁴ (Novo Urbanismo, também conhecido como Neo-urbanismo, Neo-tradicionalismo e Urbanismo Sustentável) tem por lemas principais o

⁷³ “A distribuição espacial dos bairros no território da cidade tende em geral a refletir a distribuição dos diversos segmentos sociais. Pode-se dizer que a organização espacial dos diferentes extratos de renda tende a ser legitimada pela história da cidade; uma espécie de organização natural de acordo com a qual as classes mais abastadas tendem a concentrar-se em certas zonas, a classe média em outras e os extratos de renda mais baixa em outras ainda. Essa distribuição é freqüentemente alterada ao longo do tempo e áreas outrora periféricas passam à condição de áreas nobres. Áreas outrora residenciais de classe alta se tornam distritos comerciais. Essa dinâmica urbana natural, típica das grandes cidades do mundo ocidental, tem clara explicação a partir da lógica econômica de ocupação do território. Freqüentemente essa tendência, de certo modo segregativa, tende a ser atenuada nos bairros mais antigos das grandes cidades, onde uma variedade de tipos residenciais (apartamentos de tamanhos diversos, casas mais novas e casas mais antigas) misturam-se muitas vezes ao longo de uma mesma rua produzindo certa complexidade de tipos arquitetônicos, seguida freqüentemente por uma maior variedade de população em termos de extratos de renda” (AGUIAR, 2003).

⁷⁴ Os empreendimentos mais conhecidos e “paradigmáticos, tanto das suas facetas positivas quanto das negativas” (KEITH; DEL RIO, 2003) do Novo Urbanismo são as cidades de: a) Seaside, na Flórida, projeto de Andres Duany e Elizabeth Plater Zyberk, inaugurado em 1981, “que atraiu, segundo Robert Davis (seu fundador e participante ativo do Congress of New Urbanism) muitos compradores (o mesmo público-alvo dos subúrbios: potenciais proprietários de classe média e alta) à procura de uma combinação de novas casas, urbanismo tradicional e um sentimento de comunidade (FRUGOLI JR., 2001; LARA, s.d.); b) Celebration, cidade da Disney Corporation, também na Flórida, consolidou-se comercialmente em 1991, tendo sido projetada para 20 mil habitantes, uma comunidade completa com casas, locais de trabalho, lojas, entretenimento, escolas, parques e locais administrativos no intuito de facilitar o

redescobrimto da assim chamada cidade tradicional⁷⁵ e a formalização da crítica do urbanismo modernista⁷⁶, que “forneceram a base conceitual para uma nova atitude, não apenas do pensamento arquitetônico diante das questões urbanas, mas principalmente da atitude de arquitetos e administrações municipais ditas progressistas em diversos países” (AGUIAR, 2003).

Botelho (2005) destaca que, ainda nos anos 1960, os distritos ‘históricos’ das grandes cidades norte-americanas e de algumas metrópoles européias começaram a ser lentamente reocupados por alguns setores mais abastados das classes médias em virtude das vantagens advindas das proximidades oferecidas pelos centros, entre elas: moradia, trabalho, lazer e consumo, que passaram a ser associadas ao valor que se começava a agregar aos imóveis mais antigos, muitos deles considerados de interesse para preservação histórica. Para esse autor, a retomada do Centro se deu “concomitantemente à chegada de novos usos, que agregavam ainda mais ‘valores culturais’ às áreas centrais (integração plurifuncional dos usos). Galerias de arte, ateliês de artistas novos ou em ascensão, restaurantes e cafés refinados iam surgindo, formando seu público e reafirmando a conquista do território central” (BOTELHO, 2005, p. 55). Conforme Aguiar (2003), nessa nova atitude, denominada por alguns autores como contextualista,

estratégias de planejamento baseadas na organização da cidade através do zoneamento de uso tendiam a ser substituídas por uma estratégia de absorção da assim chamada ‘complexidade’ do urbano; lugar onde uma variedade de interesses expressos nos usos do solo tenderiam a interagir e a usufruir dos benefícios da integração, como de fato ocorre nas cidades, onde diferentes usos e extratos sociais freqüentemente convivem numa mesma porção do território; num mesmo bairro e muitas vezes numa mesma rua (AGUIAR, 2003).

Tal crítica ao urbanismo modernista propõe a inspiração e a recuperação das qualidades físicas, estéticas e sociais das cidades norte-americanas tradicionais como solução aos problemas da expansão suburbana (sprawl), com base em “uma nova atitude diante do projeto

cotidiano de seus habitantes, que podem facilmente caminhar de um lugar para o outro (FRUGOLI JR., 2001; FIGUEIRA, s.d.).

⁷⁵ “Um dos aspectos, talvez o mais preeminente, da chamada cidade tradicional é sua caracterização física como artefato arquitetônico produzido coletivamente ao longo do tempo. Na construção desse artefato, diversidade e unidade tendem a dialogar através da recíproca relação entre os âmbitos privado e público ou coletivo. A individualidade de cada lote tende a ser compensada por estratégias construtivas que coletivizam-se ao longo do tempo, fazendo com que os diferentes bairros da cidade sejam caracterizados por alguns tipos de edificação típicos de uma época e que, no conjunto, terminam por assegurar a identidade daquela parte da cidade” (AGUIAR, 2003).

⁷⁶ Conforme Harvey (1992) apud Sampaio (2006), “a saturação e o fracasso do modelo modernista acarretaram a imprecisa denominação da fase pós-moderna. Essa mudança abissal nas práticas culturais, bem como as político-econômicas, iniciadas por volta de 1972, estão vinculadas à emergência de novas maneiras de experimentação do tempo e do espaço. No campo da arquitetura e do projeto urbano, o pós-modernismo apresenta-se como uma ruptura com a idéia modernista de planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada das superfícies ‘funcionalistas’ austeras do modernismo de ‘estilo internacional’. A pluralidade de modelos é uma das características da conjuntura atual pós-moderna. O mundo globalizado abriga movimentos aparentemente antagônicos. Neste sentido, parecendo estar na contra-mão da desregulamentação e da flexibilização, destaca-se o ‘New Urbanism’, movimento fundado como crítica ao modernismo (HARVEY, 1992, p.69)” (SAMPAIO, 2006, p. 26).

das novas áreas habitacionais; uma conduta projetual de inserção do novo no assim chamado centro histórico, buscando, ao que parece, a integração espacial e social das novas áreas de habitação” (AGUIAR, 2003), ou seja, a vida privada à esfera pública, retomando alguns valores perdidos com o movimento moderno e o período do pós-guerra, que estavam presentes na urbanística formal, adaptando-os à realidade do mundo atual e ao estilo de vida contemporâneo, tais como: o conceito de vizinhança, o sentido de lugar, a história, a memória, a identidade das comunidades, o uso misto, a acessibilidade, a arquitetura urbana e a qualidade ambiental, por meio do desenho urbano de escala modesta e de soluções físico-espaciais específicas⁷⁷, com grande variedade visual e tolerância para a utilização de diversos estilos, com o intuito de projetar cidades de tamanho finito para as pessoas e não para os carros (VIEIRA, 2003). Dessa forma, para promover uma maior interação entre a vizinhança, diminuir a degradação ambiental, salvar as áreas cultivadas e as reservas naturais da ameaça do modelo suburbano, reduzir a dependência do automóvel e agradar a indústria da construção, que passou a vender um maior número de unidades em um espaço reduzido, o Novo Urbanismo propõe:

- medidas restritivas ao tráfego, privilegiando, incentivando e protegendo o pedestre e o ciclista;
- um sistema de transporte multimodal integrado, que ofereça variedade de opções, conforto e confiabilidade aos usuários, aliado a uma hierarquia viária urbana;
- uma regulamentação do uso do solo, que evite: o espraiamento desmesurado das periferias urbanas, a necessidade de viagens cada vez mais longas, o fornecimento de mais infra-estrutura ao invés da otimização do uso da existente e, conseqüentemente, a promoção da exclusão econômico-social que força os cidadãos de baixa renda a se deslocarem para essas periferias;
- o adensamento dos centros existentes, propiciando uma variação de usos (espaços plurifuncionais), que contemple oferta de emprego, moradia e serviços de modo sustentável para todas as camadas sociais (FIGUEIRA, 2004; KEITH; DEL RIO, 2003; LARA, s.d.; GUNN, 2005; QUENTAL, s.d.; TAHCHIEVA, 2002).

De acordo com Campos e Peixoto (2009), “como precedências, os adeptos do Novo Urbanismo, em documento elaborado por Fulton (1995), esclareceram que esse se vincula a uma longa linha de movimentos anteriores de caráter reformista e utópico”. Para os autores, “o século XIX é explicitamente mencionado como seu ponto de partida. Nele destacam-se: o *Movimento*

⁷⁷ “Vale lembrar, ainda, que tanto a renovação urbana das áreas centrais quanto a construção de grandes conjuntos habitacionais periféricos também foi ao encontro da necessidade dos governos nacionais de equacionar os conflitos raciais, que marcaram a primeira metade dos anos 1960, no caso dos EUA, e a escassez de moradia ocasionada pela onda migratória que teve lugar em diversos países da Europa” (COMPANS, s.d.).

City Beautiful⁷⁸, a ‘Cidade-Jardim’⁷⁹ e os subúrbios americanos do pós-guerra⁸⁰”. Nesse contexto, conceitos como identidade, centralidade, articulação, conexão, flexibilidade, mobilidade, complementaridade de funções e de formas urbanas, próprios da arquitetura, são reintroduzidos nos debates urbanos (TSIOMIS, 1996) por profissionais da arquitetura da paisagem, inspirados em princípios tradicionais, flexíveis e orgânicos de autores clássicos, que davam ênfase ao desenho físico e aos aspectos da vida em comunidade, entre eles:

- Ebenezer Howard⁸¹ e seu modelo de Cidade-Jardim: tamanho controlado com acessibilidade aos espaços verdes e aos pedestres, transporte público adequado, uso misto, reaproveitamento de resíduos sólidos em terras agrícolas e centros comerciais com economia local, planejamento de comunidades balanceadas com mistura de classes sociais, desenvolvimento econômico, sistema de cooperativismo e bem-estar social atrelado ao desenho da paisagem (BATISTA; SILVA, s.d.; QUENTAL, s.d.; ANDRADE, s.d.) e;

⁷⁸ Conforme Fulton (1995) apud Campos e Peixoto (2009), “o City Beautiful inspirava-se fortemente nos ensinamentos Beaux Arts, que enfatizavam os edifícios cívicos, praças e o paisagismo dos parques. Esses princípios foram considerados ordenadores e civilizadores do caos da cidade industrial. As características do City Beautiful podem também ser encontrados nos belos ‘streetcar suburbs’ construídos entre aproximadamente 1890 e 1920. Entretanto, o desenho desses subúrbios pioneiros não era tão monumental, quanto à versão do City Beautiful nos centros urbanos; mesmo assim, enfatizavam formalisticamente as malhas das ruas de trânsito local. Eles usavam recursos particulares de formas e princípios urbanísticos, considerando uma melhor aproximação à escala humana – outra vez buscando incorporar o ideal de uma vida em vilarejo inserida no contexto urbano moderno. (FULTON, 1995, p. 7.) (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

⁷⁹ “Quanto à Cidade-Jardim, a atenção deve-se, sobretudo, à ‘criação de lugar’ e à restauração do sentido comunitário de vida, associado ao desenvolvimento urbano moderno. Ainda, no documento de Fulton (1995), encontra-se a observação de que na ‘Cidade-Jardim’ a orientação era menos formalística do que do movimento City Beautiful, destacando-se a relação com as áreas verdes, parques, caminhos que isolavam, com segurança, a vizinhança das atividades da rua tradicional. O exemplo evocado é o da cidade de Radburn (New Jersey, 1927). Liderados por figuras, tais como: Clarence Stein e Henry Wright, os designers das cidades-jardins americanas também pensavam em manter a atmosfera de vilarejo, acomodando o automóvel e incorporando a zona rural às áreas naturais. Enquanto Nolen e outros orientavam seus projetos urbanos em torno de ruas tradicionais – isto é: ruas definidas pelos edifícios, calçadas, comportando pedestres e veículos, Stein e seus associados criaram a separação entre carros e pedestres usando passarelas e ‘green ways’” (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

⁸⁰ “Por fim, os subúrbios norte-americanos do pós-guerra ofereceram o esquema de conexão entre a ‘versão’ americana da Cidade-Jardim e a cidade da qual dependia. Essa conexão tem por elemento estrutural as highways, que derivam, sobretudo, das experiências de urbanização propostas por Robert Moses, nos subúrbios de New York. Observa-se, ainda, que essa forma de conexão mostrou grande eficiência, o que pode ser identificado nas proposições de Victor Gruen (WALL, 2005). Para esse arquiteto e urbanista, a ocupação do território não poderia ocorrer na forma que denominou de strip cities, urbanização linear e contínua ao longo da highway. À esse modelo se contrapõem as comunidades, denominadas cluster cities, que concentravam pequenas parcelas urbanizadas, separadas por espaços não edificadas” (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

⁸¹ “Um bom exemplo de um empreendimento que reforça a validade e a atualidade das idéias de Howard é o condomínio de Village Homes, na cidade de Davis, na Califórnia. Este empreendimento, de visão de planejamento urbano ampliado, começou a sua construção em 1973, em terras agrícolas próximas a Universidade da Califórnia. O projeto foi idealizado pelo arquiteto ambientalista Michael Corbett, cujo desenho urbano tem dimensões controladas, grandes cinturões verdes e agrícolas, diversos usos da terra, como habitações, comércio, empresas de pequeno porte e uma rede de caminhos para pedestres e ciclovias que é interligado na rede da cidade. [...] Além do desenho urbano inspirado em bairros da Cidade-Jardim, os empreendedores de Village Homes buscaram no sistema cooperativismo defendido por Howard a implantação da Companhia de Village Homes, que detém a propriedade dos espaços públicos, para que os lucros de venda de alimentos e aluguéis de lojas sejam revertidos para a comunidade” (ANDRADE, s.d.).

- Camillo Sitte e Raymond Unwin: cidades como uma tradição artística que vai se impondo “ao ritmo dos dias” (dimensão estética da cidade), praças e espaço urbano como representação espacial de pensamento e poesia e, não apenas, um problema técnico (LINS, s.d.). Segundo Sitte, “as praças antigas, consideradas desde a Antigüidade até a Idade Barroca, com sua multiplicidade de formas complexas, foram concebidas para promover a reunião da coletividade local, constituindo-se no lugar onde ocorriam os acontecimentos mais importantes da vida em comum e no lugar urbano por excelência” (SILVEIRA, 2004, p. 37). Para esse autor,

uma praça ‘antiga’ não se resumia a um conjunto de monumentos ou de prédios oficiais, ela era uma espécie de imagem pública em que o habitante da cidade se reconhecia enquanto homem livre. Tratava-se do ‘coração da cidade’, expressão de Camillo Sitte adotada, a partir dos anos 1950, por um grupo de arquitetos, que exigia a criação de lugares em que fosse possível revitalizar as cidades destruídas pela guerra ou pelo predatório urbanismo moderno. Para a restituição da vida pública era necessário, segundo Sitte, uma reordenação do espaço urbano, no intuito de criar lugares parecidos com os das praças nas cidades tradicionais, em que havia sociabilidade (SILVEIRA, 2004, p. 37).

A tendência surgida nos anos 1960⁸² de buscar uma maior integração das novas áreas habitacionais à cidade, em virtude da preocupação com a perda da vitalidade dos espaços públicos tradicionais, da identidade e da qualidade de vida desejada e o conseqüente aumento da segregação sócio-espacial, da sujeira, do deterioro e do crime, foi apregoada em livros como o de Kevin Lynch (1960) e o de Jane Jacobs (1961), representantes da tradição anti-modernista que criticaram o modo de vida produzido pelos assim chamados conjuntos habitacionais modernistas e apontaram, entre outras, razões locais e de desenho urbano para o fracasso desse modelo de cidade, levantando a questão da necessidade da produção de espaços de convivência e de significado simbólico, defendendo que a ausência do carro promovia o desenvolvimento de zonas mistas residenciais, comerciais e culturais, o que daria origem a bairros mais diversificados, com maior interação social e melhor qualidade de vida (FERREIRA; MARQUES, 2000; AGUIAR, 2003).

A corrente formada pelos novos urbanistas⁸³, um conjunto de técnicos com diferentes formações acadêmicas, “preocupados com a evolução da cidade, com o alastrar dos subúrbios e com o alheamento dos cidadãos”, fundou, em 1993, o Congresso do Novo Urbanismo e elaborou

⁸² “No contexto dos anos 1960, de reformulação dos paradigmas do urbanismo funcionalista, surgiram diversos outros termos integrantes da temática preservacionista, tais como: ‘valorização’, ‘revitalização’ e ‘reabilitação’. A concepção inserida nestes termos visava à retomada de atividades econômicas por meio de ações integradas e simultâneas em determinado trecho urbano, à recuperação física de suas edificações e à manutenção da população de origem, além do reconhecimento do ambiente construído pré-existente” (SILVEIRA, 2004, p. 43).

⁸³ “A primeira reunião dos adeptos do New Urbanism foi promovida pela Comissão do Governo Local da Califórnia, em Ahwahnee, 1991. Nesta ocasião, foram formulados os princípios do New Urbanism e redigidos em forma de um manifesto, assinado pelos seus principais expoentes, Andrés Duany, Elizabeth Plater-Zyberk, Stefanos Polyzoïdes, Elizabeth Moule, Peter Calthorpe e Michael Corbett” (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

uma Carta do Novo Urbanismo (uma verdadeira contestação dos princípios defendidos pela Carta de Atenas do Movimento Moderno, produto do CIAM), que apresenta um conjunto de 27 princípios universais que, aplicados ao nível regional, do bairro e do edifício, evitariam o ‘alastrar’ da cidade, estimulariam a sua renovação, tornariam a habitação mais acessível para os carentes e promoveriam os transportes públicos, resgatando, assim, a urbanidade e o senso de comunidade por meio do projeto, com destaque para os seguintes princípios:

- projetos baseados em uma distância máxima de cinco minutos de caminhada entre qualquer unidade habitacional e um acesso de transporte público (encorajando os moradores a realizar suas atividades a pé);
- sistema de circulação com continuidades e clara hierarquia, próprio para soluções integradas de circulação alternativa de pedestres, bicicletas, etc. (aumento das acessibilidades e prioridade para o pedestre);
- forte presença de um sistema de áreas livres e parques, totalmente integrado ao desenho urbano (domínio visual e estrutura paisagística);
- maior mistura de usos, tipologias e densidades, procurando definir áreas centrais e uma estrutura clara para maior legibilidade (a reprodução de uma cidade tradicional);
- mescla de tipologias residenciais e tipos de renda (apartamentos e townhomes, por exemplo);
- apoio à vida comunitária através do desenho urbano e da arquitetura (através de casas com menores afastamentos frontais e varandas, por exemplo) (DEL RIO, 2003).

De acordo com Sampaio (2006), “o New Urbanism preconiza o restabelecimento da autenticidade e do caráter tradicional da paisagem, com a recuperação (ou a invenção) da memória coletiva e da estabilidade da vida em comunidade”, sendo que “seu modelo de cidade incute a construção de uma nostálgica imagem de comunidade através de uma retórica de orgulho cívico centrada na noção de lugar” (SAMPAIO, 2006, p. 26 e 27). “As referências e debates teóricos do New Urbanism evoluíram rapidamente, mas suas realizações ocorreram em um ritmo muito mais lento. Apesar de toda a publicidade que o cerca, poucas pessoas vivem atualmente nas ‘unidades de vizinhanças’” (CAMPOS; PEIXOTO, 2009) construídas seguindo os postulados da Carta do New Urbanism. Entretanto, foram projetadas e realizadas algumas cidades, que se constituíram em empreendimentos paradigmáticos, tanto no que se refere às suas facetas positivas quanto às negativas (KEITH; DEL RIO, 2003) e que expressaram os ideais do movimento, entre elas:

a) Seaside, na costa da Flórida, projeto de Andres Duany e Elizabeth Plater Zyberk, casal de arquitetos considerados: ‘Os Pais do Novo Urbanismo Americano’ e que elaborou um código de construção e de planejamento urbano, que aspirava a diversidade harmoniosa através da inclusão de normas para proporções, dimensões e materiais desse empreendimento inaugurado em 1981, que “atraiu, segundo Robert Davis (seu fundador e participante ativo do Congress of New Urbanism), muitos compradores (o mesmo público-alvo dos subúrbios: potenciais proprietários de classe média e alta) à procura de uma combinação de novas casas, urbanismo tradicional e um sentimento de comunidade” (FRUGOLI JR., 2001; LARA, s.d.)⁸⁴ e;

b) Celebration, também na Flórida, projetada por Robert Stern e inaugurada pela Disney Corporation, em agosto de 1996, possui uma organização altamente controlada, onde a reconstituição de um ambiente evocando tempos passados (espaços voltados para o consumo elitizado) é garantida através de um catálogo compulsório de padrões arquitetônicos, urbanísticos e comunitários, o “Celebration Pattern Book, que oferece toda a diversidade de estilos necessária para a construção do empreendimento” (VIEIRA, 2003), que se consolidou comercialmente em 1991, tendo sido projetado para 20 mil habitantes, uma comunidade completa com casas, locais de trabalho, lojas, entretenimento, escolas, parques e locais administrativos, com o intuito de facilitar o cotidiano de seus habitantes, que podem facilmente caminhar de um lugar para o outro (FRUGOLI JR., 2001; FIGUEIRA, s.d.).

Tal confiança nos poderes da arquitetura e do desenho urbano no resgate da urbanidade e no senso de comunidade é, segundo seus críticos, uma tentativa de ‘engenharia social’ (DEL RIO, 2003), confirmada por Leon Krier, autor de alguns projetos na Grã-Bretanha e consultor da cidade de Seaside, que conceitua esse tipo de comunidade como “não apenas um paradigma arquitetônico, mas uma síntese social”, à medida que tais comunidades fechadas com regras para tudo têm como fatores principais a segurança e a sociabilidade vigiada (VIEIRA, 2003). Aliadas às questões de controle e, conseqüente, exclusão nesses espaços fechados decorrentes do Novo Urbanismo estão as ‘boas práticas’ dirigidas à sustentabilidade dessas comunidades, que integram um projeto urbano aliado a uma base técnica, que apresenta e legitima indicadores de qualidade de vida (metros quadrados de área verde por habitante,

⁸⁴ No pensamento de Sampaio (2006), “tal qual o modelo racionalista do Modernismo, o New Urbanism propõe uma rígida codificação de tipologias construtivas, numa tentativa não só de regulação, mas de controle total da forma urbana. Os códigos regulatórios são o cerne do trabalho do casal Duany & Plater-Zyberk em suas cidades projetadas. Neste caso, o zoneamento, baseado em tipologias, parte da noção de integração de usos, ao invés de segregação. Além do desenho urbano, há regulações arquitetônicas e paisagísticas: os códigos regulatórios bastante prescritivos e detalhadamente desenhados, que regulam todos os elementos que conformam o espaço público: configurações, materiais e cores. Cabe ressaltar que, neste caso, somente estão sujeitos à regulação os edifícios particulares, pois os públicos devem ser distintos e cumprir o papel de monumentos” (SAMPAIO, 2006, p. 28).

toneladas de resíduos reciclados, quilômetros de ciclovias, etc.), distinguindo as ‘boas práticas’ das ‘práticas ruins’, naturalizando, assim, as representações e construindo esquemas ordenadores da vida urbana, definidores da ordem que se tenta impor (SÁNCHEZ; MOURA, 2005, p. 25).

Todavia, conforme seus defensores, diferente do determinismo arquitetônico proposto na Carta de Atenas, pautada nas quatro funções básicas na cidade: habitação, trabalho, recreação e circulação e em princípios internacionais aplicados sem uma prévia tradução cultural (como uma espécie de modelo imposto) ou, ainda, como na maior parte dos casos, traduzidos grosseiramente, na medida em que propõe um planejamento urbano pensado de forma mais balanceada e reconhece que as soluções físicas por si mesmas não resolvem os problemas sociais e econômicos, já que no Novo Urbanismo, o arquiteto ou o urbanista deve contar com o apoio de profissionais de outras áreas, de uma ampla base democrática, de uma vontade privada e pública, assim como, de uma confluência de consenso e recursos (DEL RIO; KEITH, 2003; IRAZÁBAL, s.d.; TAHCHIEVA, 2002). Desse modo, as comparações mais evidentes entre a Carta de Atenas e a Carta do Novo Urbanismo são:

- o caráter mais universal da Carta de Atenas *versus* o caráter nacional da Carta do Novo Urbanismo;
- a crença otimista na arquitetura e no urbanismo como fontes de mudança da Carta de Atenas *versus* uma visão mais realista do papel do projeto urbano dentro da complexidade de fatores que influenciam o destino das cidades que defendem o Novo Urbanismo;
- o postulado da arquitetura moderna, como o modelo para resgatar e reordenar as cidades e propiciar saúde e felicidade ao indivíduo e à coletividade da Carta de Atenas *versus* as determinações mais gerais de projeto, que transcendem estilos e enfatizam a criação de unidades dentro de uma hierarquia urbana (região, vizinhança, distrito, corredor, quarteirão, rua, edifício), de maneira a promover a apropriada mistura de funções e de pessoas, acrescentar a vida pública e fazer o uso mais racional dos recursos (IRAZÁBAL, s.d.).

De maneira resumida, Belliot (2007) afirma que, o Novo Urbanismo se apóia em dez grandes princípios: 1) sustentabilidade; 2) transversalidade; 3) realismo orçamentário; 4) parceria; 5) contribuições; 6) respostas às necessidades; 7) disponibilidade de solo; 8) gestão estratégica; 9) preocupação com os mais pobres e; 10) mobilização dos recursos locais. Para esse autor, a preocupação maior é com as cidades do Terceiro Mundo, já que o sucesso das cidades mais pobres dependerá das suas capacidades de auto-desenvolvimento, dentro de uma sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem mais que a utilização passiva e mecânica de metodologias e de instrumentos de planejamento urbano concebidos em outro contexto.

Com relação às críticas ao Novo Urbanismo, Campos e Peixoto (2009) afirmam que,

a busca pelo controle de todas as atividades arquitetônicas e urbanas expressa-se em manuais meticulosamente padronizadas, até mesmo nas opções estéticas. Esta forma onipresente de desenhar o mundo, codificada em documentos e *sites*, lembra os manuais de fast food, e deles pouco se diferencia. A artificialidade e o controle do habitat humano é, em última instância, uma atitude *blasé* no enfrentamento dos problemas sociais que se inscrevem no solo urbano e no território (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

Já Sampaio (2006) destaca que,

a regulação urbanística é objeto de uma das críticas centrais de Harvey (1996) ao movimento. O autor argumenta que o New Urbanism, apesar de refutar o modelo Modernista, repete sua mesma falácia, ao defender a idéia de ordenação espacial como uma nova ordem estética e moral, e ao pressupor que um desenho apropriado e a qualidade arquitetônica trariam a salvação não só das cidades americanas, mas da vida social, política e econômica em geral (SAMPAIO, 2006, p. 28).

Sampaio (2006) ressalta que, “além da parametrização arquitetônica, as obras e enunciados teóricos deste movimento receberam duras críticas por parte de vários autores, em parte, pela exclusividade social das cidades, verdadeiros guetos de classe média-alta branca americana”, “pela criação de cenários assépticos, distantes da realidade urbana e pela imposição de uma ditadura urbana e arquitetônica (SEGRE, 2002)” (SAMPAIO, 2006, p. 28). Para Marcuse (s.d.), a crítica ao Novo Urbanismo está centrada no fato desse movimento:

- estar relacionado apenas a novos empreendimentos com muita identidade e pouca alteridade, voltados a uma classe média branca⁸⁵ dotada de condições em detrimento das camadas mais carentes da população (negros e imigrantes);
- não oferecer solução alguma para os problemas urbanos já existentes;
- circunscrever “um aumento significativo no número de condomínios fechados, gentrificação, conservadorismo estilístico, homogeneidade e uma imagem geral de intolerância” (LARA, s.d.);
- utilizar o conceito de projeto urbano como projeto de dimensão limitada, realizado como um conjunto arquitetônico-urbanístico, dentro de um prazo relativamente curto, e de importância estratégica para a requalificação de grandes áreas urbanas e;

⁸⁵ “Sem dúvida, a ‘pasteurização’ das culturas e a ‘parque-tematização’ (SORKIN, 1996; ZUKIN, 2003) parecem ser os atalhos mais proveitosos dos programas de requalificação urbana contemporâneos, promovendo uma ‘ordem branca da cultura’, teatros da memória que buscam avançar sobre os enclaves resistentes. Como mostra Cohen (1998), há uma iconografia oficial do multiculturalismo inscrita em um mapa narrativo da modernidade, progresso e regeneração urbana, na qual a presença do pobre, do desempregado, do velho e do criminoso, como de qualquer um que não combine com a imagem dominante do empreendedor economicamente ativo, é efetivamente varrida para fora do quadro” (SÁNCHEZ; MOURA, 2005, p. 30).

- privilegiar a função lazer, a culturalização e o consumo, incluindo um arsenal de programas emergentes da globalização que incluem: lojas de departamento, supermercados, hotéis, restaurantes, acomodações para congressos, apartamentos e estacionamentos, e que negligenciam o entorno, além de gerarem lucro rápido (receitas e, não, despesas) (LOBO, 2006).

Os princípios do Novo Urbanismo, cuja interpretação, por um lado, trata do senso comum no urbanismo, enfatiza a necessidade de diversidade social, a mistura de atividades e tipos de circulação, a maior acessibilidade do pedestre, a participação democrática e o respeito à expressão da ‘cultura local’ e, por outro lado, acredita que o desenho urbano pode influenciar processos e gerar relações sociais, foram aplicados, primeiramente, pela iniciativa privada nos subúrbios americanos e, posteriormente, utilizados por algumas prefeituras. Entretanto, longe de adensar o Centro, reduzir os percursos e ampliar as áreas verdes, “a população diminuiu em várias cidades norte-americanas e a dispersão suburbana aumentou por causa do alto preço da moradia, do medo da violência e da persistência do velho american way of life da casa com jardim” (COMPANS, s.d.), fatos que demonstram a necessidade desses preceitos serem traduzidos culturalmente observando-se o ambiente construído, a sociedade, a situação econômica e a cultura (DEL RIO; KEITH, 2003; IRAZÁBAL, s.d., TAHCHIEVA, 2002).

Na atual competitividade imposta pela globalização, o projeto urbano se torna uma peça importante, pois é através dele que uma série de mudanças estruturais necessárias à adaptação das cidades aos paradigmas do ‘novo urbano’ sob a pressão do capital globalizado se materializará. Evidencia-se, segundo Sampaio (2006), “um crescente reconhecimento da importância da qualidade do espaço urbano para a dinâmica econômica, social e cultural da cidade contemporânea, através da retomada de iniciativas do poder público, por vezes em parcerias público-privadas, no campo do urbanismo”⁸⁶. Para Zukin (2000), “tais espaços integram as chamadas paisagens urbanas pós-modernas (espaços direcionados ao consumo elitizado), que conciliam cenários formados por ‘torres altas que voltam suas costas para a rua’” (ZUKIN, 2000, p. 82), com a restauração e a renovação de cidades antigas (cujos centros se constituíram ao longo do século XX), “articuladas à nova centralização do investimento global nas grandes cidades e à acumulação de capital nas economias dominadas pelo setor de serviços” (BOTELHO, 2005, p. 55 e 56).

⁸⁶ Conforme Sampaio (2006), “fruto da nova lógica globalizante, nesta tendência de âmbito internacional, são expoentes os grandes projetos urbanos, assim como os novos instrumentos de planejamento mais flexíveis de modo a adaptarem-se aos seus contextos. No âmbito internacional, na França e na Grã-Bretanha, os governos editam recomendações sobre a qualidade da arquitetura e do desenho urbano e reformulam seus sistemas normativos incluindo recomendações de ‘boas práticas’ em relação ao ambiente construído, de modo a compatibilizar as demandas contemporâneas” (SAMPAIO, 2006, p. 28 e 29).

Contudo, esse processo de modernização urbanística internacionalizante com os objetivos de reforçar centralidades antigas, criar novas centralidades e integrar plurifuncionalidade dos usos aos novos objetos arquitetônicos monumentais com tipologias pretensamente globais, requer enormes custos, que precisam ser legitimados pelas administrações públicas com o auxílio da coesão social e do sentido de comunidade alcançado através da formação de consensos para, em seguida, o gasto assumido por essas administrações nas parcerias público-privadas, ser socializado com a população. “Desse modo, o urbanismo estrutura grande parte de seu poder retórico e político através da idéia nostálgica da ‘comunidade’ como panacéia para os males sociais, econômicos e urbanos” (SÁNCHEZ; MOURA, 2005, p. 23 e 24; MARQUES DA SILVA, 1999c). De tal modo, nas palavras de Castells e Borja (1996) apud Vainer (2006),

cabe [...] ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de ‘patriotismo cívico’, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 160) (VAINER, 2006).

Nos casos de requalificação urbana, Botelho (2005) destaca, “como a produção de novos cenários ou de novos espaços produzidos para o consumo elitizado, se apresenta enquanto uma articulação específica entre a recuperação das edificações, nomeadas como históricas, e as novas construções, de caráter monumental”, consideradas os novos ícones ou as novas imagens-marco da cidade. Para Huyssen (2000) apud Botelho (2005), “estamos diante do discurso da cidade como imagem”, sendo que “a imagem da cidade propriamente dita torna-se central para seu sucesso em um mundo globalmente competitivo (HUYSSSEN, 2000)”, já que a partir dos anos 1990, surgem de forma cada vez mais disseminada e dominante os discursos sobre o marketing urbano (a cidade como mercadoria a ser oferecida no ‘mercado global’) e a necessidade de atrair fluxos de capital que, em tese, “garantiriam a sobrevivência e o crescimento da cidade”, fazendo com que muitas delas adquiram o ‘pacote’ de tecnologias gerenciais do urbano, o que “inclui o planejamento estratégico, a criação de consensos entre os cidadãos, o ‘patriotismo das cidades’, etc.” (BOTELHO, 2005, p. 56).

A partir dos anos 1990, essa concepção é absorvida, em parte, pelo planejamento urbano realizado nas principais cidades brasileiras, onde é possível perceber nitidamente no modelo de planejamento estratégico de cidades adotado, alguns dos conceitos utilizados pelo movimento do Novo Urbanismo nas estratégias de marketing urbano, como por exemplo, na promoção dos objetos arquitetônicos monumentais do conjunto denominado ‘Pentágono do

Milênio’, produzido pelas administrações municipais do Rio de Janeiro, no período de 1993 a 2008, e que tiveram por objetivo criar um imaginário de progresso, de recuperação econômica e de distinção social com o intuito de inserir a cidade no ‘circuito internacional de turismo’ e atrair investidores e cidadãos-consumidores.

Fenômeno homólogo pode ser observado nos “condomínios fechados construídos para as classes altas que se assemelham cada vez mais com pequenas cidades sitiadas e que possuem a mesma obsessão por segurança observada nas cidades planejadas pelos neo-urbanistas” (VIEIRA, 2003) e um retorno da estética da arquitetura francesa⁸⁷, em um grande número de lançamentos imobiliários, sob a forma dos estilos: neoclássico⁸⁸, eclético⁸⁹ e art déco⁹⁰, cujas principais características são usadas como referências em imóveis residenciais cariocas. Para Carlos Lemos, arquiteto e professor da FAU/ USP, “antes da Segunda Guerra Mundial, o estilo art déco ainda influenciava os arquitetos no País. Depois, os EUA começaram a dominar até mesmo o vocabulário utilizado pelos profissionais da área”. Conforme Wilhelm (2006), tal tendência retrô é anacrônica e está relacionada “com o desejo subjetivo de segurança: um estilo que reproduz monumentos históricos europeus e simboliza permanência, eternidade, um valor seguro a ser atribuído ao patrimônio que se está prestes a adquirir”. De acordo com o

⁸⁷ “Na cidade, a influência da arquitetura parisiense chegou ao ápice no Império. A inspiração trouxe para o Brasil muito mais do que uma estética de fachada. A novidade inaugurou o modo de morar ‘à francesa’, em que, pela primeira vez, as construções eram divididas em alas independentes”. Os exemplos mais representativos do neoclassicismo francês são: a Casa França-Brasil e o Solar da Baronesa, no campus da PUC-RJ. Ambos são projetos do arquiteto Grandjean de Montigny. Já o Theatro Municipal e o Copacabana Palace são os que melhor caracterizam o estilo eclético. Entre as obras no estilo art déco, destacam-se o edifício Biarritz, no Flamengo e o Chopin, em Copacabana. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/archive/index.php?t-203608.html>>.

⁸⁸ “A arquitetura neoclássica = novo clássico (± 1780 à ± 1830) é o revival da arquitetura clássica, ou seja, uma arquitetura feita com as regras da arquitetura clássica num momento histórico posterior às civilizações grega e romana”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/neoclassicismo>>. “Em 1780 o neoclássico supera o rococó e torna-se o estilo oficial da época. A aristocracia enfraquece de maneira geral, chegando a perder o poder na França, e a liderança passa a ser a da burguesia manufatureira e mercantilista. A revolução francesa de Napoleão derruba a monarquia e estabelece o império. O neoclássico confirma-se como unanimidade entre a burguesia, como estilo capaz de mostrar a influência e o poder das novas classes dominantes. Em breve, essa burguesia passará por um estágio industrial que culminará na arte moderna do século XX”. Disponível em: <<http://casaecia.arq.br/neoclassico.htm>>.

⁸⁹ “O ecletismo (no Brasil) foi um estilo arquitetônico predominante do início do século XX. Após a crise dos neos (neoclássico, neogótico, etc.), que dominou a arquitetura do século XIX, o debate sobre qual o estilo histórico mais importante tornou-se infrutífero. Da constatação de que a aplicação dos novos materiais não estava subordinada a um estilo específico, algumas academias (tanto européias, quanto americanas) passaram a propor um modelo de arquitetura historicista, resultado da mistura de estilos diversos. Aqui a palavra estilo é usada para representar apenas certo conjunto de aspectos formais, visto que a total reprodução de um estilo histórico é impossível. Contra esse formalismo histórico da arquitetura do período surgirão os principais nomes da arquitetura moderna. No Brasil, a arquitetura eclética encontrou seu auge em São Paulo, tendo em Ramos de Azevedo seu principal nome. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecletismo>>.

⁹⁰ Art déco foi um movimento que se manifestou na arquitetura, nas artes plásticas, no design gráfico e no design industrial, e que surge na década de 1920 ganhando força nos anos 1930 na Europa e nas Américas. Representa a adaptação pela sociedade de massa dos princípios do cubismo. Na arquitetura art déco, as fachadas têm rigor geométrico e ritmo linear, com fortes elementos decorativos em materiais nobres. Dois exemplos são: o Empire State Building e o Rockefeller Center, em Nova York. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Art_Deco>.

autor, os critérios segundo os quais se ‘desenha um produto’ determinando a cara do empreendimento são aqueles que privilegiam modernidade, status e segurança para uma parcela da população dotada de recursos⁹¹.

No entanto, tal anacronismo “torna medíocre e falso qualquer projeto”. Pode-se destacar algumas características deste movimento artístico na arquitetura, entre elas: materiais nobres (pedra, mármore, granito, madeiras); processos técnicos avançados; sistemas construtivos simples; esquemas mais complexos; linhas ortogonais; formas regulares, geométricas e simétricas; volumes corpóreos maciços e bem definidos por planos murais lisos; uso de abóbadas de berço ou de aresta; uso de cúpulas; espaços interiores organizados segundo critérios geométricos e formais; pórticos; colunas; entablamentos direitos; frontões triangulares; a decoração recorreu a elementos estruturais com formas clássicas, à pintura rural e ao relevo em estuque; acentuou a intimidade e o conforto nas mansões familiares; decoração estrutural (WILHEIM, 2006).

Percebe-se o uso da arquitetura como meio de distinção social e espacial ou, ainda, como instrumento essencial à segregação sócio-espacial, já que ao utilizar um vocabulário arquitetônico comum de forma harmônica, consegue uma uniformidade numa categoria de edifícios dotados com tecnologia e segurança capazes de ostentar um modo de vida diferenciado aos moldes estrangeiros e de afirmar a influência e o poder de consumo da classe média emergente (coletividade ‘imaginada’, que se auto-identifica pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca). Cabe aqui ressaltar que, a “crítica feita pelos contemporâneos à cidade modernista, acusando-a de não perceber o real significado da sociabilidade nos espaços de ruas e de praças, relegando estes espaços a um segundo plano ou mesmo suprimindo-os” (VIEIRA, 2003), talvez seja a mesma a ser feita às práticas contemporâneas em razão da falta de sociabilidade dos novos espaços promovidos apesar do desejo “comum às teorias urbanas pós-modernas, de recuperar a riqueza simbólica das formas urbanas tradicionais, baseadas na maior variedade possível de articulações feitas entre tecido urbano, espaços públicos e construções, já

⁹¹ François Ascher (1994) apud Marques da Silva (1999b e 1999c), “chama atenção para a importância do urbanismo neste contexto onde tudo é volátil, onde as imagens são transmitidas em tempo real, ou seja, onde os sentidos da visão e da audição não mais representam o contato básico que o cidadão tinha com o mundo, através da vivência dos espaços locais (quando não existia televisão, nem rádio, nem Internet, o homem experimentava o mundo e realizava as trocas sociais através do contato real com os espaços públicos). Desta forma, ressalta o autor, ‘a qualidade do que é imediato e efêmero valoriza particularmente as relações sociais diretas, bem como os objetos não reprodutíveis e não transportáveis e a riqueza dos espaços metropolitanos dependerá, em larga medida, das suas qualidades sensitivas, da sua capacidade de produzir eventos e da sua acessibilidade física’. Para que este futuro hipersensível possa acontecer, os urbanistas deverão levar em conta cada vez mais o ‘conjunto das dimensões sensoriais e vivências dos espaços que conceberão’” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p.17 e 1999c).

que estes acabam por promover mais exclusão” (DEL RIO; SANTOS, 1998, p. 8). No pensamento de Campos e Peixoto (2009),

a simulação e o fascínio pelo fantasioso remetem à experiência alucinada dos parques temáticos; pedaços de história são recriados, diferenças são abolidas e a ordem parece ser celestial. O mundo que daí resulta é conservador e regressivo, pois a visão que o sustenta encontra suas origens no século XIX, exemplificado pelos sonhos de Ruskin. Assim, a opção pelos modelos de cidades tradicionais implicitamente remete à recuperação do Éden (CAMPOS; PEIXOTO, 2009).

Fazem-se necessários no Brasil mais estudos sobre o Novo Urbanismo, de modo a desenvolver o pensamento urbanístico-arquitetônico brasileiro em toda a diversidade de seu ambiente, “com todos os níveis de urbanidade: da grande metrópole aos lugares tradicionais” (TAHCHIEVA, 2002), ao passo que as imagens desse movimento já influenciam diversos empreendimentos imobiliários⁹² em todo o território nacional e, também, a evitá-lo como apenas uma nova moda como os diversos modelos estrangeiros que são implantados sem a devida crítica de seus fundamentos, sendo essencial a observação do lugar, da história, das experiências positivas e das vizinhanças tradicionais existentes, com o intuito de se extrair o melhor desses fatores, de compreender as intervenções realizadas e seus impactos no tecido urbano e de direcionar o foco da atenção projetual para “o bem-estar do usuário e sua relação com o mundo” (DEL RIO 2003a; KEITH, 2003b; TAHCHIEVA, 2002).

Especificamente com relação ao modelo de planejamento estratégico adotado na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), os principais projetos urbanos que essas administrações municipais se propuseram a realizar foram amparados, segundo Sartor (1999), pelo debate introduzido por Jane Jacobs (1961) e posicionaram-se “criticamente à postura urbanística moderna, reforçando a idéia de que ‘a supressão da rua [...] é a idéia mais funesta e mais destrutiva do urbanismo ortodoxo’”. Entretanto, essa autora ressalta “a importância da rua como espaço do encontro e da diversidade, e, não, como espaço da ‘ordem’”, como aparece frequentemente na abordagem da prefeitura do Rio de Janeiro, no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados por esses projetos e relativos à reversão do quadro de degradação urbana, de desordem e de caos na cidade.

⁹² No Brasil, podemos citar o Alphaville, em São Paulo, que tem residências bem próximas dos centros comerciais e o Shopping Downtown, no Rio de Janeiro, “baseado em projeto do escritório de Luiz Paulo Conde, arquiteto e depois prefeito de Rio de Janeiro, que pode ser entendido como um precursor brasileiro do New Urbanism. Nele, aparentemente, há integração com as ruas do bairro: não há barreiras físicas à vista” (GUNN, 2005).

2.5. A REQUALIFICAÇÃO URBANA E O RETORNO AOS PROJETOS URBANOS.

No novo contexto global, com a crise fiscal dos estados e municípios, a arquitetura⁹³, historicamente utilizada como expressão de identidade social e de demonstração de poder ou, ainda, como a materialização de uma determinada ideologia⁹⁴, passa a ocupar um papel preponderante, dada às suas funções simbólica e comunicacional, e a possuir um caráter altamente estratégico nas políticas de marketing urbano⁹⁵, que passam a agir como instrumentos importantes nas questões de gestão urbana, ao buscarem por meio de um conjunto de monumentos espaço-âncoras a requalificação de partes da cidade⁹⁶, com base na construção e na consolidação de uma ‘brand identity’ (identidade de marca)⁹⁷, ou seja, de uma imagem singular de sucesso de um lugar a ser inserida e mantida em um cenário global, considerada capaz de torná-lo atraente aos investidores e aos cidadãos-consumidores e de influenciar seus próprios rumos, captando investimentos em razão da peculiaridade de seus espaços públicos, de sua arquitetura e de seu patrimônio histórico e ambiental, que funcionam como vitrines da cidade ou, ainda, como fortes elementos promocionais da sua imagem competitiva. Nas palavras de Amendola (2002),

⁹³ “A arquitetura [...] tem exemplificado com seus estilos e traços característicos, as diversas faces que assumiu o poder dominante, em diferentes épocas da nossa história. O objeto arquitetônico tem significado ainda a própria concretização da ideologia hegemônica em diversos períodos históricos”. Menezes (1978) acrescenta que, “embora construída com a função primordial utilitária, a arquitetura tem uma função secundária que é simbólica: todos os produtos culturais podem ser legitimamente considerados como construindo sistemas sógnicos (como tal são fenômenos de comunicação) e que, por conseguinte, a arquitetura enquanto componente da cultura é geralmente ‘consumida’ como fato comunicacional, a despeito de sua intrínseca funcionalidade (citado por NETO, 1990, p. 35)” (KAUFFMANN, 1994, p. 45 e 46).

⁹⁴ “O Coliseu de Roma é um ícone importante de ser lembrado, utilizado inclusive como marca da cidade em que se encontra. Sua monumentalidade é tamanha que nenhuma outra edificação próxima consegue capturar a mesma atenção. Se o Partenón foi erguido para louvar os deuses do Olimpo, e agregar uma sociedade que se formava, o Coliseu foi construído para unir a sociedade em torno de eventos comandados por imperadores. Os ícones da Idade Média foram as catedrais, que com sua monumentalidade e forma de ocupação territorial impuseram novas estruturas urbanas para as cidades que começavam a se formar à sua volta. Com o propósito de unir a população em torno da religião, em busca de um Deus supremo e temeroso, elas eram projetadas com uma magnitude que se estende até os dias de hoje em boa parte das cidades européias em que se encontram. É inegável seu apelo formal, com sua concepção em cruz e torres que parecem arrancar o céu. Em torno delas se formaram muitas cidades, desenvolvendo-se uma nova dinâmica imobiliária e espacial” (HAZAN, 2002).

⁹⁵ “No Plano Estratégico a relação entre o poder público e o poder privado baseia-se no discurso neoliberal, que propõe que o Estado não invista nos setores públicos básicos e invista nos setores empresariais ligados à cultura, ao serviço, ao turismo, ao entretenimento, etc. Os projetos de intervenção urbana promovidos pelo city marketing (re)ordenam o espaço metropolitano para adequá-lo às demandas de qualidade de vida urbana e dar-lhe condições de concorrer com outras metrópoles na atração de investimentos e na localização de atividades, sobretudo terciárias” (AMENDOLA, 2002, p. 33).

⁹⁶ “O termo urban renewal surgiu nos EUA em 1929, relacionado a uma política de substituição de habitações precárias existentes nas cidades norte-americanas. Mas foi com o fim da Segunda Guerra que se tornou corrente face à necessidade de reconstruir as cidades européias destruídas pelo conflito e de responder ao déficit habitacional acumulado ao longo das décadas anteriores” (COMPANS, s.d).

⁹⁷ De acordo com Amendola (2002), “as administrações dos governos locais se sentem obrigadas a criar um ‘marketing do lugar’, que permita identificar e promover as vantagens comparativas de cada localidade. Define-se a imagem da cidade e elabora-se uma política de marketing para a mesma” (AMENDOLA, 2002, p. 32).

o princípio do marketing urbano é fortalecer a capacidade das cidades para que estas possam adaptar-se ao mercado, aproveitar as oportunidades e sustentar sua vitalidade. As administrações das cidades requerem um conceito eficaz de marketing para promover novas empresas e manter as empresas existentes, atrair novos residentes, ativar o turismo (atração de visitantes), realizar eventos culturais, desportivos, com relevância regional, nacional e internacional. Na proposta do marketing urbano, a imagem da cidade deve ser mercantil e a imagem localista deve estar na criação da identidade. Na perspectiva estratégica do planejamento urbano, ‘vender’ a cidade tornou-se uma das funções básicas dos governos locais e um dos principais campos de concentração público-privada. O governo local é promotor das chamadas parcerias entre o poder público e o poder privado (AMENDOLA, 2002, p. 32 e 33).

De acordo com Botelho (2005), “por revitalização entende-se as políticas públicas de investimento em áreas delimitadas dos centros urbanos com a finalidade de reverter processos de degradação física e de ‘guetização’ de determinados espaços” (BOTELHO, 2005, p. 57). Para Magalhães (2002), o conceito de revitalização urbana, “quando utilizado para áreas centrais, refere-se muitas vezes a áreas periféricas aos centros, onde os processos de reestruturação econômica das últimas décadas produziram espaços industriais ociosos e áreas de residências proletárias empobrecidas” (MAGALHÃES, 2002). Entretanto, segundo esse autor, o uso generalizado do conceito de revitalização para o centro das cidades pode ser questionado, na medida em que tal conceito “pressupõe uma perda ou ausência de vitalidade das áreas afetadas”. Já o conceito de requalificação urbana, abrange ações de (re)implantação de antigas funções, como habitação, comércio, serviços e cultura, conforme apresentado no conceito de ‘reanimação’, constante do dicionário organizado por Pierre Merlin e Françoise Choay, em 1988, e; ainda, a reutilização do patrimônio existente, o incremento do turismo e do lazer e a preocupação com as possibilidades de otimização dos espaços com a integração de plurifuncionalidade dos usos com equipamentos de escala metropolitana.

Segundo Machado (2004), os espaços urbanos requalificados atendem, sobretudo, “aos interesses dos atores hegemônicos da economia e da política, incorporados plenamente às correntes e aos vetores da globalização”. Dessa forma, o conceito de requalificação urbana está menos ligado à idéia de perda anterior de vitalidade e traz mais clara a idéia de acréscimo de atividades geradoras de ganhos econômicos (receitas) e de melhoria da qualidade dos espaços públicos e privados, podendo ser aplicado de uma melhor maneira em situações onde se trata de alteração das características físicas e da composição social e econômica de áreas ainda ocupadas. Trata-se de desigualdades de um novo tipo, reprodutoras de diferenças, também, de um novo tipo, eivadas de exigências de racionalização instrumental da ação pública, inseridos nos códigos administrativos e em ideários de eficácia (MACHADO, 2004, p. 27) do modelo de planejamento estratégico, envolvendo processos de elitização (gentrification) voltados ao estabelecimento de

novos padrões de organização e de utilização dos espaços e à um melhor desempenho econômico (MAGALHÃES, 2002)⁹⁸. Nas palavras de Amendola (2002),

o Plano Estratégico de Cidades, na verdade, é uma operação de marketing da cidade que tem por objetivo torná-la competitiva para sua inserção na economia global como centro do setor terciário superior. Portanto, as qualidades de vida, a cidadania e a cultura estão, assim, mais relacionadas à questão da imagem para a promoção da cidade junto ao mercado externo e, conseqüentemente, para atrair investimentos, do que para amenizar os conflitos sociais gerados pela escassez de postos de trabalho e pela queda da qualidade de vida, típicos das grandes cidades. A busca dessa imagem está associada à busca da competitividade da cidade na disputa com outras por novos investimentos (AMENDOLA, 2002, p. 33).

Verifica-se, nesse contexto, o retorno dos projetos urbanos pontuais com preocupações formais e de desenho, que ganham importância nos planos estratégicos ao mesmo tempo em que materializam as intervenções urbanas pautadas em novos objetos arquitetônicas monumentais com tipologias pretensamente globais, considerados necessários ao aumento da competitividade urbana, sendo suas funções requalificar os espaços públicos privilegiados e dotá-los de infra-estrutura moderna e de atrativos, sejam estes interativos ou contemplativos, opondo-se às formas tradicionais de intervenção na cidade, relativas ao planejamento racional-funcionalista, ao passo que os governos locais, preservando certas particularidades vinculadas basicamente ao patrimônio, ao estilo arquitetônico e à paisagem urbana, característicos de uma área, intervêm não apenas no aspecto físico territorial, mas por meio de um ‘sistema de ações’ sintonizado com a economia, que incentiva a prática de intervenções no espaço público, que são em alguns casos financiadas exclusivamente por esses governos e, em outros casos, financiadas por meio de parcerias entre o setor público e as empresas privadas (MARQUES DA SILVA, 1999a; 1999b p. 16 e 244; VARGAS, s.d). Fischer (1996) destaca que,

conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identidades e identificações, a cidade é uma mega-organização real e virtual, concreta e simbólica. Já se disse que ‘a organização é uma interação de pessoas, artefatos e natureza. Uma construção onde tijolos, argamassa, trabalho humano, projeto arquitetônico, expressão estética e outros elementos são construídos e (des)construídos, negociados e elaborados’ (SMITH; STBBS, 1995) (FISCHER, 1996, p. 14).

O contínuo processo de (re)invenção dos lugares ou, ainda, de (des)construção do espaço produzido para o fortalecimento de centralidades antigas e a criação de novas centralidades e de paisagens produzidas para o consumo, no entanto, pode levar novamente a

⁹⁸ Entretanto, no pensamento de Zancheti (2003), cabe ressaltar que, nos últimos anos, os projetos de requalificação de áreas históricas têm seguido uma máxima que precisa ser repensada: “conservar é transformar radicalmente”, sendo poucos os projetos “que não propõem mudanças profundas nos tecidos urbanos e nas edificações antigas”, o que para o autor é subordinar a conservação à transformação e, não, conservar, ou seja, gerir a mudança, o que, contudo, não significa negá-la (ZANCHETI, 2003).

uma uniformidade, onde as identidades se perdem em virtude da universalidade dos novos programas emergentes da globalização, que exigem certas feições e qualidades comuns aos edifícios, vistos como mercadorias nesse processo de ‘venda’ da cidade e da cultura, na busca por uma alta liquidez de mercado através das estratégias de marketing urbano. De acordo com Vieira (2003), “a cidade contemporânea, organizada em torno do consumo, se volta para uma busca de neutralização das tensões características da vida cidadina através da promoção de espaços assexuados e homogêneos para a parcela da população que tem determinado poder aquisitivo” (VIEIRA, 2003) ou, ainda, que pode pagar para obter conforto e segurança, mais especificamente, os investidores e os cidadãos-consumidores⁹⁹.

Ainda segundo Lima (2005), “o espaço público e a paisagem urbana passaram a se revelar mais como visibilidade do que como lugar vivido, traduzindo-se como cenário de uma estratégia empresarial e com uma lógica própria e privatizante de intervenção nas relações espaciais, culturais e sociais da metrópole” (LIMA; 2005). Assim, esses projetos de requalificação urbana são normalmente responsabilizados pela fragmentação crescente do tecido da cidade (SÁNCHEZ GARCIA, 2001)¹⁰⁰ e pelo aumento da distância entre integrados e excluídos, já que “a mercadoria-cidade (de luxo)¹⁰¹ tem um público consumidor muito específico e qualificado” (VAINER, 2000, p. 82), gerando, entre outras coisas, um conseqüente aumento da violência, do mercado informal e da ‘precarização’ das relações de trabalho (COMPANS, 1999, p. 113), no lugar da ampliação do acesso a terra urbanizada.

De acordo com Gonzáles e Villavicencio (2006), “nesse tipo de planejamento estratégico¹⁰², os interesses empresariais estão acima da cidade como espaço público e político,

⁹⁹ Para Lima (2005), “com a consagração do espetáculo como substituto ao cotidiano, dispensa-se o humano, cuja presença precária no discurso urbano passou do universal e utópico à distinção sumária entre o incluído e o excluído” (LIMA, 2005).

¹⁰⁰ Sánchez Garcia (1999b) discute o tema da produção do espaço urbano contemporâneo sob a ótica analítica das novas políticas urbanas, particularmente aquelas referentes à promoção das cidades na esfera local, regional e global. De acordo com a autora, “embora as políticas de city marketing desenvolvam campanhas com aparente envolvimento de amplo espectro das populações locais, este envolvimento se dá mais ao nível de formação de um senso comum favorável às mudanças. Entretanto, as coalizões sociais para promovê-la se dão entre os atores hegemônicos: os grandes grupos econômicos em suas novas formas de organização no território (seus principais beneficiários) e o Estado, ora enquanto mediador, ora enquanto parceiro” (SÁNCHEZ GARCIA, 1999b).

¹⁰¹ “Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis” (VAINER, 2006).

¹⁰² “As administrações locais consideram o Plano Estratégico como um instrumento de (re)ordenamento urbano que tem por objetivo redinamizar a economia local e tem por desafio minimizar os conflitos sociais oriundos dos diferentes segmentos da sociedade”. Dessa forma, “o Plano Estratégico é legitimador dos projetos de intervenção e estes são a forma mais acabada da cooperação público-privada e que se auto-denomina como projetos multidimensionais porque teriam a capacidade de reunir a competitividade econômica, a sustentabilidade ambiental e a coesão social” (AMENDOLA, 2002, p. 34 e 35).

constituindo o traço da construção da cidade sem cidadãos”, à medida que “o centro ‘requalificado’ torna-se inviável para seus antigos moradores devido à valorização imobiliária, convertendo-se em mero cenário, em formas e signos vazios diante da impossibilidade de ressuscitar a vida urbana que lhes dava sentido” (COMPANS, s.d.). Segundo Lima (2005), “o discurso sobre o fazer urbano contemporâneo passou da consideração do lugar, do contexto, do cotidiano e da memória à apologia, mesmo que indireta, da forma e da aparência visual na sua condição passiva do espetáculo e da simulação” (LIMA, 2005). Para Limonad (2005), “o que assistimos hoje é, de certa forma, um entrincheiramento das áreas mais desenvolvidas em relação às mais pobres”, já que “a cidade é pensada não mais para o uso de seus habitantes, mas para o consumo global” (LIMONAD, 2005).

No pensamento de Arantes (1998), “a valorização da cultura e das identidades locais deu lugar a uma ideologia da diversidade na qual conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, revelando-se uma maneira de administrar contradições, manter o status quo e esconder a miséria” (ARANTES, 1998). Segundo Vieira (2003), nos espaços “são desprogramados todos os elementos negativos e indesejáveis e programados os elementos positivos para que problemas políticos, sociais e econômicos, que podem gerar reações violentas, não perturbem o clima de normalidade e perfeição” (VIEIRA, 2003). Conforme Lima (2005), “as estratégias contemporâneas de desenho urbano viram de vez as costas contra o espaço livre e indefinido do funcionalismo moderno e, no seu lugar, desenham fortalezas e mega-estruturas arquitetônicas e urbanas”, tais como: “os centros empresariais, os shopping centers e os bairros fechados, completamente interiorizados e sob rígidos esquemas de vigilância” (LIMA, 2005). Para Zukin (1996), o paradigma desta modalidade de espaço é o parque temático da *Disney World*, por constituir-se num dos arquétipos de paisagem e de controle social, que caracterizam bem a contemporaneidade a partir do momento em que “somente as pessoas que detêm poder econômico e mobilidade conseguem acesso à comunicação das imagens dessa ‘paisagem de sonho’ e usufruir desta ‘aventura paga’” (ZUKIN, 1996, p. 206 e 215).

Nas palavras de Lima (2005), “as metrópoles globais contemporâneas passam a ser o território da fabricação de um consenso que, em realidade, é o próprio mascaramento das assimetrias de poder, que confunde público e privado (no seu sentido moderno) numa prática comandada pela parcialidade econômica”. Para esse autor, “as proclamadas parcerias público-privadas representam os guardiões dos espaços qualificados de excelência, mascarando distúrbios sociais e agindo politicamente na ocupação estratégica de áreas intersticiais”. Essas colocações passam a ter sentido, na medida em que tais intervenções urbanas são normalmente

verificadas em espaços com infra-estrutura já instalada¹⁰³ e, conseqüentemente, valorizáveis, em detrimento de outros espaços sem infra-estrutura adequada e, portanto, sem grandes atrativos, fato que reitera a idéia de que a preocupação das autoridades locais não parece girar em torno das necessidades da população, mas em como melhorar os usos e o valor do solo urbano ou, ainda, em alcançar rentabilidade comercial e financeira (receitas) para o setor privado em determinadas partes da cidade, através de uma imagem competitiva, que pressupõe a conciliação de diversos usos (espaços plurifuncionais) na tentativa de resgatá-las, adequando-as funcionalmente ou, ainda, (des)construindo-as para serem novamente integradas ao restante do tecido da cidade e, com isso, o mercado imobiliário¹⁰⁴ realizar um tipo de ‘operação retorno’, pelo fato de outros locais já terem atingido grande saturação (ASCHER, 1994).

Lima (2005) afirma que, não há dúvidas de que a montagem de um cenário local de projeção global com espaços produzidos para o consumo elitizado, traz grandes benefícios à economia da cidade. Entretanto, para esse autor, “a construção real e imaginária de enclaves urbanos (ícones ou imagens-marco) representa e materializa os nós (as novas centralidades) de que a globalização necessita para se conectar territorialmente e para funcionar com eficiência”, trazendo grandes custos (especialmente ao poder público) e, não, “a definição de cidade, de ambiente urbano, como uma instituição coletiva e minimamente democrática. Pelo contrário, o seu propósito é preciso e o seu resultado é desequilibrado, senão perverso para a maioria da população” (LIMA, 2005).

Por fim, Botelho (2005) destaca que, ao lado desses aspectos elitizantes, próximos ao que em outros locais pode ser denominado de ‘gentrification’, o que se observa nas cidades brasileiras é, por um lado, uma interessante articulação entre o discurso da globalização apoiado, sobretudo, no apelo turístico, com uma prática usualmente excludente através da ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte e, por outro, uma resistência a estes processos, com apropriações inovadoras das áreas requalificados por parte dos cidadãos-consumidores desses espaços elitizados (BOTELHO, 2005, p. 69).

¹⁰³ “No que diz respeito aos padrões de adensamento, verifica-se que as áreas com infra-estrutura já instalada tendem a se adensar, enquanto que aquelas sem infra-estrutura ou com infra-estrutura precária vão sendo ocupadas de forma dispersa, normalmente pela população excluída do mercado formal de construção. No caso do Rio de Janeiro, as áreas com melhores infra-estruturas e melhor acessibilidade tendem a se adensarem como já demonstra o que vem ocorrendo na AP2 e AP3, respectivamente Zona Sul, Zona Norte e subúrbios da Central” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 8).

¹⁰⁴ “O regime imobiliário procura (e esta é a grande novidade) concentrar-se nas transformações mais vistosas, as que disporão de maiores investimentos públicos e privados e que serão maximamente valorizados, em poucas áreas que estão sob o controle direto das grandes corporações financeiras, sem qualquer tipo de limitação” (ARANTES, 2000, p. 19).

CAPÍTULO 03. OS ‘SISTEMAS DE AÇÕES’: AS MUDANÇAS NO MODELO.

A análise das mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca, verificadas a partir dos anos 1990, é feita com base no processo de (des)construção do espaço do Rio de Janeiro realizado com o objetivo de reproduzir determinados padrões de empreendimentos voltados aos gostos e modos de vida das classes média e abastada e, ainda, de atender às novas necessidades dos investidores e dos cidadãos-consumidores relativas ao turismo, à produção, à circulação, ao consumo e à informação. Essa parte da pesquisa resgata os principais acontecimentos da experiência brasileira em termos de planejamento urbano, em especial, da carioca, com o intuito de refletir acerca das mudanças nas formas de intervenção no território e de destacar as políticas públicas que sustentaram e organizaram os ‘sistemas de ações’ da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), com seus respectivos ‘sistemas de objetos’. Para tanto, a análise é dividida em três momentos ou buscas: 1) o momento tradicional ou pré-industrial, caracterizado pela busca por uma imagem moderna de cidade; 2) o momento moderno ou industrial, marcado pela busca por uma imagem eficiente de cidade e; 3) o momento pós-fordista ou pós-industrial, assinalado pela busca por uma imagem competitiva de cidade.

Especificamente, é investigada a elaboração dos ‘sistemas de ações’ sustentados e organizados pelas políticas públicas que alteraram as práticas do planejamento urbano carioca que, por sua vez, materializaram o ‘sistema de objetos’ arquitetônicos monumentais do conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’, com destaque para a passagem incompleta do modelo de planejamento racional-funcionalista, que buscava garantir a ordem e a eficiência por meio do zoneamento, para o modelo de planejamento estratégico de cidades, importado de Barcelona, no início dos anos 1990, considerado o novo paradigma de desenvolvimento urbano e que auxilia na compreensão da evolução do planejamento estratégico adotada pelas administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), que propiciaram a valorização desigual de partes da cidade, segundo determinadas estratégias veiculadas por projetos urbanos pontuais ou, ainda, pela ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte, em lugar do alargamento da base democrática por meio da participação de todos os cidadãos na racionalização da ação pública e do desenvolvimento físico-territorial equilibrado, acabando por contribuir para o aumento da fragmentação do tecido da cidade, da pobreza e da desigualdade social, contrários aos objetivos difundidos pelo Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e pelo Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, ambos elaborados para o Rio de Janeiro nesse recorte temporal.

3.1. O MOMENTO TRADICIONAL OU PRÉ-INDUSTRIAL: POR UMA IMAGEM MODERNA DE CIDADE.

No final do século XIX, com a retomada do poder pela oligarquia cafeeira, as frentes pioneiras urbanas impulsionadas por essa economia no planalto fluminense e no planalto mineiro transformaram o Rio de Janeiro no centro político do País e na capital econômica dessa vasta e rica região agrícola, fazendo-se necessário adequar esse espaço urbano às necessidades de criação, de acumulação, de concentração e de reprodução do capital. Do ponto de vista dos ‘sistemas de ações’, o governo federal não possuía até aquele momento um conjunto efetivo de medidas governamentais ao nível do espaço urbano, executando apenas ações localizadas e fragmentadas regionalmente (FERNANDES, 2003, p. 106).

O período marca a gênese do processo de industrialização na cidade do Rio de Janeiro, o que levou a transformação radical da forma da cidade, que passou a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais¹⁰⁵, à medida que: os usos e as classes ‘nobres’ tomaram a direção dos bairros servidos por infra-estrutura urbana, em especial àqueles da Zona Sul; as atividades comerciais e financeiras tenderam a se concentrar no núcleo central e; os usos residenciais e industrial-atacadistas saíram do Centro e se instalaram em bairros na sua periferia (BAHIA, 2000, p. 41; FRIDMAN, 1980, p. 43; STROHAECKER, 1989, 70 e 72; MONTEIRO, 1998, p. 39), “enquanto que, para o subúrbio, passaram a se deslocar os usos ‘sujos’ e as classes menos privilegiadas” (ABREU, 1988, p. 35).

Essa urbanização não se caracterizou apenas pela multiplicação de fábricas, pela ascensão da burguesia industrial e pela valorização do capital, sobretudo, o estrangeiro, que a sombra dos privilégios concedidos pelo Estado Imperial, apossou-se de grandes fatias do urbano, mas, principalmente, pelo esgotamento do sistema escravista em virtude do conseqüente declínio da atividade cafeeira na província do Rio de Janeiro e do grande afluxo de imigrantes estrangeiros, o que ocasionou o incremento do contingente urbano, o adensamento dos cortiços e o recrudescimento das epidemias de febre amarela (ABREU, 1988, p. 57; BENCHIMOL, 1990; KAUFFMANN, 1994; ABREU, s.d.)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ A introdução dos ‘ônibus’ muito contribuiu para a expansão do tecido urbano possibilitando a separação gradual, a princípio, e acelerada, depois, dos usos e dos grupos sociais que se aglutinavam no antigo espaço colonial. Já no final da primeira metade do século, beneficiadas pela ação do poder público, que abria e conservava as estradas e os caminhos que demandavam os arrabaldes da cidade, as classes de renda mais alta, com poder de mobilidade, puderam se deslocar do antigo e congestionado Centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia da Glória), Botafogo (freguesia da Lagoa) e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho) (STROHAECKER, 1989, p. 68 a 70; ABREU, 1988, p. 37).

¹⁰⁶ O final do século XIX é comandado pelo capital mercantil imbricado com o capital financeiro internacional, que injetou grandes recursos, em especial, em São Paulo, diferenciando a economia paulista das demais e ampliando as contradições entre frações da burguesia e partes da sociedade. É o momento do nascimento do capitalismo no Brasil,

Simultaneamente ao crescente processo de expansão e ao agravamento das condições de vida urbana no antigo núcleo, a cidade passou a ser tematizada como uma questão ou, ainda, como um objeto de estudo ‘coisificado’ como corpo humano a ser investigado pela medicina, que se torna, segundo Pechman (1996) apud Kauffmann e Abreu (s.d.), “referência fundamental na articulação de um pacto entre os grupos oligarcas dominantes, ‘enquadrando novos e velhos grupos citadinos à dinâmica de uma cidade em transformação e que entronizava os princípios higienistas como norma de comportamento social’ (PECHMAN, 1996)” (KAUFFMANN; ABREU, s.d.), fatos que levaram ao surgimento de um grande número de projetos urbanos elaborados por médicos e sanitaristas, cujos ‘sistemas de ações’ baseavam-se na alteração do uso e na ocupação do solo, especialmente, no trecho correspondente a atual área central da cidade.

A crise de 1888 e a Proclamação da República, em 1889, geraram mudanças profundas na economia da cidade, a começar pela função do porto, que de maior exportador de café passou à grande importador de produtos destinados ao consumo, não só da populosa cidade, como de sua vasta zona tributária. Nesse contexto, foi instituído o primeiro plano urbanístico do Rio de Janeiro, o Plano Geral de Viação (1890), cujo ‘sistema de ações’ voltava-se ao embelezamento da área central, local de moradia, tanto dos comerciários, quanto dos operários, e à melhoria das condições de saneamento e de circulação, através do alargamento, da abertura de várias ruas e da vacinação obrigatória contra a febre amarela, com vistas a modernizar o Rio de Janeiro a partir de um processo de renovação urbana e da construção de uma imagem moderna de cidade, capaz de inseri-la na economia internacional e de atrair investimentos externos.

A primeira década do século XX representou uma época de grandes transformações, em especial, durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), nomeado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), que juntos sustentaram e organizaram um ‘sistema de ações’ que buscou a superação da antiga fisionomia colonial escravista da cidade por meio de uma imagem do Rio ‘moderno’ condizente com os valores das elites dirigentes da época e do ajuste de seu espaço numa capital aos moldes franceses¹⁰⁷. Esse processo de (des)construção do espaço produzido para o atendimento das necessidades “reais de criação, concentração e valorização do capital ou, ainda, para a transformação da ‘cidade colonial escravista’ em ‘cidade moderna

de grande dinamismo econômico que, por sua vez, vai suscitar o aparecimento de uma série de outras atividades econômicas não primárias, em razão da necessidade de diversificação. Nesse mesmo período, apesar de não termos uma industrialização propriamente dita, com a implantação da energia elétrica, deu-se origem ao que se pode chamar de primeiro impulso industrial. Paralelamente com o surgimento da água encanada, desponta os setores têxteis, de papel e de velas, entre outros.

¹⁰⁷ “Em meados do século XIX, as grandes reformas de Paris, promovidas por Haussmann, forçam um novo olhar sobre a cidade [...]. O olhar moderno deixa de ver a cidade como unidade, passando a senti-la como palco da simultaneidade e da montagem, aí subentendida a idéia de fragmento” (GASTAL, 2006, p. 67).

capitalista” (BAHIA, 2000, p. 42)¹⁰⁸, tinha por objetivo a atração de investidores estrangeiros, através do atendimento simultâneo por parte da municipalidade dos interesses estratégicos do capital e das suas próprias conveniências econômico-financeiras. Para tanto, a administração pública promoveu uma grande reforma urbanística embasada no plano de intervenções elaborado pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 1875, mas implementado somente a partir de 1902 e que contou com dois importantes instrumentos de regulação urbanística: os Projetos de Alinhamento - PAs e os Projetos Aprovados de Loteamentos - PALs.

O ‘sistema de ações’ organizado pela administração do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) buscou preparar o Rio para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil, realizando várias obras, com destaque para o desmonte do Morro do Castelo, sítio histórico e berço da urbe no século XVI, ‘em nome da aeração e da higiene’, removendo inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções ali existentes, e liberando, assim, uma enorme área próxima à Avenida Rio Branco para a reprodução e a valorização do capital. A gestão do prefeito Alair Prata (1922-1926)¹⁰⁹, regulamentou as construções no Distrito Federal, separando áreas para moradia, comércio e indústria (ARANHA, 1996), em razão do processo de industrialização do País, em especial, após o domínio da tecnologia do concreto armado, novo elemento de construção que deu origem a um surto de prédios com mais de seis andares, transformando sensivelmente a morfologia da cidade.

O prefeito Prado Júnior (1926-1930) preocupou-se em criar e desenvolver um ‘sistema de ações’ que permitisse à prefeitura e às classes dominantes da República Velha controlar o processo de crescimento da cidade, sendo sua maior realização a elaboração do ‘Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade’ (1926)¹¹⁰, produzido pelo

¹⁰⁸ De acordo com Bahia (2000), “o fato do Rio de Janeiro ser capital exigiu que a sua reforma urbana adaptasse a cidade às novas condições da nação, cujo rápido crescimento da produção cafeeira a projetava na economia internacional, requerendo uma nova organização do espaço urbano”. A aplicação deste processo de intervenção higienística/urbanística em busca da modernidade européia tinha por objetivo resolver as contradições da cidade, ou seja, “criar uma nova cidade, que simbolizasse, pelo seu desenho urbano, a importância do País como principal produtor de café do mundo” (BAHIA, 2000, p. 42), gerando uma verdadeira transformação no espaço urbano carioca, com base no Plano de Embelezamento e Melhoramentos para o Centro urbano, herdeiro da forma urbana monumental, que se materializou através de uma sucessão de medidas pontuais destinadas ao remodelamento e ao saneamento da cidade, que consistiram basicamente: 1) na melhoria e no embelezamento da cidade (leia-se indução para a produção e a concentração de capital); 2) na necessidade de saneamento (leia-se a reprodução da força de trabalho e sua divisão funcional em classes); 3) na melhoria da viação urbana (leia-se otimização do sistema de transporte e de circulação de mercadorias e de força de trabalho) (BAHIA, 2000, p. 42).

¹⁰⁹ Esse período caracteriza-se, ainda, pelo declínio das grandes plantações nos subúrbios do Rio de Janeiro, pela tendência à estagnação da produção secundária, por uma política anti-industrial por parte do Governo, pelo Movimento Tenentista, pela Semana de Arte Moderna (LOBO, 1978, p. 532) e pela renovação urbana no Centro e na Zona Sul, bem servidos de infra-estrutura, em detrimento da periferia carente, que servia de local de moradia às populações mais pobres e onde a ação do Estado era praticamente nula (ABREU, 1988, p. 82).

¹¹⁰ O Plano Agache, principal realização da administração do prefeito Prado Júnior (1926-1930), foi considerado o primeiro plano totalizador, onde se ensaiam os primeiros passos do urbanismo no Brasil, com base no modelo de

urbanista Alfred Agache¹¹¹, que oficializou a “separação das classes sociais no espaço: ricos para um lado, pobres para outro, refletido no enfrentamento da questão da favela, vista como um mal social e estético e, neste sentido, o remédio seria erradicá-la” (ABREU, 1988, p. 87).

Até a década de 1930, o processo de urbanização no Brasil foi conduzido de forma liberal, com reduzida participação do Estado e através de empreendimentos privados de grande porte, especialmente de empresas concessionárias de serviços públicos e de urbanização¹¹², sendo os ‘sistemas de ações’ voltados para as obras públicas prioritárias, entre elas: o alinhamento, a pavimentação de algumas ruas e o alargamento de outras¹¹³. Verifica-se nesse período: o rápido crescimento da cidade em direção à Zona Sul; o aparecimento do automóvel e; a sofisticação tecnológica do bonde elétrico, que servia às áreas urbanas e que intensificou a segregação da cidade com a destinação das zonas urbanas para as classes alta e média e das áreas suburbanas para a classe baixa (ABREU, 1988, p. 59 e 60; REZENDE, 2002; STROHAECKER, 1989, p. 92, 93 e 95)¹¹⁴. De acordo com Ribeiro e Cardoso (1996), as intervenções realizadas no Rio de Janeiro durante a República Velha basearam-se no discurso produzido por suas elites e no

planejamento racional-funcionalista (progressista), já que não se restringia ao Centro histórico, tratando de outras zonas e identificando que existiam pobres dentro da estrutura urbana (favelas), apesar de ser isento de todo debate político relativo às questões sociais. Em resumo, “o Plano Agache expressava os interesses das classes dominantes da República Velha de controlar a contraditória forma urbana, segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço, principalmente no Centro e na Zona Sul” e, por envolver custos vultosos, não foi implantado a essa época, embora tenha tido vários de seus projetos concretizados nas décadas seguintes. (BAHIA, 2000, p. 46).

¹¹¹ “Alfred Agache, arquiteto (ou arquiteto e urbanista), se autodenomina como criador do termo (AGACHE, 1931), e conceitua o Urbanismo como: ‘uma ciência e uma arte e, sobretudo, uma filosofia social. Entende-se por urbanismo, o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras” (CARVALHO SANTOS, s.d.).

¹¹² “Combinando seus interesses privados e integrando suas ações foram responsáveis pela criação de novos bairros, especialmente ao longo de áreas cobertas por serviços públicos de transportes (trens urbanos e/ou bondes) e, dessa forma, atendiam e simultaneamente induziam o crescimento das cidades, que, ademais, não apresentavam crescimento exacerbado ou contraditório com as possibilidades de incremento de serviços, que essas empresas podiam oferecer ao processo de expansão e crescimento urbanos” (FERNANDES, 2003, p. 94).

¹¹³ As administrações municipais que sucederam a Pereira Passos estabeleceram um padrão de evolução urbana de consolidação de uma estrutura núcleo/ periferia. Para Cano (1986), com o esgotamento da economia cafeeira, no início do século passado, os excedentes ali produzidos foram transferidos para as atividades industriais, que começaram a despontar no País, motivadas pela elevação da taxa de câmbio, encarecendo os produtos importados e, com isso, tornando possível a internalização de parte das importações. Ao lado disso, o próprio processo da urbanização ampliou os mercados para a expansão da pequena indústria nascente no País, denominada industrialização restringida por tratar-se de setores ligados à Indústria leve (tecidos, calçados, pequenos artefatos de metal, etc.) (CANO, 1986).

¹¹⁴ A década de 1920 corresponde a uma crescente estratificação do espaço urbano carioca, em virtude da acelerada urbanização da cidade, que cresce de forma tentacular e descontínua, movimento acompanhado pelo desenvolvimento das redes de infra-estrutura e da expansão dos serviços de transportes, que passam a servir “diferentes zonas da cidade, mas com pesos diferenciados segundo as classes sociais, deixando ‘buracos’ no território” (KLEIMAN, 2006). Desse modo, “as fontes de trabalho estendem-se para além da área central da cidade, na direção da Zona Sul, que se desenvolve, e para os subúrbios, para onde as indústrias se deslocam”, resultando no aumento das distâncias entre o local de trabalho e o de moradia (BAHIA, 2000, p. 47).

ideal de modernidade e materializaram-se pela ação do Estado através da adoção de modelos externos, cuja marca mais forte foi o processo de exclusão das camadas populares das áreas onde tais intervenções foram efetuadas (RIBEIRO; CARDOSO, 1996)¹¹⁵. Para Gastal (2006),

a modernidade nos seus primórdios agregará a indústria, pela primeira vez, um olhar sombrio do imaginário sobre a cidade, quando o trabalho da máquina significou, por um lado, a sua riqueza e uma maior autonomia econômica em relação ao rural, mas, por outro, a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida nas metrópoles, dois significantes em tensão. O novo momento industrial abandona o imaginário que vê a cidade como palco da igualdade e da democracia, para vê-la como local do precário, do sujo, do desqualificado”. Se as matrizes grandes avenidas e edifícios tinham em comum, no primeiro momento, a exaltação ao espaço público como significantes do encontro, da troca (de mercadorias, de bens simbólicos, de crenças, de saberes e de história) e da celebração, a mudança mais radical em relação à matriz indústria é que ela, ao contrário das anteriores, que privilegiaram o espaço público e a socialização, constituir-se-á em espaço privado, [...] reforçando o individualismo como significante. A inter-relação complexa desses significantes (encontro, troca, sacralidade, teatro, monumento e riqueza) marcará a cidade, pois eles transparecem no espaço concreto na forma de prédios e na distribuição espacial e dão-se à sensibilidade como imagem (GASTAL, 2006, p. 75).

A partir de 1930, o ‘sistema de ações’ do governo voltou-se para a modernização do Rio de Janeiro com base em um modelo urbanístico racional-funcionalista (progressista, tecnocrático, centralizado, autoritário e burocrático) de gestão normativa e baseado em políticas urbanas de contenção e desconcentração, voltadas para limitar ou, ainda, ordenar o crescimento das cidades, a reprodução da força de trabalho, os equipamentos de consumo coletivo, os movimentos sociais urbanos e a racionalização do uso do solo. De acordo com Kleiman (2001), a partir desse período, o Estado desempenhou o papel simultâneo de centro político e econômico, para onde se dirigiam tanto demandas, como induções de todas as forças presentes no processo de urbanização, emergindo como o mais importante agente na modelação do solo urbano, pautando sua ação como organizador, através de políticas habitacionais, de transportes e de saneamento, e como regulador, por meio da legislação dos planos, dos códigos de obras e do zoneamento desenvolvidos para a produção do espaço urbano¹¹⁶ (KLEIMAN, 2001).

¹¹⁵ Tendência que se confirmou no modelo metodológico sócio-segregativo proposto pelo Plano Agache, onde: o Centro seria expandido e embelezado com o fim das favelas e dos cortiços, deslocando essa população operária para a Baixada Fluminense, além de subdividido em áreas funcionalmente distintas, tais como: o Bairro das Embaixadas, os Jardins do Calabouço, o Centro de Negócios propriamente dito (Castelo), o Centro Bancário (limitado pelo quadrilátero formado pela Avenida Rio Branco e pelas ruas 1º de Março, Sete de Setembro e Candelária), o Centro Administrativo (na freguesia de Sacramento) e o Centro Monumental (em Santo Antônio), sendo que a construção dos dois últimos exigiria um grande número de desapropriações, afetando os bairros centrais de baixa renda, que haviam sobrevivido às reformas Passos, Frontin e Sampaio (ABREU, 1988, p. 86 e 87; FRIDMAN, 1980).

¹¹⁶ Cabe ressaltar que, a ênfase na ação do Estado acabou por nublar o papel dos outros agentes diretamente ligados a essa produção “por terem o espaço urbano como objetivo da valorização de seus capitais (o capital incorporador e da construção civil pesada), tendo ficado obscurecidos tanto suas práticas, como os feitos dos mesmos sobre o espaço construído”, cabendo ao Estado (como condensador de relações políticas) mediar a incorporação de novos atores (burguesia industrial), sem desalojar os antigos (oligarquias rurais), e a emergência de um proletariado

3.2. O MOMENTO MODERNO OU INDUSTRIAL: POR UMA IMAGEM EFICIENTE DE CIDADE.

Os planejadores urbanos que atuaram nesse momento, nas palavras de Gastal, (2006), tiveram como utopia retomar na cidade a unicidade, ou seja, olharam a metrópole como totalidade e, sob tal lógica, definiram os espaços a serem pensados e projetados. Dessa forma, muitas leis municipais consolidaram essa ideologia racionalista, que desconhece as especificidades e as peculiaridades dos lugares e a importância dos signos que, acumulados no urbano, demarcaram a utopia de cidade. O impulso modernizador e a estética resultante tiveram por características a repressão da significação do capital simbólico no espaço público, “substituindo o historicismo ligado à arquitetura, que demarcava o prestígio social, econômico e político dos ocupantes dos prédios, por formas abstratas de representação: a racionalidade finalmente transposta em estética” (GASTAL, 2006, p.68).

O governo do presidente Getúlio Vargas¹¹⁷, com o intuito de imprimir sua marca nos ‘sistemas de objetos’ do Rio de Janeiro, a essa época capital do País, elegeu como prioridade do seu ‘sistema de ações’ a construção de palácios para abrigar as sedes dos ministérios e dos órgãos públicos (CAVALCANTI, 2001, p. 13), de forma que esses ícones ou imagens-marco pudessem traduzir o novo momento político, que deveria adequar o Rio de Janeiro à economia local que se formava, ou seja, às necessidades de uma economia capitalista, a qual o Brasil se conectava, cuja face de poder foi representada pela monumentalidade dos pilotis, dos *brise-soleils* e das plantas livres, códigos da Arquitetura Moderna¹¹⁸, propalada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer, cujo ideário inspirado em Le Corbusier¹¹⁹ e sua Equipe e no International Style,

urbano, “o que lançaria as bases de um denominado ‘pacto populista’, que se perdura entre 1930 e 1964” (KLEIMAN, 2001).

¹¹⁷ Esse período do governo Vargas é caracterizado pela acelerada modernização e pela industrialização do País (SEGRE, 2003c), subsidiada pelos capitais das novas classes sociais que surgiram em decorrência deste processo, juntamente com o capital proveniente da produção agrícola, em especial, a cafeeira (já em declínio) e de pequenos negócios, trazendo em seu bojo o progresso como imposição de uma nova ordem econômica, social e cultural, “almejado pelas nossas elites como reprodução de um modelo e vida de estilo europeu” (MARTINS, 1997, p. 1) e, conseqüentemente, “de rupturas estruturais internas e externas, implicando na derrota (não se trata propriamente de liquidação) do Estado oligárquico” (IANNI, 1977, p. 13 e 14).

¹¹⁸ Conforme Mahfuz (2002), “a história da arquitetura dá evidências de que até hoje só houve dois sistemas formais completos: o classicismo e o modernismo. A diferença básica entre o classicismo e o modernismo é a substituição da imitação pela construção formal como critério de formação de objetos arquitetônicos. A adoção de modelos dá lugar à interpretação do programa como principal elemento estimulador da forma e âmbito de possibilidades na ordenação do espaço habitável. A partir desta caracterização genérica da Arquitetura Moderna, a vertente brasileira pode ser vista como particularização de um modo de conceber a forma artística essencialmente diferente do classicismo, que havia dominado os quatro séculos precedentes e, ainda, era o paradigma dominante nas primeiras décadas do século XX” (MAHFUZ, 2002).

¹¹⁹ “Para Le Corbusier, mais conhecido na época pelos livros e pelas conferências do que por seus projetos realizados, a atuação no Brasil parecia a oportunidade de realizar idéias não saídas da prancheta no estratificado campo francês de arquitetura, fortemente dominado pelos arquitetos da École des Beux Arts. O apoio de setores

pode ser verificado nas formas do Ministério da Educação e Saúde¹²⁰ (1937-1943), “o mais importante dos prédios estatais que alteraram a imagem do Rio de Janeiro” (KAUFFMANN, 1994; CAVALCANTI, 2001, p. 14). Esse período no qual a cidade viu-se impelida a se reorganizar para enfrentar as novas propostas de produção, de distribuição e de consumo, caracterizou-se, ainda, pela proliferação das favelas na cidade, pelo adensamento populacional dos subúrbios mais distantes (ABREU, 1988) e pela verticalização urbana com o surgimento de prédios de apartamentos¹²¹, aceitos inicialmente com certa relutância, mas consolidados aos poucos, abrindo caminho para a aceitação dos ‘sistemas de objetos’ constituídos pelos arranha-céus da Arquitetura Moderna, que serviram para a concretização dos marcos representativos do poder na ditadura do Estado Novo¹²², tornando significativo o fato de que um número expressivo de edificações de caráter estatal, construídas após o Golpe de 1937, tirasse partido do impacto causado por essa arquitetura para firmar suas posições no cenário político (ALVAREZ, 1991; REIS FILHO, 1987; KAUFFMANN, 1994, p. 22; MARQUES; MOREIRA, 2007)¹²³.

A partir dos anos 1950, a participação do Estado no processo de desenvolvimento nacional se fez ainda mais acentuada, sustentando e organizando ‘sistemas de ações’ com vistas a atuar: 1) na constituição dos setores básicos necessários para fomentar a industrialização pesada (constituição de um parque produtivo de setores como a siderurgia, a hidroelétrica e a petroquímica); 2) na criação de novas cidades no fomento aos pólos industriais existentes; 3) na provisão dos bens e dos serviços, que pelo seu caráter de invisibilidade serviram tanto ao processo produtivo (criação da infra-estrutura básica e da política viária), quanto às condições necessárias à reprodução das relações sociais (a política habitacional e a política de saneamento)

governamentais nos trópicos oferecia-lhe a chance para demonstrar a ‘universalidade’ de suas propostas, distante das dificuldades cada vez maiores de uma Europa às vésperas da guerra” (CAVALCANTI, 2001, p. 367).

¹²⁰ Em 1936, “o ministro Capanema tomou duas decisões que influenciaram de forma decisiva as feições da cultura brasileira, tal como a conhecemos hoje. Decidiu não construir o projeto em estilo ‘marajoara’ de Arquimedes Memória, vencedor do concurso público para a nova sede do Ministério da Educação e Saúde, convidando Lúcio Costa, que acompanhado de uma equipe ‘moderna’ brasileira e com a consultoria de Le Corbusier, edificou um prédio que se tornou um ‘clássico’ da arquitetura do século XX” (CAVALCANTI, 2000, p. 12).

¹²¹ “Além das reformas e da destruição da malha urbana tradicional, a Arquitetura Moderna traz consigo um alto custo ecológico, por seu consumo de energia e pela utilização de recursos naturais não renováveis, além de construir prédios frágeis, com uma rápida perecibilidade” (GASTAL, 2006, p. 127 e 128).

¹²² O período ditatorial do Estado Novo (1937-1945) foi marcado pelo autoritarismo e pelo crescente distanciamento entre o corpo legislativo e o aparelho executivo do Estado. Foi marcado, ainda, pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a maioria das medidas governamentais foi no sentido de incrementar a indústria e liberar o comércio entre as regiões, em razão das dificuldades de importação de manufaturados durante a guerra, fato que levou o governo municipal a permitir a localização indiscriminada das indústrias no subúrbio, o aproveitamento de terrenos baldios e a transformação de antigos casarões residenciais, já providos de infra-estrutura.

¹²³ Esse fato explica certos traços característicos nos edifícios públicos nessa fase, inspirados no racionalismo de Le Corbusier, tais como: a estrutura independente, a liberdade no tratamento das fachadas, a grande força de expressão, o traço de monumentalidade (em geral isolados), a grandeza e distinção para que preenchessem perfeitamente seu papel (BRUAND, 1981, p. 114 e 115).

(FERNANDES, 2003, p. 99). Intensificaram-se as contradições do planejamento e do uso do solo na cidade do Rio de Janeiro, “tanto pelo aumento de densidade populacional da Zona Sul e a concentração de inúmeros investimentos privados, como pela necessidade de diversificação das escolhas de valorização do capital na cidade como um todo” (BAHIA, 2000, p. 49).

No que diz respeito à arquitetura, o estilo moderno caracterizado pela simplificação e pela massificação das construções, constituiu-se na solução para um novo problema: a habitação popular, que deveria se destinar a “abrigar a enorme quantidade de pessoas pobres que acorriam para as cidades naquele começo de processo de industrialização” (CAVALCANTI, 2001, p. 14). Quanto ao planejamento urbano, as administrações da cidade foram marcadas por ‘sistemas de ações’ voltados à renovação urbana por meio da destruição do antigo para a construção do novo, que já ocorria desde o início do século, destacando-se a primazia do transporte individual, que levou à abertura de vias expressas nos tecidos antigos, provocando demolições e alterações na forma-função de diversos bairros e, em especial, na área central, que perdeu população residente, chegando a ser proibida, na década de 1970, a construção de unidades residenciais na área comercial e financeira (MAGALHÃES, 2002)¹²⁴. Esse período foi marcado, também, pela construção de Brasília, cidade projetada por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Com a inauguração de Brasília, projeto urbano que “correspondia a uma objetivação concreta do desejo de progresso e de um futuro melhor” (CAVALCANTI, 2001, p. 25), e a conseqüente transferência do Distrito Federal, em 21 de abril de 1960, antigo projeto da mudança da capital para promover o desenvolvimento do interior e a integração do País, foi criado o Estado da Guanabara, perdendo o Rio de Janeiro muitas de suas principais funções ligadas à administração pública, o que não significou apenas a perda de status, mas um esvaziamento de sua importância nacional e de uma extraordinária fonte de dinamismo, contribuindo enormemente para a diminuição do poder econômico da cidade¹²⁵, ao passo que a estrutura administrativa composta pelos ministérios, secretarias e empresas estatais, foi sendo

¹²⁴ Foram iniciadas, ainda nesse período, as obras de desmonte do Morro de Santo Antônio (um projeto já antigo), que permitiria tanto a criação de terrenos muito valorizados em plena área central, como forneceria a ‘matéria-prima’ necessária à construção de um grande aterro, o Aterro do Flamengo, que, acompanhando o traçado da antiga Avenida Beira Mar, serviria de base à construção de vias expressas ligando o Centro a Copacabana. Com o intuito de dar prosseguimento a essas vias expressas na área central da cidade, essa mesma administração criou o Serviço Técnico da Avenida Perimetral, que deveria ligar a parte terminal das vias expressas construídas sobre o aterro com a Avenida Brasil, através de elevados e túneis subterrâneos (ABREU, 1988, p. 131).

¹²⁵ Segundo Mahfuz (2002), “concomitantemente, houve uma redução considerável no número de encargos públicos e de instituições privadas. Coincidência ou não, o declínio do patronato estatal e a percepção de uma queda na qualidade da nossa arquitetura acontecem quase ao mesmo tempo. Isso não quer dizer que só se possa fazer boa arquitetura sob o amparo do Estado, nem que toda a arquitetura originada por programas governamentais seja de alta qualidade, mas é fato incontestável que a melhor produção coletiva já realizada no Brasil respondia a um grande número de encargos públicos e de parte de instituições para as quais a arquitetura ia muito além do seu valor comercial” (MAHFUZ, 2002).

paulatinamente transferida para a nova capital, o que provocou uma queda no Produto Interno Bruto - PIB da região, fatos que atingiram a área central, onde grande parte da burocracia federal estava localizada¹²⁶.

O ‘sistema de ações’ utilizado pelas administrações municipais do Rio de Janeiro no momento moderno ou industrial caracterizava-se pelo Estado controlando as esferas produtivas e reprodutivas através do ordenamento da cidade e investindo de forma maciça em infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos nas áreas de maior renda, em nexos com os interesses imobiliários e em detrimento das reais necessidades da maior parcela da população, além de organizar o planejamento e o uso do solo urbano, omitindo-se ou atendendo apenas a necessidade única de reprodução da força de trabalho nas áreas de menor renda, o que fez prevalecer o maior poder aquisitivo e a força de exclusão (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b; MARQUES DA SILVA, 1999a, p. 242; VAINER, 2000; PAVIANI, s.d.).

O ‘sistema de ações’ da gestão de Carlos Lacerda (1960-1965) destacou-se por uma grande reforma com os objetivos de descentralizar as tarefas executivas e de elaborar um plano para o Estado assinado pelo arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiadis¹²⁷, cuja imagem buscada era a de uma cidade eficiente, baseada em princípios de racionalidade e, não, de beleza, como um típico plano diretor, e que tinha por objetivo delinear os principais problemas e estabelecer estratégias para a obtenção de soluções em longo prazo, que, além de privilegiar o transporte rodoviário e de reforçar as práticas de ‘cirurgia urbana’ do início do século, tratassem da descentralização das atividades, sugerindo em razão da carência de terra urbana na área central do Rio: uma vasta rede de rodovias (free-ways); obras de grande porte, como os túneis Santa Bárbara e Rebouças; a expansão urbana estabelecendo um modelo aproximadamente linear de povoamento urbano na direção das vias de transporte da Zona Norte; além de um novo CBD

¹²⁶ A cidade do Rio de Janeiro se beneficiou desde 1763 da sua posição de sede do governo federal com a presença da burocracia, que gerava um importante aparato de atividades terciárias e de membros do governo, fato que contribuiu para a expansão da renda gerada no sistema. Até 1960, o Rio de Janeiro manteve-se como o principal centro comercial e financeiro do País, ocupando um importante papel no cenário nacional, apresentando outras especificidades como o porto e um espaço propício ao capital financeiro, apesar de não apresentar uma relação café x indústria dinâmica, perdendo posição relativa para o estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que os setores público e terciário continuavam avançando, fato que impediu o estado de cair numa crise econômica significativa. A indústria paulista voltou-se para o exterior, em oposição à do Rio de Janeiro, voltada para o mercado interno, dependente de outros setores, inferior à de São Paulo e muito sensível às variações de renda da população, não gerando, nela mesma, renda para alavancar a economia, muito amarrada ao setor terciário, à terceirização, notadamente metropolitana, e à informalidade.

¹²⁷ O Plano Doxiadis, publicado em 1965, destinava-se à reformulação das linhas mestras do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, seguindo o modelo de estratificação social do espaço tal como o Plano Agache, ‘remodelando’ a cidade a partir de inúmeras obras que afetaram principalmente os mais pobres, com vistas a prepará-la para o crescimento esperado até o século XXI. Conforme Bahia (2000), “é com este plano que a cidade retorna ao seu curso original (baseado na separação das classes sociais no espaço) uma trajetória que havia sido apenas temporariamente alterada durante o período populista do primeiro governo de Getúlio” (BAHIA, 2000, p. 50).

(Central Business District) em Santa Cruz, na Zona Oeste, seguindo a tendência geral de espraiamento das cidades e de abandono de seus centros históricos (MAGALHÃES, 2002).

No início dos anos 1970, a crise do petróleo¹²⁸ e o seu impacto nos mercados financeiros provocaram uma reestruturação, que implicou em novas relações entre o capital e o trabalho. Dessa forma, a máxima racionalização do fordismo, sustentada por um conjunto de mecanismos rígidos e dependentes de grandes investimentos em capital fixo, produção e consumo em massa, de mercado e de relações estáveis, da proteção social e da política inflacionária do Estado, impulsionou uma verdadeira ‘fuga’ das fábricas, materializada no aumento de ondas de greve, do trabalho informal, dos contratos terceirizados, no crescimento de pequenas e médias empresas e no desaparecimento do discurso do pleno emprego, que deixa de fazer parte da lógica econômica, a favor de um exército de trabalhadores sem ocupação.

Esse período coincidiu, ainda, com uma fase de grande expansão da economia e da consolidação do regime militar conhecido como ‘milagre econômico’, tendo sido marcada por um polêmico ‘sistema de ações’, que se caracterizou: pelo aumento do gabarito para construção em diversos bairros¹²⁹; pela elaboração do Plano Piloto para a Barra da Tijuca de autoria do arquiteto Lúcio Costa; pela criação da Auto-Estrada Lagoa-Barra para melhorar o acesso a essa área; pela promoção do trabalho de urbanização das favelas; pela Lei Complementar n.º 20/1974, que determinou a fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, criando o novo Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro (1975); pelo internacionalismo das torres de vidro do capital financeiro, devidamente americanizadas, como os edifícios da Avenida Chile: as sedes do BNDES, Petrobrás e BNH, que marcaram a área central da cidade e alguns daqueles bairros que abrigavam as novas centralidades, onde a monumentalidade e a verticalidade serviram de ícones ou de imagens-marco representativos da eficiência e da pujança do Brasil, que o Governo e o poder hegemônico de então se preocupavam em demonstrar¹³⁰.

¹²⁸ “Os choques energéticos que atingiram a economia mundial na década de 1970 provocaram medidas de políticas econômicas difusas de acordo com a interpretação de sua importância pelos governos nacionais. O chamado 1º choque do petróleo, ocorrido em 1973, quadruplicou o preço do produto, já o 2º choque dobrou o preço do barril e ocorreu no fim de 1979” (MENDES, 1998, p. 57).

¹²⁹ “Após a consolidação do padrão de ocupação da Zona Sul em meados de 1970, percebe-se um movimento de desconcentração espacial da atuação dos capitais imobiliários. Até então, a atividade imobiliária capitalista concentrava sua atuação nas três regiões da Zona Sul: Botafogo, Copacabana e Lagoa” (PULICI, 2006, p. 63).

¹³⁰ Nesse contexto, a arquitetura e o urbanismo modernista, que marcaram praticamente todo este século, que tiveram em Le Corbusier, seu expoente máximo, e que perduraram no período de 1920 a 1970, contribuindo para o desenvolvimento da cidade fordista, refletindo uma forma particular de urbanização baseada na divisão do trabalho no setor produtivo, no conceito de economias de escala e no aumento da produtividade através do desenvolvimento dos transportes e das comunicações, foram sendo cada vez mais criticados pela excessiva padronização, pelo alto poder de transformação, pela perda de identidade das mega-cidades, pelas deseconomias geradas pelas ‘decadências’ dos centros tradicionais e por não mais atenderem às novas necessidades econômicas (MAGALHÃES, 2002).

Surgem as primeiras críticas ao movimento moderno, apesar das boas intenções de seus ‘sistemas de ações’, aliados à qualidade arquitetônica de seus ‘sistemas de objetos’, em razão do planejamento em grande escala da cidade moderna, com base em uma espécie de produção em massa estandardizada, expandindo-se por territórios cada vez mais vastos, sem correspondência com as condições necessárias a uma melhor qualidade de vida e configurando um espaço altamente segregado sócio-espacialmente e carente de locais mais humanos, onde os cidadãos pudessem se identificar (QUENTAL, s.d.)¹³¹.

A reação a esse modelo de planejamento se instalou em meados da década de 1970, quando surgiu uma nova concepção de planejamento pautada em valores urbanísticos ligados às idéias de preservação e de requalificação urbana contrárias à transformação ocorrida no Centro, que exacerbava a funcionalidade da Arquitetura Moderna na produção de espaços padronizados e despersonalizados em que predominavam os interesses econômicos da especulação imobiliária em detrimento das reais necessidades da maior parcela da população¹³² e que foi realizada à custa da demolição ou, ainda, da (des)construção de grande parte do acervo arquitetônico do passado e de desapropriações, que além de promoverem o desaparecimento de espaços para a moradia e de marcos históricos (rugosidades espaciais), muitas vezes não se completaram, gerando os vazios intersticiais, cuja permanência decorre muitas vezes de questões de ordem jurídica relativas à propriedade¹³³ ou à legislação urbanística, outras vezes em razão da perda da dinâmica urbana preexistente (KAUFFMANN, 1994, p. 23 e 27; MAGALHÃES, 2002). No entanto, apesar das diversas críticas à concepção do modelo de planejamento racional-funcionalista e aos efeitos desagregadores que produz, seus princípios são resguardados até hoje (NACIF XAVIER, 2002; FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b).

O final dos anos 1970 foi marcado pela mudança de enfoque no ‘sistema de ações’ utilizado pela administração municipal do Rio de Janeiro e pela criação: dos Projetos de

¹³¹ De acordo com Silveira (2004), “nesse movimento de retorno ao ‘espaço público’, arquitetos e urbanistas buscaram a criação ou a preservação de ‘fatos urbanos, lugares destinados em princípio a reativar formas de vida social, focos em condições de aglutinar um sem número de objetos arquitetônicos desconexos em torno de um espaço que se apresentasse como coisa pública’. Redescobriram Camilo Sitte, sobretudo, através da idéia da praça, que constituía, para ele, um lugar público, no sentido mesmo da expressão” (SILVEIRA, 2004, p. 37).

¹³² “A especulação imobiliária optou pelo predomínio do fator econômico, ao construir um maior número de unidades pelo menor preço, mesmo que essa equação implicasse em um decréscimo da qualidade de vida de seus moradores. Esses espaços, sub-humanos e padronizados, não poderiam manter, então, relação com o indivíduo, que busca na moradia, além de um abrigo, um fator de identificação e de projeção psicológicos de sua visão de mundo (GUIMARÃES, 1982, p. 32)” (KAUFFMANN, 1994, p. 23).

¹³³ Como as desapropriações e as intervenções foram realizadas por diferentes instâncias do poder público (federal, estadual e municipal), conforme o status da cidade no momento histórico (Distrito Federal, Estado da Guanabara ou capital do estado e sede do Município do Rio de Janeiro), os terrenos remanescentes, atuais vazios, pertencem também a diferentes órgãos e instâncias do poder. Outros, ainda, são disputados na justiça (VAZ; SILVEIRA, 1999, p. 59).

Estruturação Urbana¹³⁴ - PEUs; da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SPCG (1975); da Superintendência de Planejamento Urbano – SPU (1975)¹³⁵; do Plano Urbanístico Básico - PUB-Rio¹³⁶ (1977); das Unidades Espaciais de Planejamento - UEPs e; das Áreas de Planejamentos – APs, que englobavam as UEPs. Tal ‘sistema de ações’ voltou-se à preservação e à requalificação de algumas áreas urbanas, com destaque para a realização do Projeto Corredor Cultural¹³⁷ da prefeitura do Rio de Janeiro, primeira política pública em nível municipal de preservação de sítio histórico desenvolvida no Brasil, aprovada pela Lei Nº 506, de 17/01/1984, e que tinha por objetivo proteger o patrimônio arquitetônico, refrear os processos de especialização econômica e de banimento de funções do Centro do Rio, com a conseqüente perda de vitalidade econômica e cultural, e desenvolver uma das diretrizes do Plano Urbanístico Básico - PUB-Rio (1977), que recomendava a revitalização de quatro áreas do Centro histórico da cidade: Lapa-Cinelândia, Praça XV, Saara e Largo de São Francisco, alcançando cerca de 1600 imóveis, em sua maioria, remanescentes do século XIX e do início do século XX (COMPANS, s.d.; MAGALHÃES, 2002), com base em três aspectos fundamentais:

- 1) respeito aos interesses dos grupos sociais (moradores e usuários da área de abrangência da proposta), inserindo-os nas discussões e resoluções; 2) manutenção da dinâmica das atividades urbanas locais (pequeno comércio); e 3) valorização cultural/ simbólica dos espaços e das atividades tradicionais (considerados relevantes para o conhecimento e a preservação do passado para as gerações futuras) (SILVEIRA, 2004, p. 106).

¹³⁴ “No escopo inicial, os PEUs atuavam na definição de padrões de uso do solo, traçados viários e planos de massa, a serem aplicados nas áreas pré-definidas. Estas áreas seriam as remanescentes de obras públicas, em processo de renovação ou remanejamento urbano, além de áreas de vazios urbanos e de expansão periférica. Portanto, o PEU definido pelo PUB-Rio não contemplava, ainda, atuações sobre as UEPs. Porém, a pressão participativa, fruto dos movimentos sociais, no início da década de 1980, levou a prefeitura a tentar incorporar a elaboração de PEUs por bairros, ao mesmo tempo em que buscava ampliar os canais de acesso popular. Essa unidade de planejamento, entretanto, apresentou-se fragmentada e inviável do ponto de vista do corpo técnico da prefeitura. Desta forma, em 1983, [...] Marcello Alencar definiu que a área de atuação dos PEUs seria aquela correspondente às 55 UEPs” (MENDES, 1998, p. 86 e 87).

¹³⁵ “A criação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SPCG, em 1975, e a constituição da Superintendência de Planejamento Urbano - SPU no seu interior, sugere a transferência das atribuições de formulação e de fiscalização do planejamento urbano na administração municipal” (MENDES, 1998, p. 82).

¹³⁶ “O PUB-Rio [...] é, na verdade, uma demanda do governo federal para que o Município do Rio de Janeiro consolide o processo de fusão e, ao mesmo tempo, capacite a administração municipal para receber recursos federais. De certa forma, pode-se afirmar que se trata da incorporação dos preceitos contidos nos Planos de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI, imposto às prefeituras pelo Governo Federal como pré-requisito para a transferência de recursos. Como diferença, pode-se apontar que a formulação do PUB-Rio foi feita com técnicos da própria prefeitura e do Governo Estadual, enquanto os PDLI eram elaborados sob a égide do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, que foi extinto em 1974” (MENDES, 1998, p. 82).

¹³⁷ “O Decreto Nº 2556/1980 criou a Comissão Especial de Implantação do Corredor Cultural. Como estratégia de fortalecimento da posição preservacionista, foi criada a Câmara Técnica do Corredor Cultural, composta por intelectuais como: Nélida Piñon, Rubem Fonseca, Sérgio Cabral e outros. A imprensa, respondendo a um mal estar geral com a destruição do Patrimônio carioca, logo encampou a idéia do projeto, contribuindo para a sua popularização” (MAGALHÃES, 2002).

Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, entra em crise o modelo racional-funcionalista do nacional-desenvolvimentismo¹³⁸, acabando por gerar, segundo Bahia (2000), “tensões sociais, bem como a reação dos movimentos sociais urbanos pela melhoria das condições de vida, numa acirrada luta pela apropriação dos benefícios da urbanização e da ação do Estado”. Para a autora, “o modelo econômico nacional concentrador de renda e o acelerado processo de esvaziamento da economia fluminense, agravado pela ausência de políticas públicas redistributivas, acabou por aumentar as desigualdades sociais”, acentuando os contrastes e os problemas urbanos (BAHIA, 2000, p. 80 e 91). Segundo Kleiman (1996), a forte segregação da cidade do Rio de Janeiro está diretamente ligada à política de investimento em infra-estrutura e serviços urbanos, que vem balizando a evolução da cidade do início do século até hoje¹³⁹ (KLEIMAN, 1996).

A expansão da urbanização, primeiramente, em direção às zonas Sul e Norte, cuja “valorização dos capitais no subúrbio reproduziu o padrão de ocupação da Zona Sul e que teve como resultante a homogeneização do espaço construído da cidade” (PULICI, 2006, p. 63) e, depois, para a Zona Oeste, provocou a relativização da posição do Centro da cidade como principal área de serviços e fez com que vários centros de bairros passassem a receber funções antes restritas àquela área, tais como: Botafogo, Copacabana, Ipanema, Tijuca, Méier, Madureira e Barra da Tijuca, que se constituíram em alternativas de localização para escritórios e grandes empresas, provocando certo esvaziamento econômico da área central (MAGALHÃES, 2002).

A gestão do espaço público nesse período caracteriza-se pelas mudanças no papel do Estado e pelos ajustes da máquina burocrática, ocorridos no período de transição iniciado a partir do término do governo militar, em 1985, e o início da Nova República e por uma reforma administrativa para o fortalecimento da estrutura de planejamento urbano da prefeitura, que

¹³⁸ “Nesse contexto, emerge o debate no campo do pensamento social, de crítica ao nacional-desenvolvimentismo, gestando um novo ideário e tendo como eixo central a questão social, vista no campo da produção como a chamada questão operária e, no campo do consumo coletivo, como a questão urbana, onde a dimensão social se sobrepõe ao tema da questão urbana” (BAHIA, 2000, p. 80).

¹³⁹ Kleiman (1996) destaca duas questões relevantes: “1) a primeira refere-se ao desenvolvimento de redes, que se realizou num movimento ‘tentacular’ e ‘descontinuado’, atingindo diferentes zonas da cidade, mas com pesos diferenciados segundo as classes sociais, deixando ‘buracos’ no território. Desse modo, configurou diversos núcleos e periferias, caracterizando uma dualidade que ele denominou de cidade-das-redes e a cidade-fora-das-redes. Isto fica demonstrado pela concentração dos investimentos em áreas aquinhoadas em termos de infra-estrutura, a Zona Sul (35,1%) e o Centro (21%), enquanto a área do Subúrbio, carente de redes, recebeu (21%) e em patamares bastante inferiores, situaram-se as Zonas Oeste (8,3%), Jacarepaguá (2,8%), Barra e Zona Norte (4,0%); 2) a segunda diz respeito à implantação de diferentes redes de infra-estrutura, os investimentos se concentraram na construção da rede viária (55,7%), num nível inferior à rede de água (31,6%), redes de esgoto (5,1%), saneamento (3,5%), águas pluviais (2,8%) e energia elétrica (1,2%). No entendimento do autor, isso ocorreu porque o ‘Estado privilegiou o atendimento das necessidades mais amplas do capital e daqueles capitais vinculados à acumulação urbana (incorporadores e empreiteiros), procurando atender com infra-estrutura àquelas zonas onde a criação de processos de valorização do solo atendem a esses interesses’ (KLEIMAN, 1996, p. 761 a 768)”.

resultou na criação pelo Decreto N^o 5.649/1986, que cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU¹⁴⁰, com o objetivo de manter no mesmo espaço as políticas de desenvolvimento urbano do município e os principais instrumentos de sua aplicação. Tal secretaria era composta pela Coordenação de Legislação Urbanística - CLG, Coordenação de Estruturação Urbana - CET, Coordenação de Estudos Ambientais - CEA e pela Coordenação de Projetos Urbanos - CPU. Nos anos 1980, o Decreto N^o 6.435/1987 cria a Superintendência de Planos Locais - SPL, cuja principal atribuição era elaborar os PEUs e as políticas municipais de planejamento urbano e de uso do solo ao nível local, o que alterou a estrutura e o nome da antiga Superintendência de Edificações e Urbanismo, que passou a ser denominada Superintendência de Parcelamento e Edificações - SPE e que tinha como principais atribuições licenciar os parcelamentos de terra e as edificações, além de fiscalizar as determinações do Executivo em relação ao uso do solo urbano e a aplicação dos PEUs (MENDES, 1998, p. 88 e 89).

A Constituição Federal de 1988, atualmente em vigor, estabelece instrumentos e regulamentos para o planejamento urbano, no que se refere à edificação, ao uso e à ocupação do solo, ao licenciamento e à fiscalização (SOARES, 2000), juntamente com a Reforma Tributária, no bojo das modificações inseridas por essa lei, que beneficiou os municípios na (re)divisão do bolo fiscal¹⁴¹. Entretanto, “a redemocratização do país¹⁴² levou um contingente expressivo de novos atores sociais a entrar em cena e vocalizarem reivindicações antes represadas (habitação, infra-estrutura, etc.)”, delegando aos municípios a responsabilidade pela execução dos serviços locais. Conforme Smolka (1994) apud Mendes (1998), “assim, o aumento das demandas sociais e o agravamento da crise econômica contribuíram para uma maior pressão sobre as receitas, levando a uma quase neutralização dos ganhos obtidos em 1988” (MENDES, 1998, p. 70, 71 e 72).

¹⁴⁰ “Fruto de antiga reivindicação de órgãos de classe (CREA, IAB e SARJ), essa secretaria é estruturada a partir da antiga SPU, originária da Secretaria de Planejamento - SPCG, porém, na sua constituição aparecem algumas novidades”, sendo transferidos: “da SPCG para a SMDU, a Comissão do Plano da Cidade - COPLAN, a Comissão Consultiva para Legislação sobre o Uso do Solo - CCLS”; “da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SOSP, a Diretoria de Edificações - DED – que vira Superintendência de Edificações e Urbanismo - SEU, a Diretoria de Engenharia Urbanística - DEU e a Comissão Técnica de Edificações - COTED; da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural” (MENDES, 1998, p. 87 e 88).

¹⁴¹ Segundo Afonso et alli (1992) apud Mendes (1998), “enquanto a União perdeu um quarto da sua receita tributária, os estados tiveram um ganho de 13% e o conjunto dos municípios passaram a receber 30% a mais” (MENDES, 1998, p. 70).

¹⁴² De acordo com Silveira (2004), “com o início da redemocratização do país, surgiram numerosas reivindicações por melhorias na qualidade de vida e críticas à crescente descaracterização da cidade”. Ainda conforme essa autora, “diante das ameaças de demolição e da urgência de uma política urbana de preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, emergiu, na época, intenso debate sobre a necessidade de mudanças nas diretrizes das intervenções urbanas” (SILVEIRA, 2004, p. 106).

Essa Constituição estabelece, ainda, que cidades com mais de 20.000 habitantes elaborem um Plano Diretor¹⁴³ com vistas à distribuição mais justa dos recursos aplicados na cidade, atribuindo aos municípios, em seu Art. 30, a competência de legislar sobre assuntos de interesse local e de promover o adequado ordenamento territorial mediante o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e, no seu Art. 182, do Capítulo sobre Política Urbana, que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo poder público municipal através de diretrizes gerais fixadas em lei, instituindo o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, cujas diretrizes e prazos são estabelecidos pelas Leis Orgânicas Municipais, que normalmente referendam a carta constitucional federal (MARQUES DA SILVA, 1988b, p. 20).

Em resumo, a década perdida de 1980 foi resultado de um longo processo histórico, que requer a participação de outras espacialidades. O período caracteriza-se pela perda da capacidade econômica do Rio de Janeiro¹⁴⁴, acompanhada da degradação do espaço físico de um modo geral e, especificamente, do processo de esvaziamento do Centro da cidade, em função da concorrência representada pelos novos sub-centros e mesmo por outras cidades¹⁴⁵, quando várias empresas de grande porte deixaram essa área, resultado, entre outros fatores, de:

a) uma grande crise econômica em virtude da falta de dinamismo e de competitividade da Indústria fluminense, aliada a uma forte crise financeira após 1989, quando o pregão da Bolsa do Rio transferiu-se para São Paulo, juntamente com os principais investidores, tornando esta cidade o maior centro financeiro do país e afetando o Rio de Janeiro como um todo, especialmente, no que se refere à queda da renda e da geração de um enorme contingente

¹⁴³ “A partir daí, os municípios brasileiros com mais de 20.000 habitantes começam a propor suas Leis Orgânicas e Planos Diretores, para atender ao dispositivo constitucional. Algumas cidades aproveitam planos diretores já existentes e outras iniciam novos planos diretores, tentando trabalhar as demandas da sociedade civil no arcabouço do plano. A Constituição de 1988 não determinou nenhuma metodologia, nem conteúdo para o Plano Diretor. Assim, dependendo do enfoque, teremos Planos Diretores mais abrangentes ou mais detalhistas” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 20 e 21).

¹⁴⁴ “O Rio de Janeiro sofre, então, um processo contínuo de perda de posição na economia nacional. Segundo Davidovich (1986), o declínio da posição hegemônica do Rio de Janeiro começou nas décadas de 1920 e 1930. O marco significativo desse processo ocorreu ao tempo do Plano de Metas do governo Juscelino, com sua política industrial, cujos setores prioritários da dinâmica do crescimento econômico não se instalaram no Rio (Distrito Federal) e, sim, em São Paulo. O Rio, que antes tinha sido o centro econômico do país, perde a posição, num primeiro instante, para São Paulo e, posteriormente, para Minas Gerais, posição que, até o momento, não conseguiu recuperar” (BAHIA, 2000, p. 51).

¹⁴⁵ Davidovich (1986) apud Bahia (2000) “considera que esse quadro de esvaziamento agravou-se ainda mais com a mudança da capital, em 1960, enfraquecendo um dos setores mais dinâmicos da economia, as empresas estatais, que tinham o Rio como sede. Das 372 empresas existentes no país, 302 foram criadas após 1960, o que leva a supor que, se a sede da administração federal ainda estivesse no Rio, um número considerável destas empresas ter-se-ia localizado aqui. Com a mudança da capital, o setor de serviços, que pesava e pesa na economia do Rio de Janeiro, fez com que perdêssemos cerca de 450 mil postos de serviços para Brasília e São Paulo” (BAHIA, 2000, p. 51 e 52).

de desempregados e o aumento de ocupações no mercado informal, especialmente no comércio ambulante;

b) uma crise crescente dos serviços, resultado da efetiva redução do conjunto dos gastos do governo federal no estado do Rio de Janeiro, como também dos impactos derivados dos anúncios da sua redução, que atingia somente as camadas menos favorecidas, mas que passa a atingir as camadas médias, detentoras de alguma força no passado, mas que passaram a se caracterizar pela perda completa de sua representação e de sua economia (processo de pauperização), que as impedia de sustentar as redes com maior tecnologia;

c) uma crise social, através da discussão sobre o aumento da pobreza, da população de rua, do comércio informal e da violência urbana e;

d) uma crise institucional, pela perda de importância de sua representação política no campo internacional (ARANHA, 1996; VAZ; SILVEIRA, 1999, p. 59, MAGALHÃES, 2002).

Daí, a denominação “Rio de todas as crises” (NATAL, mimeo). Entretanto, apesar da cidade continuar vivendo o processo de esvaziamento econômico, a produção empresarial imobiliária se expande para bairros como a Barra da Tijuca, ‘atual Miami carioca’ (SEGRE, 2003c)¹⁴⁶, e bairros adjacentes, que se consolidaram na segunda metade do século XX, em virtude do esgotamento das possibilidades de valorização ampliada na Zona Sul, fato que forçou os capitais a definirem novos vetores para a atuação dos grandes incorporadores, caracterizados pela introdução de inovações no produto imobiliário e pela diferenciação do ‘produto urbano’.

O ‘sistema de ações’ do prefeito Marcello Alencar (1989-1992) foi marcado: pelos processos de abertura política, de redemocratização e de descentralização, que proporcionaram uma maior transferência de recursos federais para os municípios e a absorção de parte de suas funções pelas administrações locais, confirmando a tendência verificada em outros países¹⁴⁷;

¹⁴⁶ De acordo com Lago (1998) apud Bahia (2000), “tal boom imobiliário foi acompanhado por políticas públicas de investimentos e por uma legislação urbana submetida à ‘lógica da rentabilidade na prestação de serviços urbanos’, que prioriza o investimento nos locais onde é assegurado o retorno de capital aplicado através de impostos e tarifas, concentrando os recursos nas áreas valorizadas, já beneficiadas por infra-estrutura e equipamentos urbanos (LAGO, 1998, p. 58). Nessas condições, consolidou-se o quadro das desigualdades sociais, assim como aumentou a segmentação das classes sociais no espaço carioca: por um lado, o processo drástico de remoção de favelas dos locais mais valorizados da Zona Sul e, por outro, o intenso processo de especulação imobiliária, expandindo a parte rica da cidade para São Conrado e Barra da Tijuca (LAGO, 1998, p. 58)” (BAHIA, 2000, p. 52).

¹⁴⁷ Segundo Borja e Castells (1996), o crescente protagonismo político das cidades surgiu como resposta à recessão econômica dos anos 1970 na Europa, onde os governos locais “foram além das obrigações legais para atrair investimentos, gerar empregos e renovar a base produtiva das cidades”, culminando com a criação de um movimento das Eurocidades, que hoje já reúne as 50 cidades européias mais importantes. Nos Estados Unidos, isto se deveu à reação ao neoliberalismo exacerbado de Reagan e Bush, que suprimiu grande parte dos serviços sociais e favoreceu a desindustrialização, o desemprego e a queda na arrecadação dos governos locais, fazendo com que as cidades pusessem em andamento “ambiciosos projetos estratégicos, combinando objetivos de crescimento

pela recuperação das finanças da prefeitura do Rio de Janeiro, que teve sua falência decretada pelo prefeito anterior e que foi superada pelo grande aumento no IPTU na última gestão, que quadruplicou a arrecadação; por uma nova reforma administrativa, no que concerne ao planejamento urbano, que extinguiu através do Decreto N^o 8.237/1989 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, criada no governo de Saturnino Braga (1985-1988), e a substituiu pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SMU¹⁴⁸ e; pelo início do processo de ‘desestatização’ através do Programa Estadual de Desestatização – PED, cujo saldo final, nos anos 1990, foi o desmantelamento da base pública dos serviços de infra-estrutura urbana e a privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ, entre outras empresas¹⁴⁹. Conforme Cardoso (2009),

o que se pretende destacar é que a privatização destas empresas teve um efeito direto sobre os municípios do Rio de Janeiro. Ou seja, o conjunto da urbanidade foi afetada e os efeitos desigualmente distribuídos, tanto em termos da qualidade dos serviços prestados, quanto dos custos das tarifas. Nestes termos o direito à cidade nem mesmo se colocou como questão pertinente ao debate dos destinos da ‘coisa pública’. Muito menos foi encaminhada qualquer discussão sobre a dimensão territorial destes serviços urbanos, que se inserem em diferentes espaços geográficos do estado, para além da dimensão metropolitana do problema. Desnecessário, também, dizer que não se enfrentou antecipadamente a questão do marco regulatório destes serviços a partir da sua privatização (CARDOSO, 2009).

Os efeitos da desconcentração das atividades agrícolas, portuárias e industriais afetaram o Terciário, que também tendeu à desconcentração. A Indústria nacional em crise passa a enfrentar o desafio de se tornar competitiva em nível internacional ou desaparecer. Para Kleiman (2001), o impacto da nova economia, “traz no seu bojo para o território brasileiro, não apenas uma nova forma de organização econômica, mas uma industrialização tardia ‘exportada’ pelos países centrais para o Terceiro Mundo”, gerando “uma expansão geográfica, uma

econômico e de desenvolvimento urbano com respostas aos problemas gerados pela degradação do meio ambiente, pelas crescentes desigualdades sociais e pela insegurança pública” (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 153 e 154).

¹⁴⁸ Conforme Ribeiro e Cardoso (1996) apud Mendes (1998), “se os padrões que buscavam transformar o urbano através de ações racionais entram em declínio na década 1970, a incorporação do tema ambiental ao lado do campo do planejamento urbano por parte da prefeitura do Rio de Janeiro, sugere uma mudança do foco para a resolução dos problemas da cidade. Na estrutura da SMU, [...] surge a Comissão Coordenadora da Política de Conservação e Proteção ao Meio Ambiente – CPMA, que visa adequar as políticas de planejamento urbano à melhoria da qualidade de vida, agora sob a ótica das condições da natureza. Neste sentido, cabe à CPMA avaliar as conseqüências ambientais de obras públicas ou privadas. Integra esta nova estrutura, a Superintendência de Meio Ambiente - SMA” (MENDES, 1998, p. 91).

¹⁴⁹ Dentre outras empresas, “pode-se citar as seguintes desestatizações: Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro - CONERT; Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro - LIGHT; Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ; Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ; Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERT; Companhia Estadual de Gás do Rio de Janeiro – CEG; RIOGÁS; Trecho rodoviário de ligação entre os municípios de Rio Bonito, Araruama, São Pedro da Aldeia; Companhia Fluminense de Trens Urbanos - FLUMITRENS; Companhia de Telecomunicações do Rio de Janeiro - TELERJ; Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ” (CARDOSO, 2009).

densificação e uma verticalização das cidades brasileiras”¹⁵⁰. Entretanto, com a abertura da economia brasileira, a reestruturação produtiva e o retorno do capital estrangeiro para o País, novas perspectivas se abriram no mapa do desenvolvimento nacional, o que para Cano (1998), significou o retrocesso da dinâmica de desconcentração observada no período anterior.

Embora ocupasse papel complementar na estrutura produtiva paulista, como de resto cabia aos demais estados da Federação, o Rio de Janeiro também pôde valer-se dos efeitos positivos gerados pela Indústria Naval, que ao entrar em crise, significou novo golpe no dinamismo econômico do Estado. A partir dos anos 1990, a abertura do segmento petrolífero ao capital privado vem contribuindo para a expansão dos investimentos, com rebatimentos importantes nas finanças dos municípios do Norte do Estado, região que vem sendo caracterizada como uma das mais dinâmicas. Em resumo, o Rio de Janeiro vem se recuperando gradativamente com o retorno de capitais em virtude da abertura econômica e da privatização de estatais. Ao mesmo tempo, sua economia fortemente baseada no setor Terciário, vem respondendo bem às mudanças estruturais da economia¹⁵¹, apresentando a menor taxa de desemprego dentre as principais capitais do País e atraindo empresas modernas neste setor (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 3)¹⁵².

Garantido pela Constituição Federal de 1988 e em clima de abertura democrática e de participação popular foi elaborado o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro, Lei Complementar N^o 16/1992, atualmente em vigor, que, mais do que diretrizes para o desenvolvimento da cidade, estabelece instrumentos e regras para o planejamento urbano, visando distribuir de forma justa os recursos aplicados na cidade, funcionando como uma carta

¹⁵⁰ “Essa expansão da área física das cidades faz-se pelo enorme contingente de camadas de baixa ou nenhuma renda que tornam a aglomerar-se em torno das capitais, onde existe alguma possibilidade de geração, ainda que informal, de algum tipo de renda. Esta aglomeração se faz através de vastos loteamentos periféricos onde o preço do lote é tão mais baixo quanto maior for a ausência de beneficiamentos urbanos (água, esgoto, ruas asfaltadas, coleta de lixo). A densificação e a verticalização [...] ocorrem nos extremos: na pobreza, com o crescimento impressionante das favelas, e na riqueza, com as suas áreas de expansão em bairros novos afastados do Centro, caracterizando uma suburbanização ‘à americana’ (mais de seis décadas após o fenômeno ter se dado nos EUA)” (KLEIMAN, 2001).

¹⁵¹ Conforme Kleiman (2001), “A doutrina neo-liberal incorporada ideologicamente à nova economia, ligada ao poder da organização em rede das empresas, faz com que ‘receite-se’ que os Estados nacionais devem retirar-se de seus antigos papéis de centro econômico repassando-os às empresas. No Brasil, vários setores ligados ao desenvolvimento territorial têm sido repassados pelo Estado às empresas. Um conjunto de atividades estão neste caso: a energia elétrica, o gás, os transportes ferroviários e metroviários, a rede rodoviária, os portos, as comunicações (telefônicas, radiofônicas, televisivas, informatizadas)” (KLEIMAN, 2001).

¹⁵² De acordo com o Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro, realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, o Rio de Janeiro, “além do potencial turístico, [...] possui um relevante parque industrial. É, ainda, onde se concentram as maiores jazidas de petróleo do País, localizadas na plataforma continental a nordeste, no município de Campos. Destacam-se no Estado as indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, químicas, alimentícias, mecânicas, editorial e gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, de derivados do petróleo e naval. A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro movimentava anualmente cerca de US\$ 1 bilhão e o Produto Interno Bruto - PIB do Estado representa 10,91% do PIB nacional” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

de princípios para o planejamento urbano que, com as constantes e rápidas transformações da sociedade, torna-se cada vez mais importante para fazer frente às desigualdades econômicas e sociais nas cidades. Dessa forma, os governos locais, passaram a dispor de mais recursos e de autonomia política para tentar atrair investimentos e empresas mediante isenções de impostos, entre outros incentivos, na chamada ‘guerra fiscal’¹⁵³, além da crescente inversão de recursos em obras de infra-estrutura urbana, fundamentais para as novas estratégias de valorização do capital, especialmente em transportes e em telecomunicações e na formação de recursos humanos, enquanto condições gerais de produção exigidas pela mudança do padrão tecnológico dos conglomerados nos setores de ponta da economia (ARANHA, 1996)¹⁵⁴.

O discurso do planejamento estratégico de cidades, contrário ao estilo universal modernista, volta-se para o passado, para o estudo do ambiente e para a pesquisa de novos e velhos materiais, a fim de criar propostas de intervenção urbana representativas da cultura dos usuários dos centros urbanos de diversas cidades do mundo, recuperando o ornamento, prestigiando os valores simbólicos, “estando o tom dessa arquitetura no desequilíbrio, na decoração, na bizarrice, na fantasia e na alegria (o oposto do Modernismo)”¹⁵⁵ (KAUFFMANN, 1994, p. 23 e 24; MARQUES DA SILVA, 1999). De acordo com Lima (2005), o enfraquecimento ideológico do plano totalizante e monofuncional e a crise da estética modernista deu lugar ao projeto urbano, ou ao urban design, como uma estratégia estetizante e de inclinação à privatização, criada para administrar os fragmentos de espaços autônomos e plurifuncionais da cidade¹⁵⁶ (LIMA, 2005).

¹⁵³ “A competição interurbana por recursos e empregos no país assume, assim, sua feição de guerra fiscal. Esta prática é vista pelos participantes como inevitável neste contexto de concorrência mundial e entendida como um jogo de soma positiva, ou seja, na consolidação final entre receita esperada e arrecadação indireta, o Estado, incentivador do investimento produtivo, ganha relativamente mais do que se não abdicasse de receita de curto prazo. A defesa desta prática dá-se através do argumento de que mesmo que não existam ganhos de arrecadação diretamente ligados a estes projetos, eles induziriam um circuito virtuoso, onde os efeitos de arrasto se estenderiam para outros setores da economia” (MENDES, 1998, p. 27 e 28).

¹⁵⁴ Com o acirramento da competição inter-capitalista, o capital foi levado a buscar novos mecanismos para elevar sua produtividade, entre eles: o maior uso da telemática e da intensificação da exploração do trabalho, que exige em especial melhor qualificação, condições que, em geral, somente são encontradas nas aglomerações urbanas de maior porte, que dispõem da infra-estrutura exigida pelos novos condicionantes do capitalismo mundial. No Brasil, soma-se a isto, o intenso processo de privatização e de venda de parte importante da indústria nacional a investidores estrangeiros, o que leva a canalização dos recursos externos obtidos nos últimos anos para as áreas mais modernas e dinâmicas do País, sobretudo São Paulo.

¹⁵⁵ Conforme Maricato (1978) apud Kauffmann (1994), “a influência pós-moderna no Rio de Janeiro pode ser identificada em alguns prédios de apartamentos da Barra da Tijuca, construídos a partir da década de 1970. Maricato entende essas construções como o ‘Kitsch’ representado pelos apartamentos de luxo (neo-mediterrâneos, neocoloniais, neoclássicos, colonial americano, típicos dos novos ricos, em perseguição a uma identidade cultural tradicional) e, ainda, como a parafernália arquitetônica que assolou as cidades brasileiras, impulsionadas pelo mercado de alto poder aquisitivo (MARICATO, 1978, p. 33)” (KAUFFMANN, 1994, p. 24).

¹⁵⁶ Esse momento foi marcado, também, pelo início do processo de intervenção no espaço público com apoio estadual e federal com vistas à requalificação da cidade, escolhida para sediar a Eco-92 (Conferência Internacional

3.3. O MOMENTO PÓS-FORDISTA OU PÓS-INDUSTRIAL: POR UMA IMAGEM COMPETITIVA DE CIDADE.

Verifica-se a partir dos anos 1990 uma revalorização do planejamento urbano no Brasil, momento em que se intensificou a difusão de modelos de análise e de intervenção sobre o território provenientes, sobretudo, da Europa, com destaque para o modelo de planejamento estratégico de cidades adotado como “crítica ao planejamento urbano tradicional, na tentativa de articular os aspectos técnicos e políticos da questão urbana, preconizando ideais de justiça social e de gestão democrática da cidade” (CAVACO, 1998; NOVAIS, 2007) e caracterizado pela produção de espaços espetaculares com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais para atrair investidores e cidadãos-consumidores. Para Harvey (1996),

a mobilização do espetáculo é o traço mais característico do urbanismo pós-moderno (pós-fordista ou pós-industrial), consubstanciando-se, ao mesmo tempo, em instrumento e signo de unificação política, que tanto serviria à pacificação dos conflitos de classe (em uma conjuntura de aumento do desemprego e da pobreza), quanto à competição interurbana pela atração de empresas e pelo consumo dos ricos. [...] A idéia do espetáculo estaria, ainda, presente na monumentalidade dos edifícios localizados nas áreas centrais das cidades [...], simbolizando toda a pujança de sua economia, o poder e a dominação de suas empresas transnacionais. Se a vida urbana deve agora ser apresentada como uma imensa acumulação de espetáculos, conclui o autor, não haveria mais lugar para o plano de ordenamento territorial, eis que ele sucumbe diante do design urbano e do city marketing (HARVEY, 1996).

Especificamente, quanto ao planejamento urbano racional-funcionalista, que criou uma ‘indústria de planos diretores’ de longo prazo, que dificultavam as correções em curto prazo, este entra em crise em virtude dos fenômenos recentes da globalização e da informatização nas cidades, em especial no que diz respeito às transformações tecnológicas a ela associadas e que contribuíram para mudanças radicais nos conceitos tradicionais de tempo e de espaço e, ainda, em razão da reestruturação da sociedade em redes e das cidades em hierarquias, que geraram novos espaços de competitividade, bem como suas inter-relações, cedendo lugar, embora de maneira incompleta, para o modelo de planejamento estratégico por projetos urbanos pontuais, apoiado no contexto de mercado¹⁵⁷, que se difundiu no Brasil e na América Latina “pela ação combinada de diferentes agências multilaterais e de consultores internacionais,

da ONU sobre o Meio Ambiente), quando foram realizados vários investimentos em obras na cidade, entre eles: a reforma de praças, vias públicas, escolas e hospitais; a construção da Linha Vermelha (Via Expressa João Goulart (RJ-107)), que liga os municípios do Rio de Janeiro a São João de Meriti, atravessando, também, o município de Duque de Caxias; a implementação do Projeto Rio-Orla, que consistiu na remodelação dos calçadões das avenidas litorâneas com a implantação de ciclovias e de quiosques e, por fim; as intervenções no Centro da cidade, que ficou desde os anos 1970 (durante os sucessivos governos ligados ao Partido Democrático Trabalhista – PDT) sem investimentos governamentais, além do abandono em conjunto da Zona Sul.

¹⁵⁷ Para Gonzáles e Villavicencio (2006), “é assim como um grupo ‘seleto’ de cidades é classificada como ‘modelo’ digno de ser imitado (Barcelona, Rio de Janeiro, Curitiba, Singapura, entre outras)” (GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006).

principalmente catalães, cujo agressivo marketing urbano aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona” (VAINER, 2006). David Harvey (1992) apud Nacif (2007),

demonstra que no final do século XX são observadas transformações na economia do capitalismo responsáveis por modificações radicais tanto nos processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, quanto na forma de organização/definição dos poderes e das práticas do Estado. No desenrolar de suas argumentações, o autor defende a tese de que as mudanças econômicas recentes expressam uma transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a elas associadas (NACIF, 2007, p. 5).

Tais mudanças produtivo-econômicas advindas da crise do fordismo, baseado na produção e no consumo em massa e completamente dependentes do mercado e de relações estáveis, foram traduzidas nas transformações verificadas no modelo de planejamento urbano carioca, utilizado com vistas a inserir o Rio de Janeiro em uma rede de cidades e a partir da elaboração de ‘sistemas de ações’ caracterizados por planos estratégicos e recursos de *marketing urbano*¹⁵⁸, tomados como instrumentos para a valorização das vantagens comparativas consideradas capazes de atrair investimentos, em oposição às preocupações de retenção do crescimento urbano, norteadoras dos ‘sistemas de ações’ do planejamento racional-funcionalista anterior (GONÇALVES, 2001; DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004; FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b). Como argumentam Borja e Forn (1996) apud Compans (s.d.),

(com) a mercadotecnia das cidades, ‘vender’ a cidade converteu-se em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privado, a ‘espetacularização’ da vida urbana, que não só deve ser perseguida por intermédio da arquitetura e dos monumentos culturais e simbólicos, como no passado, mas também mediante a oferta de infra-estrutura de qualidade em termos de acessibilidade, segurança e de serviços turísticos (centros de convenções, hotéis, restaurantes, equipamentos de lazer etc.), além da realização de eventos culturais e esportivos, da reabilitação de bairros históricos e do design urbano, que agora substitui o planejamento (BORJA; FORN, 1996, p. 33) (COMPANS, s.d.).

Esse novo modo de planejar a cidade enfatizando a gestão, que está diretamente ligado ao planejamento flexível, torna necessária a concepção de ‘sistemas de ações’ capazes de funcionar dentro de uma desordem e de uma complexidade crescentes, de adaptar-se às condições mutantes da economia e de dar respostas aos interesses privados sobre determinadas áreas da cidade, colocando, assim, o desafio de ajustar as normativas urbanísticas a essa nova realidade, fatos que tornam os documentos gerais de planejamento em longo prazo, as regulamentações fundiárias precisas, os procedimentos de urbanismo operacional e os programas

¹⁵⁸ “Como a finalidade do city marketing é a promoção da cidade mediante a construção e a divulgação de uma imagem ‘de marca’, positiva e sólida, capaz de facilitar a venda de seus ‘produtos’ (sejam mercadorias, recursos humanos ou serviços), sua crescente incorporação à política urbana confere um novo significado às intervenções públicas, sobretudo em áreas centrais, no sentido da ‘produção do espetáculo’” (COMPANS, s.d.).

de investimentos públicos incompatíveis com o atual desenvolvimento urbano, os objetivos dos poderes públicos e seus meios, as novas relações entre os atores públicos e os privados e seus interesses sobre o espaço (ASCHER, 1994, p. 91; FRIEDMANN, 1992, p. 82)¹⁵⁹. No pensamento de Sánchez Garcia (2003) apud Nacif (2007),

as alterações da legislação urbanística, produzidas ou ensejadas no final do século XX e início do XXI, têm sido orientadas predominantemente para e pelos interesses privados, reafirmando um planejamento urbano competitivo, reafirmado pelas demandas das empresas e dos mercados, agora globais. Essa nova feição do planejamento tem sido acompanhada, no que diz respeito às alterações estruturais, pelo ‘encolhimento’ do papel regulador do Estado (SÀNCHEZ GARCIA, 2003) (NACIF, 2007, p. 8).

Nesse processo de mudanças, destacam-se os projetos urbanos pontuais, considerados capazes de dotar as cidades com novos instrumentos, que lhes permitam simultaneamente formular programas em médio e longo prazo, bem como gerir o curto prazo, fazer face ou tirar partido de toda a sorte de imprevistos e de oportunidades, de reagir às transformações do meio ambiente, de levar em conta as lógicas de múltiplos parceiros e de definir uma imagem competitiva da cidade com base em novos objetos arquitetônicos monumentais com tipologias pretensamente globais, que passam a constituir os novos ‘sistemas de objetos’ da cidade, para os quais todas as ações públicas e privadas ou, seja, os ‘sistemas de ações’ devem voltar-se (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 14, 1999c; GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006).

Todavia, a necessidade de alterar a atividade de planejamento urbano para uma forma menos intervencionista, não significa uma maior participação dos distintos atores sociais no processo de planejamento da cidade e, sim, um estímulo ao tecnicismo e à tomada de decisões cada vez mais hierarquizada e voltada aos interesses do capital sobre o espaço. Assim, a concepção tecnocrática dos planos diretores de desenvolvimento integrado, que tentavam abarcar todas as questões relativas ao planejamento urbano, até muito recentemente vigentes como ferramenta de atuação sobre o urbano, mas que não possuíam instrumentos para realizar o modelo de cidade ideal, é afastada pela necessidade da gestão urbanística contar com ‘sistemas de ações’ mais ágeis e modernos para dosar as atividades e os métodos de análise dos impactos de vizinhança, que incorporem tanto critérios quantitativos como qualitativos (FERNANDÈZ

¹⁵⁹ Arantes (1998) apud Nacif (2007) “indaga se não estaríamos substituindo a ideologia do plano, ou seja, da totalidade, por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, falseando a origem e escamoteando os conflitos. Em muitos casos, está sendo adotado o denominado planejamento estratégico como alternativa aos tradicionais planos diretores, mas com matrizes discursivas e operacionais centradas nas discussões sobre a competição entre os lugares. Tais disputas têm demandado intervenções urbanísticas e grandes projetos de equipamentos de lazer, culturais, comerciais e residenciais, com capacidade de criar atratividade e que, quase sempre, não se enquadram nas normas urbanísticas em vigor, criando, assim, demandas para alterá-las” (NACIF, 2007, p. 7).

DURÁN, 1996; GONZÁLES; VILLAVICENCIO, 2006; PORTAS, 1996, p. 30). Conforme Feldman (2005) apud Nacif (2007),

alterações nos processos de formulação, aprovação e aplicação da legislação urbanística se mostraram indispensáveis em vários momentos social e historicamente definidos. No período compreendido entre 1928 e 1933, por exemplo, os diversos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAMs indicavam a necessidade de substituições das normas existentes por novas regras calcadas nas relações que então se estabeleciam entre o Estado e a sociedade. Segundo a autora, a linguagem do modernismo exigiu, para a implantação de seus princípios, a flexibilização da legislação urbanística e a afirmação do zoneamento funcional como instrumento principal do planejamento e ordenamento das cidades. Contudo, essa flexibilização tinha como propósito, desnecessário dizer, não realizado, defender os direitos coletivos, sobrepondo-os aos interesses privados (NACIF, 2007, p. 7 e 8).

No contexto urbano atual, para impulsionar e controlar o desenvolvimento torna-se necessário por em execução instrumentos menos rígidos¹⁶⁰ e mais eficazes para a gestão, devendo o planejamento urbano considerar as mudanças que ocorrem na estrutura do poder local, as diferentes alianças e os diferentes interesses, que defendem fatias de mercado ou de território a nível local ou global, já que trabalhar a cidade em partes demanda, no caso do modelo de planejamento urbano estratégico, um princípio norteador de uma gestão mais flexível, descentralizada, eficiente, eficaz e direcionada à obtenção de resultados práticos em curto prazo e de uma imagem competitiva com visibilidade para o local e para o exterior (ROLNIK, 2001; SIRKIS, 2001; FRIEDMANN, 1992; FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b; MARQUES DA SILVA, 1999b, p.15; NACIF XAVIER, 2002, p. 288).

Castells e Borja (1996) apresentam argumentos em que são expostos os parâmetros do planejamento estratégico, segundo o qual as cidades são analisadas como atores políticos e sociais complexos, ou seja, como cidades no interior do processo de globalização, elas mesmas atuando no sentido de promover acordos e associações, como núcleo central de articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as instâncias do Estado. Para Oliveira (2005), “nesse processo de metamorfose e de nivelamento, pessoas e lugares tornam-se entes que, se requalificados, retomarão sua posição nos circuitos produtivos” (OLIVEIRA, 2005) e o ‘projeto de cidade’ idealizado pelos ‘sistemas de ações’ desse modelo de planejamento por projetos urbanos pontuais ganha expressão significativa em várias cidades européias e latino-americanas, bem como o novo caráter das formulações espaciais regionais ou, ainda, dos ‘sistemas de

¹⁶⁰ Na atualidade não é possível importar ou exportar modelos cristalizados e, sim, comparar novas lógicas e novos processos mais adequados às novas geografias de espaço-tempo, já que os planos municipais não têm que ficar amarrados à rigidez e à homogeneidade abstrata, devendo apresentar diferentes graus de predeterminação e de regulação, em virtude das especificidades e das singularidades locais (TSIOMIS, 1996; PORTAS, 1996; FRIEDMANN, 1992).

objetos’, que da matriz anterior de pólos de desenvolvimento, passa a um recorte regional competitivo, com todas as caracterizações que o termo pode suscitar.

Por ser cada vez mais difícil aos atores do desenvolvimento urbano ‘enquadrar’ planos e prazos, é preciso definir mais precisamente os objetivos que se quer atingir e deixar mais abertas as modalidades de sua realização (ASCHER, 1994, p. 91)¹⁶¹. Segundo Limonad (2005), estas intervenções realizadas ao longo do tempo foram idealizadas com o intuito de inserir as cidades no mapa mundial e de atender às necessidades de valorização de diferentes capitais, em lugar do atendimento das reais necessidades da maior parcela da população, o que propiciou a produção de “espaços de poder, espaços do espetáculo, objetos de consumo” elitizados, voltados aos investidores e aos cidadãos-consumidores (LIMONAD, 2005). De acordo com Lima (2005),

a crítica à totalidade do plano funcionalista e racional que levou ao pensamento da cidade aos pedaços, abriu caminho para a produção de uma paisagem urbana e arquitetônica privatizada, interiorizada e espetacularizada. A experiência direta do espaço urbano se reduziu a um repertório aberto de signos, no qual se conjuga a diversidade como combinação de estilos e aparências seletivos e desejáveis para a experiência visual e, não necessariamente, como elementos e valores de relações sociais e existenciais (LIMA, 2005).

Desses processos resultam as dificuldades na conciliação dos interesses da gestão estratégica, voltados ao desenvolvimento econômico por meio de parcerias entre os setores público e privado, com aqueles da gestão democrática, voltados à participação popular através de fóruns de debate e do orçamento participativo, ao atendimento das demandas sociais, à construção da cidadania e à democratização da gestão. Portanto, equilibrar atores divergentes e dirimir conflitos deveriam ser tarefas contínuas dos tomadores de decisão (secretários, líderes políticos e comunitários) e governantes, já que “reinventar o espaço urbano provocando reformas em lugares que necessitam ser mais bem utilizados e modernizados, não basta para produzir um reordenamento, de forma a influir na recuperação física dos espaços” (CONDE, s.d.), sendo vital considerar as expectativas e os desejos dos cidadãos que vão se apropriar desses espaços¹⁶².

¹⁶¹ Harvey (1992) apud Diniz Filho e Vicentini (2004), “afirma que as alterações dos patamares tecnológicos do mundo industrial contemporâneo subvertem a lógica da cidade moderna com o aumento da densidade, alterações e diversidade de usos comuns, a reinterpretação e confusão entre os espaços públicos e privados e as subjetividades de uma nostalgia individualizada, gerando amplas reformas urbanas e a inversão de paradigmas e concepções territoriais (HARVEY, 1992)” (DINIZ FILHO; VICENTINI, 2004).

¹⁶² “Abandonando, assim, o planejamento em larga escala, ou seja, abandonando a visão da totalidade da cidade, as últimas administrações cariocas ensejam mudanças no zoneamento tradicional, alterando as possibilidades de aumento da densidade predial e da mescla de usos e atividades, sem que os mesmos sejam acompanhados da necessária readaptação da infra-estrutura instalada, com prejuízos para o conjunto da cidade. Tais alterações têm provocado o acirramento da fragmentação do espaço da cidade, ainda que de forma tímida, manifestações e reivindicações por parte de algumas vozes discordantes, engendrando denúncias que começam a ser acatadas pelo Judiciário” (NACIF, 2007, p. 12).

A gestão empresarial da cidade e a parceria com o setor privado passam, assim, a delinear os contornos a serem seguidos em prol da solução dos problemas urbanos, tomados como conseqüências do planejamento racional-funcionalista, propondo-se a um resgate da cidade através da requalificação urbana por meio da ‘mercadorização’ desta, da cultura e do esporte. Assim, os atores privados passam cada vez mais a ganhar terreno nos processos decisórios das políticas urbanas que organizam os ‘sistemas de ações’ direcionados à negociação entre o setor público e o setor privado no contexto da globalização (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 15). Para Giusso et al. (2006), “o valor de novas localizações passa a ser o centro de interesse de determinados proprietários e agentes de compra e venda, daí a preocupação em participar na decisão relativa à requalificação do solo ou no conhecimento prévio de determinados projetos urbanísticos” (GIUSSO et al., 2006)

A utilização de espaços estrategicamente localizados e privilegiados por infra-estruturas urbanas e pelos avanços tecnológicos, especialmente, nas áreas centrais, viabiliza a incessante busca do sobre-lucro e o eterno repasse pelos capitalistas do ônus de desvalorizações para outros espaços, “numa espécie de competição entre capitais no jogo de mercado, onde o empreendedor procura a valorização do capital imobiliário de circulação através de sua transformação em mercadoria-espaço cultural” (LEFÈBVRE, 1979) e “em outras mercadorias, como por exemplo, mercadoria-escritório, mercadoria-espaço comercial, etc.” (NOBRE, 2000).

Nas palavras de Santos (1996) apud Nacif (2007), “uma vez que o imperativo da globalização e da competitividade exige que os lugares da ação global sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de oferecer melhores condições de produtividade, torna-se necessário prepará-los para que não sejam rejeitados” (NACIF, 2007, p. 8). Nesse processo, os agentes construtores e imobiliários são os que assumem o papel de produtores da espetacularização cidade, conformando um grupo que, juntamente com as obras públicas, adquire um papel importante dentro da produção de valor.

Essa característica da forma de produção capitalista é explicada por Harvey (1992) ao afirmar que ao investir continuamente em um determinado espaço urbano para vencer a competição interurbana ou apenas dinamizar a sua economia através da exploração de “vantagens para a produção de bens e de serviços, da disputa por funções de comando no campo das finanças, da informação e do governo, da atração de consumidores através de inovações culturais, de grandes equipamentos comerciais e de lazer, novos estilos de arquitetura e de design urbano” (VARGAS, s.d.), representados pelos novos objetos arquitetônicos monumentais, outro ambiente já construído terá seu valor de troca reduzido, o que acarretará no seu abandono e na

sua deterioração, acelerando o processo de obsolescência, fato comum às áreas centrais mais antigas, que passam a apresentar os maiores estoques vagos por região.

O campo de concepção calcado na ideologia neoliberal reformula seu discurso sobre o urbano, com a adesão do pensamento de parte da corporação técnica do planejamento composta por arquitetos, sociólogos e economistas, entre outros profissionais, que lêem no esgotamento do modelo racional-funcionalista uma redução do seu lugar para um novo modelo, que incorpora práticas empresariais no sentido de uma produtividade urbana, que se expressa numa requalificação dos centros urbanos, de sua infra-estrutura, especialmente aqueles que possuem relevante patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico, com base na intervenção a nível físico e por meio do design urbano, trazendo à cena os projetos de requalificação intensiva de partes da cidade consideradas degradadas físico-espacialmente e esvaziadas sócio-economicamente, em oposição às formas tradicionais de operação na cidade, que buscavam estabelecer uma nova ordem espacial, negando-se ou destruindo-se a cidade existente através da renovação urbana, readequando a cidade do Rio de Janeiro à nova economia e conferindo-lhe um caráter particular e central como forma, inclusive, de inseri-la no cenário internacional (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b).

Os espaços urbanos passam, assim, a constituir-se em importantes potencializadores do desenvolvimento econômico em razão da sua capacidade de introduzir novas centralidades, da possibilidade de atuarem na recomposição do tecido urbano e no estabelecimento de novas formas de articulação entre os setores público e privado, visando apresentar por efeitos úteis de aglomeração: o entrelaçamento de capitais industriais no espaço urbano das cidades, o que leva a valorização do capital; o espaço concentrado, o que permite o aumento de produtividade; a centralização do mercado consumidor; a redução do tempo de transporte da mercadoria e, conseqüentemente, dos custos; a compactação da força de trabalho e; a facilidade para a reprodução coletiva, efeitos que não são dados e, sim, construídos através de articulações no espaço, onde o urbano se estabelece, objetivos que se tornam difíceis de serem alcançados em termos de design urbano por estarem, ainda, embebidos da concepção tradicional de planejamento físico-territorial, dentro de princípios estéticos e construtivos, que reduzem o planejamento urbano a objetos arquitetônicos monumentais ou de engenharia em grande escala.

3.3.1. A ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008).

O Rio de Janeiro experimentou na década de 1980 “uma crise social, que afetou profundamente o desenvolvimento da cidadania” (OLIVEIRA, 1999) em virtude da “falência de um determinado modelo cívico-territorial [...] construído na cidade a partir da Reforma Urbana de Pereira Passos” e, nas palavras de Kleiman (2001), uma dupla crise dos serviços urbanos: por um lado, a expansão geográfica, a densificação e a verticalização da cidade não é acompanhada pela expansão da infra-estrutura, havendo, inclusive, uma queda na qualidade da capacidade já instalada; e, por outro, criaram-se novas barreiras ao acesso às camadas populares. Ao mesmo tempo, “o incremento à Indústria Automotiva despeja diariamente mais automóveis, caminhões e ônibus nas cidades, que têm que investir cada vez mais na questão da resolução da circulação, deixando de lado os investimentos em transportes de massa ferroviários e metroviários” (KLEIMAN, 2001).

No início dos anos 1990 e no contexto da acelerada mundialização da economia, tem início na cidade do Rio de Janeiro o processo de elaboração de uma série de políticas públicas direcionadas ao ajuste do planejamento da cidade a “um novo modelo de desenvolvimento econômico, o da chamada ‘integração competitiva’ na economia mundial” (BAHIA, 2000, p. 86), o modelo de planejamento estratégico de cidades, onde as decisões dominantes tendem a ser as do mercado em virtude da crise do Estado e do novo ‘sistema de ações’ governamental, com vistas a tornar a máquina administrativa pública mais ágil, flexível e capaz de gerar um ambiente econômico favorável à atração de investimentos públicos e privados. De acordo com Silveira (2004), verifica-se uma complexificação dos ‘sistemas de ações’ do poder público, especialmente na área central, que materializam ‘sistemas de objetos’ localizados em pontos específicos do tecido urbano. Este novo padrão de gestão busca inserir a cidade no mesmo jogo de conquista de mercados que as empresas com base na concepção estratégica e em oposição ao planejamento urbano da cidade como uma totalidade (SILVEIRA, 2004, p. 82).

Este modelo de modernização da sociedade com base no modelo de planejamento estratégico de cidades combinou-se com o discurso fundante da cidade, que se apóia na oposição entre o ‘maravilhoso’, por um lado, e o ‘social degradado’, por outro. Assim, na tentativa de resgatar a cidadania pela recuperação da imagem competitiva da cidade, em sintonia com os preceitos da globalização, surge o novo paradigma da requalificação urbana, que busca ampliar a base econômica e social dos centros urbanos através da ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte, assim como, o conceito de patrimônio, com a incorporação da ‘memória coletiva’ aos ‘monumentos’, apresentando os projetos urbanos pontuais, ao menos na teoria, uma maior

preocupação com os contextos existentes, o uso dos recursos não renováveis e a participação do governo, das comunidades e dos empresários (DEL RIO, 1993), concepções importadas do movimento do Novo Urbanismo adotadas parcialmente no planejamento urbano carioca. Nesse quadro, a cidade passa a ser objeto do *marketing* urbano e ganha corpo a ‘cidadania de mercado’, na qual o cidadão confunde-se com o consumidor, o cliente e o usuário” (OLIVEIRA, 1999). A partir de então, o fator locacional, pelo menos para alguns setores da economia, e a construção de uma imagem competitiva de cidade passam a configurar importantes estratégias para atrair investimentos externos, incentivados com o avanço da ‘guerra fiscal’ acirrada com a desregulamentação e o desenvolvimento da urbanização e da economia capitalista.

A subordinação ao lucro privado nos processos de intervenção pública na cidade resultou na seletividade e na segregação do espaço, contribuindo gradativamente para o abandono do planejamento racional-funcionalista a favor do planejamento estratégico de cidades, que incorpora técnicas de gestão empresarial às políticas urbanas e acordos empresariais negociados por investidores que visam, principalmente, o lucro (COMPANS, 2004, p. 32; MARQUES; MOREIRA, 2007). Verifica-se, então, que o controle do uso do solo pelo zoneamento torna-se uma barreira para os grupos sociais e econômicos de peso, ou seja, os segmentos de maior renda da população: os investidores e os cidadãos-consumidores e os seus interesses em torno da acumulação urbana, que têm na cidade não apenas seu marco, mas seu objeto de valorização (a incorporação imobiliária, os empreiteiros de obras de infra-estrutura e empresas de serviços urbanos), e no zoneamento a base de diferenciação do solo urbano e dos lugares que lhes conduzem às rendas imobiliárias e à criação de áreas à sua imagem com separação simbólica com os demais grupos sociais (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN; MENDES, 2006a).

A globalização acentua a busca dos governos locais por investimentos privados, através da intensificação da competitividade entre os municípios, no intuito de atrair investimentos, incorporando a estratégia competitiva às políticas públicas. “A globalização não só incide na economia, mas, também, nas culturas mais tradicionais, que recebem fluxos de informação e valores a todo tempo” (YÁZIGY, 2001) e, com essa visão globalizante, “os governos locais propõem políticas públicas, que têm como função básica o consumo de lugares na cidade, transformando-a em um dos principais campos de negociação público-privado”, sendo que essas políticas públicas se confrontam com as condições locais, que se alteram para se adaptarem às exigências da globalização (MARQUES; MOREIRA, 2007).

Apesar das inovações, essa forma de gestão estratégica ainda “carrega vícios e posturas decorrentes do modelo centralizador (o modelo de planejamento racional-funcionalista) de desenvolvimento em voga nas décadas de 1960 e 1970 e capitaneado pela ideologia do rodoviarismo” (BARBOSA, 2003), caracterizando-se como um urbanismo de *marketing*, de intervenções pontuais, de resultados, monumentalista e de fachada, palco do totalitarismo e do capitalismo financeiro, cujo programa não é mais segregar pela ordenação, como o urbanismo moderno, mas simplesmente afastar, apartar ou, ainda, excluir através “da transformação radical da cidade em capital-dinheiro, da descentralização do trabalho na estrutura social e da transformação do conflito em intervenções apaziguadoras e marqueteiras”, que produzem “espaços vazios, ditos revitalizados, como se neles não tivesse havido vida anterior” (ARANTES, 2000).

Embora o atual modelo de planejamento se declare contrário aos preceitos modernistas, que contavam com amplos recursos do Estado e pretendiam exercer o controle do espaço físico através das normas e dos planos de longo prazo, dificultados pela globalização e pelas novas tecnologias, que mudaram a noção de tempo (MARQUES DA SILVA, 1999b, p.16, 1999c), e das críticas quanto aos seus resultados práticos, tais como: o controle da totalidade do território urbano; a segregação espacial; a uniformidade monótona dos conjuntos habitacionais e das novas cidades e; o desconhecimento de formas de ocupação consolidadas (NACIF XAVIER, 2002, p. 285 e 286; COMPANS, s.d.), sua herança permanece no novo modelo de planejamento estratégico carioca.

Nesse sentido, a compreensão dos efeitos da globalização, que teve origem no primeiro mundo e que transformou as relações econômicas, sociais, políticas e culturais em uma cidade do Terceiro Mundo, como o Rio de Janeiro, só é possível a partir de uma análise das mudanças ocorridas nos ‘sistemas de ações’ que sustentaram as políticas públicas voltadas à requalificação urbana ou, ainda, à alteração nas estruturas morfológicas e tipológicas existentes na cidade por meio da (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e, conseqüente, da produção de ‘sistemas de objetos’ com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais. Especificamente, são analisados os ‘sistemas de ações’ das administrações municipais dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), a partir dos seguintes elementos: 1) a concepção de planejamento adotada; 2) o diagnóstico da cidade; 3) o ‘sistema de ações’; 4) a organização da administração pública; 5) o principal plano e; 6) os principais programas e projetos, de modo a verificar as mudanças ocorridas nas políticas públicas do modelo de planejamento estratégico carioca nesse período.

3.3.1.1. A primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996).

3.3.1.1.1. A concepção de planejamento adotada.

O primeiro governo do prefeito Cesar Maia¹⁶³, eleito em 1992, “no contexto da gestação de um novo modelo nacional de desenvolvimento econômico, sob a égide da política neoliberal, com a qual ele manifestava concordância, tanto com os paradigmas, quanto com as linhas centrais da política” (BAHIA, 2000, p. 98), teve como destaque a figura desse líder e do arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde, secretário municipal de Urbanismo, que reintroduziu o conceito de projeto urbano no planejamento da cidade e enfatizou o discurso da ordem urbana e da gestão financeira eficiente e competitiva como a de uma empresa, articulado a um ‘sistema de ações’ de impacto sobre a cidade para tentar reverter o quadro de ‘crise urbana’, com base na formulação de uma política de intervenção na cidade orientada pelo que Cesar Maia e Luiz Paulo Conde denominaram de ‘urbanismo heterogêneo’, embasado em alguns princípios da Carta do Novo Urbanismo, caracterizado como uma crítica ao urbanismo moderno e ao planejamento global e considerado potencialmente capaz de induzir um processo de amplas transformações na cidade através de intervenções localizadas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO; IPLANRIO, 1996; BAHIA, 2000, p. 98 e 99).

3.3.1.1.2. O diagnóstico da cidade.

O secretário municipal de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, juntamente com o então prefeito Cesar Maia elaborou um diagnóstico sobre a cidade, que concluiu que o Rio de Janeiro vivia uma situação de ‘crise urbana’ evidenciada pela desordem urbana e caracterizada: pela ausência de mecanismos de controle, de planejamento e de uso do solo urbano; pela dicotomia entre a ‘cidade formal/ legal’ x a ‘cidade informal/ ilegal’ e pelo aumento da violência e da insegurança, sendo que este quadro era agravado: pela degradação ambiental, consequência da ocupação desordenada de partes da cidade; pela degradação físico-urbanística das ruas e dos passeios públicos, em sua maioria com iluminação precária, da sinalização ineficiente e do mobiliário urbano deteriorado e, ainda; pelo esvaziamento sócio-econômico de algumas áreas; fatos que justificaram os ‘sistemas de ações’ e os vultosos recursos públicos investidos na materialização dos ‘sistemas de objetos’ do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade.

¹⁶³ A eleição de Cesar Maia para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 1993, pelo Partido da Frente Liberal - PFL, marcou uma inflexão em um longo período de domínio da centro-esquerda e da esquerda na cidade e no Estado. Cesar Maia se elegeu com um discurso que acionava elementos do lacerdismo, com fortes ecos nas camadas médias da cidade (CARDOSO, 1996, p. 40 e 41).

3.3.1.1.3. O ‘sistema de ações’.

A primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996) foi exaltada como o exemplo da retomada do dinamismo da cidade após um longo período de crise, iniciando um novo marco na trajetória das políticas urbanas na cidade do Rio de Janeiro ao organizar um ‘sistema de ações’ responsável, entre outras coisas: pela reestruturação da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU¹⁶⁴; pelo “o enfraquecimento do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR¹⁶⁵ (NACIF, 2007, p. 9)”, pela criação dos Conselhos da Cidade, do Comitê Executivo e da Equipe Técnica do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’; pela criação da Secretaria Extraordinária para o Meio Ambiente, em 1993, e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, em 1994, com o intuito de estruturar a fiscalização ambiental, contando com Alfredo Sirkis¹⁶⁶, a convite de Cesar Maia, em princípio, como secretário extraordinário para o Meio Ambiente e, depois, como secretário municipal de Meio Ambiente e; pela realização de várias obras, como a construção da Linha Amarela¹⁶⁷ (importante via de ligação entre a Zona Norte e a Zona Oeste), e de programas sociais, de segurança pública, de saneamento e de requalificação urbana, promovidos pelo “chamado marketing urbano, que propôs projetos com nomes que acentuassem as imagens positivas para a cidade” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 9), tais como: o Programa Favela-Bairro e o Programa Rio-Cidade. No pensamento de Nacif (2007), também foi importante, no período de 1993 a 1996, a aprovação

¹⁶⁴ Oliveira (2003) apud Nacif (2007), “estudando o período compreendido entre 1993 e 2002, observa que a reestruturação da Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, por exemplo, [...] tinha como um de seus objetivos adequá-la aos novos paradigmas organizacionais que tem a empresa como modelo para gestão das cidades” (NACIF, 2007, p. 9).

¹⁶⁵ “O Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, criado pela Lei Nº 1.665/1991, tinha como competência atribuída pelo Plano Diretor da Cidade analisar os processos relativos às operações interligadas que só seriam aprovadas mediante parecer favorável do mesmo. No entanto, apesar de a consulta ao COMPUR ter se transformado em um procedimento alegórico e, na maioria das vezes, dispensável, conforme aponta COMPANS (2002), ele se transformou em um complicador, na perspectiva do Executivo, para aprovação dos pedidos de realização de operações interligadas. Extingui-lo foi a solução adotada pelo executivo” (NACIF, 2007, p. 10).

¹⁶⁶ “Alfredo Sirkis, a frente Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC dirigiu diversos projetos sócio-ambientais entre os quais: o reflorestamento comunitário em 47 favelas da cidade; a criação do Conselho das Águas da Baixada de Jacarepaguá - CONSAG; o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMAM; os primeiros passos para a municipalização do saneamento básico, no município, com a construção da rede de esgotos do Recreio dos Bandeirantes, a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas e a dragagem da Lagoa do Camorim; a criação do Grupamento de Defesa Ambiental - GDA, da Guarda Municipal; a construção das ciclovias Mané Garrincha, Rubro Negra, Marechal Rondon, Ayrton Senna e João Saldanha, completando a maior rede cicloviária urbana do continente; a implantação dos parques do Bosque da Freguesia (Jacarepaguá), Marcelo de Ipanema (Ilha do Governador) e a negociação de soluções para a municipalização da área florestal da Prainha e do morro Dois Irmãos. Deixou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, em 1996”. Disponível em: <<http://remello.sites.uol.com.br>>.

¹⁶⁷ De acordo com Pereira (2000), a Linha Amarela é uma “via concebida nos anos 1960, no contexto de um plano urbanístico global, que propôs um conjunto de novas ligações, visando uma rearticulação do espaço urbano do Rio de Janeiro”, tendo sido “executada como ação contida em outro plano global, dentro do paradigma de planejamento dos anos 1990” (PEREIRA, 2000).

“da Lei N^o 2.052 de 1993, fruto da ação de diversos vereadores envolvidos nas disputas entre moradores e feirantes da Feira de São Cristóvão, cujo conteúdo voltou-se para a manutenção da feira no bairro e para a criação do Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste, no Campo de São Cristóvão” e “da Lei N^o 2.236 de 1994, que passa a permitir o uso residencial no Centro” (NACIF, 2007, p. 85 e 88)¹⁶⁸.

O objetivo do prefeito Cesar Maia e do secretário municipal de Urbanismo e presidente do Conselho Diretor do Plano Estratégico Luiz Paulo Conde ao elaborarem esse ‘sistema de ações’ “orientado pelo binômio flexibilização-desregulamentação, acompanhado [...] do redesenho da estrutura institucional com vistas ao planejamento urbano e à redução dos precários espaços institucionais que acatam a participação popular na gestão urbana (como exemplo, o COMPUR)” (NACIF, 2007, p. 9), foi o de realizar intervenções urbanas em partes da cidade, garantindo maior controle das atividades ocorridas nesses espaços¹⁶⁹ e de superar um atraso de décadas de intervenções pautadas na abertura e no alargamento de ruas para o automóvel, à luz das concepções do modelo de planejamento estratégico de cidades, voltado à requalificação urbana do Rio de Janeiro através de projetos urbanos pontuais, “fortemente influenciados pelas recentes transformações econômicas, culturais e políticas”, comumente chamadas de globalização e que tiveram a intenção política de produzir na mente daqueles que percorrem as ruas da cidade, uma imagem clara da presença do poder público atuando no espaço urbano (LEMME, 2002; MARQUES; MOREIRA, 2007).

Tal modelo de intervenção urbana adotado pela municipalidade teve forte repercussão na mídia e foi responsável, entre outras iniciativas, pela expulsão dos camelôs das áreas centrais, pelo cercamento das praças públicas e pela criação da Guarda Municipal e teve como principais instrumentos: o Programa Favela-Bairro, que procurou integrar as favelas do Rio de Janeiro ao tecido urbano da cidade, e o Programa Rio-Cidade, cuja proposta era o bem-estar da população aliado à funcionalidade dos serviços públicos, que visavam consolidar a cidade como uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser o centro de negócios no País e no exterior, com base em um reordenamento espacial¹⁷⁰ para preparar o Rio de Janeiro para

¹⁶⁸ “A Lei, apesar de não ter causado impactos significativos na construção e/ou adaptação de prédios no bairro para fins residenciais, faz parte de um conjunto de medidas necessárias para a concretização de um novo modelo de Área Central, motivado pelo repetido argumento da presença de infra-estrutura subutilizada” (NACIF, 2007, p. 85).

¹⁶⁹ “A diretriz adotada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, de aliar as intervenções físicas na cidade ao controle urbano, foi inspirada nas ações do prefeito de Nova Iorque, Rudolph Giuliani, que viu nesse tipo de ação intervencionista uma forma de controlar a criminalidade do espaço urbano naquela cidade. De acordo com Magalhães (2001), em 1995, Cesar Maia chegou a propor a leitura das estratégias de valorização do espaço público do prefeito nova-iorquino aos seus colaboradores” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 9 e 10).

¹⁷⁰ Entretanto, tal reordenamento pode ampliar os desequilíbrios regionais e intra-urbanos, uma vez que reproduz e requalifica as desigualdades entre espaços equipados e não-equipados, renovados e degradados, centro e periferia.

superar os desafios impostos pelo novo ambiente econômico, particularmente em relação aos diferentes projetos de requalificação urbana, estabelecendo a construção de uma gestão urbana municipal, de acordo com as premissas do modelo de planejamento estratégico de cidades, “tão em moda em cidades como Santo André, Berlim, Lisboa, e seu mais nobre exemplo: Barcelona, em detrimento de uma política urbana social” (MAGALHÃES; FARIA, 2001)¹⁷¹.

O secretário municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde reorganizou e retomou as funções de planejamento e de intervenção na cidade do Setor de Projetos Urbanos - SPU da Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU¹⁷², que à época tinha suas ações concentradas: nas áreas de elaboração do macro zoneamento do Rio de Janeiro e dos Projetos de Estruturação Urbana - PEUs¹⁷³, que visavam adequar a legislação geral às características do bairro ou dos conjuntos de bairros, e; na aplicação da legislação urbanística¹⁷⁴ vigente, o Decreto N° 322/1976 e suas modificações (NACIF XAVIER, 2002)¹⁷⁵. Outra medida tomada por Conde na Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU foi a alteração da metodologia de elaboração dos PEUs pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, o que tornou o processo mais

¹⁷¹ Ações que credenciaram eleitoralmente Luiz Paulo Conde, responsável na ocasião pela implementação dos programas e dos projetos, ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1997-2000), dando continuidade, em linhas gerais, a mesma política elaborada na primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996) (CARDOSO, 1996, p. 41; BARBOSA, 2003).

¹⁷² “O objetivo primeiro da Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU é o estabelecimento das diretrizes para a realização da política urbana do Município do Rio de Janeiro, visando garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, valorizar o ambiente natural e construído, preservar as paisagens que formam a imagem da cidade e possibilitar a apropriação, de maneira democrática, do espaço urbano pela população, orientando os incentivos às atividades econômicas necessárias ao sustento do município e os investimentos públicos, observando a necessidade de intercâmbio e cooperação com os municípios vizinhos, entidades estaduais e federais” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

¹⁷³ “Os Projetos de Estruturação Urbana – PEUs são responsáveis por definir o uso, a ocupação do solo e as respectivas ações administrativas para sua implementação, tendo como recorte espacial as Unidades Espaciais de Planejamento – UEPs. Tal instrumento foi proposto desde 1964, quando da elaboração do PUB-Rio. Segundo o Plano Diretor aprovado em 1992, cada PEU deveria contar com o seguinte conteúdo mínimo: 1) a delimitação das Zonas de Especial Interesse, definindo os usos permitidos; 2) a fixação de índices de aproveitamento do terreno e seus parâmetros urbanísticos; 3) a fixação de índices e parâmetros urbanísticos para as edificações, como altura máxima das edificações, área mínima útil das unidades edificáveis, taxa de ocupação, número máximo de pavimentos das edificações, área total edificável, entre outros; 4) as restrições que incidam sobre edificações ou atividades existentes que não mais satisfaçam as condições da Zona ou Área de Especial Interesse em que se situam; 5) a relação dos bens tombados ou preservados e; 6) o quadro de atividades relativo aos usos permitidos para as diversas zonas, número de vagas de garagem e área mínima destinada à Recreação” (NACIF, 2007, p. 143).

¹⁷⁴ “A legislação urbanística interfere no mercado de imobiliário, com repercussões variadas, induzindo ou restringindo, ou até mesmo congelando o crescimento de certas áreas e a localização de certas atividades. A legislação urbanística tem mais efeito de restrição do que propriamente de indução” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 19).

¹⁷⁵ Conforme Marques da Silva (1999b), “o Plano Diretor estabeleceu que os parâmetros de uso e de ocupação do solo contidos em PEUs ou em outras normativas devem ser aprovados por lei; sendo assim, qualquer mudança em seus parâmetros terá que ser submetida à Câmara Municipal para avaliação e aprovação, um processo quase sempre demorado. No contexto em que vivemos hoje, onde novas atividades surgem a todo instante, a normativa urbanística torna-se defasada da realidade” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 21 e 22).

complexo e, conseqüentemente, a sua implementação mais demorada. Conforme a prefeitura do Rio de Janeiro, “o Projeto de Estruturação Urbana – PEU é um conjunto de regras norteadas por políticas e ações definidas para orientar o desenvolvimento físico-urbanístico de um conjunto de bairros vizinhos com características semelhantes” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO). Segundo Mendes (1998), “verifica-se nesse período um processo de terceirização do planejamento urbano no município do Rio de Janeiro” (MENDES, 1998), em especial, a partir da experiência dos Projetos de Estruturação Urbana - PEUs e da atuação do poder público como uma empresa em um ambiente de competição interurbana. Desse modo, são conteúdos do PEU:

1) a adequação das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor à dinâmica de ocupação do solo local; 2) a definição de parâmetros que regulam a intensidade de uso e de ocupação do solo; 3) a indicação de áreas com restrição ao adensamento em função da capacidade de infra-estrutura básica e dos projetos de melhoramentos previstos; 4) o estabelecimento dos padrões, da volumetria e das condições de edificação; 5) as diretrizes de localização espacial dos usos e das atividades; 6) a definição de uma estrutura viária básica, hierarquizada segundo funções exercidas no contexto local e municipal; 7) a revisão dos Projetos de Alinhamento - PAs dos logradouros, com definição das necessidades e das prioridades de implantação; 8) a definição de Áreas de Especial Interesse - AEIs diversas (urbanístico, social, ambiental, turístico ou funcional), com o estabelecimento dos parâmetros de ocupação, ações e intervenções específicas complementares; 9) a definição de áreas de preservação ambiental e do patrimônio construído; 10) a identificação das áreas frágeis de encosta e de baixada, quando for o caso, com a definição de regras para sua ocupação; 11) a indicação de áreas a serem contempladas com projetos urbanos e de melhorias na infra-estrutura local; 12) a definição de áreas a serem reservadas para implantação de equipamentos urbanos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

Luiz Paulo Conde incentivou o prefeito Cesar Maia a contratar a empresa catalã *Tecnologies Urbanas Barcelona S.A.* – TUBSA, liderada por Oriól Bohigas e Jordi Borja para elaborar o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’ em complementação ao Plano Diretor Decenal, inspirado na experiência que tiveram na requalificação da cidade de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, com o intuito de requalificar o espaço público por meio de “intervenções urbanísticas articuladas à modernização da infra-estrutura necessária à renovação da base econômica, ou seja, uma renovação econômica fundada na concorrência entre cidades pela atração de empresas e capitais” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 10) e com o objetivo central de:

tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior (MACHADO, 2004, p. 83).

O ‘sistema de ações’ adotado pelo prefeito Cesar Maia posicionou-se contrariamente a um dos pilares do ideário da Reforma Urbana¹⁷⁶, sobretudo, a função social da propriedade e da cidade (o uso equitativo do solo urbano), como parte de uma estratégia elaborada para fornecer “no terreno jurídico-institucional as condições propícias para a execução da política de intervenção urbana na lógica da cidade competitiva, onde os investimentos públicos são orientados prioritariamente para torná-la atraente aos investimentos e dos capitais do exterior” (BAHIA, 2000, p. 102). Contudo, apesar da oposição explícita do prefeito Cesar Maia aos paradigmas dessa política urbana de perfil redistributivo, na política urbana do Rio de Janeiro convivem em tensão as concepções do modelo de planejamento racional-funcionalista representado, parcialmente, pelo Plano Diretor Decenal e do modelo de planejamento estratégico de cidades adotado na formulação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’, com diferenças paradigmáticas entre seus ‘projetos de cidade’, diagnósticos e estratégias de ação (MADEIRA, 1999). Segundo Nacif (2007),

no processo voltado para flexibilizar a legislação urbanística, no ano de 1994 foi aprovado o instrumento das operações interligadas, considerado um dos mais importantes no sentido de alteração de parâmetros urbanísticos mediante contrapartida paga pelo responsável pela solicitação da operação. [...] O instrumento das operações interligadas foi o único dos instrumentos integrantes do Plano Diretor de 1992 a ser regulamentado (NACIF, 2007, p. 80)¹⁷⁷.

Para Machado (2004), após a primeira etapa do processo de elaboração do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, “foi posto em prática uma série de estudos e levantamentos de dados e de informações com o objetivo de identificar tendências e apontar os pontos fortes e fracos no setor econômico, político e social da metrópole carioca”, que resultou na segunda etapa denominada ‘Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro’, que avaliou o grau de competitividade do Rio de Janeiro e a sua inserção no contexto nacional e internacional” (MACHADO, 2004, p. 81 e 82). Na fase de implementação do Plano, a cidade foi sendo (des)construída nas áreas de interesse do capital e voltou a configurar a segunda economia mais importante do País, o que não significou o aumento da oferta de empregos e nem a divisão da riqueza.

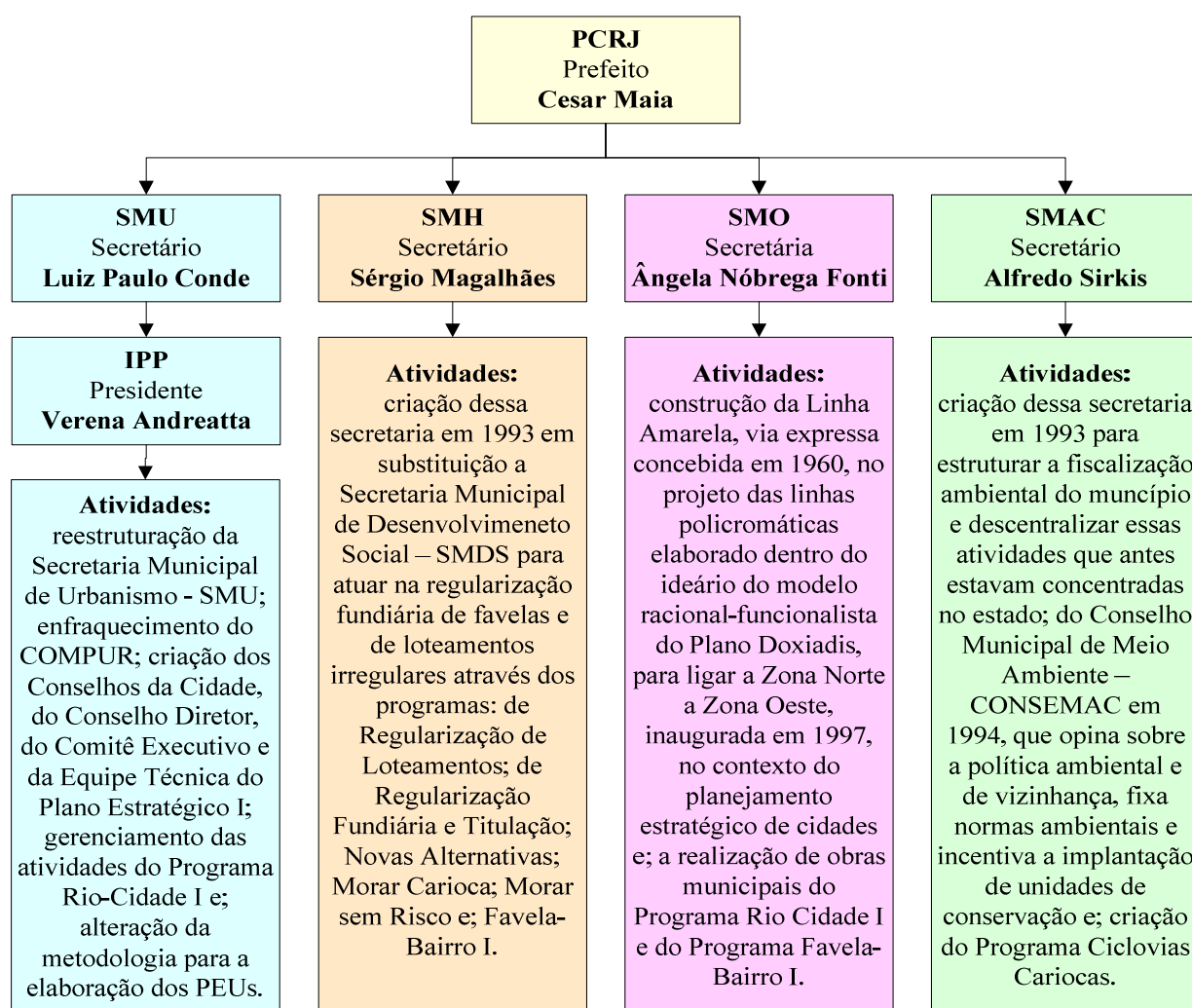
¹⁷⁶ Segundo Cavalliere (1994) apud Bahia (2000), “logo depois de empossado no cargo de prefeito, Cesar Maia retirou da Câmara dos Vereadores os três únicos projetos de lei de regulamentação do Plano Diretor: o solo criado, o imposto progressivo sobre a propriedade predial e territorial urbana e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU, formado com recursos advindos do solo criado, de autoria de Marcello Alencar, seu antecessor” (BAHIA, 2000, p. 102).

¹⁷⁷ “No Rio de Janeiro o instrumento foi definido e utilizado para atender às demandas pela alteração de parâmetros urbanísticos mediante o pagamento de uma contrapartida, sem que seu objetivo fosse mediado por interesses coletivos. Em poucas palavras, na realidade a prefeitura ‘vende’, se assim podemos dizer, a possibilidade da alteração de determinadas normas urbanísticas, abrindo mão da perspectiva da previsibilidade da legislação e, portanto, da existência de equipamentos urbanos e comunitários compatíveis com os usos, capacidade do sistema viário e de transporte, entre outros. [...] Chamam a atenção, também, na primeira gestão Cesar Maia alguns projetos que, ao alterarem pontualmente parâmetros urbanísticos, o fazem para se adequar, tudo indica, aos projetos arquitetônicos já elaborados” (NACIF, 2007, p. 81 e 87).

3.3.1.1.4. A organização da administração pública.

A prefeitura do Rio de Janeiro na primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996) estava organizada na maneira tradicional da estrutura pública brasileira, com ênfase no poder decisório do Executivo, no caso o prefeito da cidade. Contudo, apresenta em atenção aos propósitos do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, embora mantendo o prefeito como ‘líder’ do processo, a escolha de determinadas ações como foco principal de atuação, tais como: o Programa Rio-Cidade; o Programa Favela-Bairro e; o fortalecimento da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, da Secretaria Municipal de Habitação – SMH, do Instituto Municipal de Informática – IPLANRIO, atual Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP (como uma espécie de ‘agência de urbanismo’), da Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente – SMAC e da Secretaria Municipal de Obras - SMO, responsável pela construção da Linha Amarela. O organograma abaixo expressa essa organização para dar conta de seus propósitos.

ORGANOGRAMA 01: A PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO CESAR MAIA (1993-1996).



Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

3.3.1.1.5. O principal plano.

O Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’.

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – ‘Rio Sempre Rio’ foi elaborado em 1993 a partir da assinatura de um acordo de cooperação entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, com a assessoria de técnicos catalães¹⁷⁸, que, por sua vez, adotaram no planejamento da cidade uma nova metodologia de gestão dos problemas urbanos, que definiu um ‘sistema de ações’ composto por sete linhas estratégicas: 1) O Carioca do Século XXI; 2) Rio Acolhedor; 3) Rio Participativo; 4) Rio Integrado; 5) Portas do Rio; 6) Rio Competitivo e; 7) Rio Pólo Regional, Nacional e Internacional; sintetizadas nas seguintes ações prioritárias: melhoria da qualidade de vida; vertebração da cidade; integração social; melhoria das infra-estruturas críticas; desenvolvimento das vocações específicas da cidade e; geração de empregos, e que se desdobrariam em 159 projetos da administração municipal como alternativa ao desafio de tentar inserir a cidade na nova ordem econômica internacional, transformando-a em uma ‘cidade global’, produtiva e competitiva, ao mesmo tempo em que aumentavam as desigualdades sócio-espaciais (LOBO, 2006; MACHADO, 2004, p. 84; LOPES, 2004; ARANHA, 1996).

Entretanto, a proposta do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ refere-se a “uma inflexão em relação ao discurso da agenda do movimento nacional de reforma urbana, que iluminou o processo de elaboração do Plano Diretor aprovado em 1992” (MADEIRA, 1999), sendo o embate entre esses dois modelos de planejamento urbano acentuado a partir da opção política da prefeitura Rio do Janeiro em privilegiar o Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’, no qual “a cidade não é mais vista como um todo, mas como um ‘mosaico’ de inúmeros projetos vendidos como o método mais eficiente de intervenção” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 10), em detrimento do Plano Diretor, com o objetivo de elevar o município ao patamar de ‘cidade global’¹⁷⁹.

¹⁷⁸ “Transpõe-se, assim, um modelo cujas diretrizes de intervenção haviam sido elaboradas em arenas compostas por atores sociais totalmente estranhos à realidade da cidade. Mesmo considerando as adaptações realizadas, o Plano Estratégico não perde o conteúdo globalizante do modelo utilizado, podendo então ser considerado uma resposta ‘exógena’ para os problemas da cidade” (OLIVEIRA, 1999, p. 18).

¹⁷⁹ Para Oliveira (1999), “de forma genérica, pode-se afirmar que o Plano Diretor pelas próprias características do processo de sua elaboração, [...] é a síntese das experiências acumuladas no trato da questão urbana pelo corpo técnico da administração municipal, somada a diferentes demandas vocalizadas pela sociedade civil. Emerge assim como uma alternativa ‘endógena’ para o ordenamento físico-territorial da cidade, em contraponto ao Plano Estratégico que, [...] tem em sua gênese um componente fortemente ‘exógeno’, posto que transpõe para o Rio de Janeiro modelos formulados para cidades européias a partir da década passada (OLIVEIRA, 1999, p. 14 e 15).

Visto isso, é possível estabelecer um paralelo entre o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, a saber:

QUADRO 03: PLANO DIRETOR X PLANO ESTRATÉGICO I.

	PLANO DIRETOR	PLANO ESTRATÉGICO I
Papel atribuído à administração municipal	Papel de Promotor da integração funcional dos interesses e das necessidades díspares dos diferentes agentes da cidade, típico das grandes cidades, além do Papel de Regulador da produção do espaço urbano de modo a promover um desenvolvimento equilibrado com o intuito de amenizar as desigualdades intra-municipais, ou seja, organizar a produção do espaço urbano.	Papel de Promotor , juntamente com os agentes privados, com base em parcerias público-privadas e com vistas a obtenção de melhores condições de competitividade da cidade e de qualidade de vida dos seus habitantes, além do Papel de Estimulador dos projetos identificados como necessários aos objetivos por ele expressos.
O Plano	Configura-se como um Plano Geral para a cidade, que é vista como um todo. Enquanto lei destina-se a normatizar as ações dos cidadãos , em seu campo de abrangência, configurando-se como um código que visa homogeneizar os direitos e os deveres de uma cidade marcada pela pluralidade social.	Configura-se como um Plano Parcial para a cidade, que não é mais vista como um todo, mas como um conjunto de projetos urbanos pontuais, elaborados com o objetivo de eleva o município ao patamar de ‘cidade global’ . Por não ser lei, o plano estratégico não implica em sanções quando não cumprido.
Objetivos	- A promoção do desenvolvimento físico-territorial equilibrado; - A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.	- A ‘venda’ da cidade como objeto de consumo no ‘mercado de cidades’; - A promoção da cidade segundo determinadas estratégias, de modo a otimizar seu valor de mercado; - O aumento da atratividade de investimentos e a melhoria da imagem da cidade; - A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.
Modelo de urbanismo que veicula	Não pode ser considerado meramente racional-funcionalista, pois ao agregar concepções oriundas do ideário da reforma urbana, acaba por romper com um de seus principais eixos, qual seja, um modelo idealizado de cidade.	Sob a égide da exequibilidade, veicula um ‘urbanismo de resultados’, que “se caracteriza por definir performances sem prejudicar modalidades de realização, privilegia o fim sobre os meios e as funções de comunicação, mediação e negociação, só admitindo compromissos que estejam em conformidade com a execução imediata de projetos pontuais, mas que possam produzir sinergias em médio prazo” (COMPANS, 1996, p. 222).
Concepção de cidadão	Os habitantes da cidade estão submetidos formalmente, enquanto iguais, a um código normatizador de deveres e de direitos em relação ao espaço físico da cidade. Desse modo, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade traduz-se, assim, na capacidade que a administração municipal tem para promover o desenvolvimento equilibrado daquilo que é estabelecido enquanto direitos e deveres dos cidadãos.	A população urbana é concebida em suas diferenças e estas levadas em conta nos programas e projetos urbanos. Considerando a lógica que estrutura o plano e a ausência de parte significativa dos habitantes em sua elaboração, quanto em sua implementação, deduz-se que o mesmo dirige-se para uma parte da cidade e para alguns cidadãos.

Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

A legislação urbana tem como papel principal o controle do uso e da ocupação do solo nos municípios, especificando, entre outros, as normas de parcelamento e o aproveitamento do terreno para a construção. Segundo Nacif Xavier (2002), o Plano Diretor estabelece as diretrizes de crescimento urbano, as áreas prioritárias para expansão ou restrição à ocupação urbana, índices e coeficientes de densidade, detalhando, ainda, as diretrizes da Lei Orgânica do Município, que estabelece, entre outros, os princípios básicos da política urbana local e os instrumentos urbanísticos à disposição do município para exercer o controle do desenvolvimento urbano¹⁸⁰ (NACIF XAVIER, 2000). Apesar dessa carta de princípios buscar a redução das desigualdades econômicas e sociais na cidade, o Plano Diretor, antes visto como necessário à boa ordenação da cidade, passou a sofrer várias críticas e a apresentar dificuldades em sua implementação em razão do caráter coercitivo das normas urbanísticas de uso e de ocupação do solo, que apesar de reconhecidas como inovadoras nas áreas da habitação e do meio ambiente, ‘engessaram’ a cidade no que diz respeito aos instrumentos urbanos, estando associadas aos paradigmas do planejamento racional-funcionalista e ao tradicional papel do Estado.

Castro (2004) ressalta “a importância de se ultrapassar a oposição entre o Plano Estratégico e o Plano Diretor, a fim de propor alternativas que rompam radicalmente com a perspectiva competitiva e que possam contribuir para a redução das desigualdades sócio-espaciais da cidade” (CASTRO, 2004) e Marques da Silva (1999b) complementa as palavras do primeiro autor ao afirmar que, “a partir dos anos 1990, muitas cidades propuseram uma nova abordagem de planejamento baseada no conceito de regulação, que pressupõe estabelecer princípios, orientar e delegar responsabilidades à iniciativa privada e à sociedade pela aplicação das regras (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 20 e 25)¹⁸¹. Nesse sentido, o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ desenvolveu algumas propostas, entre elas: o Programa Favela-Bairro I, voltado à integração de favelas à malha urbana pela construção de espaço público, e o Programa Rio-Cidade I, direcionado à requalificação de eixos urbanos na cidade formal, além de uma série de atuações destinadas à recuperação da área central da cidade.

¹⁸⁰ “A legislação urbana do Rio de Janeiro, no que diz respeito aos parâmetros urbanísticos e edifícios que controlam o uso e a ocupação do solo é, ainda, baseada em grande parte no Decreto Nº 322/1976, que foi ao longo dos anos sendo acrescido de outros decretos e leis, que o desfiguraram. Entremeadado pelas áreas que já possuem um Projeto de Estruturação Urbana - PEU, que define a legislação urbanística de um conjunto de bairros, a legislação do município regulamenta a cidade por zonas de uso exclusivo ou de predomínio de certo uso e para cada zona são detalhados os usos, as atividades e as tipologias permitidas” (MARQUES DA SILVA, 1999b, p. 21).

¹⁸¹ De acordo com Cesar Maia (s.d.), “a simplificação dos procedimentos e a desburocratização é uma batalha interna permanente [...] contra a falta de pessoal e a obsolescência de equipamentos, procedimentos e mentalidades”, sendo a tarefa mais difícil reduzir o anacronismo e a proximidade da legislação (MAIA, s.d.).

3.3.1.1.6. Os principais programas e projetos.

O Programa Favela-Bairro I.

Na administração do prefeito Marcello Alencar, com a exigência da Constituição de 1988 quanto à elaboração do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, “a via urbanizadora das favelas é consolidada como função do poder público” (BRUM, 2006, p. 129). No Plano Diretor, a favela é definida como:

área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação de terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, de vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em conformidade com os padrões legais (BRUM, p. 129)¹⁸².

Conforme Brum (2006), “assumindo a urbanização das favelas como uma atribuição do Estado, o Plano Diretor define as responsabilidades da prefeitura na matéria, expressando a orientação de integrar as favelas aos bairros com uma urbanização que preservasse a ‘tipicidade da ocupação’” (BRUM, 2006, p. 129 e 130). O Programa Favela-Bairro, que tinha por preocupação “dar ao favelado, que já construiu a sua casa em alvenaria, a chance de ter água, pagar pela luz, pelo gás, pelo esgoto e, resolvendo os casos de titularidade, pagar o IPTU” (CAVALCANTI, 2002, p. 99), foi elaborado no âmbito do Grupo Executivo de Assentamentos Populares - GEAP, criado em agosto de 1992, para formular e acompanhar um conjunto de programas de urbanização e de regularização fundiária em favelas e loteamentos irregulares, a saber: 1) Programa de Regularização de Loteamentos; 2) Programa de Regularização Fundiária e Titulação; 3) Programa Novas Alternativas; 4) Programa Morar Carioca; 5) Programa Morar Sem Risco; 6) Programa Favela-Bairro Popular.

Entretanto, quase todos os recursos públicos que deveriam ser destinados aos seis programas foram concentrados no Programa Favela-Bairro, recomendado pelo documento ‘Bases da Política Habitacional da Cidade do Rio de Janeiro’, de janeiro de 1993, que consolidou os princípios e as diretrizes decorrentes. Para Fernandes (2002), “o envolvimento dos quadros técnicos da prefeitura nas discussões do Plano Diretor, aprovado em 1992, foi decisivo na formulação de uma nova política habitacional de interesse social, consubstanciada no trabalho do então formado Grupo Executivo de Assentamentos Populares – GEAP” (FERNANDES, 2002, p. 141 e 142). Dessa forma, o Programa Favela-Bairro nasce do consenso sobre alguns princípios: a) a urbanização deve ser a principal política pública para as favelas e; b) a questão habitacional deve ser tratada como uma questão urbana e, portanto, dentro de um escopo mais amplo.

¹⁸² “Artigo 147 do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: BIPP” (BRUM, 2006, p. 129).

Ainda de acordo com Fernandes (2002), no plano político, circunstâncias adversas geradas pelo aumento da violência urbana, da exclusão social e de suas conseqüências para a economia urbana e para o bem-estar social “levaram as diferentes forças políticas, lideranças locais e empresariais e movimentos sociais a incluírem a questão das favelas como uma prioridade na agenda de discussões sobre a cidade”. No plano técnico, a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU realizou em 1992 um diagnóstico sobre a atuação da prefeitura do Rio de Janeiro nas favelas, apontando que havia muitas intervenções de urbanização e de regularização dos assentamentos informais, “mas faltavam integração e coordenação das ações desenvolvidas por diferentes secretarias municipais e pela Procuradoria Geral do Município e, também, um orçamento específico que compatibilizasse os recursos aplicados”. Assim, o Programa Favela-Bairro “nasce como uma intervenção de política urbana, buscando a integração urbanística das favelas no seu entorno e a sua transformação em bairros populares”, e “como uma proposta de ação de natureza programática a ser desenvolvida em escala, através de múltiplos projetos considerados capazes de gerar impactos substantivos na cidade e nas condições de vida das famílias moradoras de favelas” (FERNANDES, 2002, p. 141 e 142).

O Programa Favela-Bairro, iniciado em 1993 na primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), foi considerado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID o maior programa de inclusão social do mundo por levar em conta três aspectos: “a urbanização (saneamento, escadarias, pavimentação, áreas públicas e iluminação); o social (com a criação de centros comunitários, atendimento à saúde, escolas, creches, quadras e centros esportivos) e; programas de geração de renda e desenvolvimento comunitário” (MAIA, s.d.), tendo como originalidade “a intervenção no espaço público do assentamento, qualificando as áreas sociais, as infra-estruturas e o sistema viário; desenhando os prédios dos serviços básicos: escolas, creches, instalações esportivas, centros culturais e comunitários” (MAGALHÃES, 2002, p. 88; SEGRE, 2003b), além da transferência de moradias localizadas em áreas de risco para locais apropriados, recuperando a cidade degradada para integrá-la à cidade formal, transformando aquilo que antes era um gueto em bairro. Nas palavras de Cardoso (1996), essa metodologia baseava-se nos seguintes elementos:

- concentrar a intervenção em obras de infra-estrutura, deixando a questão da moradia enquanto edificação por conta dos moradores, excetuando-se os casos em que houvesse a necessidade de relocação por razões técnicas (abertura de ruas, áreas de risco, implantação de equipamentos públicos, etc.);
- criar alternativas de acessibilidade e de circulação internas, através de uma via com dimensionamento adequado para o trânsito de veículos. Essa via era pensada, também, como alternativa para a distribuição dos troncos principais da infra-estrutura;

- criar alternativas de transporte de lixo e de passageiros nos casos de topografia difícil (sendo célebre na cidade a criação de um teleférico na favela do Pavão-Pavãozinho) e;

- criar equipamentos sociais e de lazer dentro da área da favela. Além dessa experiência piloto, os órgãos estaduais ligados à infra-estrutura (luz e saneamento) passaram a desenvolver programas específicos para intervenção nas favelas (Programa PROFACE, desenvolvido pela CEDAE, e Programa Uma Luz na Escuridão, desenvolvido pela LIGHT) (CARDOSO, 1996, p. 39 e 40).

Conforme Brum (2006), “ainda em dezembro de 1993 é criada, em caráter extraordinário, a Secretaria Municipal de Habitação - SMH, a partir de recomendação do GEAP, para atuar na urbanização e na regularização fundiária de favelas e de loteamentos, substituindo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS nesta função”. Para esse autor, “a SMDS passou a assumir funções semelhantes a que a Fundação Leão XIII passou a exercer anteriormente, a nível estadual”, ou seja, “de prestar assistência social à população carente em geral, de modo que, em 2004, sua denominação foi modificada para Secretaria Municipal de Ação Social - SMAS” (BRUM, 2006, p. 130). A Secretaria Municipal de Habitação - SMH, representada à essa época por Maria Lúcia Petersen, ocupando o cargo de gerente geral do Projeto, passou a ser o órgão responsável pelas políticas para as favelas, sendo o acompanhamento do Programa feito pela Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A. – IPLANRIO, atual Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP¹⁸³, e pela Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE.

As bases da metodologia de projeto e de intervenção do Programa Favela-Bairro tiveram origem, segundo Cardoso (2006), na metodologia utilizada nos projetos-piloto de urbanização das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, na primeira administração de Leonel Brizola como governador do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987), sendo que o diferencial do Programa foi gerar em pouco tempo (cerca de seis anos) resultados quantitativos e qualitativos importantes e atuar em um número expressivo de favelas, além de mobilizar os indispensáveis recursos financeiros (CARDOSO, 2006). Assim, “o Programa Favela-Bairro alcançou notoriedade e reconhecimento público e político, fatores que contribuíram para assegurar a sua continuidade e sustentabilidade” (FERNANDES, 2002, p. 141).

¹⁸³ “O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP é uma autarquia criada pela Lei nº. 2689 de 01/12/1998 e vinculada à Secretaria da Casa Civil, é responsável pelo planejamento urbano, pela produção de informações estatísticas, geográficas e cartográficas, pelo desenvolvimento de projetos estratégicos que subsidiam políticas setoriais e estudos sócio-econômicos”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/ipp/>>.

O Programa Rio-Cidade I.

O Programa Rio-Cidade foi uma iniciativa da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU da prefeitura do Rio de Janeiro, responsável pela sua execução, em parceria com a Empresa Municipal de Informática e Planejamento S.A. – IPLANRIO, atual Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, responsável pela sua criação, detalhamento e coordenação, através da Diretoria de Projetos representada a essa época por Olga Maria Esteves Campista, ocupando o cargo de gerente geral do Projeto, juntamente com uma Equipe de Coordenadores de Projetos, e em parceria com a Gerência Geral de Projetos da Secretaria Municipal de Obras – SMO, e consistiu na requalificação dos espaços públicos visando “revitalizar o conceito de ‘rua’, promovê-la como local de troca comercial e sócio-cultural, ponto de ação e de encontro dos cidadãos, local de trabalho e lazer” (PULICI, 2006, p. 35 e 36), através do cuidado e do ordenamento de alguns bairros considerados em estado de degradação urbana, de desordem e de caos, com base em uma nova infra-estrutura de serviços e em um programa que se propôs a valorizar o bem-estar dos cidadãos, além de resolver problemas decorrentes antigas infra-estruturas, representando o principal instrumento de política urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Esse Programa, marcado por intervenções urbanas em 15 áreas, retomou a discussão sobre a cidade por meio das melhorias físicas e sociais e teve por objetivo “reverter um quadro diagnosticado pela prefeitura do Rio como de desordem urbana e de dicotomia crescente entre o espaço legal (formado pelos bairros) e o espaço ilegal (constituído pelas favelas), caracterizando uma situação de crise urbana e, conseqüentemente, de degradação da cidade” (BAHIA, 2000; CUNHA, s.d.; NACIF XAVIER, 2002, p. 179) e pretendeu “estar diretamente vinculado ao eixo de argumentação do discurso do planejamento estratégico e do Novo Urbanismo, que se apóiam na gestão por projetos urbanos pontuais, marcando uma oposição distinta da urbanística moderna, enfatizando a crítica pós-moderna” (MADEIRA, 1999).

A proposta de intervenção no espaço urbano do Programa Rio-Cidade, vinculada à estratégia mais ampla de inserção do Rio de Janeiro no ‘mercado competitivo globalizado’, buscou criar novas centralidades na cidade e uma imagem positiva por meio da promoção de “um conjunto de intervenções de natureza urbanística e de paisagismo urbano ao longo da década de 1990 e alterou de forma significativa a imagem e a valoração de um conjunto de bairros” (PULICI, 2006, p. 37). De acordo com o secretário municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde (s.d.), “foram feitas intervenções pontuais em diversos bairros, de Norte a Sul, desde as áreas de maior poder aquisitivo às mais rarefeitas e distantes, de Ipanema a Campo Grande” (CONDE, s.d.), com base em estudos da dinâmica local realizados por arquitetos, engenheiros e

sociólogos para a requalificação dessas centralidades de bairro e através de “obras de recuperação das ruas, substituição de mobiliário urbano, paisagismo, reordenação de espaços e usos, melhoria do sistema viário, redimensionamento da iluminação e a possibilidade de dilatação do horário comercial”, respeitando o estilo de vida e as demandas da população (PULICI, 2006, p. 17).

Para Cesar Maia (s.d.), o Programa Rio-Cidade teve dois focos principais: um visível, através da renovação do mobiliário urbano e do calçamento do bairro, e outro invisível, por baixo da terra, organizando os serviços de infra-estrutura, a partir do cadastramento de casas e de edifícios para reordenar as ligações de água e esgoto, que por décadas foram feitas clandestinamente, e, ainda, transformando os serviços aéreos de concessionárias públicas, tais como: energia, telefonia, TV e Internet a cabo, em subterrâneos, acabando com o emaranhado de fios que se acumulavam nos postes da cidade, colocando-os em tubos de concreto próprio (MAIA, s.d.). Tais requalificações do espaço da rua e reordenamentos de trechos de bairros selecionados, “por sua vez considerados grandes pólos de atração e corredores estruturadores da cidade, essencialmente áreas de alta densidade populacional, tráfego intenso, diversidade de usos e de importância histórica” (PULICI, 2006, p. 17 e 37), foram orientados, segundo Conde (s.d.), por estratégias políticas de reestruturação da imagem urbana e buscaram transformar “o ambiente degradado da cidade, trazendo nova iluminação, pavimentação, marcando o segmento do pedestre e do automóvel, racionalizando estacionamentos, identificando os espaços com sinalização moderna e mobiliário urbano confortável” (CONDE, s.d.).

O Programa Rio-Cidade foi considerado inovador, apesar de utilizar a prática da ‘cirurgia urbana’, pressuposto comum às experiências de intervenção urbana e aos grandes planos formulados para a cidade do Rio de Janeiro no século XX, como por exemplo: a Reforma Passos (1902-1906), o Plano Agache (1926), o Plano Doxiadis (1963) e o Plano Urbanístico Básico – PUB-Rio (1977), ao tentar inaugurar a prática da requalificação urbana por meio do resgate da dimensão qualitativa da rua e com base em intervenções múltiplas, heterogêneas e pontuais no tecido existente, ao contrário da renovação urbana, proveniente de processos de ruptura e de destruição do velho para a construção do novo, desconsiderando os elevados custos sociais, e da formulação de planos totalizadores e abstratos, característicos até a década de 1960, e que concebiam a cidade em função de vias expressas de circulação para o automóvel em detrimento do pedestre, com vistas à criação de novas centralidades capazes de induzir mudanças em todo o tecido urbano, tentando respeitar as singularidades ou, ainda, as qualidades e as vocações específicas de cada área, fortalecendo centralidades antigas e criando novas centralidades no tecido da cidade.

Segundo Sartor (1999), “a escolha das áreas, além de representar uma estratégia política de *marketing* urbano, selecionando bairros com forte apelo simbólico e de concentração comercial, deixa transparecer a postura elitista e antidemocrática por parte da administração urbana”. Conforme o autor, o *slogan* do programa: ‘o urbanismo de volta às ruas’ “indica uma postura de resgate de um saber e de uma prática antes abandonada pelo urbanismo modernista¹⁸⁴, ora revertida na intervenção urbana orientada por projetos pontuais, tendo a rua como espaço privilegiado de ação”, que viabiliza a ação projetual de arquitetos e urbanistas, visivelmente abalada durante as últimas décadas, destacando que, “no Rio-Cidade resgatam-se elementos da arquitetura urbana e da dimensão artística do urbanismo, relacionada com a valorização do desenho e da linguagem estética, revelando traços subjacentes de certa sobrevalorização da imagem ao conteúdo” (SARTOR, 1999, p. 86). Para Sartor (1999),

ao contrapor o fragmento à totalidade, o pragmatismo à utopia e a imagem ao conteúdo, o modelo de intervenção do Rio-Cidade contribui para a exacerbação da situação desigual e da injustiça na cidade. Além de romper com o urbanismo moderno, também expressa um esvaziamento do conteúdo social das propostas de intervenção e a recusa do enfrentamento de questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano. Resta acrescentar que essa ruptura não deixa de revelar certas permanências ou retrocessos, como no caso da imposição de ‘ordens’ estetizantes no espaço da rua, lembrando que soluções dessa natureza não resultam, necessariamente, em diversidade e apropriação coletiva dos espaços públicos (SARTOR, 1999, p. 86).

Nessa dinâmica, a ação do poder público através de projetos urbanos pontuais no Rio de Janeiro foi capaz de aquecer e de movimentar o capital imobiliário destes bairros beneficiados, não somente aumentando a rotatividade do estoque, como também atraindo novos lançamentos imobiliários para áreas que se encontravam em processos de deterioração, por meio da criação de mais-valias, que foram apropriadas pelo capital privado, “seja pelos proprietários de imóveis, seja pelo capital incorporador que investiu nestas áreas, alterando de forma significativa a estrutura interna e a dinâmica populacional, em todos os bairros que estavam ‘perdendo’ população antes das intervenções” (PULICI, 2006, p. 36, 138 e 151)¹⁸⁵.

¹⁸⁴ “O plano urbanístico emergiu no início do século XX, estabelecendo uma cisão na história da intervenção humana consciente sobre as cidades, através de um discurso totalizador, com pretensões científicas e de cunho utópico ou reformista, cristalizado no seu instrumento primordial: o plano urbanístico. O plano urbanístico foi consagrado por condensar as concepções acerca do que deveria vir a ser a ‘cidade moderna’, tanto do ponto de vista da reconstrução, quanto do planejamento de novas cidades, na perspectiva de equacionar os problemas urbanos. O urbanismo consolidou um conjunto de saberes e de práticas, configurando um modelo de intervenção pautado na reflexão e na ação planejada sobre a cidade, em sua totalidade, um modelo que se legitimou por muitas décadas” (SARTOR, 1999, p. 66).

¹⁸⁵ Conforme Júnior (1996) apud Bahia (2000), “já durante o segundo turno de sua campanha eleitoral, ao participar de um debate na televisão, Cesar Maia pronunciou-se contra o ‘solo criado’. Este instrumento, na compreensão de Júnior (1996), possibilita o controle do adensamento decorrente do investimento público em infraestrutura e, conseqüentemente, a transferência de renda das áreas mais favorecidas para as menos favorecidas. Dessa forma, o prefeito se contrapôs a um dos pilares do ideário da Reforma Urbana, qual seja: a função social da

O Programa Ciclovias Cariocas.

O começo das reivindicações para a construção de ciclovias no Rio de Janeiro data de meados da década de 1980 quando o Partido Verde - PV organizou as primeiras manifestações em Copacabana com o apoio, entre outras pessoas, de Alfredo Sirkis, Fernando Gabeira¹⁸⁶ e Carlos Minc¹⁸⁷. Pouco tempo depois, a construção de uma ciclovia ligando Copacabana a Botafogo, pelo Túnel Velho foi negociada durante a administração do prefeito Saturnino Braga (1985-1988). Entretanto, com a crise e a falência da prefeitura do Rio de Janeiro, esse projeto acabou inviabilizado. “Em 1992, Sirkis, então vereador do PV, inseriu no Plano Diretor a construção de ciclovias em toda a cidade e conseguiu, ainda na administração do prefeito Marcello Alencar (1989-1992), que elas fossem incluídas no Projeto Rio-Orla, que reurbanizou as praias de Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado, Barra e Recreio, com vistas a Rio-92”¹⁸⁸.

Na primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), Alfredo Sirkis ocupando o cargo de secretário municipal de Meio Ambiente definiu a implantação do sistema cicloviário através do Programa Ciclovias Cariocas como uma das prioridades da recém criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, inspirado na malha cicloviária da cidade de Amsterdã, na Holanda, considerada a mais completa do mundo. Foram construídas a partir de então as ciclovias: “Mané Garrincha (Copacabana-Centro); Rubro Negra (Gávea-Leblon-Lagoa); João Saldanha (Ipanema-Copacabana); Marechal Rondon (Copacabana); Ayrton Senna (Barra da Tijuca) [...] e; a instalação de mais de 500 bicicletários”¹⁸⁹, sendo elaborado o primeiro conjunto de regras para o uso das ciclovias, as primeiras campanhas educativas e de ordenamento e, também, os primeiros contratos de manutenção. O Programa Ciclovias Cariocas teve repercussão internacional e continuidade durante a ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008).

propriedade e da cidade, ou dito de outra forma, no uso equitativo do solo urbano (JUNIOR, 1996, p. 56)” (BAHIA, 2000, p. 102).

¹⁸⁶ Fernando Gabeira “é conhecido pela sua atuação no Partido Verde – PV do qual é membro fundador, definindo posições polêmicas em questões consideradas como tabus na cultura política brasileira. [...] Como esquerdista histórico, esteve em diversas vezes alternando-se como membro do PV e do PT, candidatando-se ora pelo primeiro, ora pelo segundo, em diversas eleições”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Gabeira>.

¹⁸⁷ Carlos Minc “é um político e economista brasileiro. Atualmente é ministro do Meio Ambiente do governo Lula [...]. É membro fundador do Partido Verde – PV, juntamente com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, tendo sido eleito deputado estadual em 1986 e reeleito no Partido dos Trabalhadores – PT, em 1990, 1994, 1998 e 2002, quando obteve a sua votação mais expressiva em todos os tempos”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Minc>.

¹⁸⁸ Disponível em: <<http://www.bikenet.com.br/ciclovias>>.

¹⁸⁹ Disponível em: <<http://www.bikenet.com.br/ciclovias>>.

Os Jogos Olímpicos de 2004.

Em 1996, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a sua candidatura para os Jogos Olímpicos de 2004, gerando uma ampla mobilização popular e da mídia, além de inúmeros projetos urbanísticos para inserir a cidade no ‘mercado mundial’ através de um evento esportivo de âmbito internacional, assim como ocorreu em Barcelona, fato que despertou a necessidade de priorizar uma estratégia de *marketing* urbano dirigida ao desenvolvimento de uma vocação natural do Rio, o turismo, no contexto nacional e internacional. Para Conde, as Olimpíadas de 2004 seriam um fecho, não só para a administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), como para a própria cidade, no sentido de seu (re)equipamento e dotação de condições para que o Rio se transformasse em uma cidade competitiva e desejável para o próximo milênio¹⁹⁰. Entretanto, a cidade sequer chegou à fase final das disputas, passando a partir de então a ser (des)construída com vistas a se adequar à nova pauta urbana internacional.

De acordo com Barros e Picinatto (s.d.), “o Rio de Janeiro vem experimentando uma versão ‘tupiniquim’ do modelo de planejamento estratégico empregado na cidade de Barcelona”. Para esses autores, “desde 1992, a cidade carioca, por meio dos seus governos municipais, mantém uma estreita relação com os planos e os projetos executados em Barcelona”, como por exemplo: “durante a realização dos Jogos Olímpicos, o Rio sediava a Eco-92 no complexo do Riocentro; a elaboração do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ contou com a participação de consultores catalães”; posteriormente, “tendo reconhecido os efeitos reestruturadores dos jogos em todas as cidades que sediaram eventos dessa natureza”, a cidade candidatou-se para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 (BARROS; PICINATTO, s.d.).

Conforme Sánchez Garcia (2007), “a tentativa fracassada de sediar os Jogos Olímpicos de 2004 impulsionou a utilização de estratégias agressivas de *marketing* urbano junto ao envolvimento de um considerável contingente de atores sociais”. Apesar do Rio de Janeiro não ter sido classificado nessa competição entre cidades, as políticas públicas que sustentaram o ‘sistema de ações’ do governo, passaram a investir em duas das principais tendências do turismo contemporâneo: a integração entre a cultura e a história, transformadas em produtos turísticos caracterizados pela “plurifuncionalidade e pela arquitetura monumental e espetacular [...] e a realização de eventos, com especial destaque para aqueles de caráter esportivo e, particularmente, de nível internacional, que buscaram reafirmar a condição de ‘vocação esportiva’ da cidade” (MACHADO, 2004, p. 96, 97 e 101).

¹⁹⁰ Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/isabel%20cardoso.pdf>>.

3.3.1.2. A administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000).

3.3.1.2.1. A concepção de planejamento adotada.

O prefeito Luiz Paulo Conde, apesar de manter a maior parte do secretariado da administração anterior e de institucionalizar a terceirização de projetos urbanísticos através do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade, abrindo espaço para a participação de arquitetos e de engenheiros de fora do quadro efetivo da prefeitura do Rio de Janeiro, apresentou em sua gestão algumas diferenciações com relação ao governo anterior, entre elas: a incorporação das idéias de sustentabilidade; a flexibilização da legislação em alguns pontos da cidade; a recuperação de imóveis antigos e; a construção de novos imóveis em vazios urbanos infra-estruturados, localizados no Centro da cidade, através do Programa Novas Alternativas. A questão urbana para Conde (s.d.) era, em primeiro lugar, “uma questão de estética urbana, formulada em consideração à idéia da cidade como o aglomerado de uma multiplicidade de lugares”. Segundo Lima Júnior (2003), “essa concepção rompe com a prática tradicional de feitura dos planos diretores urbanos, que tende a utilizar-se de determinações jurídicas sobre a forma da cidade (definições a respeito do espaço construído, em particular por meio dos gabaritos), a fim de controlar sua dinâmica”. No pensamento do autor, essa forma de controle era inadequada porque a legislação urbana do Rio de Janeiro, de caráter homogeneizador, tende a desprezar as especificidades dos diversos lugares (LIMA JÚNIOR, 2003, p. 218).

3.3.1.2.2. O diagnóstico da cidade.

A administração do prefeito Luiz Paulo Conde buscou a revalorização da área central por meio da sua retomada como centralidade urbana, simultaneamente ao estímulo do reforço de centralidades antigas e da criação de novas centralidades decorrentes da descentralização das atividades, antes exclusivas do Centro. Para Conde, as intervenções propostas eram importantes porque reduziriam a quantidade de vazios urbanos, que se mantinham subutilizados e contribuíam para a formulação de um diagnóstico de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico da área central, cujas causas fundamentais detectadas foram: a redução da população moradora em virtude da legislação urbanística, que proibiu o uso residencial no núcleo central e tornou-o restritivo na sua periferia imediata (Decreto N^o 322/1976, vigente até 1994, quando foi promulgada a lei municipal, que permitiu o uso residencial em toda a área central), e algumas intervenções urbanas voltadas à circulação de automóveis e de mercadorias, que acabaram por promover a degradação físico-urbanística e o esvaziamento sócio-econômico dessa região.

3.3.1.2.3. O ‘sistema de ações’.

O secretário municipal de Urbanismo Luiz Paulo Conde contou com o apoio do prefeito Cesar Maia nas eleições de 1996, já que não havia até então a reeleição para o cargo de prefeito, sendo apontado por esse ‘líder’ do governo como o idealizador do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade e, ainda, o responsável pela construção da Linha Amarela¹⁹¹, sendo a marca da sua administração, basicamente, a elaboração de políticas públicas de requalificação de partes da cidade do Rio de Janeiro através de intervenções urbanísticas com vistas à modernização da infra-estrutura necessária à renovação da base econômica, conforme o ‘sistema de ações’ da primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), com quem rompeu relações em 1999.

Assim, a administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), com Hélia Nacif Xavier ocupando o seu antigo cargo na Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, Conde foi responsável pela dissolução, em 1999, do Conselho de Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR, criado em 1991 por iniciativa do Legislativo, para evitar, de acordo com Nacif (2007), “resistências no processo de alteração das normas urbanísticas [...] com o argumento de que o mesmo padecia do chamado ‘vício de iniciativa’ (isto é, o mesmo deveria, por determinações da Lei Orgânica do Município, ter sido originado no Executivo)” (NACIF, 2007, p. 9) e, ainda, pela aprovação de uma nova proposta para o PEU-São Cristóvão¹⁹² e pela consolidação de um ‘sistema de ações’ pautado em uma política de intervenção nas áreas centrais através:

1) do Programa Rio-Cidade, iniciado em 1993, que adotou por paradigmas a experiência de Porto Madero, em Buenos Aires, e da Barcelona Olímpica, com a assessoria técnica de Jordi Borja, Oriól Bohigas e Nuno Portas e;

¹⁹¹ A Linha Amarela faz parte do projeto das linhas policromáticas elaborado pela equipe do urbanista grego Constantinos Apóstolos Doxiadis a pedido do governador do extinto Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Amarela_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Amarela_(Rio_de_Janeiro))>.

¹⁹² “No caso do bairro de São Cristóvão em 1993 foi aprovado um Projeto de Estruturação Urbana – PEU, cuja origem era a revisão da Lei N° 1.638 de 1990, fruto do Decreto N° 5.840/1986. O Projeto de Lei, apresentado pela vereadora Leyla Mawald, do PFL, recebeu 57 emendas e as discussões envolviam a preocupação com o esvaziamento econômico da área e a utilização dos imóveis desocupados por atividades industriais. Segundo justificativa da própria vereadora Leila, o Decreto N° 5.840/1986 teria prejudicado o ‘desenvolvimento’ do bairro ao alterar a permissividade de funcionamento de atividades industriais, decisão que refletiu, ao longo do tempo, significativamente, na redução da poluição ambiental na região. No entanto, a revisão do Zoneamento Industrial do Rio de Janeiro, elaborado em 1989 pela Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente – FEEMA foi ainda mais restritiva, provocando a proibição de funcionamento de várias atividades consideradas poluidoras no bairro” (NACIF, 2007, p. 143 e 144).

2) do Programa Novas Alternativas, criado em 1993, mas implementado somente em 1997, que buscou promover ações de desenvolvimento econômico e social, por meio da construção de moradias de uso misto, com prédios associados ao comércio e aos serviços.

Em 1998, o prefeito Luiz Paulo Conde cria o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, antigo Instituto Municipal de Informática - IPLANRIO¹⁹³, homenageando o Prefeito Francisco Pereira Passos¹⁹⁴, que inspirado na Paris de Haussmann, comandou no início do século do século XX um processo de reforma do tecido urbano do Rio de Janeiro considerado como a intervenção mais importante da história carioca. Nas palavras de Nacif (2007), “ao que tudo indica, Cesar Maia e Luiz Paulo Conde tentaram reviver os feitos do prefeito Pereira Passos, na disputa para saber quem ficaria identificado com o título de: ‘Novo Haussmann Tropical’” (NACIF, 2007, p. 51).

O ‘sistema de ações’ da administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) se destacou pela forma de gestão através de parcerias entre os setores público e privado, de acordo com o ‘receituário global’¹⁹⁵ para as cidades, recuperando o conceito e a ação dos projetos urbanos pontuais na cidade através da tentativa de interação entre quem planeja e quem executa a lei, levantando a polêmica em torno da falta de correlação entre planejamento, gestão e realidade, e anunciando o atual paradigma da maior flexibilidade na gestão urbana e da ação com resultados na melhoria dos espaços (NACIF XAVIER, 2002, p. 179), através do discurso da requalificação urbana para a devolução do espaço público ao cidadão. Tais iniciativas concretas de desenho urbano foram nomeadas de ‘acupuntura urbana’ por Cesar Maia em sua primeira administração municipal (1993-1996) e substituíram os genéricos esquemas abstratos de planificação ou de planos diretores.

¹⁹³ Segundo o site da Prefeitura, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP está orientado “pelo planejamento urbano, pela produção de informações gerenciais e cartográficas, pelo desenvolvimento de projetos estratégicos que subsidiam políticas setoriais e estudos sócio-econômicos. Assume uma visão sistêmica de projetos de renovação, revitalização e reestruturação urbanas, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais. Aqui, pensamos e planejamos o Rio de Janeiro do futuro” (NACIF, 2007, p. 51).

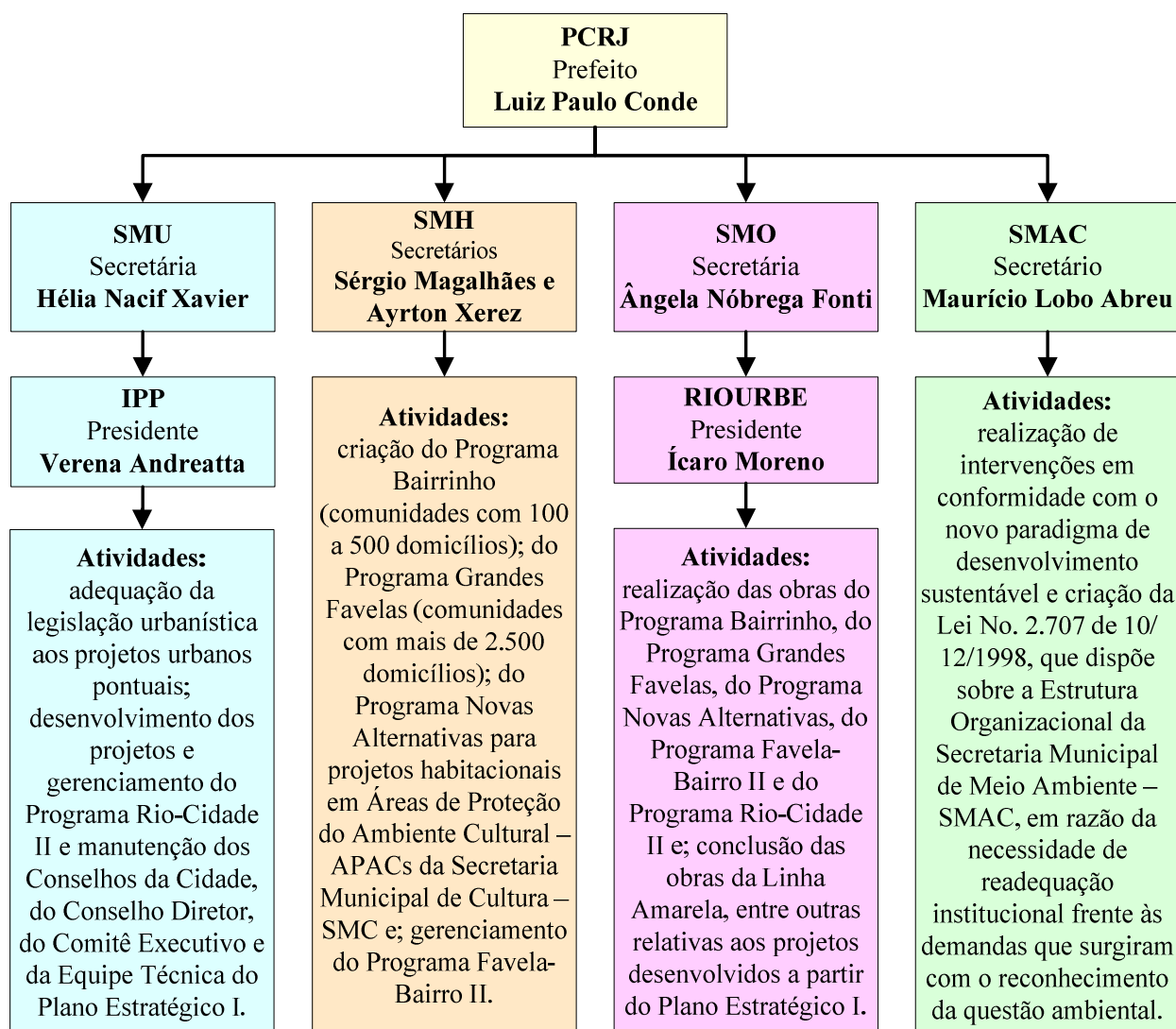
¹⁹⁴ “Formado em engenharia, em Paris, Pereira Passos acompanhou Georges Haussmann nos trabalhos para produzir a capital francesa como imagem da racionalidade e do cosmopolitismo do século XIX. Passados cerca de 100 anos, os prefeitos cariocas (Cesar Maia e Luiz Paulo Conde) tentam marcar sua passagem na história da cidade ‘inspirados’ na corrente de administradores ‘técnicos’ e ‘tocadores de obras’ iniciada pelo chamado ‘um Haussmann tropical’, figura de imagem criada por Benchimol (1992) para falar dos ‘feitos’ de Pereira Passos. Ver também, PICON, Antoine. A racionalidade técnica e utopia: gênese da Haussmanização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelo. São Paulo: Edusp, 2001” (NACIF, 2007, p. 51).

¹⁹⁵ De acordo com Oliveira (2003), “o discurso dominante sobre o planejamento e a administração das cidades evidencia que a pauta competitiva tem submetido à sua lógica as políticas de desenvolvimento urbano local e boa parte do conteúdo das agendas ambientais e que as mudanças operadas na administração da cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, explicitam até que ponto as políticas governamentais contemporâneas têm contribuído para o favorecimento de determinadas práticas sociais, para o fortalecimento de determinados atores sociais urbanos e para a reprodução de uma forma específica de estrutura urbana” (OLIVEIRA, 2003).

3.3.1.2.4. A organização da administração pública.

A administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) manteve a ênfase do poder decisório no Executivo, sob a liderança do prefeito, e as concepções do modelo de planejamento estratégico de cidades, com o suporte da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, que se destaca como o órgão mais importante do período, envolvendo em sua órbita: o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, vinculado à essa secretaria; a Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE, articulada à Secretaria Municipal de Obras – SMO; a Secretaria Municipal de Habitação – SMH e; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC; em razão do Programas Favela-Bairro II, do Programa Rio-Cidade II e da construção da Linha Amarela. O organograma abaixo expressa essa organização para dar conta de seus propósitos.

ORGANOGRAMA 02: A ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO LUIZ PAULO CONDE (1997-2000).



Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

3.3.1.2.5. O principal plano.

A eleição do prefeito Luiz Paulo Conde e de políticos sensíveis ao desenho, como Cesar Maia, favoreceu as iniciativas de (des)construção do espaço carioca, dentro da concepção do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e em conformidade com o novo paradigma de desenvolvimento sustentável, sócio-econômico e urbano-ambiental, que surge no debate sobre o planejamento, a gestão urbana e as políticas públicas, “por meio de princípios e estratégias sob a forma de modelos, programas e projetos de grande magnitude, exigindo mudanças de posturas e de ações dos agentes públicos, privados e da sociedade civil organizada”, a partir de uma reconfiguração de processos econômicos globais, que aos poucos foi substituindo os métodos e os processos característicos da prática do plano tecnocrático de representação tradicional, apresentando alguns instrumentos de planejamento urbano e de gestão inovadores como soluções às novas situações criadas pela economia globalizada nos espaços metropolitanos brasileiros (TEODÓZIO, 2003; BIENESTEIN, 2000). Um bom exemplo desse tipo de planejamento foi o Programa Rio-Cidade, por representar um marco no planejamento estratégico carioca, no que diz respeito à inserção de um novo conceito de obra pública, com o intuito de elevar a qualidade final das intervenções urbanísticas e, conseqüentemente, obter resultados satisfatórios, apresentando por principais desdobramentos:

- em primeiro lugar, a idéia fundamental de que não pode haver obra sem projeto;
- segundo, que os projetos podem e devem ser concebidos tanto por equipes técnicas quanto contratadas na iniciativa privada (terceirização);
- terceiro, que, em ambos os casos, os projetos devem ser objeto de discussão pública;
- quarto, que os projetos-guia (no caso, de Desenho Urbano) e demais projetos complementares (Paisagismo, Engenharia de Tráfego, etc.) devem ser suficientemente detalhados, especificados e compatibilizados entre si, conforme recomendado pela boa prática profissional;
- quinto, que a execução das obras deve obedecer aos projetos;
- sexto, que a fiscalização da execução deve ser rigorosa e contar com a participação do(s) projetista(s) (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p. 26).

De acordo com a prefeitura do Rio de Janeiro (1996), as intervenções realizadas nesse período buscaram induzir, “por sinergia, iniciativas similares de outros agentes sociais, potencialmente capazes de, em conjunto, gerar efeitos multiplicadores sobre todo o tecido urbano” e destinaram-se: “à reversão do quadro de decadência social e econômica que debilitava o Rio de Janeiro na justa medida de seu amplo alcance - a criação de empregos; o resgate da imagem pública carioca; a elevação da auto-estima do cidadão e; a devolução dos espaços públicos a quem de direito”, com vistas a atrair “novos investimentos privados, mais segurança, melhor educação cívica e mais beleza na direção de um futuro urbano mais promissor, democrático, justo e humano” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

3.3.1.2.6. Os principais programas e projetos.

O Programa Favela-Bairro II.

A administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) deu continuidade ao Programa Favela-Bairro, superando “definitivamente as teses sobre a erradicação das favelas, assumidas como um ‘câncer urbano’, tanto pelos políticos de direita como pelos governos militares” (SEGRE, 2003c). O Programa, iniciado na primeira administração de Cesar Maia (1993-1996) contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, influenciou outros programas similares em outras cidades brasileiras e teve como objetivo principal criar espaços públicos nas favelas, outorgando-lhes os atributos da urbanidade: infra-estruturas básicas de saneamento, luz, água potável, recolhimento de lixo e um sistema viário capaz de integrar as favelas ao sistema viário da cidade formal por meio de projetos urbanos pontuais desenvolvidos por renomados arquitetos e escritórios de jovens profissionais cariocas, entre eles: Paulo Casé; os irmãos Roberto; Archi 5; Arquitraço e; Fábrica Arquitetura (CARDOSO, 1996, P. 37; SEGRE, 2003c).

Esse trabalho desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro¹⁹⁶, sob a direção de Luiz Paulo Conde, primeiro, como secretário municipal de Urbanismo e, posteriormente, como prefeito da cidade, e de Sérgio Magalhães, como secretário municipal de Habitação, desde a primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), buscou assumir os problemas gerados pela existência de grande parcela da população morando nas favelas espalhadas pela cidade e resolver os problemas básicos, de maneira não burocrática e assistencialista, mas baseada em iniciativas superficiais e esquemáticas para a elaboração de propostas diversificadas, com os limitados recursos disponíveis, tanto na escala das intervenções, quanto na solução da regularização fundiária, adaptadas às particularidades ambientais, à transformação da qualidade de vida da população e à criação de uma urbanidade no espaço da cidade ‘informal’, o que representou uma mudança radical com os programas implementados na cidade até a década de 1990, baseados,

¹⁹⁶ De acordo com a reportagem publicada no Jornal O Globo, em 23 de março de 2009, no caderno Urbanização, o atual prefeito Eduardo Paes “fechou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a realização do Programa Favela Bairro III. Os detalhes foram acertados na manhã do dia 23/03/2009, na sede do Banco, em Washington. Serão investidos 300 milhões de dólares (150 milhões do BID e 150 milhões da prefeitura) na urbanização de 40 comunidades e loteamentos irregulares, beneficiando 66 mil moradores em 30 mil domicílios. O projeto prevê obras de infra-estrutura (com a implantação de rede de água e esgoto, pavimentação e drenagem), melhorias nos serviços públicos (coleta de lixo e iluminação) e criação de áreas esportivas e de lazer. A terceira etapa do Programa Favela Bairro inclui, também, novidades em relação às outras duas edições, como a reforma das casas em piores condições e um conjunto de ações sociais integradas à urbanização. Fazem parte do pacote: construção de creches, educação de jovens e adultos, programas de qualificação profissional e geração de renda, equipes do Programa de Saúde da Família - PSF e o Projeto de Segurança Cidadã de combate à violência”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/23/prefeitura-fecha-convenio-com-bid-para-financiar-favela-bairro-3-754957744.asp>>.

principalmente, na erradicação de favelas e na criação de conjuntos habitacionais periféricos (CONDE; MAGALHÃES, 2004). No pensamento de Magalhães (s.d.),

sob o ponto de vista profissional, o Programa Favela-Bairro notabiliza-se pela incorporação de centenas de arquitetos para a produção de projetos e direção de obras. Desde o lançamento do programa, foram adotados procedimentos democráticos de contratação dos serviços, através de concursos públicos de projetos, coordenados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB. Tal procedimento permitiu a composição de equipes interdisciplinares, constituídas em grande parte por jovens arquitetos, o que veio a conformar um quadro técnico de grande qualidade, que tem servido, inclusive, para expandir os serviços profissionais para outras cidades e países, onde as condições de dificuldades e de pobreza tenham sugerido a mudança de políticas públicas no âmbito da habitação popular (MAGALHÃES, s.d.).

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Habitação - SMH, o Programa Favela-Bairro contou “com US\$ 600 milhões, resultantes de dois contratos assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cada um no valor de US\$ 300 milhões – sendo US\$ 180 milhões do BID e contrapartida de US\$ 120 milhões da prefeitura”. Entretanto, tal programa considerado o mais importante projeto social da prefeitura do Rio de Janeiro, de acordo com os técnicos do BID, atingiu uma pequena porcentagem dos pobres do município e teve motivação mais estética do que social. Conforme Cardoso (2006), originalmente destinado ao atendimento às favelas de porte médio, o Programa se desdobrou, na administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), em dois outros programas¹⁹⁷:

- o Programa Bairrinho, voltado à comunidades de pequeno porte (de 100 a 500 domicílios), com recursos exclusivos da prefeitura do Rio de Janeiro(embora tente estabelecer parcerias com a iniciativa privada para integrar essas áreas à cidade através da implantação “de infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços públicos), ao mesmo tempo em que incentiva a participação comunitária e estimula a geração de emprego e renda”¹⁹⁸, tendo atendido cerca de 56 favelas com urbanização e equipamentos sociais;

- o Programa Grandes Favelas, que busca ampliar a escala das intervenções, atendendo favelas com mais de 2.500 domicílios, apesar dos objetivos serem os mesmos do Programa Favela-Bairro, qual seja: integrar a área informal à cidade formal, dotando a comunidade de infra-estrutura básica, acessos, equipamentos e serviços públicos. Com mais de 12 mil habitantes, estas favelas constituem-se em cidades dentro da cidade.

¹⁹⁷ Disponível em: <<http://www.smcconsultoria.com.br>>.

¹⁹⁸ “Entre as intervenções do Programa Bairrinho estão: abertura e pavimentação de ruas; construção de redes de água, esgoto e drenagem; iluminação pública; creches; quadras poliesportivas; praças; áreas de lazer; criação de serviços de limpeza urbana; além de reflorestamento e remoção de famílias que vivem em áreas de risco, com reassentamento na própria comunidade e demarcação dos limites, com objetivo de evitar a expansão da área”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/habitat/bairrinho.htm>>.

O Programa Rio-Cidade II.

A corporação dos arquitetos numa revisão crítica do funcionalismo modernista realizada por uma corrente denominada Novo Urbanismo¹⁹⁹ aponta para mudanças no modelo²⁰⁰ de planejamento urbano, de forma que conceitos como identidade, centralidade, articulação, conexão, flexibilidade, mobilidade, complementaridade de funções e de formas urbanas, próprios da arquitetura, são resgatados e reintroduzidos ao debate urbano (TSIOMIS, 1996). Na década de 1990, esses conceitos foram absorvidos nos ‘sistemas de ações’ das administrações municipais do Rio de Janeiro, elaborados com base em diagnósticos onde a metrópole vivencia uma crise econômica, com um esvaziamento sócio-econômico e uma degradação físico-urbanística, que precisa de um novo modelo de planejamento como recurso para alavancar seu desenvolvimento.

Dessa forma, o modelo de planejamento estratégico carioca ao invés de tratar, como no funcionalismo, o espaço como abstração, adota a noção de lugar como referência à especificidade de cada espaço, à cultura e à sociedade determinada historicamente, sendo que para as áreas de especificidade do zoneamento, estanques umas das outras por suas funções, propõe a combinação dos espaços recuperando sua proximidade, a mistura de usos, a revalorização dos espaços tradicionais da rua, da praça, da avenida e do largo, de acordo com os princípios da Carta do Novo Urbanismo. Sua influência faz-se sentir nas intervenções planejadoras estratégicas realizadas em cidades como Barcelona, Madrid, Milão e Berlim, onde o planejamento atuou por partes na cidade, intervindo pontualmente, qualificando ou requalificando bairro a bairro, rua a rua, por projetos urbanos de média e pequena dimensão, ao invés de controle de usos e orientação por um plano diretor (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b)²⁰¹.

¹⁹⁹ “A abordagem do desenho do New Urbanism prega a redução na dependência do automóvel através da combinação: 1) de uma redução na distância de superfície de rua entre as localidades; 2) da mescla de usos do solo e; 3) do incentivo de transportes alternativos, tais como: a caminhada, a bicicleta e o transporte público. O objetivo principal é desenvolver uma mescla de serviços em distâncias caminháveis, o que encorajaria os moradores a caminhar mais e potencializar suas viagens, reduzindo seu número. Desenhos do New Urbanism incorporam ruas estreitas e passagens na escala humana, que reduzem o acesso de carros para criar um ambiente mais favorável ao pedestre, e o uso do sistema de tráfego em grelha, que é pensado como o sistema mais acessível, provendo mais opções de rota e diminuindo o congestionamento de tráfego” (DEL RIO; KEITH, 2003). A corrente envolve teóricos de arquitetura e projetistas, entre os quais: Portoghesi, Lamas, Rossi, Framptom, Venturi e Mahfuz.

²⁰⁰ “Codificando os critérios de intervenção espacial através da legislação urbanística, os modelos de urbanismo buscam apresentar-se num formato aparentemente consensual, obscurecendo as diferenças existentes entre as versões que concorreram para a sua realização. E, elegendo uma determinada forma enquanto código ordenador cria, também, a categoria da não-forma ou da não-cidade” (OLIVEIRA, 1999, p. 3).

²⁰¹ De acordo com Schweizer (1997), “depois de tantos anos de fascínio com as maravilhas da técnica e dos novos recursos eletrônicos, regressam lentamente os arquitetos e planejadores urbanos às suas vocações de origem, isto é ao manejo e à gestão da criatividade humana, expressos através do projeto”. Para o autor, “num país onde o processo de planejamento, o plano de desenvolvimento, o projeto e o desenho urbano não são levados a sério e, na maioria dos casos, até inexistem na construção das cidades e de suas partes [...], torna-se fundamental repensar

Conforme Oliveira (2008), “a marca distintiva do Rio-Cidade em relação aos outros planos de intervenção urbana idealizados para a cidade do Rio de Janeiro é a de ter uma escala de abrangência que alcançou diferentes pontos da cidade sem se constituir propriamente num plano de reforma urbana como um todo”. Para esse autor, sua ação foi pontual, mais especificamente nos eixos comerciais dos bairros selecionados para essas intervenções, já que, “até então, a Reforma Pereira Passos, nos primeiros anos do século XX, o Plano Agache, nos anos 1920, e o Plano Doxiadis, na década de 1960, se constituíam em planos urbanos, sobretudo os dois últimos, que tomavam e pensavam a cidade como um todo, como um organismo social ou como sistema” (OLIVEIRA, 2008). Nesse contexto, o Programa Rio-Cidade, em sua segunda versão, toma um novo impulso na administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), com abrangência de mais 15 áreas de intervenção na cidade, sendo adotado como programa de governo e caracterizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (1996) como:

um ambicioso plano de obras voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhoria dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente, amparada em substancial criação de empregos e, por fim, uma inadiável operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna ‘Cidade Maravilhosa’. Seu objeto preciso, as ruas, lato sensu (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996, p. 24).

Oliveira (2008) destaca que, embora o *marketing* urbano do Programa Rio-Cidade tenha como *slogan* ‘o resgate da cidadania e a devolução dos espaços públicos a quem de direito’, o ‘sistema de ações’ municipal teve como pano de fundo “uma concepção de racionalidade empresarial da administração dos negócios públicos, visando à participação do setor privado na gestão de serviços e de equipamentos públicos, com base em estratégias econômicas de investimentos e políticas de controle e de exclusão social”. Deste modo, para esse autor, nos bairros onde a intervenção urbana ocorreu, estabeleceu-se o ‘território Rio-Cidade’, “identificado tanto pela distinção espacial dos elementos que compõem o mobiliário urbano e a paisagem em geral, quanto pelo controle social exercido pela força policial”, como por exemplo a atuação da Guarda Municipal sobre o comércio ambulante e a população em situação de rua”. E, conclui que, “se por um lado a intervenção urbanística possibilita um planejamento urbano tido como de ‘novo tipo’, com uma racionalidade e administração de empresa”, por outro, o que se observa, “é um aumento do controle social sobre o espaço, os seus usos e serviços e a população que dele se utiliza, caracterizando, em muitos aspectos, formas de restrição à cidadania para determinados sujeitos e atores sociais” (OLIVEIRA, 2008).

imediatamente a prática levada a cabo por autoridades estaduais e municipais no processo de intervenção urbana para que se possa evitar o que se tem feito até hoje no sentido de privilegiar o interesse privado ante o interesse coletivo, privilegiar o interesse do negócio em detrimento do interesse da natureza, isto é, das demandas essenciais de caráter ambiental” (SCHWEIZER, 1997, p. 22).

O Programa Novas Alternativas.

O Programa Novas Alternativas da Secretaria Municipal de Habitação – SMH do Rio de Janeiro, foi elaborado na primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), no âmbito do Grupo Executivo de Assentamentos Populares – GEAP, mas só foi implementado na administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), tendo por objetivo formular, propor e estimular a realização de projetos habitacionais nas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs²⁰² da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, nos bairros do Centro da cidade, notadamente na Zona Portuária (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), Central, Lapa, Cruz Vermelha, Santa Tereza e Corredor Cultural, através da recuperação dos antigos sobrados e casarões, muitos deles em ruínas, lotes vazios e espaços subutilizados do tecido urbano para reaproveitá-los como moradia em locais bem servidos de infra-estruturas e de modo a valorizar o patrimônio cultural e arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro²⁰³. Entre os parceiros da Secretaria Municipal de Habitação - SMH no processo de requalificação da área central estão, entre outros: a Secretaria Municipal das Culturas - SMC, o Departamento Geral do Patrimônio Cultural - DGPC, a Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, o Instituto de Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, a Fundação RIOARTE, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro - INEPAC, a Caixa Econômica Federal – CEF.



Figura 01: Programa Novas Alternativas - SMH.

²⁰² “Conforme o Plano Diretor do Rio de Janeiro, o instrumento urbanístico denominado Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC é uma área de domínio público ou privado que apresenta relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis, cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da paisagem e do seu ambiente urbano, e com a preservação e recuperação dos conjuntos urbanos, conforme o Art. 124 do Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro, Lei Nº 16 de 1992” (NACIF, 2007, p. 117).

²⁰³ Tal proposta de requalificação da área central teve por principais objetivos o incentivo do comércio e do Setor Terciário, além da atração de investimentos em razão de um ‘sistema de ações’ direcionado “à melhoria na infraestrutura, na pavimentação, na iluminação pública, nos equipamentos e no mobiliário urbano” (HELOUI, s.d.).

Outros programas e projetos.

Aos programas apresentados se agregam programas e projetos menores, tais como:

- o Programa Rio-Rua desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro através da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Obras - SMO, e que teve como objetivos “a recuperação e a revitalização de áreas abandonadas e degradadas da cidade, promovendo pequenas e médias intervenções físicas, de custo relativamente baixo, em trechos de ruas e em praças, especialmente dos subúrbios e das periferias, há muitos anos abandonados pelo poder público” (LEMME, 2002) e;
- o Programa Rio-Comunidade criado pela prefeitura do Rio de Janeiro sob a gestão da Coordenadoria Geral de Obras - CGO, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Obras - SMO, “que tem como áreas prioritárias de ação as comunidades da Zona Norte e da Zona Oeste, desprovidas de infra-estrutura e de saneamento básico, cujos trabalhos consistiam na implantação de drenagem para águas pluviais, meio fio e sarjetas em concreto, passeios, pavimentação de logradouro, iluminação pública e urbanização geral”²⁰⁴.

Foram elaborados, ainda, na administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000), um ‘sistema de ações’ voltado à implementação de projetos urbanos para os desativados armazéns da Zona Portuária e para a faixa litorânea da área entre o Aeroporto Santos Dumont e a Praça XV, elaborados por Oriól Bohigas, Nuno Portas e alguns funcionários do quadro efetivo da prefeitura do Rio de Janeiro, com base na concepção do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, que apresentou alternativas para a produção de um ‘sistema de objetos’ plurifuncional, onde seriam integradas sedes de empresas internacionais, luxuosos hotéis e residências, shoppings centers e novos centros culturais, com o objetivo de reverter o quadro de ‘crise urbana’ proveniente da degradação ambiental e físico-urbanística e do esvaziamento sócio-econômico da área central do Rio de Janeiro. Entretanto, esses projetos permaneceram até o final da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) no papel. Cabe ressaltar que até esse momento, o planejamento da cidade era realizado apenas por técnicos, não havendo um canal de interlocução com a sociedade.

²⁰⁴ Disponível em: <http://obras.rio.rj.gov.br/index2.cfm?sqncl_publicacao=355>.

3.3.1.3. A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004).

3.3.1.3.1. A concepção de planejamento adotada.

Cesar Maia assume plenamente o modelo de planejamento estratégico de cidades na sua segunda gestão municipal ao elaborar o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ e um ‘sistema de ações’ pautado na (des)construção do espaço carioca para a produção de espaços de consumo voltados ao turismo, uma das ferramentas utilizadas em todo o mundo para ativar a economia das cidades, em especial, das áreas centrais consideradas degradadas físico-urbanisticamente e esvaziadas sócio-economicamente e por meio da materialização de um ‘sistema de objetos’ formado por equipamentos culturais e esportivos espetaculares, com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, transformados em ícones ou imagens-marco dessa administração ou, ainda, em monumentos espaço-âncoras desses processos de requalificação urbana, considerados necessários à inserção da cidade no ‘mercado mundial’, por meio de estratégias de *marketing* urbano com o objetivo de ‘vender’ o Rio de Janeiro como um Pólo Turístico Regional, Nacional e Internacional com capacidade de competir com outras cidades no que diz respeito a atração de recursos, eventos e turistas.

3.3.1.3.2. O diagnóstico da cidade.

A partir da formulação de um discurso de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico da cidade, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a necessidade de realizar vultosos investimentos em intervenções urbanas, concentradas, em sua maioria, na área central e na Barra da Tijuca, para fortalecer centralidades antigas e criar novas centralidades por meio do redesenho desses lugares, com base no modelo de planejamento estratégico de cidades. Desse modo, a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) se caracterizou pela construção de equipamentos monumentais e espetaculares para revitalizar a ‘vocação cultural’ e a ‘vocação esportiva’ do Rio de Janeiro e pela atração de recursos, eventos e turistas para o desenvolvimento econômico da cidade. Esses espaços foram considerados pelo poder público e pela iniciativa privada como estratégicos para romper a inércia em que o Rio de Janeiro se encontrava, justificativa utilizada para a elaboração de um ‘sistema de ações’ que buscou materializar ‘sistemas de objetos’ constituídos por monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação dos bairros onde foram construídos, considerados capazes de desestigmatizar a imagem da cidade caótica, sem segurança e qualidade de vida e, assim, criar uma imagem renovada de cidade competitiva de modo a inseri-la no ‘circuito internacional de turismo’.

3.3.1.3.3. O ‘sistema de ações’.

A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) “foi marcada por um processo de continuidade das ações e propostas voltadas para o uso e a ocupação do solo carioca”, em especial, no que diz respeito à “aprovação de projetos arquitetônicos em desacordo com os parâmetros urbanísticos em vigor” (NACIF, 2007)²⁰⁵. Nas palavras de Nacif (2007),

atualmente muitas normas atuam desautorizando as normas gerais, provocando situações de excepcionalidades, mas agora totalmente amparadas por leis. A diferença em relação às situações anteriores é justamente a legitimação do arbítrio. Assim, de um lado, emerge um conjunto de normas urbanísticas que, ao alterar pontualmente, ‘sob encomenda’, as normas gerais, invertem o princípio da universalidade da lei; de outro, construir, modificar, ampliar e depois aprovar, ainda que em desacordo com a legislação vigente, passou a fazer parte do cotidiano (NACIF, 2007, p. 160).

No dia 10 de julho de 2001 é aprovado e sancionado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) o Estatuto da Cidade, Lei Federal que trata das diretrizes gerais para a Política Urbana, adaptada às particularidades das cidades brasileiras, tendo por objetivo possibilitar uma ação mais vigorosa por parte das prefeituras, no sentido de atender à pressão social de acesso a terra, à habitação e à regularização fundiária e urbanística²⁰⁶, apesar dos obstáculos encontrados à sua implementação. Conforme Fernandes (2004),

neste mesmo ano, através dos meios de comunicação, a sociedade carioca toma conhecimento de diversos projetos para a cidade. Para alcançar seu principal objetivo, a preparação para os Jogos Pan-americanos de 2007, a prefeitura aponta para a necessidade da cidade passar por um intenso processo de renovação urbana. Esse processo compreenderia a execução de projetos urbanísticos, como o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária, e a construção de diversos equipamentos de uso público, como a cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, este último, como parte integrante da Revitalização da Área Portuária (FERNANDES, 2004, p. 13).

Em 27 de setembro de 2002 é promulgada a Lei Complementar N° 59/2002, que “dispõe acerca da utilização das instalações a serem construídas na cidade do Rio de Janeiro, para os Jogos Pan-americanos de 2007”, consolidando, de acordo com Nacif (2007), “um processo de

²⁰⁵ “Merece destaque [...] o fato de que as aprovações de projetos arquitetônicos em desacordo com os parâmetros urbanísticos em vigor não se apresentam como novidade no Rio de Janeiro. Descumprimentos e adoção de artifícios conhecidos como ‘aprovações por despacho superior’ eram observados nas administrações anteriores” (NACIF, 2007, p. 160).

²⁰⁶ No texto da lei é possível encontrar uma formulação inédita para a história do Brasil urbano, largamente marcado, como o mundo rural, pela tradição patrimonialista. Trata-se da limitação ao direito de propriedade imobiliária, contrariado pela função social da propriedade e função social da cidade, figuras absolutamente centrais no texto das diretrizes gerais da lei. Para implementar essas figuras, porém, é preciso que a lei saia do papel. Se foi difícil aprová-la, não menos difícil será aplicá-la, já que os grandes proprietários imobiliários sempre tiveram importância muito grande na política municipal.

disputa em relação aos desdobramentos das obras do Pan, especialmente no que diz respeito ao processo de remoção de áreas ocupadas ilegalmente” (NACIF, 2007, p. 93).

Em 21 de janeiro de 2003, secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, Eider Dantas²⁰⁷, publicou a Resolução ‘SMO’ N° 757, que criou um Grupo de Trabalho²⁰⁸, sob a coordenação do diretor-presidente da Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE, Jorge Roberto Fortes, com o objetivo de planejar e de coordenar as ações necessárias à implementação do programa de obras denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, que iriam totalizar R\$ 800 milhões em investimentos. Nesse mesmo ano é recriado o Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR “através da Lei N° 1.655/2003, com outra estrutura e já em um momento com menor mobilização da sociedade civil organizada interessada na temática, em especial as associações de moradores” (NACIF, 2007, p. 10).

Ricardo Macieira, secretário municipal de Cultura da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), apresentou durante o Seminário Porto do Rio, realizado em 2003, o projeto cultural desenvolvido pela prefeitura em parceria com a Fundação Guggenheim, que seria implantado no museu a ser erguido no Píer Mauá, no qual: a) a previsão era que o museu gerasse cerca de R\$ 176 milhões por ano e, em longo prazo, criasse 5 mil empregos diretos e indiretos; b) valorizasse a região em cerca de R\$ 705 milhões; c) viabilizasse equipamentos culturais que mostrassem as diferentes manifestações culturais existentes na cidade, trazendo para perto do cidadão carioca a produção cultural existente em outros países e que, por falta de espaços adequados, era inacessível para a maioria da população e; d) revitalizasse a ‘vocalização cultural’ da cidade, já que os grandes centros do mundo, para

²⁰⁷ Eider Dantas foi presidente da Companhia de Iluminação do Rio de Janeiro – RIOLUZ e da Companhia Estadual de Gás - CEG e, ainda, secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, de 2001 a 2008, durante a segunda e a terceira administração de Cesar Maia, quando grandes obras foram realizadas na cidade, entre elas: as obras do Pan 2007 (o Estádio Olímpico João Havelange (o ‘Engenhão’), a Arena Olímpica, o Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo), a Cidade do Samba, a Cidade das Crianças, as Escolas-Padrão (com um novo conceito de escola pública), as Vilas Olímpicas (com vistas a promover a inclusão social através do esporte) e o Centro de Tradições Nordestinas (antigo pavilhão de São Cristóvão). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eider_Dantas>.

²⁰⁸ O Grupo de Trabalho criado teve a seguinte constituição: Alexandre Risso Affonso Ferreira, coordenador geral da Coordenadoria Geral de Obras – CGO; Alexandre Pinto da Silva, presidente da Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIOÁGUAS; Hargos Chi, coordenador geral da Coordenadoria Geral de Projetos – CGP; Mauro José Lima Baptista, presidente da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro – GEORIO e Sidney Medeiros Falcão, diretor presidente da Companhia Municipal de Energia e Iluminação – RIOLUZ, que passaram a ser responsáveis pelo acompanhamento da construção dos desses projetos. Disponível em: <http://doweb.rio.rj.gov.br/sdcgi-bin/om_isapi.dll?infobase=22012003.nfo&jump=10&softpage=_recs>.

requalificar áreas degradadas, buscaram implantar equipamentos culturais, sendo que o Rio de Janeiro não poderia ficar de fora desse processo²⁰⁹.

Conforme Barros e Picinatto (s.d.), “enquanto Barcelona sediava um grande evento como o Fórum 2004²¹⁰, o Rio de Janeiro começava os preparativos para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007”²¹¹ (BARROS; PICINATTO, s.d.), com a construção de uma série de equipamentos esportivos monumentais, em sua maioria localizados na Barra da Tijuca. De acordo com Cesar Maia (2003) apud Machado (2004), a opção pela Barra teve dois objetivos: o primeiro foi concentrar as modalidades, oferecendo opções culturais e de lazer nas redondezas e; o segundo foi por segurança, já que “a Barra tem 165 quilômetros quadrados, 100 mil habitantes e fica numa área plana. “Não tem comunidades controladas por traficantes como outras áreas da cidade” (JORNAL DO BRASIL, 18 de agosto de 2003) (MACHADO, 2004, p. 149)²¹².

No entanto, os maiores esforços econômicos e políticos das autoridades municipais, “mesmo considerando as duras críticas de profissionais locais e de agentes comunitários, se concentraram em colocar em prática a custosa e sofisticada proposta de uma sucursal do Museu Guggenheim, no Píer Mauá, principal doca do porto, projetado por Jean Nouvel” (SEGRE, 2003c), pautado no ideário da requalificação das áreas portuárias e adjacentes com vistas ao desenvolvimento econômico e com base na concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades indutor de políticas urbanísticas voltadas ao reforço de centralidades antigas, à criação de novas centralidades e à atração de investidores e de cidadãos-consumidores.

Desta forma, a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) desenvolveu um ‘sistema de ações’ com base na estratégia de recuperação da Zona Portuária, compreendendo os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Praça Mauá, na contramão dos investimentos imobiliários cariocas concentrados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro,

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/ec_sispr.htm>.

²¹⁰ “Os gestores do chamado ‘modelo-Barcelona’ têm buscado orientar suas estratégias e ações de modo a recriar e reinventar permanentemente grandes projetos/ eventos afirmativos desse modelo. Como nas Olimpíadas de 1992, o Fórum Universal das Culturas Barcelona-2004 constitui um grande evento que pretende dar continuidade às reformas urbanísticas iniciadas com as olimpíadas” (BARROS; PICINATTO, s.d.).

²¹¹ “Os ‘benefícios’ e o ‘legado social’ decorrentes da realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 encerram um dos pontos mais enfatizados pela mídia. No centro deste debate está a ‘geração de empregos’, cujas estimativas revestem-se de números generosos, seja em relação à indústria de construção civil [...], seja no que diz respeito ao setor de serviços. Na verdade, tais discursos, revestidos por um ‘otimismo’ exacerbado, ocultam o outro lado da questão: neste caso, o incremento do mercado de trabalho está condicionado à criação de empregos predominantemente temporários, sem registro formal e de baixa remuneração” (MACHADO, 2004, p. 152).

²¹² Conforme Machado (2004), “uma das principais orientações estratégicas do planejamento urbano carioca pode ser identificada na recorrente disputa por competições esportivas. Desde a primeira (e frustrada) tentativa de sediar os Jogos Olímpicos de 2004, que o poder público da cidade do Rio de Janeiro persegue a realização de um evento com repercussão internacional semelhante. [...] A conquista para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007 foi amplamente divulgada pela prefeitura como ‘uma vitória da cidade’” (MACHADO, 2004, p. 148).

mais precisamente na Barra da Tijuca, no Recreio dos Bandeirantes e em Guaratiba. Neste contexto, “transformar a Zona Portuária em um pólo multifuncional (com ênfase na cultura, alta tecnologia, habitação e turismo) e integrá-lo à dinâmica do núcleo central carioca” foi o grande desafio assumido pelo poder público, que passou a estabelecer os paradigmas e os eixos de desenvolvimento local (SANTOS, 2005). Nesse sentido, foi aprovada, em 2004, a proposta realizada no ano de 2000 para o Projeto de Estruturação Urbana - PEU São Cristóvão através da Lei Complementar Nº 73/2004²¹³. Nas palavras de Nacif (2007),

durante esses quatro anos duas correntes de pensamento passaram a disputar projetos de ‘desenvolvimento’ para São Cristóvão. Uma dessas correntes era formada pelos defensores do processo de adensamento, através da verticalização do bairro como solução para dinamizar os setores comerciais e de serviços, e da redução do número de imóveis tombados, tendo como justificativa a dificuldade de manutenção dos imóveis, devendo permanecer apenas aqueles monumentos que permitiriam a apropriação do discurso da importância do patrimônio histórico/arquitetônico do bairro como forma de agregar valor ao lugar (NACIF, 2007, p. 144 e 145).

Alfredo Sirkis como secretário municipal de Urbanismo e presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, entre 2001 e 2006, foi responsável, ainda, pelas seguintes realizações: a) o início da revitalização do Centro do Rio e da área portuária; b) a reconstrução do Circo Voador; c) a implantação da Cidade do Samba e da Vila Olímpica da Gamboa; d) a viabilização do Centro de Convenções da Cidade Nova; e) a criação do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR; f) a criação das APACs do Leblon, do Jardim Botânico, de Laranjeiras e de Botafogo e a ampliação da APAC da Lagoa, reduzindo o gabarito em 158 ruas e preservando centenas de edificações de valor arquitetônico e histórico²¹⁴; g) a criação na Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU da Gerencia de Operações Especiais - GOE para o combate à construção civil pirata e da Coordenadoria de Regularização Urbanística - CRU para a contenção e regularização urbanística em comunidades e loteamentos e; h) o desenvolvimento com a equipe do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP de vários novos projetos entre os quais: a ciclovia Bangu-Campo Grande, a MAM-Praça Mauá e o sistema de ciclofaixas da Zona Sul²¹⁵.

²¹³ Segundo Nacif (2007), “mesmo que ainda sejam produzidas normas com características mais totalizantes, como por exemplo, os Planos de Estruturação Urbana - PEUs, as mesmas são canceladas pontualmente pela superposição das normas ‘flexíveis’ com autoridade para alterar a sua lógica interna” (NACIF, 2007, p. 160 e 161).

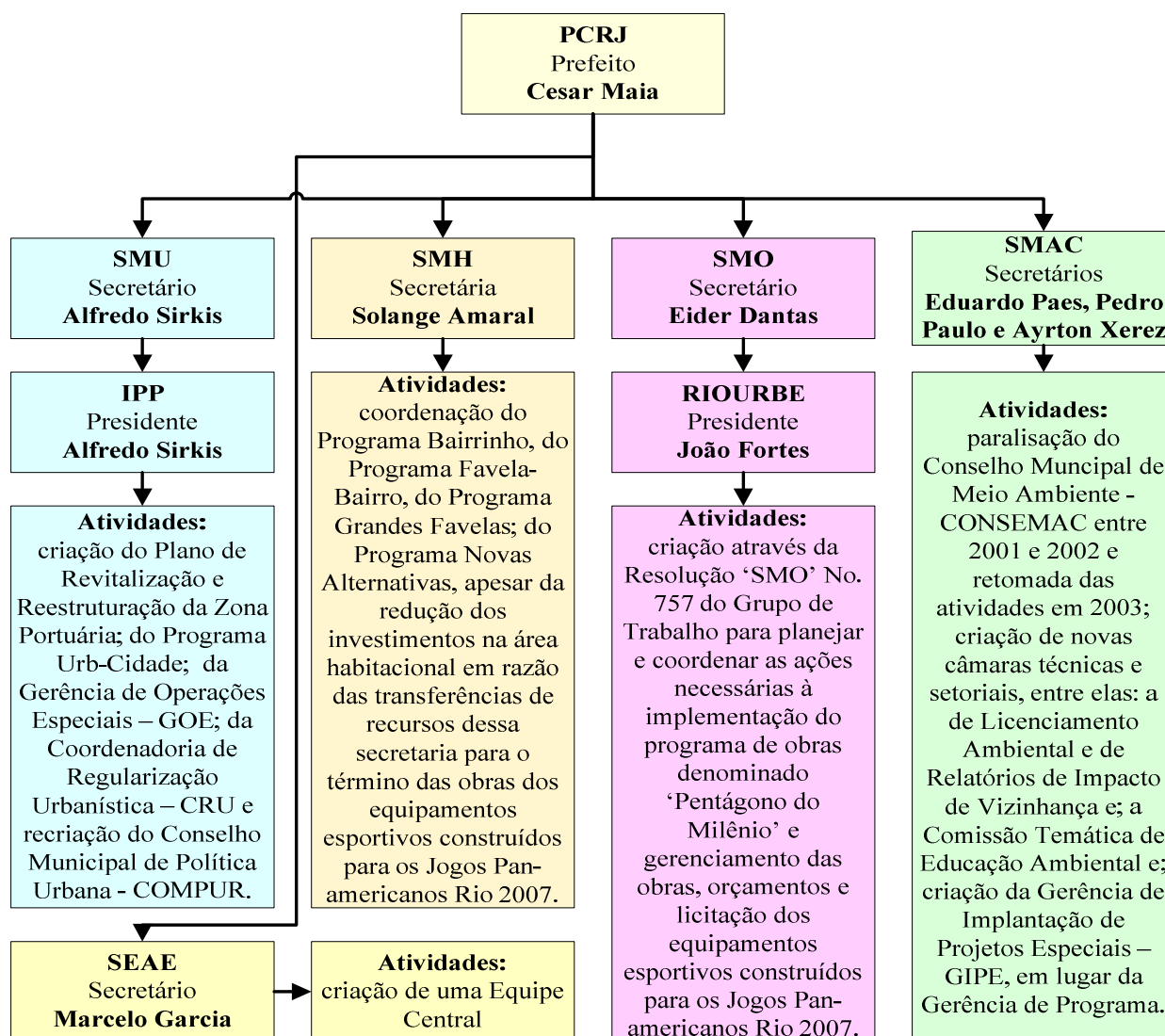
²¹⁴ Os vários decretos expedidos definindo Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APACs geraram muitas polêmicas. Segundo Nacif (2007), “os efeitos dos decretos de proteção colocaram, de um lado, os moradores lutando, por exemplo, pela permanência das formas construídas, volumetria e gabaritos e, de outro, aqueles que, desejosos de vender seus imóveis, se aliaram com o setor imobiliário para protestar contra a impossibilidade de demolição e de reconstrução de muitos prédios residenciais” (NACIF, 2007, p. 92).

²¹⁵ Disponível em: <<http://www.bikenet.com.br/ciclovia>>.

3.3.1.3.4. A organização da administração pública.

A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) manteve a centralidade na figura do prefeito, mas acentuou os papéis do secretário municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis, que assumiu ao mesmo tempo a presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, e do secretário municipal de Obras, Eider Dantas, responsável pelo programa de obras denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, a Cidade do Samba, a Cidade da Música, o Museu Guggenheim e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro e, ainda, pelos equipamentos esportivos monumentais construídos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007. Foi criada a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos – SEAE, com Marcelo Garcia como secretário especial de Assuntos Estratégicos e, também, secretário municipal de Desenvolvimento Social. O organograma abaixo expressa essa organização para dar conta de seus propósitos.

ORGANOGRAMA 03: A SEGUNDA ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO CESAR MAIA (2001-2004).



Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

3.3.1.3.5. O principal plano.

Na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) é formulado o segundo Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - 'As Cidades da Cidade', um desdobramento do Plano Estratégico I - 'Rio Sempre Rio', pautado na idéia do desenvolvimento endógeno, dirigindo o seu foco para 12 regiões da cidade, "que correspondem, respectivamente, à base territorial das subprefeituras da cidade (Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Centro, Grande Méier, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Leopoldina, Tijuca/ Vila Isabel, Zona Norte e Zona Sul)" (CARDOSO, 2009) e que passam a contar com 12 planos estratégicos regionais, em uma espécie de atualização do Plano Geral da Cidade, cuja idéia central é a escolha de um modelo para cada região, que deve "buscar sua cultura e valores em suas próprias raízes, seus motivos de orgulho, identidade e vocação em sua formação e história", de modo a identificar o seu papel específico na cidade e as formas de desempenhá-lo, definindo estratégias e projetos para materializarem seus objetivos centrais de construção de uma cidade voltada ao futuro, seguindo o conceito de micro-desenvolvimento através do Programa de Desenvolvimento Econômico de Microrregiões da Cidade do Rio de Janeiro, que adota a seguinte filosofia:

o desenvolvimento de um local depende, às vezes, de pequenos projetos ou articulações que têm o poder de multiplicar, ampliar, atrair novos negócios, impulsionar os setores produtivos ou desenvolver o empreendedorismo focado no desenvolvimento daquele local específico. [...] O programa pretende viabilizar, a partir da identificação com pontos de potencial localizados nas diversas regiões da cidade, a realização de pequenas obras e a implantação de pequenos equipamentos ou serviços que promovam o desenvolvimento do local, não só através de um trabalho conjunto dos diversos órgãos municipais, mas também em parceria com os governos estadual e federal e a iniciativa privada. A partir da identificação das áreas [...] a prefeitura atuará, através da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico para o Desenvolvimento - SEDECT, buscando implantar esses equipamentos e/ou serviços, para que aquele ponto possa desenvolver todo o seu potencial econômico, gerando trabalho e renda, melhorando o ambiente construído e criando locais de convivência dos moradores (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2003, p. 1 e 2) (CARDOSO, 2009).

O Plano Estratégico II - 'As Cidades da Cidade' encontra-se alinhado à definição metodológica de Desenvolvimento Econômico Local - DEL, que os planos estratégicos devem executar. Dessa forma,

o governo municipal, que no passado atuou principalmente no planejamento e desenvolvimento urbano, agora está sendo pressionado a começar a desempenhar um papel importante na promoção do crescimento econômico da cidade e no projeto de redes de segurança para os menos favorecidos da cidade. [...] Os objetivos do estudo são ajudar o governo municipal a conceber políticas e programas para: - restaurar o crescimento econômico em base ampla e sustentá-lo acima da média nacional, ao mesmo tempo reduzindo sua volatilidade; - combater a pobreza através de melhor direcionamento, de tal

modo que, enquanto os índices agregados de pobreza sejam reduzidos por meio de um crescimento mais rápido, aqueles que permanecem na pobreza recebam assistência apropriada; - manter a disciplina fiscal, estabelecendo fronteiras apropriadas para a prefeitura, que ajudem a melhorar a qualidade dos serviços municipais ao mesmo tempo em que mantenham a proporção de dívida e receita corrente abaixo de um (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9) (CARDOSO, 2009).

No pensamento de Cardoso (2009), “a agenda do BIRD ‘para o futuro’ do Rio de Janeiro enfatiza a necessária mudança do perfil de dependência econômica da cidade em relação ao Governo Federal, principalmente em termos de financiamentos internos e transferências”, sendo que a solução estaria no incremento das parcerias público-privadas, já apontadas como essenciais pelo Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’. Nesse cenário, para a elaboração do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, Cesar Maia definiu por principais orientações: “focar o desenvolvimento endógeno, aproveitar o acervo de conhecimento sobre a cidade que a equipe técnica formada com quadros da própria prefeitura já possuía e estabelecer parcerias com o talento das universidades, partícipes de todo o processo”²¹⁶. Dessa forma, tais planos regionais teriam por objetivo retratar as regiões através: 1) de um pré-diagnóstico, onde devem ser detectadas as debilidades; 2) de um diagnóstico, constituído de um histórico e das potencialidades locais e; 3) de estratégias necessárias para alcançar o objetivo central, através de projetos desenvolvidos com base em objetivos específicos, seguindo um programa e definindo os parceiros (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

Verifica-se, ainda, a inclusão desses projetos no Orçamento Municipal e a existência de uma articulação entre os planos com base no papel de cada região na cidade e nos papéis complementares. Busca-se, ao menos no plano do discurso, o envolvimento da sociedade para a realização dos planos, das estratégias e dos projetos, ao lado de seu monitoramento por todos os envolvidos, de modo a possibilitar uma avaliação dos impactos dos planos, dos projetos e da eficácia das estratégias ao final do processo. Conforme Araújo (2005), o Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’ apresentou como aspectos inovadores:

o ‘orçamento participativo’, a intensa e efetiva participação de todas as Instituições de Ciência e Tecnologia localizadas em cada região, prévios estudos de viabilidade e de custos para os projetos, além das montagens de um sistema de monitoramento e impulsão da implementação dos projetos e de um sistema de avaliação de impacto dos projetos executados e do próprio Plano. Quanto à sua estrutura organizacional, foi incorporada uma Comissão Executiva, composta de técnicos da prefeitura, trabalhando em parceria com o Consórcio do Plano (ARAÚJO, 2005, p. 68).

Visto isso, é possível estabelecer um paralelo entre o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, a saber:

²¹⁶ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/interna.php?n0=1&n1=1>>.

QUADRO 04: PLANO ESTRATÉGICO I x PLANO ESTRATÉGICO II.

	PLANO ESTRATÉGICO I	PLANO ESTRATÉGICO II
Papel atribuído à administração municipal	Papel de Promotor , juntamente com os agentes privados, com base em parcerias público-privadas e com vistas à obtenção de melhores condições de competitividade da cidade e de qualidade de vida dos seus habitantes, além do Papel de Estimulador dos projetos identificados como necessários aos objetivos por ele expressos.	Papel de Promotor do crescimento econômico da cidade e do projeto de redes de segurança. Os trabalhos de elaboração do plano couberam especificamente ao Poder Executivo, através de uma Equipe Técnica Central formada por técnicos da prefeitura, com coordenadores dos planos regionais que são membros da equipe técnica central, com os subprefeitos indicados pelo prefeito e doze comissões regionais compostas pela sociedade civil.
O Plano	Configura-se como um Plano Parcial para a cidade, que não é mais vista como um todo, mas como um conjunto de projetos urbanos pontuais, elaborados com o objetivo de eleva o município ao patamar de ‘cidade global’ . Por não ser lei, o plano estratégico não implica em sanções quando não cumprido. Sofreu influência direta de consultores internacionais.	Configura-se como um Plano Geral para a cidade, assim como o Plano Diretor Decenal, apesar dos diferentes objetivos, que considera escalas diferenciadas, porém interligadas e que os fatores decisivos para o desenvolvimento das regiões são determinados dentro dela e, não, externamente. Não se constitui como lei. Sofreu influência direta do BIRD.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - A ‘venda’ da cidade como objeto de consumo no ‘mercado de cidades’; - A promoção da cidade segundo determinadas estratégias, de modo a otimizar seu valor de mercado; - O aumento da atratividade de investimentos e a melhoria da imagem da cidade; - A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - A busca por competitividade econômica, não só no ‘mercado mundial de cidades’, mas também no contexto intra-urbano; - A atração de empresas e de investimentos a partir da eficiência da administração municipal, que investe na concepção estratégica de que os projetos voltados à urbanização de espaços públicos detêm alto valor simbólico para a imagem da cidade; - A melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade.
Modelo de urbanismo que veicula	Sob a égide da exequibilidade, veicula um ‘urbanismo de resultados’, que “se caracteriza por definir performances sem prejudicar modalidades de realização, privilegia o fim sobre os meios e as funções de comunicação, mediação e negociação, só admitindo compromissos que estejam em conformidade com a execução imediata de projetos pontuais, mas que possam produzir sinergias em médio prazo” (COMPANS, 1996, p. 222).	Mantém a prática do ‘ urbanismo de resultados ’, apesar de dividir a cidade em 12 regiões, nas quais o alcance de seu desenvolvimento foi configurado independente de aspectos estruturais da cidade, de sua articulação com o restante do território e do enfrentamento de seus problemas. Dessa forma, o Município passou a comportar 12 Planos Regionais, que contêm além de seus objetivos gerais, estratégias e interesses específicos.
Concepção de cidadão	A população urbana é concebida em suas diferenças e estas levadas em conta nos programas e projetos urbanos. Considerando a lógica que estrutura o plano e a ausência de parte significativa dos habitantes em sua elaboração, quanto em sua implementação, deduz-se que o mesmo dirige-se para uma parte da cidade e para alguns cidadãos.	Os habitantes da cidade e de outras localidades são tratados como cidadãos-consumidores, capazes de consumir espaços produzidos para a representação, a ‘venda’ e o consumo da mercadoria estratégica e política da cidade-espetáculo, moldada às necessidades da acumulação dos investidores e aos anseios dos cidadãos-consumidores.

Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

3.3.1.3.6. Os principais programas e projetos.

Os Jogos Pan-americanos Rio 2007 e a candidatura olímpica de 2012.

Na segunda gestão do prefeito Cesar Maia (2001-2004), os cidadãos cariocas tomaram conhecimento dos diversos projetos urbanos elaborados com o objetivo de preparar a cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-americanos Rio 2007, entre eles: o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária e a construção de diversos equipamentos esportivos monumentais, com destaque para: o Estádio Olímpico João Havelange, a Arena Olímpica, o Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo e as Vilas Olímpicas.

O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP coordenou, em conjunto com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL e o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o 'sistema de ações' elaborado para a implantação da infra-estrutura necessária à realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, juntamente com uma série de intervenções nas áreas de urbanismo, transportes, meio ambiente, habitação, cultura e turismo, com o objetivo de tornar a cidade do Rio de Janeiro a 'Capital Latino-Americana dos Esportes'. O IPP colaborou, ainda, com a organização da candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 2012 em todas as suas fases, desde a disputa vencedora sobre a cidade de São Paulo, em meados de 2003, até a fase de elaboração do dossiê de postulação e desenvolvimento de projetos para o Comitê Olímpico Internacional - COI²¹⁷.

O Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária - Porto do Rio

Esse Plano elaborado para a requalificação urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro compreende um conjunto de projetos urbanísticos desenvolvidos com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural da área, requalificar seus espaços urbanos, melhorar sua acessibilidade e desenvolvê-la economicamente e com base em um 'sistema de ações' que motivou: a criação de uma Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU, entre as avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Rio Branco, com parâmetros urbanísticos diferenciados e regras para as operações de parcerias público-privadas; a consolidação de um novo Plano Viário para a região, mesclando a criação de vias estruturais com a retomada do caráter das vias tradicionais; a aprovação de um novo Plano de Alinhamentos

²¹⁷ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/smu/ipp/>>.

– PAs definindo os limites entre os espaços públicos e privados²¹⁸ e; a elaboração de um banco de terras contendo dados sobre os terrenos e edificações livres e subutilizados, para consulta pelos investidores potenciais. Esse plano foi responsável, ainda, pela materialização de um ‘sistema de objetos’ arquitetônicos monumentais voltados à cultura e ao esporte, tais como:

- a Cidade do Samba – inaugurada no final de 2005 e construída em um antigo pátio ferroviário localizado no bairro da Gamboa, que estava abandonado por duas décadas e que passou a concentrar os galpões das 14 escolas de samba do Grupo Especial, além de contar com uma grande praça central para realização de eventos turísticos ligados às atividades do Carnaval;

- a Vila Olímpica da Gamboa – instalação esportiva, que teve por objetivo atender a comunidade residente no bairro, através do Programa de Construção de Vilas Olímpicas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, com projeto desenvolvido pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, em parceria com a Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, responsável, também, pelo orçamento, licitação e gerenciamento das obras, que preconiza a inclusão social através do esporte²¹⁹ e;

- o Museu Guggenheim - projetado pelo arquiteto francês Jean Nouvel para ser implantado no Píer Mauá, a partir da concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades, especialmente no que diz respeito à parceria entre o governo e a iniciativa privada, mas que não foi construído.

Juntamente com a elaboração desses equipamentos culturais e esportivos voltados ao turismo, foram desenvolvidos outros projetos de requalificação urbana, contemplando: a pavimentação; a iluminação; o paisagismo; o mobiliário urbano; de transporte público e; as infra-estruturas de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário; seguindo a filosofia de intervenção do Programa Rio-Cidade, com destaque para: a reurbanização de ruas, de praças e largos; a implantação de garagens subterrâneas; o estímulo à construção, à habitação e às atividades ligadas ao comércio e aos serviços e; melhorias no sistema viário e de drenagem pluvial, apesar de muitos desses projetos urbanos pontuais não terem sido materializados.

218 “Oficializado através da Resolução SMU N° 401, de 26/04/2002, que aprovou os PAs 11.708, 11.766, 11.767, 11.768, 11.769, 11.770 e 11.771”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/smu/ipp/>>.

219 “A intervenção prevê, também, a utilização de dois galpões tombados pelo Município, e que foram construídos no final do séc. XIX, com serviços complementares, como salas de informática e cursos diversos, além da implantação de duas escolas profissionalizantes destinadas ao treinamento nas áreas de produção áudio-visual e de restauração de edificações, por meio de uma parceria internacional com a instituição italiana Unione degli Italiani nel Mondo – UIM”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/smu/ipp/>>.

O Programa de Construção de Vilas Olímpicas.

O Programa de Construção de Vilas Olímpicas foi criado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2001, com os objetivos de promover e de incentivar a prática de atividades esportivas voltadas principalmente para crianças, jovens e adultos, com espaços planejados e dotados de equipamentos para diversas atividades esportivas e, também, de lazer, constituindo-se no programa que recebeu o maior investimento público dos últimos vinte anos, segundo informações da Secretaria Municipal de Obras – SMO.

A Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE foi o órgão da Secretaria Municipal de Obras – SMO, responsável pela elaboração de projetos, orçamentos, licitações e gerenciamento das obras das Vilas Olímpicas, sendo a administração dos espaços e o desenvolvimento de projetos direcionados à integração da comunidade através do esporte, responsabilidades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL.

Entre 2001 e 2004, a prefeitura do Rio de Janeiro investiu R\$ 39.087.048,84 na construção de seis Vilas Olímpicas: Mestre André, em Padre Miguel; Clara Nunes, em Acari; Carlos Castilho, em Ramos; Gamboa, no bairro de mesmo nome; Oscar Schimidt, em Santa Cruz e; Jornalista Ary de Carvalho, na Vila Kennedy. Em termos de projeto arquitetônico, as Vilas Olímpicas são compostas por:

1) espaços de apoio: administração, secretaria, vestiários, sanitários, salas de coordenação e de professores, auditório, departamento médico e depósitos e;

2) pelos seguintes equipamentos: piscina semi-olímpica, quadra poliesportiva coberta, pista de atletismo, campo de futebol de grama natural ou sintética, salas de atividades como dança, artes marciais, ginástica, parque infantil e churrasqueira. Algumas vilas possuem, também, quadras de tênis, de vôlei de praia e pista de skate²²⁰.

²²⁰ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/obras/>>.

A Cidade das Crianças Leonel Brizola.

O projeto da Cidade das Crianças Leonel Brizola, maior parque público municipal do Estado, localizado em Santa Cruz, no Km 1 da BR-101 (Rio-Santos), foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL, tendo como autor do projeto o arquiteto Paulo Casé, que elaborou outros projetos arrojados, tais como: o Rio-Cidade Bangu, obra concluída em dezembro de 2002, e; o Parque das Vizinhanças Dias Gomes, em Deodoro, obra concluída em setembro de 2004, também com gerenciamento das obras, orçamento e licitação a cargo da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE.

Com uma área de 186 mil metros quadrados, em terreno plano com duas pequenas elevações, a construção da Cidade das Crianças, parque público dotado de diversas atividades e de atrações direcionadas ao entretenimento de crianças e adolescentes, foi iniciada no final de novembro de 2002 e concluída em agosto de 2004, com um investimento da prefeitura do Rio de Janeiro de R\$ 28.908.300,12 na construção e na implantação do parque e de R\$ 4.595.504,10 na construção do acesso ao local.

O Parque é composto por três setores interligados através de vias de pedestres, ciclovias e teleféricos:

- Setor A (Cidade/Cultura): composto por ruas, praças, píer, estação de bondinho, quiosques e lojas, praça de alimentação com diversas lanchonetes e restaurantes, teleférico, parque de diversão, *dancing water*, teatro com 300 lugares, ilhas temáticas, chafariz, Museu da Criança, biblioteca e teatro de marionetes;
- Setor B (Esporte): com quadras poliesportivas com arquibancadas e alambrado com quatro metros e meio de altura, campo de futebol *society* em saibro e com uma arquibancada em concreto, quadra de tênis, pista de *skate*, anfiteatro, muro de escalada, piscinas (adulto e infantil), *deck* e solário;
- Setor C (Campo): lago, atividades de pesca, pedalinhas, área gramada, áreas de churrasqueiras, brinquedos temáticos, sítio com moinho, pomar, horta, viveiro de pássaros, estufa, açude, passeio de charrete e a cavalo. O parque conta, ainda, com uma estrutura de manutenção do complexo composta por subestações e diversas oficinas, entre as quais: de serviços hidro-sanitários; de elétrica; de mecânica; de pintura; de marcenaria e; de serralheria²²¹.

²²¹ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/obras/>>.

Os Programas Rio-Cidade, Favela-Bairro, Bairrinho, Grandes Favelas e Novas Alternativas.

Na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), todos esses programas voltados à requalificação do espaço público e caracterizados por intervenções urbanísticas para a modernização da infra-estrutura da cidade, dotando-a de serviços, equipamentos públicos e políticas sociais para a integração de seus espaços, considerada necessária à renovação da base econômica, continuaram em andamento, porém com menos destaque e recursos, já que o prefeito Cesar Maia priorizou a produção de espaços voltados ao consumo e atraentes ao turismo.

O Programa Urb-Cidade.

Assim como foram criados o Programa Grandes Favelas e o Programa Bairrinho a partir do Programa Favela-Bairro, o Programa Urb-Cidade foi idealizado em 2001, a partir do Programa Rio-Cidade, com o objetivo de promover melhorias urbanísticas nos bairros, com intervenções que vão desde a nova pavimentação de ruas e calçadas até a instalação de novo mobiliário urbano, iluminação pública, equipamentos de lazer e de esportes, plantio de árvores e rampas de acesso, sendo sua área de abrangência menor que a do Programa Rio-Cidade, a qualidade dos materiais, dos serviços e dos equipamentos urbanos idêntica e as intervenções nas redes de infra-estrutura mais rápidas e pontuais, tais como: limpeza, desobstrução e reparos nas redes de águas pluviais e de esgotos, conforme a necessidade de cada local.

O Programa de Iluminação Especial de Praias, Monumentos e Fachadas

O Programa de Iluminação Especial de Praias, Monumentos e Fachadas, iniciado em 1993 com a iluminação da Igreja da Glória do Outeiro e realizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por intermédio da Empresa Municipal de Iluminação - RIOLUZ, vinculada à Secretaria Municipal de Obras - SMO, tem por objetivos: criar uma nova paisagem urbana nas noites da cidade do Rio de Janeiro, valorizando o patrimônio histórico, cultural e religioso da cidade e; aumentar o turismo²²². Entre os monumentos iluminados pelo programa, destaca-se o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, cujo projeto de iluminação contemplou as áreas de estacionamento externo, as fachadas das entradas e as ruas de circulação interna que circundam as barracas, num investimento total de R\$ 500 mil.

²²² Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/obras/>>.

3.3.1.4. A terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008).

3.3.1.4.1. A concepção de planejamento adotada.

O planejamento adotado pelo prefeito Cesar Maia na sua derradeira administração enfatizou a construção de objetos arquitetônicos monumentais como vetores privilegiados e estruturantes do desenvolvimento econômico da cidade. Tais operações voltadas à monumentalidade espetacular e à projeção da imagem do Rio de Janeiro competitivo para a atração de recursos, de eventos e de turistas, embasaram-se na ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte por meio da produção de espaços voltados ao consumo, com destaque para a dimensão cultural de todo este processo de reformulação do planejamento urbano. Para Mascarenhas (2007),

o primado da estetização configura-se vazio de significado em termos de vínculos histórico-sociais com a localidade que irá abrigar as intervenções, remetendo às discussões das prioridades e à abrangência dos recursos investidos pelas administrações municipais, que optaram por essa linha de planejamento [...]. Neste sentido, forja-se uma tradição, uma identidade local, que justifique o gasto público e a intervenção urbanística (MASCARENHAS, 2007).

A terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) priorizou a construção dos equipamentos esportivos para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 e justificou seu ‘sistema de ações’ numa suposta tradição e identidade carioca no âmbito do esporte, alimentando o discurso do Rio de Janeiro como a ‘Capital do Esporte’, capaz de sediar mega-eventos esportivos e de se inserir de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’.

3.3.1.4.2. O diagnóstico da cidade.

O diagnóstico de crise e de desordem urbana persiste na última gestão do prefeito Cesar Maia (2005-2008) e a busca de alternativas ou de estratégias para a sua superação com base no ressurgimento do lugar e no papel da cidade estratégica do país foram os principais artifícios utilizados pela municipalidade, na tentativa de obter o consenso popular e uma justificativa para os enormes gastos com as obras realizadas para os Jogos Pan-americanos Rio 2007. De acordo com Novais (2007), os discursos acionados geralmente “descrevem a consolidação de um contexto político-econômico caracterizado pelas noções de globalização, de incerteza e de competição entre os lugares. O olhar para esses processos, contudo, é sempre otimista, centrado no aproveitamento das oportunidades do mundo globalizado”. Nesse contexto, desenvolvem-se atividades terciárias com vistas ao atendimento das necessidades dos investidores e dos cidadãos-consumidores, “como forma de garantir a inserção competitiva na economia globalizada e, assim, escapar da crise” (NOVAIS, 2007).

3.3.1.4.3. O ‘sistema de ações’.

O ‘sistema de ações’ da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) teve como grande evento estratégico a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. Para tanto, materializou um conjunto de objetos arquitetônicos monumentais²²³ com funções de arenas, de estádios, de vilas olímpicas e estabeleceu, ainda, algumas mudanças, entre elas: as inovações institucionais e jurídicas; a construção de parcerias e coalizões provisórias e; a criação de estruturas excepcionais de gestão e de implementação, com destaque para a criação, em 2005, da Secretaria Especial Rio 2007, de caráter temporário, resultante da transformação da antiga Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE, que passa a coordenar todas as ações dos órgãos envolvidos com o evento, assim como a articulação com os órgãos dos governos federal e estadual, com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB e com o Comitê Organizador do Pan-americano. Para Sánchez Garcia (2007),

as novas estruturas ‘excepcionais’ têm como um de seus principais objetivos contornar as tradicionais estruturas de planejamento, conferindo, no entender dos responsáveis pela implementação do Pan 2007, agilidade aos processos de tomada e implementação de decisões. [...] Vale informar que o Executivo Municipal arca com os custos operacionais do Comitê Organizador do Pan-americano, pagando o salário de seus funcionários. No rol de procedimentos voltados ao estabelecimento de parcerias com o setor privado visando a transferência de custos de execução, assim como a administração dos equipamentos da prefeitura, a concessão de direito de uso de tais espaços tem sido um dos artifícios mais utilizados (SÁNCHEZ GARCIA, 2007).

Essa última administração do prefeito Cesar Maia foi marcada, também:

- pela inauguração da Cidade do Samba, na Gamboa, capitalizando o evento do Carnaval carioca ao reunir num único espaço os galpões das escolas de samba do Primeiro Grupo, onde são construídos os carros alegóricos e feitas as fantasias, procurando, assim, implementar igualmente o Plano de Revitalização e de Reestruturação da Zona Portuária, sobretudo, em razão do projeto do Museu Guggenheim Rio, concebido para se tornar um novo ícone ou imagem-marco da cidade do Rio de Janeiro e considerado uma prioridade do governo Cesar Maia para a revitalização do Centro e da Zona Portuária, não ter saído do papel, e;

²²³ “Este projeto consiste em um grande complexo urbanístico-arquitetônico distribuído pela cidade em quatro grandes áreas (sua geografia revela, mais uma vez, a tentativa de espelho com o modelo Barcelona). Entretanto, a maior parte das edificações e das intervenções propostas está concentrada na Barra da Tijuca. Dentre os principais equipamentos [...] implantados, destacam-se: Vila Pan-americana localizada na Barra da Tijuca, o Estádio Olímpico do Engenho de Dentro, o ‘Engenhão’, o Complexo Esportivo do Autódromo, o Centro de Convenções do Rio-Centro e o Complexo Esportivo da Cidade do Rock, entre outros, corroborando com o que se tem constatado na aplicação dos modelos de gestão urbana estratégica, do qual o projeto Pan pode ser identificado, alguns segmentos e atores privados se sobrepõem ao poder público, procurando ampliar seus objetivos e interesses” (BARROS; PICINATTO, s.d.).

- pela construção da Cidade da Música, na Barra da Tijuca, complexo cultural com grandes salas voltadas à música clássica e à todas as outras manifestações musicais, elaborada para ser, em princípio, a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB e que teve as suas obras paralisadas em razão da transferência de recursos que seriam destinados ao término da construção desse objeto arquitetônico monumental para as obras dos equipamentos esportivos necessários para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007.

Cabe ressaltar a novidade no ‘sistema de ações’ do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, que passa a considerar as escalas diferenciadas, porém interligadas, configurando uma administração voltada à reformatação geral da cidade, ou seja, um plano totalizante (conforme o modelo progressista), de modo diferente de como foi desencadeado o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, baseado na gestão por projetos urbanos pontuais, característicos dos anos 1990, e “estruturado principalmente a partir do interesse do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado” (ABREU, 1998), deslocando o recorte espacial da escala do local, atributo do espaço intra-urbano para o Rio de Janeiro na sua totalidade e, possivelmente, para escalas maiores.

Entretanto, percebe-se que a opção de política urbana estratégica adotada como recurso de ordenamento do território do Rio de Janeiro para seu desenvolvimento, com base em um ‘projeto de cidade’ capaz de inseri-la na competição das cidades mundiais, baseado na (des)construção de seu espaço produzido e com vistas à geração de novas centralidades e novas paisagens urbanas, consideradas capazes de atrair investimentos do circuito mundial de valorização e turistas, “privilegia a apropriação de algumas áreas pelos interesses de mercado, o que se traduz muito mais num processo de modernização ou, ainda, de reestruturação seletiva e excludente do que propriamente de desenvolvimento urbano mais inclusivo” (BARROS; PICINATTO, s.d.).

Segundo Mascarenhas (2007), as obras realizadas para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 não promoveram mudanças espetaculares conforme as promessas divulgadas pela administração pública através dos meios de comunicação, mas o evento favoreceu o setor imobiliário, amplamente beneficiado direta ou indiretamente, vide os recursos públicos despendidos na construção dos equipamentos esportivos e a valorização dos terrenos no entorno desses empreendimentos, onde, em alguns casos, foram removidas populações carentes. Para esse autor, “em síntese, a cidade é tratada como negócio e, não, como espaço coletivo destinado ao bem-estar de seus habitantes. Em suma, a cidade que emergirá desse evento tende a consolidar um modelo excludente e segregador” (MASCARENHAS, 2007).

De acordo com Cesar Maia (s.d.), além da preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-americanos Rio 2007 e se tornar uma cidade competitiva para disputar o lugar de sede dos Jogos Olímpicos de 2012, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, sua última administração incentivou a requalificação do Centro e da Zona Portuária, que tinha como monumento espaço-âncora o Museu Guggenheim, localizado no Pôr Mauá, que não saiu do papel porque a Justiça suspendeu o contrato da prefeitura do Rio de Janeiro com o arquiteto francês Jean Nouvel, alegando que o prefeito não poderia assumir compromissos financeiros por mais de dez anos em virtude do término de seu mandato em 2008, por ter contas dolarizadas e a adoção de leis americanas no contrato em vez de brasileiras.

Essa gestão foi marcada, igualmente, pela inauguração da Cidade do Samba, na Gamboa, transformada em um núcleo de produção do Carnaval carioca, procurando, assim, implementar a requalificação da Zona Portuária. De acordo com Duarte (2005), tais processos de requalificação urbana se depararam com um conjunto expressivo de obstáculos:

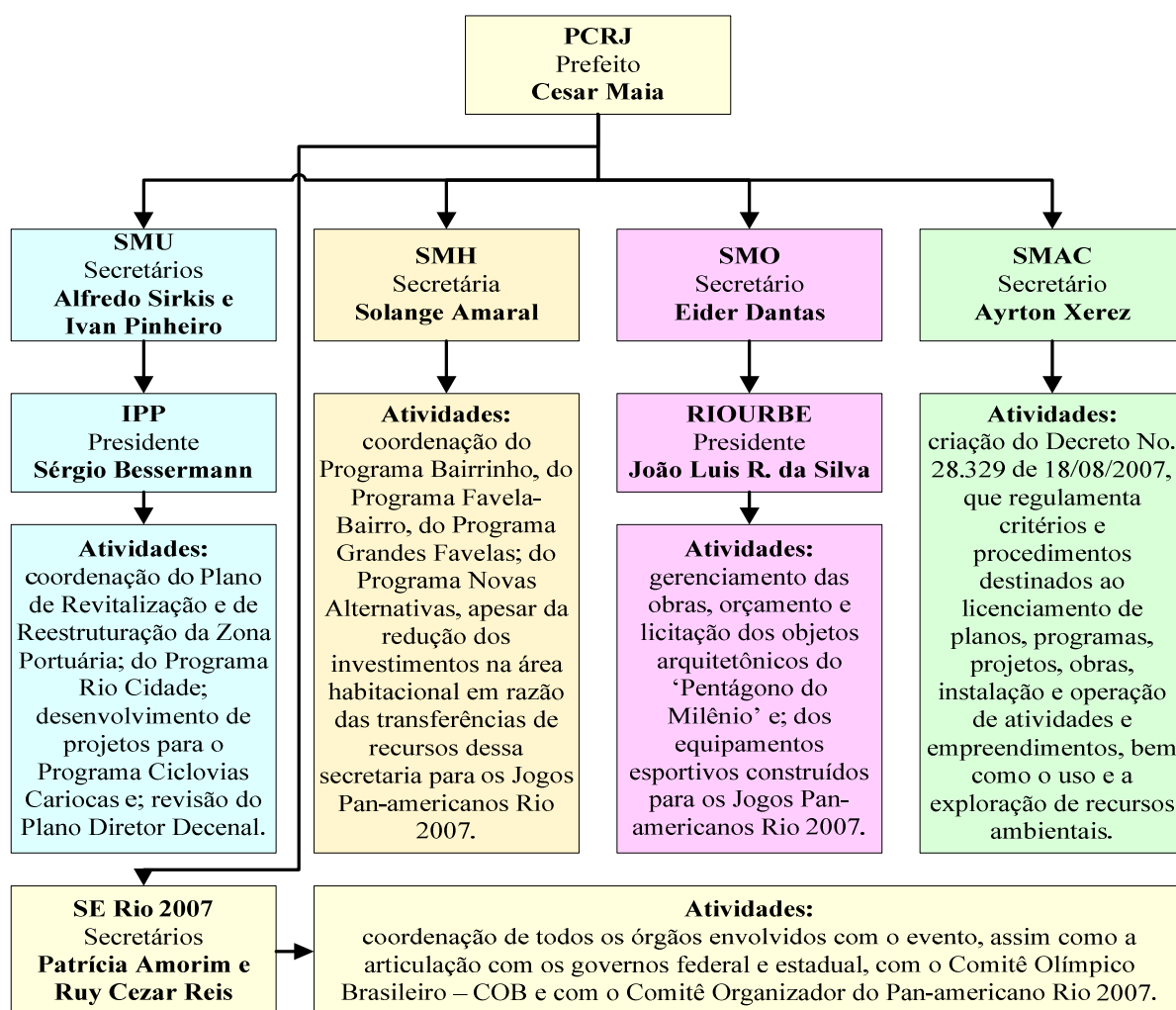
- 1) o grande conjunto de fixos espaciais (terminais marítimos, metroviário, rodoviários e ferroviários, armazéns, etc.), cuja substituição faria sentido apenas se a área apresentasse alto retorno para uma outra atividade;
- 2) a falta de articulação entre as esferas de poder público, especialmente a federal e a municipal;
- 3) a falta de recursos é um outro problema sério às intenções da Prefeitura;
- 4) a geografia e as intervenções urbanas realizadas ao longo do século XX, que isolaram a área do restante da cidade;
- 5) o problema fundiário e o complexo emaranhado jurídico envolvendo muitas das propriedades da Área Central e a presença de favelas nos morros do Pinto, do Livramento e da Providência, com os conhecidos problemas de renovação que essa forma urbana provoca (DUARTE, 2005).

E, também, pelas obras da Cidade da Música, iniciadas em julho de 2003, no Trevo das Palmeiras, na Barra da Tijuca, equipamento projetado para ser um grande espaço cultural dedicado à música clássica e à todas as outras manifestações musicais e, ainda, para ser a nova sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB. Entretanto, a execução desse empreendimento, inicialmente orçado em R\$ 80 milhões e cujos gastos chegaram a R\$ 461,65 milhões, enfrentou problemas, tais como: a falta de verbas decorrentes dos altos investimentos que a prefeitura teve que fazer nas obras dos equipamentos esportivos construídos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, o que, por sua vez, fez com que a previsão do término dos trabalhos estimada para o final do ano de 2004 não se confirmasse em virtude dos vários contratemplos, que levaram à paralisação das obras ao final da terceira administração Cesar Maia (2005-2008).

3.3.1.4.4. A organização da administração pública.

A terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) conservou-se centralizada na figura do prefeito (embora em seu período mais retraído e alvo de muitas críticas), e persistiu, mas com menor ênfase, o papel do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, em virtude do afastamento de Alfredo Sirkis após o rompimento com Cesar Maia, passando a Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE a ter maior expressão por conta do gerenciamento das obras, do orçamento e da licitação dos equipamentos esportivos construídos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 e a Secretaria Municipal de Habitação – SMH a ter uma reduzida expressão, desenvolvendo as atividades de gerenciamento dos programas de cunho social, apesar dos recursos escassos. Foi criada a Secretaria Especial Rio 2007, antiga Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEA, com Patrícia Amorim e, depois, Ruy Cesar Miranda Reis, que assumiu, ainda, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. O organograma abaixo expressa essa organização para dar conta de seus propósitos.

ORGANOGRAMA 04: A TERCEIRA ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO CESAR MAIA (2005-2008).



Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

3.3.1.4.5. O principal plano.

O plano adotado pelo prefeito Cesar Maia em sua terceira administração (2005-2008) continuou sendo o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’. Entretanto, os temas Jogos Pan-americanos Rio 2007 e candidatura da Cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos foram incluídos em seguida. Assim, a análise de cada região, considerando as possibilidades de desenvolvimento local proporcionadas por estes dois grandes eventos, tornou-se fundamental e considerou a identificação dos temas indicados como os mais importantes por esse modelo de planejamento. Conforme o Plano, uma análise técnica definiu a futura localização das diversas competições esportivas do Pan 2007 ou, ainda, quatro áreas ou anéis do Rio de Janeiro, onde estariam sendo alocadas as obras:

- 1º Anel: formado pela Vila Pan-americana, pelo Marapendy *Country Club*, pelo Complexo Esportivo do Autódromo, pelo Morro do Outeiro, pelo Complexo Esportivo Riocentro, pelo Complexo Esportivo Cidade do Rock e pelo Centro de Boliche Barra, todos na Barra da Tijuca (Zona Oeste);
- 2º Anel: formado pelo Complexo Esportivo Miércio da Silva, em Campo Grande, e pelo Complexo Esportivo Deodoro, no bairro Vila Militar (Zona Oeste);
- 3º Anel: formado pelo Complexo Esportivo João Havelange, no Engenho de Dentro, e o Complexo Esportivo do Maracanã, no bairro do mesmo nome (Zona Norte);
- 4º Anel: formado pela Marina da Glória, no bairro da Glória, pelo Parque do Flamengo, no bairro do Flamengo, e pela Lagoa Rodrigo de Freitas, no bairro da Lagoa (Zona Sul)²²⁴.

²²⁴ De acordo com o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’: 1) “a Região Barra da Tijuca propõe a criação de um modelo de preservação ambiental para a manutenção da qualidade do meio ambiente urbano. Segundo a população, a possibilidade de crescimento e desenvolvimento econômico só se manterá com a existência desse modelo. Para tanto, torna-se fundamental a solução das questões relativas aos esgotos domésticos e ao transporte de massa, uma vez que o modelo de transporte individual existente encontra-se próximo ao limite de saturação”; 2) “na Região Campo Grande, lugar da convivência entre urbano e rural, o principal foco de impulsão reside no ecoturismo, baseado na intenção de futuramente tornar-se o centro de referência para o ecoturismo dentro da Cidade do Rio de Janeiro, um papel que também se estende à região vizinha, Bangu. O desenvolvimento da atividade industrial continua em pauta, atualmente compatibilizando-se com o conceito de ecoindústrias, apontadas como fundamentais para o aumento de oportunidades econômicas para os moradores”; 3) “para a realização do Pan em 2007, a Região Grande Méier receberá o novo estádio esportivo da Cidade, o Estádio João Havelange, e um fluxo de público, que deverá atrair a instalação de novas empresas e empreendimentos imobiliários no seu entorno. A prioridade de impulsão na Região reside no apoio ao setor de comércio e serviços para esporte, seja para atender os futuros espectadores que freqüentarão o estádio, ou aproveitar a demanda de novos consumidores resultantes das atividades de negócios e residenciais, previstas no desenvolvimento da área”.

3.3.1.4.6. Os principais programas e projetos.

Os Jogos Olímpicos de 2012.

Para Cesar Maia, com os Jogos Pan-americanos Rio 2007 o Rio de Janeiro teria sua identidade reforçada internacionalmente, a partir da construção de um novo parque de instalações esportivas e da ampliação da infra-estrutura da cidade. Para Ruy Cezar, secretário municipal de Esportes e Lazer, um evento do porte dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 recuperaria a credibilidade do sistema de segurança. Entretanto, o Comitê Olímpico Internacional – COI eliminou o Rio de Janeiro da disputa para sediar as Olimpíadas de 2012, destacando como os principais motivos: o problema da segurança pública e a questão da infra-estrutura, mais especificamente, a falta de políticas públicas voltadas ao transporte, à habitação e à poluição na cidade e, ainda, a falta de experiência com eventos desportivos internacionais.

A Copa do Mundo de 2014.

Em 3 de junho de 2003, a Confederação Sul-americana de Futebol havia anunciado que a Argentina, o Brasil e a Colômbia haviam se candidatado para sediar a Copa do Mundo de 2014. Em 17 de março de 2006, essa confederação votou de forma unânime pela adoção do Brasil como único candidato. No dia 13 de abril de 2007, após visitar o Maracanã, no Rio de Janeiro, o Morumbi, em São Paulo, o Mineirão, em Belo Horizonte, e o Beira Rio, em Porto Alegre, Joseph Blatter, presidente da Associação Internacional de Futebol e Associados - FIFA, disse que o país não tinha nenhum estádio em condições de sediar o evento esportivo. Contudo, no dia 30 de outubro de 2007, essa mesma associação internacional ratificou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014²²⁵.

Os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 1º de setembro de 2006 o Comitê Olímpico Brasileiro – COB escolheu a cidade do Rio de Janeiro como a representante brasileira à candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Em 13 de setembro de 2007 a cidade apresentou sua candidatura para o Comitê Olímpico Internacional – COI, que anunciou as sete cidades que deveriam apresentar até o dia 14 de janeiro de 2008 a primeira fase dos questionários: Baku, Chicago, Doha, Madri, Praga, Rio de Janeiro e Tóquio. Através da análise dos questionários sobre os temas: políticas sociais e de apoio, infra-estruturas gerais, espaços desportivos, Vila Olímpica, ambiente, habitação, transporte, segurança, experiência adquirida no passado, finanças e legado, o Rio de Janeiro

²²⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/Copa_do_Mundo_FIFA_de_2014>.

ficou entre os finalistas: Chicago, Madri e Tóquio. A cidade sede será anunciada pelo COI, em 02 de outubro de 2009.

Finalizando a análise das mudanças nos ‘sistemas de ações’ das administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), verificou-se que o período pode ser dividido em duas fases de (des)construção do espaço carioca:

1) a primeira (1993-2000) caracterizada pela elaboração de políticas públicas voltadas à modernização da infra-estrutura, dos serviços, dos equipamentos públicos e das políticas sociais, consideradas necessárias à renovação das bases econômica e social do Rio de Janeiro e que tiveram no Programa Favela-Bairro e no Programa Rio-Cidade seus principais instrumentos para a promoção de uma imagem positiva da cidade, especialmente no exterior e;

2) a segunda (2001-2008) assinalada pela elaboração de políticas públicas direcionadas à construção de ‘sistemas de objetos’, com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, projetados para se tornarem monumentos espaço-âncoras de projetos de requalificação urbana e se constituírem em espaços atraentes ao turismo, ou seja, ao consumo cultural e esportivo, priorizando os ‘sistemas de ações’ dirigidos à construção de uma imagem competitiva da cidade, considerada capaz de inseri-la no ‘circuito internacional de turismo’.

As mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca empreendidas a partir da revisão do Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’, que elaboraram o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, produziram uma série de conseqüências sociais e econômicas para a cidade, entre elas, a mudança do papel da administração municipal, que de promotora e estimuladora do desenvolvimento econômico e social, com o objetivo de proporcionar melhores condições de competitividade e de qualidade de vida para os habitantes da cidade, assume o papel de planejadora e de agente do desenvolvimento urbano. Essas mudanças nos ‘sistemas de ações’, do mesmo modo, materializaram ‘sistemas de objetos’ elaborados para se constituírem em monumentos espaço-âncora de processos de requalificação urbana ou em objetos arquitetônicos com forte simbolismo, considerados capazes de alcançar visibilidade, sobretudo no exterior, para a representação, a ‘venda’ e o consumo da mercadoria cidade, com destaque para o conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, ícones ou de imagens-marco elaborados para atraírem investidores e cidadãos-consumidores, que são analisados a seguir.

CAPÍTULO 04. O ‘SISTEMA DE OBJETOS’: AS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS.

Para transformar o Rio de Janeiro em um Pólo Turístico Regional, Nacional e Internacional, as administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) adotaram duas principais medidas: uma em termos de visibilidade e de simbolismo dos objetos arquitetônicos, construídos para se tornarem catalisadores de processos de requalificação urbana e para promoverem uma imagem competitiva da cidade, especialmente para o exterior e; outra pautada na atração de investidores e de cidadãos-consumidores, com base em estratégias de *marketing* urbano, que enfatizaram o “caráter ‘espetacular’ delineado a partir de ambientes permanentemente festivos e integrados às exigências e às normas de agentes internacionais, notadamente no que tange à dotação de infra-estrutura” (MACHADO, 2004, p. 140).

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’, com tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais, materializou as ações de planejamento estratégico nesse período e não pode ser analisado sem que se leve em consideração que ele vem no rastro de um fenômeno global, “em que cidades do mundo todo têm lançado mão de um recurso ‘cultural’ que as faça conseguir notoriedade rapidamente” (BRUNO, 2001, p. 1). De acordo com Machado (2004), “nas principais metrópoles do mundo, a promoção turística realiza-se essencialmente por meio da imponência dos equipamentos de cultura e lazer” (MACHADO, 2004, p. 119)²²⁶.

A cidade do Rio de Janeiro seguiu essa tendência à medida que as administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008) abandonaram, em parte, a concepção do modelo de planejamento racional-funcionalista e incorporam os princípios do planejamento estratégico de cidades nos seus ‘sistemas de ações’, elaborados com base na construção de equipamentos monumentais voltados ao turismo e considerados capazes de revitalizar a ‘vocação cultural’ e a ‘vocação

²²⁶ Conforme Leonídio (2003), “em pólos opostos, se encontram, de um lado, aqueles que, sem abrir mão das conquistas advindas dos debates das décadas de 1950 e 1960, em especial, a preocupação com a construção de lugares, produzem uma arquitetura, todavia, capaz de nos conduzir de volta às coisas elas mesmas, aos ‘fatos essenciais’ da arquitetura [...]. No outro extremo estão aqueles que, cingidamente ou não, mas na maior parte das vezes sim, não parecem estar muito preocupados com o galopante ‘processo de extinção da experiência arquitetônica’, ou seja, com o fim da arquitetura como modalidade específica e privilegiada de experiência e conhecimento do real. Produzindo uma arquitetura imagética e espetacular (não é de espantar que seja tão fotogênica...), parecem perfeitamente integrados, melhor seria dizer entregues, ao mundo da comunicação de massas, do fluxo contínuo e perverso de imagens voltadas apenas para a venda de mercadorias, do avanço capitalista que, com força renovada, vem destruindo nossas cidades e minando toda interlocução produtiva entre os homens e o mundo das formas no espaço” (LEONÍDIO, 2003).

esportiva' da cidade, com vistas ao desenvolvimento econômico por meio da atração de recursos, de eventos e de turistas²²⁷.

Nesse contexto, ressalta-se o papel da cultura e do esporte na formulação dos 'sistemas de ações' dessas administrações municipais, analisando a tendência à materialização de 'sistemas de objetos' que se destacam na paisagem, projetados para se tornarem ícones, imagens-marco ou, ainda, monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação urbana, considerados capazes de promover o desenvolvimento econômico da cidade a partir da formulação de uma imagem competitiva pelo *marketing* urbano, com o intuito de elevar o Rio de Janeiro em termos de prestígio e de capital simbólico para a sua inserção no 'circuito internacional de turismo'²²⁸. Conforme Bruno (2001), "a requalificação do espaço urbano e a especulação imobiliária não se fazem mais sem a inserção dos novos equipamentos arquitetônicos e urbanos globais, que atuam como catalisadores dos interesses materiais e simbólicos" (BRUNO, 2001, p. 35), sendo que a maioria dos equipamentos culturais e esportivos encontra-se no eixo Centro - Zona Sul - Barra da Tijuca, que compreende o 'circuito turístico por excelência do Rio de Janeiro'.

A análise da (des)construção do espaço carioca na 'Era Cesar Maia' (1993-2008) destaca a construção de representações ou, ainda, de imagens da cidade, juntamente com as práticas que emergem desse contexto de busca pela inserção do Rio de Janeiro no chamado 'mercado mundial de cidades', de modo a responder a seguinte **questão central**: os objetos arquitetônicos monumentais do 'Pentágono do Milênio', que materializaram o 'sistema de ações' do modelo de planejamento estratégico, (a) integram um plano na escala macro voltado à inserção da cidade do Rio de Janeiro na competitividade mundial inter-cidades e (b) contribuem e, se assim for, em que grau para a implantação do modelo de planejamento estratégico e de seu objetivo de requalificação urbana?

²²⁷ Conforme Leonídio (2003), "hoje, vivemos uma época em que, a cada dia que passa, se torna mais difícil falar em produção de sentido. Associada a um entendimento excessivamente esclarecido da existência e a uma concepção demasiado teleológica e progressista do tempo, a idéia (e o ideal) de se produzir sentido a partir de nossas experiências do tempo e do espaço caiu em desuso, para não dizer em desgraça. [...] Fato que pode ser observado, tanto no abandono do antigo, quer dizer, moderno, ideal de planejamento global, quanto no real esfacelamento da própria idéia (nesse caso, antiga e moderna) de cidade como organismo dotado de unidade. A explosão das centralidades, o esvaziamento (funcional, sobretudo, simbólico) dos centros históricos, o culto à tribo, a ênfase na pluralidade de identidades muitas vezes antagônicas nos confins do território urbano, essas e outras características apenas comprovam que o ideal moderno da cidade como unidade, não obstante esforços erráticos e esporádicos, continua francamente ameaçado" (LEONÍDIO, 2003).

²²⁸ Para Bruno (2001), faz-se necessário estudar a problemática contemporânea do consumo da cultura, ou seja, discutir os limites desta prática, "investigando até que ponto a utilização destes novos equipamentos arquitetônicos e urbanos 'culturais' e 'esportivos' utilizados como imagens-marco de projetos urbanos garantem o sucesso destes empreendimentos e desenvolvem uma forte e positiva imagem da cidade" e, principalmente, "discutir se essa imagem corresponde à realidade da cidade em questão" (BRUNO, 2001, p. 2).

Investigou-se, assim, a maneira como as administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) desenvolveram os seus ‘sistemas de ações’ e materializaram os ‘sistemas de objetos’ (SANTOS, 1996) da cidade, com o intuito de observar as mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca e nas práticas de requalificação urbana por meio de objetos arquitetônicos monumentais para atender as sempre renovadas necessidades do capital e dos processos emergentes globalização. Nesse sentido, as variáveis a serem utilizadas na análise do ‘Pentágono do Milênio’ foram escolhidas de modo a verificar se os objetos arquitetônicos que compõem esse conjunto foram pensados de forma isolada ou como parte integrante de um plano estratégico mais amplo:

- para a análise macro do ‘Pentágono do Milênio’ (análise das novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais como foco de atração turística do bairro em que se localizam e de desenvolvimento econômico para cidade do Rio de Janeiro) são utilizadas as variáveis: 1) competitividade urbana; 2) integração; 3) *marketing* urbano; 4) parcerias público-privadas; 5) novas tipologias arquitetônicas e urbanas e;
- para a análise micro (análise das novas tipologias arquitetônicas e urbanas globais de forma pontual) foram escolhidas as variáveis: 1) projeto arquitetônico; 2) cultura e identidade; 3) plurifuncionalidade; 4) controle social e; 5) atração de investimentos.

Todas as variáveis utilizadas na análise trabalham em duas escalas diferenciadas, porém articuladas: a escala macro do planejamento urbano e; a escala micro do objeto arquitetônico. Estas variáveis foram descritas e conceituadas no **CAPÍTULO 01. APORTE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DA TESE**, mais especificamente no Item **1.4. Conceitos-chave constitutivos e operacionais e variáveis utilizadas na análise**, e permitem pensar a cidade do Rio de Janeiro e o pensamento que a constitui com base em um olhar semiótico do ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’, cujos cinco objetos arquitetônicos monumentais (quatro deles construídos) desenvolvidos com o objetivo de inserir o Rio de Janeiro de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’ são analisados com base em uma ordem que segue a lógica de agrupar o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Museu Guggenheim, no Pêr Mauá, como equipamentos concebidos para revitalizar a ‘vocação cultural’ do Rio de Janeiro, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, como um equipamento idealizado para revitalizar a ‘vocação esportiva’ da cidade.

4.1. OBJETO 01 - O CENTRO LUIZ GONZAGA DE TRADIÇÕES NORDESTINAS.

4.1.1. Apresentação.



Figura 02: Pavilhão de São Cristóvão. Fonte: PCRJ.

O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, também conhecido como Feira de São Cristóvão ou Feira dos Paraíbas, está localizado no Campo de São Cristóvão, no bairro de mesmo nome, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e foi inaugurado no dia 20 de setembro de 2003, na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), com o objetivo principal de transferir essa feira livre, criada em 1945 com a chegada de migrantes nordestinos à cidade do Rio de Janeiro atraídos pela criação da estrada Rio-Bahia, para dentro do que sobrou da estrutura do antigo Pavilhão de Exposições de São Cristóvão, projetado em 1958 pelo arquiteto Sérgio Bernardes e considerado um marco da Arquitetura Moderna brasileira dos anos 1960.

O Pavilhão de Exposições de São Cristóvão, uma obra que, inicialmente, seria temporária, foi construído para a Exposição Internacional de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro e acabou permanecendo no local, sendo utilizado para a realização de diversos eventos até sua cobertura desabar na década de 1970. A partir de então, o espaço ficou abandonado até o início dos anos 1990, quando foi ocupado por escolas de samba que, posteriormente, foram transferidas para alguns armazéns inativos do Cais do Porto. Uma série de propostas foi pensada para reutilização da estrutura do pavilhão existente, entre elas: a construção de um terminal rodoviário interestadual, de um hotel cinco estrelas e até mesmo de uma arena esportiva, projeto da administração do prefeito Luís Paulo Conde (1997-2000). Entretanto, todas estas propostas foram invalidadas pela existência da feira livre, que sofreu várias pressões políticas e de moradores para retirar-se do bairro (CARDOSO, 2006, p. 77, 78 e 79).

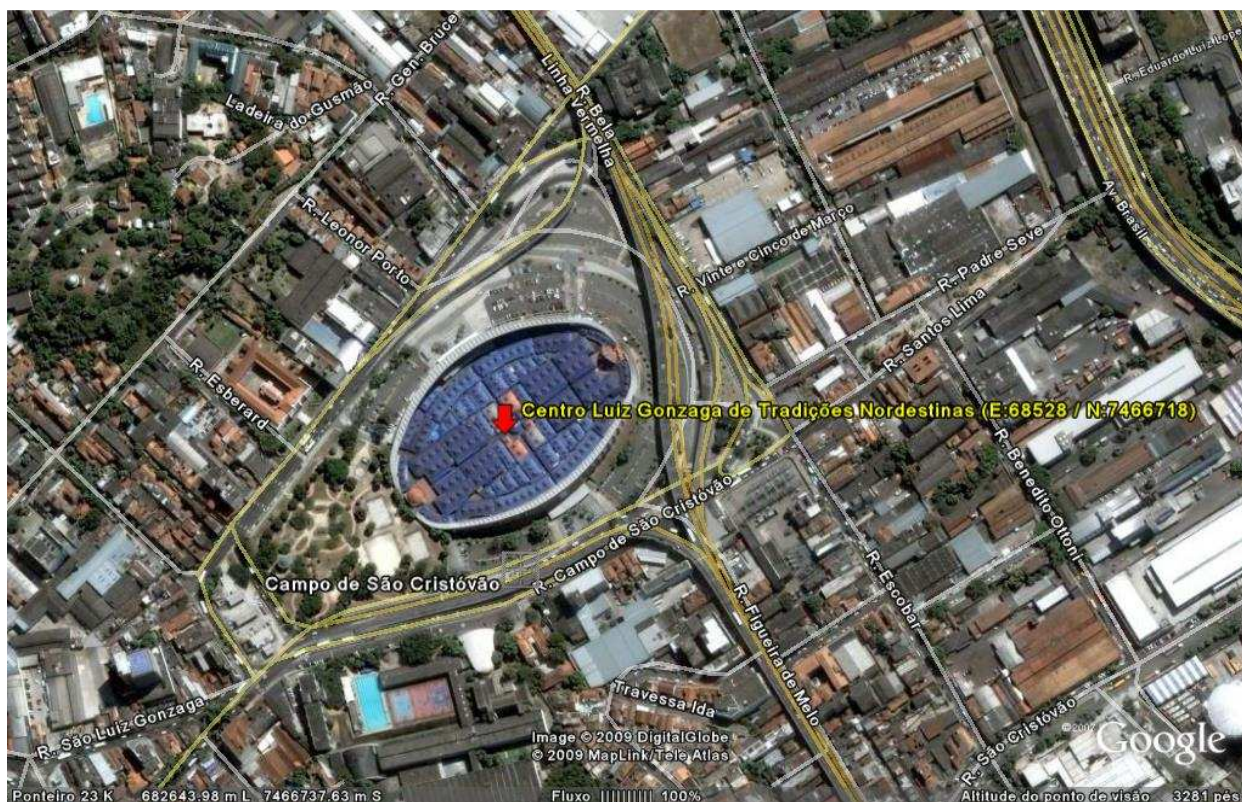


Figura 03: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.

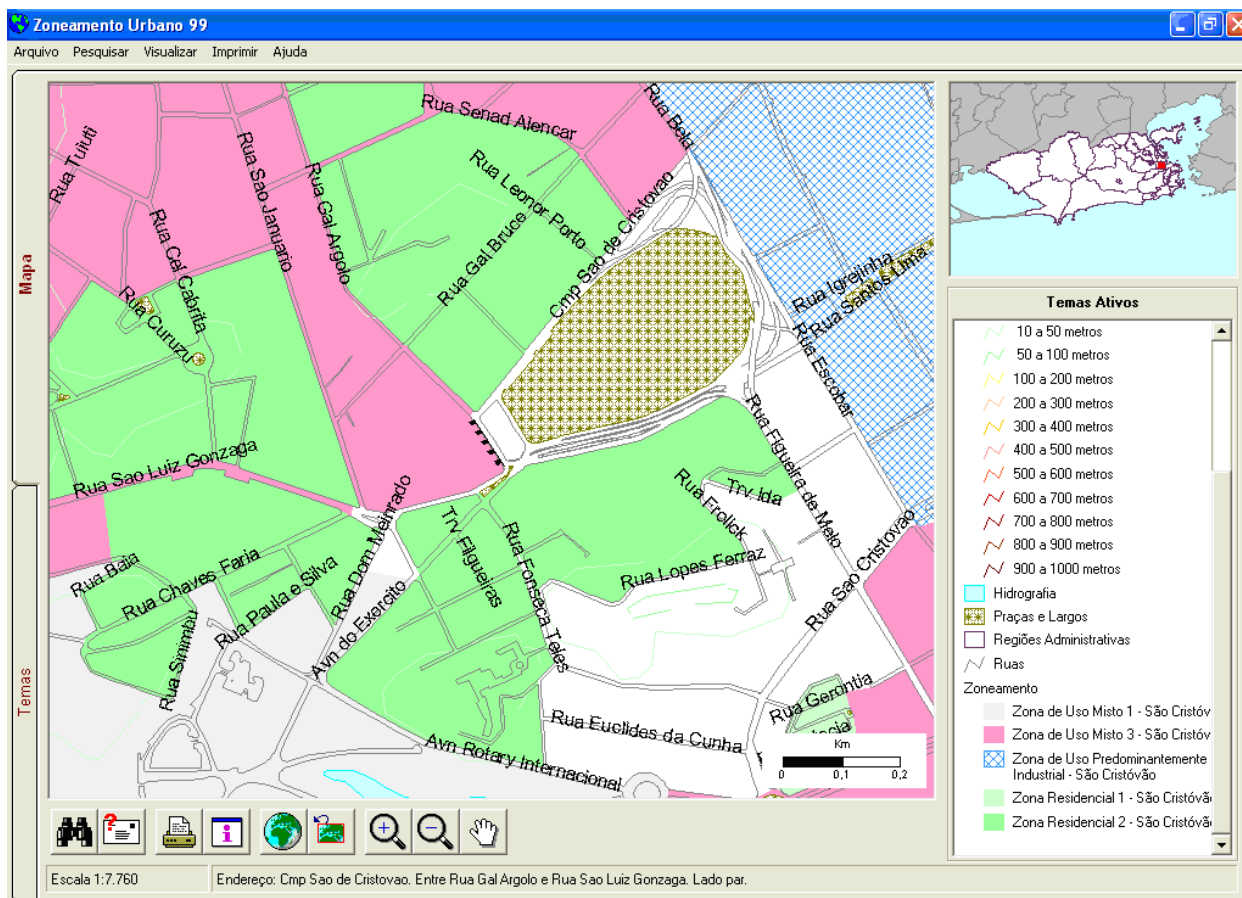


Figura 04: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.

4.1.2. Análise na escala macro.

4.1.2.1. Competitividade urbana.

O primeiro objeto arquitetônico a ser analisado, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, insere-se num processo mais amplo de competitividade urbana, iniciado com o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio²²⁹, elaborado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, órgão vinculado a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU. Contudo, esse objeto arquitetônico monumental foi requalificado com um investimento de R\$ 21 milhões da prefeitura do Rio de Janeiro, no âmbito do Projeto Rio-Cidade Pavilhão, que se caracterizou pelo ordenamento de uma centralidade cultural antiga, a Feira de São Cristóvão ou Feira dos Paraíbas, e pela criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento no interior do Pavilhão de São Cristóvão.

O bairro de São Cristóvão, que já foi sede do Império e integrou a primeira Zona Industrial da Cidade (Decreto Lei N° 6000/1937), foi objeto de um minucioso estudo da prefeitura do Rio de Janeiro, que originou o Plano de Reabilitação Integrada de São Cristóvão e que, por sua vez, envolveu o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, a Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, a Secretaria Municipal de Obras - SMO, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC, a Secretaria Municipal de Transportes - SMT, a Secretaria Municipal de Habitação - SMH e a Secretaria Municipal de Ação Social - SMAS, com auxílio técnico do governo municipal de Paris²³⁰, da Caixa Econômica Federal – CEF e do Ministério das Cidades²³¹.

²²⁹ “Em outubro de 2001, o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP lançou o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária, mas, desde então, muito pouco ou quase nada foi feito além da Cidade do Samba. O principal empecilho encontrado foi o grande número de imóveis pertencentes à União, que dificultavam as negociações, o que já não acontece em São Cristóvão, onde a maior parte dos terrenos e dos galpões abandonados são de pessoas físicas” (SALES, s.d.).

²³⁰ “O Rio Estudos encartado na edição de 24/01/2006 do Diário Oficial do Município apresenta o Plano de Reabilitação Integrada de São Cristóvão, estabelecido em um programa de cooperação técnica firmado em fevereiro de 2004 pelas cidades do Rio de Janeiro e Paris, a Caixa Econômica Federal – CEF e o Ministério das Cidades. A iniciativa é ampla e prevê, entre outras ações, o incentivo ao desenvolvimento econômico e ao uso residencial na região, recuperação do patrimônio histórico e cultural e melhoria dos transportes públicos, além da promoção da qualidade de vida dos moradores. A Quinta da Boa Vista é o ponto central das ações de recuperação, que inclui a renovação do palácio onde se encontra o Museu Nacional e a recuperação do parque e arredores. O Morro do Telégrafo, o entorno do bairro Vasco da Gama, da Estação Leopoldina e do complexo do Maracanã, e as ruas São Luís Gonzaga e Capitão Félix são algumas das áreas beneficiadas, inclusive, com parcerias com o setor privado”. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php?id_article=13257>.

²³¹ Conforme Sales (s.d.), “enquanto a iniciativa privada já especula o metro quadrado e inicia as obras (com perspectivas de atrair cerca de 20 mil novos moradores em cinco anos), pelo menos oito projetos estão na gaveta do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP recebendo os retoques finais com a ajuda até de urbanistas de Paris” (SALES, s.d.).

O Plano de Reabilitação Integrada de São Cristóvão apresenta por principais objetivos: melhorar a qualidade de vida no bairro; estimular a chegada de novos empreendimentos e; aumentar a ocupação, garantindo o equilíbrio entre a recuperação sócio-econômica e a qualidade ambiental e paisagística. Para Fróes (s.d.), o Plano “também inclui ações voltadas para a mobilidade na região, como o Plano de Circulação Viária de São Cristóvão, cuja meta é transferir para a periferia o tráfego de passagem, melhorando a circulação interna do bairro” e prevendo, também, “a construção de novas ruas e de uma praça, além de melhorias na ligação da região com a Avenida Brasil e com a Linha Vermelha” (FRÓES, s.d.).

Com relação ao desenvolvimento econômico da área, este não ficou restrito apenas aos novos usos propostos para o Campo de São Cristóvão e, em especial, para o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Muito além dessa intervenção pontual, que serve como um ícone ou uma imagem-marco de desenvolvimento físico-urbanístico e de modernidade do bairro, os interesses dos produtores do espaço urbano induziram ações com vistas à flexibilização da legislação urbanística realizada em algumas ruas do bairro, atendendo às necessidades do Setor Imobiliário, que vem lançando empreendimentos destinados à classe média, com a infraestrutura de serviços e as vantagens locacionais da área, que livre de qualquer constrangimento relacionado à antiga Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas, constituiu-se em um espaço atraente para investimentos de retorno garantido (FREITAS RIBEIRO, 2003b).

Nesse sentido, a criação do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas serviu de alavanca ao processo de requalificação urbana que vem ocorrendo no bairro de São Cristóvão, após duas décadas na ‘conquista’ da Zona Oeste, materializada em centenas de empreendimentos comerciais e residenciais na Barra da Tijuca e nos seus arredores. Assim, São Cristóvão vem se tornando alvo de várias tentativas de integração do bairro ao restante da cidade, a exemplo dos planos desenvolvidos pela prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, que incluem a requalificação de toda a Região Administrativa de São Cristóvão e parte dos bairros do Maracanã, de Vila Isabel e da Praça da Bandeira, por apresentarem potencial para integração com o bairro de São Cristóvão, com base em estratégias que podem vir a ganhar corpo através de alguns projetos urbanos, entre eles: os das ‘praçarelas’ para pedestres²³²; a reformulação da Área de Proteção Cultural – APAC; a construção da Praça Pedro II; a criação do Parque Zoobotânico e; a expansão do Jardim Zoológico.

²³² “As ‘praçarelas’ fazem parte do Plano de Reabilitação Integrada de São Cristóvão, que visa à recuperação sócio-econômica, urbanística e ambiental da região. O bairro deve passar ainda por outras intervenções. Prédios abandonados como o do IBGE, poderão servir de ambiente para projetos habitacionais. Outros exemplos são as construções onde um dia funcionaram a gráfica do INSS, o lanifício Alto da Boa Vista e a indústria Red Indian.

4.1.2.2. Integração.

O objeto arquitetônico do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas está integrado ao Projeto Rio-Cidade Pavilhão, que substituiu o Projeto de Integração Campo de São Cristóvão - Quinta da Boa Vista - Complexo do Maracanã, abrangendo uma área de 76.000,00 m² e buscou a requalificação urbana do entorno do Pavilhão de São Cristóvão, com o objetivo de melhorar a circulação de veículos e de pedestres, reduzindo as interferências existentes entre as alças da Linha Vermelha, a circulação de ônibus, os veículos pesados e os carros de passeio, além da criação da infra-estrutura de apoio necessária para o funcionamento desse espaço tomado como novo pólo de atração turística da região (FREITAS RIBEIRO, 2003b).

O Projeto Rio-Cidade Pavilhão²³³ construiu cinco estacionamentos de veículos controlados por guaritas e protegidos por gradis para o atendimento do público do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, mas que servem, também, para o atendimento da população em geral, já que essa área não dispõe de muitas opções para a guarda de veículos. Foram reservadas duas áreas para carga e descarga de mercadorias, uma área privativa para o estacionamento de ambulâncias, carro do Corpo de Bombeiros e Polícia, além da criação de baias para táxis, *vans*, ônibus de turismo, entre outros. As calçadas receberam nova pavimentação e foram plantadas novas árvores para criar áreas sombreadas e palmeiras imperiais para marcar as duas entradas principais do público do Pavilhão (FREITAS RIBEIRO, 2003b).

O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas atende a variável integração, pois além de estar associado a um processo mais amplo de requalificação de São Cristóvão, contribuiu para a melhoria da imagem do bairro. Aliado a esse fato, o movimento do comércio instalado na renovada Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas e das pessoas atraídas pela gastronomia, pelo artesanato e pelos eventos realizados nesse espaço popularizado produzido para o consumo, selecionou os usuários e aumentou a segurança no local, no comércio e nos escritórios das proximidades. Nesse sentido, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas reforça a antiga centralidade no bairro de São Cristóvão, à medida que passou a funcionar de terça-feira a domingo no interior do Pavilhão.

Existe ainda a possibilidade de a área atualmente destinada aos quartéis do Exército ser liberada para novas construções” (WAMBIER, s.d.).

²³³ A Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE elaborou o Projeto de Iluminação Pública, com a criação de iluminação diferenciada para as vias, calçadas, estacionamentos, praças, playground, áreas de carga e descarga, acessos principais, assim como uma iluminação cênica para valorizar a fachada da monumental edificação do Pavilhão de São Cristóvão, A CETRIO, juntamente com a CGP/SMO planejaram as melhorias na circulação e no traçado das novas vias, a Fundação RIOÁGUAS elaborou o projeto de drenagem. Complementando o Projeto do Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, foi implantado um projeto de comunicação visual interna e externa, que contou com painéis estruturados frontlight e placas variadas (Release Rio-Cidade Campo de São Cristóvão) (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

4.1.2.3. Marketing urbano.

A produção do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas como parte integrante das propostas do Projeto Rio-Cidade Pavilhão direcionado, entre outras coisas, para a resolução do problema da ocupação desordenada dos feirantes ao redor do Pavilhão, considerada um dos fatores de degradação da região, adotou como principal estratégia de *marketing* urbano a criação de uma ‘identidade nordestina’ espetacularizada com objetivos turísticos, reforçada pelo *slogan*: ‘O maior Nordeste fora do Nordeste, com muita cultura da região!’. No entanto, a tentativa de ordenamento da feira livre por meio da arquitetura do Pavilhão de São Cristóvão e do planejamento urbano do Projeto Rio-Cidade Pavilhão, na tentativa de produzir uma ‘identidade nordestina’ no lugar, e o uso do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas com objetivos turísticos ou de consumo desse equipamento cultural, não foi controlado totalmente pela prefeitura do Rio de Janeiro, constituindo-se em um modificador desse espaço urbano, que se caracteriza, de acordo com Ferrara (1981), como um ambiente aberto, “infenso a códigos, ordens e normas, vive a realidade de certos sistemas de transição em constante imprevisibilidade que, acaba, por força do próprio uso como história, engendrando o seu peculiar modo de ser urbano, altamente informado, porém, carnavalescamente disposto” (FERRARA, 1981, p. 186).

4.1.2.4. Parcerias público-privadas.

A parceria público-privada não se estabeleceu no Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, à medida que a tentativa de privatizar esse espaço público construído pela prefeitura do Rio de Janeiro foi sustada judicialmente em virtude da Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíba se constituir em um patrimônio cultural. Os serviços no Pavilhão de São Cristóvão, que passou a abrigar a antiga feira livre, estão sendo realizados em atendimento ao Decreto Nº 2.5136, de 15 de março de 2005, no qual a prefeitura do Rio de Janeiro passou se responsabilizar pela conservação desse equipamento cultural monumental²³⁴, mediante a cobrança de um valor simbólico de entrada (R\$ 2,00), destinado à manutenção das instalações, à limpeza das ruas, à segurança e à contratação de atrações artísticas.

²³⁴ Conforme Negreiros (2008), “o Pavilhão de São Cristóvão, teve seu leilão marcado para o dia 14 de maio de 2008, tendo sido sustado no dia 06 desse mesmo mês, pelo Juiz Federal substituto no exercício da titularidade, Alfredo de Almeida Lopes, da 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, em virtude do pedido feito por um membro do Conselho dos 12 do Movimento pela Valorização da Cultura, do Idioma e das Riquezas do Brasil (MV-Brasil), Wagner Luiz de Vasconcelos, através de petição com base em 200 assinaturas de populares recolhidas com o objetivo de não privatizar a Feira dos Nordestinos, por constituir-se em um patrimônio cultural, e de não aumentar o valor da entrada (R\$ 1,00)” (NEGREIROS, 2008).

4.1.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.

A constituição da nova tipologia urbana e arquitetônica do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas foi embasada na idéia de ‘cidade dentro da cidade’, que influenciou diretamente a elaboração desse ‘parque temático voltado à cultura nordestina’, materializado para atender aos seguintes objetivos²³⁵: 1) transformar a tradicional feira em mercado popular, com funcionamento de terça a domingo; 2) dar novo status aos feirantes, que se transformariam em micro-empresários; 3) devolver a ordem ao Campo de São Cristóvão, invadido nos sábados e nos domingos pelos inconvenientes de uma feira livre informal e; 4) reabilitar e reaproveitar a imensa estrutura do Pavilhão de São Cristóvão, deixado à própria sorte desde o desabamento do seu teto nos anos 1970.

Cabe ressaltar que, com a transferência da Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraibas para o interior do Pavilhão de São Cristóvão, foi produzido um novo espaço com uma nova organização utilizada segundo uma outra lógica, ou seja, foi estabelecida uma nova síntese social a partir dessa nova unidade, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, que se transformou em um espaço de comércio com potencial turístico, considerado capaz de fortalecer a ‘vocação cultural’ da cidade do Rio de Janeiro. A prática da criação de estruturas formais por meio da arquitetura e do planejamento urbano para abrigar antigos mercados informais pode ser verificada em projetos realizados em outras capitais brasileiras, como por exemplo: o Mercado Ver-o-Peso, um dos maiores mercados da América Latina, requalificado pela Prefeitura Municipal de Belém, no Pará.



Figura 05: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Fonte: PCRJ.

²³⁵ Tão logo assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Ayrton Xerez (2001-2004) recebeu do prefeito Cesar Maia (2001-2004) a incumbência de avaliar a oportunidade da tradicional Feira de São Cristóvão passar para o interior do então abandonado e semi-destruído Pavilhão de São Cristóvão. Após alguns estudos de viabilidade, o secretário e sua equipe, com a parceria da Caixa Econômica Federal – CEF, concluíram que a recuperação da antiga estrutura, com espaço equivalente a quatro e meio campos de futebol, seria uma obra interessante para a cidade.

4.1.3. Análise na escala micro.

4.1.3.1. Projeto arquitetônico.

O projeto arquitetônico do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas compreendeu uma alteração do lugar de origem da Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas, que do entorno do Pavilhão de São Cristóvão foi transferida para dentro deste invólucro, e uma mudança de uso, já que a feira livre informal foi transformada em mercado popular expresso por um ordenamento simétrico e racional, a partir da definição de duas avenidas principais, dispostas em posição perpendicular ('forma de cruz'), em cujo centro foi implantada uma praça para os repentistas e nos dois extremos da avenida de maior extensão foram implantados dois palcos para *shows*, com camarins e pistas de dança próprios. Nas avenidas principais foram localizados os maiores restaurantes e nas ruas secundárias os estabelecimentos comerciais menores. Ao todo, são mais de 600 barracas e 35 restaurantes espalhados por ruas, praças e avenidas batizadas com nomes de estados e de artistas nordestinos, além de espaços destinados, entre outras atividades, a açougues, sanitários públicos, posto de saúde e serviços de administração e apoio.

A formatação da feira livre nos novos padrões exigidos pelo planejamento de gestão estratégica de cidades, sintonizado com os novos paradigmas da globalização, ocorreu sob o discurso da higiene, da organização, da estética e da segurança desse objeto arquitetônico monumental, considerado o novo pólo de atração de turistas e investimentos da cidade, sendo adotadas como premissas do projeto arquitetônico: a acomodação de parcela dos feirantes no interior do Pavilhão de São Cristóvão; a preservação da imagem da Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas no novo espaço; a melhoria das áreas de circulação; a melhoria da infraestrutura de funcionamento; o aumento da segurança, a criação de áreas para *shows* e espetáculos e a ampliação da área de estacionamento (FREITAS RIBEIRO, 2003 b).

Considera-se que a arquitetura de '*grife*' do Pavilhão, marco da Arquitetura Moderna de autoria do arquiteto Sérgio Bernardes, é transformada em uma arquitetura 'popularizada', em razão da configuração do espaço interno desse objeto arquitetônico 'carnavalescamente' composto, com destaque para as coberturas improvisadas de lonas azuis tensionadas, que destoam da estabilidade e da imponência desse símbolo de São Cristóvão, embora a disposição das ruas, dos palcos, dos restaurantes e do comércio esteja baseada em um movimento de ordenamento da antiga Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas, que sugere uma permanência da concepção do modelo de planejamento racional-funcionalista no processo de requalificação urbana proposto para esse espaço e para o bairro (FREITAS RIBEIRO, 2003 b).

4.1.3.2. Cultura e identidade.

Quanto à cultura e à identidade, a requalificação do Pavilhão de São Cristóvão para abrigar o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), teve por principal objetivo fixar as características da cultura nordestina com vistas ao turismo por meio da produção de imagens dirigidas ao consumo. Para tanto, contou com novos e modernos ambientes financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF, elaborados pela prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a Cooperativa dos Comerciantes da Feira de Tradições Nordestinas do Campo de São Cristóvão – COOPCAMPO, na tentativa de transformar esse espaço num centro turístico de referência regional, nacional e internacional da ‘identidade nordestina’.

O objetivo de fixar as características da cultura nordestina foi atravessado, contudo, pela concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades, à medida que, segundo Marques e Moreira (2007), “as raízes culturais, as danças que aconteciam de modo espontâneo, assim como os artigos artesanais, convivem agora ou, ainda, tentam sobreviver, com a modernidade dos espaços, que traz consigo seus produtos industrializados, que se confundem na nova temática sertaneja”. Para as autoras, “as barracas foram substituídas por caixas organizadas no mais estilo shopping center, com seus malls, praças, agência bancária, lotérica, posto médico, restaurantes (que se confrontam com os pequenos comércios) e lojas de moda” (MARQUES; MOREIRA, 2007), passando a produção cultural a se confundir com o consumo de mega-eventos oferecidos nos moldes globais, estimulados pelas políticas públicas mediadas por Cesar Maia e pela tendência de privatizar os eventos culturais originalmente públicos.

Segundo Cardoso (2006), é criado para esse objeto arquitetônico monumental “uma identidade espetacularizada pela cultura de massa e manipulada pelo poder público”, passando o local a adquirir valores imobiliários em função: das localizações dos novos estabelecimentos no seu *lay-out*²³⁶; da interferência de engenheiros, arquitetos e decoradores nesses espaços; da adoção de elementos padrões, como as cozinhas industriais” e; conseqüentemente, da exclusão de “cerca de 285 feirantes, além de artistas e ambulantes”, sem condições de participar da paisagem cultural ‘intra-muros’ voltada ao consumo; medidas justificadas em prol da higiene, da organização, da estética e da segurança da ‘nova’ Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas (CARDOSO, 2006, p. 4 a 7).

²³⁶ “As ruas internas receberam nomes dos nove estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) e praças e palcos de grandes artistas da região: João do Vale, Jackson do Pandeiro e Catolé da Rocha. Na entrada principal, a estátua em tamanho natural do Rei do Baião, o pernambucano Luiz Gonzaga, dá boas-vindas aos visitantes”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br>>.



Figura 06: Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Fonte: PCRJ.

Para Meneses (2002), a paisagem cultural é usada como construção para guiar o olhar do turista e, por ser um dos motores principais do turismo, ela é manipulada como mercadoria. Assim, “o tripé cultura, história e capital se articula em harmoniosa solidariedade”, sendo que “a história [...] localizada na paisagem [...] confere densidade à cultura e, assim, facilita a ‘venda de lugares’” (MENESES, 2002, p. 59). Nesse sentido, na experiência do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas ressalta-se “o aparecimento de um *mix* de produtos, tanto aqueles ligados à identidade nordestina, quanto outros que expressam valores diferentes” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 14), resultado da política pública de requalificação urbana proposta para o Pavilhão de São Cristóvão.

Nesta nova fase, a antiga feira livre passa a se caracterizar “como um verdadeiro parque temático”, onde a paisagem é encenada, divulgada e, principalmente, comercializada de forma dinâmica com uso diurno e noturno, de forma articulada com a vida da cidade, promovendo-se, do mesmo modo, outra divulgação mais ampla, que contribui para o *marketing* da cidade (CARDOSO, 2006, p. 151; MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 17). Assim sendo, o que era para reconstituir um espaço ‘nordestino’ para ser usufruído por todos os habitantes do Rio de Janeiro, acabou se tornando um espaço direcionado aos investidores e aos cidadãos-consumidores em lugar do fortalecimento dos valores sociais na esfera pública.

4.1.3.3. Plurifuncionalidade.

Examinando o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, observa-se que o espaço após a reforma passou a contar com: gás natural; luz; telefone; sistema contra incêndio; espaços fixos de lojas com coberturas padronizadas em lonas tensionadas de laminado em PVC (como as utilizadas em shoppings da cidade); banheiros para o público; palcos para *shows*, estacionamento cercado por gradis no espaço onde funcionava anteriormente a feira livre; creche; posto policial; agência bancária e; urbanização do seu entorno através do Projeto Rio-Cidade Pavilhão, passando a renovada feira a receber muitos visitantes por mês, mais do que o dobro do que recebia antes, contribuindo para a revitalização da ‘vocação cultural’ da cidade.

O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas passou, dessa forma, a caracterizar-se por uma diversidade de opções de entretenimento, sendo sua paisagem encenada, divulgada e comercializada de forma dinâmica, com uso diurno e noturno e, o mais importante, de forma articulada com a cidade. De terça a quinta-feira, os restaurantes abrem para almoço. A partir de 10:00 horas de sexta-feira até as 22:00 horas de domingo, todas as barracas funcionam ininterruptamente, animadas por trios e bandas de forró, que se apresentam nos dois palcos principais: João do Vale e Jackson do Pandeiro, além de *shows* de repentistas e de cordelistas na Praça Catolé do Rocha, no centro do Pavilhão²³⁷. A idéia original de uma feira de produtos ‘nordestinos’ foi ampliada para a sua combinação com eventos culturais e gastronomia.

4.1.3.4. Controle social.

Verifica-se na produção do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, no interior do Pavilhão de São Cristóvão, o controle do antigo espaço público aberto da Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraibas, através: 1) da prática da apropriação das atividades informais da ex-feira livre informal por parte do poder público, que utilizou a estrutura fixa do Pavilhão de São Cristóvão para controlar as atividades, que antes se desenvolviam livremente ao se redor; 2) de uma lógica tecnocrática e, ainda; 3) da idéia de criar nesse espaço da cidade do Rio de Janeiro uma atividade turística profissional e permanente. De acordo com Marques e Moreira (2007), “esse fato faz alusão a uma tendência, tão disseminada pelo mundo, de privatização das vivências cotidianas, ou seja, uma tendência de ‘enclausuramento’ espacial e social, em que as

²³⁷ Disponível em: <<http://www.cesarmaia.com.br/site/realizacoes/feira-sao-cristovao.asp>>.

pessoas se restringem, cada vez mais, a espaços voltados para si mesmo: ‘espaços privatizados’” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 13).

As administrações da cidade do Rio de Janeiro na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), caracterizaram-se pela produção de ‘sistemas de objetos’ que seguiram a concepção do urbanismo Norte Americano, onde os espaços públicos são “afetados por aquilo que caracteriza os mundos de *Disney*: espetáculo, vigilância e controle”. Nesse sentido, o espaço murado do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas pode ser associado aos shoppings centers pelo contraste entre o interior altamente articulado e o exterior mais simples e cercado por estacionamentos (GHIRARDO, 2002, p. 70 e 73). Conforme Cardoso (2006), “baseados neste tipo de arquitetura, muitos projetos no Rio de Janeiro são implementados com parcerias público-privadas, que acabam por criar certa privatização do espaço público” ou, ainda, “o isolamento físico a partir de cercas ou muros nestas construções, acaba por sugerir certa autonomia em relação ao seu entorno”, definindo-se “a idéia de ‘cidades dentro da cidade’, tais como: a Cidade do Samba, a Cidade da Música e a Cidade da Criança” (CARDOSO, 2006, p. 92 e 93).

4.1.3.5. Atração de investimentos.

Com o objetivo de potencializar o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas entre as agências de turismo receptivo, que lidam com o mercado internacional, e de transformar esse equipamento cultural monumental em um Pólo de Turismo, a última administração Cesar Maia (2005-2008), através da Secretaria Especial de Turismo – SET e da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR, em parceria com a Cooperativa dos Comerciantes da Feira de Tradições Nordestinas do Campo de São Cristóvão – COOPCAMPO, lançou, no dia 31 de julho de 2008, o primeiro folheto bilíngüe (português/inglês) sobre a Feira dos Nordestinos, elaborado para ser distribuído pela RIOTUR nas feiras de turismo nacionais e internacionais e para operadores e agências de turismo, de modo a propiciar aos turistas brasileiros e estrangeiros, que vêm ao Rio e que não vão ao Nordeste, a possibilidade de conhecer a culinária, a música, a dança e o artesanato dessa região²³⁸.

São Cristóvão vem se transformando, ainda, em um Pólo de Dinâmica Imobiliária, embora o motor da construção civil no Rio de Janeiro continue a ser a Zona Oeste. Dessa forma, condomínios dotados de complexa infra-estrutura de lazer e de serviços, que antes eram quase uma exclusividade da Barra da Tijuca (*‘Barra way of life’*), começam a chegar a São Cristóvão,

²³⁸ Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=48008>.

em virtude da flexibilização da legislação urbanística com a aprovação do Projeto de Estruturação Urbana - PEU São Cristóvão, em 2004, que alterou parâmetros de ocupação e de zoneamento, com destaque para: a redução da área industrial; a ampliação da área residencial e comercial; a permissão para a construção de mais um pavimento para as empresas que construísem prédios em terrenos ocupados por antigos galpões de fábricas e; o aumento do gabarito de 10 para 12 pavimentos e área de lazer na cobertura, sem configurar mais um pavimento, em algumas ruas do bairro; fatores que aliados à falta de terrenos disponíveis na Zona Sul, fizeram com que as construtoras passassem a se interessar pelo bairro.



Figura 07: Lançamentos Imobiliários em São Cristóvão. Fonte: SMU.

Essa flexibilização na legislação trouxe outros desdobramentos positivos para São Cristóvão, além da atração de construtoras, o bairro passou a atrair atividades comerciais, que haviam entrado em decadência na área em virtude das restrições impostas pela prefeitura do Rio de Janeiro nos anos 1980. Dessa forma, São Cristóvão, além de concentrar um Pólo de Autopeças, vem se constituindo no novo Pólo de Moda da cidade, à medida que o bairro vem atraindo várias *grifes* cariocas em razão da sua localização central, da oferta de imóveis com grandes dimensões e dos aluguéis convidativos, o que movimentava a economia e gera empregos nessa região, que ficou por vários anos abandonada, mas que está sendo redescoberta por artistas para a instalação de ateliês, empresas de prestação de serviços, fábricas, lojas e pontas de estoque, que fazem parte da cadeia produtiva da moda²³⁹.

²³⁹ Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php.3?id_article=19487>.

Conforme Freitas Ribeiro (2003b), a localização privilegiada do bairro de São Cristóvão no contexto urbano do Rio de Janeiro, ao lado da Zona Portuária e a cerca de 4 km do Centro da cidade é um fator determinante para o processo de requalificação urbana da área, que apresenta quatro eixos de acesso principais:



- Eixo 1: Acesso do Centro da Cidade - através da Avenida Rodrigues Alves (Cais do Porto), tem-se acesso proveniente do Centro da cidade, onde se situa o centro de negócios e financeiro, bem como, o Aeroporto Santos Dumont para vôs domésticos regionais;
- Eixo 2: Acesso Zona Sul - através da Avenida Francisco Bicalho e do Túnel Rebouças é feito o acesso aos bairros mais valorizados da Zona Sul da cidade (Copacabana, Ipanema, Leblon, etc.) e a todas as cidades litorâneas do sul do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo;
- Eixo 3: Acesso Zona Oeste - através da Avenida Brasil e da Linha Vermelha, faz-se o acesso aos bairros das Zonas Oeste e Norte da cidade. Estas vias estão interligadas com a auto-estrada Presidente Dutra, que recebe todo o fluxo oriundo de São Paulo e dos outros estados do Sul do país. Ainda por este eixo e em conexão com a Rodovia Washington Luiz tem-se acesso às cidades serranas do Estado do Rio de Janeiro e ao Estado de Belo Horizonte;
- Eixo 4: Acesso Norte - através da Ponte Rio-Niterói e da Rodovia BR-101, tem-se o acesso da Cidade de Niterói e de todas as cidades litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, bem como a ligação com os estados localizados ao Norte do país.

Figura 08: Sistema Viário de São Cristóvão. Fonte: SMU.

São Cristóvão conta, também, com outro atrativo: a Quinta da Boa Vista, que integra o Solar da Boa Vista, residência real e dos imperadores do Brasil de 1822 a 1889, quando foi proclamada a República. Esse espaço de lazer público possui uma área de 155 mil metros quadrados, ajardinada em 1869, segundo o projeto do paisagista francês Auguste Glaziou, que criou uma atmosfera romântica acentuada pelos lagos e grutas do local. O Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas e todos esses aspectos constituem-se em elementos do processo de dinamização de São Cristóvão ao somarem positivamente para a recuperação físico-urbanística e sócio-espacial desse bairro tradicional da cidade do Rio de Janeiro, com potencial para atrair diversos setores econômicos.

4.2. OBJETO 02 - A CIDADE DO SAMBA.

4.2.1. Apresentação.



Figura 09: Cidade do Samba. Fonte: RIOTUR.

A Cidade do Samba, inicialmente nomeada de Cidade do Carnaval, foi uma iniciativa da segunda administração de Cesar Maia (2001-2004), idealizada pela Liga Independente das Escolas de Samba - LIESA e elaborada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP. Está localizada em um terreno, que pertencia à Rede Ferroviária Federal - RFFSA e que foi comprado pela prefeitura do Rio de Janeiro, entre o Morro do Pinto e a Avenida Rodrigues Alves, nas proximidades dos Armazéns 10 e 11, mais especificamente, na Rua Rivadária Correia, nº 60, no bairro da Gamboa, na Zona Portuária, com entorno em Zona Residencial 3 – ZR3 e Zona Residencial 5 – ZR5, conforme o Zoneamento Urbano Municipal.

A Zona Portuária do Rio de Janeiro vem historicamente sofrendo intervenções urbanas, o que gerou diversas mudanças nas características desse sítio histórico, com destaque para: o afastamento dos trapiches do mar, em função das obras de aterro entre a Praça Mauá e a Avenida Francisco Bicalho, e que deram origem ao Cais Porto, na Gamboa, para a modernização da cidade, em 1910; o prolongamento do Cais do Porto até o Caju, com o aterro da Praia de São Cristóvão e a abertura do trecho inicial da Avenida Guanabara, em 1924, e; as obras para a modernização do Porto, na década de 1960, em virtude das mudanças ocorridas no sistema de transportes de mercadorias, que passou a utilizar *contêineres* e grandes pátios de apoio, que, por sua vez, substituíram os antigos armazéns e os galpões localizados nessa região.



Figura 10: Cidade do Samba - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.

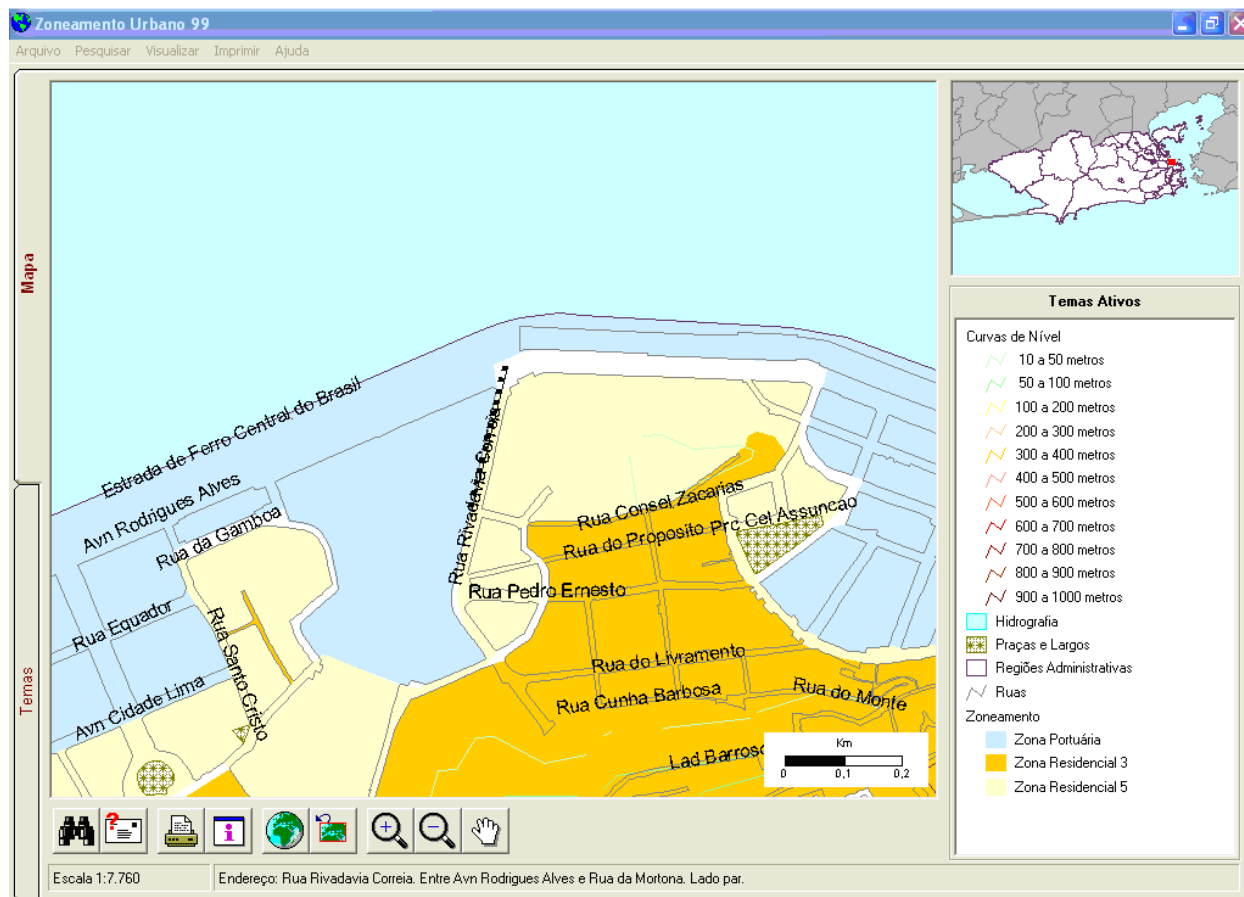


Figura 11: Cidade do Samba. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.

4.2.2. Análise na escala macro.

4.2.2.1. Competitividade urbana.

O segundo objeto arquitetônico analisado, a Cidade do Samba, insere-se num processo mais amplo de competitividade urbana iniciado com o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio, elaborado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU. O objetivo principal da criação desse equipamento cultural projetado para se constituir em monumento espaço-âncora do processo de requalificação dessa região e, ainda, um ícone ou uma imagem-marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), foi a tentativa de criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento para reunir as atividades ligadas à produção do Carnaval carioca e atrair turistas, em especial, aqueles que chegam a cidade em navios e que desembarcam próximo ao local.

Apesar do Centro da cidade abrigar uma grande concentração de espaços culturais, um amplo comércio e diversas empresas de prestação de serviços, instituições de ensino, sedes de importantes órgãos do setor público e da sociedade civil, aeroporto, praças, parques, hotéis, restaurantes, entre outros, a administração municipal adotou como referência os processos de requalificação urbana ocorridos em outras áreas portuárias decadentes espalhadas pelo mundo e, através de um ‘sistema de ações’, que elaborou projetos para “a implantação de equipamentos culturais de grande porte, como a Cidade do Samba, a reurbanização de logradouros, a implantação de ciclovia, a recuperação física dos imóveis, a ocupação de terrenos vazios e a reutilização de edificações ociosas”, aliadas às “mudanças e recuperação do sistema viário para melhorar a articulação interna da área e sua articulação com o conjunto da cidade” (MESENTIER, s.d.)²⁴⁰. Entretanto, a Cidade do Samba, encontra-se, até o momento, isolada no contexto do Cais do Porto, não cumprindo plenamente seus propósitos de atração de recursos e de turistas de maneira contínua.

²⁴⁰ Para Mesentier (s.d.), “a segunda metade dos anos 1990 caracterizou-se por investimentos direcionados à recuperação do patrimônio edificado, à reurbanização das áreas públicas e à rearticulação do sistema viário em áreas de valor histórico-cultural, constituindo-se em exemplos desta fase, além do Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio: I – o Programa Monumenta/ BID, que por iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Ministério da Cultura em associação com a Prefeitura Municipal, promove empréstimos para a recuperação física do patrimônio edificado na área da Praça Tiradentes, localizada no Centro da Cidade; II – o Projeto SA’s na área do corredor viário formado pelas ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá, na fronteira imediata do Centro da Cidade. O projeto prevê a melhoria e a renovação de áreas públicas, com a abertura de novas vias, obras de drenagem, pavimentação e iluminação das ruas, melhoria das calçadas e dos estacionamentos, criação de praças e áreas de recreação, plantio de árvores e instalação de mobiliário urbano. Entretanto, essas propostas de intervenção urbana para tornar a cidade competitiva se depararam com dificuldades resultantes da falta de articulação entre as diferentes esferas de governo, acentuadas pelo fato da maioria dos terrenos da região pertencer a União” (MESENTIER, s.d.).

4.2.2.2. Integração.

A Cidade do Samba, construída em um antigo pátio ferroviário abandonado por mais de vinte anos, foi o primeiro grande empreendimento do Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio, constituído por um conjunto de projetos urbanos pontuais desenvolvidos de forma conjunta e com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural da área através da requalificação de seus espaços urbanos, da melhoria de sua acessibilidade e do seu desenvolvimento sócio-econômico, com base na implantação de um equipamento cultural de grande porte ou, ainda, da tentativa de criação de um novo ícone ou imagem-marco para a cidade do Rio de Janeiro.

As iniciativas voltadas à requalificação do Centro da cidade e da Zona Portuária não se constituem em uma novidade dessa administração, mas datam do início na década de 1980, com destaque para o Projeto Corredor Cultural, que definiu como de interesse uma área significativa no Centro da cidade e voltou-se: 1) à preservação do patrimônio arquitetônico, o que resultou no tombamento de um grande número de edificações, antes consideradas de reduzida importância para a memória urbana e; 2) à criação de incentivos à recuperação física dos imóveis, tais como: a isenção do IPTU e da Taxa de Obra. Tais tentativas de requalificação urbana continuaram na década seguinte e deram origem a um conjunto de diagnósticos, estudos de viabilidade, planos, programas e projetos, que apresentaram, entre outras propostas:

a revisão da legislação urbanística através de propostas de mudanças no zoneamento e nos projetos de alinhamento, visando adequar a área a um novo perfil de desenvolvimento; o incremento da função residencial, por intermédio da ocupação de terrenos vazios e da recuperação de prédios históricos para fins residenciais; a reestruturação da circulação viária, criando condições de melhoria da acessibilidade local e dos padrões ambientais; a recuperação dos espaços públicos, mediante propostas de intervenções em praças, largos e trechos de ruas; o desenvolvimento de programas de geração de emprego e renda, especialmente para moradores e empresários locais; e as parcerias público-privadas nacionais e internacionais voltadas para a revitalização da área (MACHADO, 2004, p. 143).

No entanto, a despeito de todas as tentativas de reversão do quadro de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico do Centro do Rio de Janeiro e do vínculo da Cidade do Samba com o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio, esse equipamento cultural não conseguiu: reforçar essa antiga centralidade da cidade do Rio de Janeiro; criar uma imagem expressiva da área para a inserção da cidade no ‘mercado mundial’; movimentar a economia da região atraindo investidores para o local e; resolver questões estruturais e condicionantes do desenvolvimento urbano, como por exemplo, a rearticulação do sistema viário para a melhoria do acesso a esse novo espaço cultural.

4.2.2.3. Marketing urbano.

A Cidade do Samba foi planejada para ser um complexo de arte popular e de entretenimento para que o visitante sentisse as emoções do Carnaval carioca durante os 365 dias do ano, vivendo a magia da festa que transforma o Rio de Janeiro na ‘Capital Mundial da Alegria’. Dessa forma, a partir do *slogan*: ‘Carnaval o ano inteiro!!! Vista a fantasia, caia na folia e desfile num sonho real!’, esse objeto arquitetônico monumental construído pela prefeitura do Rio de Janeiro é ‘vendido’ dentro e fora do Brasil como: ‘O maior complexo de arte e entretenimento do País!’; sede dos centros de produção de carros alegóricos e de fantasias das ‘Maiores Escolas de Samba do Brasil’, que produzem: ‘A maior festa popular do planeta!’²⁴¹.

A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) construiu esse objeto arquitetônico na tentativa de criar uma ‘identidade carnavalesca’ espetacularizada com objetivos turísticos. Nas palavras de Marques e Moreira (2007), “os turistas encontram, ao desembarcarem naquela proximidade, um espaço que tem como objetivos principais: a produção do Carnaval e fazer com que essa produção seja visitada por eles”. As autoras destacam que Cesar Maia escreve em seu *blog* que, “na Zona Portuária chegam a desembarcar cerca de 120 mil turistas por ano em navios e que, segundo ele, certamente irão visitar este local” (CESAR MAIA, 2003). As autoras complementam que, “na verdade, o mais importante é que a Cidade do Samba foi situada em uma posição estratégica: de frente para o mar, ou seja, para onde os turistas chegam, facilitando assim seu acesso” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 22).

Entretanto, se a localização da Cidade do Samba é favorável aos turistas que desembarcam dos navios no Rio de Janeiro, não é para a maior parte da população da cidade, já que a área de implantação do empreendimento, que já foi objeto de estudo para um grande projeto habitacional integrante do Programa Novas Alternativas, iniciado na administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) e que propunha incentivos à recuperação de vazios urbanos, não é servida de trem, metrô e ônibus, serviços que integrariam esse equipamento cultural monumental ao tecido da cidade e que facilitariam tanto o acesso do público ao local, quanto o deslocamento dos carros alegóricos das escolas de samba. A falta de integração e a dificuldade de acesso a esse objeto arquitetônico, aliadas à inexistência de um forte *marketing* urbano voltado ao estímulo dos habitantes da cidade a freqüentarem esse equipamento cultural, acabam por constituir-se em uma barreira de demarcação do espaço ou, ainda, um isolamento do local para um grupo seleto de investidores e de cidadãos-consumidores.

²⁴¹ Disponível em: <http://cidadedosambarj.globo.com/2007/por/cidadedosamba/cidadedosamba_texto.htm>.

4.2.2.4. Parcerias público-privadas.

A Cidade do Samba foi totalmente construída com recursos públicos aplicados pela prefeitura do Rio de Janeiro, que financiou esse projeto inicialmente orçado em R\$ 40 milhões e com um custo final de cerca de R\$ 120 milhões. Assim que esse objeto arquitetônico ficou pronto, a exploração desse equipamento para *shows* corporativos foi concedida pela prefeitura do Rio de Janeiro através de um contrato financeiro (documento de concessão) firmado com a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro – LIESA, que passou a administrar o Carnaval carioca sem ingerência do poder público. Dessa forma, a parceria público-privada estabelecida caracterizou-se somente pela privatização desse espaço situado de frente para a Baía de Guanabara, ou seja, para onde os turistas desembarcam dos navios no Rio de Janeiro, e de costas para a cidade. Apesar da prefeitura do Rio de Janeiro não ter estabelecido uma parceria público-privada para a construção da Cidade do Samba, estabeleceu parcerias com o governo federal e a iniciativa privada em outros projetos para a Região Central e Zona Portuária, a saber:

a urbanização e a drenagem ao redor da Cidade do Samba e da Vila Olímpica; o Programa Rio-Cidade da Rua Pedro Alves, na Gamboa; a implantação do Binário do Porto, integrando os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, com 4 novas praças; a implantação do Túnel Sérgio Vieira de Melo, sob o morro da Providência, possibilitando a rápida ligação Porto-Central do Brasil; a viabilização de 8 prédios residenciais com 800 apartamentos, na Avenida Rodrigues Alves, junto à Cidade do Samba; o programa e projetos: Favela-Bairro, Aquarelas do Rio e Museu a Céu Aberto; a construção de teleférico no Morro da Providência; a recuperação do Anexo da Biblioteca Nacional; a recuperação do Conjunto dos Portuários; o Programa Rio-Cidade do Morro da Gamboa e Livramento; a recuperação dos Armazéns da Marítima na Vila Olímpica da Gamboa; a implantação do escritório técnico do Plano Porto do Rio e do Projeto Sagas; a implantação da nova sede do Banco Central e do Parque da Gamboa, na área do antigo Moinho Inglês (SIRKIS, s.d.).

Vale mencionar, ainda, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Nacional - BNDES passou a destinar recursos para a recuperação de imóveis de valor patrimonial na área central através da Lei de Incentivo à Cultura e que a Caixa Econômica Federal – CEF, em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação - SMH e a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, abriu linhas de crédito e desenvolveu projetos destinados à reforma de casas antigas e de cortiços de valor patrimonial para o uso residencial de baixa renda através do Projeto Novas Alternativas, iniciado em 1997, com os objetivos: de reduzir o número de vazios urbanos; de reverter a imagem de degradação físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico do Centro da cidade e; de atender a carência de imóveis residenciais para a população. Essas iniciativas visavam contribuir para uma melhor inserção da Cidade do Samba no processo de requalificação da área central e da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

4.2.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.

A constituição da nova tipologia arquitetônica e urbana da Cidade do Samba, na Gamboa, assim como a do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, foi embasada na idéia de ‘cidade dentro da cidade’, que influenciou diretamente na elaboração desse ‘parque temático do samba’, materializado para atender aos seguintes objetivos:

1) “criar uma integração visual com a arquitetura dos armazéns do Cais do Porto e dos barracões das antigas oficinas de trens localizadas no terreno. Desta forma, ao mesmo tempo em que se estará promovendo, através da imagem, um fortalecimento dos projetos de revitalização da área portuária, a arquitetura inglesa do início do século XIX, erguida em tijolo aparente, irá remeter o projeto aos princípios da produção industrial. No caso, o lançamento do conceito da moderna indústria do Carnaval” e;

2) “somar o processo de fomentação da Indústria do Carnaval à Indústria do Turismo e do Entretenimento. Na Cidade do Samba, os espaços para visitação, para o lazer e para a realização de atividades artísticas e culturais estarão estruturados para a promoção de uma atividade anual e diária”²⁴².

Com relação à função, a Cidade do Samba foi pensada para concentrar em um só lugar a produção dos carros alegóricos e das fantasias das ‘Maiores Escolas de Samba do Brasil’ e propiciar ao turista nacional ou estrangeiro, que vem ao Rio de Janeiro em qualquer época do ano, a possibilidade de conhecer um pouco do samba e do Carnaval carioca. Quanto à forma, o desenho desse equipamento cultural se assemelha a uma figura geométrica, com as fábricas do Carnaval circundando uma grande praça central, arborizada e ajardinada, que se constituiu em um espaço de lazer, de encontro e de entretenimento, equipada com duas áreas cobertas por lonas, destinadas à realização de *shows* e de exposições, quiosques e lanchonetes, além de sanitários com adaptações para deficientes físicos e, ainda, um amplo estacionamento com áreas exclusivas para automóveis e ônibus de turismo²⁴³.

Entende-se que, apesar dos objetivos de concentrar em um só lugar a produção do Carnaval e de reproduzir essa festa popular durante todo o ano, esse novo equipamento cultural monumental em relação a área ocupada e às dimensões dos galpões, não contou com um *marketing* urbano expressivo e não foi capaz, até o momento, de inserir a cidade do Rio de Janeiro de forma competitiva no ‘circuito internacional do turismo’.

²⁴² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_do_samba>.

²⁴³ Disponível em: <http://liesa.globo.com/2008/por/20-cidadedosamba/projeto/projeto_principal.htm>.

4.2.3. Análise na escala micro.

4.2.3.1. Projeto arquitetônico.

A Cidade do Samba é o resultado de um estudo desenvolvido por engenheiros e arquitetos ao longo de seis anos. O projeto arquitetônico vencedor da concorrência foi o de Victor Wanderley e João Uchoa, que buscaram manter e integrar a arquitetura do local com os armazéns do Cais do Porto. Entretanto, para Ferreira (s.d.),

a ousadia que se cobra dos carnavalescos em suas criações parece não ter contaminado o conjunto de grandes galpões que passaram a abrigar os barracões das escolas” [...] A forma irregular do terreno e a necessidade de que cada barracão tivesse duas entradas (uma, “social”, para a rua externa, e outra, “de serviço”, para uma grande praça central) fizeram com que muitos desses galpões tivessem disposições espaciais diferenciadas, causando alguns problemas quando da determinação de qual escola ocuparia qual barracão. O projeto, dos arquitetos João Uchoa e Victor Vanderley, procurou minimizar essa impressão através da uniformização das fachadas e da tentativa de harmonizá-las visualmente com os armazéns do antigo Porto. As facilidades internas, entretanto, seriam o ponto mais positivo de todo o projeto (FERREIRA, s.d.).

Depois de anos de pesquisa sobre essas construções, os arquitetos conceberam um prédio administrativo, uma praça central equipada com duas lonas (uma para espetáculos, cobrindo uma área de 2.550 m² e outra para exposições), quatro lanchonetes com cinco banheiros, dois módulos de sanitários públicos, 186 vagas de estacionamento e 14 barracões com 7.200 m² cada, assim divididos:

- 1) primeiro piso – destinado à montagem dos carros alegóricos, possui a estrutura compartimentada para a realização dos serviços de serralheria, carpintaria, vidraçaria e borracheiro, estando todos os espaços interligados por depósito de materiais, almoxarifado vertical e monta carga. Ainda no primeiro piso, os barracões possuem recepção, loja, elevador, escadas de acesso, subestação elétrica;
- 2) segundo piso - reservado para refeitório e vestiários projetados para receber um fluxo diário de até 150 pessoas;
- 3) terceiro piso - reservado para as salas administrativas, salas de criação, de arte, sala de reunião, sala de direção de carnaval, guarda de fantasias, e salas de direção e da presidência da escola e;
- 4) quarto piso - com área aproximada de 2.700 m² recebe a montagem de adereços, esculturas de isopor, almoxarifado, com empastelação, pintura e resina em ambientes separados dos demais, com exaustão mecânica e filtragem de ar segundo as normas da ABNT²⁴⁴.

Em relação à função relativa à produção do Carnaval, os galpões da Cidade do Samba contam com: portões de 10 m de largura por 7,5 m de altura, que além de protegerem esses espaços, possibilitam a passagem dos carros alegóricos completamente montados; um

²⁴⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_do_samba>.

elevador de carga, que atende aos 4 pavimentos e; um vão de 12 m de altura, que permite que as alegorias sejam montadas em tamanho natural. Quanto à função turística do conjunto, esta se expressa através da criação da praça central, ocupada por duas áreas para eventos cobertas por lonas tensionadas, por alguns quiosques de alimentação e, principalmente, por uma longa passarela externa aos galpões, onde o visitante pode percorrer todas as fábricas, assistindo a montagem das alegorias através de vidraças e de uma varanda de 8 m de altura, “sendo que toda estrutura projetada tem como objetivo garantir qualidade, segurança e eficiência na montagem do Carnaval carioca e de se criar, no Rio de Janeiro, uma atividade turística profissional e permanente”²⁴⁵.



Figura 12: Cidade do Samba. Fonte: PCRJ.

As obras da Cidade do Samba, acompanhadas pelo consórcio Delta-Oriente e gerenciadas pela Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, vinculada à Secretaria Municipal de Obras - SMO, tiveram início em 2003, foram entregues aos dirigentes das agremiações nos dias 17 e 18 de setembro de 2005 e inauguradas para o Carnaval de 2006, na terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008). Sua área construída é de 78.000 m² e o complexo está implantado em um terreno de 92.000 m², considerado um local estratégico em relação: às vias de acesso ao Sambódromo, respeitando roteiros já consagrados para o deslocamento dos carros alegóricos; ao Centro comercial, onde mantém o entrosamento com os fornecedores de materiais e de equipamentos e; ao Porto e à Rodoviária, o que poderia consolidar esse espaço como um ‘Centro Cultural e Turístico’, se não fossem encontradas dificuldades encontradas no acesso ao local. Técnicos do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP refizeram o traçado das antigas ruas da região, dando-lhes dimensões

²⁴⁵ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/RIOTUR/pt/pagina/?Canal=343>>.

capazes de suportar o transporte de gigantescas alegorias no trajeto para o Sambódromo. Igualmente, “os sistemas de esgotamento sanitário e de águas pluviais, bem como os de abastecimento de água, luz, gás e telefone, foram remanejados de forma a comportar a demanda que surgiria a partir do funcionamento do novo parque industrial (do Carnaval)”²⁴⁶.



Figura 13: Cidade do Samba. Fonte: PCRJ.

Para Luiz Paulo Conde (s.d.) apud Guimarães (s.d.), a Cidade do Samba foi uma boa idéia para a Zona Portuária, “mas errou a mão ao construir mais galpões em uma área repleta de galpões vazios, que necessitam de recuperação e representam o passado industrial e o presente de uma região com potencial de transformação” (GUIMARÃES, s.d.). No pensamento de Ferreira (s.d.),

em que pese seu valor e sua importância política e cultural, a Cidade do Samba poderia ter-se tornado um marco não apenas nessas áreas, mas também na produção arquitetônica brasileira contemporânea. Ao optarem pela funcionalidade, os arquitetos deixaram de lado características de espetacularidade bastante marcantes na arquitetura contemporânea, cujo grande exemplo é o Museu Guggenheim de Bilbao. Um projeto visualmente mais criativo poderia agregar valor ao conjunto, situado numa área de grande visibilidade. Perde-se, desse modo, uma grande oportunidade de se criar uma nova marca visual para o Carnaval brasileiro. Nesse sentido é curioso notar a discrepância entre a simplicidade da Cidade do Samba e os projetos da Cidade da Música (em execução) e do abortado Museu Guggenheim, duas obras de grande impacto projetadas por Christian de Portzamparc e Jean Nouvel, respectivamente (FERREIRA, s.d.).

Nesse sentido, apesar da Cidade do Samba se constituir em um equipamento cultural de grande porte em termos espaciais, pela falta de ousadia do seu projeto arquitetônico, não alcança a visibilidade almejada e não se constitui em um novo ícone ou uma nova imagem-marco da cidade, já que o projeto arquitetônico desse equipamento cultural valoriza a racionalidade em lugar da estética, não se destacando na paisagem do Rio de Janeiro.

²⁴⁶ Disponível em: <<http://cidadedosambarj.globo.com>>.

4.2.3.2. Cultura e identidade.

A Cidade do Samba foi concebida para: ser um marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004); consolidar-se como um núcleo de produção do Carnaval; criar espaços modernizados com vistas ao turismo; produzir imagens voltadas ao consumo e; transformar-se em um novo Pólo Turístico da cidade e no ‘Maior Complexo de Arte Popular e Entretenimento do País’²⁴⁷; e está localizada no coração da Gamboa, entre o Morro do Pinto e a Avenida Rodrigues Alves, mais especificamente no triângulo formado pelos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, espaço da cidade que concentra grande tradição da cultura popular da cidade, onde surgiram as primeiras rodas de samba e de capoeira do Rio de Janeiro, próximo aos antigos armazéns desativados e, portanto, ao Sambódromo,

Quanto à cultura, “o samba era marginalizado não pela qualidade do estilo enquanto expressão artística, mas pela condição social a qual se atrelava: favela, pobreza e negritude”, sendo que nos morros se cria uma cultura dos excluídos que, na cidade, “só encontraria eco nos bairros pobres da Saúde, da Gamboa, nos terreiros da Praça Onze, também conhecida como Pequena África, e nos bairros da pequena burguesia do Estácio e de Vila Isabel” (MENDES JÚNIOR, 2003, p. 6 e 7). Com relação à identidade, a Zona Portuária se consagra como memória viva “por sua ambientação e preservação do passado”, congregando “o passado distante, visível nos casarios e nas ladeiras de calçamento em pé-de-moleque de seus morros com a modernidade de indústrias e de vias urbanas, que ligam o Centro aos bairros da Zona Norte e ao outro extremo da Baía de Guanabara, pela Ponte Rio-Niterói” (GUIMARÃES, s.d.).

Todavia, apesar da cultura e da identidade local, reforçadas pela localização considerada estratégica para o estabelecimento das atividades relativas à produção do Carnaval, tanto pela proximidade com o Sambódromo, quanto pela oferta de armazéns desativados após a decadência da Zona Portuária, esse objeto arquitetônico monumental não atingiu plenamente os objetivos de se tornar um Novo Pólo Turístico da cidade do Rio de Janeiro e do país, entre outros motivos, pela falta de promoção interna desse equipamento cultural monumental.

²⁴⁷ “No século XVIII, os bairros que hoje comportam a Cidade do Samba abrigavam um mercado denominado de Valongo, onde seus resquícios ainda são encontrados no alto da ladeira que recebe o mesmo nome, na Rua Sacadura Cabral, próximo à Praça Mauá. Nessa região, os escravos se instalavam para se recuperarem da longa viagem que faziam, onde eram engordados com o propósito de serem submetidos à venda. Em 1770, de acordo com Vieira (2006), o Marquês de Lavradio resolve transferir o mercado de escravos para o Valongo, uma região ocupada até então por chácaras e hortas. A mudança estimulou uma série de atividades, tais como: a criação de armazéns, trapiches e manufaturas. As diversas obras para a construção do Cais do Porto alteraram o traçado daquela parte do litoral, encobrendo até certos pontos importantes como a Pedra do Sal. Este local era onde os escravos esculpavam degraus para transportar as sacas de sal. No início do século XX, naquela mesma pedra, Donga, João Baiana e outros precursores do samba se reuniam para cantar e dançar” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 19).

4.2.3.3. Plurifuncionalidade.

A cidade do Samba foi considerada pela prefeitura do Rio de Janeiro como um objeto arquitetônico capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade. Nesse sentido, a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) definiu o projeto desse equipamento cultural como uma espécie de ‘parque temático do samba’, e Ailton Guimarães, a essa época presidente da Liga Independente das Escolas de Samba – LIESA, como a ‘Disney do Carnaval’, dirigida à realização de eventos para a atração de turistas nacionais e internacionais²⁴⁸. Quanto à plurifuncionalidade desse espaço produzido para se tornar um monumento espaço-âncora do processo de requalificação da Zona Portuária, a Cidade do Samba, caracteriza-se como um “ambiente misto, medianamente informativo e disponível a ação urbana” e um equipamento cultural plurifuncional, à medida que associa a Indústria do Turismo e do Entretenimento com a Indústria do Carnaval. Contudo, Ferreira (s.d.) destaca que, “a tensão entre a utilização do espaço da Cidade do Samba como área de atração turística e a necessidade das escolas manterem em segredo suas criações fez com que as visitas aos barracões se tornassem focos de grandes discussões”. Para Ferreira (s.d.).

de um lado estão as escolas de samba, ‘donas’ do espetáculo, que entendem esse novo espaço como área de trabalho [...]. Existem, por outro lado, os interesses da LIESA (empresa que reúne as grandes escolas de samba e gerencia o espetáculo dos desfiles), que vê o novo espaço, principalmente a área central e os barracões liberados pela diminuição do número de escolas no Grupo Especial, como oportunidades de gerenciar novos negócios e parcerias, tais como abrigar congressos, espetáculos ou mesmo um museu dirigidos ao turismo receptivo. Os interesses da prefeitura, por sua vez, ligam-se à revitalização da área do Porto, uma das metas políticas da atual administração municipal, encarando o conjunto de galpões como pólo de recuperação de uma região degradada (FERREIRA, s.d.).

Apesar do desejo da prefeitura e da LIESA de transformar a Cidade do Samba em um novo Pólo Turístico da cidade e no ‘Maior Complexo de Arte Popular e Entretenimento do País’, esse equipamento não atingiu plenamente esses objetivos em virtude da tensão produzida pelos interesses conflitantes da Indústria do Turismo e do Entretenimento e da Indústria do Carnaval, aliada à falta de expressividade de sua forma arquitetônica, que não estabelece nenhuma referência com as funções a que se destina, o que torna esse espaço pouco atrativo.

²⁴⁸ Para tanto, a Cidade do Samba funciona diariamente das 12h às 20h, com ingressos R\$ 20,00 (vinte reais), sendo que os moradores da cidade com a apresentação de comprovante de residência, pagam R\$ 10,00 (dez reais) para visita. Às quintas-feiras, o horário de visita é das 12h às 18h e, a partir das 19h, é realizado o espetáculo ‘Cidadão Samba’ com direito a abertura com um grupo de pagode, buffet, apresentação de passistas, ritmistas, casais de mestres-salas e porta-bandeiras, baianas e destaques que se apresentam em um pequeno desfile, com direito a um show de fogos de artifício. Entretanto, em janeiro de 2007, o preço normal do ingresso desse espetáculo durante o ano já era de R\$ 80,00 (oitenta reais), sendo que no período do Carnaval passava a custar R\$ 120,00 (cento e vinte reais), valor não acessível a boa parte da população carioca (valores cobrados em 2006) (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

4.2.3.4. Controle social.

Assim como ocorreu com a transferência da Feira dos Nordestinos para o interior do Pavilhão de São Cristóvão, a transferência das escolas de samba do Primeiro Grupo para os galpões construídos para a Cidade do Samba, produziram um novo espaço ou, ainda, uma nova composição forma-conteúdo, em comparação aos antigos barracões espalhados pelos bairros da cidade e aos armazéns da Zona Portuária ocupados para o desenvolvimento das atividades ligadas ao Carnaval, que não combina com a liberdade do samba na sua origem.

A partir de um olhar mais preciso, na forma dos galpões destinados à produção do Carnaval e na função turística do conjunto da Cidade do Samba está implícita a concepção de controle das atividades a partir da nova imagem construída e da organização segundo uma lógica racional, que se contrasta com a característica descontração do mundo do samba e da festa do Carnaval carioca, à medida em que destacam-se no projeto arquitetônico desse equipamento cultural monumental as suas paredes cegas, que remetem à uma sensação de impedimento, de entrada proibida ou limitada ao local, o que torna esse espaço pouco atrativo e, portanto, não se configurando em uma nova centralidade da cidade em virtude de alguns fatores, com destaque para:

a) a inibição em relação a sua visitação, principalmente, para os próprios moradores da cidade;

b) a falta de identificação dos cidadãos com a sua forma, que, por sua vez, não reflete suas funções e;

c) o contraste entre esse objeto arquitetônico monumental e o seu entorno, à medida que esse equipamento cultural de grandes proporções não estabelece comunicação com a vida do bairro.

Os problemas provocados por tais fatores são agravados pelo “fluxo de veículos, nas redondezas da Cidade do Samba” que, também, pode ser citado como uma forma de controle social, já que “a avenida de maior fluxo não possui acesso direto ao empreendimento, sendo, portanto, necessário fazer retornos e curvas até chegar a sua entrada” e aos pedestres, não é oferecido segurança e nem fácil acessibilidade, gerando “pouca participação da população local no usufruto dos recursos auferidos pelo lugar” (MARQUES; MOREIRA, 2007, p. 22). Assim sendo, se for entendido o objetivo proposto como de controle social de uma expressão carioca de liberdade, o Carnaval, a Cidade do Samba cumpre com êxito esse propósito.

4.2.3.5. Atração de investimentos.

A idéia de concentrar as escolas de samba do Primeiro Grupo num grande condomínio nasceu da necessidade de proporcionar um lugar seguro para a produção do Carnaval carioca e um espaço atrativo aos turistas ao longo do ano, e não apenas nos quatro dias da ‘Maior Festa Popular do País’. Conforme os técnicos da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - RIOTUR, a expectativa inicial era que com a construção desse ‘parque temático do samba’, os turistas nacionais e internacionais se sentissem motivados a cair na folia em outras épocas do ano. Contudo, esse objeto arquitetônico não atendeu as expectativas da prefeitura do Rio de Janeiro quanto à capacidade desse equipamento cultural monumental em termos de dimensões se tornar um novo Pólo de Turismo da cidade.

O Rio de Janeiro é uma cidade que se caracteriza pela diversidade de seus bairros e pela riqueza do seu tecido urbano. No pensamento do prefeito Cesar Maia (s.d.), a arquitetura e o planejamento urbano eram capazes de mudar o perfil da cidade e a vida de seus habitantes, sendo que sua expectativa em relação à Cidade do Samba era que esse objeto arquitetônico monumental “superasse o fluxo de visitantes dos principais cartões-postais do Rio de Janeiro, tais como: o Corcovado e o Pão de Açúcar, já que o Carnaval carioca movimentava muito dinheiro e gera, também, muitos empregos diretos e indiretos” (CESAR MAIA, s.d.). Todavia, sua esperança foi frustrada pela falta de características marcantes do projeto arquitetônico e pela incompatibilidade de interesses entre os agentes envolvidos com esse espaço cultural.

Dessa forma, no sentido de buscar alternativas capazes de dinamizar a Cidade do Samba e de incentivar o Setor de Turismo e de Entretenimento, empresários do ramo de hotelaria, com o apoio da prefeitura do Rio de Janeiro, passaram a oferecer vantagens para visitantes de cidades próximas, como por exemplo: “o reembolso dos valores dos pedágios pagos na viagem até o Rio de Janeiro, com ressarcimento através de desconto na conta, sendo que alguns estabelecimentos exigem uma permanência mínima para conceder o benefício”²⁴⁹.

²⁴⁹ Disponível em: <<http://www.fecomercio-rj.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1944&tpl=printerview&sid=172>>.

4.3. OBJETO 03 - A CIDADE DA MÚSICA.

4.3.1. Apresentação.



Figura 14: Cidade da Música - Vista Aérea. Fonte: Márcio Machado.

A Cidade da Música, localizada no Trevo das Palmeiras (entroncamento da Avenida das Américas com a Avenida Ayrton Senna), na altura do Terminal Rodoviário Alvorada, na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, com entorno em Zona Especial 5 – ZE5, foi o último equipamento cultural pensado para se tornar um ícone ou uma imagem-marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) e da cidade do Rio de Janeiro.

Esse equipamento cultural monumental, dedicado à música clássica e à todas as outras manifestações musicais, integrou o ‘sistema de ações’ da Secretaria Municipal de Cultura – SMC e os altos investimentos públicos na sua construção foram justificados pelo discurso da inclusão cultural e da promoção desse objeto arquitetônico, considerado capaz de multiplicar as oportunidades de acesso da população carioca aos eventos e aos espaços culturais e, além disso, pelo fato desse espaço poder vir a constituir-se na nova sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, tornando-se o principal centro de espetáculos musicais da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a Cidade da Música não teve suas obras concluídas até o final da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008).

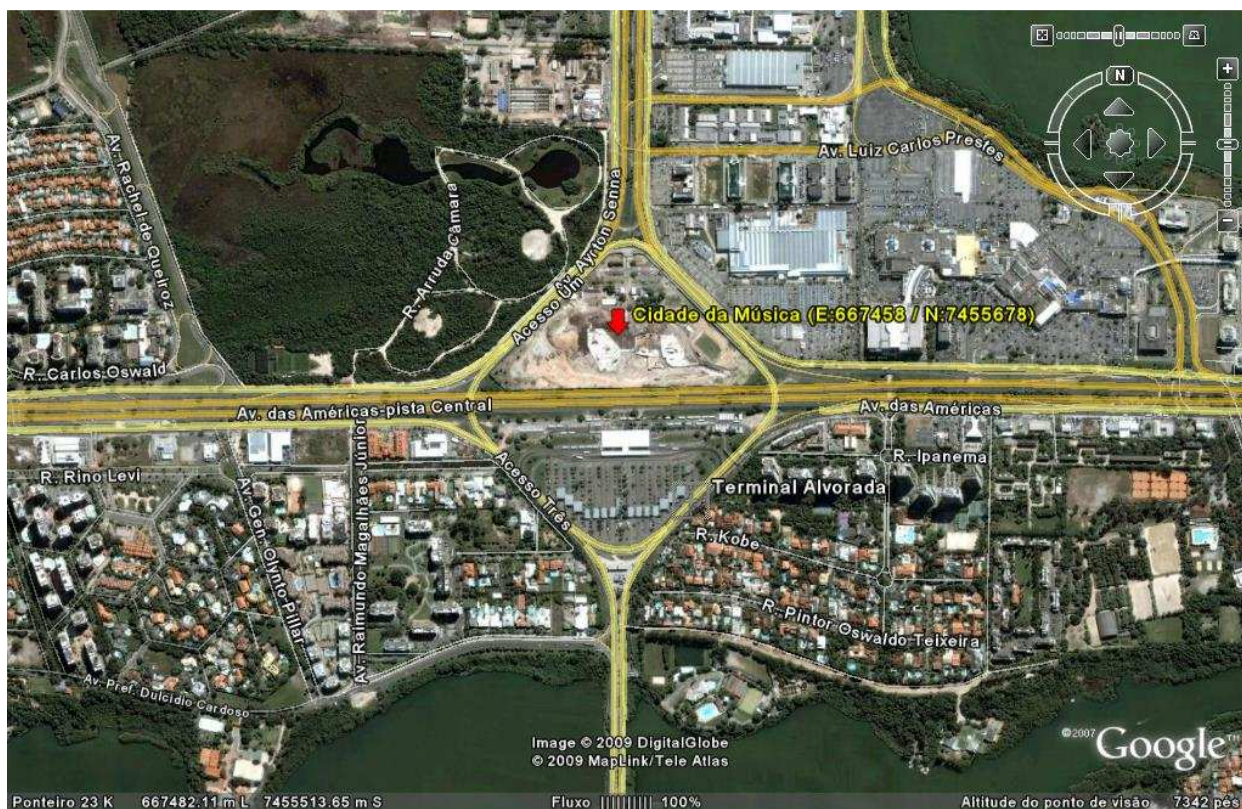


Figura 15: Cidade da Música – Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.

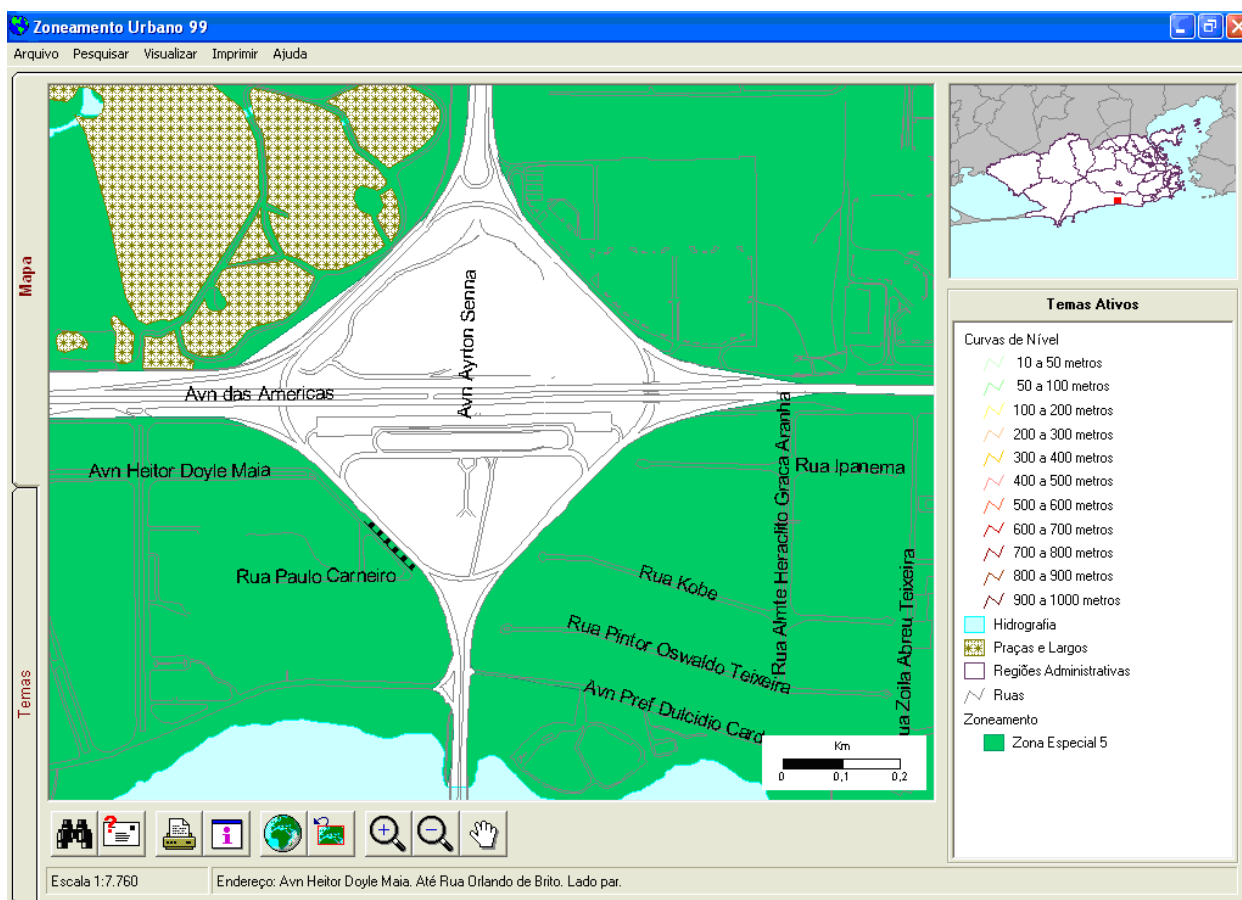


Figura 16: Cidade da Música. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.

4.3.2. Análise na escala macro.

4.3.2.1. Competitividade urbana.

A Cidade da Música, terceiro objeto arquitetônico analisado, foi concebida com o intuito de transformar o Rio de Janeiro em um Pólo Turístico capacitado a realizar eventos culturais de importância internacional. Nesse sentido, a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) buscou criar uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento na cidade, considerada apta a gerar receitas para a sua manutenção em virtude da plurifuncionalidade de seus usos, tais como: um complexo voltado para a arte, com cinemas e um palco duas vezes maior que o do Theatro Municipal, localizado na área central do Rio de Janeiro.

No mundo moderno, as intervenções urbanas realizadas a partir de projetos arquitetônicos de ‘grife’ têm sido utilizadas para promover transformações importantes nas principais capitais do mundo, em especial, nas áreas centrais, que vêm sofrendo uma série de mudanças em virtude dos novos sistemas de informação e da necessidade de atrair investidores e cidadãos-consumidores. Nas palavras de Hazan (2002),

essa tendência da arquitetura globalizada pode ser sentida atualmente em todas as partes do mundo. Isso acontece seja porque os governos, de uma forma geral, têm contratado arquitetos estrangeiros para projetar obras de grande expressão, seja porque parece haver a intenção de colocar os grandes centros urbanos e capitais culturais no patamar das cidades mundiais, sem uma identidade cultural específica ligada à cultura nacional. Os arquitetos se colocam, então, a serviço de uma política global que impõe uma estética sem fronteiras, projetando uma obra arquitetônica que pode ser implantada em qualquer território ou nação. Seus traços algumas vezes refletem suas raízes e formação, outras uma simbiose de estilos que dificilmente identifica sua origem. Se, por um lado, existem resistências locais a essas iniciativas, a força dessa política global é tão forte, que acaba se disseminando rapidamente por todos os continentes (HAZAN, 2002).

A contratação de arquitetos estrangeiros para realizar projetos na cidade e atrair investidores e cidadãos-consumidores não é uma prática recente no Rio de Janeiro, que tem tradição em receber arquitetos estrangeiros, com destaque para: Grandjean de Montigny, grande mestre que elaborou o projeto e fundou a Escola de Belas Artes; Le Corbusier, que influenciou nossa Arquitetura Moderna e; Jean Nouvel, contratado para elaborar o projeto do Museu Guggenheim, no Píer Mauá.

Escolhido pela prefeitura do Rio de Janeiro para criar a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, Christian de Portzamparc faz parte da elite mundial de arquitetos e foi autor dos seguintes projetos: Cité de La Musique, no Parque de La Villette, em Paris; Escola de Dança Paris Opera, em Nanterre, França; Conservatório Erik Satie, em Paris, França; Novo Centro

Cultural, em Rennes, França; Concert Hall Kircheberg, em Luxemburgo e; Museu Bourdelle, na França. Recebeu também o Prêmio Pritzker, em 1994, espécie de Nobel da arquitetura, instituído em 1979 pela Hyatt Foundation.

A ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) caracterizou-se pela adoção do modelo de planejamento estratégico de cidades, que entre outros pré-requisitos, destaca como um dos mais importantes: a promoção de grandes eventos culturais e esportivos. Nesse sentido, na concepção das administrações municipais desse período, com a construção do Centro de Tradições Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, e da Cidade do Samba, na Gamboa, a ponta referente à cultura popular poderia ser considerada como atendida e; com o término das obras do Estádio Olímpico João Havelange, o ‘Engenhão’, e de outros equipamentos concebidos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, a ponta esportiva também estaria cumprida.

Entretanto, faltava para o Rio de Janeiro se inserir na agenda de grandes eventos culturais de música clássica e a construção de um equipamento cultural monumental adequado ao atendimento desse propósito a nível internacional, sendo o local escolhido para a implantação desse objeto arquitetônico a Barra da Tijuca, bairro marcado pelo consumo de bens e de serviços, pelo lazer e pela natureza, escolha que pode ser entendida como parte de um esforço de qualificar a área de expansão da camada de renda média e alta no Rio de Janeiro para além da esfera do consumo, introduzindo-a na esfera cultural.

4.3.2.2. Integração.

Na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) foram contratados dois arquitetos estrangeiros para realizar projetos na cidade, Jean Nouvel, para conceber o Museu Guggenheim Rio, e Christian Portzamparc, para idealizar a Cidade da Música, dois objetos arquitetônicos do conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’, ambos justificados pela necessidade de inserir o Rio de Janeiro no ‘mercado mundial de cidades’, a partir da construção desses monumentos espaço-âncoras de processos diferenciados de requalificação urbana, pensados com base na concepção do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, tomado como um Plano Geral para a cidade do Rio de Janeiro, cuja identidade foi marcada por dois ícones construídos a mais de cinquenta anos, no caso do Maracanã, e a mais de setenta anos, no caso do Cristo Redentor.

No modelo de planejamento estratégico de cidades, a produção de equipamentos arquitetônicos e urbanos destinados ao consumo é considerada fundamental para o

desenvolvimento econômico das cidades. No caso do Rio de Janeiro, a Cidade da Música foi projetada para agregar valor ao capital simbólico da cidade, fundamental no processo de elaboração de uma imagem competitiva no exterior, capaz de atrair recursos, eventos e turistas. Assim, a construção desse objeto arquitetônico o Trevo das Palmeiras, na Barra da Tijuca, insere-se na estratégia de requalificar a cidade recuperando a centralidade dessa área para interligar a Zona Oeste à Zona Norte e à Zona Sul da cidade, configurando-se como um complemento do Plano Urbanístico de Lúcio Costa, onde esse autor aponta a Barra da Tijuca como ‘Centro Metropolitano do Rio’, o ponto de encontro entre o ‘Rio da Zona Sul’ e o ‘Rio dos Subúrbios e Periferias’ de modo à reequilibrar a cidade.

A criação de uma nova centralidade na Barra da Tijuca em relação ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, localizado no Centro da cidade, é justificada pela municipalidade em virtude: da carência de equipamentos culturais nessa área de expansão da cidade e; da quantidade de salas destinadas à música clássica no Rio de Janeiro não atender à demanda do público. Apesar do seu preço elevado, a escolha do local para a construção da Cidade da Música configura-se como uma questão de descentralização e de acessibilidade aos equipamentos culturais, e esse significativo investimento da prefeitura do Rio de Janeiro foi considerado pela municipalidade como necessário à elevação da cidade a um outro patamar em relação à arquitetura e, ainda, à formação de novos públicos para concertos.

4.3.2.3. Marketing urbano.

A Cidade da Música insere-se no ‘sistema de ações’ da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), mais especificamente no conjunto de objetos arquitetônicos monumentais do denominado ‘Pentágono do Milênio’, mas que se evidencia como uma imagem-marco da sua terceira administração (2001-2005), como uma arquitetura de ‘grife’ com os objetivos: de atrair turistas e de criar uma ‘identidade musical’ espetacularizada na Barra da Tijuca e; de transformar o Rio de Janeiro na ‘Capital Cultural do País’ a partir da construção desse equipamento cultural monumental com: ‘A maior sala de concertos de orquestras sinfônicas da América Latina’. Neste sentido, ao examinar o edifício concluído, pelo menos externamente, percebe-se que, de fato, torna-se um ícone ou imagem-marco no lugar onde se localiza.

4.3.2.4. Parcerias público-privadas.

Não houve parceria público-privada nas fases de elaboração do projeto e de construção da Cidade da Música. Entretanto, para atender às determinações do Tribunal de Contas do Município, a licitação de concessão passou por duas modificações: 1) em relação ao contrato, que deveria ser assinado somente após a conclusão total das obras (fato que não ocorreu) e; 2) quanto às qualificações técnicas do concessionário e da orquestra residente.

Inicialmente orçado em R\$ 80 milhões, o projeto da Cidade da Música foi apresentado em outubro de 2002, com previsão para a inauguração no final de 2004. Contudo, tanto o orçamento quanto os prazos de conclusão sofreram grandes alterações, sendo uma parte dos atrasos consequência de falhas no terreno, o que exigiu mudanças nos projetos e, outra parte, resultado da transferência de recursos para a conclusão das obras realizadas na cidade para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, tomadas como prioridades do ‘sistema de ações’ da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008).

O orçamento final ficou muito acima do esperado, chegando a cerca de meio bilhão de reais, mais precisamente R\$ 461,65 milhões (576% a mais) em construção, projetos e consultorias, quase seis vezes o valor previsto no projeto original, pouco menos “que o município previu gastar em 2007 com obras, aluguel de equipamentos e melhorias no entorno dos complexos esportivos, onde foram disputados os Jogos Pan-americanos Rio 2007 (cerca de R\$ 300 milhões)”²⁵⁰.

Os investimentos já realizados na Cidade da Música, sem contar com seu acabamento final (que não foi realizado) foram encargos da administração pública municipal, não prevalecendo, assim, um dos elementos constituintes da concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades, que é o de estabelecer parcerias público-privadas, de elaborar projetos e de implementá-los com recursos da iniciativa privada. Essa prática, contudo, não foi exclusiva da Cidade da Música, mas comum aos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’, todos construídos com recursos públicos, sendo outra característica importante, a concessão desses equipamentos monumentais por parte da prefeitura do Rio de Janeiro às empresas privadas para o uso e a exploração desses espaços.

²⁵⁰ JORNAL DO BRASIL. Licitação da Cidade da Música será em março. 14/02/2008. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2008/02/14/e140210521.html>>.

4.3.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.



Figura 17: Cidade da Música.

Christian de Portzamparc²⁵¹, um dos mais importantes arquitetos da atualidade e autor do projeto da Cité de la Musique, em Paris, foi contratado na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) por cerca de 3 milhões de euros (o equivalente a cerca de R\$ 10 milhões) para desenvolver e executar um projeto semelhante para a Sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, batizada, também, de Cidade da Música.



Figuras 18, 19 e 20: Cité de La Musique - Paris.

²⁵¹ De acordo com Sabbag (2005), “Christian de Portzamparc tem um percurso surpreendente, pontuado de obras importantes, a maioria na França, seu país de origem, embora tenha nascido em Casablanca, Marrocos, em 1944, onde sua família se refugiara durante a II Guerra Mundial. Estudou arquitetura em Paris, na Escola de Belas Artes e logo se destacou pelo projeto do conjunto de habitação popular Hautes Formes (1978), no qual desenvolveu uma nova dinâmica de lugar, de espaços internos que prolongam o espaço público, conceito que vem aperfeiçoando nos novos trabalhos, aplicado inclusive na sua proposta para recuperação urbana de Santo André, em São Paulo. Com o projeto da Cité de la Musique de La Villette, iniciado em 1984, Portzamparc projetou-se internacionalmente e, em 1994, recebeu o Prêmio Pritzker, consagração máxima da arquitetura. Entre seus trabalhos mais recentes constam o edifício-sede da LouisVuitton, em Nova York, Embaixada Francesa, em Berlim, e o conjunto de prédios residenciais em Fukoka, no Japão” (SABBAG, 2005).

Apesar do pedido de um projeto semelhante²⁵², o projeto da Cidade da Música francesa difere completamente da Cidade da Música carioca em termos de contexto urbano, à medida que a Cité de la Musique integra um complexo cultural na região de La Vilette, onde funcionavam os antigos matadouros, de importante valor histórico e cultural para Paris, mas que se encontrava em processo de franca decadência, constituindo-se, assim, em um monumento espaço-âncora do processo de requalificação urbana dessa área, que passou a contar com museus, cafés, restaurantes e um eficiente sistema de transportes públicos. No caso da Barra da Tijuca, eixo de expansão da cidade do Rio de Janeiro e de atração de investimentos, desde os anos 1980, quando fatores de natureza político-econômica conduziram a área central da cidade a um contexto de decadência e de perdas, o que se verifica é uma explosão de novos empreendimentos, tais como: shoppings centers e condomínios residenciais, sem nenhum projeto de melhoria do sistema viário e dos transportes.

Tanto a Cidade da Música francesa, quanto a Cidade da Música carioca se constituem em novas tipologias arquitetônicas e urbanas inseridas em modelos de administrações municipais voltados à requalificação urbana, que seguem a concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades na busca pela inserção competitiva de Paris e do Rio de Janeiro no ‘mercado mundial de cidades’ através de distintas tipologias arquitetônicas e urbanas, utilizadas como ferramentas úteis à recriação da identidade dessas cidades e à elaboração de imagens competitivas por meio do marketing urbano, que as transformem em produtos de consumo a nível internacional. Entretanto, essa inserção só é possível ao passo que as duas cidades passem a contar com uma série de elementos ou, ainda, com pólos de centralidades, como por exemplo: parques hoteleiros, parques temáticos, shoppings centers, sistemas eficientes de transportes e de segurança, que as capacitem a produzir diversos eventos em virtude da qualidade e da quantidade de espaços plurifuncionais presentes nessas cidades, além das paisagens naturais e de outros atributos culturais, que também interferem nos processos de mercadorização dessas cidades e de seus equipamentos arquitetônicos e urbanos globais.

²⁵² Tal convite só confirma a influência da arquitetura francesa no Rio de Janeiro, que se inicia em 1816 com a Missão Artística Francesa, trazida por D. João VI para impulsionar uma nova vida às artes e à cultura da cidade, depois a produção do espaço carioca continua sendo influenciada pelo modernismo de Le Corbusier e, agora, a nova missão, com Christian de Portzamparc na Cidade da Música, Phillippe Starck no Hotel Fasano e Jean Nouvel com o projeto do Guggenheim, entre outros arquitetos franceses menos conhecidos, que trabalharam na cidade na primeira metade do século XX, como Joseph Gire, do Copacabana Palace, especializado no neoclássico francês, e Henri Sajous, que criou prédios art déco, entre eles: o edifício da Mesbla, a Igreja da Santíssima Trindade, na Rua Senador Vergueiro, um dos décós mais significativos da cidade, o edifício Biarritz, na Praia do Flamengo.

4.3.3. Análise na escala micro.

4.3.3.1. Projeto arquitetônico.



Figuras 21 e 22: Cidade da Música - Maquete.

Por encontrar-se em uma posição central forte e simbólica, Portzamparc optou por um partido arquitetônico que criasse um ícone ou uma imagem-marco²⁵³ para a cidade, ou seja, “um símbolo urbano forte, a exemplo do Corcovado, do Pão de Açúcar, da Lagoa, entre outros”, que pudesse ser visto à distância e que estivesse em sintonia com os novos programas emergentes da globalização. Com relação à forma, de acordo com o arquiteto, “a idéia foi a de uma ampla casa sobre pilotis, em homenagem a um arquétipo da arquitetura moderna brasileira dos anos 1950”, época em que se vê “emergir uma outra concepção de mundo baseada no aerodinamismo, na

²⁵³ De acordo com Bruno (2001), “a arquitetura encontra-se reivindicando cada vez mais sua situação de fato enquanto arte” e, nesse sentido, a arquitetura da Cidade da Música estaria passando a ser o próprio objeto da sala de concertos, a arquitetura seria a protagonista, o objeto a ser visitado, apresentando-se cada vez mais “como um valor em si mesmo, como uma obra de arte, como algo a ser apreciado como tal e não apenas como a construção destinada a abrigar a obra de arte”, sendo que essas mudanças verificadas nos novos equipamentos arquitetônicos e urbanos culturais monumentais estariam refletindo, inclusive, em uma mudança dos próprios usuários, “que estariam mais interessados em entretenimento e distração do que em instrução, aprendizado ou mesmo contemplação” (BRUNO, 2001, p. 81).

liberdade da forma, pela qual se procura dar a impressão de leveza, pelos pilotis em arquitetura, aquilo que dá a impressão que o prédio/ a casa flutua” (TONIN, s.d.). Nesse sentido, esse objeto arquitetônico monumental foi construído a dez metros do solo para oferecer ao carioca e ao turista “a possibilidade de (re)descobrir a paisagem da Barra da Tijuca”. Dessa forma, a estrutura compõe-se, basicamente, de duas lajes paralelas, estruturadas internamente por uma grelha em concreto protendido, medindo 220 m de comprimento por 85 m de largura (SABBAG, 2005).

Conforme Sabbag (2005), “entre os planos horizontais do terraço e os da cobertura repousam os volumes cheios (salas fechadas com isolamento acústico) e os vazios abertos à luz, à paisagem, à fruição do público” (SABBAG, 2005), que se interpenetram, segundo Portzamparc. No que tange à função, para o autor do projeto, “a Cidade da Música funcionará em função de sua estratégica acessibilidade, como um espaço importante de convivência cultural e social”, oferecendo um espaço plurifuncional, com “uma programação diversificada, já que existe um espaço amplo, o que possibilita todo tipo de manifestações artísticas” (FRÓES, s.d.).

No que diz respeito ao projeto arquitetônico, a Cidade da Música pode ser entendida, de fato, como uma nova imagem-marco da cidade do Rio de Janeiro. Parte desse objeto arquitetônico monumental foi elaborada pelo Atelier Christian de Portzamparc e a outra parte da foi feita no Brasil, com arquitetos e engenheiros brasileiros, porque os custos desses serviços na França triplicariam o valor do projeto. Entretanto, a ‘grife’ Portzamparc foi mantida para assegurar a inserção da cidade no ‘mercado mundial’ através desse equipamento arquitetônico e urbano global com vistas à atração de turistas. Quanto ao programa estabelecido pelo projeto, destacam-se os seguintes itens: a) 22 mil metros quadrados construídos em uma área de 94 mil metros quadrados; b) 3 salas de cinema; c) 1 mídioteca; d) 3 lojas; e) 7 salas de ensaio com tratamento acústico; f) 10 salas de aula a serem usadas pela Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB na formação de músicos; g) 738 vagas; h) 1 sala de música de câmara com 800 lugares e; i) 1 sala para filarmônica com capacidade para 1.800 lugares (ou 1.300 lugares, no caso de óperas).

O edifício apresenta uma sala principal (o coração/ a grande sala) destinada para grandes apresentações sinfônicas, óperas e demais eventos musicais, com platéia de grande capacidade e, segundo a Secretaria Municipal de Obras – SMO, uma inovadora concepção em termos de configuração e de acústica:

na Cidade da Música, os regentes vão poder ‘afinar a sala’ para adequar o som às diferentes peças musicais. Esta parte do projeto foi desenvolvida em parceria com o escritório francês *Changement à Vue*, de Jacques Dubreuil e Michel Fayet, responsável, também, pela concepção das estruturas de movimentação das torres (para a transformação da sala de concerto em ópera) e por todas as demais estruturas cênicas. Essa equipe atuou também nos projetos das salas de música de câmara, eletro-acústica, salas de ensaio, bem como dos camarins e

cinemas. A qualidade e a modulação acústica das salas de música obedecem a critérios especiais de adaptação de volume devido à presença das torres e dos refletores móveis. Foram, então, utilizados painéis de absorção variável, situados entre as torres e os refletores orientáveis para beneficiar os reflexos acústicos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

A Cidade da Música foi pensada como um equipamento cultural monumental capaz de revitalizar a ‘vocalização cultural’ da cidade do Rio de Janeiro, sendo sua paisagem encenada, divulgada e comercializada, antes mesmo do término de sua construção, como: ‘O maior hall sinfônico do mundo até o momento!’. As obras da Cidade da Música tiveram início em agosto de 2003, sob a fiscalização da Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE e da Secretaria Municipal de Obras – SMO. A expectativa era que esse objeto arquitetônico recebesse todos os dias, independentemente de concertos, cerca de 5 mil pessoas. Após várias paralisações por conta das chuvas, por problemas técnicos e por falta de verbas, que foram destinadas para a conclusão dos equipamentos esportivos monumentais construídos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, as obras não foram concluídas até o final da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008), encontrando-se paralisadas desde então²⁵⁴.

4.3.3.2. Cultura e identidade.

A Cidade da Música, na Barra da Tijuca, projetada por Christian de Portzamparc para constituir-se em um novo ícone ou em uma nova imagem-marco na paisagem do Rio de Janeiro, teve por principal meta criar uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento através de um espaço moderno, produzido para a música clássica, entre outras manifestações culturais, com imagens atraentes ao consumo, na tentativa de transformar esse equipamento cultural monumental no principal centro de espetáculos da cidade, posição ocupada pelo Theatro Municipal, primeiro espaço voltado à música clássica do Rio de Janeiro e atual sede da Orquestra Sinfônica Brasileira – OSB, localizado na Praça Marechal Floriano, conhecida como Cinelândia, no Centro da cidade, que sofreu ao longo das últimas décadas um processo de decadência provocado pelo êxodo nessa área dos negócios.

²⁵⁴ De acordo com Amora (2008), “além de indícios de fraude e superfaturamento na cotação de preços de itens especiais para aparelhar a Cidade da Música, o relatório preliminar da auditoria da prefeitura nas obras aponta erros na execução do projeto”. Entrevistado, “o arquiteto Christian de Portzamparc confirmou que houve erro na execução de seu projeto. Ele disse ter alertado a prefeitura sobre o fato. Segundo Portzamparc, o acabamento foi feito às pressas e muitas falhas teriam ocorrido por causa da urgência do então prefeito Cesar Maia de inaugurar a obra. A auditoria constatou a destruição de obras já feitas para que houvesse a festa de inauguração simbólica, nos últimos dias da gestão passada. Ainda segundo o relatório, o evento custou mais de R\$ 1 milhão ao erário” (AMORA, 2008).



Figura 23: Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Nas palavras de Christian de Portzamparc, “como na Barra da Tijuca não existe uma marca natural ou simbólica”, o arquiteto buscou elaborar um projeto arquitetônico espetacularizado, caracterizado pela flexibilidade de seus espaços, que de acordo com a proposta inicial, podem ser mudados em função da programação dos eventos, recriando a forma do seu conteúdo e a significação da realidade, o que torna o interior desse espaço múltiplo em termos de construção de sentidos e de leitura semiótica, ao passo que essas transformações internas atrairiam o olhar e estimulariam a tentativa de compreensão desses espaços. De acordo com a Secretaria Municipal de Obras – SMO da prefeitura do Rio de Janeiro,

a construção de um equipamento cultural com esta destinação na Barra da Tijuca tem sua origem na distribuição desigual de equipamentos públicos culturais na cidade. Há uma grande concentração de bens culturais no Centro e na Zona Sul da cidade, por razões de origem histórica e questões relacionadas à gestão pública. Na Barra da Tijuca há poucos teatros e as casas de espetáculos existentes pertencem à iniciativa privada. A Cidade da Música vai inaugurar uma nova fase cultural na Barra da Tijuca, que repercutirá positivamente nos demais bairros da Zona Oeste e em toda a região(PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

A Cidade da Música pode vir a se constituir, após o término das obras, em um elemento de criação de uma nova identidade para a Barra da Tijuca e em um grande complexo de atividades, tendo a música como tema e de modo que o Rio de Janeiro recupere a sua centralidade cultural com esse sofisticado equipamento de qualidade internacional, considerado capaz de dar visibilidade à cidade e torná-la competitiva, especialmente no exterior.

4.3.3.3. Plurifuncionalidade.

A característica que classifica a Cidade da Música como uma mega estrutura cultural, também a classifica como uma nova tipologia arquitetônica e urbana pretensamente global, à medida que esse objeto arquitetônico monumental, inserido na concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades, integra plurifuncionalidade de usos, considerados capazes de gerar receitas para sua manutenção, abrigando num mesmo edifício um complexo direcionado à arte com: sala de concertos de orquestra sinfônica e ópera, sala de música de câmara, salas de ensaio, salas de aula e, ainda, um shopping cultural com: cinemas, lojas, livraria, mídioteca, mini-teatros restaurante, cafeteria, *foyer* musical, estacionamento e duas passagens subterrâneas, com cerca de 50 metros, que ligarão os jardins desse centro cultural ao Terminal Alvorada²⁵⁵. Pode-se considerar, assim, que a Cidade da Música é um objeto arquitetônico plurifuncional.

4.3.3.4. Controle social.

Apesar de estar localizada em uma área de renda alta, a Cidade da Música pode, por um lado, vir a atender outras camadas de renda na formação de um público de música erudita em virtude de sua localização acessível aos subúrbios e às periferias e, com isso, apresentar condições de desempenhar um papel social importante na cidade do Rio de Janeiro. Pensado inicialmente para ser a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB, esse equipamento cultural monumental foi elaborado para constituir-se em um ambiente misto, em virtude da flexibilidade de seu projeto arquitetônico.

Por outro lado, a Cidade da Música pode ser definida pela prática da apropriação das atividades ligadas a música clássica, ao sugerir a transferência da Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, localizado na área central, para esse novo ícone ou nova imagem-marco, produzido com base em algumas justificativas, especialmente aquelas referentes à necessidade de formar platéia e de criar uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento na Barra da Tijuca, uma área de expansão da cidade.

²⁵⁵ Disponível em: <<http://www.riotemporada.com.br/2008/cidade-da-musica-tera-acesso-subterraneo-a-partir-do-alvorada/>>.

4.3.3.5. Atração de investimentos.



Figura 24: Cidade da Música - Obra.

A construção da Cidade da Música tem um papel como atração de investimentos para a região da Barra da Tijuca, já que essa intervenção urbana, juntamente com as obras dos equipamentos esportivos monumentais construídos para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 e a construção da Linha Amarela, novos ícones ou imagens-marco da cidade são contribuintes da alavancagem de uma série de lançamentos imobiliários e de empreendimento ligados ao comércio, aos serviços e ao lazer, no entorno das áreas onde foram implantados. No ano de 2007, R\$ 727 milhões (cerca de 50% do total dos recursos de investimentos) foram destinados diretamente aos Jogos Pan-americanos Rio 2007.

A Cidade da Música recebeu muitos investimentos, cuja dotação inicial era de R\$ 55 milhões, para uma despesa final de cerca de R\$ 500 milhões. A primazia desta obra foi confirmada no início de 2008 pelo próprio prefeito Cesar Maia. Logo, a exemplo de 2007, “o ritmo de destinação de dotações para a ‘obra símbolo’ da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) se manteve. Tal opção foi verificada nos remanejamentos identificados no Diário Oficial do Município, de 25 de janeiro de 2008, transferindo recursos da saúde e da educação para as obras na Zona Oeste (leia-se Cidade da Música)”²⁵⁶.

Segundo a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, com base na Pesquisa ADEMI²⁵⁷, a Barra da Tijuca foi o bairro que mais se valorizou nos últimos anos, transformando-se no principal vetor de expansão da cidade no segmento de alto padrão imobiliário. Ao mesmo tempo, a Barra da Tijuca é um dos bairros com maior poder aquisitivo da cidade, comparável apenas à Ipanema e ao Leblon.

²⁵⁶ Jornal dos Economistas, Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ, N° 223, fev./2008. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/je_fevereiro_2008.pdf>.

²⁵⁷ O objetivo da pesquisa é o acompanhamento e a análise do comportamento do mercado imobiliário do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=5040>.

4.4. OBJETO 04 - O MUSEU GUGGENHEIM.

4.4.1. Apresentação.



Figura 25: Museu Guggenheim – Maquete Eletrônica.

A proposta de implantação do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro, mais precisamente no Pêr Mauá, estrategicamente localizado no início da Avenida Rio Branco e próximo às Áreas de Especial Interesse - AEI da prefeitura do Rio de Janeiro, com projeto arquitetônico do francês Jean Nouvel, foi pensada para alavancar o processo de requalificação da Zona Portuária, transformando-a em um novo Pólo Turístico da cidade, a exemplo de outros monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação urbana, construídos em diferentes lugares do mundo com o objetivo de transformarem as áreas onde foram implantados em núcleos turísticos, culturais e de entretenimento, considerados capazes de inserir suas respectivas cidades no ‘circuito internacional de turismo’.

As duas principais justificativas para a construção do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro se referem à democratização da cultura na cidade e à confiança na capacidade desse empreendimento de ‘grife’ internacional servir de catalisador ao desenvolvimento econômico da Zona Portuária e de estímulo à elaboração de outros projetos arquitetônicos e urbanos voltados à cultura, à alta tecnologia, à habitação, ao esporte, ao turismo e, ainda, auxiliar na integração dessa área à dinâmica do núcleo central carioca, desafios assumidos pela segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004).



Figura 26: Museu Guggenheim – Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.

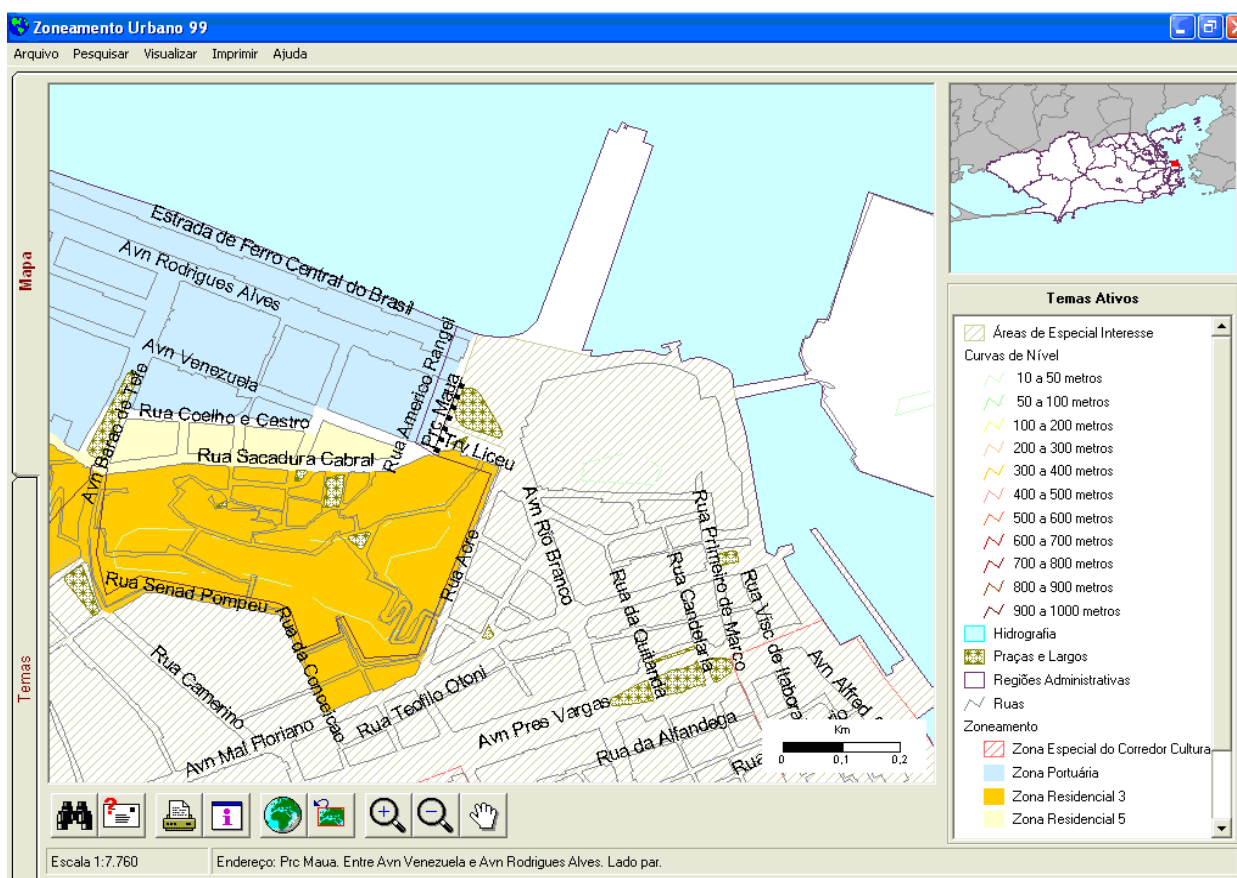


Figura 27: Museu Guggenheim. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.

4.4.2. Análise na escala macro.

4.4.2.1. Competitividade urbana.

O Museu Guggenheim, quarto objeto arquitetônico analisado, está inserido na busca pela inclusão competitiva da cidade do Rio de Janeiro como um Pólo Turístico capaz de realizar eventos de importância mundial. Para tanto, a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) elaborou um ‘sistema de ações’ com a meta principal de criar um símbolo para a Zona Portuária e uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento em relação ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM-RJ, localizado no Centro da cidade. A tendência mundial de requalificação de áreas portuárias degradadas dos grandes centros com vistas ao desenvolvimento econômico através do turismo cultural está baseada na concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades e na economia da globalização, que considera os portos como elos importantes para a inserção das cidades no ‘mercado mundial’, que, por sua vez, precisam reforçar suas antigas centralidades e criar novas centralidades através da produção de espaços capazes de atrair investidores e cidadãos-consumidores²⁵⁸.

Nesse sentido, o modelo de planejamento adotado pela prefeitura do Rio de Janeiro sustenta-se na ‘turistificação’ ou, ainda na ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte a partir da implantação de símbolos da globalização em paisagens produzidas para o consumo. No caso do Rio de Janeiro, a prefeitura cogitou a instalação de um museu internacional (além da Fundação *Solomon* Guggenheim, nos EUA, também foram sondados o Centro Georges Pompidou, na França e a Tate Gallery, na Inglaterra (SANTOS, 2005)) para inserir a cidade de forma competitiva em uma ‘rede de museus internacionalmente reconhecidos’, aumentando a sua credibilidade à medida que fosse sendo reconhecida sua capacidade de atrair recursos e de realizar eventos internacionais. Nas palavras de Jean Nouvel, arquiteto estrangeiro contratado pela prefeitura do Rio de Janeiro para criar o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, “um projeto dessa natureza é muito atraente” e, por ser “o primeiro na América do Sul, teria rápido retorno do investimento”. Para Cesar Maia apud Almeida (s.d.), “esta (seria) uma oportunidade ímpar que a cidade (teria) de recuperar sua centralidade turística, cultural e de entretenimento, que saiu para São Paulo com o MASP, de potencializar sua identidade internacional e revitalizar pelo efeito âncora a área portuária” (ALMEIDA, s.d.).

²⁵⁸ Conforme Egler (2005), “o objeto da política global é estruturar uma rede que se conecta através dos portos, porta de entrada das cidades que formam uma rede de cidades globais. Ao longo dos processos históricos, o porto foi objeto de intervenção dos capitais internacionais, sendo o espaço fundamental da conexão das localidades aos processos globais. Mais do que revelar elementos do processo de globalização (SASSEN, 1998), as próprias cidades que participam do sistema constituem núcleos da rede global” (EGLER, 2005).

4.4.2.2. Integração.



Figura 28: Píer Mauá – Rio de Janeiro. Foto: Otávio Leonídio.

O Museu Guggenheim, no Píer Mauá, era um componente fundamental do Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária – Porto do Rio, gerenciado pela prefeitura do Rio de Janeiro, pela Companhia Docas do Rio de Janeiro (vinculada ao Ministério dos Transportes e expressiva proprietária de terras e imóveis no local) e pela Rede Ferroviária Federal – RFFSA, com a parceria do BNDES, da Caixa Econômica Federal - CEF, dos governos federal e estadual, de investidores privados locais, nacionais e internacionais, de associações locais, de ONG's voltadas para a cultura e o meio ambiente e de agências internacionais de desenvolvimento. Assim, esse objeto arquitetônico monumental não pôde ser analisado isoladamente, mas como um elo catalisador para outros projetos elaborados para a requalificação do Porto do Rio com vistas: à valorização do patrimônio cultural tombado da área; a reconquista de seus espaços urbanos; a melhoria de sua acessibilidade aos novos fluxos e; à sua reativação econômica a partir do comércio e dos serviços.

A implantação desse equipamento cultural, de frente para a Baía de Guanabara, era considerada estratégica pela prefeitura do Rio de Janeiro e capaz: de: revitalizar a 'vocação cultural' da cidade; melhorar a sua imagem competitiva; atrair mais turistas para o Rio de Janeiro (especialmente os turistas dos cruzeiros) e novos empreendimentos para a região; estimular novos usos em substitui o ao deslocamento das atividades portuárias; romper o isolamento dos bairros, melhorando suas condi oes de circula o e acesso; recuperar as condi oes ambientais locais; reintegrar a área   Baia de Guanabara; reforçar a voca o residencial, recuperando prédios antigos, ocupando terrenos vazios e requalificando áreas de ocupa o informal e; fomentar a economia local através de financiamentos em diversas escalas²⁵⁹.

²⁵⁹ Disponível em: <http://www.rio.org.br/tvporto/proj_plano_rev/index.html>.

4.4.2.3. Marketing urbano.

O Museu Guggenheim, no Píer Mauá, projetado para ser: ‘O primeiro equipamento de grande porte da América do Sul’ representou uma tentativa da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) de criar uma ‘identidade artística’ espetacularizada com objetivos turísticos, de desenvolvimento econômico da Região Portuária e de transformação do Rio de Janeiro na ‘Capital Cultural do País’, a partir do projeto de um equipamento cultural monumental, justificado pela formulação de um discurso de crise, que apontava para a necessidade de intervenções urbanas para a transformação de algumas áreas do Rio de Janeiro em novas centralidades capazes de produzir imagens atraentes por meio do redesenho dos lugares e da implantação de equipamentos culturais e turísticos de ‘grife’ promovidos pelo marketing urbano e considerados necessários à ‘venda’ da cidade como mercadoria.

Como destaca Bruno (2001), “hoje em dia, são raros os museus (construídos, ampliados ou restaurados), que não trazem na autoria de seus projetos a assinatura de arquitetos internacionalmente reconhecidos, arquitetos cuja firma, por si só, garante a obra a ser realizada” (BRUNO, 2001, p. 31), já que a arquitetura dos novos museus vem ocupando um lugar de destaque como um dos principais elementos de atração de investidores e de cidadãos-consumidores. No entanto, nas palavras de Santos (2005), o Museu Guggenheim representa bem mais: “como ideologia materializada, ícone de uma classe e de seus valores, desencadeia uma tentativa de homogeneização cultural, já que os equipamentos culturais são concebidos por arquitetos de uma mesma escola. É a presença física da ideologia da generalização da cultura, dos valores e dos hábitos” (SANTOS, 2005).

A lógica da política urbana corresponde à seguinte estratégia: “cria-se, pela ação das agências internacionais, como a ONU e a UNESCO, através de uma produção cultural, uma imagem que produz uma forma de pensar, ‘uma subjetividade coletiva’ que valoriza a oportunidade de conexão da cidade ao sistema de cidades globais” (RIBEIRO, 2004). Segundo Egler (2005), realizados os planos de requalificação urbana, “esses projetos são contratados nos escritórios de agências globais, que respondem pela produção de uma arquitetura, que contém signos que atendem ao imaginário do mundo globalizado”, sendo que para “a realização desse processo de construção são captados recursos no sistema financeiro internacional, que se somam à dívida externa”²⁶⁰ (EGLER, 2005).

²⁶⁰ Para Egler (2005), “a construção do marco edificado é realizada localmente, mas os custos serão pagos pela sociedade como um todo. Essa construção se destina aos interesses da política ditada pelas agências de financiamento global, em benefício dos homens e das mulheres que fazem parte do circuito internacional, restando aos habitantes da cidade a dívida a ser paga com ‘suor e lágrimas’” (EGLER, 2005).

4.4.2.4. Parcerias público-privadas.

O Museu Guggenheim, no Píer Mauá, é o único entre os objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ que se insere, pelo menos em parte, na concepção de parceria público-privada do modelo de planejamento estratégico de cidades, caracterizada pela assinatura, em 2001, de um contrato entre a prefeitura do Rio de Janeiro, representada pelo prefeito Cesar Maia, em sua segunda administração (2001-2004), e a Fundação Solomon Guggenheim, representada pelo diretor da instituição, Thomas Krens, para a gestão conjunta do futuro museu, e o arquiteto francês Jean Nouvel, autor do projeto, que custaria inicialmente US\$ 130 milhões, dos quais US\$ 20 milhões seriam pagos pelo uso da ‘grife’ Guggenheim. Por fim, o custo para a construção desse equipamento cultural foi orçado em cerca de R\$ 380 milhões, sendo que R\$ 43 milhões seriam pagos pela prefeitura do Rio de Janeiro a Jean Nouvel pela execução de seu projeto e pelo gerenciamento das obras e R\$ 14 milhões ao escritório de arquitetura Engineering S.A., de Francisco Salles, que iria trabalhar associado à Nouvel porque a lei brasileira não permite que profissionais estrangeiros assinem projetos no Brasil²⁶¹. O Museu Guggenheim seria construído pela prefeitura do Rio de Janeiro, sua proprietária, e a gestão do museu seria compartilhada com a Fundação Solomon Guggenheim, constando no contrato, que o espaço teria salas exclusivas para a arte brasileira, para as coleções do próprio Guggenheim e para as obras de arte dos museus: Hermitage, de São Petersburgo, na Rússia, e Kunsthistoriches, de Viena, na Áustria²⁶².

O Museu Guggenheim foi concebido para se tornar um ícone ou uma imagem-marco na paisagem do Rio de Janeiro, capaz de atrair recursos, eventos e turistas para a cidade, mas sua construção foi barrada pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ por ter contas dolarizadas e a adoção de leis americanas no contrato em vez de leis brasileiras. Outro ponto que deve ser destacado, diz respeito ao desperdício de US\$ 2,8 milhões de dólares, em sua totalidade dinheiro público, apenas no projeto inicial, que foi inviabilizado. Aliado a isso, a área do Píer Mauá foi concedida a Docas Rio e Píer Mauá S.A., que possuem um contrato firmado no final dos anos 1990 e com vigência de 45 anos, com possibilidade de renovação por mais cinco anos (BARRETO, 2003; FERNANDES, 2003). Esse volume de recursos públicos levou a um importante debate na cidade, envolvendo a sociedade, políticos e arquitetos e, entre outras críticas com relação à instalação do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro, podem ser destacadas: a) “a situação financeira da Fundação Guggenheim, comandada pelo francês Thomas Krens”, considerada grave, em virtude da filial em Las Vegas ter sido fechada, da filial de Nova

²⁶¹ Disponível em: <<http://www.consciencia.net/artes/arquitetura/materia02.html>>.

²⁶² Disponível em: <<http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=13689>>.

York ter demitido quase a metade dos seus funcionários; do projeto de uma nova filial em Manhattan ter sido cancelado e; da famosa filial em Bilbao, na Espanha, estar enfrentando graves problemas (SUBRATS, 2006); b) da arquitetura que o materializa concorrer para a dissolução do sentimento de cidadania dos cariocas, porque, “ao que tudo indica, é bem provável que, uma vez em seu interior, os próprios cariocas se sintam turistas em sua própria cidade, espectadores, visitantes, consumidores, pagantes, fruidores de arte; mas não serão, a rigor, cidadãos” (LEONÍDIO, 2003).

Os arquitetos reunidos no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 3 de maio de 2003, deliberaram requerer: 1) o cancelamento da contratação, por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Museu Guggenheim, ao menos nos termos em que foi anunciada; 2) que a contratação de projetos de arquitetura, como os do Museu Guggenheim e da Cidade da Música, se faça através de concursos públicos e que, quando o porte aconselhar, que se organizem certames internacionais segundo as normas preconizadas pela UIA-Unesco (ANDRADE, s.d.)²⁶³.

A questão que se coloca é se a cidade do Rio de Janeiro teria condições de sustentar esse processo de parceria ao lado de seus colaboradores privados e de instituições de fomento internacionais, pois a produção de espaços turísticos de consumo, como o que foi projetado pelo arquiteto Jean Nouvel para o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, implicaria: 1) em “grandes somas de dinheiro, que normalmente só podem ser aportadas às economias locais por empresas multinacionais”, que “têm, via de regra, pouco comprometimento com a problemática local, com as questões ambientais e com o retorno econômico para a população” (BARRETO, 2000, p. 25; SANTOS, 2005) e; 2) em uma nova privatização do Píer Mauá, localizado na Baía de Guanabara, uma das entradas do turismo na cidade, que passaria das mãos da Companhia Docas do Rio de Janeiro e Píer Mauá S.A. para o controle da Fundação Solomon Guggenheim. Deste modo, o que seria a experiência mais aproximada da concepção de parceria público-privada do modelo de planejamento estratégico de cidades esbarrou na problemática de sua execução, onde o que sempre vigorou foi o Estado assumindo sozinho o custo com os projetos e as obras.

²⁶³ “Considerando a notícia veiculada pelos jornais de que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assinou contrato com o Museu Guggenheim visando à construção de uma filial daquela instituição no Rio de Janeiro; que a citada contratação contraria os preceitos basilares das leis federais 5.194/1966 e 8.666/1993; que os estudos apresentados pela própria prefeitura apontam para a necessidade de que vultosas somas venham a ser necessárias para cobrir os déficits operacionais do museu; que a cidade do Rio de Janeiro já dispõe de um invejável conjunto de centros culturais e museus, como prova a realização da Mostra Internacional Rio Arquitetura, que neste momento ocupa 35 estabelecimentos com mais de 40 exposições e; finalmente, que a cidade do Rio de Janeiro já é repleta de símbolos reconhecidos nacional e internacionalmente, ao contrário de outros centros urbanos que necessitaram encontrar artificialmente marcas que os identificassem” (ANDRADE, s.d.).

4.4.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.

A proposta que formula o projeto do Museu Guggenheim do Rio de Janeiro como um catalisador de um plano de desenvolvimento local tem por base: uma experiência realizada em Paris, concretizada em 1977 com a inauguração do Museu *Beaubourg*, idealizado pelo então presidente Pompidou, e que tinha por objetivos: democratizar o acesso à produção cultural com a abertura do museu para todos e; especialmente, construir o Museu de *Bilbao*, da Fundação Guggenheim na Espanha, também criado pelo arquiteto Jean Nouvel.

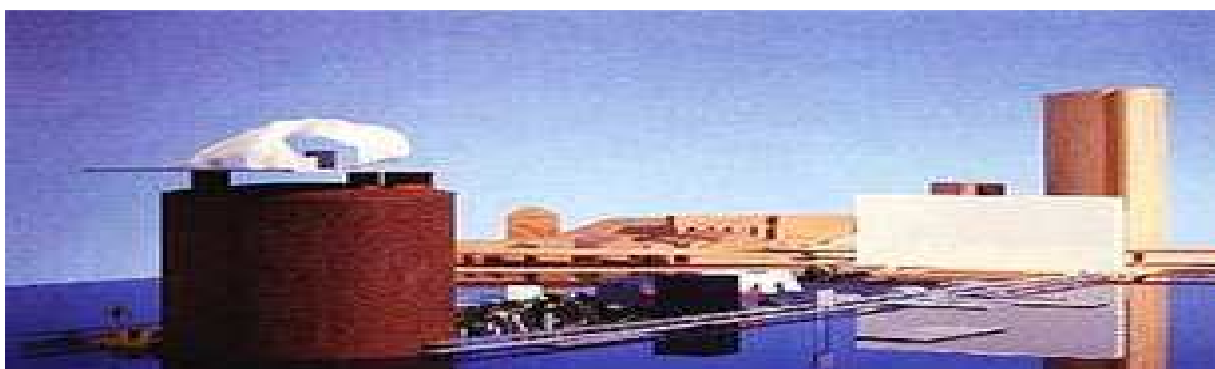


Figura 29: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro – Maquete Eletrônica.

O Museu Guggenheim, no Píer Mauá, se constitui em uma nova tipologia arquitetônica e urbana desenvolvida com vistas à inserção competitiva do Rio de Janeiro em uma rede urbana de museus internacionalmente reconhecidos, aumentando sua credibilidade e tornando-se um Pólo Cultural internacional, através da recuperação da centralidade da Zona Portuária, que seria obtida com a utilização desse objeto arquitetônico monumental como ferramenta à recriação da identidade da cidade e à elaboração de imagens atraentes por meio do *marketing* urbano. No pensamento de Cesar Maia (s.d.), a presença de um museu como o Guggenheim no Rio de Janeiro, catalisaria investidores privados nacionais e internacionais e transformaria esse espaço em um produto de consumo a ser ‘vendido’ como uma mercadoria a nível internacional (MAIA, s.d.). Segundo Jean Nouvel, essa inserção competitiva seria possível não apenas pela ‘grife’ Guggenheim, mas pela sinergia de três coleções que estariam presentes no museu: “a do maior museu de Viena; a do Hermitage e; as coleções do Guggenheim em si”. Nas palavras do arquiteto, “ter esse acervo à disposição é um patrimônio rentável e o Rio de Janeiro se beneficiaria disso”²⁶⁴. Assim, o Museu Guggenheim pode ser classificado como um novo equipamento arquitetônico e urbano global, que se tivesse sido construído integraria plurifuncionalidade de usos capazes de gerar receitas para sua manutenção.

²⁶⁴ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59821-6014,00-DEFESA+DA+CRIA.html>>.

4.4.3. Análise na escala micro.

4.4.3.1. Projeto arquitetônico.

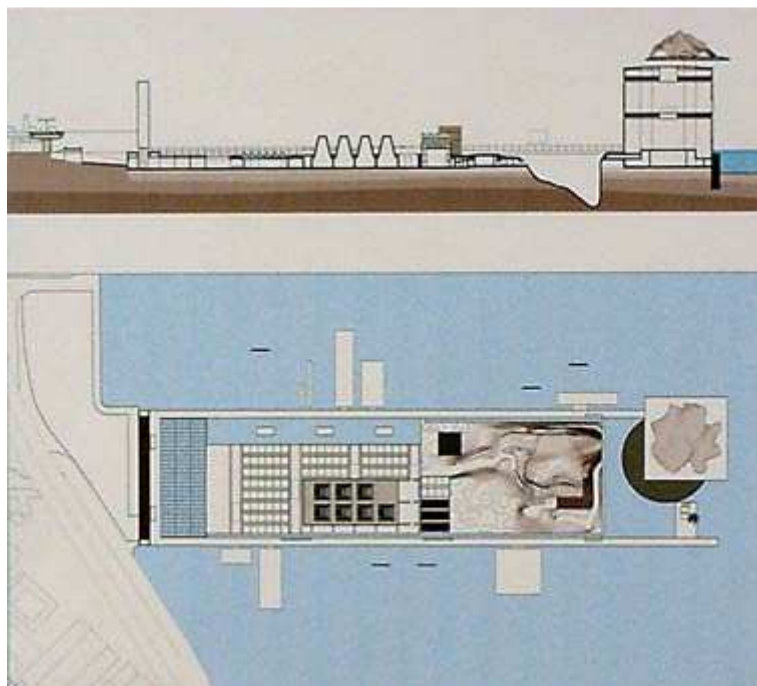


Figura 30: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Projeto Arquitetônico.

As políticas públicas que sustentaram e organizaram o ‘sistema de ações’ do modelo de planejamento estratégico carioca utilizado na segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), voltado ao desenvolvimento econômico da cidade por meio da promoção da cultura, mobilizaram o atual *star system* da arquitetura internacional, no intuito de criar um novo ‘sistema de objetos’ formado por grandes monumentos e por meio da produção de novos equipamentos culturais com tipologias arquitetônicas e urbanas globais e com vistas a servirem, ao mesmo tempo, como suporte e lugar de criação e de reanimação da vida pública.

Nesse contexto, Jean Nouvel, autor de obras como o Instituto do Mundo Árabe e a Fundação Cartier, ambos em Paris, foi contratado para elaborar o projeto arquitetônico do Museu Guggenheim do Rio de Janeiro. Além da escolha do arquiteto, três escritórios locais foram indicados pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC para assessorar a equipe de Jean Nouvel, a L. A. Rangel Arquitetos/ Engeneering S.A. (responsável, entre outras obras, pelo Hotel Méridien); Henrique Mindlin Associados (Hotel Sheraton) e Pontual Arquitetura (Hotel Othon)²⁶⁵, tendo sido o primeiro escritório o escolhido para essa função.

²⁶⁵ Disponível em: <<http://www.piniweb.com.br/construcao/noticias/guggenheim-carioca-81886-1.asp>>.

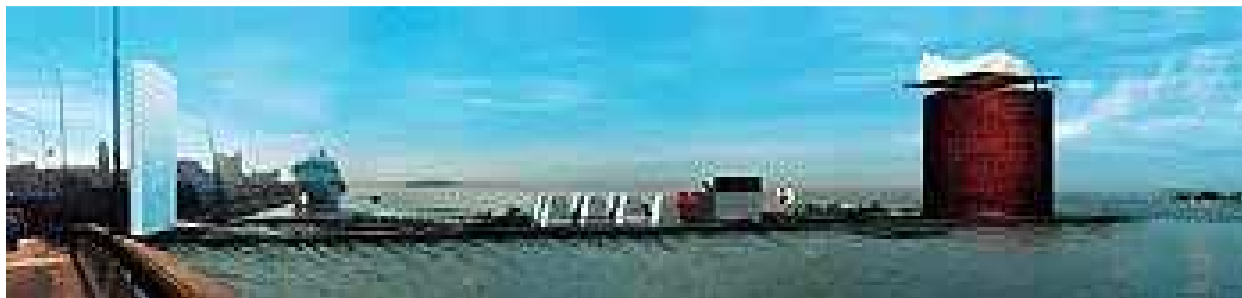


Figura 31: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Foto de Divulgação.

A monumentalidade é uma característica intrínseca ao projeto arquitetônico do Museu Guggenheim do Rio de Janeiro, que se tivesse sido construído seria um novo ícone ou uma nova imagem-marco da cidade. Sendo ele um lugar destinado à cultura, tal característica estaria presente na sua arquitetura independente de sua real dimensão enquanto espaço, funcionando como um ponto de atração, já que as instituições públicas ou não, com seus programas cada vez mais complexos, cobram da arquitetura um papel importante, pois ela precisa ser o primeiro ponto de atração, antes mesmo das obras que contém (SOARES, s.d.). Nesse sentido, “a arquitetura do museu estaria passando a ser o próprio objeto do museu, [...] o protagonista” (BRUNO, 2001, p. 30) e o edifício do Museu Guggenheim se tornaria o objeto a ser visitado ou, ainda, ‘vendido’.

Quanto ao projeto arquitetônico, o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, apresenta uma configuração externa que não denota a sua tipologia, servindo, acima de tudo, para conotar significados tão sugestivos quanto insólitos. Como a obra seria implantada nas adjacências do Porto do Rio de Janeiro, tudo levava a crer que a imagem pretendida pelo arquiteto era a de um navio. Na realidade, o resultado obtido foi altamente discutido. O projeto caracteriza-se por uma construção que em nada denota seu propósito funcional e seu desenho não apresenta nenhuma relação com uma sala de exposições ou com um museu. A desejável relação entre a forma externa e a tipologia do edifício é absolutamente inexistente. Nouvel dá sua visão sobre o Museu Guggenheim do Rio de Janeiro: “é o tema de um antigo mito: Atlântida, a cidade perdida, submersa no oceano. A arquitetura tem aqui um caráter marítimo, evocativo da simplicidade repetitiva dos prédios funcionais comuns a todos os portos. Por isso, o museu fica metade submerso nas águas da baía”, explica²⁶⁶. O projeto arquitetônico elaborado prevê:

a implantação de uma tela gigantesca que, segundo o arquiteto, servirá como portal de entrada para os visitantes, onde serão reproduzidas as mais diversas imagens. [...] Outro destaque é a mini-floresta tropical com cachoeira, que será criada ao final do Píer Mauá, onde haverá um restaurante e o acesso ao grande

²⁶⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejarj/100903/arquitetura.html>>.

cilindro que irá abrigar duas salas de exposições sobrepostas, destinadas às mostras de arte contemporânea. O teto destas salas será móvel, para abrigar obras de arte ou instalações de quaisquer tamanhos, dependendo do interesse do artista. No alto do cilindro será instalado um mirante cujo teto será a reprodução de uma foto do Cristo Redentor. Segundo Nouvel, esta será a maior foto já usada em um museu até hoje em todo o mundo²⁶⁷.

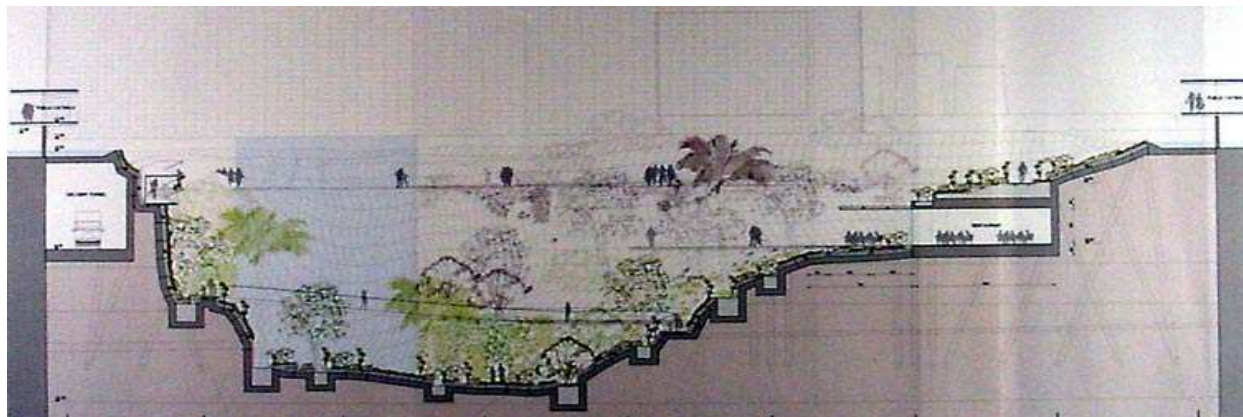


Figura 32: Mini Floresta do Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Corte Esquemático.

Em comum, os projetos de Jean Nouvel revelam a paixão do arquiteto pela luz, tratada por ele como um elemento fundamental, um material a mais na obra. No projeto do Rio, Nouvel aposta nos raios de sol, tanto para criar efeitos especiais nas salas de exposição, todas submersas, com azulejos de vidro especial que filtrarão a luz infiltrada através do mar, quanto nas calçadas de aço, que refletirão o brilho da luz quebrando nas ondas do mar.



Figura 33: Sala de Exposição do Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Projeto Arquitetônico.

²⁶⁷ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp/ec_sispr.htm>.

4.4.3.2. Cultura e identidade.

O museu Guggenheim do Rio de Janeiro, projetado para ser um ícone ou uma imagem-marco da segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) e da cidade, trabalha com a idéia de recriar uma ‘identidade na área do Porto’²⁶⁸ e consolidar-se como forma à medida que a arquitetura do museu se constituiria, além dos acervos do Guggenheim de Nova Iorque (EUA), do Hermitage de São Petesburgo (Rússia) e do Kunsthistorisches, de Viena (Áustria) e de arte brasileira, em um símbolo da globalização ou, ainda, em um objeto arquitetônico monumental a ser consumido no ‘circuito internacional de turismo’. Conforme Soares (s.d.), “nos últimos quinze a vinte anos, um número sem precedentes de museus se expandiu, construindo-se novos edifícios ou ampliando-se os antigos. Esse boom seria resultado de uma nova consciência do museu”, que segundo a autora, “de lugar de contemplação e de apreciação estética, tende a se configurar cada vez mais como um centro de atividades culturais” (BRUNO, 2001, p. 21), sobretudo, um espaço produzido para o consumo. Nas palavras de Subirats (2006),

Hollywood, Disneylândia, Guggenheim e Las Vegas constituem hoje sistemas normativos de memórias e de culturas desenhadas, produzidas e distribuídas comercial e mídiaticamente como espetáculo global. Sua função última consiste na suplantação da natureza e das memórias culturais por réplicas arquitetônicas, representações icônicas e semiologias digitalizadas, intelectualmente empobrecidas e esteticamente degradadas. E o triunfo político de um novo colonialismo do espetáculo (SUBIRATS, 2006).

Conforme Leonídio (2003), o projeto do Museu Guggenheim, apesar de adotar como partido arquitetônico a descontinuidade espacial entre interior e exterior ou entre os espaços internos do museu e o território da cidade, “o arquiteto não abriu mão de representar a cidade no interior de seu edifício por meio de uma simbolização da paisagem carioca, subsumida na construção de uma mini-floresta sub-tropical submersa”²⁶⁹. Para Nouvel, “seu projeto cria ‘uma pequena cidade dentro da cidade, um pequeno porto dentro do porto’”, à medida que o projeto

²⁶⁸ O Porto moderno do Rio de Janeiro foi construído durante a reforma de Pereira Passos (1902-1906) no lugar dos trapiches no antigo Porto, que se estendiam ao longo dos bairros compreendidos entre a Saúde e a Gamboa e que formavam o complexo das atividades portuárias em razão da imposição de uma nova ordem associada aos interesses do comércio internacional. Na década de 1970, uma nova intervenção urbana pautada na política de transportes e associada à indústria automobilística resultou na construção do Elevado da Perimetral tornando-se “uma barreira para o mar” à medida que instalou “um sistema de circulação de automóveis”, que levou a poluição da paisagem, do ar e do som, estabelecendo de forma perversa a atual depauperação do espaço da Zona Portuária, constituída por “armazéns vazios, galpões e linhas ferroviárias desativadas, ruas sem calçadas, moradias precárias, iluminação pública deficiente, enfim, uma espacialidade sombria, insalubre e destituída de vida” (EGLER, 2005).

²⁶⁹ “No novo museu do Quai Branly, dentro de um parque aos pés da Torre Eiffel, a inspiração é a África, com florestas exuberantes e materiais naturais. No Brasil, Nouvel planeja reproduzir a nossa mata atlântica num jardim secreto escondido debaixo d’água”. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59821-6014,00-DEFESA+DA+CRIA.html>>.

arquitetônico do Museu Guggenheim procura estar integrado à identidade daquela área, assumindo a identidade do Porto²⁷⁰. Entretanto, o ponto de partida, segundo o arquiteto, não foi nem barco nem submarino, mas pretendeu integrar história, relevo, vegetação e arte, afirmar que:

- Queria fazer um edifício que refletisse a arquitetura deste começo de século. Em síntese, a noção de testemunho cultural. Tento sempre me apoiar sobre uma realidade cultural, econômica e geográfica. Queria para o Rio um projeto que não fizesse sentido em nenhum outro lugar, apenas lá e naquele cais. Esse local tem uma importância histórica, está ligado à fabricação da cidade. Queria também integrar a geografia e o relevo, que são excepcionais à essa noção histórica. As promenades ao longo da água refletem a alma carioca e meu projeto tem isso. Finalmente, ele se encaixa no contexto do porto, dialoga com as ilhas, com os barcos. O que propus foi um pequeno bairro portuário, com cinco ou seis unidades arquitetônicas que se parecem (NOUVEL, s.d.)²⁷¹.

Segundo Leonídio (2003), “os elementos com os quais o arquiteto opera” constituem, “na verdade, esteriótipos que os europeus têm dos exóticos tropiques” (LEONÍDIO, 2003) e suas palavras nos fazem lembrar a concepção do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ do prefeito Cesar Maia e a pensar nos parques temáticos, disneylândias e afins. Outra questão que se coloca em relação à implantação do Museu Guggenheim, no Píer Mauá, é que o Rio de Janeiro já conta com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM-RJ, no Parque do Flamengo, próximo ao Aeroporto Santos Dumont e fruto das transformações culturais que tiveram lugar no período após a II Guerra Mundial (1939-1945) e que se traduziram no crescimento das cidades e na diversificação de seus equipamentos arquitetônicos e urbanos culturais monumentais, transformados em ícones ou imagens-marco da cidade.



Figura 34: Museu de Arte Moderna – Rio de Janeiro - MAM-RJ.

²⁷⁰ Arquitetos cariocas conhecem trabalho de Jean Nouvel. Prefeitura- 04/02/2003. Disponível em: <<http://www.rio.org.br/tvporto/noticias/nopref02200302.html>>.

²⁷¹ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59821-6014,00-DEFESA+DA+CRIA.html>>.

4.4.3.3. Plurifuncionalidade.

A partir dos anos 1990, verificam-se várias mudanças no conceito de museu em virtude dos novos programas emergentes da globalização, que além de buscarem o fortalecimento de centralidades antigas e a criação de novas centralidades, com base na produção de paisagens voltadas para o consumo, buscam, também, a integração de plurifuncionalidade de usos com equipamentos de escala metropolitana. Nesse sentido, o arquiteto Jean Nouvel projetou um equipamento plurifuncional considerado capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade através de uma paisagem encenada, divulgada e comercializada como o monumento espaço-âncora do processo de requalificação da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Conforme as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Cultura – SMC da prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto plurifuncional do Guggenheim do Rio prevê:

em sua entrada, uma extensa rampa que indicará ao visitante que ele está abaixo do nível do mar. Um jogo de sombras refletidas em vidro, metal e nos próprios visitantes reforçará esta sensação. Visitar o museu será como atravessar um labirinto: haverá salas e espaços abertos no mesmo pavilhão, galerias conectadas com salas maiores, com corredores e estúdios de produção. O museu terá, também, um restaurante ao ar livre, uma mini-floresta tropical com árvores, rampas íngremes e uma cachoeira de 35 metros. No topo do edifício funcionará, sob uma tenda branca, um restaurante de onde todo o horizonte poderá ser contemplado através de um mecanismo simples com dois espelhos, que permitirá que se vislumbre a baía. Atrás da cachoeira haverá a Galeria Temporária de Exibições, um grande espaço em forma de cilindro, composto por duas salas de exibição justapostas, que juntas atingirão a altura de 42 metros. O museu do Rio beneficiar-se-á das grandes coleções dos museus Guggenheim e de seus afiliados. Apresentará um programa impressionante de arte brasileira e latino-americana. Também abrigará programas educacionais, atividades de debate e de intercâmbio cultural, apresentações de música e de dança, cinema ao ar livre, projeção de vídeo e outras propostas (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO)

Conforme Arantes (1993), a atual animação no domínio tradicionalmente austero e introvertido dos museus “parece significar que as longas filas que se formam à entrada dessas novas ‘casas de cultura’ nem sempre se devem ao antigo amor à arte, concentrada no acervo do museu, mas às cafeterias, restaurantes, ateliês, salas de projeção ou de concertos, livrarias, etc.” e, até mesmo, a arquitetura do museu, “que está cada vez mais próxima à arquitetura de um shopping center ou de um centro comercial, seria um forte elemento de atração e que diante da mudança no perfil dos frequentadores e da própria arte, o museu teria sofrido adaptações para atender às novas demandas”. Para Bruno (2001), “os próprios museus vão ser reformulados na medida desse novo contingente de cidadãos-consumidores, tanto quanto de uma arte que se quer ela própria cada vez mais na escala das massas, na exata medida do consumo de uma sociedade afluyente” (BRUNO, 2001, p. 28 e 29).

4.4.3.4. Controle social.

O projeto do Museu Guggenheim elaborado para constituir-se em uma nova centralidade, se comparado ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM-RJ, seria implantado na região situada no entorno imediato do *core* municipal, escolhido em virtude das vantagens estruturais provenientes de investimentos urbanos acumulados ao longo do tempo'. Esse objeto arquitetônico monumental com forte simbolismo apresentou um programa sem articulação ou, ainda, sem integração com o território da cidade, visto que seus espaços não seriam de livre acesso, ou seja, não seriam, a rigor, espaços públicos (LEONÍDIO, 2003), dentro dos moldes dos processos de requalificação urbana, caracterizados pela 'mercadorização' da cidade e da cultura através da produção de espaços voltados ao consumo elitizado.

Para Leonídio (2003), o objetivo do projeto arquitetônico do Museu Guggenheim não é absolutamente estabelecer uma continuidade visual entre interior e exterior, já que “uma vez que se adentrasse o museu, raros seriam os contatos visuais mantidos com a cidade”, não sendo, de forma alguma, “uma releitura poética e, portanto, crítica da paisagem”, muito menos “de ‘fazer sentido a partir da história’, ‘melhorar a situação existente’ ou ‘desenvolver uma identidade que é a do Rio’”, “nem tampouco de promover uma ‘arqueologia’ do lugar ou uma ‘flutuação da história’”, como nas palavras de Jean Nouvel (LEONÍDIO, 2003).

O projeto arquitetônico do Museu Guggenheim caracteriza-se, assim, como um ambiente fechado, enquanto código altamente ordenado (coercitivo) (FERRARA, 1981), e buscou produzir um espaço artificial para que seus visitantes pudessem experimentar sensações também artificiais, estranhas ao lugar e a seus habitantes, ao passo que ao entrar no edifício estariam entrando em um espaço submerso, desconectado da realidade da cidade, com obras de arte internacionais, restaurantes e até uma mini-floresta, redefinido com uma lógica diferenciada da vocação originalmente atribuída a um museu.



Figura 35: Museu Guggenheim – Rio de Janeiro - Maquete.

4.4.3.5. Atração de investimentos.

A segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004), ao tentar construir o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, teve por objetivo elaborar um monumento espaço-âncora para atrair investimentos para a Zona Portuária com base em um ‘sistema de ações’ direcionado à valorização da cultura, a partir da materialização de um equipamento cultural monumental, considerado capaz de inserir a cidade do Rio de Janeiro no ‘circuito internacional de artes plásticas’, de atrair turistas, de formar de novos públicos e de valorizar os imóveis na região. Conforme Bruno (2001), “o que é central para este novo tipo de política urbana são os espaços estéticos para o consumo cultural, megastores e megaeventos museicos, festivais e espetáculos de todo tipo, todos tentando atrair novos tipos de turista” (BRUNO, 2001, p. 33 e 38)²⁷².

Para Huysen (2000), “a arquitetura sempre esteve profundamente investida na formação das identidades políticas e nacionais” e “é a permanência do monumento na tão reivindicada esfera pública, em áreas de pedestres, centros urbanos restaurados e espaços memoriais preexistentes, o que atrai o público insatisfeito com a simulação e a troca de canais”. Para esse autor, o discurso atual da cidade como imagem seria o discurso dos empreendedores e dos políticos que, através de uma nova política de imagem urbana competitiva, tentam aumentar a receita da cidade com o turismo de massa (HUYSEN, 2000, p. 77).

De acordo com o pensamento de Bruno (2001), “os grandes museus criados artificialmente por motivos econômicos, turísticos ou de prestígio político, pensados mais para impressionar o espectador do que para lhe trazer conhecimentos, não são capazes de aproveitar a capacidade de retenção, assimilação e aprendizado do visitante”, devendo-se “criar museus mais adequados para gerar trabalhos ligados à pesquisa e uma concepção ativa e científica do museu, que possua capacidade para influenciar socialmente o seu entorno”, já que na atualidade, “o público local seria a última coisa em que se pensa ao se projetar estes museus, e de uma forma compensatória é que surgiriam, então, as promessas de projetos educacionais” (BRUNO, 2001). Pode-se pensar, assim, que um objeto arquitetônico do porte e com as funções do Museu Guggenheim, no Píer Mauá, poderia trazer alterações em termos de valorização dos imóveis e das atividades presentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

²⁷² Para Leonídio (2003), “nem ‘Rio mítico’, nem ‘Rio de sonho’, o que o projeto de Nouvel espetacularmente instaura é um ‘Rio fotogênico e cinematográfico’. Um ‘Rio de clichê’. Nesse sentido, aliás, o projeto parece estar perfeitamente sintonizado com aquilo que, pela mão cada vez mais visível do Capital, está se tornando boa parte das experiências mundanas mais simples, sobretudo, aquelas açambarcadas pela chamada Indústria do Entretenimento. O concerto de música, a encenação teatral, as práticas esportivas, o jogo de futebol, mesmo as festas populares, todo tipo de atividade que, tradicionalmente, exigia uma adesão e um empenho imediato do corpo no espaço, tudo vai se transformando, cada vez mais, em experiências mediatizadas do real” (LEONÍDIO, 2003).

4.5. OBJETO 05 - O ESTÁDIO OLÍMPICO JOÃO HAVELANGE.

4.5.1. Apresentação.

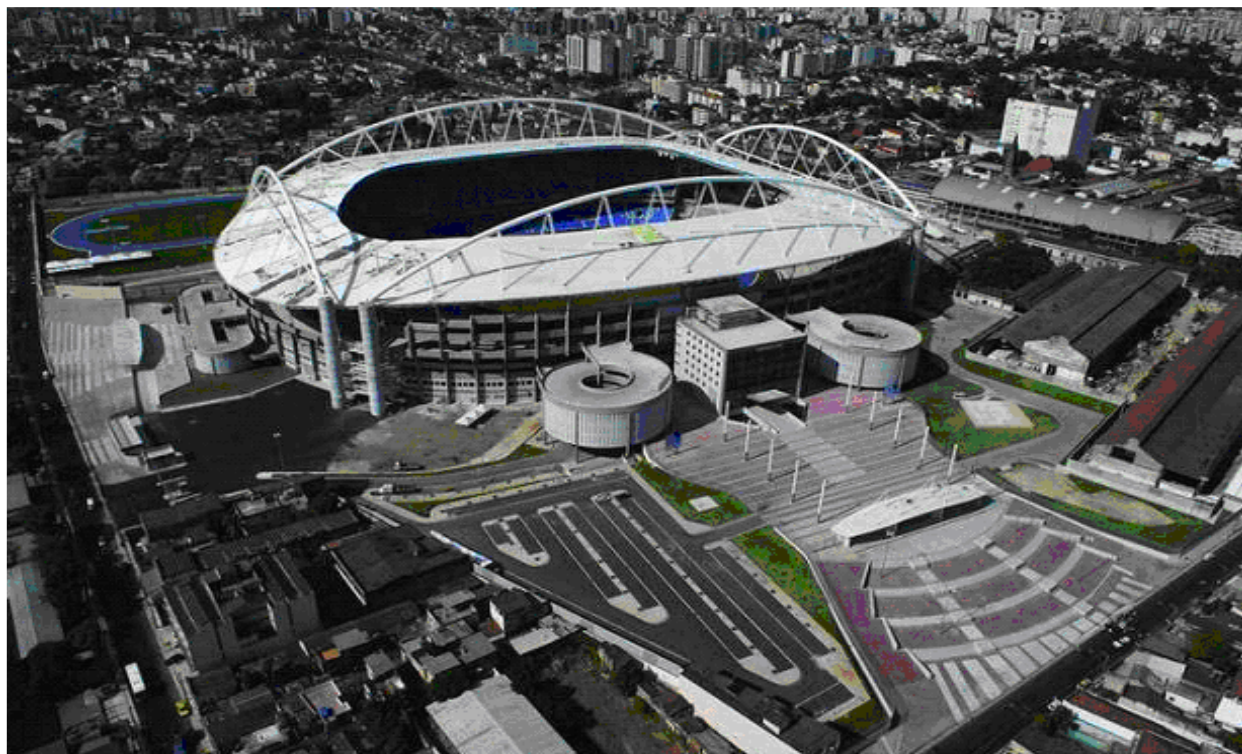


Figura 36: Estádio Olímpico João Havelange.

O Estádio Olímpico João Havelange²⁷³, também chamado popularmente de ‘Engenhão’ ou apenas Estádio Olímpico²⁷⁴, foi construído pela prefeitura do Rio de Janeiro, na Rua Arquias Cordeiro, nº 1.100, no antigo terreno da Rede Ferroviária Federal, localizado na Zona Industrial 1 – ZI1, com entorno em Zona Residencial 4 – ZR4, no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo à Estação Ferroviária do Engenho de Dentro e da Linha Amarela, que faz a ligação das vias de acesso à cidade: Linha Vermelha e Avenida Brasil. Projetado para sediar as competições de atletismo e de futebol nos Jogos Pan-americanos Rio 2007, sua capacidade é de 45.000 espectadores com possibilidade de ampliação para 60.000 espectadores e seu acesso é feito por pórticos situados nas quatro ruas adjacentes através de oito rampas e de elevadores. Possui cinco níveis principais, sendo o térreo destinado às áreas operacionais e os demais à circulação de público, aos serviços e ao acesso às arquibancadas.

²⁷³ “O homenageado, João Havelange, além de ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos, entre 1956 e 1974, e da FIFA, entidade a qual chefiou de 1974 a 1998, também é presidente de honra do Fluminense. Contudo, também possui estreitas ligações com o Botafogo, administrador do estádio. João Havelange foi atleta de pólo aquático do clube alvinegro”. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_(Rio_de_Janeiro))>.

²⁷⁴ “A diretoria do Botafogo pretende comercializar o nome do estádio, naming rights, com alguma empresa. Para tanto, passou a evitar o uso do nome popular, ‘Engenhão’, chamando-o apenas de ‘Estádio Olímpico’ nos veículos de comunicação diretamente ligados ao clube”. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_(Rio_de_Janeiro))>.

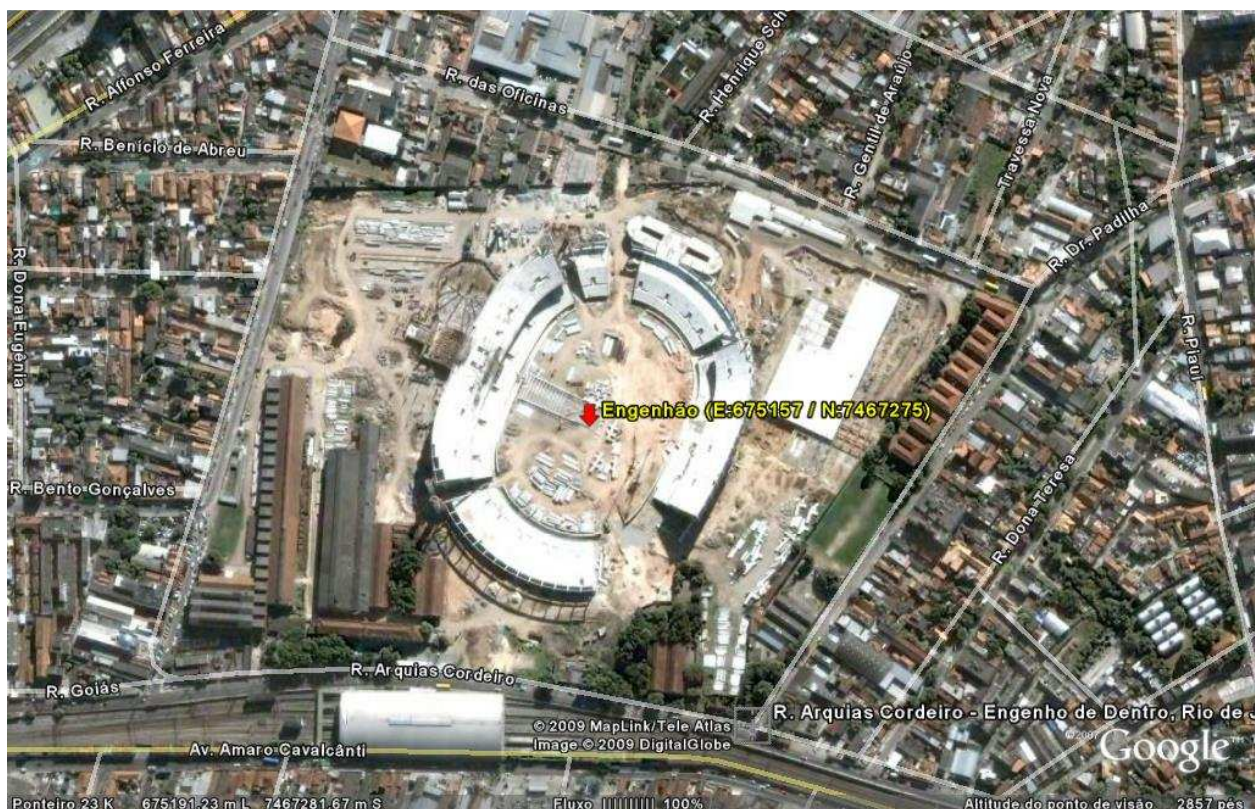


Figura 37: Estádio Olímpico João Havelange - Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth.

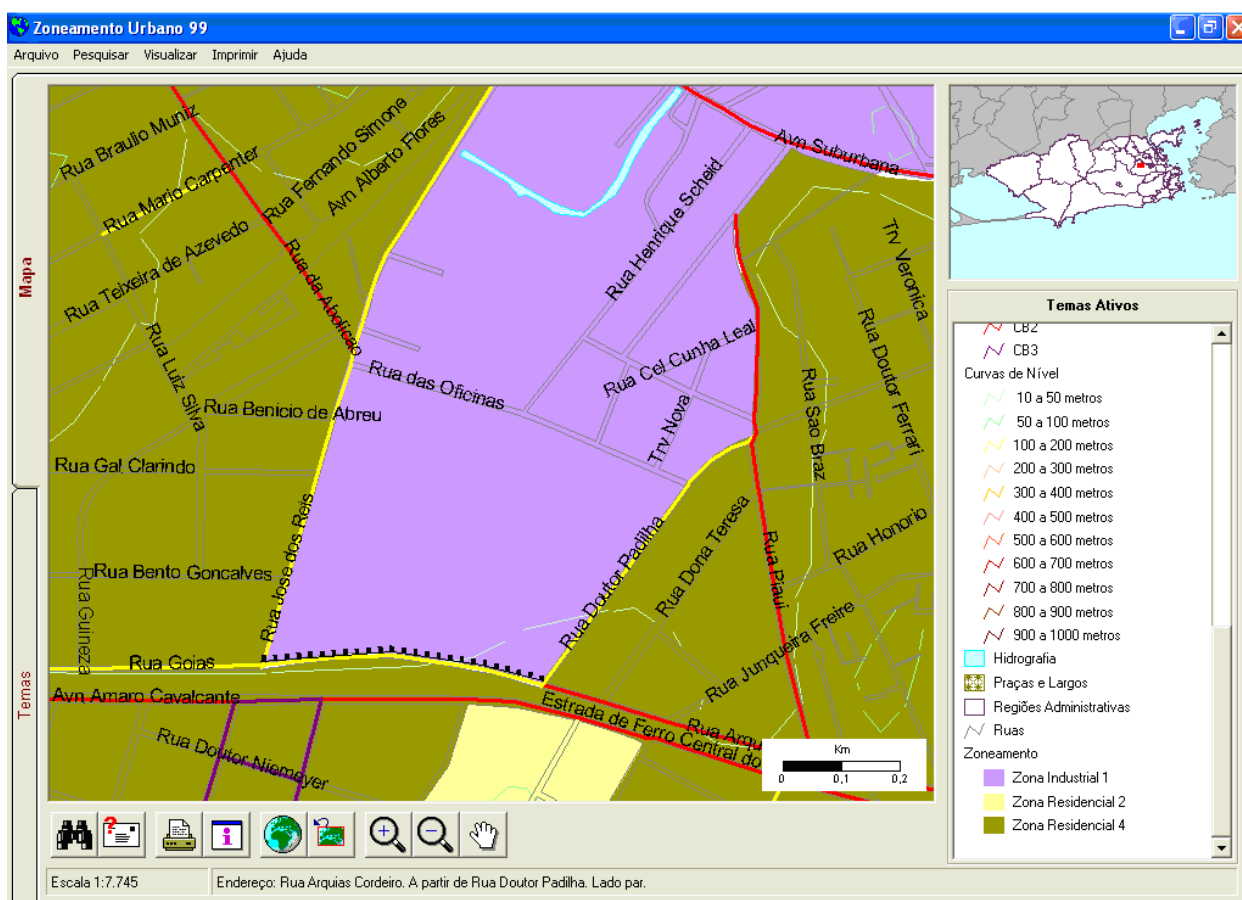


Figura 38: Estádio Olímpico João Havelange. Fonte: Zoneamento Urbano Municipal.

4.5.2. Análise na escala macro.

4.5.2.1. Competitividade urbana.

Os Jogos Pan-americanos Rio 2007 constituíram um evento inserido na concepção do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ e podem ser considerados como um marco no processo de fortalecimento das vantagens comparativas da cidade, no que se refere ao aumento da sua competitividade urbana. Para a realização do evento, além da construção do Estádio Olímpico João Havelange, quarto objeto arquitetônico analisado, foi necessária a construção de outros equipamentos esportivos, entre eles: o Parque Aquático Maria Lenk (natação, nado sincronizado e salto ornamental), o Velódromo (ciclismo e patinação de velocidade) e a Arena Multiuso (ginástica artística e basquete). Foram realizadas, ainda, as reformas do Maracanã, do Maracanãzinho e do Estádio de Remo da Lagoa, com vistas a inserir a cidade no ‘circuito de cidades capacitadas para a realização de eventos esportivos mundiais’²⁷⁵.

Para o prefeito Cesar Maia (s.d.), ao contrário de San Antonio, nos EUA, cidade praticamente pronta para o Pan de 2007, que disputou com o Rio de Janeiro o local dos jogos e que enfocou sua campanha na capacidade americana de sediar eventos dessa natureza, o Rio de Janeiro levou vantagem por apresentar um projeto voltado ao desenvolvimento urbano direcionado à inclusão social e para o impacto que a competição teria sobre a visibilidade internacional da cidade, que no seu pensamento, seria beneficiada como um todo e, não apenas, em um ou outro bairro, recebendo investimentos que seriam destinados ao meio ambiente, ao transporte público, à reestruturação urbana, à educação, aos esportes e à tecnologia, tornando a cidade mais competitiva para concorrer aos Jogos Olímpicos de 2012 (CESAR MAIA, s.d.).

Seguindo um planejamento desenvolvido em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB, desde 2004, o Rio de Janeiro vem buscando sediar grandes eventos esportivos com o objetivo de demonstrar a capacidade que a cidade tem de organizá-los, obedecendo a um elevado padrão de qualidade. Para o prefeito Cesar Maia (s.d.), a conquista dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 significou muito mais do que a possibilidade de realizar um mega evento esportivo com mobilização de pessoas por 15 ou 30 dias. Foi uma oportunidade única para fazer do Rio de Janeiro a ‘Capital Esportiva da América do Sul’, além de gerar investimentos diretos e indiretos e atrair investidores e cidadãos-consumidores para numerosos empreendimentos ligados ao esporte, elevando ainda mais o Rio de Janeiro em sua posição de porta de entrada do turismo no Brasil (CESAR MAIA, s.d.).

²⁷⁵ Disponível em: <<http://riodejaneiro.spaceblog.com.br/154020/CIDADE-DO-RIO-DE-JANEIRO-AUMENTA-SUA-COMPETITIVIDADE/>>.

4.5.2.2. Integração.

A história do ‘Engenhão’ nos remete a fins de 2002, quando a cidade do Rio de Janeiro já havia sido escolhida como sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, momento em que o prefeito Cesar Maia solicitou aos arquitetos Carlos Porto, Gilson Santos, Geraldo Lopes e José R. Ferreira Gomes, o primeiro, ex-diretor de projetos da Empresa de Urbanização do Rio de Janeiro - RIOURBE, a elaboração do projeto arquitetônico do Estádio Olímpico João Havelange, aproveitando o que havia sido feito em 1996, época em que a cidade se candidatou para sediar as Olimpíadas de 2004 (CAIADO, 2007), já que desde 1995, a equipe vinha estudando projetos de estádios no mundo todo para construir um estádio moderno no Rio de Janeiro.

O projeto do Estádio Olímpico João Havelange foi elaborado em razão dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, que ocasionaram a necessidade de uma arena esportiva para abrigar as provas de atletismo, segundo as recomendações do Comitê Olímpico Internacional - COI, muito embora o evento tenha sido realizado pelo Comitê Olímpico Americano ou das Américas - COA. Assim, criou-se a necessidade de gerar uma nova centralidade a partir da construção desse equipamento arquitetônico monumental, apesar da existência do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. Conforme Santos (2007), um dos arquitetos responsáveis pela elaboração do projeto,

os cuidados tomados na elaboração dos projetos técnicos e na construção do Estádio Olímpico João Havelange refletem a convicção de que os estádios esportivos não são só imensos teatros para a apresentação de feitos heróicos. São, também, algumas das obras mais antigas e permanentes da arquitetura, desde o Coliseu de Roma até o atual Parque Olímpico de Pequim, 20 séculos mais tarde. As obras estão cada vez mais significativas desde que a grande demanda por eventos de massa para o público das grandes cidades ocorreu na segunda metade do século XIX (SANTOS, 2007).

Com tal movimento, a construção do Estádio Olímpico João Havelange, no bairro do Engenho de Dentro, pretendeu neutralizar uma tendência de degradação físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico, que ameaça esse bairro e os bairros vizinhos, em decorrência do crescimento de favelas e do aumento da violência. Para tanto, decidido o local apropriado para a construção do estádio, a legislação e o zoneamento urbano da área tiveram de ser analisados e revistos, já que o terreno escolhido para a implantação desse equipamento esportivo monumental estava localizado em uma antiga região industrial, estagnada com diversos galpões abandonados. Dessa forma, foi “criada a Lei N^o 4.125, aprovada em junho de 2005, que previa brechas para equilibrar a convivência residencial com o estádio”²⁷⁶.

²⁷⁶ Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17101>;

4.5.2.3. Marketing urbano.

A construção do ‘Engenhão’, promovido pelo *marketing* urbano como: ‘O estádio mais moderno da América Latina e marco para o esporte nacional!’, foi uma tentativa da prefeitura do Rio de Janeiro de criar uma ‘identidade esportiva’ espetacularizada com objetivos turísticos. Para Cesar Maia (s.d.), depois de tantos esforços para capacitar o Rio de Janeiro na realização de eventos esportivos internacionais, a construção de toda a infra-estrutura dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 torna a cidade mais competitiva, podendo constituir-se na ‘Segunda Potência Esportiva das Américas’ e na ‘Capital Esportiva da América do Sul’, conquistando uma posição no ‘roteiro dos eventos esportivos mundiais’, além de gerar investimentos diretos e indiretos, capazes de atrair investidores e cidadãos-consumidores para numerosos empreendimentos ligados ao esporte e à cultura, que trazem visibilidade internacional, fortalecem o turismo e geram um grande legado de obras e empregos (MAIA, s.d.).

4.5.2.4. Parcerias público-privadas.

O projeto arquitetônico e a construção do Estádio Olímpico João Havelange não foram realizados através de uma parceria público-privada e, sim, com recursos da prefeitura do Rio de Janeiro, sendo a gestão desse equipamento esportivo monumental concedida ao Botafogo de Futebol e Regatas somente no dia 3 de agosto de 2007, quando o clube foi declarado o gestor oficial do estádio até 2027, com possibilidade de renovação por mais 20 anos, conforme o edital de licitação, em troca de um pagamento de R\$ 36 mil mensais. Dentre os acordos pré-definidos, o alvinegro deve ceder o estádio para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, caso o Brasil venha a sediar esse último evento.

A princípio orçado em R\$ 60 milhões, o Estádio Olímpico João Havelange teve um custo final mais de seis vezes do esperado, totalizando R\$ 380 milhões em investimentos municipais distribuídos em projetos, obras e equipamentos esportivos de primeira linha para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, fato que não acontecia desde a construção do Maracanã, nos anos 1950. Para executar o projeto arquitetônico vieram se juntar ao corpo técnico da prefeitura do Rio de Janeiro²⁷⁷, grandes projetistas nacionais, que tiveram o desafio de realizar as obras com prazos apertados. A construção envolveu, também, consultorias internacionais especializadas em projetos, construção e montagem de equipamentos esportivos de grande porte.

²⁷⁷ “Uma equipe de 50 engenheiros, arquitetos e técnicos especializados e cerca de 5 mil operários trabalharam na execução desta grandiosa obra” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

4.5.2.5. Novas tipologias arquitetônicas e urbanas.

O Estádio Olímpico João Havelange construído para os Jogos Pan-americanos Rio 2007 é o resultado de três projetos diferenciados que se sucederam, guardando uma característica inconfundível e comum a todos: a sustentação de uma ampla cobertura com quatro arcos metálicos apoiados em pilares externos ao seu contorno. Esse objeto arquitetônico monumental começou a ser elaborado no final do ano de 1995, por arquitetos e engenheiros da Diretoria de Planejamento – DPL da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, que aceitaram com entusiasmo o desafio de apresentar um estádio de futebol moderno e eficiente para 50 mil espectadores.

Entretanto, o projeto arquitetônico moderno e arrojado²⁷⁸ do Estádio Olímpico João Havelange foi motivo de polêmica recente na imprensa inglesa, já que o novo Estádio da Luz, em Lisboa, também conhecido como: ‘A Catedral’, que pertence ao *Sport* Lisboa e Benfica, tem os arcos semelhantes ao do ‘Engenhão’. Conforme Carlos Porto, o desenho do estádio brasileiro foi feito em 1995, inspirado no desenho de um estádio do grande gênio da arquitetura brasileira, Oscar Niemeyer (AYRES, 2007), enquanto que o projeto do Estádio da Luz só foi apresentado alguns anos depois, apesar de ter sido inaugurado no dia 25 de outubro de 2003.



Figura 39: Estádio Olímpico João Havelange.

²⁷⁸ “Sobre a forma arrojada concebida para o Estádio João Havelange, Gilson Santos explica que o momento atual possibilita a associação das mais sofisticadas inovações tecnológicas disponíveis, com uma multiplicidade quase ilimitada de possibilidades criativas oferecidas pelos novos materiais e pelas técnicas construtivas mais avançadas”. Estádio Olímpico Municipal João Havelange. In: Engenharia & Construção, v.10, n.125, fev./ 2007.

No âmbito da realização do Euro 2004 foi demolido o antigo Estádio da Luz e construído o novo estádio em local adjacente, com projeto arquitetônico de autoria da empresa australiana HOK S+V+E, a mesma que projetou o Estádio Olímpico de Sydney, na Austrália, e o novo Estádio do Algarve, em Portugal.



Figuras 40 e 41: Estádio do Sport Lisboa e Benfica - Lisboa.

O novo Estádio Wembley também tem arco semelhante ao projeto de Oscar Niemeyer. O estádio antigo, inaugurado a 28 de abril de 1923, era bastante conhecido pelos grandes concertos de bandas de *rock* como o *Queen* e grandes clássicos do futebol. O novo estádio foi a construção mais cara da história (cerca de 757 milhões de libras esterlinas (1097 milhões de euros)) e conta com 90 000 lugares, sendo o segundo estádio europeu em capacidade, apenas ultrapassado pelo Nou Camp, em Barcelona, tendo sido inaugurado em 2007, após quatro anos de obras. As imagens abaixo são do Estádio Wembley, o estádio nacional inglês, situado ao norte de Londres e que foi recentemente reconstruído.



Figuras 42 e 43: Estádio de Wembley - Londres.

Apesar da polêmica sobre a originalidade do projeto arquitetônico, o ‘Engenhão’ pode ser considerado uma nova tipologia arquitetônica e urbana, à medida que esse objeto arquitetônico monumental vem contribuindo com um dos elementos do modelo de planejamento estratégico de cidades para alterar a configuração espacial do bairro do Engenho de Dentro e dos bairros do entorno.

4.5.3. Análise na escala micro.

4.5.3.1. Projeto arquitetônico.

Projetado pelos arquitetos Carlos Porto, Geraldo Lopes, Gilson Santos e José R. Ferreira Gomes, o Estádio Olímpico João Havelange, que tem a plasticidade como seu ponto alto nos quatro arcos que sustentam a cobertura das arquibancadas, realçados pelo *show* da iluminação, tem como parâmetros principais a valorização do conforto e da segurança do público, dos atletas e dos profissionais em serviço. Nesse equipamento esportivo monumental encontram-se: um campo de futebol com grama natural de tamanho 105 m x 68 m; uma pista de atletismo com nove raias no padrão *standard* da Associação Internacional das Federações de Atletismo – IAAF e; dois setores para salto triplo e em distância, um para salto com vara, outro para salto em altura e uma pista de dardo. Toda esta estrutura repete-se no campo anexo ao estádio, utilizado para alguns treinamentos. A capacidade do ‘Engenhão’ é de 46.931 espectadores, havendo 23.668 lugares no anel inferior, 21.549 no superior, 250 destinados a cadeirantes, 125 na tribuna de honra e mais 78 camarotes com capacidade para 1.239 convidados, podendo ser ampliado futuramente para 60.000 pessoas²⁷⁹, para o caso de sediar outros eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

No que diz respeito à forma e à função, a construção tem um desenho ovalado, com eixos de 284 m e 232 m, com cobertura metálica em uma área de 35.000 m², que recobre todos os assentos, suspensa e atirantada em um conjunto de quatro grandes arcos tubulares de aço com dois metros de diâmetro, cobrindo a totalidade da platéia e constituindo-se em um empreendimento do tipo plurifuncional, com cinco níveis principais, sendo o térreo destinado às áreas operacionais e os demais à circulação de público, serviços e acesso às arquibancadas. Conta, ainda, com: quatro acessos com duas rampas cada; separação das torcidas; circulação dimensionada para evacuação do estádio em 11 minutos; 396 projetores no campo e na pista; 16 cabines de rádio e quatro de TV; 2 placares eletrônicos; 2 telões de projeção; 60 sanitários; 22 bares; circuito interno de TV com 86 câmeras; 6 mil metros quadrados de lazer com lojas e restaurantes; estacionamento com 1660 vagas cobertas; 220 vagas para autoridades e convidados; 10 vagas para ônibus; área de acesso de caminhões para carga e descarga e; um edifício anexo, localizado à ala Oeste do estádio, destinado às atividades administrativas.

²⁷⁹ “Além de poder abrigar uma maior quantidade de torcedores para as partidas do Botafogo, esta seria uma exigência do Comitê Olímpico Internacional para a realização das Olimpíadas, pois os locais destinados às provas de atletismo devem apresentar o mínimo de 60 mil lugares. Seriam construídas arquibancadas superiores nas alas Norte e Sul, fechando o anel superior do ‘Engenhão’. Atualmente, o estádio é a base principal da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016”. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_\(Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A1dio_Ol%C3%ADmpico_Jo%C3%A3o_Havelange_(Rio_de_Janeiro))>.

Para realizar o desenho com traços marcantes que originou o Estádio Olímpico João Havelange, o arquiteto responsável pela obra, Carlos Porto, foi buscar inspiração em um desenho de Oscar Niemeyer, de 1941, feito para o concurso do Estádio Nacional, que viria a se chamar Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, o maior estádio do mundo, construído especialmente para o Mundial de 1950 (ARYRES, 2007). Conforme Nunes (2007),

um dos nomes mais influentes da arquitetura moderna mundial, Oscar Niemeyer, disse em entrevista ao *Fantástico*, que gostaria de projetar um estádio de futebol para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, mais vertical, bonito e confortável, com a tarefa de ‘criar a emoção e a surpresa que uma obra de arte exige’, e que caso fosse convocado para o projeto, repetiria uma experiência vivida há quase 60 anos, quando participou de um concurso para assinar a criação do estádio do Maracanã, no Rio, que, na época, não foi escolhido (NUNES, 2007).

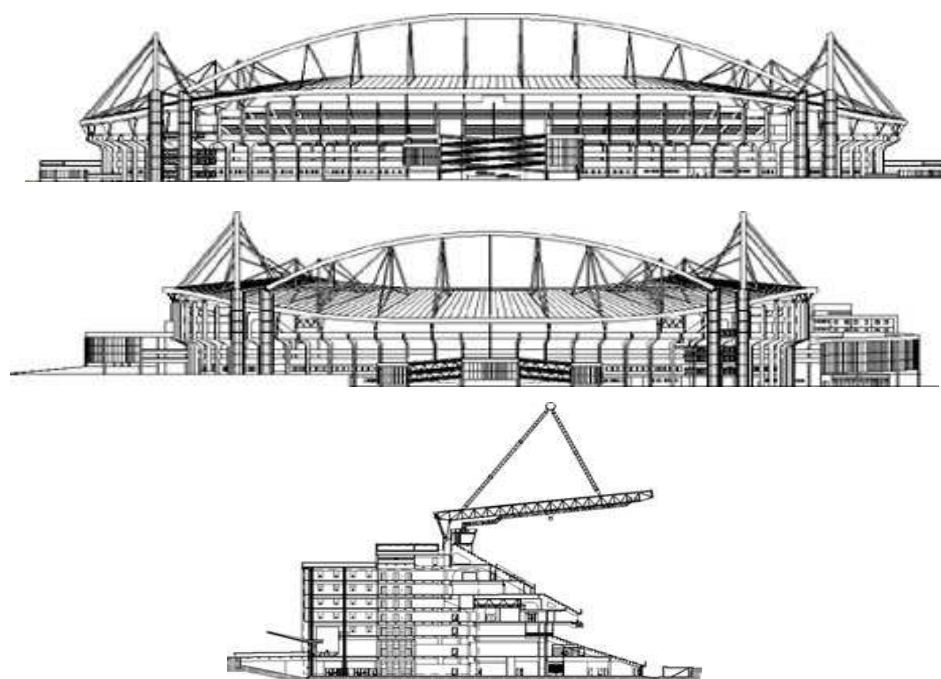


Figura 44: Estádio Olímpico João Havelange - Projeto Arquitetônico.

Segundo a Secretaria Municipal de Obras – SMO da prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto de segurança segue todas as normas e os dimensionamentos estão de acordo com as recomendações da Associação Internacional das Federações de Atletismo - IAAF, da Federação Internacional de Futebol e Associados - FIFA, do Comitê Olímpico Internacional - COI e do Comitê Olímpico Brasileiro - COB:

- 1) o Estádio foi projetado para 45.000 espectadores, com possibilidade de ampliação para até 60.000, devendo atender eventos esportivos e espetáculos diversos. Possui quatro entradas principais com duas rampas cada, possibilitando a separação das torcidas até a área externa do Estádio;
- 2) os espectadores terão acesso aos quatro setores de localidades (Norte, Sul, Leste e Oeste) e aos seus diferentes níveis (arquibancadas inferiores, superiores

e camarotes) através das rampas em cada setor e suas circulações horizontais (*concourses*); além dos elevadores para as autoridades, imprensa, convidados e pessoas com dificuldades de locomoção;

3) o acesso às arquibancadas será através dos corredores de entrada ou diretamente dos '*concourses*' (circulações). Essas entradas e circulações foram dimensionadas de maneira a possibilitar a evacuação do total de espectadores da área mais interna do estádio até a área externa em, no máximo, 11 minutos;

4) os corredores de entrada terão acessos laterais, paralelos ao campo e radiais, através de escadas. O conjunto das rampas de acesso do público ao Estádio tem inclinação máxima de 10% e permite o acesso de veículos nas circulações superiores para o atendimento de emergência ou o abastecimento e limpeza, fora do horário dos eventos;

5) o Estádio Olímpico possui dois centros de controle operacional: o primeiro centro, localizado no nível térreo, comanda os seguintes sistemas: Sistema Circuito Interno de TV com 86 câmeras, sendo 4 externas, uma em cada acesso, 2 internas panorâmicas com zoom de 24 X e o restante distribuído pelos pavimentos; Sistema de Som; Sistema de Detecção e Alarme; Sistema de Telefone Interno; Sistema de Lógica; Sistema de Automação Predial; Sistema de Iluminação do Campo; Sistema de Iluminação Geral; Sistema de Iluminação de Emergência; Sistema de Operação dos Dois Telões; Sistema de Operação dos Dois Placares; Sistema Antena de Televisão; Sistema Controle e Combate a Incêndio, que conta com sistema de *sprinklers*, hidrantes, Brigada Contra Incêndio e conexão com Corpo de Bombeiros; Sistema de Controle Policial que conta com Delegacia Interna e salas para policiais; Sistema de Bilhetagem; o segundo Centro, localizado no último nível das arquibancadas, com visão direta das arquibancadas e remota das dependências do Estádio, pode operar os Sistemas de Segurança em paralelo com o primeiro Centro;

6) para controle do público foi estabelecido um poço entre as arquibancadas e o campo de jogo. Para o acesso direto entre o nível de serviços e o campo foram projetadas rampas com 10% de inclinação. O acesso dos atletas e juizes ao campo, nos jogos de futebol, será feito pelas duas escadas centrais, uma de cada lado do campo (Leste/Oeste);

7) em cada um dos níveis de uso do público estão localizados 2 Postos de Atendimento Médico de Urgência, totalizando 8 postos. No andar destinado às autoridades existe mais um posto de atendimento e;

8) o Estádio possui um heliponto para eventual transporte de emergência, além de 2 ambulâncias estacionadas no pátio de serviço, junto ao Departamento Médico situado no nível inferior (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

As obras da primeira construção destinada aos Jogos Pan-americanos Rio 2007 tiveram início em setembro de 2003 e término em junho de 2007, há pouco menos de um mês para o início do grande evento esportivo, e foram administradas pelo Consórcio ODEBRECHT e OAS, sob a fiscalização da Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE e da Secretaria Municipal de Obras - SMO da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O Estádio Olímpico João Havelange possui uma área construída de 182.370 m² e está implantado em um terreno de 200.000 m², podendo ser considerado um novo ícone ou uma nova imagem-marco da cidade do Rio de Janeiro, que se sobressai na paisagem do Subúrbio carioca.

4.5.3.2. Cultura e identidade.

No Brasil, o poder público começa, a partir da decretação do Estado Novo (1937), a construir grandes estádios de futebol, uma vez que este esporte é elevado à condição de símbolo da brasilidade e da integração nacional, assim como o samba. Ao conquistar o direito de sediar a Copa do Mundo de 1950, logo após a segunda guerra mundial, o Brasil trouxe como proposta construir a maior arena futebolística do mundo. Esta idéia trazia duas frentes principais: a divulgação do futebol como um grande evento esportivo (já que, por conta da guerra mundial, a Copa do Mundo de Futebol não acontecia há 12 anos) e; a implantação de uma política de desenvolvimento do governo federal com o apoio dos governos locais. Uma outra frente, embora de menor significância, era inserir o Brasil no cenário esportivo mundial amparado em um projeto de um grande complexo esportivo, com um ginásio poliesportivo, um parque aquático e uma arena de atletismo, o Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã.²⁸⁰

Em 2002, a cidade do Rio de Janeiro ao conquistar o direito de sediar os Jogos Pan-americanos Rio 2007, inicia o desenvolvimento do projeto arquitetônico do Estádio Olímpico João Havelange, elaborado para ser um novo símbolo na paisagem do Rio de Janeiro e tentar consolidar-se como uma nova centralidade esportiva, no Engenho de Dentro, em relação ao Maracanã, no bairro de mesmo nome, mais especificamente, como uma arena esportiva distribuída em espaços modernizados e direcionados ao turismo por meio da produção de imagens atraentes ao consumo, consideradas capazes de transformar o Rio de Janeiro na ‘Segunda Potência Esportiva das Américas’ e na ‘Capital Esportiva da América do Sul’.

No entanto, a construção do Estádio Olímpico João Havelange gerou impactos negativos ao Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, já que alguns eventos que antes eram realizados nesse espaço, passaram a ser realizados no ‘Engenhão’ e em concorrentes de peso, tais como: a Arena Olímpica do Rio, inaugurada em 7 de julho de 2007, em Jacarepaguá, e Parque Aquático Maria Lenke, inaugurado em 8 de julho de 2007, na Barra da Tijuca. Neste sentido, o ‘Engenhão’ reforça a relação de identidade do carioca com o futebol enquanto símbolo de ‘paixão’ por este esporte e do jogo entre seus clubes como uma ‘festa’ da cidade.

²⁸⁰ A construção do complexo esportivo do Maracanã oficialmente iniciou-se no dia 2 de agosto de 1948, o estádio foi inaugurado em 16 de Junho de 1950, mas as obras só foram concluídas no ano de 1965. Assim, o Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, e apelidado como ‘O Maior do Mundo’, ‘Templo do Futebol’ e ‘Maraca’, administrado pela Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro - SUDERJ, foi inaugurado em 1950 para os jogos da Copa do Mundo de Futebol. Desde então, o Estádio do Maracanã foi palco de grandes momentos do futebol brasileiro e mundial, como o milésimo gol de Pelé, finais do Campeonato Brasileiro e Carioca de Futebol, competições internacionais e partidas da Seleção Brasileira.

4.5.3.3. Plurifuncionalidade.

Para atender às novas necessidades impostas pela Indústria Esportiva com vistas à inserção do Rio de Janeiro no ‘mercado mundial’, a municipalidade buscou produzir espaços esportivos esteticamente atraentes ao turismo em consonância com a tendência mundial, que aponta, ainda, para a necessidade da construção de espaços plurifuncionais (arenas poliesportivas), que possam ser utilizados para fins diferentes dos grandes clássicos de futebol e que sejam capazes de gerar receitas para sua manutenção, com shopping centers, museus (para vender artigos esportivos e perpetuar as histórias dos clubes), praças de alimentação, cinemas, teatros e estrutura para sediar com segurança festivais e espetáculos diversos.

Nas palavras de Mascarenhas (2006), “após uma trajetória de constante expansão, em número e porte físico, os estádios em escala mundial vêm apresentando significativa redução de sua capacidade” com “a introdução de grandes patrocinadores e o advento da receita proveniente das transmissões dos jogos (outrora gratuitas)”, o que “modificou radicalmente a economia do futebol”, à medida que “os ingressos nos estádios deixaram de ser a principal fonte de rendimentos dos clubes e federações”. O autor destaca, ainda, que, “estádios lotados tornaram-se, portanto, muito menos necessários, não apenas pelo advento das novas fontes de receita, mas, sobretudo, por colocar em risco a própria qualidade do produto que se quer vender”, tais como: “os conflitos entre torcedores e a ameaça que estes podem representar à própria integridade física dos jogadores, tornados valiosos astros milionários na nova economia do futebol” (MASCARENHAS, 2006).

Entretanto, o ‘Engenhão’ não cumpre com este elemento da concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades (a plurifuncionalidade), constituindo-se somente em um complexo esportivo: 1) não tem e nem foi concebido em seu programa uma estrutura com capacidade para sediar eventos culturais ou gerar receitas para a sua manutenção, além daquelas provenientes dos eventos esportivos, o que pode tornar esse equipamento esportivo monumental inviável economicamente e; 2) o projeto arquitetônico buscou criar condições favoráveis em termos de segurança para a organização de grandes eventos relacionados ao futebol, de modo que esse espaço possa sediar grandes jogos em conjunto com o Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, que apresenta melhor acesso e encontra-se em local amplo e aberto, o que facilita a organização da entrada e da saída das torcidas e reduz a possibilidade de confrontos. Cabe ressaltar, ainda, que o Maracanã, equipamento arquitetônico monumental do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vem, ao longo do tempo, assumindo um caráter de espaço plurifuncional ao realizar, entre outros, eventos musicais e religiosos para gerar receitas para a sua manutenção.

4.5.3.4. Controle social.

O Estádio Olímpico João Havelange é um espaço da esfera pública, onde se procura controlar a atual onda de violência nos jogos de futebol pelo projeto arquitetônico. O ‘Engenhão’ tem como parâmetros principais a valorização do conforto e da segurança do público, dos atletas e dos profissionais em serviço, sendo possível esvaziar o Estádio em 11 minutos em virtude das várias saídas existentes. Para maior segurança, foram previstos no projeto acessos independentes para oito setores, que podem ser isolados em caso de necessidade (em cada anel: dois atrás dos gols e dois na linha do meio do campo).

O ‘Engenhão’ conta, ainda, com uma ampla área de lazer com 6 mil m² e com previsão de instalação de lojas, bares e restaurantes para que os investidores e os cidadãos-consumidores possam desfrutar da segurança que uma sociabilidade vigiada pode proporcionar. Assim como outros modernos estádios pelo mundo, possui circuito interno de TV, possibilitando que o espectador possa continuar a acompanhar o espetáculo, caso decida ir a um bar, a um restaurante ou a uma loja, sendo que de todos os lugares é possível ter uma visão total do campo e da pista de atletismo, além da cobertura completa de todos os assentos.

Apesar disso, a solução arquitetônica do programa do edifício esportivo, por melhor que seja não é suficiente para garantir seu perfeito desempenho, sendo que “todas as melhorias introduzidas têm de ser necessariamente acompanhadas daquilo que é o item mais importante para assegurar o funcionamento integral de todas as suas partes componentes: a gestão segura e eficiente dos espetáculos que irão se realizar no estádio”, questão imprescindível, já que “uma falha nessa seqüência, por menor que seja, pode ocasionar o mal funcionamento de todo o sistema de planejamento previsto”, o que significa, em resumo, que ao transpor os portões de acesso ao estádio “o espectador deverá ter assegurado, de parte dos seus administradores e dos organizadores do espetáculo, o seu conforto, a sua segurança e a integridade dos seus direitos como um consumidor privilegiado do espetáculo do qual adquiriu ingresso”²⁸¹.

²⁸¹ Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst170/inst170.asp>>.

4.5.3.5. Atração de investimentos.

O Estádio Olímpico João Havelange inicialmente seria implantado na Barra da Tijuca, mas por decisão do prefeito Cesar Maia, o ‘Engenhão’ acabou sendo construído no bairro do Engenho de Dentro, considerado estagnado e carente de uma requalificação urbana, que alcançasse o seu entorno. Dessa forma, por conta da implantação desse equipamento esportivo monumental em uma antiga região industrial com uso residencial unifamiliar limitado a até duas edificações, a Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU da prefeitura do Rio de Janeiro empreendeu uma revisão na legislação e no zoneamento urbano, o que levou à criação da Lei N° 4.125, aprovada em junho de 2005, que passou a caracterizar a referida área como uma Zona de Uso Misto²⁸².

Cabe ressaltar, nesse processo de flexibilização na legislação e no zoneamento municipal e de construção de equipamentos esportivos monumentais capazes de se transformarem em pólos aglutinadores de grandes platéias e de fluxos econômicos, a prefeitura abre um leque de oportunidades e incentiva o empreendedorismo por parte da iniciativa privada, à medida que o dinheiro público utilizado na construção desse objeto arquitetônico para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, possibilitou a alavancagem de negócios privados, transferindo renda e valorização imobiliária para investidores que foram atraídos pelo empreendimento.

Conforme Gonçalves (s.d.), “os planos de modernização no entorno do ‘Engenhão’, atraíram grandes construtoras para o Engenho de Dentro, o Méier, o Engenho Novo e arredores”²⁸³ (GONÇALVES, s.d.), a exemplo da construtora Klabin Segall, que segundo Marqueiro (s.d.), já submeteu à análise da prefeitura do Rio de Janeiro o projeto de um mega condomínio nas imediações do Estádio Olímpico João Havelange, após o sucesso de vendas²⁸⁴ dos apartamentos do condomínio Cores da Lapa, lançado pela empresa em novembro de 2007 na Rua do Riachuelo, e que levou para o Centro o conceito de grandes condomínios da Barra, oferecendo *playground*, cinema, *cyber café*, piscina, ateliê de pintura e boliche, entre outras opções de lazer (MARQUEIRO, 2008).

²⁸² Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17102>.

²⁸³ Segundo Gonçalves (s.d.), “desde 2005, foram lançados cinco grandes condomínios no entorno do ‘Engenhão’ e em São Cristóvão, com um total de 328 novos apartamentos. O número é expressivo, principalmente se comparado à Barra da Tijuca, campeã de investimentos imobiliários, que teve 14 novos condomínios no período. Além dos empreendimentos lançados e do licenciamento em andamento, outra grande construtora, a RJZ, está interessada na região” (GONÇALVES, s.d.). Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17101>.

²⁸⁴ “Todos os 688 apartamentos de um a três quartos, na faixa de R\$ 85 mil a R\$ 147 mil, foram vendidos em menos de duas horas” (MARQUEIRO, s.d.).

A construção do Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, contribuiu para a atração de investimentos para a região dos subúrbios onde se insere, quando tomado como mais um elemento entre os demais, que vêm mudando a realidade do seu entorno, entre eles: a Linha Amarela e a relativa proximidade com o metrô, a ferrovia, a Avenida Suburbana, o Norte Shopping, o Shopping Nova América e o complexo comercial formado pelo Wall-Mart, Leroy Melin e Sam's Club, que juntos vêm fomentando as atividades imobiliárias nessa parte da cidade do Rio de Janeiro, com base em uma onda de novos investimentos no comércio e em lançamentos na construção civil, tais como: condomínios residenciais, lojas, restaurantes, lanchonetes e, conseqüentemente, a renovação das edificações antigas.

No entanto, apesar de seu aspecto moderno, o 'Engenhão' vem apresentando problemas, que foram apontados desde o seu projeto inicial, tanto em termos de localização e acesso, quanto à área para o estacionamento e para a praça de alimentação, avaliados como inadequados à demanda dos cidadãos-consumidores no caso da realização de grandes eventos esportivos. Sua construção, apesar de ter sido considerada necessária para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, apresentou um outro problema eminente ao período pós-jogos, a subutilização, caracterizada pelos raros eventos esportivos, os quais se resumem em algumas partidas de futebol e pouquíssimas provas de atletismo. Os altos custos de manutenção e a pequena receita gerada por esse objeto arquitetônico monumental, transformaram o 'Engenhão' em um equipamento esportivo economicamente inviável, levando a terceira administração do prefeito Cesar Maia (2005-2008) a arrendar o estádio para o Botafogo de Futebol e Regatas por 20 anos.

Quanto à antiga centralidade representada pelo Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, no bairro de mesmo nome, e a nova centralidade gerada pelo Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, pode-se ressaltar que o número de eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro não atende às necessidades econômicas de dois estádios monumentais, trazendo um novo problema para a administração pública: criar um 'sistema de ações' pautado em novas estratégias, que integram plurifuncionalidade dos usos com esses equipamentos de escala metropolitana, de modo que esses objetos consigam angariar receitas, seguindo a tendência mundial.

CAPÍTULO 05. PROBLEMAS À MANEIRA DE CONCLUSÃO.

Nas últimas décadas, os governos locais em quase todo o mundo têm assumido novos papéis e desempenhado novas atividades para enfrentar de forma competitiva os desafios da globalização relativos à falta de infra-estrutura e de prestação de serviços adequados, o que exige uma renovada visão do espaço local com vistas à competitividade entre as cidades por funções de condução econômica e por potencial produtivo e de consumo, determinada em grande medida pela capacidade de inovação das suas áreas de concentração econômica, pelas suas vantagens comparativas e por uma política de promoção externa baseada nessas especialidades e, não apenas, através de vultosos investimentos públicos em objetos arquitetônicos monumentais para inserir a cidade na economia internacional.

Nesse novo contexto global, com a crise econômica do estado e do município do Rio de Janeiro, o urbanismo passou a ocupar um papel preponderante, dada à necessidade de requalificação de algumas áreas da cidade consideradas obsoletas por meio de projetos urbanos pontuais, que seguiram, em parte, os princípios da Carta do Novo Urbanismo, a partir da concepção de espaços plurifuncionais, ou seja, integrados e variados quanto às tipologias construtivas e à mistura de usos, buscando construir uma imagem positiva, num ambiente de competitividade, sob a égide dos novos paradigmas urbanos do modelo de planejamento estratégico de cidades, associados à celebração de eventos emblemáticos nos âmbitos da cultura, do esporte e do lazer, com vistas à inserção do Rio de Janeiro no ‘circuito internacional de turismo’.

Com relação ao modelo de planejamento urbano, verificou-se a existência e a necessidade de uma nova forma de governar com ênfase em dois aspectos com características de desenvolvimento urbano distintas: a cidade com relação ao território e a cidade com relação a um projeto. O Rio de Janeiro nitidamente incorpora a corrente catalã na sua política urbana em lugar do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (1992)²⁸⁵, priorizando como a cidade de Barcelona, um ‘projeto de cidade’ articulado por três analogias consecutivas: “1) a cidade é uma mercadoria e como tal está à ‘venda’ num mercado em que outras cidades igualmente são ‘vendidas’; 2) a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; 3) a cidade, enfim, é uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem-se

²⁸⁵ “Lei complementar que estabelece normas e procedimentos para a realização da política urbana no município” (OLIVEIRA, 1999).

identificar seus usuários” (VAINER; ARANTES, 2000), adotando, assim, o modelo de ‘cidade global’, que exige dos governos locais novas funções e prestações de serviços diferenciados, além de uma infra-estrutura urbana e social capaz de tornar a cidade competitiva internacionalmente, de modo a atrair investidores e cidadãos-consumidores por meio de um *marketing* urbano apto a promover essas especialidades, principalmente no exterior.

Tais mudanças no planejamento urbano ocorreram em virtude do esgotamento do modelo de planejamento racional-funcionalista diante das renovadas necessidades impostas pelas transformações econômico-produtivas, cujo processo não foi acompanhado, nem da substituição imediata do modelo tradicional pelo modelo de planejamento estratégico de cidades, nem todos os seus elementos desapareceram, em razão da cristalização do zoneamento instrumental, que se enraizou no modo das administrações públicas intervirem no espaço urbano, sendo uma das principais diferenças entre esses dois modelos de planejamento urbano, o tipo de gestão, já que planejar estrategicamente uma cidade significa superar a capacidade da administração como única gestora de competências e de recursos, como no modelo racional-funcionalista, para passar a coordenar as relações de cooperação públicas, privadas e institucionais em função de objetivos e projetos que respondam: aos interesses gerais, à uma visão de futuro e às necessidades dos cidadãos.

Os planos estratégicos elaborados para a cidade do Rio de Janeiro se diferenciam, ainda, do Plano Geral da Cidade à medida que se caracterizam por processos abertos, que evoluem segundo as circunstâncias (e, não, fechados no tempo e no espaço), definem estratégias (e, não, medidas normativas e tecnocráticas), atendem às demandas dos investidores e dos cidadãos-consumidores (e, não, à oferta e à ordenação dos solos e das infra-estruturas), mas se assemelham a este plano de ordenamento territorial, à medida que não superam o âmbito administrativo municipal. Paradoxalmente ao crescimento e à complexificação da cidade, constatou-se, a partir dos anos 1990, a ausência de uma política de âmbito metropolitano, uma vez que o modelo de planejamento estratégico de cidades enfatiza uma política de desenvolvimento endógeno-local e, com isso, reforça o padrão do modelo de planejamento racional-funcionalista, caracterizado pelo controle do uso do solo e pelo investimento em áreas de maior renda perpetuando, assim, a segregação sócio-espacial.

Seguindo esse pensamento, as questões consideradas fundamentais à compreensão das mudanças ocorridas no planejamento urbano do Rio de Janeiro na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) podem ser resumidas da seguinte forma: enquanto o modelo de planejamento estratégico exige uma descentralização, o Estado no Brasil, em todos os níveis de governo, permanece

centralizado no poder executivo hipertrofiado; quando prega eficácia, esbarra-se num aparato burocrático, que exige a passagem de decisões por uma série de organismos controlados pelo Poder Executivo; quando propugna a flexibilidade, encontra o controle rígido do zoneamento; ao basear-se na parceria público-privada, esbarra na ausência de normas jurídicas que a amparem e no desequilíbrio de interesses entre as duas esferas (pois se entende a esfera pública a partir de uma noção redutiva desta em favor dos interesses privados); ao propor a atração de investimentos, falta às cidades infra-estrutura, serviços de alta tecnologia e recursos humanos de alto nível (o que exigiria investimentos em educação que não são feitos). Fica-se, enfim, diante do que se pode denominar como um percurso incompleto. De fato, existem tanto os sinais de esgotamento do modelo de planejamento racional-funcionalista como os de aplicação do modelo de planejamento estratégico de cidades, mas nem o primeiro deixa plenamente a cena urbana, nem o segundo instaura-se na sua plenitude. O resultado desta ‘incompletude’ se expressa na política urbana de ordenamento da cidade do Rio de Janeiro (FREITAS RIBEIRO; KLEIMAN, 2006b).

Nesse cenário, o projeto urbano ganha importância nos planos estratégicos, em virtude da sua capacidade de materializar as intervenções urbanas consideradas necessárias ao aumento da competitividade urbana por: potencial produtivo e de consumo e; funções de condução econômica. Sua finalidade principal é requalificar os espaços urbanos considerados estratégicos e dotá-los de infra-estrutura moderna e de atrativos, com base na produção de objetos arquitetônicos monumentais voltados ao consumo, que contenham elementos capazes de: propiciar os fluxos sociais e o intercâmbio cultural através de seus espaços plurifuncionais; criar novas centralidades; melhorar a imagem do Rio de Janeiro e; captar financiamentos por meio de parcerias entre os setores público e privado, com base em uma concepção ditada por consultores internacionais e considerada necessária à promoção do crescimento econômico, da competitividade e do desenvolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado, já que enquanto o plano urbanístico desenvolvido pelo modelo de planejamento racional-funcionalista era um produto fechado no tempo e no espaço, estabelecia medidas normativas e tecnocráticas, atendia à oferta e à ordenação do solo e das infra-estruturas e se restringia ao âmbito administrativo municipal, os planos estratégicos caracterizam-se por processos em contínua mudança, que evoluem segundo as circunstâncias, definem estratégias e atendem às demandas dos investidores e dos cidadãos-consumidores.

O planejamento urbano do Rio de Janeiro foi realizado por meio de leis, planos e obras elaborados no decorrer de três momentos distintos: 1) tradicional ou pré-industrial, caracterizado pela busca por uma imagem moderna de cidade; 2) moderno ou industrial,

caracterizado pela busca de uma imagem eficiente de cidade e; 3) pós-fordista ou pós-industrial, caracterizado pela busca de uma imagem competitiva de cidade. A análise desses momentos identificou:

1) no primeiro momento uma transposição semiótica do imaginário que vê a cidade como o local do atraso, da precariedade e da doença para o imaginário que vê a cidade como o lugar do encontro, da troca e da celebração, assinalado pelas matrizes: grandes avenidas e edifícios, que privilegiavam a exaltação do espaço público e a socialização, e pelos seguintes significantes em tensão: cidade colonial escravista x cidade moderna capitalista;

2) no segundo momento uma transposição semiótica do imaginário que vê a cidade como lugar do encontro, da troca e da celebração para o imaginário que vê a cidade como o local do precário, do sujo, da poluição, do desqualificado, da desordem, do caos e da falta de segurança, caracterizado pela matriz indústria, que privilegia a exaltação do espaço privado e o individualismo, e pelos seguintes significantes em tensão: degradação do meio ambiente x riqueza;

3) no terceiro momento uma tentativa de transposição semiótica do imaginário que vê a cidade como local do precário, do sujo, da poluição, do desqualificado, da desordem, do caos e da falta de segurança para o imaginário que vê a cidade como o local da festa, do saber, da representação, da cultura, do turismo e do esporte, qualificado pelas matrizes: objetos arquitetônicos monumentais, que privilegiam a exaltação do espaço privado e a socialização elitizada, e pelos seguintes significantes em tensão: cidade precária e insegura x cidade com qualidade de vida e segura.

A presente análise se concentrou neste terceiro momento caracterizado pela elaboração de 'sistemas de ações' sustentados e organizados por políticas públicas baseadas no modelo de planejamento estratégico de cidades, cujos principais desafios podem ser resumidos: na identificação correta dos atores que incidem no território; no compromisso político; na elaboração de estratégias para atingir os objetivos propostos; na garantia da comunicação coerente com os objetivos; na organização da administração pública capaz de fazer uma politização do plano. Entretanto, as administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), importaram o modelo de planejamento estratégico de cidades, considerado o novo paradigma de desenvolvimento urbano, mas não incorporaram plenamente as técnicas de gestão empresarial em suas políticas, introduzindo alguns elementos, à medida que esse modelo foi sendo 'traduzido' para o contexto da cidade do Rio de Janeiro.

No que concerne aos ‘sistemas de ações’, as administrações municipais cariocas da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) foram orientadas por dois planos estratégicos:

- o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, elaborado na primeira gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), marcada por grandes obras públicas e programas sociais, entre eles: o Programa Favela-Bairro (que procurou integrar as favelas do Rio de Janeiro ao tecido urbano da cidade); o Programa Rio-Cidade (cuja proposta era o bem-estar aliado à funcionalidade dos serviços à população) e a construção da Linha Amarela (importante via de ligação entre a Zona Norte e a Zona Oeste) e;
- o Plano Estratégico II – ‘As cidades da Cidade’, elaborado na segunda gestão do prefeito Cesar Maia (2001-2004), a partir da revisão do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, voltado à elaboração de planos por regiões, com base nas seguintes orientações: “focar o desenvolvimento endógeno, aproveitar o acervo de conhecimento sobre a cidade, que a equipe técnica formada com quadros da própria Prefeitura já possuía, e estabelecer parcerias com o talento das universidades e partícipes de todo o processo” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO).

Esses planos estratégicos formulados em diferentes conjunturas políticas e econômicas, ao deliberarem regras, parâmetros, dimensões e nomenclaturas, se propuseram a definir o formato da cidade do Rio de Janeiro no futuro, por meio da recriação construtiva ou, ainda, da (des)construção do espaço carioca com vistas a sua adequação às novas funções ditadas pelas continuamente renovadas necessidades de consumo dos investidores e dos cidadãos-consumidores. A partir da análise do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, verificou-se:

- a mudança no papel atribuído à administração municipal, que de promotora e estimuladora dos projetos urbanos pontuais elaborados com base no Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’ para melhorar as condições de competitividade da cidade e de qualidade de vida dos seus habitantes, assume o papel de planejadora e de agente do desenvolvimento urbano no Plano estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, centralizando a liderança do processo na figura do prefeito Cesar Maia (2001-2008), que passou a ser assessorado por uma Equipe Central, em lugar dos Conselhos da Cidade, do Conselho Diretor, do Comitê Executivo e da Equipe Técnica, conforme estabelecido no primeiro plano;
- com a dissolução da estrutura de planejamento e de execução do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, faltou ao Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ o desenho e a execução de ações de comunicação ou, ainda, informação adequada e continuada nos meios de

comunicação sociais de modo a gerar confiança nas possibilidades do território, aumentar a cooperação entre os diferentes agentes, estabelecer parcerias público-privadas e legitimar o plano;

- cabe ressaltar aqui a novidade em termos de abrangência do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, influenciado diretamente pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, a partir da sua entrada mundial no planejamento estratégico, passando a considerar as escalas diferenciadas, porém interligadas, configurando uma programação dirigida à reformatação geral da cidade, conforme o plano totalizante do modelo de planejamento racional-funcionalista e de modo diferente de como foi desencadeado o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, influenciado diretamente pelos consultores catalães, baseado na gestão por projetos urbanos pontuais, característicos do planejamento urbano carioca dos anos 1990, e “estruturado principalmente a partir do interesse do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado” (ABREU, 1988), deslocando o recorte espacial da escala do local, atributo do espaço intra-urbano, para o Rio de Janeiro na sua totalidade e, possivelmente, para escalas maiores (SCHWEIZER, 1997);

- com relação aos objetivos, o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ busca a competitividade econômica não apenas no contexto intra-urbano como o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, mas no ‘mercado mundial de cidades’, sendo que este último plano estratégico incentivou vultosos investimentos em projetos urbanos com alto valor simbólico e considerados capazes de melhorar a imagem da cidade e de tornar o Rio de Janeiro competitivo em termos de atração de recursos, de eventos e de turistas;

- quanto ao modelo de urbanismo, tanto o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, quanto o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, veiculam as práticas do ‘empreendedorismo urbano’ e do ‘urbanismo de resultados’ e, apesar do segundo plano dividir a cidade em doze regiões e se configurar como um Plano Geral para a cidade, o alcance do desenvolvimento econômico dessas regiões foi previsto de modo independente dos aspectos estruturantes da cidade, de sua articulação com o restante do território e do enfrentamento dos seus problemas, passando o município a contar com doze Planos Regionais, cada um com seu objetivo geral, suas estratégias e seus interesses específicos;

- a concepção de cidadão também mudou após a revisão do Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’, já que neste, a população urbana era concebida em suas diferenças e estas eram levadas em conta nos projetos e programas urbanos, que foram implementados nas administrações de Cesar Maia (1993-1996) e de Luiz Paulo Conde (1997-2000), como por

exemplo: os projetos urbanos desenvolvidos a partir do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade. De modo diferente, os projetos urbanos elaborados na segunda e na terceira administração Cesar Maia (2001-2008), materializaram ‘sistemas de objetos’ caracterizados pela produção de espaços voltados à representação, à ‘venda’ e ao consumo da mercadoria cidade moldada para investidores e cidadãos consumidores. Assim sendo, é pertinente supor que parte dos habitantes da cidade não seja contemplada com esses projetos urbanos e objetos arquitetônicos em termos de melhorias em sua qualidade de vida.

Para aprofundarmos uma melhor compreensão das mudanças ocorridas nos ‘sistemas ações’ do planejamento urbano carioca na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) e, posteriormente, de suas conseqüentes materializações a partir da produção de ‘sistemas de objetos’ com um novo padrão arquitetônico e urbano pretensamente global, foi empreendida uma análise das administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), que pode ser sintetizada como: os ‘sistemas de ações’ da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 05: ANÁLISE DOS ‘SISTEMAS DE AÇÕES’ DA ‘ERA CESAR MAIA’ (1993-2008).

Os ‘sistemas de ações’ da ‘Era Cesar Maia’	Prefeitos			
	Cesar Maia (1993-1996)	Luiz Paulo Conde (1997-2000)	Cesar Maia (2001-2004)	Cesar Maia (2005-2008)
A concepção de planejamento adotada	Ênfase no discurso sobre a ordem urbana articulado a um ‘sistema de ações’ de impacto sobre a cidade para tentar reverter o quadro de ‘crise urbana’ com base em um ‘urbanismo heterogêneo’ guiado pelos princípios da Carta do Novo Urbanismo e considerado capaz de através de intervenções localizadas induzir um processo de transformação física e social da cidade.	Institucionalização da terceirização de projetos urbanísticos através dos programas Favela-Bairro e Rio-Cidade e incorporação das idéias: de sustentabilidade; de flexibilização da legislação em pontos da cidade; de recuperação de imóveis antigos e de construção de imóveis novos em vazios urbanos dotados de infraestrutura, especialmente na área central.	Adoção plena do modelo de planejamento estratégico a partir de um ‘sistema de ações’ voltado à produção de novos ícones ou imagens–marco da cidade e dessa gestão, materializados em um ‘sistema de objetos’ arquitetônicos culturais e esportivos monumentais com o objetivo de inserir o Rio no ‘mercado mundial de cidades’ como um Pólo Turístico competitivo em termos de atração	Concentração de esforços na produção de equipamentos esportivos monumentais para sediar os Jogos Pan-americanos Rio 2007, justificando esse ‘sistema de ações’ numa suposta tradição e identidade carioca no âmbito do esporte, alimentando o discurso do Rio de Janeiro como a ‘Capital do Esporte’, capaz de sediar mega-eventos esportivos e de se inserir no

Os 'sistemas de ações' da 'Era Cesar Maia'	Cesar Maia (1993-1996)	Luiz Paulo Conde (1997-2000)	Cesar Maia (2001-2004)	Cesar Maia (2005-2008)
A concepção de planejamento adotada			de recursos, eventos e turistas.	'mercado mundial de cidades'.
O diagnóstico da cidade	Diagnóstico de crise e de desordem urbana, caracterizada pela ausência de mecanismos de planejamento, controle e uso do solo, agravada pela degradação ambiental e físico-urbanística e pelo esvaziamento sócio-econômico de alguns espaços da cidade, que justificou o 'sistema de ações' e os recursos públicos investidos na materialização dos 'sistemas de objetos' do Programa Favela-Bairro e do Programa Rio-Cidade.	Diagnóstico de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico da área central, que justificou o 'sistema de ações' voltado à requalificação desse espaço com base na redução dos seus vazios urbanos e da sua retomada como centralidade urbana, aliada ao estímulo à criação de novas centralidades decorrentes da descentralização das atividades, antes exclusivas do Centro.	Diagnóstico de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico da cidade, que justificou o 'sistema de ações' e os investimentos vultosos na construção dos objetos arquitetônicos do 'Pentágono do Milênio' concebidos para se tornarem monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação e criar uma imagem competitiva da cidade internacionalmente.	Diagnóstico de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico da cidade, que justificou o 'sistema de ações' e os investimentos vultosos com as obras realizadas para os Jogos Pan-americanos Rio 2007, com base no discurso da necessidade da cidade aproveitar as oportunidades para a sua inserção competitiva no mundo globalizado e, assim, escapar dos efeitos perversos da crise.
O 'sistema de ações'	Reestruturação da SMU, enfraquecimento do COMPUR, criação dos Conselhos da Cidade, do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do Plano Estratégico I – 'Rio Sempre Rio', criação da SMH e da SMAC, desenvolvimento dos programas Favela-Bairro e Rio-Cidade e alteração da	Pautado em uma política de intervenção nas áreas centrais, através do Programa Rio-Cidade, iniciado em 1993, e do Programa Novas Alternativas, iniciado em 1997, com destaque para a adequação da legislação urbanística, manutenção dos Conselhos da Cidade, do Conselho Diretor,	Publicação da Resolução 'SMO' N° 757, que cria o grupo de trabalho com o objetivo de planejar e coordenar a implementação do Programa de Obras do 'Pentágono do Milênio': o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão; a Cidade do Samba, na Gamboa; a Cidade da Música, na Barra da Tijuca;	Teve como grande evento os Jogos Pan-americanos Rio 2007, para o qual foi construído um 'sistema de objetos' arquitetônicos monumentais com funções de arenas, estádios e até uma vila olímpica e, ainda, a criação da Secretaria Especial Rio 2007, de caráter temporário, resultante da transformação da antiga Secretaria

Os ‘sistemas de ações’ da ‘Era Cesar Maia’	Cesar Maia (1993-1996)	Luiz Paulo Conde (1997-2000)	Cesar Maia (2001-2004)	Cesar Maia (2005-2008)
O ‘sistema de ações’	metodologia de elaboração dos Projetos de Estruturação Urbana – PEUs e construção da Linha Amarela.	do Comitê Executivo e da Equipe Técnica do Plano Estratégico I e dos programas Favela-Bairro II e Rio-Cidade II.	o Museu Guggenheim, no Píer Mauá e; o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro.	Especial de Assuntos Estratégicos, para coordenar todos os órgãos envolvidos com esse evento esportivo.
A organização da administração pública	Ênfase na figura do prefeito e fortalecimento da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, da Secretaria Municipal de Obras – SMO, juntamente com a criação em caráter extraordinário da Secretaria Municipal de Habitação – SMH e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.	Apesar da ênfase na figura do prefeito, procurou um modelo de gestão mais descentralizado, sendo a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, órgão mais importante do período, apoiado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP e pela Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE.	Mantém-se a ênfase na figura do prefeito, mas acentua o papel do secretário de Urbanismo, que assume ao mesmo tempo a presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP, e do secretário de Obras, responsável pelo ‘sistema de ações’ do Programa de Obras denominado ‘Pentágono do Milênio’.	Mantém-se a ênfase na figura do prefeito, em seu período mais retraído e alvo de muitas críticas, e passa a ter maior expressão a Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE, em virtude do gerenciamento das obras, orçamento e licitação do ‘sistema de objetos’ dos Jogos Pan-americanos Rio 2007.
O principal plano	Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’ constituído por 7 estratégias, nas quais a cidade não é mais tratada como um todo, mas através de projetos urbanos pontuais com o desafio de inserir o Rio de Janeiro na nova ordem econômica e de transformá-lo em uma ‘cidade global’, produtiva e competitiva.	Plano Estratégico I - ‘Rio Sempre Rio’ em conformidade com o paradigma de desenvolvimento sustentável, sócio-econômico e urbano-ambiental, que surge no debate sobre o planejamento, a gestão urbana e as políticas públicas, com vistas à elevação da qualidade final das obras públicas.	Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’, constituído por 12 planos estratégicos regionais, em uma espécie de atualização do Plano Geral da Cidade, cuja idéia central é a escolha de um modelo para cada região, de modo a identificar o seu papel específico na cidade e as formas de desempenhá-lo.	Plano Estratégico II - ‘As Cidades da Cidade’, que definiu quatro anéis, onde estariam sendo alocadas as obras dos Jogos Pan-americanos de 2007 e a candidatura do Rio como sede dos Jogos Olímpicos: 1º e 2º Anéis: na Zona Oeste; 3º Anel: na Zona Norte e 4º Anel: na Zona Sul.
Os principais programas e projetos	Os programas Favela-Bairro I e Rio-Cidade I, os Jogos Olímpicos	Os programas Favela-Bairro II, Bairrinho, Grandes Favelas,	Os programas ‘Pentágono do Milênio’, Rio Cidade II, Favela-	Os programas ‘Pentágono do Milênio’, Vilas Olímpicas,

Os 'sistemas de ações' da 'Era Cesar Maia'	Cesar Maia (1993-1996)	Luiz Paulo Conde (1997-2000)	Cesar Maia (2001-2004)	Cesar Maia (2005-2008)
Os principais programas e projetos	de 2004 e, em segundo plano os programas: de Regularização de Loteamentos, de Regularização Fundiária; de Titulação; Novas Alternativas; Morar Carioca e Morar Sem Risco.	Rio-Cidade II, Rio-Rua, Rio-Comunidade e Novas Alternativas, implementado para o processo de requalificação da área central para o desenvolvimento econômico.	Bairro II, Novas Alternativas, Urb-Cidade, Vilas Olímpicas, Jogos Pan-americanos de 2007, os Jogos Olímpicos de 2012 e 2016 e o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária.	Jogos Pan-americanos Rio 2007, Copa do Mundo de 2014, Jogos Olímpicos de 2016 e o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária.

Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

A organização da administração pública foi uma das formas encontradas para a representação da cidade, à medida que identifica corretamente os atores que influenciaram na (des)construção do espaço carioca na 'Era Cesar Maia' (1993-2008) e estabelece as hierarquias em relação às funções (ao poder) que lhes foram concedidas pelos líderes desses processos, representados pelos prefeitos da cidade nesse período e que tiveram por metas resgatar a identidade e promover o desenvolvimento do Rio de Janeiro a partir da elaboração de uma série de diagnósticos, que apontaram para um crescente processo de crise e de desordem urbana, de degradação ambiental e físico-urbanística e de esvaziamento sócio-econômico, comum a todas essas administrações municipais, mudando apenas as justificativas de cada uma dessas gestões municipais para os altos investimentos públicos em projetos urbanos localizados, em sua maioria, em espaços já dotados de infra-estrutura urbana em detrimento de outras áreas carentes da cidade.

As estratégias urbanísticas desenvolvidas no Rio de Janeiro a partir dos anos 1990 se embasaram no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos motores ou estruturantes, elaborados para impactarem positivamente e de maneira significativa, mas que se esgotaram neles ou, ainda, as administrações municipais da 'Era Cesar Maia' (1993-2008) centralizaram suas atenções somente nessas formulações para a cidade, consideradas como prioridades desses governos, perdendo a visão geral do desenvolvimento urbano e a necessidade de assegurar a coesão econômica e social do território.

Na passagem incompleta do modelo de planejamento racional-funcionalista, que buscava garantir a ordem e a eficiência por meio do zoneamento, para o modelo de planejamento estratégico de cidades, importado de Barcelona, no início da década de 1990, o Plano Geral

sucumbe diante do desenho e do *marketing* urbano, reduzindo o planejamento urbano à produção de objetos arquitetônicos monumentais direcionados à espetacularização da cidade para a produção de valor ou capitalista através da ‘mercadorização’ da cidade, da cultura e do esporte.

Apesar da criação de inovações estruturais, não se verificou nesse período, mudanças significativas nas estruturas administrativas burocráticas e hierarquizadas da prefeitura do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, não se passou de uma gestão pública setorial a uma gestão transversal mais eficiente, mais aberta e mais ágil, capaz de relacionar-se de forma transparente com os cidadãos e com os demais órgãos de governo e, em definitivo, não se passou a uma administração voltada à cidadania. De forma sucinta:

- a primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996) foi orientada pelo binômio flexibilização-desregulamentação, acompanhada pelo redesenho da estrutura institucional voltada ao planejamento urbano estratégico e à requalificação da cidade através de projetos urbanos pontuais, pautado no discurso da inovação e da proposta de uma cidade para todos e da melhoria dos serviços urbanos para capacitar o Rio de Janeiro para superar os desafios impostos pela globalização. E marcada, ainda, pela ênfase no discurso sobre a ‘ordem urbana’ e pela tentativa de reversão do quadro de ‘crise urbana’ com base em um ‘urbanismo heterogêneo’ adotado no Programa Favela-Bairro e no Programa Rio-Cidade e considerado capaz de através de intervenções localizadas induzir um processo de transformação física e social da cidade;

- a administração do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) incorporou as idéias de sustentabilidade e de flexibilização-desregulamentação da legislação urbana nas experiências de requalificação de partes da cidade, especialmente na área central, através de iniciativas concretas de desenho urbano nomeadas de ‘acupuntura urbana’, adotadas nos programas Favela-Bairro, Rio-Cidade e Novas Alternativas, pautados no discurso da devolução do espaço público ao cidadão;

- a segunda administração do prefeito Cesar Maia (2001-2004) teve por principal meta a produção de objetos arquitetônicos monumentais, integrantes do programa de obras denominado ‘Pentágono do Milênio’, considerados capazes de se tornarem os novos símbolos da cidade e, ainda, monumentos espaço-âncoras de processos de requalificação urbana a partir de estratégias voltadas à reestruturação da imagem do Rio de Janeiro para inseri-lo competitivamente no ‘circuito internacional de turismo’;

- a terceira administração do prefeito Cesar Maia (1995-2008) priorizou a construção da infra-estrutura necessária para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, criando, inclusive, a Secretaria Especial Rio 2007 – SE Rio 2007, em substituição à antiga Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE, e a construção da Cidade da Música, na

Barra da Tijuca, com o intuito de capacitar a cidade para sediar outros eventos esportivos e culturais internacionais.

No que tange à organização da administração pública, no período de 1993 a 2008, o prefeito Cesar Maia assumiu o papel de líder do processo de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, embora não tenha conseguido estabelecer uma boa comunicação e nem gerir inter-relações e interdependências entre os atores envolvidos no processo de (des)construção do espaço carioca. Nesse sentido, não foi criado para a população um sentimento de orgulho, de ‘patriotismo cívico’ e de ‘pertencimento’ à cidade, ao passo que as administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) não desenvolveram uma política de promoção interna dos objetos arquitetônicos monumentais materializados nesse período, o que levou a uma ilusão de participação (participação contemplativa e, não ativa), que, por sua vez, não fomentou a adesão dos diferentes segmentos sociais presentes na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a prioridade dos investimentos na construção de equipamentos culturais e esportivos espetacularizados significou a redução de investimentos em setores socialmente mais urgentes.

Aliado a esses fatores, não é possível afirmar que as equipes desses quatro governos estavam coesas em termos de concepção de planejamento urbano e do que seus ‘líderes’ pretendiam, de fato, com o Plano Estratégico I – ‘Rio Sempre Rio’ e com o Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, à medida que: Luiz Paulo Conde, secretário de Urbanismo da primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996) e prefeito eleito com o apoio deste político para conduzir a administração municipal seguinte (1997-2000) e; Alfredo Sirkis, ex-secretário de Meio Ambiente da primeira administração do prefeito Cesar Maia (1993-1996), ex-secretário de Urbanismo da segunda administração desse prefeito (2001-2004) e ex-secretário de Urbanismo e ex-presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP da sua terceira e última administração municipal (2005-2008), romperam com Cesar Maia por discordarem dos ‘sistemas de ações’ de suas respectivas administrações municipais, o que caracterizou a falta de consenso o âmbito da prefeitura do Rio de Janeiro sobre quais eram as infra-estruturas e os equipamentos arquitetônicos urbanos a serem priorizados com base da concepção do modelo de planejamento estratégico de cidades.

As administrações dos prefeitos Cesar Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004) e Cesar Maia (2005-2008), mantiveram a ênfase na figura do prefeito, sendo que nas três primeiras, verificou-se um fortalecimento da Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU, representada pelos secretários Luiz Paulo Conde (1993-1996), Hélia Nacif Xavier (1997-2000) e Alfredo Sirkis (2001-2006), e do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira

Passos – IPP, órgão vinculado a SMU, conduzido pelos presidentes Verena Andreatta (1993-2000) e Alfredo Sirkis (2001-2006).

Com o afastamento de Alfredo Sirkis do governo Cesar Maia (2005-2008), assume os cargos de secretário de Urbanismo da SMU e presidente do IPP, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, passando a ter maior expressão no planejamento urbano carioca, a Empresa Municipal de Urbanização – RIOURBE, presidida por João Luiz Reis Silva (2005-2008), vinculada à Secretaria Municipal de Obras – SMO, dirigida pelo secretário de Obras Eider Ribeiro Dantas Filho (2001-2008), que ficou responsável pelos orçamentos, licitações e gerenciamento das obras do ‘sistema de objetos’ arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ e dos Jogos Pan-americanos Rio 2007.

Embora o modelo de planejamento estratégico de cidades estimule a participação comunitária e o civismo, verificou-se com base na análise do ‘sistema de ações’ da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), a despeito do caráter menos intervencionista do planejamento estratégico carioca, que a sua adoção pelas administrações municipais desse período, especialmente na materialização dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ privilegiou o atendimento das necessidades dos investidores, procurando atender com equipamentos culturais e esportivos monumentais aquelas áreas onde os processos de valorização do solo atendem a esses interesses, não significando uma maior participação dos distintos atores sociais no processo de planejamento da cidade, mas somente a participação daqueles interessados na (des)construção desses espaços, caracterizando um estímulo ao tecnicismo e à tomada de decisões cada vez mais hierarquizada e voltada aos interesses do capital sobre o espaço e, conseqüentemente, o desprezo pela participação cidadã, a falta de uma ampla base democrática e de vontade pública e privada na confluência de consenso, na atração de recursos e no auxílio à coesão social e ao sentido de comunidade.

O processo de transformação do urbano com vistas à produção de espaços de consumo padronizados e à construção de imaginários e modos de pensar o Rio de Janeiro como uma cidade competitiva e capaz de se inserir no chamado ‘mercado mundial de cidades’, se desenvolveu com base no ideário da requalificação urbana, da diferenciação e da promoção de algumas áreas da cidade com o intuito de torná-las atraentes ao investimento do capital e, com isso, garantir a sua valorização através da intertextualidade, ou seja, com base na estratégia da mistura, condicionando não só conteúdo, mas também os aspectos formais da obra. Dessa forma, as administrações municipais, no período de 1993 a 2008, trabalharam mais o redesenho urbano através da requalificação urbana e da adoção de um urbanismo de marketing, de intervenções

pontuais, de resultados e monumentalista, do que o investimento em infra-estruturas urbanas, que beneficiassem a cidade como um todo.

Percebe-se que a opção pela política urbana estratégica adotada como recurso de ordenamento do território do Rio de Janeiro para seu desenvolvimento econômico, baseado na (des)construção de seu espaço produzido para o reforço de centralidades antigas e para a criação de novas centralidades, consideradas capazes de atrair investidores e cidadãos-consumidores e de integrar a cidade do Rio de Janeiro ao circuito mundial de valorização, privilegiou os interesses do mercado em detrimento do atendimento das necessidades da maior parcela da população. Nesse contexto de mudanças, verifica-se do ponto de vista urbanístico, e principal aspecto dessa política urbana, a perpetuação da prática da concentração espacial dos investimentos em áreas socialmente privilegiadas, como é o caso da Barra da Tijuca, efetivamente beneficiada com a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 e, do ponto de vista da cidadania, pela acentuação da separação do espaço intra-urbano em áreas de maior e de menor renda, consolidando um modelo de gestão que não considera os interesses sociais e coletivos.

Ressalta-se que a hegemonia da imagem e do imaginário, característica do modelo de planejamento estratégico de cidades, não elimina o legado dos momentos anteriores, sendo que as rugosidades dessas convivências em tensão podem ser verificadas no tecido da cidade, marcado por três momentos culturais específicos e caracterizados por diferentes maneiras de materializar visões de mundo e vivências de tempo e de espaço distintas. A leitura dos novos ícones ou das novas imagens-marco buscadas para o Rio de Janeiro como textos significativos e constitutivos, teve por objetivo verificar o papel desses textos na constituição e no imaginário da cidade, a partir das reflexões sobre o modelo de planejamento estratégico carioca e da leitura semiótica do conjunto de objetos arquitetônicos monumentais denominado ‘Pentágono do Milênio’: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, a Cidade do Samba, na Gamboa, a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, para que seja desdobrado na sua constituição em imagem e em imaginários reunidos sob o urbano.

A análise do ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’ buscou qualificar historicamente a emergência dos objetos arquitetônicos monumentais, com forte simbolismo e semiose, de modo a entender a pluralidade de sentidos que as suas imagens adquirem individualmente, não tendo se limitado à análise dos espaços concretos, mas aos imaginários em torno desses objetos na escala macro do planejamento urbano e na escala micro do objeto arquitetônico, com o intuito de avaliar a (des)construção do espaço carioca na ‘Era Cesar Maia’

(1993-2008) e verificar a presença ou não de uma especificidade contemporânea no que se refere ao tempo, ao espaço e à visualidade dessas construções, a partir da reorganização dos elementos textuais presentes em cada um desses ícones para que a pluralidade de sentidos que suas imagens adquirem individualmente pudessem ser retrabalhadas a partir de uma perspectiva semiótica adotada como base metodológica da pesquisa.

Essa análise foi realizada a partir da semiose das formas significantes que constituem o ‘Pentágono do Milênio’, e não na simples distribuição desses símbolos no tecido urbano, de forma a tentar compreender, ao menos em parte, a rede de tessituras estabelecidas entre esses objetos fixos no espaço, que marcam concretamente a cidade como lugares e orientam o traçado do deslocamento dos fluxos (na forma de deslocamento de pessoas, bens materiais e simbólicos, comportamentos e culturas), e de modo a perceber as diferenças entre a imagem e o imaginário buscados com esses novos ícones ou novas imagens-marco pelas administrações municipais e a capacidade desses objetos arquitetônicos monumentais de criarem novas centralidades, de proporcionarem uma sensação de familiaridade da população e de integração desses espaços produzidos para o consumo à realidade do Rio de Janeiro, à medida que há muita diferença entre o imaginário e a imagem que as administrações municipais tentam projetar internacionalmente e o cotidiano da cidade, se forem analisadas atentamente as motivações que conduziram a construção desse ‘sistema de objetos’ pensado para a circulação dos agentes da economia global.

Tal ‘sistema de objetos’, considerado inovador em razão da possibilidade de geração renda por meio de novos usos interfere no tecido urbano, à medida que tais incidências se referem às suas funções de uso (significados denotados), ou seja, ao seu funcionamento específico e à materialidade necessária para sua realização, o que compreende, entre outras coisas, a escolha dos locais de sua implantação, feita com base em diagnósticos e que apontaram para a necessidade de desenvolver essas áreas, algumas consideradas degradadas físico-territorialmente e esvaziadas sócio-economicamente e outras consideradas estratégicas para o fortalecimento de centralidades antigas e a criação de novas centralidades, consideradas capazes de atrair investimentos e turistas, ressaltando-se as qualidades locacionais e de infra-estrutura existentes, características que tornam essas áreas valorizáveis e alvo de projetos de requalificação funcional e estética, com potencial para inserirem o Rio de Janeiro no ‘circuito internacional de turismo’ através de estratégias de marketing urbano.

**QUADRO 06: ANÁLISE MACRO DO ‘SISTEMA DE OBJETOS’
DENOMINADO ‘PENTÁGONO DO MILÊNIO’.**

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’	Objetos				
	Objeto 01 Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas	Objeto 02 Cidade do Samba	Objeto 03 Cidade da Música	Objeto 04 Museu Guggenheim	Objeto 05 Estádio Olímpico João Havelange
Análise macro					
Competitividade urbana	<p>Ordenamento de uma centralidade cultural antiga e criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento no Pavilhão.</p> <p align="center">▼</p> <p>Referência: Plano de Reabilitação Integrada de São Cristóvão com o auxílio do governo de Paris.</p> <p align="center">▼</p> <p>Flexibilização na legislação urbanística em algumas ruas do bairro para atender às necessidades, entre outros, do Setor Imobiliário.</p>	<p>Criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento para reunir as atividades voltadas a produção do Carnaval.</p> <p align="center">▼</p> <p>Referência: os processos de requalificação urbana ocorridos em outras áreas decadentes do mundo.</p> <p align="center">▼</p> <p>Dificuldades em planejar e gerir o território, dada à falta de articulação entre as diferentes esferas de governo.</p>	<p>Criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento na Barra em relação ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro.</p> <p align="center">▼</p> <p>Referência: política global que impõe uma estética sem fronteiras e sem uma identidade cultural específica.</p> <p align="center">▼</p> <p>Contratação de arquitetos estrangeiros de ‘grife’ para realizar projetos na cidade e atrair investidores e cidadãos-consumidores.</p>	<p>Criação de uma nova centralidade turística, cultural e de entretenimento no Píer Mauá em relação ao Museu de Arte Moderna – MAM-RJ.</p> <p align="center">▼</p> <p>Referência: política global que impõe uma estética sem fronteiras e sem uma identidade cultural específica.</p> <p align="center">▼</p> <p>Contratação de arquitetos estrangeiros de ‘grife’ para realizar projetos na cidade e atrair investidores e cidadãos-consumidores.</p>	<p>Criação de uma nova centralidade turística, esportiva e de entretenimento em relação ao Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã.</p> <p align="center">▼</p> <p>Referência: planejamento junto com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB para sediar eventos esportivos.</p> <p align="center">▼</p> <p>Flexibilização na legislação urbanística para criar brechas para equilibrar a convivência residencial com o estádio olímpico.</p>
Integração	Integra o Projeto Rio-Cidade Pavilhão	Integra o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária	Complementa o Plano Urbanístico de Lúcio Costa para a Barra da Tijuca	Integra o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária	Integra o Programa de Obras dos Jogos Pan-americanos Rio 2007

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’	Objeto 01 (Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas)	Objeto 02 (Cidade do Samba)	Objeto 03 (Cidade da Música)	Objeto 04 (Museu Guggenheim)	Objeto 05 (Estádio Olímpico João Havelange)
Integração	▼ Estratégia: a requalificação urbanística do entorno do Pavilhão com vistas a uma melhor circulação de veículos e de pedestres e para atender o CLGTN.	▼ Estratégia: o desenvolvimento sócio-econômico da área a partir da implantação do equipamento cultural de grande porte e da ocupação de vazios urbanos.	▼ Estratégia: a requalificação urbana e a recuperação da centralidade dessa área estratégica para a interligação da Zona Oeste à Zona Norte e à Zona Sul.	▼ Estratégia: a inclusão do Rio de Janeiro em uma rede urbana de museus internacionalmente reconhecidos, aumentando sua credibilidade.	▼ Estratégia: a construção de toda a infraestrutura dos Jogos do Pan-2007 para capacitar a cidade na realização de eventos esportivos internacionais.
Marketing urbano	‘O maior Nordeste fora do Nordeste, com muita cultura da região!’. ▼ Tentativa de criar uma ‘identidade nordestina’ espetacularizada com objetivos turísticos.	‘Carnaval o ano inteiro!!! Vista a fantasia, caia na folia e desfile num sonho real!’. ▼ Tentativa de criar uma ‘identidade carnavalesca’ espetacularizada com objetivos turísticos.	‘A maior sala de concertos de orquestras sinfônicas e óperas da América Latina!’. ▼ Tentativa de criar uma ‘identidade musical’ espetacularizada com objetivos turísticos.	‘O primeiro equipamento cultural de grande porte da América do Sul!’. ▼ Tentativa de criar uma ‘identidade artística’ espetacularizada com objetivos turísticos.	‘O estádio mais moderno da América Latina e marco para o esporte nacional!’. ▼ Tentativa de criar uma ‘identidade esportiva’ espetacularizada com objetivos turísticos.
Parcerias público-privadas	Não houve PPP durante a fase de elaboração do projeto e da construção. Após o término das obras, a prefeitura tentou privatizar o espaço, mas como a feira é considerada um patrimônio	Não houve PPP durante a fase de elaboração do projeto e da construção. Após o término das obras, a prefeitura concedeu à Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro – LIESA a	Não houve PPP durante a fase de elaboração do projeto e da construção. Após o término das obras, a prefeitura iria conceder, em princípio, à Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB e,	Houve PPP entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação <i>Solomon Guggenheim</i> . O museu seria construído pela prefeitura, sua proprietária, e sua gestão seria compartilhada com essa fundação,	Não houve PPP durante a fase de elaboração do projeto e da construção. Após o término das obras, a prefeitura concedeu ao Botafogo de Futebol e Regatas a gestão oficial do estádio até

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’	Objeto 01 (Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas)	Objeto 02 (Cidade do Samba)	Objeto 03 (Cidade da Música)	Objeto 04 (Museu Guggenheim)	Objeto 05 (Estádio Olímpico João Havelange)
<p>Parcerias público-privadas</p>	<p>cultural, essa ação não foi permitida, permanecendo a prefeitura como a responsável pela conservação das áreas públicas do local.</p> <p>▼</p> <p>Tentativa de privatizar esse espaço público sustada judicialmente em virtude da Feira dos Nordestinos constituir-se em um patrimônio cultural.</p>	<p>administração dos galpões e o direito de uso e de exploração do espaço, da produção e das atividades ligadas ao Carnaval carioca, sem ingerência do poder público.</p> <p>▼</p> <p>Privatização desse espaço situado de frente para o mar, ou seja, para onde os turistas chegam, facilitando seu acesso e de costas para a cidade.</p>	<p>depois, à alguma empresa privada a administração das salas destinadas à música clássica e o direito de uso e de exploração do espaço.</p> <p>▼</p> <p>Privatização desse espaço situado no Trevo das Palmeiras, no entroncamento de duas importantes avenidas, na altura do Terminal Alvorada.</p>	<p>caso a sua construção não tivesse sido barrada pelo STJ por ter contas dolarizadas e a adoção de leis americanas no contrato em vez de brasileiras.</p> <p>▼</p> <p>Nova privatização do Píer Mauá, que passaria das mãos da Companhia Docas Rio e Píer Mauá S.A. para a Fundação Solomon Guggenheim.</p>	<p>2027, e o direito de uso e de exploração, sendo que esse clube administrador do espaço deverá ceder o estádio para a Copa de 2014 e para os Jogos de 2016.</p> <p>▼</p> <p>Privatização desse espaço considerado inadequado desde o projeto inicial, tanto em termos de estacionamento e de acesso para grandes eventos esportivos.</p>
<p>Novas tipologias arquitetônicas e urbanas</p>	<p>Idéia de ‘cidade dentro da cidade’. ‘Parque temático’ voltado à cultura nordestina.</p> <p>▼</p> <p>Transformação da feira livre em mercado popular, com funcionamento nos sete dias da semana e de um número reduzido de feirantes em micro-empresários.</p>	<p>Idéia de ‘cidade dentro da cidade’. ‘Parque temático’ do Samba’ ‘Disney do Carnaval’.</p> <p>▼</p> <p>Transformação do Carnaval carioca em um centro de produção de carros alegóricos e de fantasias das ‘maiores Escolas de Samba do Brasil’.</p>	<p>Idéia de ‘cidade dentro da cidade’. ‘Parque temático’ voltado à Música.</p> <p>▼</p> <p>Transformação do complexo em uma nova centralidade e em local de formação de platéia na Barra, eixo de expansão da cidade, carente de salas de concertos.</p>	<p>Idéia de ‘cidade dentro da cidade’. ‘Parque temático’ voltado à Arte brasileira e de outros países.</p> <p>▼</p> <p>Transformação da Zona Portuária em um pólo multifuncional, com ênfase na cultura, alta tecnologia, habitação e turismo integrada ao Centro.</p>	<p>Idéia de ‘centro esportivo’. ‘Estádio de grande porte com possibilidades de ampliação’</p> <p>▼</p> <p>Transformação da arena esportiva em um espaço economicamente viável, recomendação da entidade máxima do futebol internacional, a FIFA.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

A análise macro do planejamento urbano realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre 1993 e 2008, constatou que, no que concerne à **competitividade urbana**, maior desafio do planejamento urbano contemporâneo no sentido de responder às demandas globais e de atrair recursos humanos e financeiros, apesar das mudanças verificadas nos ‘sistemas de ações’ em virtude das renovadas necessidades econômico-produtivas, as administrações municipais desse período reproduziram o imaginário importado de Barcelona através dos técnicos da prefeitura, consultorias estrangeiras e dos meios de comunicação, e procuraram ao máximo materializá-lo nos espaços públicos da cidade, com o intuito de torná-los atraentes aos investidores e aos cidadãos-consumidores, tanto externamente quanto internamente. Tal reprodução é percebida a partir da adesão do simbólico hegemônico para oferecer visibilidade e projetar o Rio de Janeiro internacionalmente através do conjunto de objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’.

A Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Museu Guggenheim, no Pêr Mauá, caracterizam-se por espaços diferenciados por uma arquitetura monumental de ‘grife’ assinada por arquitetos conhecidos mundialmente; o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, por uma arquitetura ‘arrojada’; a Cidade de Samba, na Gamboa, por uma arquitetura mais funcional do que estética e que recupera alguns elementos dos galpões vazios da Zona Portuária, mas não acrescenta novidades e; no caso do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, por uma arquitetura monumental, marco do Modernismo na cidade, que foi ‘popularizado’ pela Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas; todos em nível de discurso pensados como espaços públicos voltados à integração cultural dos segmentos de menor renda da população, mas que a partir de um olhar mais atento se mostram pensados para segmentos específicos de investidores e de cidadãos-consumidores, em sintonia com as necessidades de atração de investimentos e de geração de renda impostas pelo ‘mercado globalizado’.

Com relação à **integração**, os objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ são produtos de um ‘projeto de cidade’ para inserir o Rio de Janeiro na economia internacional, ou seja, um esforço para integrar ações pontuais com o planejamento urbano de maior amplitude, por meio de planos e de projetos desenvolvidos na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), saturados de conteúdos ideológicos, não tendo sido pensados de forma isolada e pontual no tecido da cidade, mas fazendo parte de projetos maiores: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, foi pensado no âmbito do Programa Rio-Cidade Pavilhão; a Cidade do Samba, na Gamboa, e o Museu Guggenheim, no Pêr Mauá, integram o Plano de Revitalização e Reestruturação da Zona Portuária; a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, complementa o Plano Urbanístico de Lúcio Costa para a Barra da Tijuca e; o Estádio Olímpico

João Havelange, no Engenho de Dentro, foi construído a partir de necessidades apontadas para a realização dos Jogos Pan-americanos Rio 2007. No entanto, a principal correlação que se pode estabelecer entre esses projetos é a intenção de reforçarem antigas centralidades ou constituírem-se em novas centralidades, a partir de processos de requalificação urbana, pautados na construção de equipamentos culturais e esportivos monumentais, considerados capazes de aumentar a credibilidade da cidade, atrair investimentos e inserir o Rio de Janeiro na ‘rede de cidades globais’.

Cesar Maia, com o intuito de imprimir sua marca nos ‘sistemas de objetos’ do Rio de Janeiro elegeu como prioridade dos ‘sistemas de ações’ das suas segunda e terceira administrações municipais (2001-2008), a construção de equipamentos culturais e esportivos monumentais elaborados para se tornarem ícones ou imagens-marco de seu governo, considerados capazes de traduzir o novo momento político, que deveria adequar o Rio de Janeiro à economia local que se formava e às necessidades impostas pela globalização, e de inserir a cidade de forma competitiva no ‘circuito internacional de turismo’. Independentemente de desempenharem uma ou várias funções, os objetos arquitetônicos monumentais devem veicular mensagens que atendam aos anseios de uma sociedade de consumo e de comunicação, aproximando-se, assim, do *marketing* urbano.

Para criar um imaginário de cidade competitiva, o **marketing urbano** utilizou conceitos próprios da arquitetura e da urbanística formal, resgatados pelo movimento do Novo Urbanismo, entre eles: identidade, centralidade, articulação, conexão, vizinhança, sentido de lugar, história, memória, uso misto, acessibilidade e qualidade ambiental para a promoção de espaços produzidos para investidores e cidadãos-consumidores e com escalas de alcance não apenas e necessariamente real, mas também virtual, com funções ideológicas (significados conotados) implícitas em programas complementares de caráter cultural e recreativo. Entretanto, a maioria desses conceitos não se materializou nessas obras grandiosas, que por colocarem os interesses empresariais acima da cidade como espaço público e político, desconsiderando as expectativas e os desejos dos cidadãos que vão utilizar esses espaços, acabaram por edificar monumentos representativos de uma síntese-social, incapazes de acolher outros segmentos da sociedade diferentes daqueles para os quais foram pensados, não configurando imagens públicas em que todos os cidadãos convivem e se reconhecem.

A parceria público-privada é uma das principais características do empresariamento urbano, que objetiva mais o investimento e o desenvolvimento econômico, do que a melhoria das condições sociais da população. Apesar do modelo de planejamento estratégico de cidades

apontar o estabelecimento de **parcerias público-privadas** como a solução para os problemas urbanos, o que se verificou no modelo de planejamento estratégico carioca, em especial, na construção do conjunto de objetos arquitetônicos denominado ‘Pentágono do Milênio’, foi a permanência das práticas de domínio exclusivo do Estado e que apesar dos escassos recursos públicos, das tentativas em estabelecer esses acordos, dos novos instrumentos urbanísticos e dos novos arranjos institucionais, foi o poder público o principal financiador ou patrocinador dos projetos de requalificação urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, os objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ que foram materializados não implementaram parcerias público-privadas durante a execução das obras, mas parte deles foi privatizada por meio de contratos de concessão de uso e de exploração dos espaços entre a prefeitura do Rio de Janeiro e as instituições privadas, ações que não caracterizam esses projetos como compartilhados, não unem a legitimidade técnica à correspondente legitimidade social e o capital urbano ao capital humano, não constrói cumplicidades, não gera sentimento de pertencimento (memória coletiva), não visualiza a ação pública, mas reforça a tendência da segregação sócio-espacial do Rio de Janeiro, à medida que boa parte dos equipamentos construídos é concedida à iniciativa privada.

Comparando os ‘sistemas de ações’ das administrações municipais na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) aos dez princípios da Carta do Novo Urbanismo, foi possível verificar que apenas três foram identificados no processo de materialização dos objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’: a disponibilidade de solo, a gestão estratégica e a mobilização de recursos locais, sendo que os outros sete princípios relativos: à parceria público-privada; à sustentabilidade; à transversalidade; ao realismo orçamentário; às contribuições; às respostas às necessidades e; à preocupação com os mais pobres, foram desconsiderados, podendo as principais críticas aos ‘sistemas de ações’ das administrações municipais do Rio de Janeiro desse período ser resumidas nos seguintes aspectos:

- concentrar esforços na construção de objetos arquitetônicos monumentais com forte simbolismo e pouca alteridade, voltados aos investidores e aos cidadãos-consumidores em detrimento das camadas mais carentes da população;
- não apresentar soluções para os problemas existentes no entorno desses mega empreendimentos;
- contribuir para o aumento da fragmentação do tecido da cidade, da pobreza e da desigualdade social;

- criar uma imagem de intolerância na qual a presença de todo e qualquer segmento social que não combine com a imagem buscada pelos empreendedores é descartada;
- utilizar o conceito de projeto urbano de forma limitada para legitimar os enormes gastos públicos com as obras desses novos ícones ou imagens-marco da cidade do Rio de Janeiro desvinculados com o entorno;
- privilegiar a função lazer, a ‘culturalização’ e o consumo considerados capazes de gerar receitas em lugar do atendimento das necessidades básicas da população.

As **novas tipologias arquitetônicas e urbanas** foram sugeridas aos governos locais por consultores internacionais e organizações multilaterais com o objetivo de reforçar centralidades antigas e de criar novas centralidades no tecido da cidade, à medida que esses novos espaços de consumo buscam integrar plurifuncionalidade de usos com equipamentos de escala metropolitana. Com relação ao conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’, a maioria dos objetos arquitetônicos monumentais caracteriza-se pelo esvaziamento do significado (denotado (função de uso) e conotado (função ideológica)) a favor do significante (da forma arquitetônica), ou seja, pela supressão do conteúdo em função da forma, sem traços que identifiquem suas origens e propósitos ou, ainda, não carregam em si o conteúdo do território e a marca do lugar.

Essas novas práticas de produção de sentidos dos espaços identificam-se com os parques temáticos (com inspiração em Hollywood, Disney World e Las Vegas), constituindo-se em arquétipos de paisagens, de controle social e de segregação sócio-espacial, voltados à cultura, ao esporte e ao entretenimento e pautados na idéia de ‘Cidade dentro da Cidade’, dentro do ideário do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’, onde a paisagem é encenada, divulgada e comercializada, muitas vezes de forma desarticulada com a vida da cidade pelo *marketing* urbano, que colabora, também, para o processo de transformação desses espaços em centros comerciais plurifuncionais, com vistas a um funcionamento regular para a geração de renda através de eventos, que tornem esses equipamentos economicamente viáveis.

**QUADRO 07: ANÁLISE MICRO DO ‘SISTEMA DE OBJETOS’
DENOMINADO ‘PENTÁGONO DO MILÊNIO’.**

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’	Objetos				
	Objeto 01 Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas	Objeto 02 Cidade do Samba	Objeto 03 Cidade da Música	Objeto 04 Museu Guggenheim	Objeto 05 Estádio Olímpico João Havelange
Análise micro					
Projeto arquitetônico	Arquitetura de ‘grife’ de autoria do arquiteto Sérgio Bernardes, marco da Arquitetura Moderna, ‘popularizada’ em razão do seu novo uso, com destaque para as coberturas improvisadas de lonas azuis tensionadas, que destoam da monumentalidade da construção.	Arquitetura mais funcional do que estética, de autoria dos arquitetos Victor Wanderley e João Uchoa, que, segundo Conde, erram a mão ao construir mais galpões em uma área repleta de galpões vazios, com potencial de transformação e necessidade de recuperação.	Arquitetura de ‘grife’ de autoria do arquiteto Christian Portzamparc, inspirada na idéia de uma ampla casa sobre pilotis, em homenagem a um arquétipo da Arquitetura Moderna brasileira dos anos 1950, para dar a impressão de que o prédio/ a casa flutua.	Arquitetura de ‘grife’ de autoria do arquiteto Jean Nouvel, cuja configuração externa não denota a tipologia do mesmo, servindo, acima de tudo, para conotar significados tão sugestivos quanto insólitos - tudo leva a crer que a imagem pretendida era de um navio.	Arquitetura ‘arrojada’ de autoria dos arquitetos Carlos Porto, Gilson Santos, Geraldo Lopes e José Ferreira Gomes, inspirada em um desenho de Oscar Niemeyer, de 1941, feito para o concurso do Estádio Nacional, que viria a ser o Estádio do Maracanã.
Cultura e identidade	Marco da 2 ^a gestão de Cesar Maia no Rio de Janeiro. ▼ Tentativa de fixar as principais características da cultura nordestina em espaços modernizados com vistas ao turismo e por meio da criação de imagens	Marco da 2 ^a gestão de Cesar Maia no Rio de Janeiro. ▼ Tentativa de consolidar-se como um núcleo de produção do Carnaval em espaços modernizados com vistas ao turismo e por meio da criação de imagens	Marco da 3 ^a gestão de Cesar Maia no Rio de Janeiro. ▼ Tentativa de consolidar-se como um espaço para a música clássica em espaços modernizados com vistas ao turismo e por meio da criação de imagens	Marco da 2 ^a gestão de Cesar Maia no Rio de Janeiro. ▼ Tentativa de criar uma pequena cidade dentro da cidade, um pequeno porto dentro do porto e uma simbolização da paisagem carioca ao construir uma floresta sub-	Marco da 3 ^a gestão de Cesar Maia no Rio de Janeiro. ▼ Tentativa de consolidar-se como uma nova arena esportiva distribuída em espaços modernizados com vistas ao turismo e por meio da criação de imagens

O ‘sistema de objetos’ do ‘Pentágono do Milênio’	Objeto 01 (Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas)	Objeto 02 (Cidade do Samba)	Objeto 03 (Cidade da Música)	Objeto 04 (Museu Guggenheim)	Objeto 05 (Estádio Olímpico João Havelange)
Cultura e identidade	voltadas ao consumo. ▼ Tentativa de tornar esse espaço um centro turístico de referência nacional e internacional.	voltadas ao consumo. ▼ Tentativa de tornar esse espaço o maior complexo de arte popular e entretenimento do país.	voltadas ao consumo. ▼ Tentativa de tornar esse espaço no principal centro de espetáculos musicais da cidade.	tropical submersa. ▼ Tentativa de tornar esse espaço um pólo cultural internacional voltado ao turismo.	voltadas ao consumo. ▼ Tentativa de tornar o Rio de Janeiro na ‘Capital Esportiva da América do Sul’.
Plurifuncionalidade	Equipamento considerado capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade. ▼ Espaço associado aos shoppings centers pelo contraste entre o interior altamente articulado e o exterior mais simples e cercado por estacionamentos de veículos. ▼ Paisagem encenada, divulgada e comercializada de forma dinâmica, com uso diurno e noturno, e articulada com a vida da cidade.	Equipamento considerado capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade. ▼ Estrutura que se compromete em gerar rendas através dos eventos que serão realizados, de modo a aumentar, assim, a atração turística e de cariocas no local. ▼ Paisagem encenada, divulgada e comercializada de forma restrita, com uso diurno e noturno, e desarticulada com a vida da cidade.	Equipamento considerado capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade. ▼ Estrutura que integra plurifuncionalidade de usos considerados capazes de gerar receitas para a sua manutenção: um complexo voltado para a arte com cinemas e restaurante. ▼ Paisagem encenada, divulgada e comercializada antes de sua conclusão como sendo: ‘O maior <i>hall</i> sinfônico até o momento no mundo’.	Equipamento considerado capaz de revitalizar a ‘vocação cultural’ da cidade. ▼ Estrutura que integra plurifuncionalidade de usos considerados capazes de gerar receitas para a sua manutenção: um complexo voltado para a arte, com mini-floresta e restaurante. ▼ Paisagem encenada, divulgada e comercializada como projeto âncora do processo de requalificação da Zona Portuária do Rio de Janeiro.	Equipamento considerado capaz de revitalizar a ‘vocação esportiva’ da cidade. ▼ Estrutura com altos custos de manutenção e pequena receita gerada em virtude da sub-utilização e por seu programa não contar com uma estrutura capaz de sediar eventos culturais. ▼ Paisagem encenada, divulgada e comercializada de forma restrita, com uso esporádico, e desarticulada com a vida da cidade.

O 'sistema de objetos' do 'Pentágono do Milênio'	Objeto 01 (Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas)	Objeto 02 (Cidade do Samba)	Objeto 03 (Cidade da Música)	Objeto 04 (Museu Guggenheim)	Objeto 05 (Estádio Olímpico João Havelange)
Controle social	<p>Controle do espaço público: espaço aberto.</p> <p>▼</p> <p>Prática da apropriação das atividades informais da feira livre por parte do poder público para criar no Rio de Janeiro uma atividade turística profissional e permanente.</p> <p>▼</p> <p>Tendência a privatização das vivências cotidianas ou, ainda ao enclausuramento social e espacial.</p>	<p>Controle do espaço público: espaço misto.</p> <p>▼</p> <p>Prática da apropriação das atividades informais do Carnaval por parte da LIESA para criar no Rio de Janeiro uma atividade turística profissional e permanente.</p> <p>▼</p> <p>Tendência ao isolamento em relação à vida da cidade, afastando os moradores do local e de outros bairros.</p>	<p>Controle do espaço público: espaço misto.</p> <p>▼</p> <p>Prática da apropriação das atividades ligadas à música clássica com a transferência da Orquestra Sinfônica Brasileira - OSB para essa nova sede, na Barra.</p> <p>▼</p> <p>Tendência ao isolamento em relação à vida da área central e da Zona Sul, por estar situada na Barra.</p>	<p>Controle do espaço público: espaço fechado.</p> <p>▼</p> <p>Prática da apropriação de atividades ligadas à arte brasileira e à arte internacional para criar no Rio de Janeiro uma atividade turística profissional e permanente.</p> <p>▼</p> <p>Tendência ao isolamento em virtude do seu programa não apresentar articulação com o local e a cidade.</p>	<p>Controle do espaço público: espaço misto.</p> <p>▼</p> <p>Prática da apropriação das atividades do futebol e do atletismo por parte do Botafogo de Futebol e Regatas para dotar o Rio com espaços para grandes eventos.</p> <p>▼</p> <p>Tendência ao isolamento em relação à vida da cidade em razão da falta de transporte para o Centro e a Zona Sul.</p>
Atração de investimentos	<p>A aprovação do PEU e a flexibilização da legislação atraiu o Setor Imobiliário para a o bairro transformado em Pólo Turístico e em Pólo de Moda.</p>	<p>A expectativa de Cesar Maia era que esse equipamento cultural superasse o fluxo de visitantes dos principais cartões-postais do Rio.</p>	<p>A região da Barra da Tijuca foi a que mais se valorizou nos últimos anos, constituindo-se no principal vetor de expansão da cidade.</p>	<p>A presença de um museu como o Guggenheim poderia gerar vantagens econômicas por meio dos projetos de requalificação urbana.</p>	<p>As mudanças na legislação caracterizaram uma zona de uso misto, que potencializou o uso residencial multifamiliar e o comércio no entorno do Estádio.</p>

Fonte: Elaboração da autora com base nos referenciais teóricos e em dados da PCRJ.

A arquitetura tem uma função primordial utilitária e uma função secundária, que é simbólica e consumida como comunicação, a despeito de sua própria funcionalidade. A análise na escala micro dos **projetos arquitetônicos** do conjunto monumental denominado ‘Pentágono do Milênio’ constatou que os significados denotados (funções de uso) e os significados conotados (funções ideológicas), embora sem desaparecer desses novos ícones ou imagens-marco produzidos na cidade do Rio de Janeiro, vêm-se submetidos à hegemonia das formas arquitetônicas (significantes) sobre as funções. Deste modo:

- os projetos arquitetônicos da Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e do Museu Guggenheim, no Píer Mauá, apresentam a estética como ponto forte, à medida que suas formas não denotam claramente as suas funções, e privilegiam a modernidade, o status e a segurança para uma parcela da população dotada de recursos, que ostenta um modo de vida diferenciado aos moldes estrangeiros e afirma a influência e o poder de consumo da classe média emergente, sendo a arquitetura utilizada como meio de distinção social e espacial.

- o Estádio Olímpico João Havelange, embora seu projeto arquitetônico privilegie a modernidade e a segurança, pela sua função ligada ao futebol, se constitui em um objeto arquitetônico popular, em que a forma segue a função, assim como o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, que por abrigar a antiga Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraibas, já tem a forma do Pavilhão associada à função do espaço, que mantém suas características de local de encontro e de diversidade, apesar da tentativa da prefeitura do Rio de Janeiro de ‘ordenar’ esse espaço para o consumo global.

- já o projeto arquitetônico da Cidade do Samba, ao utilizar os armazéns desativados da Zona Portuária como inspiração para a concepção dos galpões construídos para abrigar as atividades do Carnaval, valorizou a racionalidade, ao passo que sua forma possibilita sua função, mas acabou produzindo espaços padronizados e despersonalizados, não se tornando um equipamento cultural atraente para os habitantes da cidade.

Desse modo, alguns objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ funcionam mais como forma, ou seja, transmitem determinadas mensagens estéticas coerentes com o ideário estratégico de produção de espaços modernizados com vistas ao turismo e por meio da criação de imagens voltadas para o consumo a partir da escolha de tipologias arquitetônicas consideradas capazes de revitalizar a ‘vocação cultural’ e a ‘vocação esportiva’ da cidade, sendo suas funções de uso (seus significados denotados) apenas uma de suas funções, mas não as mais importantes, posições ocupadas pelas suas funções ideológicas (significados conotados). Nesse aspecto, cabe ressaltar que exceção dessa análise cabe ao Estádio Olímpico

João Havelange, cuja forma significativa (signo icônico) já foi estabelecida pelos códigos culturais (sua forma nos remete a forma do Estádio do Maracanã e a outros estádios de futebol no país e ao redor do mundo) e denota um determinado significado (função de uso) que um ‘estádio’ induz ao observador/ usuário e que, no que concerne à conotação ou, ainda, aos aspectos ideológicos de um ‘estádio’ e, como tal, trabalha como função ideológica que comunica a utilidade social de um campo esportivo.

Quanto à **cultura e a identidade**, as administrações municipais da ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008) criaram áreas à imagem dos investidores e dos cidadãos-consumidores, gerando uma separação simbólica com os demais grupos sociais. Alguns programas voltaram-se à ordenação dos espaços, como no urbanismo moderno, enquanto outros, ao buscarem espaços mais estéticos através de uma escala monumental, acabaram não se constituindo em espaços mais humanos e, assim, não favorecendo o processo de identificação dos cidadãos comuns.

Nesse sentido, o conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’, composto por objetos arquitetônico com forte apelo simbólico, se constitui em um enunciado emblemático dos ‘sistemas de ações’ utilizados pelas administrações municipais cariocas, no período de 1993 a 2008, que buscaram elaborar ícones ou imagens-marcos, consideradas capazes de tornar o Rio de Janeiro competitivo para integrá-lo ao ‘mercado mundial de cidades’, com base na produção de espaços de consumo com uma linguagem arquitetônica responsável pela fragmentação simbólica, produzida por um conjunto de representações sociais do espaço metropolitano, e pela fragmentação social, ao classificar categorias espaciais e estigmatizar os grupos sociais, apesar do discurso público sobre a cidade produzir um efeito naturalizador das diferenças e das práticas de apropriação dos espaços da cidade e legitimar ações e idéias por meio de imagens construídas em torno desses projetos e da própria cidade.

Tais imagens-marco da segunda e da terceira administração do prefeito Cesar Maia (2001-2008) foram pensados com vistas a reafirmarem centralidades antigas ou consolidaram novas centralidades no tecido da cidade: o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, como um centro de referência nacional e internacional da cultura nordestina; a Cidade do Samba, na Gamboa, como um núcleo de produção do Carnaval e um complexo de arte popular e de entretenimento do país; o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, como uma arena esportiva plurifuncional da ‘Segunda Potência Esportiva das Américas’ e da ‘Capital Esportiva da América do Sul’; a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, como um espaço para a música clássica e principal centro de espetáculos musicais da cidade e; o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, como um Pólo Cultural internacional voltado ao turismo.

A **plurifuncionalidade** pode ser considerada como uma busca comum ao conjunto do ‘Pentágono do Milênio’, composto por equipamentos considerados capazes de revitalizar a ‘vocação cultural’ e a ‘vocação esportiva’ da cidade. Entretanto, por mais que o projeto arquitetônico do Estádio Olímpico João Havelange tenha proposto um equipamento com vistas à plurifuncionalidade, o ‘Engenhão’ configura-se apenas como um complexo esportivo da cidade. Os demais objetos do ‘Pentágono do Milênio’ possuem tipologias arquitetônicas associadas aos shoppings centers, criando ‘pequenas cidades dentro da cidade’ e tentando integrar plurifuncionalidade de usos com vistas à geração receitas através de eventos atraentes aos investidores e aos cidadãos-consumidores e caracterizadas pelo contraste entre o interior altamente articulado e o exterior desarticulado com o entorno.

Apesar da tendência mundial de produção de espaços de consumo culturais e esportivos plurifuncionais para responder às necessidades constantemente renovadas da globalização, verifica-se a partir de um olhar na escala macro do conjunto de objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’, a tendência   especialização funcional diante dos usos pré-estabelecidos ao criar: um centro para a cultura nordestina; uma cidade para o samba; uma cidade para a música; um estádio olímpico para o futebol e; um museu para exposições internacionais com espaçao para algumas obras nacionais. Tais espaços tornam-se exclusivos e endurecidos em termos de integração com a vida da cidade,   medida que são concebidos para se tornarem monumentos espaçao-âncoras concebidos para transmitirem valor às atividades que abrigam, com vistas a criar novas centralidades e causando o envelhecimento precoce de centralidades antigas, que passam a não atender às necessidades de produção, circulação, consumo e informação da sociedade.

Nesse aspecto, a exceção é o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, já que os outros objetos arquitetônicos monumentais são descompromissados com os espaços em que se inserem, ou seja, não estão integrados em relação à vida dos bairros em que se encontram e não apresentam traços para que se possa realizar uma leitura clara que identifique suas origens e propósitos, o que acaba por gerar um esvaziamento dos significados denotados (funções de uso) desses novos símbolos da cidade do Rio de Janeiro, que se destacam na paisagem urbana, com vistas a uma projeção internacional, e seus significados conotados (funções ideológicas) a favor dos significantes (formas arquitetônicas) direcionados à produção de imagens promovidas pelo *marketing* urbano e em sintonia com os padrões e as normas globalizadas e em detrimento do atendimento das necessidades da população local, fatos que não favorecem o processo de identificação dos moradores e, sim, transmitem a sensação de não pertencimento quando no interior desses novos espaços produzidos para o consumo.

Em termos de **controle social**, a tentativa de requalificação urbana dos espaços da cidade onde foram construídos os objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’, em alguns casos, integrou esses espaços ao tecido da cidade, mas em outros, contribuiu para a segregação sócio-espacial à medida que a concepção que sustenta esses espaços de consumo procura determinar a formação da consciência e a conduta do usuário, ou seja, procura convencer as pessoas a viverem de um determinado modo. Percebe-se, também, a privatização dos espaços do ‘Pentágono do Milênio’, que passam a se diferenciar do espaço público tradicional, aberto a todos e considerado potencialmente perigoso, para se tornar um espaço mesclado para atender às necessidades dos investidores e dos cidadãos consumidores. Dessa forma, o conjunto de objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ pode ser caracterizado como uma ‘síntese social’, à medida que esses espaços fechados com regras para tudo têm como fatores principais a segurança e a sociabilidade vigiada ou, ainda, o controle social sobre o espaço, os seus usos e serviços e a população que dele se utiliza, construindo esquemas ordenadores da vida urbana, definidores da ordem que se tenta impor.

A análise do ‘Pentágono do Milênio’ constatou, também, que esses espaços produzidos pelas administrações municipais se constituem em espaços radicalmente não-públicos e não-sociais, mas produzidos socialmente, sendo um bom exemplo a Feira dos Nordestinos ou Feira dos Paraíbas, que do espaço público da rua, passou a ocupar o interior do Pavilhão de São Cristóvão, transformando-se no novo espaço mercantilizável do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, onde lojas de alimentos e de artigos nordestinos, juntamente com grandes restaurantes com comidas típicas, encontram-se simetricamente dispostos em ruas traçadas entre dois grandes palcos destinados aos *shows* de músicas, criando uma nova identidade espacial e cultural para ser ‘vendida’ e consumida como mercadoria, assim como outros espaços ao redor do planeta também influenciados pelo processo de globalização.

Essa questão pode ser bem compreendida a partir da classificação dos objetos do ‘Pentágono do Milênio’ com relação ao ambiente urbano (FERRARA, 1981) atravessado ideologicamente pelos antagonismos das relações sociais de produção, que compreendem, de um lado, o projeto, “que luta concretamente pelo domínio da linguagem” e, de outro, “a consciência do usuário na sua percepção do urbano”, e com base na hipótese de que a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como principais ferramentas da globalização no processo de produção de espaços atraentes ao consumo elitizado, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais no processo de produção do espaço do Rio de Janeiro, e o uso ou, ainda, o consumo, constitui-se em um modificador do espaço urbano,

os objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’ podem ser assim classificados:

- o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, em São Cristóvão, se caracteriza por um espaço aberto “infenso a códigos, ordens e normas”, apesar da tentativa de ordenamento e de controle desse espaço pela prefeitura do Rio de Janeiro, que vive a realidade, apesar da modernização de seus espaços e das paisagens voltadas ao consumo, em virtude “da força do próprio uso como história, engendrando o seu peculiar modo de ser urbano, altamente informado, porém carnavalescamente disposto”;

- a Cidade do Samba, na Gamboa, e o Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro, compreendem ambientes mistos constituídos por propostas amplas, programas definidos e espaços seguramente ordenados e administrados respectivamente pela Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro – LIESA e pelo Botafogo Futebol e Regatas, mas que “por força do uso como história” em um espaço “medianamente informativo”, se tornam disponíveis à ação urbana e;

- a Cidade da Música, na Barra da Tijuca, e o Museu Guggenheim, no Pêr Mauá, identificam-se como ambientes fechados, materializados por meio de projetos urbanos e arquitetônicos de ‘grife’, elaborados por arquitetos estrangeiros, constituindo-se cada um “enquanto código altamente ordenado e coercitivo”, não permitindo, apesar da plurifuncionalidade de seus espaços, a imprevisibilidade dos usos, e por serem altamente ordenados, possibilitariam uma circularão “baixa e plausível taxa de informação”, conservando os seus traços originais (FERRARA, 1981, p. 186)

Os objetos arquitetônicos monumentais do Museu Guggenheim (ainda enquanto projeto), da Cidade da Música (obra em execução) e do Estádio Olímpico João Havelange (obra concluída) foram pensados para terem uma fisionomia estável e contemplativa, a partir de uma série de escolhas formais e funcionais, em contraste, por exemplo, com o objeto arquitetônico monumental do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, que foi pensado para transmitir a espontaneidade da sua linguagem de expressiva dinâmica popular em correspondência com as necessidades constantemente renovadas dos investidores e dos cidadãos-consumidores, configurando um contraste entre a linguagem adotada nos três primeiros espaços, com intenção de permanência, e uma linguagem transitória, imprevisível e diversificada desse último espaço. Nesse percurso, caminha-se da ordem codificada e da baixa taxa de traduzibilidade do espaço pensado para os usuários para um código imensamente aberto, desordenado e com alta taxa perceptiva e informativa criado pelos usuários. Entre esses dois códigos, situa-se o objeto

arquitetônico monumental da Cidade do Samba, que se abre como espaço misto, com possibilidades de transição.

Na economia globalizada, a cada momento a mais-valia busca ultrapassar a si mesma, o que faz com que os equipamentos arquitetônicos e urbanos envelheçam rapidamente durante o processo de competitividade entre os lugares, que para se manterem no ‘mercado mundial’ necessitam de uma contínua (des)construção do seu espaço produzido, caracterizado pela destruição e pela construção dos objetos fixos e das relações sociais que se estabelecem nesses espaços, fatos que confirmam as várias intervenções urbanas realizadas em áreas já dotadas de infra-estrutura, que a cada nova requalificação urbana modificam valores pré-existentes e suas significações absolutas, que passam a se tornar relativas.

O conjunto denominado ‘Pentágono do Milênio’ foi concebido com base em uma estratégia estetizante e de inclinação à privatização, criada para administrar os fragmentos de espaços autônomos e plurifuncionais da cidade classificados como espaços do espetáculo e do consumo. A escolha dos locais para a implantação dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ não foi aleatória e, sim, seletiva, ao privatizar áreas já servidas de infra-estruturas urbanas, consideradas pela municipalidade como capazes de atrair investidores e cidadãos-consumidores e por constituírem-se em monumentos espaço-âncora de planos e projetos urbanos com maior abrangência, em lugar do fortalecimento dos valores sociais na esfera pública.

Assim, pode-se afirmar que esses objetos arquitetônicos contribuíram, em parte, para a **atração de investimentos** nos locais onde foram implantados, já que, na maioria dos casos, a atração maior ocorreu em virtude da flexibilização da legislação urbanística, juntamente com outros incentivos, que beneficiaram especialmente o Setor Imobiliário. Há que se questionar, entretanto, a partir dessas considerações, a face perversa do modelo de planejamento estratégico, principalmente pelo fato do mesmo inscrever-se num dos mais graves problemas sociais existentes em nosso País, a desigualdade sócio-espacial. Nesse sentido, as intervenções por meio de projetos urbanos pontuais e do redesenho físico com vistas à requalificação urbana, expressam um recurso de planejamento totalizante, de recriação da cidade como objeto gerador de lucro por meio de objetos arquitetônicos monumentais desvinculados do compromisso de uma melhor qualidade de vida e de um aumento da oferta de emprego, de moradia e de serviços para todas as camadas sociais.

A investigação da maneira como a municipalidade desenvolveu os seus ‘sistemas de ações’ e materializou os seus respectivos ‘sistemas de objetos’, com o intuito de observar as mudanças no modelo de planejamento estratégico carioca e nas práticas de requalificação urbana

por meio de objetos arquitetônicos monumentais para atender as sempre renovadas necessidades dos investidores e dos cidadãos-consumidores, partiu da **hipótese** na qual a arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como principais ferramentas da globalização no processo de produção de espaços atraentes ao consumo, caracterizados pela emergência de novas tipologias arquitetônicas e urbanas pretensamente globais no processo de produção do espaço do Rio de Janeiro e o ‘sistema de objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’, composto por objetos arquitetônicos com forte apelo simbólico, se constitui em um enunciado emblemático dos ‘sistemas de ações’ utilizados pelas administrações municipais cariocas na ‘Era Cesar Maia’ (1993-2008), que buscaram elaborar ícones ou imagens-marco, considerados capazes de fortalecer centralidades antigas, de criar novas centralidades, de construir uma imagem competitiva da cidade e de inseri-la nos ‘circuitos turísticos mundiais’.

Retomando a questão central **questão central:** os objetos arquitetônicos monumentais do ‘Pentágono do Milênio’, que materializaram o ‘sistema de ações’ do modelo de planejamento estratégico (a) integram um plano na escala macro voltado à inserção da cidade do Rio de Janeiro na competitividade mundial inter-cidades e; (b) contribuem e, se assim for, em que grau para a implantação do modelo de planejamento estratégico e de seu objetivo de requalificação urbana? E, como uma forma de respondê-la, ressaltam-se os seguintes problemas:

- o modelo de planejamento estratégico adotado na cidade do Rio de Janeiro pela municipalidade a partir dos anos 1990, apresentou por principais objetivos adaptar-se às condições transitórias da economia e dar respostas aos interesses privados sobre determinadas áreas da cidade por meio da materialização de ‘sistemas de objetos’ considerados capazes de absorver esses interesses no espaço e de criar uma imagem competitiva para a cidade. Dessa forma, o Rio de Janeiro para se tornar competitivo e capacitado a integrar os espaços econômicos globais compreendeu uma série de mudanças no planejamento urbano realizado pelas administrações municipais desse período, mas não conseguiu enfrentar os desafios de criar uma nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade para garantir à sua população o bem-estar mínimo necessário à consolidação de uma convivência democrática, ou seja, não foi capaz de elaborar um ‘projeto de cidade’, que integrasse ações pontuais com o planejamento urbano de maior amplitude e não trabalhou as demandas da sociedade civil em seus ‘sistemas de ações’;

- ainda que o prefeito Cesar Maia considerasse que o ‘sistema de objetos’ denominado ‘Pentágono do Milênio’ levaria a um planejamento na escala macro da cidade do Rio de Janeiro e, não, a um planejamento na escala micro dos objetos arquitetônicos, quanto à

dimensão urbanística, os equipamentos monumentais materializados, (e até mesmo o Museu Guggenheim, no Píer Mauá, que encontra-se na forma de projeto), apesar de não terem sido pensados de forma isolada e de integrarem um mesmo programa de obras, mostram-se pontuais, sem relação mais consistente com a cidade, já que faltam todos os elementos de articulação entre eles, não se constituindo em grandes projetos urbanísticos, em virtude dessas iniciativas de intervenção na cidade voltadas ao turismo não contribuírem para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, restringindo-se aos propósitos de organização do espaço urbano, e contribuírem parcialmente para a implantação do modelo de planejamento estratégico na cidade.

- a despeito dos ‘sistemas de ações’ elaborados por essas administrações não terem contribuído plenamente para a implantação do modelo de planejamento estratégico de cidades no Rio de Janeiro, o ‘sistema de objetos’ arquitetônicos monumentais denominado ‘Pentágono do Milênio’ contribuiu pontualmente, caracterizando um deslocamento do discurso em relação aos resultados, ao reverso do que esse programa de obras desenvolvido com base na concepção do Plano Estratégico II – ‘As Cidades da Cidade’ se propôs, ou seja, beneficiar a cidade como um todo. Nesse sentido, o exterior dos objetos arquitetônicos do ‘Pentágono do Milênio’ se constituem como paisagens (um conjunto de objetos reais-concretos ou, ainda, formas-objetos) relativamente imutáveis, enquanto o interior desses equipamentos culturais e esportivos monumentais se configuram como espaços, ou seja, suas respectivas formas e os investidores e cidadãos-consumidores que delas se utilizam formam um sistema de valores em permanente recriação. Baseados neste tipo de arquitetura, o isolamento físico, criado a partir de cercas ou muros nestas construções, acaba por sugerir um estado de autonomia em relação ao seu entorno e à cidade como um todo. Com isso, definiu-se a idéia de ‘Cidades dentro da Cidade’, que vem sendo desenvolvida e propagada nesses projetos da prefeitura do Rio de Janeiro.

- apesar das administrações municipais terem aberto determinados espaços do Rio de Janeiro à requalificação urbana, considerada necessária à produção de uma imagem competitiva da cidade, grandes investimentos públicos em objetos arquitetônicos monumentais não guardam uma relação imediata e obrigatória com a inserção da cidade no ‘circuito internacional de turismo’ e, ainda, estar inserido nesse circuito não significa a garantia de êxito de um plano estratégico em longo prazo, sendo necessário definir um ‘projeto de cidade’ que não busque o desenvolvimento urbano de maneira superficial, com base em um discurso da inovação e preocupado apenas em criar uma imagem competitiva, sobretudo no exterior, para atrair investidores e cidadãos-consumidores, mas o desenvolvimento urbano integral, a partir de uma lógica inovadora que resolva questões estruturantes e condicionantes do desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS.

A - TRABALHO APRESENTADO EM EVENTO: CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS E OUTROS EVENTOS CIENTÍFICOS

ABRAMO, Pedro. A dinâmica espacial: o ciclo de vida das localizações e os processos de difusão das inovações espaciais. In: Encontro Nacional de Economia, 13., 1995a, Salvador (BA), *Anais...* Salvador: ANPEC, v.2. p. 324-346, 1995a.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento, 7., 1997, Recife (PE), *Anais...*, v. 2. Recife, p. 1070-1099, mai. 1997.

BACELAR, Tânia. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento, 7., 1997, Recife (PE), *Anais...*, v. 2., Recife, mai. 1997.

BARANDIER, Henrique. Projeto urbano e estruturação do espaço: estudo dos casos das áreas portuárias do Rio de Janeiro e Buenos Aires. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 7. 1996, Rio de Janeiro (RJ), *Anais...*, p.171-179, Rio de Janeiro: UFRJ/ PROURB, 1996.

BIENENSTEIN, Glauco; SÀNCHEZ, Fernanda; VAINER, Carlos; CANTO, Bárbara; BENEDICTO, Danielle Barros; GUTERMAN, Bruna; PICINATTO, Leonardo. Grandes intervenções nas metrópoles brasileiras: um contraponto entre os projetos Ver-o-Peso e Estação das Docas em Belém do Pará. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém (PA), *Anais...*, Belém, mai. 2007.

CAMPOS, Roberto Cintra; PEIXOTO, Elaine Ribeiro. New Urbanism ou sacralização do passado? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 13., 2009, Florianópolis (SC), *Anais...*, Florianópolis, mai. 2009.

CARDOSO, Adauto Lúcio. O Programa Favela-Bairro: uma avaliação da experiência recente. In: Seminário de Avaliação de Projetos IPT, 2006. Disponível em: <<http://habitare.infohab.org.br/pdf/publicações/arquivos/44.pdf>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2007.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O II Plano Estratégico do Rio de Janeiro: a anulação da política frente ao ajuste urbano da cidade. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 13., 2009, Florianópolis (SC), *Anais...*, Florianópolis mai. 2009.

DEL RIO, Vicente. Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 7., 1997, Recife (PE), *Anais...*, p. 685-714, Recife, 2007.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. Políticas globais e resistência social na Zona Portuária. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 11., 2005, Salvador (BA), *Anais...*, Salvador, 2005.

FREITAS RIBEIRO, Viviani de Moraes; KLEIMAN, Mauro. O questionamento dos modelos de política urbana como proposta de desenvolvimento do território com equidade. In: Colóquio Transformaciones Territoriales, 6., 2006b, Argentina, *Anais...*, Argentina, nov. 2006b.

_____; KLEIMAN, Mauro; MENDES, Victor Marcelo de Oliveira. Aonde vamos? O modelo estratégico e suas diferentes abordagens de política urbana do Rio de Janeiro e Salvador. In: Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 12., 2006a, Portugal, *Anais...*, Portugal, ago. 2006a.

_____. O planejamento estratégico das cidades: um caso de ironia objetiva?. In: Seminário Nacional de Infra-Estrutura, Organização Territorial e Desenvolvimento Local: Território e Desenvolvimento, 4., 2005, Salvador (BA), *Anais...*, Salvador, jun. 2005.

_____. A questão da revitalização na problemática do planejamento: o caso do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro: redução ou aumento da distância entre integrados e excluídos? In: Seminário Nacional Infra-Estrutura, Organização Territorial, Desenvolvimento Local, 3., 2004c, Salvador (BA), *Anais...*, Salvador, nov. 2004c.

_____. O papel das cidades, os novos modelos de planejamento, o retorno aos projetos urbanos e a revitalização urbana do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. In: Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território, 8., 2004b, Rio de Janeiro (RJ), *Anais...*, mai. 2004b.

_____. O planejamento estratégico voltado à revitalização urbana: ampliação do acesso a terra urbanizada ou permanência da cultura da exclusão social na cidade do Rio de Janeiro. In: Semana IPPUR, 10., 2004a, Rio de Janeiro (RJ), *Anais...*, Rio de Janeiro, set. 2004a.

_____. Das trevas às luzes?: Transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Encruzilhadas do planejamento:

repensando teorias e práticas, 10., 2003c, Belo Horizonte (MG), *Anais...*, Belo Horizonte, mai. 2003c.

_____. Reorganização territorial no Rio de Janeiro: Momentos de intervenção urbana em São Cristóvão. In: Seminário em Infra-Estrutura, Organização Territorial e Desenvolvimento Local, 2. 2003a, Salvador (BA), *Anais...*, Salvador, 2003a.

GIUSSO, C; FARINA, F.; SÁNCHEZ, M. B.; SCHAPOSNIK, V.; ULACIA, A. GALLARDO, C. Nuevas tipologías arquitectónicas globales leídas como equipamiento urbano global. In: Coloquio Transformaciones Territoriales, 6., Santa Fé (Argentina), *Anais...*, Santa Fé, nov. 2006.

GONZÁLES, Mirta; VILLAVICENCIO, Alberto. Planes estratégicos: de los refutadores de leyendas a la ciudadempresa. Estudio de un caso. In: Coloquio Transformaciones Territoriales, 6., 2006, Santa Fé (Argentina), *Anais...*, Santa Fé, nov. 2006.

KLEIMAN, Mauro. Globalização e desenvolvimento territorial: o papel do Estado nas políticas de urbanização no Brasil. In: Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e o Caribe, 10., 2001, Moscou, *Anais...*, Moscou, jun. 2001.

_____. A Modernização Incompleta, As Redes de Infra-Estrutura Urbana na Construção do Moderno Rio de Janeiro: A Cidade-das-Redes e a Cidade-Fora das-Redes. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 4., 1996, Rio de Janeiro (RJ), *Anais...*, Rio de Janeiro: PROURB/ FAU/ UFRJ, p. 761, 1996.

MASCARENHAS, Gilmar. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos-2007. In: Colóquio Internacional de Geocrítica: los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales, 9., 2007, Porto Alegre (RS), *Anais...* Porto Alegre, jun. 2007.

NOVAIS, Pedro; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém (PA), *Anais...* Belém, mai. 2007.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Corredor Cultural, um projeto de preservação para o Rio de Janeiro. In: Seminário de Desenho Urbano, 2., 1996, Brasília (DF), *Anais* Brasília: UnB, 1986.

PINHEIRO MACHADO, D. B. Linha Vermelha: une solution restreinte pour un problème complexe de transport urbain à Rio de Janeiro. In: PTRC-Summer Annual Meeting, 1988, Bath, 16., 1988, Developing Countries. Londres: PRTC, v. J/H. p. 183-197, 1988.

SÀNCHEZ GARCIA; BIENENSTEIN, Glauco; VAINER, Carlos; PICINATTO, Leonardo; BARROS, Danielle; GUTERMAN, Bruna; CANTO, Bárbara. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas dos grandes projetos urbanos. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém (PA). *Anais...* Belém, mai. 2007.

_____; BIENENSTEIN, Glauco; GUTERMAN, Bruna; MARTINS, Talitha; CRUZ, Marcus Cesar; NOVAIS, Pedro; OLIVEIRA, Fabricio Leal de. Jogos Pan-americanos Rio 2007: uma análise trans-dimensional do projeto urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12., 2007, Belém (PA). *Anais...* Belém, mai. 2007.

_____; BIENENSTEIN, Glauco. A configuração de um modelo: notas para a inscrição histórica das grandes intervenções na cidade contemporânea. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, 8. Rio de Janeiro (RJ). *Anais...*, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 9. Rio de Janeiro (RJ). *Anais...*, Rio de Janeiro, p. 246-257, 2001.

VIEIRA, Natália Miranda. Preservação e desenvolvimento econômico: possibilidade ou contradição. In: Seminário Internacional Patrimônio e Cidade Contemporânea: políticas, práticas e novos protagonistas, 3., 2002, Salvador (BA). *Anais...*, Salvador, 28 a 31 de maio 2002.

WATANUKI FILHO, Adhemar. Desconstrução do espaço: da teoria à prática vivenciada pelas cidades. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 13., mai. 2009, Florianópolis (SC). *Anais...* Florianópolis, 2009. 1 CD-ROM.

B- ARTIGO DE REVISTA CONSULTADO NA WEB

Estádio Olímpico Municipal João Havelange, Revista Viver Bem, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.viverbemonline.com.br/revista/170/imagens/2278>>. Acesso em 24 de julho de 2006.

AGUIAR, Douglas Vieira de. Colisões urbanas: continuidades e discontinuidades. Periódico Mensal Arqtextos. Texto Especial, n. 166, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp166.asp>>. Acesso em 21 de março de 2008.

ALMEIDA, Livia. Da prancheta para a vida real. Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/vejarj/090806/veja_15anos.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

ANDRADE, Carlos Fernando de Souza Leão. Decisões do XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos. Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg036/arg036_01.asp>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. O conceito de cidades-jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg042/arg042_02.asp>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

ARANHA, Sergio; MOURA, Éride. Entrevista com Christian de Portzamparc. 23 de jul./ 2003. Revista Projeto Design, n. 281, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/diariodeobra/index.shtml?ler=1058981605>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

BARROS, Daniele; PICINATTO, Leonardo. Grandes projetos urbanos e fronteiras sociais: irrupções da resistência. Revista Geocities. Disponível em: <<http://br.geocities.com/fporj/textouff.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2008.

BRANDÃO, Zeca. O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. Periódico Mensal Arquitextos, n. 25, Texto Especial n. 134, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp134.asp>>. Acesso em 20 de março de 2008.

BRISOLLA, Fabio. A cidade valorizada: boa fase do mercado espalha empreendimentos pelos bairros do Rio. Revista Veja Rio, Guia Imobiliário. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=14076>. Acesso em 24 de julho de 2006.

COLIN, Silvio. Racionalismo e arquitetura. Informativo Viver Cidades. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br/publico/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/template02/view.htm?from%5Finfo%5Findex=1&editionsectionid=5&inoid=1034>>, abr./ 2006. Acesso em 24 de julho de 2006.

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio. Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. Informativo Viver Cidades, set. 2004. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em 29 de março de 2009.

DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. O legado do urbanismo moderno no Brasil. Paradigma realizado ou projeto inacabado? . Periódico Mensal Arquitextos. Texto Especial n. 23, nov. 2000. Disponível em: <<http://arquitextos.com.br/arquitextos/arg000/esp023.asp>>. Acesso em 21 de março de 2008.

_____; KEITH, Trevor. New Urbanism, dependência do automóvel, senso de comunidade. Um estudo comparativo de dois conjuntos residenciais na Califórnia. Periódico Mensal Arquitextos, 2003. Disponível em: <<http://arquitextos.com.br/arquitextos/arq000/esp201.asp>>. Acesso em 24 de julho de 2006.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 9. Paraná (PR): UFPR, jan.- jun. 2004, p. 107-116. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewPDFInterstitial/3086/2467>>.

DUARTE, Ronaldo Goulart. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, v. IX, n. 194 (44), 1 de ago. 2005. Disponible em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>>.

FERNANDES, Nelito. Ex-maluquinho quer virar história: com muita obra e fama de autoritário, o prefeito do Rio tenta reeleição de olho em 2006. Revista Época, 11 de setembro de 2003. n. 278. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG59910-6009,00-exmaluquinho+quer+virar+historia.html>>. Acesso em 06 de junho de 2008.

FERREIRA, Angela Lucía de Araujo; MARQUES, Sônia. Privado e público: inovação espacial ou social? Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona (ISSN 1138-9788), n. 69 (20), ago. 2000. Acesso em 29 de julho de 2006.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. Celebration: a busca da cidade perfeita e a vida real. Revista EURE, v. 27, n. 81, p. 123-27, set./ 2001. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612001008100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 jul. 2006.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Revista Estudos Geográficos, Rio Claro (SP), p. 29-42, jun. 2004. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>. Acesso em 24 de julho de 2006.

GONSALES, Célia Helena Castro. Cidade moderna sobre cidade tradicional: movimento e expansão – parte 2. Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp292.asp>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

HABERMAS, J.. Cidade da Música começa a ser construída em agosto no Rio. Revista Museu, 31 de julho de 2003. Disponível em:

<http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=2383&MES=/7/2003&max_por=10&max_ing=5>. Acesso em 01 de junho de 2007.

HAZAN, Vera Magiano. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc041/arc041_02.asp>, s.d. Acesso em 01 de junho de 2007.

IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina? Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc019/arc019_03.asp>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

LARA, Fernando. Admirável urbanismo novo. Periódico Mensal Arquitextos, Texto Especial n. 56, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc000/esp056.asp>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

_____. Vizinhos do Pateta. Periódico Mensal Arquitextos, n. 11, abr. 2001. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>>.

LEONÍDIO, Otávio. Arquitetura do desacomodamento: Jean Nouvel e o Guggenheim do Rio de Janeiro. Periódico Mensal Arquitextos, abr. 2003. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/ac/ac011/ac011_1.asp>. Acesso em 01 de junho de 2008.

LIMA, Zeuler. Enclaves globais em São Paulo: urbanização sem urbanismo? Periódico Mensal Arquitextos, n. 59, abr. 2005. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc059/arc059_02.asp>. Acesso em 30 de março de 2008.

LIMONAD, Ester. Estranhos no paraíso (de Barcelona). Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Serie documental de Geo Crítica. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98. v. X, n. 610, 25 de out./ 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>>.

LUCCHESI, Camila. A fantástica fábrica do samba. Revista Host. Disponível em:

<http://revistahost.uol.com.br/publisher/preview.php?edicao=1206&id_mat=808>. Acesso em 30 de março de 2008.

MAGESTE, Paula. Autor do projeto do Guggenheim Rio, Jean Nouvel faz exposição e explica sua obra. Revista Época. Disponível em:

<<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR59821-6014,00.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

MAHFUZ, Edson da Cunha. O sentido da arquitetura moderna brasileira. Periódico Mensal Arqtextos, n. 20, jan. 2002. Disponível em: <http://www.arqtextos.com.br/arqtextos/arq020/arq020_01.asp>. Acesso em 16 de junho de 2008.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. O imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria RS. Periódico Mensal Arqtextos. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp3337.asp>>. Acesso em 16 de junho de 2008.

MESSENTIER, Leonardo M. de O patrimônio no centro da metrópole: Rio de Janeiro, final do século XX. Revista IPHAN. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=99>>. Acesso em 01 de junho de 2006.

MOURA, Éride. O tema da música possibilita trabalhar acústica e desenho, conceber uma forma livre. Revista Projeto Design, n. 281, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/entrevista45.asp>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Projeto Rio-Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales. Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Univeridad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, v. XII, n. 270 (117), ago./ 2008.

PALLONE, Simone. Projeto de construção no Rio ainda gera polêmica. Revista Ciência e Cultura, v. 55, n. 3, jul.-set. 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252003000300034&script=sci_arttext>.

PAVIANI, Aldo. Brasília: conceito urbano espacializado? Periódico Mensal Arqtextos. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq051/arq051_00.asp>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

RIBEIRO, Gabriela. O teatro do MAM no Rio de Janeiro. Revista Minha Cidade, ano 2, v. 2, n. 29, p. 29, set. 2001,. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc029/mc029.asp>>. Acesso em 20 de março de 2008.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Licitação da Cidade da Música será em março. 13 de fevereiro de 2008. Revista Museu. Disponível em:

<http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=15567&MES=/2/2008&max_por=10&max_ing=5>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

_____. Arquiteto francês visita obras da Cidade da Música. 22 de abril de 2007. Revista Museu. Disponível em:

<http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=12551&MES=/4/2007&max_por=10&max_ing=5>. Acesso em 01 de junho de 2008.

ROITMAN, Sonia. Transformaciones urbanas en los '90: los barrios cerrados del Area Metropolitana de Mendoza. Revista Mundo Urbano, n. 13, set.-out. 2001. Disponível em: <http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=104&Itemid=43>. Acesso em 28 de maio de 2008.

SABBAG, Haifa Yazigi. Cidade da Música, Rio de Janeiro, Brasil. Jan. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/ac/ac014/ac014_1.asp>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

SANTOS, Julio Cesar Ferreira. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194 (43), ago. 2005.

SEGRE, Roberto. Rio de Janeiro metropolitano: saudades da Cidade Maravilhosa. Periódico Mensal Arquitextos. Revista ZArquitectura, n. 2, Zaragoza, Colégio Oficial de Arquitetos de Aragón, p. 46-49, 2003c. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046_01.asp>. Acesso em 14 de maio de 2009.

_____. Modelo, tipologia e criatividade periférica ou concurso de Santiago de Compostela para América Latina. Periódico Mensal Arquitextos. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp041.asp>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

TEATRO Municipal. Revista Só Arquitetura. Disponível em: http://www.soarquitetura.com.br/template.asp?pk_id_area=21&pk_id_topico=356&pk_id_template=1>. Acesso em: 14 maio 2009.

VIEIRA, Natália Miranda O processo urbano contemporâneo de privatização do espaço público. Revista Urban Conservation, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.urbanconservation.org/apresentacao.htm>>. Acesso em 20 de março de 2008.

_____. Práticas preservacionistas contemporâneas: valor cultural x valor econômico. Revista Urban Conservation, nov. 2002. Disponível em:
<<http://www.urbanconservation.org/apresentacao.htm>>.

VILLAÇA, Flávio. A OSB e a cidade do Rio de Janeiro. Revista Concerto, n. 90, ano IX, nov. 2003, p. 20. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/rev_concerto.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

VIRGÍLIO, Maria Mercedes de; LANZETTA, Máximo; REDONDO, Adriana; RODRIGUEZ, Maria Carla. Los procesos de renovación urbana en Buenos Aires: percepciones de habitantes de La Boca. Revista Mundo Urbano, n. 2, jun. 2000. Disponível em:
<http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=43>. Acesso em 28 de maio de 2008.

WILHEIM, Jorge. Arquitetura: mero produto de consumo? Informativo Viver Cidades, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2007.

C- ARTIGO DE JORNAL CONSULTADO NA WEB

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO. Cidade da Música: Cuidado nos acessos. Jornal do Brasil, 09 de ago. Disponível em:
<http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=10108>. Acesso em 01 de junho de 2008.

_____. A ordem é construir. Jornal O Globo e Extra. Disponível em:
<http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18217>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

_____. Legislação facilita investimentos: São Cristóvão passou a receber empreendimentos depois do Projeto de Estruturação Urbana. Jornal O Globo Zona Norte. Disponível em:
<http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17102>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

_____. Toda estrutura de lazer e segurança em um só lugar: Construtoras transformam empreendimentos em verdadeiros resorts. Jornal O Globo e Extra. Disponível em:
<http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18218>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

_____. A poucos minutos de casa: Cariocas que moram perto do trabalho têm mais tempo de lazer. Jornal O Globo e Revista Morar Bem Especial. Webtexto. Disponível em:
<http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=22582>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

_____. BENEVIDES, Carolina. A insegurança que muda a paisagem. Jornal do Commercio. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=22776>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

_____. MARQUEIRO, Paulo. A nova onda do mercado imobiliário carioca: número de lançamentos cresce 9,8% e construções se espalham para além da Barra da Tijuca e do Recreio. Jornal O Globo. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=16790>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. SALES, Felipe A nova menina-dos-olhos do Rio. Jornal do Brasil. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=19869>. Acesso em 20 de março de 2008.

_____. WAMBIER, Ana. “Praçarelas” ligarão bairros da Zona Norte. Jornal O Globo, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=15193>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

ANSELMO, Luciana. A reboque do crescimento. Jornal O Globo. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=16979>. Acesso em 01 de junho de 2008.

_____; CASEMIRO, Luciana. Jornal O Globo. Aprovação de projetos é mais rápida no Rio: Dados sobre legislação dos bairros estarão disponíveis na internet a partir de janeiro. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18016>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

ARYRES, Nelson. Arcos do estádio são parecidos com um projeto de 1941: Carlos Porto, autor do projeto do ‘Engenhão’, e o desenho de 1941. Jornal Lancenet, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.engenhao.com/site/5/pg17.asp>>. Acesso em 28 de maio de 2008.

FRÓES, Joana. *Cidade da Música ficará pronta em maio de 2008*. Jornal do Comércio, 05 de junho de 2007. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=15173>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

GOMES, Anderson. ‘Engenhão’ passa de ‘elefante branco’ a salvação no Rio. Jornal Pelé.Net. Acesso em 29 de maio de 2008.

_____. Estádio traz lançamentos e construção de mil unidades está em licenciamento. Jornal O Globo Zona Norte. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17101>, s.d.

LICITAÇÃO da Cidade da Música será em março. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), 14 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2008/02/14/e140210521.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

MACHADO, Carolina. Todos querem o bairro imperial: São Cristóvão deve receber mais de oito empreendimentos em dois anos. Jornal do Brasil. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=16099>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

MAGALHÃES, Kelly. Limites para shoppings na Zona Sul e na Tijuca. Jornal O Globo. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=14372>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Ação tenta impedir construção do Guggenheim Rio. Jornal O Globo, 15 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/artes/gug.html>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

REZENDE, Sidney. Cidade da Música: “Cultura não tem preço”. Jornal CBN, 13 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/sec_rio_view.php?id=6643>. Acesso em 28 de maio de 2008.

D - MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

AMENDOLA, Monica. Uma leitura geográfica dos planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2002.

ARAÚJO, Rosane Lopes de. O planejamento urbano e a norma de uso e ocupação do solo: a Cidade do Rio de Janeiro na década de 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

BAHIA, Maria Dolores Pereira. Política de intervenção urbana: uma leitura crítica sobre os programas Rio-Cidade e Favela-Bairro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos – Um Haussman tropical: as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Planejamento

Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BENETTI, Mariceia. Indiana Jones: análise semiótica da produção serial dos meios de comunicação de massa. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRONSTEIN, Olga. Estrutura urbana, distribuição de população e setor público. Dissertação (Mestrado em planejamento Urbano) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979. 257p.

BRUM, Mario Sérgio Ignácio. “O povo acredita na gente”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BRUNO, Joana Sarmet Cunha. Os novos museus na promoção da imagem das cidades: o caso do Museu de Arte Contemporânea de Niterói. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, André Luiz Carvalho. Arquitetura encapsulando a informalidade: da Feira dos Paraibas ao Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CASTRO, Adriana Soares de. Planejamento urbano e desigualdades sócio-espaciais: desafios postos ao Plano Diretor e Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CAVACO, Adriana de Sá Barcelos. Limitações e perspectivas da viabilização da reforma urbana dos “novos planos diretores”. Reflexão com base nos casos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

COLIN, Silvio. A emergência do empreendedorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Maria Alice Nunes. Empresas em transformação no Brasil contemporâneo: o investimento social privado é uma nova solidariedade? Projeto de Tese (Doutorado em

Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, Leila Maria Baptista. O Plano Piloto para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá & o Projeto Rio-Cidade: imagens-signo na arquitetura e conformação urbana da razão modernista e pós-modernista de cidade. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Plano Diretor e Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: gestão democrática ou gestão estratégica? Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FONTES, Adriana Sansão. A nova forma da Esplanada de Santo Antônio: o projeto Urbano na área central do Rio de Janeiro no século XXI. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, Cristiane Motta. A reconquista do centro: uma reflexão sobre a gentrificação de áreas urbanas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FREITAS RIBEIRO, Viviani de Moraes. Das trevas às luzes?: transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003b.

FRIDMAN, Fania. Prática de planejamento: o caso do Catumbi na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

GOMES, Fátima Fernandes. O Museu Guggenheim do Rio de Janeiro: prelúdio de uma nova época? Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES, Raquel Garcia. Modelos emergentes de planejamento: elaboração e difusão: um estudo do planejamento estratégico situacional. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

KAUFFMANN, Márcia Oliveira. Entre quatro paredes: a linguagem do CIEP. Monografia (Curso de Pós-graduação em Economia Política da Urbanização) - Instituto Metodista Bennett, Faculdades Integradas Bennett, Rio de Janeiro, 1994.

LEMME, Antonio Hermano. Revitalização urbana: O que é isso companheiro? O Programa Rio-Rua na Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

LIMA JÚNIOR, Pedro de Novaes. Uma estratégia chamada 'Planejamento Estratégico': deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teria do planejamento urbano. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Rio de Janeiro, 2003.

MACHADO, Thiago Ramos. Para a "Cidade Maravilhosa", um "Plano Maravilha": uma leitura crítica sobre produção da imagem turística e marketing urbano no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MACHADO, Verônica Ferreira. Compreendendo o urbano: o marketing político na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MADEIRA, Luis. Projeto urbano e planejamento: o caso do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

MENDES, João Luiz Guerreiro. Terceirização do planejamento urbano: um novo estilo racionalista de governar? Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

MENDES JÚNIOR, Walcler de Lima. O samba como ferramenta de representação da cidade. Monografia (Especialização em Planejamento Urbano e Uso do Solo) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

MONTEIRO, Patrícia Menezes Maya. Espaços livres públicos de São Cristóvão: padrões espaciais e sociais. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

NACIF, Cristina Lontra. Legislação urbana, conflitos e implicações espaciais na cidade do Rio de Janeiro (1993-2004). Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

NOBRE, Eduardo Alberto Cuce. Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Sônia Azevedo Le Cocq de. Rio de Janeiro: o modelo de urbanismo e a cidade real. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

PEREIRA, Liana Maria de Ranieri Silbernagel da Silva. Campo de São Cristóvão e sua Área de Vizinhança: Processos Ecológicos e Transformações Urbanas. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1976.

PULICI, Andrea Paulo da Cunha. Intervenção pública na década de 90: impactos espaciais do Programa Rio-Cidade no mercado imobiliário da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SAMPAIO, Andrea da Rosa. Normas urbanísticas e sua influência no processo de configuração espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SARTOR, Carlos Eduardo. Imagem da cidade, cidade da imagem: uma análise sobre o modelo de intervenção urbana do Rio-Cidade. 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

SILVEIRA, Carmem Beatriz. O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

STROHAECKER, Tânia Marques. O Bairro de São Cristóvão: de arrabalde aristocrático à periferia do Centro. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

E - ARTIGO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (EM PAPEL)**ARTIGO DE REVISTA**

ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estratégia urbana, sua reprodutibilidade e o capital. Ensaio FEE, Porto Alegre (RS), v. 16, n. 2, p. 510-55, 1995.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Brasil nos anos 1990: opções estratégicas e dinâmica regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo (SP), n. 2, p. 9-24, mar. 2000.

ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades floresce. Cadernos IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), v. 8, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

BELLIOT, Marcel. Le 'New Urban Planning' peut-il résoudre la question urbaine dans pays pauvres? In: Villes en développement, n. 76, p. 5 e 6, jun. 2007.

BENEVIDES, Carolina. As cidades como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, n. 45. São Paulo (SP), p. 152-166, jul. 1996.

_____. Planes estratégicos y proyectos metropolitanos. Cadernos IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), v. 11, n. 1 e 2, p. 207-231, jan.- dez. 1997b.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP): Annablume, n. 39, p. 32-47, 1996.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. Revista Eure, Santiago de Chile, v. XXXI, n. 93, p. 53-71, ago. 2005.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O conceito de modernidade e o meio artístico carioca nos anos de 1900 a 1909. Cadernos de Pós-Graduação da UNICAMP, v. 8, p. 9-18, 2006.

COLIN, Silvio. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, n. 1. Campinas (SP), p. 91-114, mai.- nov. 1999.

DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP): Annablume, n. 3, 1984.

DEL RIO, Vicente. Construindo o nosso lugar: interseções entre o mundo interior e o ambiente. Cadernos do PROARQ/ UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), v. 7, n. 7, p. 3-18, nov. 2003.

_____. Revitalização dos centros urbanos: o novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/ USP, São Paulo (SP), n. 4, p. 53-64, dez. 1993.

FERNANDES, Ana Cristina. Aliança e competição entre cidades. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP) Annablume, n. 41, ano XVII, 2001.

FERRARA, Lucrécia D'Alésio. Semiótica: a estratégia dos signos. Coleção Estudos, n. 79. São Paulo (SP): Perspectiva, 1981.

FRIEDMANN, John. Planificación para el siglo XXI: el desafío pós-modernismo. Revista Eure, Santiago de Chile, v. XVIII, n. 55, p. 79-89, Santiago, 1992.

FORN, M. Estrategias de transformación urbana y económica. Barcelona, 1993 (mimeo).

GUNN, Philip. O New Urbanism e o revival escapista de mercado. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo (SP): EESC-USP, 2005.

HABERMAS, J.; ABREU, Luciano. Cirurgia urbana e ideológica na primeira República: quando higienizar era preciso (mimeo).

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP): Annablume, ano XVI, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP): Annablume, n. 6., 1982.

GRANT, Jill. Uso misto na teoria e na prática: a experiência canadense com a implantação de um princípio de planejamento. Cadernos IPPUR/ UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), v. XIX, n. 1 e 2, jan. - dez. 2005.

HABERMAS, J.. A arquitetura pós-moderna. Dossiê Habermas. Novos Estudos Cebrap, São Paulo (SP), n. 18, 1987.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 4, São Paulo (SP), out. - dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

HOWARD, Ebenezer. Cidades-jardins de amanhã. Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

HUYSSSEN, Andréas. Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, 2000.

MAIA, Cesar. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR/ UFRJ, v. 11, n. 1 e 2, Rio de Janeiro (RJ), p.113-130, jan.- dez. 1997.

MACHADO, Eduardo Gomes. Planejamento e agentes urbanos no Brasil. Revista Pensar, Fortaleza, v. 13, n. 1, jan.- jun. 2008, p. 95-106. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/2520.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2008.

MAGALHÃES, Sérgio. Crea-RJ debate propostas para o desenvolvimento do Rio. Revista CREA-RJ, Rio de Janeiro (RJ), n. 57, mar.- abr. 2006.

MARTINS, Ângela Maria Moreira. A exposição internacional de 1922. Cadernos do PROARQ/ UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), n. 2, p. 1-32, out. 1997.

NATAL, Jorge L. A. Império norte americano e território no Brasil dos 80's e 90's. Uma leitura inspirada em Maria da Conceição Tavares. Revista Eure, Santiago de Chile, v. XXVIII, p. 117-31, set. 2002.

_____. Revisitando o Rio de todas as crises (mimeo).

OLIVEIRA, Alberto de. Planejamento urbano e geração de empregos: a cidade de São Paulo (Brasil) nos anos 90. Revista Eure, Santiago de Chile, p. v. XXXI, n. 92, 2005.

OSÓRIO, Mauro. Rio: estratégia local é prioridade. Revista CREA-RJ, Rio de Janeiro (RJ), n. 57, mar. - abr. 2006.

PIZARRO, Maria García. La planificación estratégica y el arte del buen gobierno. In: Estudios y Comentarios, n. 10. Granada (España): Instituto de investigación urbana y territorial, 2007.

RANDOLPH, Rainer. Estabilidade sócio-histórica material-concreto: proposições metodológicas para a análise regional. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro (SP), v. 22, n. 43 e 44, p. 378-383, 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. Coleção Debates, São Paulo (SP): Perspectiva, n. 18, 1987.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Revista Eure, Santiago do Chile, v. XXIX, n. 88, p. 79-95, dez. 2003.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Revista Espaço & Debates, n. 41. São Paulo (SP): NERU, 2001.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo. OLIVEIRA, Fabrício de. Vazios Urbanos no Rio de Janeiro. Revista Cadernos de Urbanismo, Rio de Janeiro (RJ), 2000.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos; Escritório F. Luz Arquitetura. Rio-Cidade II – Benfica/ São Cristóvão, Rio de Janeiro (RJ): PCRJ, 1998.

RYFF, T. O Estado, a fusão e a região metropolitana. (mimeo).

SÀNCHEZ GARCIA, Fernanda E.; MOURA, Rosa. Ciudades-modelo: estratégias convergentes para sua difusão internacional. Revista Eure, Santiago do Chile, v. XXXI, n. 93, p. 21-24, ago. 2005.

SÀNCHEZ GARCIA, Fernanda E. Buscando um lugar ao sol. Revista Paranaense de Geografia, Curitiba (PR), n. 4, 1999b.

SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno? Coleção Primeiros Passos, n. 165. São Paulo (SP): Brasiliense, 1993.

SCHWEIZER, Peter José. Adaptabilidade e continuidade na arquitetura e no urbanismo contemporâneo: uma homenagem póstuma ao arquiteto Kevin Lynch. Cadernos do PROARQ, Rio de Janeiro (RJ), n. 3, nov. 1997.

SEGRE, Roberto. Santo Domingo e Rio de Janeiro: o resgate da cidade latino-americana. Revista Projeto Design, n. 277, mar. 2003a.

_____. Os caminhos da arquitetura brasileira na mudança do milênio: uma realidade complexa e contraditória. Ensaio inserido na pesquisa intitulada: Ícones urbanos e arquitetônicos no século XX no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): PROURB/ FAU/ UFRJ, jul. 2003b.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Revitalização dos centros urbanos. Revista Pólis, São Paulo (SP): Polis, n. 19, 1994.

SITTE, Camillo. Os novos desafios da gestão urbana carioca. Cadernos de Urbanismo, Rio de Janeiro (RJ), v. 3, n. 4. p. 7-12, 2001.

SOARES, Sandra Branco. Três momentos-síntese. Revista Projeto, São Paulo (SP), n. 144, p. 62.

STIFTEL, Bruce; WATSON, Vanessa. Introdução: a construção da integração global das Escolas de Planejamento. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro (RJ), v. XIX, n. 1 e 2, jan.-dez. 2005.

TAFURI, Manfredo. Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo. Colecção Dimensões, n. 16. Lisboa: Presença.

TAHCHIEVA, Galina. Entrevista com Galina Tahchieva. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo (SP): EESC-USP, 2005.

TONIN, Juliana. Fragmentação e (de)composição espacial de uma realidade pós-moderna. Texto traduzido do francês. Imaginário e Diversidade. Porto Alegre (RS): PUCRS, FAMECOS, s.d.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. A cultura na revitalização urbana: espetáculo ou participação? Espaços & Debates. Cidade, cultura, (in)Civilidade. São Paulo (SP), v.23, n. 43-44, p.129 – 140, jan.-dez. 2003.

ZUKIN, Sharon. Aprendendo com Disneyworld. Revista Espaço & Debates, São Paulo (SP): Annablume, n. 23, p. 43-44; 11-27, 2003.

_____. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 204-219, 1996.

ZULMIRA, Felício. Capital esportiva da América do Sul. Revista Afirmativa Plural. jun.-jul. 2007.

ARTIGO DE JORNAL

AMORA, Dimmi. Mais 37 milhões de notas. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 06 de setembro de 2008.

CAIADO, Carlo. O 'Engenhão', os clubes e a cidade. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 29 de junho de 2007.

GONÇALVES, Marina. Cidade da Música: OSB é considerada inabilitada. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 13 de setembro de 2008.

LICHOTE, Leonardo. Cidade da Música mostra seu melhor ângulo. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 16 de fevereiro de 2008.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. MP investigará os custos da Cidade da Música. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 14 de fevereiro de 2008.

_____. Um instante, maestro! Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 15 de fevereiro de 2008.

MARINHO, Simone. No centro da polêmica musical. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), s.d.

MARQUEIRO, Paulo. Um bairro jogado para escanteio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 05 de setembro de 2008.

MEROLA, Ediane. Prefeitura mudará tráfego na Barra para criar acessos à Cidade da Música. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 10 de maio de 2008.

OBRA de Cesar Maia já custa mais que Linha Amarela. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 13 de fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Flavia. O que está por vir em São Cristóvão: passado que ressuscita. Jornal O Globo, Rio de Janeiro (RJ), 27 de novembro de 2006.

ROLDEZ, Coryntho. Plano Diretor: debate ausente. Jornal da UFRJ, Rio de Janeiro (RJ), ano 3, n. 20, p. 6 e 7, set. 2006.

F - TEXTO OBTIDO OU CONSULTADO NA WEB

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO. ADEMI entrega prêmios aos melhores de 2006. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18148>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

_____. A sensação deste ano. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18597>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. Área do gasômetro pertence à União. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=17332>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. Herança real. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=18219>. Acesso em 18 de fevereiro de 2008.

_____. Novos bairros do Rio atraem empreendimentos residenciais. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=14556>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

_____. A reabilitação do bairro de São Cristóvão. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=13257>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. Financiamento também para o comércio. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=1938>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. Rio de Janeiro sem fronteiras: a Zona Norte é uma sensação. Webtexto. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=22882>. Acesso em: 15 fev. 2008.

_____. SIRKIS, Alfredo. Entrevista realizada pela ADEMI. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=1526>. Acesso em 16 de fevereiro de 2008.

_____. SOARES, Lucila. Casa Própria. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=19412>. Acesso em 14 de fevereiro de 2008.

BARBOSA, Antonio Agenor de Melo. Entrevista com Alfredo Sirkis - Secretário Municipal de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 23 de jan./ 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/sirkis/sirkis_6.asp>. Acesso em 18 de fevereiro de 2008.

BARRETO, Gustavo. Debate discute projeto Guggenheim Rio. 16 de mar./ 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/03/249805.shtml>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2008.

CARVALHO SANTOS, José. Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo. Disponível em: <http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/reflexoes_urbanismo.htm>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

CASTRO, Cecília Maria Neder. O Plano Estratégico II da Cidade do Rio de Janeiro – “As cidades da Cidade”. Disponível em <http://natal.rn.gov.br/sempla/arquivos/rel5_res.doc>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

CHU, Henry. Prioridades questionadas em razão do suntuoso plano de construção de museu no Rio de Janeiro. 18 de jan./ 2005. Disponível em: <<http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/000352.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

CONDE, Luiz Paulo. O urbanismo e a cidade hoje. Entrevista realizada em 04 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://www.cibg.rj.gov.br/detalhenoticias.asp?codnot=342&codman=1>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

CONSTANTINO, Rodrigo. A Cidade da Música. 14 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/cena.asp?cdc=2042>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

FERREIRA, Felipe. A cidade do samba. Disponível em: <<http://www.concinnitas.uerj.br/resumos9/ferreira.pdf>>. Acesso em 21 de outubro de 2008.

FIGUEIRA, Monteiro. Nova urbanística: reflexão sobre a perspectiva histórica. Lisboa, abr. 2004. Disponível em: <http://www.urbanismo-portugal.net/Mestrado_Urbanismo/Figueira_pdf/Texto_6_Nova_Urbanistica.pdf>.

GERTNER, David; KOTLER, Philip. O estratégico marketing de lugares. Disponível em: <http://rafaoliveira.googlepages.com/O_estrategico_marketing_de_lugares-4.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. FERNANDES, Marlene. Relatório Final de Análise: Favela-Bairro, Rio de Janeiro. Estudo de avaliação da experiência brasileira sobre urbanização de favelas e regularização. Assessoria Internacional, Projeto n.

17.408, Produto 6, Relatório Final, v. I, Resultados das Análises, Rio de Janeiro, p. 139-156, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/media/volume1.pdf>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA. RIGHI, Roberto; CASTRO, Luis Guilherme Rivera. O produto imobiliário e a arquitetura contemporânea em São Paulo. Disponível em:<http://www.ibape.org.br/downloads/trabalhos/Righi_e_Castro.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2006.

IZAGA, Fabiana. Projeto Urbano, conceitos e processos: o caso Ruas da Cidade em Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.usjt.br/prppg/informe/2006/agosto/semprojurb/sessoes/sessao5/835RJ08/835RJ08.htm>>. Acesso em 01 de junho de 2007.

JÁUREGUI, Jorge Mario. Século XXI. Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br>>, s.d. Acesso em 01 de junho de 2007.

GUIMARÃES, Helenise Monteiro. A Cidade do Samba – Na Paisagem da Gamboa, as Novas Fábricas de Sonhos para o Carnaval Carioca. Disponível em: <<http://academiadosamba.com.br/memoriasamba/artigos/artigo-181.htm>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

KOTLER, Philip; GARTNER, David. O estratégico marketing de lugares. HSM Management, n. 44, mai.- jun. 2004. Disponível em: <http://www.rafaoliveira.googlepages.com/O_estrategico_marketing_de_lugares_4.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2009.

LINS, Vera. Cidade e memória: um crítico de arte nas ruas do Rio. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/k-n/FCRB_VeraLins_Cidade_e_memoria_um%20critico_de_arte_nas_ruas_do_Rio.pdf>.

LOBO, Maria da Silveira. O Projeto urbano ‘glocal’ do Porto do Rio: do Museu Guggenheim à Cidade do Samba. Disponível em: <<http://www.usjt.br/prppg/informe/2006/agosto/semprojurb/sessoes/sessao5/985RJ11/985RJ11.htm>>. Acesso em 01 de junho de 2007.

MAGALHÃES, Kelly; FARIA, Rodrigo. Gestão econômica e *marketing* urbano: a construção do modelo ‘cidade-mercadoria’. Caderno Minha Cidade, n. 37, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc037/mc037.asp>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2008.

MAGALHÃES, Roberto Anderson Miranda. Entrevista com Alfredo Sirkis. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/sirkis2/sirkis2_4.asp>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

_____. Preservação e requalificação do Centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990: a construção de um objetivo difuso. mai. 2002. Disponível em: <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/magalhaes_01.pdf>.

MAIA, Cesar. Cidade democrática. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=5&newcod=863>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

MOSE, Viviane. Vigilância e dominação: ser ou não ser. Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão, 22 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1320891-4686,00.html>>. Acesso em 16 de junho de 2008.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=881>. Acesso em 20 de fevereiro de 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.feriasbrasil.com.br/rj/riodejaneiro/museudeartemodernadoriodejaneiriomam.cfm>>. Acesso em 26 de junho de 2008.

_____. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/brasil_arte_contemporanea/?page_id=405>. Acesso em 26 de junho de 2008.

NEGREIROS, Marcelo. Feira de São Cristóvão não será leiloada, diz juiz. 12 de maio de 2008. Disponível em: <<http://marcelonegreiros.blogspot.com/2008/05/feira-de-so-cristvo-no-ser-leiloada-diz.html>>. Acesso em 27 de junho de 2008.

ORTIZ, Renato. Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura. 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_10.htm>. Acesso em 09 de fevereiro de 2009.

QUENTAL, Nuno. Episódios da história do urbanismo. Disponível em: <<http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iCanal=29&iSubCanal=39&iArtigo=14266&iLinguagem=1>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Obras. Prefeitura assume manutenção do Centro de Tradições Nordestinas. Disponível em: <http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=492>. Acesso em 14 de maio de 2009.

_____. Secretaria Municipal de Obras. Cidade da Música – Projeto premiado em 2008 – International Architecture Awards. Disponível em: <http://obras.rio.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=414>. Acesso em 24 de julho de 2006.

_____. Secretaria Municipal de Transportes. CUNHA, Claudia Baptista de Souza Hungria da. Transporte no Rio de Janeiro, recomendações iniciais para a implementação de políticas que favoreçam a inclusão social e fomentem o desenvolvimento. Rio de Janeiro (RJ): PET/ COPPE/ UFRJ – COR 700. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smtr/smtr/text_implempolitica.htm>.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo. MARQUES, Andreza Cristina de O. Silva. Urbanismo para uma Cidade Mundial. Caderno SMU, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smu/paginas/noticias_caderno_ed1-4.htm,1999c>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

_____. SASSEN, Saskia. As cidades na economia global. Caderno SMU, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smu/paginas/noticias_caderno_ed1-1.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

_____. REZENDE, Fernando. Descentralização fiscal. Caderno SMU, n. 1, 1999a. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/smu/paginas/noticias_caderno_ed1-2.htm>. Acesso em 17 de fevereiro de 2007.

_____. Prefeitura. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro II – “As Cidades da Cidade”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

_____. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio Sempre Rio”. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/plano93_96>. Acesso em 24 de julho de 2006.

SÀNCHEZ GARCIA. Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba (PR): Editora Palavra, 1997. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-67.htm>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2007.

SIRKIS, Alfredo. Palestra sobre habitação popular promovida pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro – SINDUSCON/ RIO, 18 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://sirkis433.tecnopop.com.br/noticias.php?noticia=4>>. Acesso em 14 de maio de 2009.

_____. A revitalização da área portuária começou pela Gamboa. 03 de março de 2006. Disponível em: <<http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=4344073&canal=257>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

_____. Programa Eco-Urbanístico 2008. Disponível em: <<http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=3944093&canal=274&total=13&indice=10>>. Acesso em 01 de junho de 2008.

SITTE, Camillo. Entrevista realizada no Rio de Janeiro no dia 23 de janeiro de 2003 por Antônio Agenor de Melo Barbosa. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/sirkis/sirkis.asp>>. Acesso em 28 de maio de 2008.

SOUZA, Joyce. Cidade da Música. Disponível em: <<http://www.oitanhanga.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=363>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2008.

SUBIRATS, Eduardo. O Brasil dos museus brasileiros. fev. 2006. Disponível em: <http://romanoguerra.com.br/arquitextos/arq069/arq069_00.asp>. Acesso em 01 de junho de 2008.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. Centro de Estudos de Sócio Urbanismo. Guia do Urbanismo. Disponível em: <http://www.urbanismo-portugal.com/textos/guidadourbanismo/txt_guia_3.html>. Acesso em 01 junho de 2008.

VARGAS, Heliana Comin. Da arquitetura corporativa à cidade corporativa. Arquitextos. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp198.asp>>, s.d. Acesso em 24 de julho de 2006.

YOSHINAGA, Mário. Infra-estrutura urbana e Plano Diretor. Arquitextos, s.d. Disponível em: <<http://arquitextos.com.br/arquitextos/arq000/esp182.asp>>. Acesso em 24 de julho de 2006.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Transformar ou conservar os nossos centros históricos? set. 2003. Disponível em: <<http://www.urbanconservation.org/apresentacao.htm>>. Acesso em 20 de março de 2008.

ZENKER, Ana Luiza. Saiba qual é o futuro das instalações esportivas construídas para os jogos. Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/07/materia.2007-08-07.9203207892/view>>. Acesso em 28 de maio de 2008.

_____. Sociedade deveria decidir o futuro das instalações do Pan, acredita economista. Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/07/materia.2007-08-07.1965456480/view>>. Acesso em 28 de maio de 2008.

G - LIVROS NO TODO

ABREU, Mauricio de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ): IPLANRIO, 1988.

AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento (Plano Agache). Rio de Janeiro (RJ): Foyer Brésilien, 1930.

ALVAREZ, Maurício. Arquitetura monumental e vontade de potência. Rio de Janeiro (RJ): Oficina Letras e Artes, 1991.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo (SP): Moderna, 1996.

ARANTES, Otília B. Fiori; VAINER, Carlos B., MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2000.

_____. Urbanismo em fim de linha. São Paulo (SP): Nobel/ Edusp, 1998.

ARGAN, Giulio C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1995.

ASCHER, François. Métapolis, ou, l'avenir des villes. Paris: Odile Jacob, 1995.

BARRETO, M. Turismo e Legado Cultural. São Paulo (SP): Papirus, 2000.

BARTHES, Roland. A aventura semiológica. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENÉVOLO, Leonardo. A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

BONDUKI, Nabil Georges. Affonso Eduardo Reidy. São Paulo (SP): Instituto Lina Bo e P.M. Bardi/ Editorial Blau, 2000.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y global. Madrid: Taurus, 1997.

BRAGA, Pedro. Manual de direito para engenheiros e arquitetos. Brasília: Senado Federal, Sub-Secretaria de Edificações Técnicas, 2007.

BRUAND, Yves. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo (SP): Perspectiva, 1981.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo (SP): Studio Nobel, 1992.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1990.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995. Campinas (SP): UNICAMP, 1998.

CASTELLS, Manuel. La era de la información: el fin del milênio. Madrid: Alianza, 1998.

_____. La ciudad informacional. Madrid: Alianza, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ/ Relume Dumará, p. 21-42, 1996.

CAVALCANTI, Lauro. Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro (RJ): Aeroplano, 2001.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. Modernistas na repartição. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ/ MINC/ IPHAN, 2000.

CHIAVARI, Maria Pace. A regra e o modelo. São Paulo (SP): Perspectiva, 1980.

COMPANS, Rose. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo (SP): Imprensa São Paulo/ ANPUR/ UNESP, 2004.

COSTA, Nelson Nunes. O Rio de Janeiro através dos séculos. Rio de Janeiro (RJ): O Cruzeiro, 1965.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo (SP): PINI, 1990.

DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1979.

DURAN, Ramón Fernandez. La exposición del desorden. La metrópoli como espacio de la crisis global. Madrid: Fundamentos, 1996.

ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. São Paulo (SP): Perspectiva, 2005.

_____. As formas do conteúdo. São Paulo (SP): Perspectiva, 1974.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo (SP): USP.

FARRET, R.; SCHIMIDT, B. V. A questão urbana. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1986.

FERREZ, Marc. O Rio antigo de Marc Ferrez – Paisagens e tipos do Rio de Janeiro – 1865-1918. São Paulo (SP): J. Fortes Eng. / Ex-Libris, 1984.

FRAMPTON, K. História crítica de la arquitectura moderna. Barcelona: GG, 1987.

GASTAL, Susana. Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio. São Paulo (SP): Papirus, 2006.

GHIRARDO, Diane. Arquitetura contemporânea: uma história concisa. Coleção A. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2002.

GORBERG, Samuel; FRIDMAN, Sergio A. Mercados no Rio de Janeiro 1834 - 1962. Rio de Janeiro (RJ): S. Gorberg, 2003.

GÖSSEL, Peter; LEUTHÄUSER, Gabriele. Arquitetura no século XX. São Paulo (SP): Taschen, p. 16-31, 1996.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo (SP): Edusp, 1993.

GRAZIA, Grazia de et al. A Sustentabilidade do Modelo Urbano Brasileiro: Um Desafio. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável: FASE, 2001.

HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX. São Paulo (SP): Perspectiva, 2007.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo (SP): Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. Estado e capitalismo (1926-2004). São Paulo (SP): Brasiliense, 2004.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Coleção Retratos do Brasil, v. 83, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JACOBS, Jane. Morte e vida nas grandes cidades. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2001.

JAMESON, F. El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado. Barcelona: Paidós, 1995.

KOTLER, Philip; JATUSRIPITAK, Somki; MARSINCEE, Suvit. O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir riquezas nacionais. São Paulo (SP): Futura, 1997.

LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1992.

LECHTE, John. Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade. Rio de Janeiro (RJ): DIFEL, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo (SP): Documentos, 1969.

_____. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: Ulisséia, 1972.

LOBO, E. L. História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). Rio de Janeiro (RJ): IBMEC, 1978.

LOPES, Rodrigo. A cidade intencional: planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro (RJ): Mauad, 2004.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Portugal: Edições 70, 1960.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

MARQUES, Andrezza Cristina de O. Silva; MOREIRA, Angela. Políticas públicas de requalificação para o Rio de Janeiro: três momentos de intervenções locais. Licere: Belo Horizonte (MG), v.10, n.2, ago. 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo (SP): Senac, 2000.

MUNFORD, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RIO DE JANEIRO (RJ). Empresa Municipal de Informática. Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas. Rio de Janeiro (RJ): Mauad, 1996.

_____. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Secretaria Municipal de Urbanismo. Diagnóstico da Cidade do Rio de Janeiro; Plano Estratégico; O Rio de Janeiro e seus Planos; Concurso Urbanismo/ Arquitetura: el modelo Europeo de cidade. Area de Trabalho: Rio de Janeiro. História, Vigência y Futuro/ Contraste em Iberoamerica. Rio de Janeiro (RJ): IPP/ IAB.

_____. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Diagnóstico Preliminar da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ): PCRJ, dez. 1994.

_____. Empresa Municipal de Informática; Departamento Geral de Patrimônio Cultural; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. São Cristóvão: um bairro de contrastes. Coleção Bairros Cariocas, n. 4, Rio de Janeiro (RJ): PCRJ, 1991.

ROLNIK, Rachel. Prefácio. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

SÂNCHEZ GARCIA, Fernanda E. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Santa Catarina (PR): Argos, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo (SP): Studio Nobel, 1998.

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo (SP): Alfa-Omega, 1976.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Dois séculos de pensamentos sobre a cidade. Ilhéus (BA): UESC, 1999.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo (SP): Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

YÁZIGI, E. Civilização Urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer. São Paulo (SP): Contexto, 2001.

ZANCHETTI, Silvio Mendes; MILET, V., MARINHO, G. Estratégias de intervenção em áreas históricas. Recife (PE): MDU/ UFPE, 1995.

ZEIDLER, Eberhard H. Arquitectura plurifuncional en el contexto urbano. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

ZUKIN, Sharon. The cultures of cities. Cambridge-Oxford: Blackwell, 1995.

_____. Landscapes of power: From Detroit to Disneyworld. Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1991.

H - CAPÍTULOS DE LIVRO

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro (RJ): DP&A/CREA-RJ, p. 27-55, 2001.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. A região urbana Rio-São Paulo: caracterização. In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo (Org.). Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília (DF): IPEA, p.17-74, 1999.

ARANTES, Otília B. Fiori. Os novos museus. In: ARANTES, Otília B. Fiori (Org.). O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo (SP): Studio Nobel, 1993.

ASCHER, François. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: ALAMEIDA, Marco Antonio R. de; MEYER, Regina Maria Prosperi (Org.) Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo (SP): Terceiro Nome, p. 59-68, 2001.

AUTHIER, Jean-Yves. A gentrificação do bairro de Saint-Georges, em Lyon: a convivência de mobilidades diferenciadas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

CATTEDRA, Raffaele; MEMOLI, Maurizio. A reapropriação do patrimônio simbólico do centro histórico de Nápoles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

CAVALCANTI, Sandra. O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro (RJ): Folha Seca, 2002.

CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: ROSSO, Giovana (Org.). O Rio de Pereira Passos (RJ). Rio de Janeiro: PUC/ SHELL, 1985.

CLAVER, Nuria. A ciutat vella de Barcelona: renovação ou gentrificação? In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

_____. Cidades sustentáveis, cidades globais. Antagonismo ou complementaridade. In: ASCELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro (RJ): CREA-RJ/ DP&A, p. 104-137, 2001.

COLIN, Silvio. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: COMIN, Alvaro (Org.). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para região central de São Paulo. São Paulo: UNESP, p. 24-60, 2004.

Disponível em:

<<http://www.cebrap.org.br/index.asp?Fuseaction=Conteudo&ParentID=556&Menu=377,556,0&materia=170&TrocaFonte=1>>.

CRIEKINGEN, Mathieu van. A cidade revive! Formas, políticas e impactos da revitalização residencial em Bruxelas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

FERNANDES, Marlene. Política urbana para as cidades globais: Rio de Janeiro e São Paulo. In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo (Org.). Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília (DF): IPEA, p. 75-90, 1999.

FISCHER, Tânia. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, Tânia (Org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, p. 13-23, 1996.

GUERRA, Isabel Maria Pimentel de Carvalho. O Planejamento Estratégico das cidades. In: Cidades, Comunidades e Território, n. 1. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais, dez. 2000.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília (Org.). A cidade do pensamento único. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

MARQUES DA SILVA, Raquel Coutinho. A importância da ação urbanística e da legislação urbana para o Rio e São Paulo no contexto das cidades mundiais. In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo (Org.). Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília (DF): IPEA, p. 235-267, 1999a.

MELÉ, Patrice. (Re)investir nos espaços centrais das cidades mexicanas. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo (SP): Contexto, p.29-63, 2002.

NACIF XAVIER, Hélia; SOARES; Pedro Teixeira. Administrando o cotidiano: o dia-a-dia do urbanista. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro (RJ): Folha Seca, p. 142-186, 2002.

PECHMAN, Robert. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1996.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Novas experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro (RJ): Folha Seca, p. 202-221, 2002.

PORTAS, Nuno. Urbanismo e sociedade: construindo o futuro. In: VASCONCELLOS, Eduardo Mendes de (Org.). Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ/ PROURB, p. 30-39, 1996.

REZENDE, Vera. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro (RJ): FGV, p. 256-281, 2002.

_____; SILVA, Maria da Conceição. O financiamento das cidades mundiais brasileiras. In: REZENDE, Fernando; LIMA, Ricardo (Org.). Rio-São Paulo cidades mundiais: desafios e oportunidades. Brasília (DF): IPEA, p. 173-207, 1999.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Catia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). O rosto urbano da América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda. City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final de século. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de A.; FRY, Peter (Org.). Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo (SP): ANPOC/ Hucitec, 1996.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura, Coleção Geografia Cultural, Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, p. 12-74, 2004.

SILVA, Elvan. Arquitetura e Semiologia. Notas sobre a interpretação lingüística do fenômeno arquitetônico. Porto Alegre (RS): Sulina, 1985.

SILVA, Helena Menna Barreto. Apresentação. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos. São Paulo (SP): Annablume, 2006.

SOARES, Pedro Teixeira. Administrando o cotidiano: o dia-a-dia do urbanista. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro (RJ): Folha Seca, p. 142-165, 2002.

TSIOMIS, Yannis. Projeto urbano, embelezamento e reconquista da cidade. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro; VASCONCELLOS, Eduardo Mendes de (Org.). Cidade e imaginação. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ/ PROURB, p. 24-29, 1996.

VAZ, Lilian Fessler; CARDOSO, Elizabeth D. Obras de melhoramento do Rio de Janeiro: um debate antigo e um privilégio concorrido. In: ROSSO, Giovanna (Org.). O Rio de Pereira Passos. Rio de Janeiro (RJ): PUC/ SHELL, 1985.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). O processo de Urbanização no Brasil. São Paulo (SP): FUPAM/ EDUSP, 1999.

I - OBRA DE REFERÊNCIA

MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.